

Reinaldo Lindolfo Lohn
Mateus Gamba Torres
Michel Goulart da Silva
(organizadores)

TEMPO PRESENTE

história, política e cultura

TEMPO PRESENTE

história, política e cultura

Reinaldo Lindolfo Lohn
Mateus Gamba Torres
Michel Goulart da Silva
(organizadores)

Tempo Presente:
história, política e cultura

1ª edição
São Paulo
Todas as Musas
2025

Editor: Flavio Botton
Supervisão Editorial: Fernanda Verdasca Botton
Capa e diagramação: Studio Vintage Br
Reinaldo Lindolfo Lohn © Mateus Gamba Torres ©
Michel Goulart da Silva ©

Conselho Editorial
Daniele Cristine Maske
Ricardo Scopel Velho
Bruno Felipe de Souza e Miranda



A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tempo presente [livro eletrônico] : história, política e cultura /
Reinaldo Lindolfo Lohn, Mateus Gamba Torres, Michel Goulart
da Silva organizadores. -- 1. ed. -- São Paulo : Editora Todas as
Musas, 2025. Html5

Vários autores.
Bibliografia
ISBN 978-85-9583-203-9

1. Brasil - Política e governo 2. Cultura 3. História política 4.
Políticas sociais 5. Tempo História I. Lohn, Reinaldo Lindolfo. II.
Torres, Mateus Gamba. III. Silva, Michel Goulart da.

25-313562.0

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História política e social 981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Tempo Presente: história, política e cultura – apresentação Reinaldo Lindolfo Lohn, Michel Goulart da Silva e Mateus Gamba Torres	7
A linha tênue entre o fazer história e o fazer sofrer: a história oral e as dores do passado autoritário Eliton Felipe de Souza.....	19
Do papel ao pixel: estratégias para pesquisa histórica do/no tempo presente Vitória Maria de Sousa e Wesley dos Santos Graper	33
Representações da mulher em charges do <i>Correio Da Manhã</i> , <i>Estado de S. Paulo</i> e <i>Folha De S. Paulo</i> nos anos iniciais da ditadura militar (1964-1968) Leonardo Brandão e Lara Mingotti.....	55
O festival de besteiras que assolou o país: imagens sobre a ditadura militar, a partir da crônica política de Stanislaw Ponte Preta, entre os anos de 1964 a 1968 Luísa Pereira Viana	77

Do “problema indígena” à “solução final”: o genocídio dos povos indígenas e seu tratamento como inimigos políticos do desenvolvimento na ditadura civil-militar

Nathanael Martins Pereira 99

Universidades brasileiras: a qual legado da ditadura queremos renunciar?

Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira.....129

“*Fue sin perdón ni olvido?*”: o Informe *Nunca Más* argentino e a justiça de transição nos anos 1980 e 1990

Guilherme da Conceição de Lima..... 157

O Golpe de 1964 e o PCB em Blumenau

Edison Lucas Fabricio..... 173

Antigos militantes entram em cena: o retorno de comunistas exilados à cidade de Florianópolis em 1979

Hudson Campos Neves 205

Anarquismo, anarcossindicalismo e o movimento estudantil no Brasil (1977-1989)

Cleber Rudy 223

“Os deserdados da esperança”: fome, revolta popular e crise social no Brasil durante a transição para a Nova República (os motins de 1983 nas páginas da revista *IstoÉ*)

Geovanni Rocha Junior 245

Transição política no estado do Paraná: pluripartidarismo em cena (1979-1981)

Lucas Alves da Silva 265

A ditadura em questão: o PMDB, o passado autoritário e a “Nova República” nas eleições de 1986 em Santa Catarina

Vinícius José Mira 285

As notícias do controle operário e comunista nas fábricas de Joinville/SC (2002-2007)

Francisco Lino de Aviz Neto 307

A Confederação Nacional da Indústria entre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo

Amanda Caroline de Oliveira..... 331

O mundo do trabalho sempre foi assim, mas agora é diferente: as experiências das trabalhadoras domésticas para além do precariado

Gabriela Steffens Sperb..... 351

Leituras de passados e projeções de futuros na atuação política da Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado (2016-2024)

Lara Lucena Zacchi373

Apagamento da história e ressignificações culturais no município de Hamônia/Ibirama – Santa Catarina (1930-1990)

Carlos Eduardo Bartel..... 393

O rock fascista e o estranho nacionalismo dos fascistas brasileiros

Pedro Carvalho Oliveira..... 413

Do colonialismo à colonialidade: as estruturas contínuas do genocídio no Brasil

Aline Nóbrega de Oliveira..... 433

Índice remissivo 459

Página de DOI..... 469

Tempo Presente: história, política e cultura – apresentação

Reinaldo Lindolfo Lohn

Professor Titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde atua no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História, além do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio pós-doutoral no Instituto de História Contemporânea (IHC-NOVA), em Lisboa. Bolsista de Produtividade em Pesquisa nível C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e financiamento a grupo de pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Michel Goulart da Silva

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mesma instituição na qual realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Ciências Humanas. Atua como Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Catarinense (IFC). Possui graduação e mestrado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Mateus Gamba Torres

Professor Associado da Universidade de Brasília (UnB), onde atua no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel e Licenciado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em História pela UDESC e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (UFRGS), com estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Brown University (EUA).

Esta coletânea reúne textos que se situam no âmbito da chamada História do Tempo Presente, sendo esta abordagem entendida como um ponto de cruzamento e de contatos entre distintos campos da produção historiográfica. É nítido, em primeiro lugar, um esforço para incorporar nas elaborações aqui apresentadas a renovação de estudos voltados para a História Política, compreendendo distinções conceituais que tornaram o político um nó de interações entre práticas sociais, relações de poder e representações, o que alargou seu interesse para além da esfera institucional. Não se trata de uma tarefa fácil, pois diz respeito a perceber o quanto o político é atravessado pela história social, no que diz respeito aos conflitos e às lutas sociais, bem como por práticas culturais cujos sentidos e significados também são alvo de intensas disputas.

O que podemos chamar de esfera do político é entendida, a partir de René Rémond (2003, p. 444), como constituída pela “atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder”. Contudo, o poder não pode ser limitado ao controle da sociedade pelo Estado ou à dominação exercida por classes sociais, sendo um fenômeno mais amplo e dinâmico. Para o autor, “o político não tem fronteiras naturais”. Dessa forma, é possível compreender que a abordagem historiográfica pode interpelá-lo em suas dilatações, as quais incluem “toda e qualquer realidade”, mesmo “a esfera do privado”. Por outro lado, caso seja do interesse da investigação, é possível perceber seu retraimento a organizações como os partidos e arranjos de cúpulas. Dessa forma, “o espaço que o político recorta na realidade global é resultante dessa conjunção” de possibilidades e interesses (Rémond, 2003, p. 442-3).

As recentes abordagens historiográficas sobre o político destacam, assim, seu papel de eixo articulador, configurando-se como ponto nodal, no interior do qual há a convergência da relação entre o social e suas representações (Rosanvallon, 1995). Os estudos recentes sobre o político têm impulsionado a produção historiográfica, incorporando não apenas questões vinculadas às demandas sociais, mas também

problematizações de ordem metodológica decorrentes do esforço de compreender o tempo presente.

O entrecruzamento entre sujeito e objeto marca a aproximação entre a História Política e a História do Tempo Presente. Nesta, o historiador se apresenta como parte do processo de construção da narrativa, compartilhando percepções e memórias. O historiador, ao tentar “apreender a história em movimento”, se deixa “envolver na marcha do tempo e deve aceitar que seu olhar é apenas parcial, limitado, frágil, bem ao contrário da ilusão científica de dominar o sentido último da história” (Rouso, 2016, p. 187).

É nessa perspectiva que os estudos aqui reunidos apontam a possibilidade de investigar diferentes temas e objetos. Tal abordagem parte de premissas, hoje, pouco contestadas. Mas, há não muito tempo, ainda poderia suscitar estranhamento o pressuposto segundo o qual “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e método particulares, o estudo do presente” (Chaveau; Tétart, 1999, p. 15). Tal iniciativa ganha complexidade quando observamos o que Pieter Lagrou (2007, p. 36) aponta como uma das características da História do Tempo Presente, qual seja, a “unidade temporal do sujeito e do objeto”, na medida em que “o período estudado não está fechado”. Assim, o objeto não se localiza em um tempo que esteja em uma posição de “alienação, de alteridade, que é próprio do estudo de períodos mais afastados”. O autor acentua a inexistência de uma “ruptura cronológica entre o tempo dos acontecimentos e o tempo da escritura de sua história”.

Esse delineamento faz a História do Tempo Presente evidenciar os limites do cânone que obstruiu de modo quase definitivo as interações entre passado e presente, o que se apresentou como gesto fundador da historiografia no século XIX e, mais do que isso, do que se pode chamar propriamente como um regime de historicidade que ordena as relações sociais com o tempo (Hartog, 2013). Uma cartografia do tempo histórico desenhou as linhas fundamentais das concepções que predominaram em âmbito ocidental e que orientaram as grandes narrativas históricas, a partir das quais foram elaboradas as formas segundo as quais muitos dos mais influentes intérpretes sociais erigiram suas interpretações e propuseram formas de intervenção no mundo.

O desafio a muitas das premissas do conhecimento histórico vigente parte do próprio exercício de experimentar, questionar e investigar o tempo presente, sem partir necessariamente de formulações teóricas apriorísticas. A elaboração criativa de métodos que permitem dar conta de fontes e documentos que registram processos históricos em andamento desafia cânones e vetos, o que compreende diferentes resultados. Um deles é perceptível na maior parte das abordagens historiográficas sobre o tempo presente: o deslocamento da cronologia para a temporalidade.

Tal mudança de perspectiva é primordial nas recentes elaborações e abordagens sobre os objetos históricos, na medida em que se questiona uma historiografia presa à periodização, na qual o tempo presente costuma aparecer como mais uma peça de um edifício construído de antemão, como se fosse um adendo à chamada História Contemporânea. Os estudos sobre o tempo presente estimulam uma atitude teórica e metodológica em que é possível observar a pluralidade de temporalidades, dando atenção a ritmos, processos, camadas e experiências que permaneceriam soterrados sob estruturas de pensamento hegemônicas. A partir da proposta conceitual de Reinhart Koselleck (2014), os chamados “estratos do tempo” permitiram não apenas conceber a convivência contraditória de diferentes temporalidades, como também a consubstancialidade de conceitos e projetos que tornam o presente um construto social complexo, formado por futuros passados, como expressão da interação problemática de experiências e expectativas. As relações sociais com a temporalidade tornam-se, assim, questões próprias da reflexão e da produção historiográfica, o que compreende a materialidade das ações de sujeitos históricos.

A História do Tempo Presente, portanto, a partir de operações razoavelmente simples e que pareceram em certo momento até pueris - posto que não faltam os que sempre lembram que, afinal, toda história é elaborada no tempo presente -, avançou para terrenos cada vez mais complexos. Nisso, retomou discussões que pareciam há muito abandonadas e apresentou novas atitudes diante de objetos que pareciam insuficientemente definidos para estimularem a atenção da investigação histórica. Sabe-se o quanto pode ser desafiador situar no centro das preocupações a investigação acerca de processos ainda em curso.

Em princípio, isso parece um desafio apenas metodológico, mas esconde outras dificuldades, entre as quais expor a produção historiográfica ao escrutínio público, à desconfiança de quem aposta em discursos negacionistas e, mesmo, aos conflitos de um tempo em que as fundamentais delimitações entre história e memória são frequentemente contestadas - até mesmo por historiadores. A aparente retração de horizontes de expectativas e de projetos de mudança, em meio a um presentismo como dado cultural, com a “hipertrofia do presente”, resulta em disputas sociais que se voltam sobre o passado, sendo este tomado como fonte estratégica para diferentes grupos e mobilizações, requerendo da historiografia o cuidado necessário para evitar ciladas que a fazem deslizar para a ausência de reflexão crítica e política (Maia, 2023).

Assim, a História do Tempo Presente parte de uma trajetória de reflexão historiográfica que não se apresenta como uma ruptura com o ofício da História, mas que desafia a historiografia ao debate político, com todas as dificuldades daí advindas, submetendo análises e interpretações a uma constante avaliação de posições que se apresentavam como definitivas. O historiador acaba por assumir uma postura de crítica mais ampla ao processo, em sua dinâmica política e social, analisando os elementos para além de sua percepção individual e construindo uma interpretação que demonstra o caráter científico da História. Portanto, pode-se afirmar que “a particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está acabado, nem encerrado” (Rouso, 2016, p. 18).

O campo historiográfico como um todo é afetado pela História do Tempo Presente, dada a necessidade de constituir temas e objetos que sejam passíveis de uma análise historiográfica capaz de romper a barreira entre passado e presente, em especial as fraturas no tempo que não cicatrizaram. Tais fraturas reaparecem no debate público para serem examinadas, analisadas e interpretadas não de um ponto de vista conclusivo ou definitivo, todavia, podem suscitar novos pontos de vista sobre eventos e processos que reabrem questionamentos, por vezes, incômodos, sobre assuntos que pareciam resolvidos ou dos quais se preferiria não abordar. Mas, sob os olhares de quem foi vítima de

processos históricos eivados de injustiças e assimetrias, é inescapável que a historiografia se apresente como uma ferramenta útil de análise do presente.

A abordagem do político no tempo presente passa, necessariamente, pela cultura. Em seu sentido mais amplo, a cultura, para Kellner (2001, p. 11-13), “é uma forma de atividade que implica alto grau de participação, na qual as pessoas criam sociedades e identidades”. Nessa dimensão participativa, “a cultura modela os indivíduos, evidenciando e cultivando suas potencialidades e capacidades de fala, ação e criatividade”. Essas expressões, que se manifestam de diferentes formas, se mostram como “terrenos de disputa”, na medida em que “as produções culturais nascem e produzem efeitos em determinados contextos”.

Daí a importância de compreender o campo político como dimensão cultural, integrante das práticas e representações historicamente construídas. Nesse quadro, em muitos dos trabalhos sobre o tempo presente, a categoria cultura política reaparece como instrumento de análise da complexidade contemporânea, entendida como o conjunto de significados e classificações que orientam processos políticos e relações entre grupos sociais. Embora com formulação teórica mais consistente apenas a partir dos anos 1960, quando esteve sob forte influência funcionalista, cultura política tem sido um conceito ressignificado em diálogo com diferentes abordagens e áreas das Ciências Humanas, incorporando a dimensão subjetiva da ação política (Kuschnir; Carneiro, 1999). Tal perspectiva possibilita rejeitar a visão restrita da cultura política como simples expressão de valores liberais-democráticos e, ao mesmo tempo, historicizar as esferas pública e privada, destacando suas interações e evitando sua reificação, como já problematizado por Habermas (1984). Nesse sentido, ao permitir a interpretação de valores, tradições, práticas e representações políticas compartilhado por um grupo social, expressando-se em linguagens políticas e identificações sociais, a categoria cultura política se reinventa como ferramenta teórica útil para compreender as leituras comuns do passado e as aspirações políticas voltados ao futuro (Motta, 2009).

Essa junção de perspectivas faz a historiografia do tempo presente apontar para a diversidade, sem tabus com relação a objetos de estudo.

Muitas vezes, são os questionamentos cotidianos que definem a gama de temas que devem ser pesquisados, considerando a interpretação de um presente repleto de tempos, sendo este o ponto fulcral da reflexão historiográfica. As diferentes dimensões do tempo presente em perspectiva histórica envolvem interrelações e conectividades que expressam fenômenos de âmbitos os mais diversos. No que diz respeito à arte e à cultura, à música e à literatura, a abordagem a partir da perspectiva histórica desvela inquietações que não se reduzem ao registro das grandes expressões e dos talentos reconhecidos.

Considerando alguns dos delineamentos anteriores, os textos reunidos neste volume expressam a relação entre o político, a cultura e o tempo presente. Os seus temas, por um lado, analisam e questionam o poder, em suas diferentes manifestações – estatal, de classe, no cotidiano. Por outro, abarcam processos que, mesmo tendo acontecido há décadas, ainda reverberam em contradições, tensões e disputas simbólicas na sociedade. Muitos desses fenômenos emergem na cultura e, inclusive, na arte, mostrando permanências e reverberações que ainda impactam o presente.

São trabalhos, em geral, de jovens historiadores e historiadoras de instituições diversas do Brasil, com formações e trajetórias diferenciadas no campo historiográfico. As contribuições são fruto de teses e dissertações concluídas ou em andamento, além de projetos de pesquisa, cujos autores e autoras atuam em distintas partes do país. O conjunto de pesquisadores aqui reunidos apresenta, portanto, diferentes níveis de formação, o que permite a pluralidade de perspectivas na construção do conhecimento histórico. Contudo, embora sejam de proveniências diversas, não se pode deixar de mencionar a marcante influência de estudos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), primeira proposta de um curso neste nível de formação que estabeleceu a História do Tempo Presente como sua área de concentração. Destaque-se ainda a linha de pesquisa Cultura Políticas e Soci-

abilidades, parte estruturante do referido programa, e os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC).

As contribuições aqui apresentadas envolvem, inicialmente, reflexões e abordagens sobre os dilemas que envolvem o trabalho de investigação em História do Tempo Presente, tanto do ponto de vista teórico quanto das metodologias disponíveis. A começar pelo contato com testemunhas vivas que, por meio da oralidade e da memória, fornecem indícios, por vezes muito complexos e sensíveis, de experiências pessoais. Compartilhamos temporalidades que fazem supor que “uma experiência pessoal de vida também seja uma experiência coletiva” (Hobsbawm, 1998, p. 244). Além disso, a historiografia, quando se volta ao tempo presente, depara-se com desafios cada vez mais complexos para abordar a impressionante expansão do volume e da diversidade de fontes e documentos. Os indícios e evidências tanto tornam possível identificar relações sociais que ocorrem em um âmbito muito restrito, quase ao nível das individualidades, ou daquelas que permitem análises estruturais mais amplas. Daí que o trabalho tanto com depoimentos pessoais quanto com séries documentais que podem chegar a quantidades bastante acentuadas tem estimulado a organização e análise de fontes que se encontram no universo digital.

Temática inescapável dos estudos no âmbito da História do Tempo Presente é a que diz respeito ao contexto e aos desdobramentos políticos, sociais e culturais da ditadura militar imposta ao país com o golpe de 1964. O período é discutido tanto em suas expressões políticas, como organizações de classes e partidos, como em suas representações culturais, por meio da arte. Os elementos apresentados mostram a permanência de processos, sujeitos e até mesmo de personagens. As dores de feridas abertas com as violações e violências do aparato repressivo, que atingiu populações e grupos diversos, bem como tomou dimensão internacional, a partir de processos correlatos com países do Cone Sul, são tratadas com o cuidado e a profundidade exigidos. A dimensão internacional dos direitos humanos e suas possíveis conotações aparecem nas denúncias dos crimes cometidos. Os estereótipos de gênero sobre as mulheres no pós-golpe são trabalhados juntamente

com sátiras feitas por opositores à ditadura na imprensa, incluindo expressões gráficas. O genocídio dos povos indígenas e a repressão política a militantes, organizações e a integrantes do meio universitário durante a ditadura completam o amplo espectro de objetos que perpassam as vivências do período.

A transição política ocorrida ao final da ditadura dá vazão a trabalhos que investigam fenômenos ocorridos entre as décadas de 1970 e 1980. Os temas explorados incluem os partidos e as expressões de lutas políticas e sociais em meio à transição, a qual ganha dimensão conflitiva e indeterminada, extrapolando o âmbito das frequentes narrativas lineares que costumam mostrar o processo apenas sob o ponto de vista das elites políticas. São discutidos também o processo de organização da população e suas lutas, além de discutir como o processo pode ser interpretado a partir de diferentes escalas de observação, sem perder de vista a dimensão regional. Em particular, as militâncias políticas de esquerda ou libertárias, bem como as formas de resistência empregadas pelas camadas populares no contexto autoritário, com suas mobilizações próprias, ganham contornos densos e complexos em alguns dos trabalhos aqui reunidos. A inserção de militantes comunistas no processo de redemocratização, bem como a anistia, além da reestruturação do movimento estudantil sob diferentes matizes políticas, demonstra o quanto houve disputa, conflito e resistências em meio à transição, dado que não deixou de haver mobilizações que procuraram aprofundar o processo de distensão e abertura dos militares, buscando transformá-lo em uma janela de oportunidade para a unificação de lutas sociais que ampliassem as formas de democratização possíveis. De sua parte, elementos centrais das negociações que envolveram o final da ditadura, os políticos civis são abordados a partir de perspectivas inspiradas no chamado retorno do político à atenção historiográfica, evidenciando a construção de um sistema pluripartidário em meio aos entulhos do autoritarismo.

A sinuosa e limitada construção democrática brasileira envolve conflitos entre estratos de tempo que se justapõem e convivem sob diversas formas e emergem em relações sociais complexas e de difícil delineamento. Esta é, sem dúvida, uma das tarefas mais árduas da perspectiva da História do Tempo Presente, considerando temas que

se reportam a debates consolidados ou recentes sobre o mundo do trabalho e suas reconfigurações. O debate sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras no presente diz respeito à organização política e a possibilidades de renovação das lutas sociais, sejam sindicais ou por formas autônomas de intervenção. Daí que os processos de reestruturação produtiva e as disputas em torno da regulamentação de direitos refiram-se não apenas a reparar injustiças antigas e novas, como as que envolvem as trabalhadoras domésticas, mas a compreender os mecanismos pelos quais o domínio do neoliberalismo estrutura-se em práticas e discursos de seus formuladores centrais.

Cabe ainda considerar as diversas facetas do debate sobre identidades, o que envolve as novas lutas por justiça e dignidade de grupos que são alvos constante de violências do Estado que se impõem e restringem a democratização do país, expressas na ampliação de mobilizações como a que são empreendidas em torno da questão indígena e no questionamento de estruturas epistemológicas que reproduzem subordinações. Um tema dos mais candentes envolve as identidades e identificações, expressas em linguagens que reconfiguram formas de expressão regional, evidenciando tensões e embates que permaneceram por muito tempo envoltas em narrativas homogeneizadoras. Tal discussão está conectada por diferentes vias com os processos de desconstrução de discursos e estruturas institucionais formalmente democráticas, em meio aos riscos que surgem da emergência de novas direitas e suas expressões culturais no Tempo Presente, ainda que sob formas inusitadas, como a da música e das sociabilidades juvenis.

Trata-se, por fim, de uma coletânea que, mesmo despretensiosa, demandou esforços conjuntos que resultaram em sua elaboração. Organizadores, autores e autoras assumem os riscos inerentes a produzir uma historiografia do inacabado e de processos indeterminados e provisórios. Os diferentes trabalhos tratam de questões e problemas que ultrapassam suas capacidades para proporem respostas definitivas. Ressalte-se: o que está em jogo nos enfoques que situam no campo da História do Tempo Presente são os limites e contradições de processos que, embora pouco delineados e difusos, não são inalcançáveis à análise ou à interpretação crítica. Enfrentar este desafio é justamente a

condição necessária para tratar de temas e objetos que constantemente reconfiguram as interações entre história, política e cultura.

REFERÊNCIAS

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a História do Presente. In: _____ (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PORTO JR, Gilson (Org.). **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007.

MAIA, Tatyana de Amaral. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: a crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022). **Varia Historia**, v. 39, n. 81, p. e23312, 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a História, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p. 187

A linha tênue entre o fazer história e o fazer sofrer: a história oral e as dores do passado autoritário

Eliton Felipe de Souza

Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina -
PPGH-UDESC. Bolsista CNPQ em estágio Pós-doutoral pelas
Universidades do Estado de Santa Catarina - UDESC; Universidad de
Buenos Aires - UBA e Universidad Nacional de La Plata - UNLP.
Contato: elitonfelipe@gmail.com



*E qualquer coisa que eu recorde agora, vai doer, a memória é
uma vasta ferida.*
Chico Buarque

Entre os anos de 2013 e 2014, desenvolvi uma investigação que resultou na minha dissertação de mestrado. Nela, pretendia apresentar a memória dos presos políticos daquela que foi “a maior operação de ataque à oposição [em Santa Catarina], organizada pela direita e pelos militares, desde o golpe de 1º de abril de 1964” (Souza, 2016, p. 113), a Operação Barriga Verde (OBV). Em um período que se estendeu de novembro de 1975 aos primeiros meses de 1976, foram presas 42 pessoas acusadas de manterem relações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Minha principal intenção era a de dissertar sobre o que os atingidos que então viviam na cidade de Joinville, norte catarinense, vivenciaram enquanto estiveram sob a tutela da ditadura militar brasileira.

A relação que mantive com o uso da memória na produção historiográfica vinha ainda dos tempos de faculdade, quando, por dois anos, fui bolsista do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville – LHO-Univille. Entrevistas orais, portanto, não eram uma novidade. Havia transcrito dezenas de horas de depoimentos, bem como presenciado várias entrevistas realizadas por experimentados pesquisadores no próprio laboratório. Consequentemente, posso afirmar que sabia ao menos o básico para desenvolver uma pesquisa que utilizasse a história oral como metodologia.

Compreendia, portanto, que muito além do que indica o dicionário, o verbete *memória* não poderia ser definido simplesmente como a “faculdade que se tem de adquirir informações, retê-las e, então, ser capaz de evocá-las” (Ferreira, 2010, p. 1372). Esta simples definição não dá conta de tema tão complexo, visto que as lembranças são compostas por muito mais do que experiências traduzidas em ideias e imagens fixas. Lembrar é ressignificar acontecimentos e sensações. A memória, ainda que seja um fenômeno individual, pode expressar aspectos coletivos na medida em que as recordações se modificam pelas relações que os indivíduos estabelecem entre si.

Sabendo disso, dei início às minhas investigações a partir de uma lembrança que eu mesmo possuía, de quando, em 2008, como aluno da graduação em História, participei do lançamento do livro *Os quatro cantos do Sol* (2006), do jornalista e historiador Celso Martins. Naquela noite, o autor dividiu a mesa de debates da Univille com um experiente militante político, Edgar Schatzman, uma das personagens da obra que mapeou os caminhos dos comunistas catarinenses durante a ditadura militar e que se tornaria, também, personagem central em minha pesquisa e em minha vida como um futuro historiador atento ao tempo presente.

Estava claro que havia uma escassez de produção acadêmica referente aos anos da ditadura militar brasileira e sua atuação no estado de Santa Catarina, e que a minha investigação seria uma forma de contribuir para a escrita histórica desse processo em municípios do interior do Brasil, como Joinville.

Desde o início do regime autoritário, a militância comunista da cidade se colocou na vanguarda da resistência à ditadura militar no município. Agiam clandestinamente, procurando fazer oposição e lutando pela redemocratização, seja por meio da base do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no interior dos sindicatos ou do movimento estudantil. As prisões desencadeadas pela OBV serviram para desarticular o partido em todo o estado de Santa Catarina e os poucos militantes que permaneceram em liberdade, juntamente com os familiares dos alvos do regime, precisaram se articular para denunciar as prisões e as torturas, lutando pela liberdade dos presos políticos. “Daí nós se fortalecemos [sic], né? Pra ficar mais juntas [...] pra poder viajar” (Rocha, 2011).

A derrota dos governistas para o MDB no pleito de 1974, com ampla participação dos militantes comunistas, somada ao fato de que a maior parte dos grupos de resistência armada sofrera intensas derrotas nos anos anteriores, trouxe o PCB para o centro das atenções da repressão. Era necessário eliminar a sua articulação nos estados. Para isso, os militares desencadearam a chamada Operação Radar, que objetivava a destruição do comando central do partido, seguida de outras operações de menor porte em várias regiões do país, para desarticular a militância. Entre elas estava a OBV.

Havia, por parte do Estado ditatorial, a intenção de extinguir seu pior inimigo antes que se pudesse vislumbrar possibilidades concretas de uma transição que resultasse em alguma forma de governo civil proposto pelo ditador Ernesto Geisel, garantindo a manutenção das estruturas sociais criadas pela ditadura. Os militantes comunistas foram, então, sequestrados, deixados incomunicáveis, torturados, mantidos presos acima do prazo legal e muitos deles tiveram as famílias diretamente atingidas, pois eram casados e/ou tinham filhos pequenos.

Por isso, é possível afirmar que, ainda que a ditadura tenha sido derrotada, os idealizadores e mantenedores do regime ditatorial brasileiro saíram vitoriosos, sem terem nunca respondido por seus crimes. Torturadores, como o delegado da Polícia Federal Lucio Jaimes Acosta, responsável por parte das violações ocorridas na cidade de Florianópolis durante a OBV, hoje levam uma vida tranquila, recebendo aposentadoria pelos serviços que prestaram ao Estado brasileiro.

Na outra ponta, os militantes, em decorrência das torturas físicas e psicológicas, precisaram criar mecanismos de esquecimento. Edgar Schatzmann, por exemplo, ao falar das sevícias que sofreu nas mãos do Estado, transforma a dor em piadas sobre a vida e sobre o que passou. Parece mais fácil rir, transformando as memórias ruins em algo animador, ainda que os pesadelos sejam recorrentes depois de mais de 40 anos.

Como historiador, então, seria impossível não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tornar públicas memórias privadas, advindas de uma relação de confiança estabelecida entre aqueles que abriram as portas de suas casas e os seus corações para receber-me a fim de contar a suas histórias de vida. Cabe, portanto, no desenvolvimento deste trabalho, fazer a interpretação das memórias da violência do Estado, respeitando-as e compreendendo-as como parte importante da vida daqueles indivíduos. Memórias expostas, por exemplo, na voz embargada de Antônio Justino, ao lembrar do momento em que o filho foi visitá-lo na prisão e as dificuldades em falar sobre as sevícias que sofreu; a lembrança dolorida de Edgar Schatzman, apoiando e abraçando o companheiro de cela que o denunciou sob tortura; ou a história das filhas pequenas de Júlio Serpa, que se

apegaram a um simples doce, um chiclete, dado pelo pai na cadeia (Souza, 2015, p. 142). O discurso transcrito deveria ser capaz de refletir as nuances subjetivas na pronúncia, na linguagem do corpo e nos silêncios que compõem as peças fundamentais na construção de vida dessas pessoas. São “as causas e as razões que elas têm de ser como são” (Bourdieu, 2008, p. 10).

Como indicam Schmidt e Mahfoud (1993, p. 292), é preciso garantir uma memória dos grupos, daqueles que não fazem parte do Estado e que por ele são ignorados, pois será na memória coletiva que o passado se reconstruirá e será ressignificado. A memória coletiva, portanto, seria uma forma de história vivente, existindo, sobretudo, na tradição, na qual seus conteúdos se atualizam e se articulam.

O próprio “esquecimento” criado pela história oficial deve ser fonte de pesquisa. É preciso saber interpretá-lo e compreendê-lo. Partindo desses pressupostos, a história oral apareceria, então, traçando novos caminhos para a compreensão deste período e dos grupos que dele fizeram parte.

Bourdieu (1998, p. 183) entende que, ao coletarmos depoimentos de indivíduos, estamos pressupondo que a vida de alguém pode ser definida como um conjunto de acontecimentos que pode ser concebido como história. Por meio de narrativas individuais seria possível encontrar explicações sobre a sociedade. Logo, as qualidades do método biográfico estariam no acesso às vivências e, por consequência, às representações das pessoas na sociedade ou, como afirma Nora (1996, p. 10), “a resultante obrigação de lembrar faz de todo homem o seu próprio historiador” [tradução do autor].

A partir desta perspectiva, a história oral seria capaz de reintroduzir nas Ciências Humanas uma escrita mais subjetiva e, sobretudo, literária, privilegiando a participação de excluídos, marginalizados e de minorias em oposição à memória nacional oficial que, por sua vez, também possui um discurso pautado por interesses individuais e coletivos. Essa abordagem deve ter como regra metodológica a empatia aos grupos dominados, reabilitando a periferia e a marginalidade. Essas memórias subterrâneas acentuam o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional (Pollak, 1989, p. 4). Mas, justamente quando a empatia aparece como preponderante para

o acolhimento de um entrevistado que fale de si, é que deslizes podem acontecer. A história oral, acaba por estabelecer uma relação de proximidade entre o historiador e o indivíduo entrevistado e, a depender dos temas abordados e do contexto da pesquisa, essa proximidade pode gerar vínculos imperceptíveis que podem interferir na análise e interpretação dos dados coletados ou gerar algum tipo de impedimento em seguir adiante. Às vezes, o fardo de ser pesquisador pode tornar-se pesado demais. Esse foi o meu caso ao abordar as memórias de Edgar Schatzmann.

A história oral, como um campo disciplinar, pode aprofundar o conhecimento dos processos históricos e culturais, a partir do questionamento crítico da prática do historiador e da investigação convencional. Esta abordagem pode ser usada como base para inquirirmos documentos que relegam determinados sujeitos ao segundo plano da história. A memória histórica pode solucionar rupturas, produzindo representações imagéticas unitárias da humanidade e oferecendo construções históricas lógicas e recriadas do passado (Schmidt; Mahfoud, 1993, p. 293). Mas, seu manuseio exige cuidado, uma percepção de mundo que impeça o pesquisador de cair em certas armadilhas do cotidiano, entre elas, a diluição de fronteiras entre o pesquisador e o sujeito da investigação. Deve-se compreender os limites da interação entre quem questiona e quem é questionado.

Cabe ao historiador interpretar a subjetividade existente entre o singular e o universal, já que o indivíduo é agente transformador e, ao mesmo tempo, sujeito submetido à história. O processo de compreensão do papel da memória na sociedade deve levar em consideração a análise daquilo que nos faz indivíduos e nos torna diferentes dos outros ao nosso redor e a análise da relação desses indivíduos com essas características singulares. A memória é parte fundamental, portanto, na construção da identidade social. Ela deve ser utilizada para compreender o indivíduo como a expressão de um grupo. Por isso, no caso dos atingidos pela OBV, é impossível dissociar as coisas práticas da vida, como trabalho e renda digna, sem levar em consideração as dificuldades para retornar ao mercado de trabalho após a prisão, ainda que esta tenha sido política. Esses sujeitos acabaram atravessados para sempre pelo passado que insiste em não passar.

De acordo com Bourdieu (1983; 2008), a intervenção do pesquisador sobre esses depoimentos deve ser evidente, mas deve procurar fazer-se esquecer. Ou, como aponta Pollak (1992), deve-se reconhecer que contar sobre a própria vida não é natural. Talvez à exceção de artistas ou políticos, trata-se de uma prática estranha. Aquele que nunca foi perguntado sobre quem é, tem muita dificuldade para entender o interesse sobre si. Além disso, “o narrador não é indiferente ao pesquisador como representante de um outro grupo e, portanto, sua narrativa é, inclusive, um diálogo com este grupo que o pesquisador representa” (Schmidt; Mahfoud, 1993, p. 295-296). No caso da família Schatzmann, essa afirmação não é completamente verdadeira. Apesar de não terem, necessariamente, uma participação concreta na vida política institucional do município, Edgar e sua companheira Lúcia Schatzmann tornaram-se peças-chave entre os pesquisadores da ditadura militar em Joinville. Isso porque ele foi uma das figuras mais importantes entre os presos da OBV¹ enquanto ela teve papel muito importante para a localização de pessoas que foram alvo das prisões políticas no norte do estado. Essa participação colocou os dois na posição de informantes privilegiados, ao mesmo tempo em que ambos se colocaram à disposição para compartilhar as suas memórias sempre que fosse necessário.

¹ Edgar Schatzmann esteve na União Soviética para cursar engenharia no início dos anos 1960, onde ficou por cerca de dois anos antes de decidir retornar ao Brasil para lutar contra os militares que se instalaram no poder, em 1964. O militante do PCB foi preso outras duas vezes antes da OBV e viveu um tempo na clandestinidade, sob o codinome Hercílio. Foi nesse período que conheceu Lúcia Schinato Schatzmann, com quem se casou e teve duas filhas. Edgar era responsável por distribuir os jornais do PCB no norte de Santa Catarina enquanto trabalhava sob nome falso como operário para ajudar no sustento da família. Lúcia, por sua vez, dava apoio ao companheiro enquanto atuava como secretária em um consultório médico. Quando o marido foi levado pelos militares, a esposa tornou-se uma das principais figuras na busca pelos presos políticos da OBV que, durante algum tempo, permaneceram desaparecidos. Foi ela, também, que esteve à frente da organização das esposas para visitar os maridos quando estes tiveram o paradeiro informado pelos militares e foram transferidos para Florianópolis.

Além das entrevistas com a família Schatzmann, foram coletados cerca de 30 outros depoimentos de várias pessoas relacionadas ao evento, bem como documentos oficiais, entendendo que, de acordo com o que foi apontado por Pollak (1992), o mais importante numa entrevista são as partes mais consistentes e as menos fundamentadas. Estes trechos são aqueles que devem ter a sua autenticidade confirmada “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (Halbwachs, 2006, p. 29). Deve-se utilizar outras entrevistas, pois, ainda que entre um mesmo grupo, as relações existentes entre as pessoas e as histórias individuais que produzem sobre os fatos decorridos nunca são totalmente equivalentes. Na coleta de histórias, a confrontação torna-se uma característica intrínseca da narrativa. No geral, ao falar de si, os indivíduos tendem a formular a própria história, confrontando, adaptando e acomodando elementos que flutuam entre o presente e o passado e entre o individual e o coletivo, como: “‘casos’ pessoais ou antigos, opiniões próprias e alheias, distinções entre pontos de vista, descrições dos diferentes modos de vida em diferentes épocas, histórias tradicionais, referências a diferentes grupos” (Schmidt; Mahfoud, 1993, p. 295). Nesse caso, as conversas com Schatzmann eram facilitadas pela constante participação da sua esposa, Lúcia, invariavelmente presente nos dias em que tínhamos entrevistas agendadas. Desse modo, as lacunas eram complementadas por ambos.

A memória é essencialmente coletiva, pois nenhuma lembrança existe fora da sociedade, já que é ela quem determina o que é memorável e quem cria os chamados lugares de memória (Nora, 1996). Mas, também é seletiva: nem tudo fica registrado. O que a memória individual grava, exclui ou relembra é o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Os grupos sociais, então, acabam por criar uma “espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva” (Schmidt; Mahfoud, 1993, p. 291). O indivíduo, portanto, possui dois tipos de memórias, uma individual e outra que resulta de memórias coletivas.

A memória é falha e, para tentar ocupar as lacunas existentes, podem e devem ser criados lugares de apoio, que são os espaços de comemoração. “Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir

de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela” (Pollak, 1992, p. 2-3). No caso de Pollak, este faz questão de indicar que para a sua geração, na Europa, o principal exemplo disso seria a Segunda Guerra Mundial. No caso de Joinville, a ditadura militar não aparece em monumentos de rememoração de um passado terrível da história do país, pelo contrário, os monumentos homenageiam militares, são nomes de escolas (Presidente Castelo Branco e Presidente Médici, respectivamente primeiro e terceiro ditadores), nomes de ruas e, inclusive, o nome de um bairro inteiro (Bairro Costa e Silva, segundo ditador). Nesse sentido, restou ao Arquivo Histórico da cidade ser a contraposição a essa memória oficial, coletando, guardando e expondo a memória dos presos e de seus familiares, tornando-se de suma importância para que eu pudesse seguir desenvolvendo a minha investigação depois que decidi não mais coletar entrevistas da família Schatzmann.

Como foi dito anteriormente, Lúcia Schatzmann esteve presente em quase todos os momentos em que estive com Edgar, mas isso não aconteceu sem motivo. Durante a pesquisa, Lúcia e Edgar não moravam na mesma residência, sequer dividiam a mesma cidade. Ele morava em Joinville, na mesma casinha de madeira em que nasceu, há quase um século, enquanto ela vivia na Barra do Sul, município vizinho, no litoral catarinense. Isso se dava porque ambos levavam vidas bastante distintas, ela querendo a paz e o sossego de viver próxima ao mar, enquanto ele gostava de ser mais ativo, fazendo teatro e outras atividades semelhantes. Foi, inclusive, nesse momento que nos aproximamos, quando, entre os anos de 2006 e 2013, frequentamos os mesmos espaços culturais. Quando iniciei a investigação, portanto, estávamos próximos, ainda que não fôssemos, necessariamente, amigos.

Em 2011, convidei-o para palestrar a estudantes do Ensino Médio da escola pública em que eu lecionava. Ele de pronto me atendeu. Por volta de duas horas, falou para uma plateia de cerca de 100 estudantes amontoados em uma sala de aula, mas que sequer piscavam, enquanto ele contava sobre os momentos em que viveu na União Soviética, como retornou ao Brasil, sobre sua relação com Lúcia e como foi ser preso pela ditadura. Toda vez que lembro do instante em que contou sobre as torturas pelas quais passou, rememoro a emoção que senti. Edgar

citou um a um os vários mecanismos e as ferramentas de violência utilizados pelo Estado até ser questionado por um estudante sobre se ele havia sido violentado de alguma daquelas maneiras. A resposta foi contundente e ao mesmo tempo, em tom de brincadeira, quase como querendo divertir os estudantes: “Ih, meu filho! Passei por todas estas que citei! Não escapei de nenhuma!”. As meninas e os meninos ali presentes e eu, inclusive, rimos daquele comentário. Mas, o que se seguiu foi um silêncio profundo, entremeado por algumas lágrimas. Todos se deram conta, naquele momento, que Edgar estava lidando consigo mesmo ao fazer piada. Que aquilo não era sobre fazer rir, mas sobre evitar o sofrimento. Um sofrimento que está sempre presente todos os dias. Como ele me confessou certa vez, no medo que sente sempre que vê uma viatura policial se aproximar.

Para Agamben (2008, p. 107), depois que o indivíduo testemunha algo traumatizante, o que se tem é um acontecimento que eternamente volta, um horror transformado em vergonha e culpa pelos que sucumbiram.

Depois daquele dia, tive a certeza do que gostaria de investigar e de como urgia realizar aquela pesquisa. Ao ser aprovado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP-UFSC), então, passei a entrevistar Edgar Schatzmann formalmente e ele facilitou o contato com outros ex-presos, como o seu amigo e companheiro de partido Júlio Serpa. Durante uma dessas entrevistas, no entanto, quando estávamos na sala de sua casa, com a presença de Lúcia, com tudo pronto para iniciarmos, com o gravador já ligado sobre a mesa e todos devidamente acomodados, Edgar lembrou-se de que tinha um vinho aberto e, entusiasmado, gentilmente me ofereceu e saiu por uns minutos para buscar a garrafa. Desliguei o gravador para esperá-lo e, nesse instante, enquanto estávamos a sós, Lúcia e eu, as coisas mudaram. Ela então me disse o porquê de estar sempre presente nos dias das entrevistas: tinha receio de que as entrevistas afetassem seu companheiro de modo muito profundo. Ao falar sobre seus tempos de prisão, Edgar tentava minimizar algumas passagens, mas os dias seguintes ao processo de rememora-

ção eram muito difíceis. Lúcia disse-me que situações emocionalmente delicadas tinham ocorrido em anos anteriores e não queria que se repetissem.

Aquilo me atingiu como uma punhalada no peito. Lembro que me senti sufocado e mal conseguia respirar. Como historiador com foco no tempo presente, utilizando a metodologia da história oral, percebi a imprudência. Meu trabalho, inadvertidamente, servia como um retorno às salas de torturas, aos calabouços da ditadura, e eu não tomava o devido cuidado para evitar que isso ocorresse. Evidentemente, não houve clima para seguirmos. Quando Edgar voltou com o vinho, disse-lhe que o gravador havia desligado e não queria mais funcionar, então bebemos e conversamos sobre coisas da vida, sem tocarmos no assunto para o qual havíamos agendado o depoimento.

Depois daquela noite, nunca mais entrevistei a família Schatzmann: utilizei as entrevistas que eu já havia realizado e aquelas que estavam disponíveis nos arquivos do LHO-Univille e do Arquivo Histórico de Joinville para responder a possíveis questionamentos. Ainda compartilhei com Edgar e Lúcia outro momento importante, quando, em 2022, ocorreu um evento de apresentação do livro oriundo da pesquisa. Ao saber de sua presença no ato, evitei tratar do assunto da mesma forma que faria para um público acadêmico, omitindo as partes mais duras. Contudo, ele preferiu se retirar durante a apresentação e retornou mais tarde para receber seu exemplar. Assim, 14 anos depois de tê-lo conhecido e de ter recebido a sua assinatura em um livro do qual ele era um dos personagens principais, tive a oportunidade de apresentá-lo com o livro que resultou da investigação que conduzi no mestrado, intitulado *“Eu também fui torturado”: feridas abertas da ditadura militar brasileira* (Souza, 2021), no qual Edgar Schatzmann é uma das figuras centrais.

Ao se recusarem a falar de torturas sofridas, não significa que alguns presos procurem construir uma imagem “oficial” e socialmente aceitável de si. Nesses casos, não falar por vezes tem o significado de evitar a revitimização e de lutar contra esse “acontecimento que eternamente volta” (Souza, 2015, p. 143). É como se, ao não falar, seja possível não lembrar, como se o que ocorreu pudesse não ter acontecido e que a vergonha ou a culpa deixassem de existir.

Os efeitos deixados pela repressão nos militantes de Joinville e em suas famílias foram avassaladores, tanto política quanto socialmente. Na vida social, a depressão e/ou o alcoolismo atingiram quase todos os presos. A vida, por vezes, parece insuportável. Em outros casos, doenças graves decorrentes do abuso de álcool e tabaco também resultam das sevícias do cárcere.

Politicamente, houve uma devastação do PCB. Com a redemocratização, o partido não conseguiu readquirir a força necessária para rearticular a organização da classe trabalhadora na cidade. Posteriormente, no início dos anos 1990, houve uma cisão que resultou, ao longo dos anos seguintes, na desmobilização da militância comunista.

O uso da história oral como método para a construção de um trabalho com o objeto que explorei mostra-se importantíssimo, pois a anistia apresentada pela ditadura em 1979 permitiu aos presos a liberdade, mas também garantiu a impunidade aos agentes do Estado envolvidos com a repressão, isentando-os dos crimes que cometeram. Por sua vez, os depoimentos asseguram que a memória daqueles que lutaram contra a ditadura não seja apagada, pois esquecer o que aconteceu com cidadãos e cidadãs brasileiras que se opuseram ao regime, seja em Santa Catarina durante a OBV ou em qualquer outra região do país, é condenar uma vez mais os indivíduos que lutaram pela redemocratização do país. Contudo, o esmero ao coletar e manejar indícios de memórias tem em vista lidar com as armadilhas da memória, evitando que nos façam romper a linha tênue entre o fazer história e o fazer sofrer. Trazer memórias de dor à tona exige um cuidado e um respeito à história de uma vida, como apontou Le Goff (1990, p. 12), para quem “a necessidade do historiador de misturar relato e explicação fizeram da história um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O que falar quer dizer. In: BOURDIEU, Pierre (org.). **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 75-88, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 183-192, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do sol**. Florianópolis: Ed. UFSC; Fundação Boiteux, 2006.

NORA, Pierre. **Realms of memory: the construction of the French past**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROCHA, Maria da Glória. [Entrevista cedida a Fabrício Porto e Fábio Porto]. **Ditadura Reservada** (Documentário). Joinville, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AoRnkeXwZgQ>. Acesso em 06 set. 2025.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

SOUZA, Eliton Felipe de. Memórias da Operação Barriga Verde: a caça aos comunistas em Santa Catarina. **Perseu**, n. 11, p. 114-145, 2016.

SOUZA, Eliton Felipe de. **“Eu também fui torturado”, as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro**. 2015. 159f. Dissertação. Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

SOUZA, Eliton Felipe de. **“Eu também fui torturado”**: feridas abertas da ditadura militar brasileira. Curitiba: Appris, 2021.

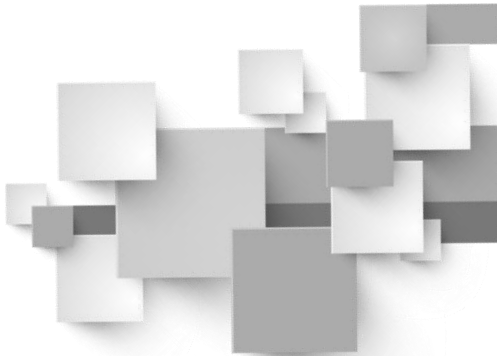
Do papel ao pixel: estratégias para pesquisa histórica do/no tempo presente

Vitória Maria de Sousa

Mestranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduada em História pela mesma instituição. Bolsista Capes. Contato: grbvitoriasousa@gmail.com

Wesley dos Santos Graper

Doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e mestre em História pela mesma instituição. Graduado em História pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Bolsista Capes. Contato: wesleygraper06@gmail.com



INTRODUÇÃO

Uma das características da História do Tempo Presente tem sido o grande contingente de fontes com as quais os historiadores desse campo se deparam. A internet e as bases de dados disponíveis *on-line* transformaram a pesquisa científica – não só em história – e novas áreas do conhecimento têm surgido para tentar lidar com essas novas maneiras de se produzir conhecimento. Nas Ciências Humanas, temos assistido surgir debates em torno das Humanidades Digitais, que, segundo Celso Castro (2020, p. 2), podem “incluir tudo que signifique a aplicação de computação e de tecnologias digitais ao universo das humanidades”. No campo da história, conforme sinalizado por Anita Lucchesi e Mônica Ribeiro de Oliviera (2024, p. 6), “a incorporação de procedimentos da história digital possibilita produzir um conhecimento antes não possível pelas formas analógicas [...]”.

O recente e acelerado desenvolvimento tecnológico, conforme apontou Juan Andrés Bresciano (2015, p. 20), acabou por alterar o conceito tradicional de “fonte histórica” ao inovar nas suas formas de disponibilização, armazenamento, coleta/registro, organização, sistematização, classificação etc. Ainda, segundo o autor:

a diversificação dos utilitários informáticos e das redes telecomunicativas revolucionou os métodos e técnicas com os quais o pesquisador coleta, processa, compara e interpreta seus dados. Em síntese, trata-se de uma renovação das tarefas heurísticas e hermenêuticas que exige uma reflexão metodológica adequada aos desafios do presente (Bresciano, 2015, p. 20, tradução nossa).

Em meio a estas novidades e desafios, historiadores e historiadoras da História do Tempo Presente são involuntariamente tomados de assalto pela realidade incontornável das Humanidades Digitais, principalmente no que diz respeito ao grande contingente de fontes dispo-

níveis *on-line* e na própria utilização de documentos nativamente digitais¹, como posts de redes sociais, notícias em jornais digitais, blogs, e-books etc.

A título de exemplo, o crescimento exponencial das inteligências artificiais e de sistemas de tecnologia diversos tem levantado diversos debates, porém, o que se percebe é a proeminência do medo e da hesitação quanto aos seus usos nas Ciências Humanas. Alguns, talvez, se questionem se os sistemas ocuparão nossos papéis como historiadores e cientistas sociais ou se irão organizar fontes, observá-las sobre inúmeras perspectivas e sugerir hipóteses que nós, talvez, não seríamos capazes de conceber. Seja como for, estes recursos estão crescendo e podemos – a bem da verdade, devemos – aprender a usá-los a nosso favor.

Neste capítulo – que, salvo introdução e considerações finais, está dividido em três seções –, iremos desenvolver, com base em experiências pessoais de pesquisa, algumas reflexões acerca dos desafios e pertinências do uso de algumas ferramentas na investigação em História. Assim, tentaremos responder às seguintes perguntas: como avaliar a pertinência do uso das tecnologias na pesquisa? Quais técnicas são as mais adequadas a determinados propósitos de investigação? Como melhor utilizá-las a nosso favor? Quais são suas possibilidades e limites? Na primeira seção são feitas considerações teóricas sobre a necessidade do uso de ferramentas técnicas na organização da pesquisa. Em seguida, sugere-se um passo-a-passo para coleta, organização, sistematização e classificação de documentos (particularmente periódicos). Na terceira e última seção, apontamos alguns *softwares* que podem ser utilizados na organização da pesquisa histórica, bem como elaboramos um roteiro que esquematiza as funções de alguns destes sistemas com tutoriais para consulta.

¹ Fontes nativamente digitais são aquelas criadas no meio *on-line*, como posts em redes sociais, *e-mails*, *e-books* etc. Elas exigem não apenas novas ferramentas de análise, mas uma redefinição da crítica documental, já que são moldadas por dinâmicas tecnológicas e sociais ausentes em arquivos tradicionais, conforme debate proposto por Rosenszweig (2005).

SOBRE A NECESSIDADE DA TÉCNICA COMO ALIADA NA PESQUISA EM HISTÓRIA

Michel de Certeau (2020, p. 67), em obra clássica, havia apontado que os historiadores não se debruçam sobre o “tempo” *in natura*, mas trabalham “sobre um material para transformá-lo em história”. Estes profissionais exercem sobre a matéria-prima – os objetos de interesse histórico – “uma manipulação que [...] obedece a regras”. Ainda segundo o autor, o processo de fazer história como ciência sempre se inicia “com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”, independente de se encontrarem em arquivos ou outros acervos, coleções, fundos, bibliotecas etc. Esta etapa, basicamente, “consiste em *produzir* tais documentos”, afirma Certeau (2020, p. 69).

Este procedimento – assim como outros que obedecem a regras da produção científica –, não pode ser operacionalizado aleatoriamente, mas exige recursos de intermediação. A título de exemplo, Umberto Eco (2001, p. 93), ao tratar da revisão bibliográfica na pesquisa científica, menciona que o investimento em *fichas de leitura* (ou fichamentos), ainda que uma atividade bastante morosa, é inestimável e recompensador em termos de eficiência. Do mesmo modo, dá a importância da *técnica* na pesquisa em história, principalmente no que diz respeito aos seus procedimentos metodológicos de manipulação dos objetos de interesse histórico ao transformá-los em documentos – para se valer novamente das considerações de Certeau (2020).

A técnica, apontam diferentes autores e autoras, é o que produz “a mediação entre a teoria e as evidências” (Vieira; Peixoto; Khoury, 1991, p. 53). Em outras palavras, é o que permite matizar nossos construtos *a priori* da investigação (objeto, pergunta, objetivos gerais e específicos, assim como valores pessoais e politicamente ideológicos) tendo em conta as evidências empíricas. Ademais, a técnica tem também “por finalidade recuperar a lógica própria do processo em estudo; isto é, apreender a propriedade das evidências, que é a problemática vivenciada pelos agentes” (Vieira; Peixoto; Khoury, 1991, p. 54). Com o emprego adequado da técnica, é possível organizar os fragmentos de

passado de modo a apreender os conflitos subjacentes aos agentes sociais pretéritos, bem como atribuir sentido às suas ações, tendo como lente a problematização proposta de antemão.

Assim, conforme apontado por Tânia Regina de Luca (2020, p. 77), os historiadores precisam “definir uma forma de lidar com os dados que vão sendo reunidos” ao largo do processo de pesquisa. Na perspectiva da historiadora, “pouco importa o suporte, papel ou telas, o importante é ordenar e organizar as informações”. Ela ainda sinaliza com um importante alerta: “a mera acumulação de dados, além de ineficaz, pode gerar a sensação de desalento diante de elementos desconexos, que pouco contribuem para gerar reflexão e crítica [...]” (Luca, 2020, p. 77).

Compreendemos que cabe a cada pesquisador avaliar qual a técnica mais adequada às suas proposições investigativas, sejam elas fichas elaboradas em programas de computador como Word ou Excel ou os mais variados *softwares* à disposição. Para tal decisão, deve-se levar em consideração aspectos como o volume da documentação a ser analisada, se sua tipologia documental (textual, iconográfica, sonora, audiovisual) adequa-se à técnica adotada e a disposição pessoal em enfrentar desafios específicos nos processos de organização e sistematização documental. É fundamental reconhecer que, independentemente do suporte escolhido para sistematização do conteúdo do material de interesse histórico, o sistema operacional determinante na investigação ainda é o exercício cognitivo do historiador perante o material analisado. Logo, independente da escolha, o importante é executá-la a serviço dos interesses de pesquisa. É neste sentido que se orientam as reflexões de Tiago Gil (2021, p. 17-18), quando argumenta sobre a busca por automatizar procedimentos da pesquisa histórica:

[...] historiadores buscam automatizar seus procedimentos e [...] não há como criar um software [ou outra técnica de organização] em que, utilizando as técnicas do conhecimento histórico, coloquemos o problema e obtenhamos a resposta. O que é possível (e bastante viável) é automatizar alguns procedimentos do historiador em cada uma dessas etapas para que o pesquisador possa fazer tantas “ações combinadas” quanto pretenda, de modo eficiente, e criar uma ferramenta com a qual

ele possa reunir os materiais, os dados [...], em um ambiente que permita seleções, buscas e ordenamentos variados sem a perda da informação original.

A seguir, tendo como base nossas experiências de pesquisa, faremos algumas propostas no que diz respeito a alternativas de técnicas para organização da prática de pesquisa em história. Esses apontamentos decorrem de práticas investigativas baseadas no trabalho com fontes seriais, sobretudo a imprensa. Sabe-se que os estudos em História do Tempo Presente recorrem amplamente aos periódicos, dada sua relevância para a compreensão de objetos próximos no tempo ou marcados pela contemporaneidade (Arend; Lohm, 2022, p. 125).

COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E CODIFICAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS: ENTRE O ARTESANAL E O DIGITAL

O primeiro passo imprescindível, antes da coleta, organização e sistematização dos documentos, é a identificação de onde eles se encontram salvaguardados. No que diz respeito à imprensa periódica, é possível consultar bibliotecas públicas (Biblioteca Pública de Santa Catarina e a Biblioteca Nacional, por exemplo) e repositórios digitais (Hemeroteca Digital Catarinense e Hemeroteca Digital Brasileira – a primeira, alimentada pelo acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina; a segunda, pelo acervo da Biblioteca Nacional). É preciso atentar-se que algumas bibliotecas exigem agendamento prévio para consulta, enquanto outras não. Isso geralmente depende do fluxo de circulação de pessoas naqueles locais.

Cumpra salientar que o fato da documentação se encontrar em acervos físicos ou repositórios digitais altera os procedimentos de consulta e coleta. No primeiro caso, recomenda-se sempre estar acompanhado de uma câmera fotográfica ou telefone celular com aplicativo de câmera digital, além de um conjunto de folhas almaço (em algumas bibliotecas é permitido o uso de cadernos, mas, para evitar congestionamentos, é favorável evitá-los). Recomenda-se que a cada fotografia de reportagem individual ou página completa se registre nas folhas de anotações dados importantes para a sistematização, tais como as pri-

meiras palavras do título, cidade do jornal, data, página e eventualmente o assunto tratado – isso depois facilitará a classificação ou codificação das reportagens. Esses procedimentos são importantes, pois alguns jornais, salvo em suas primeiras páginas, não costumam registrar data e paginação nas demais folhas das edições. Este registro evita percalços posteriormente na sistematização.

Ainda sobre estratégias para evitar contratempos em etapas posteriores, na medida em que se folheia as edições dos jornais, a coleta fotográfica exige cuidados no sentido de evitar alterações na ordem cronológica das reportagens na pasta de armazenamento da câmera fotográfica. Uma estratégia para contornar isso é evitar fotografar páginas e edições que já haviam sido visualizadas. Caso isso seja necessário – o que é bastante comum, pois certos episódios encontrados nos jornais às vezes só passam a fazer sentido após desenlaces posteriores –, é importante registrar uma observação nas folhas de anotações.

Quando a consulta e a coleta ocorrem em repositórios digitais, a operação geralmente é bastante similar, apesar de guardar desafios distintos. A despeito de neste caso ser dispensável o deslocamento físico às bibliotecas ou arquivos, a consulta aos repositórios digitais é por vezes afetada pela lentidão de algumas plataformas, às vezes ocasionada por um serviço de internet deficitário, o que pode exigir bastante paciência do pesquisador. Ademais, em certos repositórios, como a Hemeroteca Digital Brasileira, o historiador pode também se deparar com jornais que se encontram sob a guarda de direitos autorais (o *Jornal do Brasil*, por exemplo). A coleta, deste modo, não poderá ocorrer por meio do download (opção “salvar imagem”), sendo necessário recorrer à captura de tela. Uma dica importante – particularmente no manuseio da Hemeroteca Digital Brasileira – é estar atento à resolução da imagem, alterada conforme o *zoom* (opções “aumentar” e “diminuir”, presentes na parte superior direita da tela). Quanto maior a proporção da imagem na tela do computador, melhor será sua qualidade de resolução ao ser carregada para o computador do pesquisador.

Uma das vantagens da coleta de documentos periódicos em repositórios digitais é que ela pode ocorrer simultaneamente à sua organização – sendo dispensável a etapa de passar os arquivos fotográficos

para o computador – e sistematização, com o imediato registro das mídias na ficha de análise digital.

No que diz respeito à organização, é importante que em pastas digitais (alocadas em um HD externo ou em nuvem de armazenamento) o pesquisador discrimine subdivisões obedientes a critérios como os locais/cidades de produção dos documentos (a exemplo de Florianópolis, Rio de Janeiro etc.). Em cada uma dessas pastas impõem-se uma última subdivisão pelo critério de ano de produção dos documentos (1942, 1943, 1944 etc.). Ao ser feito o *download* ou efetuada a captura de tela da reportagem/edição considerada pertinente, cada documento em formato PNG ou PDF correspondente a uma matéria ou edição depositada nestas pastas deve ser renomeado da seguinte forma: Ano, mês, dia, nome do periódico e página (exemplo: 1942_08_19_A Notícia_01).² É importante prestar atenção para que os títulos estejam em forma decrescente, tendo em vista o objetivo de manter os documentos organizados cronologicamente. Este procedimento também se aplica ao momento em que as mídias fotografadas em arquivos físicos forem transportadas para o computador do pesquisador, precedido do momento de sistematização na ficha de análise digital, descrito abaixo.

Assim que feito o *download* ou a captura de tela dos documentos resguardados nos repositórios, conforme o procedimento acima descrito, a documentação pode ser imediatamente sistematizada e classificada/codificada, valendo-se da técnica de *ficha digital de análise* elaborada em um documento de Word ou Excel, cujos critérios de sistematização podem ser os seguintes: data de produção; referência do documento (ABNT); transcrição e/ou descrição do documento; além dos subcritérios: palavras-chave, observações, materialidade e análise (quadro 1).³ No cabeçalho é importante registrar dados gerais da pesquisa, do pesquisador, do documento analisado e onde ele se encontra disponível para consulta, discriminando o recorte temporal consul-

² Caso existam mais de uma reportagem fotografada ou capturada de uma mesma página é possível renomear da seguinte forma: 1942_08_19_A Notícia_01_02. Isso manterá a sequência cronológica dos documentos.

³ O exemplo em questão foi utilizado em Graper (2025, p. 38). Outro exemplo pode ser consultado em Mira (2024, p. 37).

tado. Recomenda-se a elaboração de uma ficha para cada jornal, recebendo cada uma delas uma numeração de identificação. Considerando as pastas em que estiverem armazenados, os documentos podem ser intitulados com o número da ficha e o nome do jornal (01_A Notícia, por exemplo).

Quadro 1 – Exemplo de ficha digital de análise

FICHA DIGITAL DE ANÁLISE [01] DOCUMENTOS CONSIDERADOS PERTINENTES À PESQUISA PESQUISADOR: [Nome do pesquisador] PROJETO DE PESQUISA: [Título do projeto] JORNAL: A Notícia (Joinville) DISPONÍVEL EM: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital (1942-1944) / Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (1946-1947). Obs.: O jornal deixou de circular em dezembro de 1944 e voltou apenas em maio de 1946.			
DATA	REFERÊNCIA DO DOCUMENTO [ABNT]	TRANSCRIÇÃO E/OU DESCRIÇÃO DA FONTE	CRITÉRIOS
			PALAVRAS-CHAVE OBSERVAÇÕES MATERIALIDADE ANÁLISE

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Ainda que a ficha acima seja bastante intuitiva quanto às funções de cada uma de suas partes, importa sugerir alguns usos. Cada uma de suas linhas destina-se a uma reportagem do jornal em análise. No registro das datas, é importante que elas sempre apareçam em ordem decrescente, evitando confusões. Inscrever de antemão a referência nas normas da ABNT será um grande facilitador do processo de reda-

ção do trabalho em elaboração, porém, é importante atentar para algumas especificidades dos documentos periódicos⁴. O pesquisador pode optar pela transcrição integral das matérias consideradas pertinentes à pesquisa⁵ ou simplesmente anotar os trechos que considerar mais relevantes. Cada uma dessas escolhas tem suas vantagens e desvantagens. A primeira prolonga a vida útil da ficha, possibilitando seu uso para outras investigações com problemas de pesquisa não antes previstos. A segunda opção, que geralmente submete totalmente a ficha aos problemas da investigação em vigência, oferece vantagens para a otimização de tempo.

Na coluna sugerida para descrever critérios, no campo observações, é possível anotar as primeiras impressões do documento antes de uma leitura mais aprofundada. A materialidade diz respeito a aspectos visuais, dispensando retornar a todo momento à mídia original, enquanto nos registros de análise é possível ensaiar interpretações, inclusive, com inserção de citações da bibliografia. É ainda relevante mencionar o uso instrumental que pode ser feito das informações inseridas no critério “palavras-chave”, especialmente para a etapa de escrita de artigos, dissertações, teses ou qualquer outro tipo de texto acadêmico. É nesta aba que deve ser feita a classificação/codificação dos documentos, com a escolha de termos que unifiquem diferentes reportagens/edições em denominadores comuns (Fortes; Alvim, 2020, p. 211-212). Quando do processo de elaboração do trabalho escrito, será possível usar o recurso “CTRL + F” e buscar apenas por um único tema, facilitando a visualização dos documentos, assim agilizando a redação.

⁴ É importante observar que, se a matéria ou reportagem citada fizer parte de uma seção ou editorial recorrente, ela deve ser tratada de forma diferente de uma citação comum. Exemplo de citação comum: A última anedota do Führer. **Correio do Povo**, Jaraguá do Sul, p. 04, 16 jan. 1946. Exemplo de citação de uma seção/editorial recorrente: Adesões em massa ao PRP. **Correio do Povo**, 03 out. 1946. Página do Partido de Representação Popular, p. 04. Ressalta-se também a importância de registrar a autoria do texto, se houver.

⁵ Ao optar por esse caminho, o destaque dos trechos considerados mais relevantes pode ser feito pelo uso do recurso do “negrito” ou por cores.

Quando totalmente preenchida, a ficha de análise digital ganhará um aspecto de “banco de dados”. Na definição de Tiago Gil (2021, p. 35), um banco de dados compreende uma “coleção organizada de dados”, “um lugar onde podemos estocar a integralidade das informações relativas a um assunto, entendendo que este último pode ser um tema ou um problema de pesquisa”. Fruto de escolhas arbitrárias ditadas pelos interesses investigativos do historiador, um desafio, todavia, se impõe: “nossos problemas de pesquisa mudam ao longo da pesquisa” (Gil, 2021, p. 13). Isso faz com que, muitas vezes, a ficha de análise ou o banco de dados e seus critérios de organização se alterem junto com o problema da pesquisa. De modo a balizar esses eventuais contratempos, conforme sugere o mesmo autor, é importante conhecer bem a tipologia documental com a qual se está lidando e planejar ao máximo o processo de pesquisa.

Em síntese, as fichas de análise digital se configuram como uma espécie de “artesanato automatizado” (Gil, 2021, p. 8). Seu uso pode servir especialmente àqueles cujos objetos de pesquisa não exijam técnicas de processamento de dados muito complexas, contemplando a necessidade de sistematização de documentos periódicos e a conferência de inteligibilidade à luz dos problemas de pesquisa. Como anteriormente apontado, cabe ao pesquisador decidir a pertinência de seu uso ou não. Outras alternativas, porém, estão à disposição dos pesquisadores, a exemplo dos softwares. É o que será abordado a seguir.

ORGANIZAÇÃO POR MEIO DE SOFTWARES

Durante as etapas de coleta e sistematização de documentos, o contingente de arquivos codificados pode crescer exponencialmente, como resultado do andamento de diferentes projetos de pesquisa, realizados simultaneamente ou em sequência, e que alimentem um mesmo banco de dados. A depender da investigação em curso, técnicas mais artesanais como a ficha de análise digital acima demonstrada podem não contemplar determinadas demandas, exigindo outras tecnologias que funcionem, sobretudo, como um “suporte à análise qualitativa” (Fortes; Alvim, 2020, p. 209) dos documentos, sejam eles bibliográficos ou de interesse histórico. Cabe alertar que a oferta de novas

ferramentas tem sido intensa, o que leva ao aparecimento frequente de aplicativos com finalidades diversas, com as mesmas finalidades ou com características complementares. Assim, não é intenção aqui de dar conta do vasto número de opções disponíveis, apenas apontar para possibilidades de seu emprego na pesquisa histórica.

Para lidar com a quantidade massiva de referências na escrita de uma monografia, um dos *softwares* possíveis para uso é o *Zotero*, cuja vantagem está na automatização de citações no formato ABNT (ou qualquer outra norma de seu interesse). Para análise qualitativa e codificação de documentos, existe o *NVivo*, o *ATLAS.ti* ou o *MAXQDA*. Há também os clássicos *Excel* e *Gephi*, os quais oferecem ótima visualização dos dados inseridos. Para a escrita de textos, principalmente os colaborativos – como é o caso deste capítulo –, é oportuno o uso do *Google Docs* ou o *Word*, onde é possível a escrita conjunta por meio dos recursos *on-line* a partir de diferentes computadores⁶. Para os fins deste texto, compreendemos todo esse conjunto de *softwares* e aplicativos, em suas diferentes funcionalidades, nas distintas fases da pesquisa histórica, simplesmente como *softwares* de organização.

A primeira utilização desses *softwares* de organização é quase mágica: de uma hora para outra é possível reduzir o tempo de realização da pesquisa. De fato, quando lidamos com um contingente grande de fontes, qualquer automatização poupa drasticamente o tempo usado para organizar a pesquisa ou a escrita, podendo ser então dedicado à análise crítica. No entanto, todas essas fases, desde a pesquisa das fontes e bibliografias, passando por sua organização, análise e escrita da história, requerem a mesma atenção e o mesmo rigor que seriam dedicados em uma investigação que não empregasse tais recursos tecnológicos.

Em primeiro lugar, há cuidados que se originam do próprio uso de plataformas digitais *on-line*. É importante anonimizar dados sensíveis – como nome completo, endereço residencial, número de telefone – que constam nas suas fontes antes de inseri-las nas bases de dados.

⁶ Inclusive, a ficha de sistematização apresentada na seção anterior, caso for servir a um projeto colaborativo, pode ser elaborada no *Google Docs* de modo a facilitar o compartilhamento de informações.

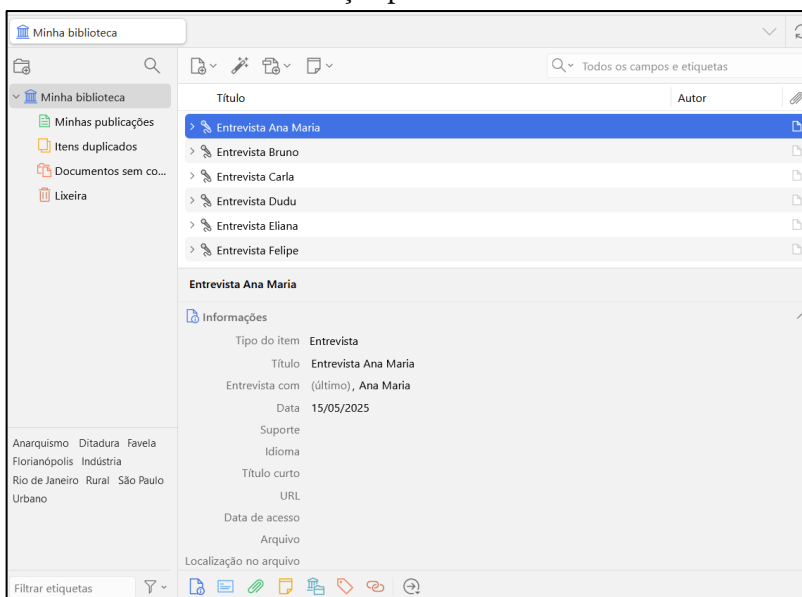
Entrevistas orais requerem ainda mais este tipo de cuidado, uma vez que eventualmente lidam com depoimentos de pessoas já expostas a violências sociais, como imigrantes, por exemplo. Do mesmo modo que no caso da pesquisa em periódicos mencionada anteriormente, os trabalhos situados no âmbito da História do Tempo Presente apresentam um largo emprego de depoimentos orais, tanto de figuras públicas notórias quanto especialmente de pessoas comuns, sujeitas a diferentes processos sociais, por vezes submetidas a relações de poder que podem afetá-las (Ferreira; Amado, 2006; Ferreira; Fernandes; Alberti, 2000). Para protegê-las, pode-se simplesmente alterar os nomes mencionados nas entrevistas ou adotar procedimentos ainda mais cuidadosos. A anonimização evita que, na eventualidade de um vazamento de dados, as pessoas que sejam os sujeitos da investigação tenham suas informações expostas.

É preciso destacar que alguns desses *softwares* de organização só podem ser utilizados mediante pagamento. Apesar da sua vasta oferta na internet, é importante selecionar os softwares que mais fazem sentido ao projeto pesquisa em andamento ou que se pretenda começar. Um dilema recorrente é que, às vezes, os que mais fazem sentido sejam ofertados no mercado por um preço bem elevado. Por isso, antes de contar com a ajuda deles em seu projeto, é importante certificar-se das condições orçamentárias do projeto e as reais possibilidades de adquiri-los. Algumas instituições podem fechar contratos com as empresas que comercializam tais aplicativos por meio de laboratórios, como é o caso do Laboratório de Estudos da Contemporaneidade, da Universidade do Estado de Santa Catarina, que contratou o software *NVivo* para uso dos estudantes ali vinculados.

O primeiro problema aqui já se apresenta: falamos de *softwares*, no plural. É possível que estejamos passando por um fenômeno parecido com a propagação dos serviços de *streaming* de filmes e séries, os quais envolvem assinaturas de vários deles, cada qual com um propósito e uma oferta diferente. Além de provocar uma inflação de serviços e despesas pessoais, pode-se dizer que ocorre também uma fragmentação de funções desses dispositivos, às vezes demandando recorrer a vários deles para diferentes tarefas. A despeito destes impasses e das

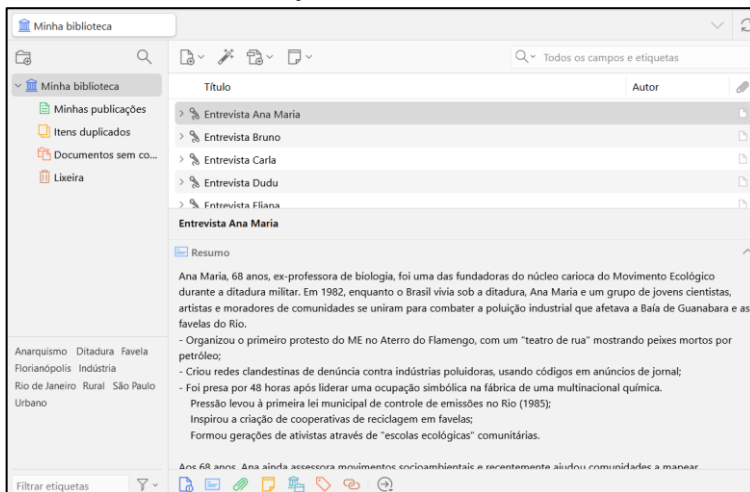
sugestões de utilização de tais *softwares*, cada um deles pode ser manejado com mais de um propósito — basta fazer uso da criatividade com as funções neles disponíveis. O *Zotero*, prático para organização de arquivos bibliográficos e automação de referências, pode também ser utilizado para analisar e organizar transcrições de entrevistas ou outros documentos textuais não seriados, conforme se pode observar nas figuras 1, 2 e 3.

Figura 1 – Captura de tela da interface do software *Zotero*, exemplificando a codificação por meio de metadados



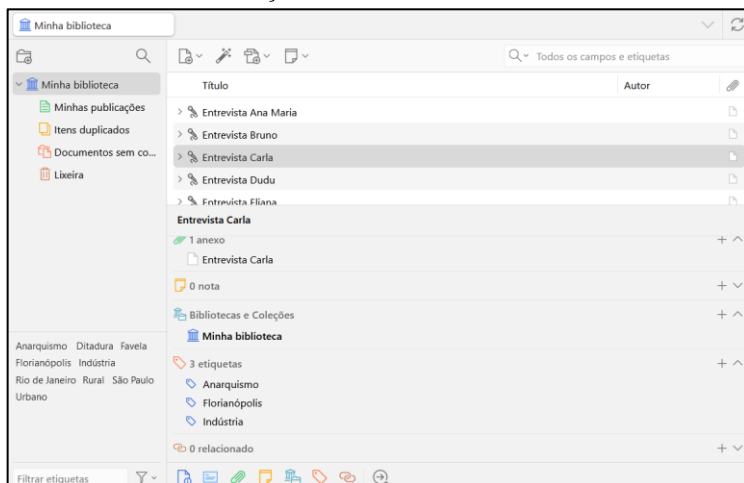
Fonte: Acervo dos autores (2025).

Figura 2 – Captura de tela da interface do software *Zotero*, exemplificando a descrição e análise dos documentos



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Figura 3 – Captura de tela da interface do software *Zotero*, exemplificando a classificação dos documentos com metadados



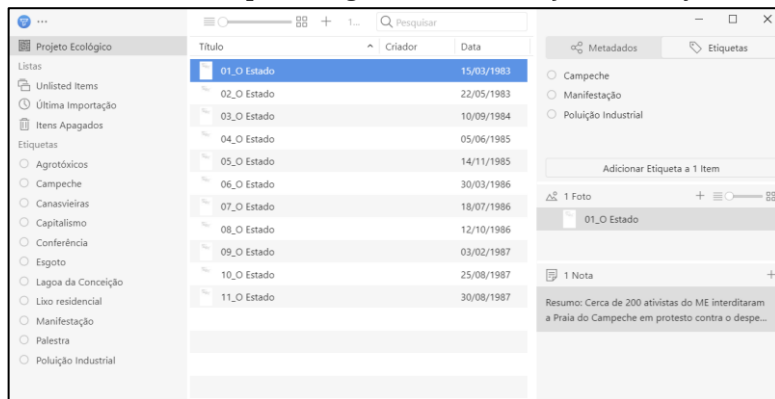
Fonte: Acervo dos autores (2025).

Nas figuras reproduzidas anteriormente é possível observar os diferentes metadados atribuídos a cada documento de entrevista, separadamente e manualmente (nome e sobrenome do/a entrevistado/a, data de realização da entrevista, anexo do documento com transcrição, resumo e palavras-chave, estas últimas sendo visualizadas no canto inferior esquerdo). Em pesquisas que utilizem grande volume de entrevistas, essa catalogação prévia com os metadados no *Zotero* pode facilitar o processo de redação ao automatizar as citações no corpo do texto — isto pode ser feito com a instalação do plugin do referido *software* no editor de texto (*Word* ou *Google Docs*).

A maioria dos programas sugeridos aqui são gratuitos e alguns até mesmo *open source* (código aberto), como o *Zotero*, o que significa que é possível alterar seu código para adaptar o sistema e adequá-lo aos interesses de pesquisa. É sabido que a programação é uma expertise que foge ao ofício dos historiadores. Todavia, foi justamente um grupo de historiadores que criou o aplicativo *Tropy*, que nos oferece um layout simples e prático para lidarmos com um variado conjunto de documentos de interesse histórico, tais como os jornais. Ademais, assim como o *Zotero*, o *Tropy* é igualmente *open source*.

Tendo avaliado o funcionamento de cada *software* que se considerar pertinente aos objetivos da investigação, é importante considerar sua utilização desde o início do processo de pesquisa. Inclusive, é bem-vinda a inclusão de discussão a respeito do uso dessas ferramentas — assim como as fichas apontadas na seção anterior — na metodologia dos projetos de pesquisa e monografias acadêmicas. Diferentes tipologias documentais exigem tratamento analítico variado, sendo essencial conhecer como cada *software* permite lidar com cada uma delas — por outro lado, pode-se também optar por utilizar as fichas de análise qualitativa para alimentar os softwares de acordo com o objetivo pretendido. O *NVivo* poderá oferecer padrões de palavras que mais se repetem nos documentos, codificação de textos e geração de gráficos. O *Tropy*, na figura 4, oferece uma organização mais singela, uma vez que seu foco está em fotos e imagens, mas pode auxiliar na catalogação por palavras-chave, além de oferecer espaço para anotações nos documentos — podendo depois serem exportadas em arquivo único PDF.

Figura 4 – Interface do software Tropy, com exemplo de inserção de metadados em arquivos digitalizados de edições de um jornal



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Um útil recurso disponível ao se sistematizar os documentos nas fichas do *Tropy* – ou em outro *software* que permita uma análise quantitativa – é o que permite a classificação/codificação das fontes com base em palavras-chave. No exemplo observado na figura 4, as etiquetas dispostas no canto esquerdo do *layout* podem servir para compor uma unidade de amostragem das fichas tendo como referência as palavras-chave selecionadas e classificadas, seja por espaços, acontecimentos, personagens, processos, entre outros. Importa ressaltar, como antes já mencionado, que esta automatização não substitui o caráter incontornável da cognição do historiador, que deve decidir quais ferramentas melhor servem aos seus interesses de pesquisa, bem como os usos específicos sugeridos por essas técnicas.

O quadro 2, apresentado a seguir, reúne um roteiro elaborado com base na pertinência de diferentes softwares – gratuitos e pagos – para as diversas etapas da pesquisa em História. Cada programa é acompanhado por um tutorial disponível na plataforma *YouTube*. Ressaltamos que se trata de uma sugestão, com o objetivo de incentivar usos variados dessas ferramentas digitais, especialmente no campo da História do Tempo Presente, como forma de promover inovações metodológicas.

Quadro 2 – Roteiro para uso de softwares na pesquisa histórica

FASE DA PESQUISA	PROGRAMA/ RECURSO	SUGESTÃO DE TU- TORIAL
1 Pesquisa de fontes e bibliografias	Periódicos CA- PES	Tutorial Periódicos CAPES
	Google Acadê- mico	Tutorial Google Aca- dêmico
	Hemerotecas Di- gitais	Tutorial Hemeroteca Digital Brasileira
2 Organização de bi- bliografia	Zotero	Tutorial Zotero
3 Organização de fon- tes	Tropy	Tutorial Tropy
	Notion	Tutorial Notion
4 Georreferencia- mento	QGIS	Tutorial QGIS
5 Transcrição de en- trevistas	Turboscribe	Tutorial Turboscribe
6 Análise qualitativa	ATLAS.ti	Tutorial ATLAS.ti
	NVivo	Tutorial NVivo
7 Visualização de da- dos	Excel	Tutorial Excel
8 Escrita do trabalho	Google Docs	Tutorial Google Docs
	Microsoft Word	Tutorial Word
9 Automação de refe- rências	Zotero Con- nector + Word/Google Docs	Tutorial Zotero Con- nector

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo interdisciplinar das Humanidades Digitais se singulariza por sua dimensão prática e é desenvolvido na medida em que o manuseio combinado de sistemas de tecnologia e documentos de interesse histórico torna-se mais complexo. Este texto buscou servir como uma

introdução a historiadores e historiadoras que abordam a História do Tempo Presente e que pretendem adotar algumas estratégias e técnicas possíveis para organização de documentos. Entendemos que seu uso, se bem avaliado com base nos objetivos da investigação, pode facilitar a prática de pesquisa em todas as suas etapas, desde o momento de revisão bibliográfica e coleta documental, até o passo de redação e demais formas de publicização dos resultados.

Uma consideração final se faz necessária: o uso da Inteligência Artificial (IA) no processo de pesquisa pode ser explorado, desde que com cautela e senso crítico. Essas ferramentas, quando articuladas com *softwares* de organização e análise, podem oferecer suporte pontual — por exemplo, na elaboração de resumos preliminares, na identificação de palavras-chave em fontes documentais ou mesmo na organização de grandes volumes de dados textuais. No entanto, é fundamental destacar que tais recursos não substituem a análise interpretativa, a problematização e o julgamento crítico que são inerentes à prática historiográfica. A IA pode ampliar possibilidades, mas é sempre a cognição do historiador que deve conduzir o processo de construção do conhecimento histórico, conforme ressaltado em diferentes momentos deste texto.

Pode-se sugerir ainda que as ferramentas digitais aqui apresentadas não são meros recursos técnicos, mas funcionam como uma espécie de extensão da cognição historiadora no século XXI. Assim, potencializam a capacidade de organização, análise e interpretação de documentos, permitindo lidar com a complexidade e o volume de dados disponíveis a historiadoras e historiadores que buscam investigar o tempo presente. No entanto, como demonstrado, sua utilização exige critério metodológico e consciência ética — afinal, a tecnologia não substitui o olhar humano, podendo apenas auxiliá-lo. Esperamos que estas sugestões e reflexões sirvam não como um manual, mas como um estímulo para pesquisas cada vez mais rigorosas e criativas, capazes de dialogar com as demandas de uma sociedade imersa na cultura digital. A pesquisa histórica seguirá coexistindo com o uso de técnicas mais artesanais — pois o desenvolvimento tecnológico não é linear,

tampouco inevitável —, mas poderá ser escrita por aqueles que souberem articular arquivos e algoritmos, sem nunca perder de vista a profundidade analítica e interpretativa.

REFERÊNCIAS

AREND, Silvia Maria Fávero; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Nas margens do tempo: a contribuição da Udesc para a história do tempo presente no Brasil. In: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (Orgs.). **História do tempo presente: mutações e reflexões**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

BRESCIANO, Juan Andrés. Los estudios históricos en la sociedad de la información. In: BRESCIANO, Juan Andrés; GIL, Tiago. **La historiografía ante el giro digital: reflexiones teóricas y prácticas metodológicas**. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2015.

CASTRO, Celso. Humanidades Digitais. **Estudos Históricos**, v. 33, n. 69, p. 1–2, abr. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.

FORTES, Alexandre; ALVIM, Leandro Guimarães Marques. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 27, n. 45, p. 207–227, 2020.

GIL, Tiago Luis. **Como se faz um banco de dados (em História)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2021. *E-book*.

GRAPER, Wesley dos Santos Graper. **No limite das paixões políticas**: Santa Catarina diante da crise da utopia fascista, 1942 – 1947. 2025. 502f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2025.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

LUCCHESI, Anita; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. História digital: tecnologia e fazer historiográfico entre teoria e prática. **Locus: Revista de História**, v. 30 n. 1, p. 3-11, 2024.

MIRA, Vinícius José. **“Por Cristo e pela Pátria”**: a Igreja Católica e a Ditadura Militar (Joinville, 1964-1985). 2024. 315f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2024.

ROSENZWEIG, Roy. **Digital History: A guide to gathering, preserving, and presenting the past on the Web**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005. Disponível em: <https://chnm.gmu.edu/digitalhistory/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

VIEIRA, Maria do Pilar de A.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C.; KHOURY, Yara Maria A. **A pesquisa em história**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

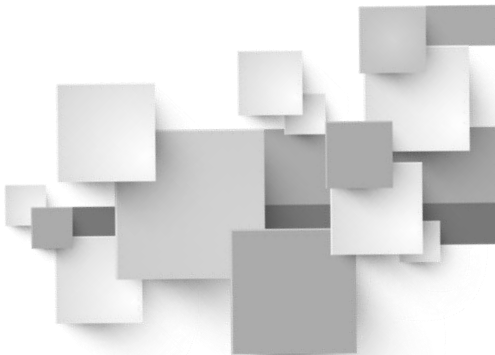
Representações da mulher em charges do *Correio Da Manhã*, *Estado de S. Paulo* e *Folha De S. Paulo* nos anos iniciais da ditadura militar (1964-1968)

Leonardo Brandão

Doutor em História (PUC/SP), Professor Titular de História Moderna e História Contemporânea (FURB) e Coordenador do Grupo de Pesquisa em História em Quadrinhos (GPHQ).

Lara Mingotti

Acadêmica da 7ª fase do curso de História da Universidade regional de Blumenau (FURB) e membra do Grupo de Pesquisa em História em Quadrinhos (GPHQ).



INTRODUÇÃO

O período da história republicana brasileira referenciado como Ditadura Militar¹ (1964–1985) foi fortemente marcado pela restrição de direitos, cerceamento de liberdades e perseguição aos opositores, configurando-se como um passado traumático. Nos debates historiográficos vigentes, as análises empreendidas buscam demonstrar que o golpe civil-militar foi articulado a partir da participação de diversos setores da sociedade brasileira, que, embora heterogêneos, uniram-se em defesa de valores representativos de uma *democracia ocidental e cristã* e contra a “ameaça comunista”. Deste modo, é de interesse dos estudos históricos dedicados à essa temática compreender “a ampla aliança social entre civis e militares que permitiu a vitória do golpe de Estado de 1964” (Reis Filho, 2014, p. 47), e isso em diálogo com os debates que compreendem as ditaduras como produtos da própria sociedade (Rollemberg, 2011). Ao adotar essa perspectiva, a historiografia não nega o caráter autoritário do regime, tampouco as práticas de violação de direitos por ele empreendidas, mas busca superar análises simplistas e dicotômicas a respeito das relações constituídas entre civis e militares.

Neste sentido, um dos desdobramentos mais relevantes no contexto de arquitetura do golpe foi a intensa atuação de organizações anticomunistas que visavam combater o *perigo vermelho*, supostamente responsável por ameaçar “a Constituição, a família e a religiosidade dos brasileiros” (Ferreira; Gomes, 2014, p. 313). Entre os grupos de maior relevância, convém destacar a mobilização de entidades cívicas

¹ Na historiografia concernente ao tema, são muitos os debates a respeito de qual nomenclatura utilizar para se referir ao período: ditadura militar, ditadura civil-militar ou, ainda, ditadura empresarial-militar. Apesar de reconhecermos que o golpe foi civil-militar, as discussões promovidas neste capítulo inscrevem-se na perspectiva que mobiliza a nomenclatura “ditadura militar”, pois compreendemos que, nessa conjuntura, os cargos políticos dos governos autoritários foram ocupados predominantemente por militares. Cf.: REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

femininas² formadas por mulheres conservadoras anticomunistas, pertencentes às classes altas e médias da sociedade, cuja atuação no espaço público esteve pautada essencialmente no discurso de salvaguarda da democracia, da religião e da família. Nesse ínterim, muitas mulheres conservadoras passaram a empreender diversas atividades de cunho pedagógico, assistencialista e moralizante, que visavam ao desmantelamento do governo Goulart. Importa ressaltar que, ao se apresentarem publicamente como mães, esposas e donas-de-casa, as mulheres atuantes nessas associações estabeleciam uma relação indissociável “entre público e privado, entre política e lar, entre Pátria e Família” (Cordeiro, 2008, p. 39), contribuindo para a cristalização de ideias e atributos relativos à feminilidade.

Concomitantemente, é notório o envolvimento da grande imprensa³ no processo de articulação golpista e consequente instauração da ditadura militar no país. Nesse contexto autoritário, a imprensa periódica exerceu um papel ambíguo, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que sofreu censura, também contribuiu para a divulgação e consolidação de representações alinhadas ao regime, existindo assim, momentos de colaboracionismo⁴ de uma parcela desses veículos de

² No âmbito de circulação dos periódicos aqui analisados, convém destacar a atuação da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) - Rio de Janeiro e a União Cívica Feminina (UCF) - São Paulo. Em outros estados, é notória a mobilização da Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE) - Minas Gerais, Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) – Rio Grande do Sul, e a Cruzada Democrática Feminina (CFD) – Pernambuco. Cf.: SIMÕES, Solange de D. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

³ A grande imprensa é aqui compreendida como o conjunto de “jornais e revistas ligados a corporações comerciais, de tradição liberal e de grande circulação nacional”. Ref.: NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago. 2017, p. 347.

⁴ O conceito de colaboracionismo é discutido pela historiadora Beatriz Kushnir em sua tese, cujo objetivo central consistiu em analisar as relações de colaboração existentes entre os periódicos que foram censurados e autocensurados, e o regime autoritário. Cf.: KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2012.

comunicação com os órgãos de repressão. Desse modo, os jornais tornam-se fontes privilegiadas para investigar e compreender os impasses políticos e as manifestações dos interesses liberais que, longe de se reduzirem à lógica binária apoio *versus* resistência, formaram um arranjo político onde coexistiram posições de exaltação e crítica moderada ao autoritarismo em voga. Assim, é inegável que a imprensa, sendo um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (Capelato; Prado, 1980, p. 19), desempenhou um papel importante na construção de imaginários políticos. No período aqui analisado, o conjunto de representações difundidos pela imprensa esteve pautado, em grande medida, na tentativa de conferir legitimidade ao regime recém instituído.

Destarte, nas primeiras semanas após a deflagração do golpe civil-militar, determinados chargistas vinculados aos jornais de grande circulação no país incorporaram elementos do debate político do período às charges produzidas, nas quais as representações de mulheres associadas aos conceitos de “Revolução” e “Democracia” se destacam. Assim, este capítulo tem como objetivo analisar as representações visuais sobre as mulheres em charges publicadas nos jornais *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, entre 1964 e 1968, com o intuito de compreender as dimensões de gênero presentes nas narrativas visuais. A pesquisa, fundamentada na Nova História Política (Rémond, 2003), mobiliza o conceito de cultura política, a partir de uma perspectiva que assinala as ambiguidades e os paradoxos estabelecidas entre o Estado autoritário e a imprensa periódica. Por cultura política entende-se o conjunto de normas e valores “que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado e do seu futuro” (Bernstein, 1998, p. 352). Ao propor uma análise das representações de mulheres conservadoras, reconhecendo-as como um instrumento que visava fortalecer tanto um ideal de feminilidade quanto o “ideal revolucionário” dos militares, a investigação também dialoga com os debates de gênero, buscando compreender “a conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres” (Scott, 1995, p. 90).

O conjunto documental mobilizado pela pesquisa se constitui por charges publicadas em três jornais de grande circulação do eixo Rio-

São Paulo: *Correio da Manhã*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*⁵. A catalogação dessas fontes revelou uma ampla diversidade temática nas representações gráficas. Dentre as 91 charges coletadas, observou-se a predominância de figuras femininas que personificavam a “Revolução”, a “Democracia”, a “Imprensa” e a UDN. A seleção das charges aqui analisadas está diretamente relacionada à centralidade que os discursos da Revolução e da Democracia assumiram no imaginário político dos militares e de setores civis que apoiaram o regime autoritário instaurado em 1964.

As charges são compreendidas neste estudo como estruturas verbo visuais que satirizam um acontecimento histórico, político e social. Sua característica marcante é a habilidade de sintetizar as situações políticas como problemas por intermédio do gráfico, criando uma realidade específica e elaborando uma crítica da razão que incorpora o humor em sua linguagem (Teixeira, 2005, p. 74). Elaboradas a partir de uma linguagem visual com vocação para atingir o grande público, as charges tiveram papel relevante na construção do discurso político da imprensa no contexto ditatorial.

Muito já se discutiu acerca do papel da imprensa durante a ditadura militar. Contudo, ainda são escassas as pesquisas sobre o humor gráfico⁶ produzido nesse contexto autoritário. O enfoque investigativo das pesquisas existentes recai, majoritariamente, sobre as formas de

⁵ Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* possuem acervos próprios, enquanto o *Correio da Manhã* encontra-se digitalizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Tendo em vista que os mecanismos de busca dos acervos não permitem a localização das charges, cada edição dos jornais está sendo consultada página a página. O processo de pesquisa revelou, até o momento, 48 charges publicadas no *Estado de S. Paulo*; 15 no *Correio da Manhã* e 12 no *Folha de S. Paulo*.

⁶ O humor gráfico é aqui compreendido como um conjunto de desenhos humorísticos comumente veiculado aos meios de comunicação, em especial revistas e jornais, que abarca diferentes gêneros, como a caricatura, a charge e o cartum. Cf.: ALBUQUERQUE, Paulo Vitor Martins. **Dizer tudo com pouco:** Hilde Weber e a charge política na ditadura civil-militar (1964-1968). 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2024.

humor veiculadas à imprensa alternativa, nas quais os desenhos de humor se constituem como mecanismos de resistência ao autoritarismo. Entre os trabalhos que se propõem a investigar as charges presentes na chamada imprensa tradicional, destacam-se as análises empreendidas pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2006). Ademais, apesar da extensa produção acadêmica a respeito da participação das entidades cívicas femininas na conspiração golpista de 1964, pouco se debateu sobre as representações de mulheres conservadoras na imprensa tradicional, tampouco nas produções visuais sobre elas difundidas.

Em pesquisa recente, Motta e Toulhoat afirmam que, em conjunturas autoritárias, o desenho de humor pode ser mobilizado como instrumento de protesto e, ao mesmo tempo, como meio de “reforçar algumas representações estigmatizantes e discriminatórias, assim como crenças conservadoras e regimes reacionários” (2022, p. 4). Ao interrogar sobre as representações de gênero nas tramas imagéticas constituídas em plena implementação de um novo regime político, este capítulo assume um compromisso com a função social do ofício historiográfico, uma vez que visa problematizar os usos políticos do humor e da “feminilidade” pelo regime autoritário.

ENTRE O APOIO E A ACOMODAÇÃO: O *CORREIO DA MANHÃ*, O *ESTADO DE S. PAULO* E A *FOLHA DE S. PAULO* DURANTE A DITADURA

A década de 1960 foi um momento de significativas mudanças para a imprensa periódica no Brasil. Tais mudanças foram provenientes de um processo de modernização que resultou no aumento da circulação dos jornais nos principais centros urbanos do país. Nesse período, definido pela historiadora Alzira Alves de Abreu como “apogeu do jornalismo político”, os jornais ligados à grande imprensa tornaram-se agentes engajados nas disputas político-partidárias e em pautas de interesse das elites liberais (Abreu, 2006). Fazendo uso de uma estratégia que visava atribuir legitimidade ao seu discurso, os veículos jornalísticos apresentavam-se constantemente como imparciais e porta-vozes dos “interesses do povo”. Sob a égide de uma suposta “neutralidade”, a imprensa interpretou os acontecimentos a partir dos seus interesses político-econômicos e de um conjunto de representações simbólicas, buscando exercer influência⁷ sobre os comportamentos políticos do seu público leitor (Chammas, 2012).

Aliado aos desafios dos impulsos modernizantes, a imprensa teve de lidar com os impasses do regime autoritário recém instituído. Muito embora a grande imprensa, com exceção do jornal *Última Hora*, tenha contribuído com o apoio civil conferido às ações golpistas que culminaram na ruptura institucional de 1964, seu apoio não implicava plena aceitação dos ideais políticos do novo regime. Desse modo, as relações firmadas entre os órgãos de comunicação e o governo autoritário foram perpassadas por posições complexas e ambivalentes, “variando entre o apoio entusiástico e a crítica” (Motta, 2014,

⁷ Apesar de concordarmos que a imprensa exerce certo grau de influência sobre a opinião pública, reconhecemos que tal prerrogativa apresenta limitações, pois é necessário reconhecer a agência dos sujeitos envolvidos nesse processo. Diante disso, dialogamos com Jeanneney (2003), para quem os veículos de mídia não devem ser vistos meramente como “intervenientes ativos esforçando-se para impor sua influência a sujeitos mais ou menos passivos”. Ref.: JEANNENEY, Jean Noel. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 221.

p. 63). Os periódicos aqui analisados, escolhidos em razão da sua capacidade de circulação e pelo número considerável de charges publicadas, adotaram uma postura de exaltação do golpe, que sofreu variações conforme as arbitrariedades dos governos militares passaram a ameaçar a “agenda liberal” defendida pelas empresas jornalísticas. Apesar de apresentarem semelhanças evidentes, sobretudo a tendência liberal, eles possuem particularidades e divergências que dizem respeito principalmente às suas perspectivas em relação ações autoritárias adotadas pelo regime em nome da ordem social (Napolitano, 2017, p. 348).

Ao longo da década de 1960, o *Correio da Manhã* esteve entre os principais impressos da cidade do Rio de Janeiro, e sua circulação era inferior somente ao *Jornal do Brasil*. Fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, o periódico acompanhou importantes embates da história republicana brasileira, caracterizando a si mesmo como “um jornal de oposição combativo e crítico aos poderes estabelecidos da República” (Chammas, 2012, p. 28). Essa postura oposicionista, marcada nos anos seguintes por uma aproximação com as classes médias conservadoras e por um discurso *antivarguista* – e, conseqüentemente, anti-trabalhista –, veio à tona no momento da crise institucional de março de 1964, na qual o periódico carioca defendeu “a deposição imediata do presidente, e saudou em seguida a vitória dos militares” (Chammas, 2012, p. 31).

A postura adotada pelo *Correio da Manhã* pode ser observada também no periódico paulistano *O Estado de S. Paulo*, respeitando as particularidades delegadas a cada jornal. Em estudo sobre as posições ideológicas defendidas pelos principais jornais de grande circulação no país, o historiador Francisco Fonseca definiu a linha editorial do *Estado de S. Paulo* como “altamente doutrinária” e marcada pelo “liberalismo positivista” (2005). O discurso adotado por esse periódico é compreendido como complexo e, por vezes, paradoxal, uma vez que mesclou princípios do liberalismo com matizes conservadoras e tradicionais. Em muitas ocasiões, o jornal teceu críticas sutis ao recrudescimento do autoritarismo, sem, no entanto, romper totalmente com o regime militar (Napolitano, 2017, p. 348).

O periódico *Folha de S. Paulo*, pertencente ao grupo editorial *Folha da Manhã*, foi criado em 1960, por meio da reunião de três jornais em um único corpo editorial. A partir de 1962, momento de mudanças estruturais e aumento do público leitor – alcançando regiões interioranas do estado – o jornal aumentou significativamente sua influência. No mesmo ano, a direção da empresa foi assumida por Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, de modo que a linha editorial tornou-se essencialmente anti-janguista, assumindo uma postura de apoio às mobilizações que culminaram no golpe de 31 de março de 1964 (Kushnir, 2004).

As relações de complexidade e ambiguidade estabelecidas entre a imprensa e os governos militares ao longo do regime autoritário podem ser constatadas por meio da produção das charges que, além de apresentarem comentários cômicos sobre o quadro político, desempenharam papel significativo na difusão de representações que visavam atribuir significado aos debates políticos do período, seja para legitimar ou para criticar os princípios do autoritarismo vigente. De acordo com Vinicius Liebel, a construção pictórica da charge, ao incorporar humor à sua linguagem, permite ao chargista desfrutar de uma liberdade que nem sempre é permitida aos demais profissionais que compõem a redação do jornal. Com isso, a charge “acaba por se mostrar um espelho mais direto da visão de mundo dominante no veículo de comunicação” (2017, p. 85) e sua produção passa a ser entendida como um ato político frente a realidade que busca retratar.

A “REVOLUÇÃO” NAS CHARGES DO CORREIO DA MANHÃ E DO ESTADO DE S. PAULO

Uma vez consolidada a articulação golpista, a preocupação das autoridades civis e militares esteve pautada na legitimação da “rebelião contra Goulart”⁸, buscando evidenciar que se tratava de uma vitória

⁸ OS ESTADOS já em rebelião contra JG. Correio da Manhã, ano LXIII, n. 21776, 01 abr. 1964, p. 1. Disponível: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=%22rebeli%C3%A3o%22&pagfis=50193.

da democracia brasileira⁹ sobre a suposta ameaça comunista. Nesse processo, a imprensa desempenhou um papel central, acompanhando de maneira significativa os desdobramentos da institucionalização do novo regime. No entanto, em um primeiro momento, observa-se uma ausência de consenso quanto à nomenclatura empregada para descrever o episódio que resultou na ruptura da ordem democrática. Conforme demonstra Zimmermann (2023), a adoção do termo “revolução”¹⁰ para se referir aos acontecimentos de 31 de março ocorreu de forma gradual, coexistindo inicialmente com expressões como “movimento democrático” e “movimento pela legalidade”. Tal ambiguidade terminológica, segundo a autora, refletia um esforço dos setores golpistas em dissociar a chamada “revolução vitoriosa” dos estigmas historicamente associados a golpes de Estado, visando conferir-lhe uma aparência de legalidade e apoio popular.

Alguns dias após a deposição de João Goulart, determinadas charges passaram a compor o discurso jornalístico, fazendo referência aos embates políticos do período. A nomenclatura “Revolução” aparece associada à figura da mulher pela primeira vez no dia 08 de abril de 1964, em uma charge de autoria de Augusto Bandeira e publicada no *Correio da Manhã*:

⁹ MAGALHÃES PINTO assegura que a vitória será da Democracia. *O Estado de S. Paulo*, ano LXXXV, n. 27.263, 02 abr. 1964, p. 5.

¹⁰ A análise de fontes empreendida pela historiadora indica que a adesão do termo “revolução” iniciou-se com o *Jornal do Brasil*, em 02 de abril, seguido por *O Globo*, no dia 03 de abril, *O Estado de S. Paulo* no dia 04 e a *Folha de S. Paulo* no dia 06. *O Correio da Manhã*, periódico mobilizado na pesquisa, não faz parte do escopo de análise da autora. Cf.: ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O 31 de março e a invenção da “revolução”**: comemorações e atitudes sociais nos aniversários do golpe de 1964 durante a ditadura militar brasileira. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.



Figura 1: *Correio da Manhã*, 8 de abril de 1964. Autoria: Augusto Bandeira.

A personagem, que carrega uma maleta de primeiros socorros, apresenta uma expressão de indignação voltada ao Congresso Nacional, aqui retratado como um cozinheiro envolvido na elaboração de suas “receitas políticas”. Em segundo plano, observa-se a figura prostrada de um personagem que simboliza o Brasil, representado como um corpo enfermo. É possível inferir, a partir dessa representação pictórica, que o Congresso, ao invés de agir em nome do Brasil, ficava a ele alheio, sendo necessária uma ação civil energética – aqui representada pela figura de uma mulher que lhe retira de sua distração e o chama para socorrer o país. O artista, ao retratar a Revolução como uma mulher que confronta o Congresso, recorre à narrativa do caráter salvacionista atribuído ao movimento de 1964.

Concomitantemente, no dia 14 de abril de 1964, o jornal *O Estado de S. Paulo* veiculou uma charge assinada pelo artista Biganti, na qual a figura da mulher é novamente utilizada como símbolo alegórico da “Revolução”. Na ilustração, a personagem, portando um bastão, persegue um rato, o qual possivelmente visa representar a corrupção na política brasileira. À esquerda da cena, observa-se uma serpente morta depositada em uma lata de lixo, exibindo o emblema da união entre a

foice e o martelo, símbolo do comunismo. A articulação entre os elementos visuais e a dimensão verbal da charge sugere que o primeiro objetivo da Revolução – o combate ao comunismo – já havia sido alcançado, assim como aponta para a necessidade de prosseguir com o segundo propósito do movimento: a erradicação da corrupção no cenário político nacional.



Figura 2: *O Estado de São Paulo*, 14 de abril de 1964. Autoria: Bignanti.

A articulação simbólica entre a *Revolução* e o gênero feminino pode ser compreendida como uma referência ao apoio das entidades cívicas femininas de direita, conclamadas a lutar contra o comunismo. Na sequência da derrubada de Goulart, grande parte dos grupos políticos de mulheres conservadoras interrompeu suas atividades no espaço público. Mas este não foi o caso da União Cívica Feminina, que, no decorrer dos primeiros anos do regime militar, manteve-se empenhada na luta anticomunista e na legitimação do governo militar estabelecido. De acordo com Janaina Martins Cordeiro, a UCF mantinha laços estreitos com *O Estado de S. Paulo*, pois ambos partilhavam de uma cultura política anticomunista e autoritária. Tal evidência reforça

a hipótese de vinculação da mulher conservadora a uma ideia de “Revolução”, conforme ilustrado na charge analisada.

A “DEMOCRACIA” NAS CHARGES DO ESTADO DE S. PAULO E DA FOLHA DE S. PAULO

A tônica discursiva das lideranças civis e militares envolvidas no golpe foi fortemente marcada pela retórica de “salvaguarda da democracia”, argumento que, além de fomentar a crise institucional que culminou na ruptura do governo Jango, foi instrumentalizado no processo de legitimação do regime político recém estabelecido. Segundo Cláudio Beserra de Vasconcelos (2019), a democracia era concebida a partir de uma lógica dicotômica entre o “Bem” e o “Mal”, representada pela oposição entre democracia e comunismo. Assim, embora o novo governo tenha nascido de um rompimento com a institucionalidade democrática, a retórica da democracia foi amplamente difundida pelos principais veículos da grande imprensa brasileira, com o intuito de conferir-lhe a aparência de defesa da legalidade e manutenção da ordem. Ao vincularem o episódio de 31 de março de 1964 ao cumprimento da vontade de um “sujeito coletivo” que conclamava às Forças Armadas o combate ao perigo vermelho, esses jornais contribuíram para a formação de consenso em torno da ditadura militar.

Na tentativa de conferir legitimidade a um evento inconstitucional, vários recursos foram lançados, entre eles, a elaboração de representações imagéticas que traduziam o debate político em voga. Em 1965, momento em que se debatia a realização das eleições estaduais, o chargista Orlando Mattos, ligado ao jornal *Folha de S. Paulo*, criou uma figura caricatural denominada “Falsa Democracia”, que aparece em algumas edições do jornal ao longo do ano, sempre comprometida em convencer o então presidente, general Castello Branco, a promover o fechamento do regime e o cancelamento das eleições. Na representação aqui analisada, a senhora Falsa Democracia aparece em frente ao grupo de ouvintes, afirmando que “Eleição é um perigo!”. A análise conjunta das charges permite a compreensão de que a personagem foi criada com a finalidade de representar os setores civis e militares contrários à realização de eleições diretas. De acordo com o historiador

Rodrigo Patto Sá Motta, o periódico defendia a garantia da “liberdade”, bem como a realização das eleições, ao contrário do *Estadão*, que requeria o adiamento do pleito eleitoral de 1965. Desse modo, a construção pictórica, além de evidenciar as dissidências políticas entre ambos os jornais diante do novo regime político, também tece uma crítica sutil à chamada “linha dura” do regime, reforçando uma memória liberal que visava desmobilizar o caráter autoritário do governo Castello Branco, referenciando-o como “ditabranda”¹¹.

Ademais, ao considerarmos as dimensões de gênero presentes na narrativa visual, é notório que a personagem não corresponde aos atributos de feminilidade propagados no período, os quais estavam circunscritos aos valores de modéstia, delicadeza e domesticidade. Em contraposição a tais estereótipos, a Falsa Democracia ostenta traços caricaturais exagerados, bem como adereços que simulam sofisticação e vaidade, além da insubordinação ao espaço privado, tendo em vista que ocupa uma posição de destaque frente ao público – espaço comumente associado ao masculino. Tal recurso simbólico traduz-se como uma tentativa de conferir à democracia um sentido próprio, vinculado a um conjunto de características ligadas à feminilidade, como o “instinto materno, pureza, resignação e doçura” (Bassanezi, 2000, p. 608).

¹¹ O termo “ditabranda” foi utilizado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 2009, para se referir aos quatro primeiros anos da ditadura militar. Contudo, as ações promovidas pelo general Castello Branco contradizem a forma pela qual seu governo já foi lembrado. Na política interna, o governo Castello Branco foi marcado pela institucionalização do regime autoritário, por meio da edição de quatro Atos Institucionais, a Lei de Imprensa, a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e a nova Constituição. Ref.: NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.



Figura 3: *Folha de S. Paulo*, 9 de agosto de 1965. Autoria: Orlando Mattos.

Com o recrudescimento do regime a partir do governo Costa e Silva, algumas críticas veladas passaram a compor as narrativas dos charginistas. Na charge a seguir, a personagem aparece em posição de recuo, expressando temor diante da ameaça de três urubus, cada um identificado com elementos associados ao aparato repressivo do regime em vigência no momento: “Lei de Segurança”, “Lei de Imprensa” e “Sublegenda”. A mulher carrega um cesto contendo pequenos pássaros, rotulados como “Ideais de Março”, os quais podem ser interpretados como uma referência aos “ideais revolucionários” que constituíram os discursos oficiais no processo de legitimação da ação golpista. Uma possível análise é que as ações do regime estariam compromete-

tendo os referidos “ideais de março”, que, na sua gênese, supostamente tinham como intento “salvar a democracia, a família, o direito, a lei, a Constituição” (Reis Filho, 2014, p. 48). Nesse momento, ainda há uma crença, por parte de alguns setores civis, no caráter liberal-democrata da “Revolução”; a legislação arbitrária elaborada pelas autoridades militares estariam, nesse sentido, corrompendo o aspecto defensivo e salvacionista do “movimento revolucionário”.



Figura 4: O Estado de São Paulo, 13 de junho de 1968. A autoria: Biganti.

De maneira semelhante, em outubro de 1968, poucos meses antes do decreto do AI-5, Hilde Weber, chargista ligada também ao *Estado de S. Paulo*, elaborou uma charge em que a mulher aparece novamente como alegoria da Democracia. Diferente da representação de Biganti, que traz uma mulher ainda jovial, disposta a defender os “ideais de março”, nesta narrativa visual observa-se uma Democracia envelhecida e profundamente machucada. Representada como uma paciente debilitada, a Democracia possui o corpo coberto por palavras que remetem às agressões sofridas pela ordem democrática, tais como “cascações”, “confinamentos”, “extinção da Frente Ampla”, “fraqueza da

autoridade”, “erros em geral” e “imobilização política”. Tais expressões são indícios da progressiva supressão de liberdades civis e políticas, bem como da repressão institucionalizada contra opositores do regime. No plano verbal, a porta do consultório médico indica o nome “Dr. C&S”, referência provável ao presidente Costa e Silva, em cujo governo o autoritarismo se intensificou. De forma paradoxal, a figura da democracia ferida aguarda atendimento daquele que reforçou as arbitrariedades do regime militar.

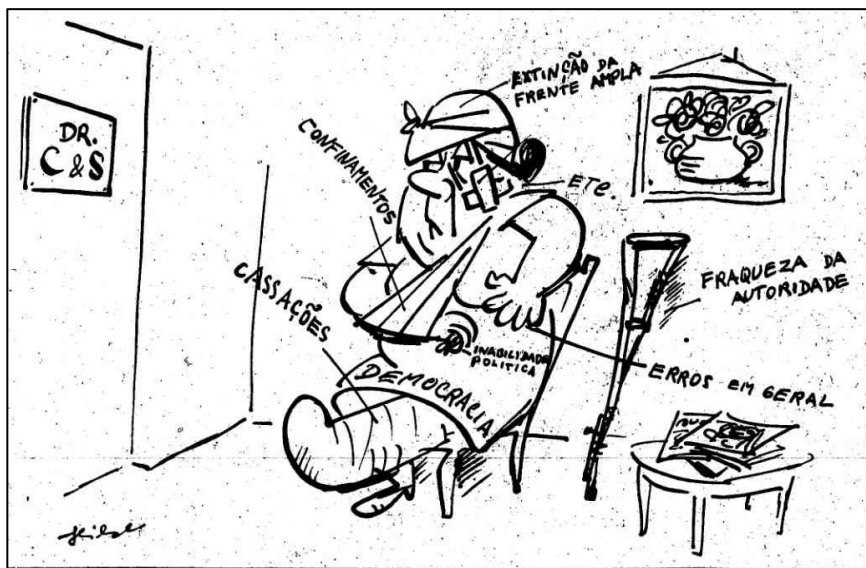


Figura 3: O Estado de S. Paulo, 31 de outubro de 1968. Autoria: Hilde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conjuntura de articulação do golpe civil-militar de 1964, bem como no processo de legitimação da ditadura recém instaurada, foi significativo o engajamento de entidades cívicas femininas, amparadas por um discurso de salvaguarda da democracia, da família e da

religiosidade dos brasileiros. A atuação dessas associações foi marcadamente permeada por noções tradicionais de gênero, uma vez que as mulheres envolvidas se apresentavam publicamente como donas de casa, mães e esposas, contribuindo para a consolidação de um “ideal de feminilidade”. Embora afirmassem o caráter apolítico de suas ações, as mulheres conservadoras ligadas a esses grupos foram essenciais para a mobilização civil que culminou na deposição do presidente João Goulart.

Diante de um cenário em que a grande imprensa assumiu um posicionamento antijanguista e anticomunista, a atuação das entidades cívicas femininas contou com ampla cobertura nos jornais de grande circulação do país, os quais veicularam representações visuais da mulher como alegoria dos debates políticos em curso. Dessa forma, a análise dessas charges publicadas nos periódicos *Correio da Manhã*, *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, entre 1964 e 1968, indica que, no período inicial da ditadura, os editoriais da grande imprensa adotaram uma postura de exaltação do golpe, visto como responsável por combater o “perigo vermelho”. De modo geral, os chargistas seguiram a linha editorial e política desses jornais, elaborando desenhos em que conceitos como “Democracia” e “Revolução” eram personificados na figura da mulher.

Ao adotarem a narrativa da “Revolução”, os chargistas evidenciam seu alinhamento inicial com o novo regime, apresentando-o como defensor dos “ideais democráticos” supostamente ameaçados pelo governo Goulart. Ademais, o uso recorrente do termo “democracia” revela, por um lado, os esforços de atribuir legitimidade ao regime estabelecido de forma inconstitucional e, por outro, críticas sutis à intensificação das medidas arbitrárias adotadas pelo governo. Essas representações, inseridas em uma cultura política autoritária, revelam as ambiguidades e complexidades das relações estabelecidas entre a imprensa e o regime militar, assim como os usos políticos das noções de gênero na tentativa de construir consenso em torno da ditadura.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

ALBUQUERQUE, Paulo Vitor Martins. **Dizer tudo com pouco: Hilde Weber e a charge política na ditadura civil-militar (1964-1968)**. 2024. Dissertação. Mestrado em Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, 2024.

BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alpha-Omega, 1980.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. 112f. Dissertação. Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

CORDEIRO, Janaína Martins. **“A Nação que se salvou a si mesma”**: entre a memória e história, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). 2008. 165f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2005.

JEANNENEY, Jean Noel. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: entre jornalistas e censores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004).** Bauru: Edusc, 2004. p. 249-264.

LIEBEL, Vinicius. Charges. In: RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). **Possibilidades de pesquisa em História.** São Paulo: Contexto, 2017, p. 83-112.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-153.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; TOULHOAT, Mélanie. Apresentação do Dossiê "Resistência, adesão e acomodação na América Latina: Imprensa e humor em contextos autoritários". **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 14, n. 37, p. e0100, 2022. DOI: 10.5965/2175180314372022e0100. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180314372022e0100>. Acesso em: 13 jul. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago. 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 47-92.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20(2), jul./dez. 1995, p.71-99.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão**: a charge. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

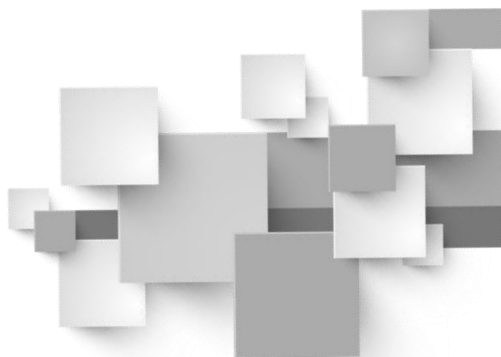
VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 365-401, set./dez. 2019.

ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O 31 de março e a invenção da "Revolução"**: comemorações e atitudes sociais nos aniversários do golpe de 1964 durante a ditadura militar brasileira. 2023. 255f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023.

O festival de besteiras que assolou o país: imagens sobre a ditadura militar, a partir da crônica política de Stanislaw Ponte Preta, entre os anos de 1964 a 1968

Luísa Pereira Viana

Mestra em História pela Universidade de Brasília (UnB). Este trabalho é parte da dissertação de mestrado intitulada “‘Suicidados’ e ‘cocorocas’: a ditadura civil-militar brasileira nas crônicas de Stanislaw Ponte Preta” (Viana, 2023).



INTRODUÇÃO

Este capítulo condensa algumas análises desenvolvidas na minha dissertação de mestrado (2023), cujo objeto foi a construção de representações sobre a ditadura militar, a partir da produção e circulação das crônicas de Stanislaw Ponte Preta. A pesquisa desenvolveu reflexões sobre questões pertinentes à autoria, produção do humor e crítica política na obra do cronista Stanislaw Ponte Preta, no contexto do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura militar que se constituiu em seguida. O trabalho se limitou a refletir sobre a produção de imagens sobre a ditadura e a circulação de crônicas até o último ano de publicação dos seus livros e da sua coluna no jornal *Última Hora*, produção literária interrompida com a morte do autor em setembro de 1968.

Stanislaw Ponte Preta é o heterônimo de Sérgio Porto, jornalista e cronista. Conforme demonstra Cláudia Mesquita (2008), como heterônimo, Stanislaw se consolidou enquanto personalidade autoral independente do seu criador. Sendo assim, ele possuía estilo literário distinto de Sérgio Porto, assim como carregava uma trajetória pessoal, dialogando com personagens que constituíam a família Ponte Preta, como a tia Zulmira e o primo Altamirando. Porto e Ponte Preta eram ambos cronistas, mas, enquanto um escrevia sobre jazz, flertava em suas crônicas e novelas com o drama, ensaiando se tornar um romancista, o outro era escarnekedor, era do teatro de revista, era a própria do colunismo social e crítico da conjuntura política e social, por meio da linguagem ferina do humor. O próprio Sérgio Porto não hesitava em falar da sua criação como uma existência autônoma, por vezes, tratava-o como irmão de criação.

Inspirado em Serafim Ponte Grande, personagem de Oswald de Andrade, Stanislaw Ponte Preta nasceu com características do Modernismo, como a construção de um anti-herói satírico, a experimentação da linguagem, a carnavalescação e a crítica à ideia de progresso social da modernidade urbana. Nessa perspectiva Kenneth Jackson (2000) aponta semelhanças entre o humor antropofágico com o Festival de Besteira que Assola o País (FEBEAPÁ), criado por Stanislaw Ponte Preta. O autor recorda que na revista *Antropofagia* havia uma coluna

chamada Brasileira, escrita por Oswald de Andrade, em que diversas situações cômicas eram narradas no formato de pequenas notícias. Essa estrutura se assemelha com o festival criado por Ponte Preta, em que o autor narra uma série de fatos, de forma cômica, como se fosse um noticiário.

Como cronista, Stanislaw Ponte Preta posicionou-se abertamente como oposição e se utilizou do humor próprio de sua personalidade literária para enfrentar e repressão por meio da palavra escrita. A partir do golpe de 1964, Stanislaw publicou um conjunto de livros com suas crônicas, que tinham como tônica a crítica ao golpe, à ditadura e à sociedade. Todos publicados pela editora de Rubem Braga e Fernando Sabino, primeiro com o nome Editora do Autor e depois com o nome Editora Sabiá, Stanislaw assumiu em livro a sátira política que se consolidou em sua coluna no *Última Hora*. O primeiro foi *Garoto Linha Dura*, publicado em 1964, que marca as primeiras distinções das suas obras anteriores. Nos anos seguintes, ele publicou *FEBEAPÁ 1: Primeiro Festival de Besteira que Assola o País* (1966); *FEBEAPÁ 2: Segundo Festival de Besteira que Assola o País* (1967) e *Na terra do crioulo doido – a máquina de fazer doido – FEBEAPÁ 3* (1968).

Garoto Linha Dura foi o primeiro livro publicado por Stanislaw sem ter como título o nome de algum membro da família Ponte Preta. O livro apresenta crônicas no mesmo estilo dos outros que publicou anteriormente – “Tia Zulmira e eu” (1961); “Primo Altamirando e elas” (1962); “Rosamundo e os outros” (1963) -, histórias mais longas e, portanto, com personagens e situações mais elaborados. No prefácio da primeira edição do **Garoto Linha Dura**, Stanislaw escreve:

Apenas, para não deixar de homenagear ninguém, num país em que se vive a exaltação do medíocre, escolhi para título a história do garotinho que se deixou influenciar pelo mais recente método de democratização posto em prática no Brasil, e lasquei no alto da página o nome: Garoto Linha Dura.

Na esperança de não ser considerado subversivo, subscrevo-me com cordiais saudações a todos (Ponte Preta, 2009, pp.13-14).

No trecho supracitado, o autor fala sobre a escolha do título, que leva o nome da primeira crônica do livro. Na história, o garoto (Pedrinho) quebra a vidraça da própria casa jogando bola. Assim que o pai chegou em casa e se deparou com a janela quebrada ouviu da esposa que o filho a tinha quebrado, mas que não ia confessar porque estava com medo de ser castigado. Ao falar com o filho, o pai promete não o castigar. Mesmo assim, Pedrinho não confessa e, “sem remorsos” acusa o filho do vizinho. Quando os dois foram confrontá-lo, o Pedrinho “provou que tinha ideias revolucionárias” (Ponte Preta, 2009, p. 16) e disse para o pai que o filho do vizinho era subversivo, por isso não adiantava perguntar a ele sobre a vidraça, “Quando ele vier atender a porta, o senhor vai logo tacando a mão nele” (Ponte Preta, 2009, p. 17), arrematou o Pedrinho. A crônica termina dessa forma, com os dois na porta do vizinho, enquanto o filho aconselha o pai a bater, antes mesmo de conversar ou investigar a situação. O cronista não conta se o pai executa a sugestão do Pedrinho, deixa o final em aberto, de modo que a ênfase se dá na arbitrariedade da acusação, motivada por fins egoístas, e no pressuposto do uso da violência como forma de tratar aqueles considerados subversivos. A expressão usada pelo cronista no título “Garoto Linha Dura” faz uma alusão direta aos militares conhecidos como parte da ala mais violenta e autoritária, a linha dura. A postura do garoto é uma representação da postura do militar “revolucionário”, ou seja, golpista, que aplica a violência arbitrária com a justificativa de ser o outro o inimigo subversivo. O ato de culpabilizar e delatar o vizinho também faz referência à prática da delação.

O FESTIVAL DE BESTEIRA QUE ASSOLA O PAÍS

O conjunto das crônicas de Stanislaw publicadas em jornal e em livro estabelecem com o leitor a noção de que a sua crônica fala do cotidiano, ou seja, de fatos e acontecimentos, ao mesmo tempo em que esses são transgredidos no texto, por meio do humor, produzindo novas imagens e sentidos. Essas imagens são compartilhadas coletivamente com seu público leitor e por isso constituem percepções sobre a realidade social e política da ditadura militar. Dentre os temas trata-

dos na série de livros FEBEAPÁ, é possível identificar alguns eixos temáticos, seja com maior ou menor incidência: o despropósito das ações governamentais; a corrupção em diversos âmbitos; a identificação dos militares como pessoas ignorantes, autoritárias e violentas; os mecanismos de repressão (censura, espionagem e polícia política) e a colaboração da sociedade com o governo militar. A partir desses temas abordados com humor, Stanislaw ridiculariza os representantes do Estado e constrói percepções sobre o que significa ser a ditadura:

É difícil ao historiador precisar o dia em que o Festival de Besteira começou a assolar o País. Pouco depois da “redentora”, cocorocas de diversas classes sociais e algumas autoridades que geralmente se dizem “otoridades”, sentindo a oportunidade de aparecer, já que a redentora, entre outras coisas incentivou a política do dedurismo (corruptela do dedo-durismo, isto é a arte de apontar com o dedo um colega, um vizinho, o próximo enfim, como corrupto ou subversivo – alguns apontavam dois dedos duros, para ambas as coisas) iniciaram essa feia prática, advindo daí cada besteira que eu vou te contar (Ponte Preta, 1968, p. 5).

No trecho citado, Stanislaw usa termos que constroem uma caricatura sobre o governo militar e sobre a sociedade que a legitima. O autor ironiza o golpe, ao chamá-lo de redentora, subvertendo a narrativa militar que se apoiava no discurso de Segurança Nacional para justificar a tomada do poder. Em seguida, ridiculariza as autoridades militares, “otoridades”, por meio de um erro ortográfico que sugere a ignorância como característica desses personagens políticos. Segundo Dislane Moraes (2004), a crítica feita por Stanislaw, ironizando o golpe como redentora coaduna com grupos da sociedade civil que questionavam o sentido que os militares reivindicavam de “revolução” no próprio preâmbulo do Ato Institucional nº 1, defendendo que o movimento armado se configurava como revolução e “Poder Constituinte” por representar “o interesse e a vontade da nação”. Em disputa com esse discurso oficial que buscava uma legitimidade revolucionária, afirma Moraes (2004), cronistas como Carlos Heitor Cony, Edmundo Moniz e o próprio Stanislaw fizeram oposição e questionaram os significados dos acontecimentos. Na introdução do FEBEAPÁ 2, Stanislaw mais uma

vez, a exemplo do primeiro volume, atribui a si mesmo um papel de historiador ou de sociólogo, como aquele que pode organizar e dar sentido aos acontecimentos. Semelhante ao estilo modernista apontado anteriormente com as considerações de Jackson (2000), o FEBEAPÁ de Stanislaw retrata a história confusa do país, que é contada por meio da demonstração dos vícios da sociedade. No primeiro trecho abaixo, Stanislaw fala sobre a publicação da sua própria obra destacando mais uma vez o FEBEAPÁ como definidor dos eventos que se estruturaram com a ditadura.

Aquele que se dedica, tal como Stanislaw, ao estudo da História do Brasil contemporâneo, deve ter notado que aconteceram dois acontecimentos importantes (a redundância é uma homenagem do autor ao FEBEAPÁ). O primeiro acontecimento importante que aconteceu foi o Festival de Besteira que assolou – e continua assolando – o País. O segundo foi o lançamento de um livro sobre esse evento, cuja venda surpreendeu os meios literários e até mesmo os livreiros mais tranquilos, pois liderou – durante grande parte do ano de 1967 – as vendas de livros, alcançando um recorde notável: no período de 9 meses vendeu 37 mil exemplares (Ponte Preta, 2006, p. 157).

Stanislaw seleciona os temas que para ele constituem o FEBEAPÁ e ao inserir personalidades públicas, notícias de jornais e situações reais no seu universo fictício, o autor modifica a realidade. Como estratégias, o autor utiliza a exploração dos vícios morais e vícios de linguagem, assim como destaca a fala de autoridades públicas colocando em um contexto malicioso. Como a fala de Juraci Magalhães destacada abaixo:

Algumas frases lapidares, que serviram para incrementar a besteira, como -por exemplo- “O que é bom para os EUA é bom para o Brasil” (Juraci Magalhães) ou então “Aceito minha noiva como legítima esposa para cumprir o meu dever com a Pátria” (Padre Vidigal) são marcos da História Contemporânea do Brasil, e suscitaram outras tantas frases, assim como outras tantas atitudes, cujo relato o sociólogo Stanislaw apenas assinala, por ser um observador e não um novidadeiro (Ponte Preta, 2006, p. 158).

“O que é bom para os EUA é bom para o Brasil” tornou-se uma espécie de slogan da oposição, quando colocada em um contexto satírico, em que o caráter ilógico da afirmação se acentua, uma vez que o que é bom para os EUA pode não ser necessariamente bom para o Brasil, principalmente colocando em perspectiva o imperialismo norte-americano, em contradição com o lugar periférico ocupado pelo Brasil na política internacional. Nesse movimento de descrever as contradições e a ausência de uma lógica racional nos discursos e ações dos ocupantes do poder, Stanislaw ressalta em suas crônicas a estupidez e a ignorância dos representantes políticos que são constantemente descritas como características definidoras do FEBEAPÁ. Essa ignorância reverbera na má gestão e no despropósito das ações de governo:

Quando se desenhou a perspectiva de uma seca no interior cearense, as autoridades dirigiram uma circular aos prefeitos, solicitando informações sobre a situação local depois da passagem do equinócio. Um prefeito enviou a seguinte resposta, à circular: “Doutor Equinócio ainda não passou por aqui. Se chegar será recebido como amigo, com foguetes, passeatas e festas” (Ponte Preta, 2006, p.24).

A imprensa não fica fora da crítica à cretinice daqueles que ocupam os espaços de poder. Stanislaw é um crítico contumaz da imprensa e ela não escapa do FEBEAPÁ instaurado pela “redentora”. Na crônica abaixo, os jornais consultam nutrólogos para informar do valor nutricional da formiga saúva, comida por retirantes nordestinos para não morrerem de fome. Mais uma vez, a irracionalidade e falta de sentido conectada com a maledicência dos agentes públicos. Se os retirantes estão morrendo de fome, de que importa o valor nutricional da formiga? O valor nutricional não seria uma questão pertinente, se o problema social da fome fosse levado a sério. Por fim, Stanislaw pontua de forma irônica o perigo de afirmar que a formiga pode ser nutritiva, porque seria o suficiente para que privassem os retirantes até de comer a formiga.

Ainda na faixa do nordeste: um telegrama informava que, para não morrerem de fome, os retirantes nordestinos estavam comendo formiga saúva. Isto bastou para que vários jornais consultassem nutrólogos, tendo eles afirmado que, de fato, a formiga apresentava qualidades

nutritivas. Era uma temeridade tal afirmação, pois isso talvez fosse o bastante para que tirassem a formiga da boca do nordestino (Ponte Preta, 2006, p. 24).

A falta de sentido na cobertura jornalística sobre a ingestão de formigas pelos retirantes nordestinos ressalta a imoralidade que é a fome enquanto problema social. A crítica produzida pelo texto acontece quando o autor aproxima o fato narrado ao absurdo por meio do humor - fato este que se pressupõe retirado da realidade crua do cotidiano, pela natureza do gênero em questão. É pertinente também destacar que Stanislaw frequentemente critica a imprensa em seus textos, fazendo dela fonte de informação e também tema de suas crônicas. Cláudia Mesquita (2008) observa que o autor era um leitor ávido dos jornais e - como parte do seu trabalho de cronista, na busca por temas, histórias e personagens para suas crônicas - lançava mão não só do olhar atento ao cotidiano das ruas, como também usava a imprensa em seu repertório. Em sua coluna no *Última Hora*, Stanislaw criou de forma jocosa a *Preta Press*, sua própria agência de notícias, que consistia basicamente nas notícias e informações coletadas por seus leitores e por ele próprio, através do trabalho de leitor de noticiário. Esse compilado de crônicas mais curtas, com “pretensão de reportagem” - usando as palavras do autor - formavam a sessão *Fofocalizando* e depois foram selecionadas e publicadas na primeira parte das três edições do FEBEAPÁ.

O cronista reserva a segunda parte dos três volumes do FEBEAPÁ para suas crônicas que flertam com o conto, por meio de personagens fictícios e uma narrativa ficcional estruturada, ao estilo de seus livros anteriores ao golpe. Seja como paródia do noticiário, seja assumindo a ficção, as crônicas de Stanislaw realizam uma inversão da realidade, por meio do humor e o uso da linguagem literária, que constrói representações sobre as experiências da ditadura militar. Ao revelarem impressões, escolhas discursivas e valores - não só do autor, mas do grupo social ao qual ele faz parte (seus pares, público leitor, editores etc.) - as crônicas constituem práticas simbólicas que fazem parte do campo da política, uma vez que expressam compreensões sobre as formas em que a sociedade se organiza.

OS MILITARES E AS REPRESENTAÇÕES DO PODER

Em sintonia com os acontecimentos políticos de sua época, Stanislaw Ponte Preta também se mostrou artífice de representações sobre a sociedade construída com o golpe de 1964 e a instalação da ditadura. É possível dizer que o humor produzido pelas crônicas de Stanislaw manifesta as contradições e tensões sociais daquele período. Nas edições impressas em livro do Festival de Besteira que Assola o País, as crônicas produzem narrativas que encenam uma saída, uma resposta ao autoritarismo, seja desmoralizando os militares e outras figuras políticas, seja por meio da farsa que provoca a inversão de poder. Na crônica “Zezinho e o coronel” do FEBEAPÁ 2, um dos personagens principais, o Coronel da Polícia Militar, Iolando, representa o autoritarismo e a truculência das forças militares. Ele que “sempre foi a fera do bairro”, nunca deu sossego para o Zezinho e sua patota, mesmo quando esses eram crianças. Sempre que a turma jogava futebol na rua, o Iolando, quando ainda era capitão, “saía lá de dentro de sabre na mão” e furava a bola. Em outra ocasião, Zezinho atacava “pela esquerda” e Iolando, como um beque lateral direito chegou tentando impedir “o avanço do adversário”. Mesmo assim, Zezinho conseguiu driblar o brutamontes e fazer o gol.

Ah! rapaziada... foi fogo. O então Capitão Iolando ficou que parecia uma onça com sinusite. Ali mesmo, jurou que nunca mais vagabundo nenhum jogaria bola outra vez em frente de sua casa. E, com a sua autoridade ferida pelo drible moleque do Zezinho, botou um policial de plantão em cada esquina, durante meses e meses. No bairro havia assalto toda noite, mas o Coronel preferia botar dois guardas chateando os garotos a deslocá-los da esquina para perseguir ladrão. Isto eu só estou contando para que vocês sintam o drama e morem na ferocidade do Coronel Iolando (Ponte Preta, 2006, p. 210).

Nota-se que o coronel é caracterizado de forma animalesca, não somente com o uso da comparação “uma onça com sinusite”, mas também pela ferocidade e pela irracionalidade das suas ações. Com o or-

gulho ferido, porque o garoto Zezinho desafiou sua autoridade ao driblá-lo e avançar para o gol, Iolando colocou um policial de plantão nas ruas do bairro para impedir que os garotos jogassem bola e assim mostrar que é ele quem manda na área. A insensatez desse ato, como aparece na crônica, encontra-se justamente no uso arbitrário da sua autoridade policial como demonstração de força e em proveito pessoal, enquanto o trabalho de segurança de fato era negligenciado, uma vez que “toda noite havia assalto”. Essa contextualização e caracterização do coronel constroem o ambiente repressor que dá o tom da história e conduz para o desfecho cômico. Após a apresentação dos oponentes, Zezinho e o coronel, outro personagem importante entra em cena, Irene, a filha do coronel. Nas palavras de Stanislaw, a moça era “tão lindinha, tão meiga, tão redondinha” que ninguém entendia como aquele “frankenstein de farda” podia ser seu pai. Zezinho, rapaz audaz desde criança, como ficou demonstrado no episódio do drible e do gol, decidiu se aproximar da moça, um cumprimento aqui, uma conversinha acolá, ele foi “se chegando e pimba...desembarcou os comandos”. Para ressaltar o tom belicoso da situação, aqui Stanislaw emprega termos de uso militar, como “desembarcou os comandos” para dizer que Zezinho teve a iniciativa de investir em um namoro com a moça. O relacionamento acontecia em segredo, porque o coronel, no seu papel de pai de família e defensor da moral não poderia deixar que a filha ficasse de namoro sem compromisso sério, “não admitia nem a possibilidade de a filha olhar para o lado, quanto mais para o Zezinho, aquele vagabundo, cachorro, comunista”. Até que um dia o coronel descobre o caso da filha:

Coincidência desgraçada: o Coronel Iolando estava se preparando para sair e ir comandar um batalhão no combate à passeata de estudantes. Chegou à janela justamente na hora em que Irene e aquele safado chegavam ao portão. Tirou o trabuco do coldre e desceu a escada de quatro em quatro degraus, botando fumacinha pelas ventas arreganhadas. Parecia um búfalo no inverno. Não deixou que o inimigo abrisse a boca (Ponte Preta, 2006, p. 211).

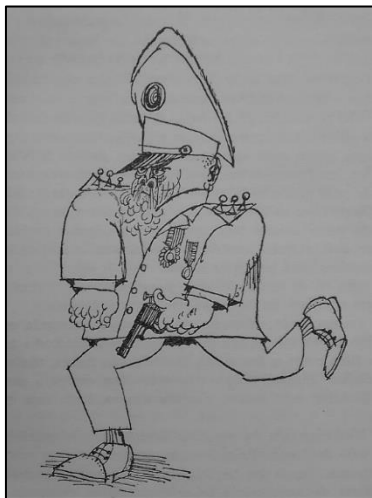


Figura 4 - Ilustração de Jaguar para a crônica Zezinho e o Coronel (FEBEAPÁ 2).

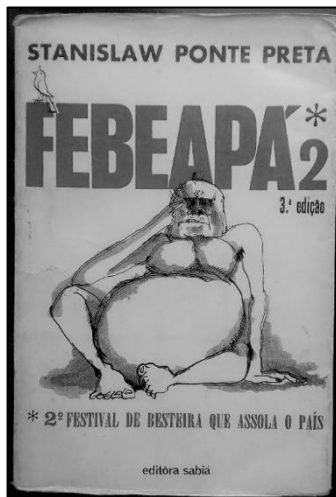


Figura 5- Ilustração de Jaguar para a capa do FEBEAPÁ 2, 3ª edição, 1967.

Mais uma vez Stanislaw descreve o coronel como um animal selvagem, “búfalo no inverno”. A imagem animalesca é reforçada pela descrição “botando fumacinha pelas ventas arreganhadas”, traduzida fielmente na ilustração de Jaguar que acompanha a crônica. É preciso destacar o papel desse cartunista, que trabalhou com Sérgio Porto em diversos jornais e foi também seu colega no Banco do Brasil, na construção das personagens e do imaginário que constitui as crônicas de Stanislaw Ponte Preta. De acordo com Cláudia Mesquita (2008), Jaguar foi o ilustrador oficial das publicações de Ponte Preta pela Editora Sabiá e, assim como outros cartunistas que ilustraram as crônicas de Stanislaw, desenhava com liberdade e não recebia orientações sobre as características físicas dos personagens, ou como desenhá-los. Segundo Dislane Moraes (2004), é possível dizer que Jaguar constituiu uma segunda autoria ao FEBEAPÁ, pois os desenhos não eram apenas um complemento ilustrativo das crônicas, mas também possuíam lugar prestigiado nos livros, compondo uma narrativa gráfica em diálogo

com a escrita do cronista. Desse modo, o humor das crônicas ganhou outra dimensão por meio da linguagem gráfica.

Na figura 1, a face do coronel lembra a de um animal em posição de ataque, as suas mãos são grosseiras e mais parecem patas de um gorila, os ombros são largos e fortes, o que acentua a aparência animalizada. Desse modo, o cronista e o ilustrador enfatizam a agressividade com que o personagem se comporta diante do opositor. O recurso da animalização aparece também em outras ilustrações, em que não há menção a símbolos militares, como na figura 2, uma ilustração para a capa da 3ª edição do FEBEAPÁ 2, pela Editora Sabiá. Trata-se de uma figura híbrida com características que lembram a imagem de um gorila, ao mesmo tempo em apresenta traços humanos. Em diversas situações, assim como as ilustrações, as crônicas de Stanislaw retratam os agentes da repressão pelo uso arbitrário da força. Desse modo, o FEBEAPÁ contrapõe a representação do autoritarismo militar com o discurso “revolucionário” de restabelecimento da democracia por meio do golpe, ironizado por Stanislaw como “redentora”.

Também é importante notar, que mais uma vez é usada uma palavra com conotação bélica, “Não deixou que o inimigo abrisse a boca”, é como o cronista retrata a postura do coronel, belicosa, preparado para uma guerra iminente. Somada a essa caracterização, outra informação é acrescentada, o coronel se prepara para combater uma passeata de estudantes, fazendo alusão ao tema da repressão contra estudantes que aparece com frequência nos volumes do FEBEAPÁ. Desse modo, a questão política aparece de forma dissimulada por meio do humor. Sem necessariamente transformar a repressão aos estudantes em tema central da crônica, aparecendo de forma sutil, em segundo plano, de tal modo que ela pode não ser percebida imediatamente pelo leitor. No entanto, a caracterização da violência militar se torna tão recorrente, considerando-se o todo das crônicas que compõem os livros do FEBEAPÁ, que a associação entre agentes policiais militares e a repressão acaba se tornando quase automática. Em seguida à descoberta do namoro entre Irene e Zezinho, vem a ameaça do coronel:

Virou-se para o pobre do Zezinho, mais murcho que boca de velha, ali encolhidinho e agarrou-o pelo cangote, suspendendo-o quase a um palmo do chão e o rapaz ia até dizer “Coronel, o senhor tirou o chão

debaixo de mim”, pra ver se com a piadinha melhorava o ambiente, mas não teve tempo:

- Seu cretino – berrou Iolando –, está vendo este revólver?

(Zezinho estava)

- Pois eu lhe enfio o cano no olho e descarrego a arma dentro da sua cabeça, seu cafajeste. Está entendendo?

(Zezinho estava)

- E vou lhe dizer uma coisa: está proibido de continuar morando neste bairro. Amanhã eu irei pessoalmente à sua casa para verificar se o senhor se mudou, está ouvindo?

(Zezinho estava)

- Se o senhor não tiver, pelo menos, a 50 quilômetros longe desta área, eu passarei a enviar uma escolta diariamente à sua casa, para lhe dar uma surra. Agora suma-se, seu inseto (Ponte Preta, 2006, p. 212).

Durante a ameaça, Iolando se mostra ainda mais agressivo e perigoso, enquanto Zezinho fica completamente imobilizado, sem condições de reagir. Em um primeiro momento, o rapaz tenta dizer algo engraçado para amenizar a situação, mas a presença do revólver do acaba com toda a possibilidade de diálogo. Depois da ameaça, Zezinho sai de cena e o coronel vai “cercar os estudantes na passeata, houve aquela coisa toda que os senhores leram nos jornais” (Ponte Preta, 2006, p. 212), assim Stanislaw faz uma interlocução direta com os leitores, referindo-se às notícias sobre as repressões contra passeatas de estudantes. Quando o coronel volta para acertar as contas com a filha, encontra a esposa aflita e a crônica termina com esse diálogo:

- Não precisa ficar com esse olhar de coelho acuado, sua molenga – avisou Iolando: - Eu só vou dar uns tapas na sem-vergonha da nossa filha.

- Eu não estou apreensiva por isso não, Ioiô (ela chamava o Coronel de Ioiô). Eu estou com pena é de você.

- De mim??? – O Coronel estranhou.

- É que a Irene e o Zezinho saíram agora mesmo para casar na igreja do Bispo de Moura. Deixaram um abraço para você (Ponte Preta, 2006, p. 212).

No final, mais uma vez o coronel é desmoralizado. Na primeira vez, Zezinho era criança e driblou seu bloqueio, na segunda, o rapaz não só

namora a Irene, como leva a afronta ao extremo. Mesmo depois da ameaça brutal, Zezinho e Irene fogem para se casarem escondidos e ainda deixam um recado debochado: “um abraço” para o coronel. Da mesma forma, a fala da esposa de Iolando também contribui para que a autoridade policial seja desafiada, a mulher chama aquela fera pelo apelido carinhoso de “Ioiô” e diz que está com pena dele. Desse modo, o cômico acontece na contradição provocada pela situação em que a figura autoritária e imponente do policial militar se revela, na verdade, impotente na sua vida pessoal, quando não consegue ser absolutamente temido ou respeitado pela filha e pelo vizinho. Nesse momento, há uma inversão de papéis, o Zezinho, que em outro momento foi humilhado e ameaçado pelo coronel, no final subverte a ordem imposta pela força. Em um contexto social, compartilhado por escritor e leitor, de perseguições políticas, prisões arbitrárias e repressão contra manifestantes opositores, ridicularizar a imagem do policial, e consequentemente o uso da violência, pode ser compreendido não só como a expressão de um descontentamento, mas também como uma forma de contestação e resistência ao poder do Estado, ocupado pela força militar, no campo do simbólico e do imaginário.

Sobre as disputas discursivas que envolveram o golpe e a ditadura à época, é pertinente considerar algumas questões em relação ao papel histórico dos militares na esfera política brasileira. Em seu artigo, o historiador Carlos Fico (2021) pontua algumas questões importantes sobre o papel histórico dos militares nas disputas políticas brasileiras e a imagem social construída em torno deles ao longo desses processos. Fico (2021) destaca que os militares tiveram participação decisiva em todas “as crises institucionais do país – aqui entendidas como crises políticas que afrontam a constituição” (Fico, 2021, p. 9)¹, quando não, foram agentes desencadeadores das mesmas. Desse modo, Fico (2021) entende que prevaleceu nessa dinâmica histórica de longa du-

¹ As crises apontadas por Fico (2021) são: a deposição de Washington Luís em 1930; a implantação da ditadura do Estado Novo em 1937; a deposição de Vargas em 1945 e o seu suicídio em 1954; a intervenção do general Lott para garantir a posse de Kubitscheck em 1955; a crise institucional de 1961 após a renúncia de Jânio Quadros e o golpe de Estado de 1964.

ração o pressuposto de superioridade das classes militares sobre as civis e, portanto, da necessidade de tutela das mesmas. Segundo o autor, essa concepção se erigiu também no espaço político e constitucional conquistado por militares desde a fundação da república, a partir do protagonismo conquistado por agentes militares na escrita da constituição republicana. Somava-se à perspectiva de autonomia militar, a ideia elitista de que apenas parcela da população estaria preparada para o exercício da democracia, enquanto o povo – marcado pela rudeza e ignorância, por um lado, pela generosidade e bondade por outro – não teriam condições de escolher seus representantes políticos e, portanto, precisariam ser protegidos.

Em oposição às bases discursivas de sustentação do golpe e da ditadura, que reivindicavam a falsa ideia de movimento revolucionário contra os perigos do comunismo o FEBEAPÁ inverte, por meio do humor, a imagem heroica do militar e a imagem de uma elite esclarecida e detentora de altos valores morais. Stanislaw constrói uma série de representações sobre a figura militar, que apontam a truculência desses agentes políticos - ora subvertendo as relações de poder, ora destacando a violência como característica constante, mesmo que o tema central não seja a repressão – e ridicularizando seus símbolos de poder. No “festival da redentora”, os militares são representados de forma animalesca, como autoritários que usam a força das armas para demonstrar poder. Essa imagem é construída não somente por meio dos elementos textuais, mas também do desenho de Jaguar, em que feições agressivas e traços simiescos compõe o rosto de homens fardados, corpulentos em posição de ataque e empunhando armas.

SUICIDADOS E COCOROCAS: O APARELHO DE REPRESSÃO E AS SUBVERSÕES DA CRÔNICA HUMORÍSTICA

Compreender alguns aspectos da doutrina de Segurança Nacional que serviram como base ideológica orientadora para as ações de implementação da ditadura são importantes para a leitura do FEBEAPÁ de Stanislaw Ponte Preta. De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1989), diante do cenário internacional de Guerra Fria, o manual básico da Escola Superior de Guerra (ESG) compreendia que competia

aos países do terceiro mundo, como o Brasil, maior preocupação com a guerra interna, ou a guerra revolucionária. Diferente do sentido da guerra tradicional, em que o inimigo é externo, um outro país, por exemplo, a guerra interna acontece de forma indireta, por meio da propaganda e do controle ideológico dentro do território nacional. Nesse sentido, conforme pontua Alves (1989), para a ESG a estratégia de combate à guerra interna consistia na atuação em diferentes instâncias da sociedade, focando no público interno - os militares tanto da reserva quanto da ativa, os funcionários dos ministérios militares e a Polícia Militar - e no público externo - estudantes, sindicalistas, grupos sociais influentes, como intelectuais, artistas e figuras religiosas, assim como os meios de comunicação, as associações de bairro, as organizações de trabalhadores etc. “O principal problema para o Estado, no combate a esta estratégia indireta do comunismo, consiste em que o inimigo está em toda parte” (Alves, 1989, p. 39). Desse modo, segundo a autora, a noção de garantia da segurança interna implicava a organização de um aparelho repressivo por parte do Estado quase ilimitado, uma vez que o combate ao inimigo interno se associava ao controle total das ameaças subversivas.

Ainda de acordo com a autora, a operacionalização da repressão e a implementação desse projeto de Estado se estruturou na criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que funcionou como sistema autônomo ligado diretamente ao Executivo Federal, tornando-se um poder político de fato, um sistema de espionagem dos cidadãos, em prol da segurança interna, estipulada pelos princípios da Segurança Nacional. De acordo com Alves (1989), com o pretexto de funcionar como assessoramento ao poder Executivo, Castelo Branco mantinha o discurso de que o órgão não pretendia ser uma polícia política e de que não possuía caráter doutrinário e de propaganda política. No entanto, destaca a autora, o SNI se estruturou de forma eficiente no planejamento e análise de informações sobre todos os cidadãos, em combate ao inimigo interno, que como dito anteriormente, por princípio, poderia tornar qualquer cidadão suspeito. Segundo Alves (1989), o órgão contava inclusive com missões militares especiais e com a participação de colaboradores civis, mediante o estímulo de prêmio estipulado anu-

almente pelo presidente da República. Desse modo, o SNI poderia recorrer secretamente, durante missões específicas ou especiais, aos serviços de militares, funcionários públicos e demais civis, por meio de pagamento ou não.

A prática da delação e colaboração com o aparelho repressivo da ditadura é tema constante do FEBEAPÁ. De forma irônica, Stanislaw apelidou os apoiadores da ditadura de “cocorocas”, que é o nome de um peixe usado como isca na pesca. O termo cocoroca já era usado por Stanislaw antes da publicação em livro do FEBEAPÁ, mas em suas crônicas críticas à ditadura, a palavra é utilizada frequentemente para falar dos civis colaboradores da ditadura. Na introdução do FEBEAPÁ 2, Stanislaw reproduz o trecho inicial da introdução do FEBEAPÁ 1 para situar seus leitores, em retrospectiva, em relação aos fatos considerados por ele mais importantes, o que inclui a prática do “dedurismo”, ou seja, da denúncia, como um dos aspectos definidores da “redentora”. Logo depois, Stanislaw afirma que essa prática diminuiu, mas que continua principalmente no ambiente universitário. Na crônica abaixo ele aponta três “dedo-duros”, um professor da Faculdade de Filosofia, outro da Faculdade de Direito e o reitor da Universidade de Brasília:

É verdade que a prática do dedurismo arrefeceu um pouquinho e – ultimamente – a Pretapress e seus atentos agentes assinalam apenas uns raros casos de delatores, podendo-se resumir tais figurinhas nas pessoas dos Srs. Eremildo Viana, Hélio Gomes e Laerte Ramos de Carvalho- o primeiro da Faculdade de Filosofia e useiro e vezeiro em chamar a radiopatrulha para baixar o porrete em estudante, o segundo cate-drático da Faculdade de Direito (imaginem se não fosse), que tem hábito parecido com o do Senhor Eremildo; o terceiro é o reitor (nada magnífico) da Universidade de Brasília e que, ainda no mês de agosto, “alertou as autoridades contra estudantes que se reuniram no campus da Universidade para tratar de interesses da classe estudantil” – vejam vocês que perigo!!! (Ponte Preta, 2006, p.158).

De acordo com Janaína Cordeiro (2019), a prática da denúncia se tornou comum no período da ditadura civil-militar brasileira de 1964 e foi se tornando mais frequente, a medida em que os órgãos de infor-

mação e repressão foram se fortalecendo e definindo com maior eficiência o perfil do inimigo interno a ser combatido, de modo a generalizar a desconfiança sobre o outro. Para a autora, a denúncia não é um fenômeno social restrito da ditadura brasileira, na verdade é uma prática comum aos regimes autoritários e mesmo presente de alguma forma nas sociedades organizadas, a depender dos valores sociais, da cultura política, das tradições culturais, entre outros fatores. Cordeiro (2019) destaca também que, ao oferecer à sociedade um perfil político e moral do inimigo a ser combatido, o Estado ditatorial favoreceu a produção de táticas para acionar o combate ao inimigo da ditadura, que também serviu para solucionar problemas pessoais ou cotidianos.

Na primeira parte do FEBEAPÁ 1, quando faz um apanhado de notícias sobre o festival, a partir de sua “agência Preta Press”, Stanislaw aponta de início, por meio de um sábio comentário de Tia Zulmira, que o policial é sempre suspeito, colocando assim em questão a legitimidade das forças de segurança. A afirmação é seguida de um suposto relatório da Polícia de Mato Grosso sobre um crime político. Conforme a narrativa do cronista, a conclusão do delegado é ao mesmo tempo indício de irracionalidade e demonstração da falta de caráter da polícia. Se a vítima foi encontrada em um rio “retalhada em quatro pedaços” dentro de um saco amarrado a uma pedra pesada, é óbvio que foi um assassinato e que houve a intenção de ocultar o cadáver. No entanto, o relatório conclui: “parece afastada a hipótese de suicídio”, apontando para a prática da tortura e do assassinato da polícia política.

Segundo Tia Zulmira, “o policial é sempre suspeito” e – por isto mesmo – a Polícia de Mato Grosso não é nem mais nem menos brilhante do que as outras polícias. Tanto assim que um delegado de lá, terminou seu relatório sobre um crime político, com estas palavras: “A vítima foi encontrada às margens do Rio Sucuriu, retalhada em quatro pedaços, com os membros separados do tronco, dentro de um saco de aniagem, amarrado e atado a uma pesada pedra. Ao que tudo indica, parece afastada a hipótese de suicídio” (Ponte Preta, 2006, p. 28).

O cronista transforma os casos e acusações de assassinatos policiais em cenas irônicas do Festival de Besteira. O discurso democrático

defendido pelos governos militares é questionado nos recortes de notícias modificadas com o sarcasmo. Da mesma forma, na primeira parte do FEBEAPÁ 3, publicado em 1968, as alusões às mortes e torturas aparecem com frequência. Na pílula abaixo, Stanislaw destaca o trecho das Disposições de Seguros Privados como pretexto para chegar na repressão:

O Diário Oficial publica “Disposições de Seguros Privados” e mete lá: “O superintendente de Seguros Privados, no uso de suas atribuições, resolve (...), Cláusula 2 – Outros riscos cobertos – O suicídio e tentativa de suicídio – voluntário e involuntário”.

Pombas! O que será suicídio involuntário? Alguns acham que é aquele que a polícia faz, de vez em quando, nuns presos pela aí (Ponte Preta, 2006, p. 298).

Na crônica, Stanislaw acusa o uso da expressão “suicídio involuntário” em suposto documento oficial sobre Seguros Privados, apontando sua incoerência, uma vez que se é suicídio só pode ser voluntário. O interessante destacar é que, com o jogo de palavras usado na crônica, Stanislaw demonstra um olhar suspeito sobre as ações policiais. Como apontado por Alves (1989), já nos primeiros momentos, a imprensa nacional e internacional tinha conhecimento do emprego da violência por meio da tortura e das prisões arbitrárias. De acordo com a autora, relatos sobre o uso da tortura em presos políticos começaram a aparecer e provocar campanhas para a investigação das acusações por parte do governo Castelo Branco. Segundo Alves (1989), o jornal Correio da Manhã enviou o repórter Márcio Moreira Alves para investigar a situação. Infiltrado em uma prisão em Recife, o jornalista colheu depoimentos e presenciou casos de tortura, o que gerou uma série de artigos que detalhavam as técnicas de tortura, indicando inclusive nomes de torturadores, que foram compilados juntamente com outros relatos e investigações de advogados e jornalistas e publicados em 1966 no livro “Torturas e Torturados”. Nesse sentido, é sintomático o fato de recorrentemente aparecerem menções de assassinatos por policiais, prisões políticas, perseguições e repressão a manifestações, nas crônicas de Stanislaw, tanto em sua coluna no *Última Hora*, quanto

nas que foram publicadas na série FEBEAPÁ. Na crônica “Os Inocentes” do FEBEAPÁ 3 mais uma vez Stanislaw destaca a abordagem violenta da polícia ao movimento estudantil e mais vez ironiza a justificativa de suicídio como causa de morte para ocultar o assassinato por parte de agentes do Estado:

O diretor do DOPS, General Lucídio Arruda, afirmou que já tem ordens para prender mais estudantes. As centenas de estudantes presos são em número insuficiente para mais uma encenação de IPM. Diz o general que as novas prisões são “para apurar a origem do movimento deflagrado recentemente”.

O DOPS ainda não sabe que tudo começou porque a Polícia matou um rapazinho. Vai ver que lá eles pensam que foi suicídio (Ponte Preta, 2006, p. 306).

Publicada em sua coluna no jornal *Última Hora*, no dia 16 de abril de 1968, na sessão *Fofocalizando*, provavelmente, quando diz “porque a Polícia matou um rapazinho”, o cronista está se referindo ao assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto que aconteceu no dia 28 de março daquele ano. A referência a morte do estudante aparece também em outras crônicas publicadas na mesma sessão da sua coluna, apesar de não aparecerem na edição em livro do FEBEAPÁ. Nos trechos acima, Stanislaw denuncia a violência e os crimes policiais, de forma a reverter a normalização e institucionalização desses atos – do assassinato político e da utilização do suicídio como causa oficial da morte de um preso, quando as evidências mostram um assassinato. A justificativa do suicídio é retratada por Stanislaw através da incoerência e da falta de sentido, quando o autor fala em suicídio involuntário e quando ironiza o general e o próprio DOPS, que justifica a prisão de estudantes com a necessidade apurar a origem do movimento – quando todos sabem que o movimento começou porque a polícia matou um estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema trabalhado nesta pesquisa se desenvolveu a partir dos significados e práticas sociais que definiram a produção e circulação

das crônicas de Stanislaw Ponte Preta, autor de ampla penetração na grande imprensa. No caminho da pesquisa, confirmou-se a hipótese de que as crônicas de Stanislaw construíram imagens compartilhadas que formam um conjunto de representações marcadas por posicionamentos políticos e práticas sociais de oposição à ditadura. A partir do diálogo com o leitor, com a imprensa e com outras manifestações satíricas na história da literatura e do humor produzidos no Brasil, as crônicas de Stanislaw subvertem as relações de poder e criam representações que contrapõe as práticas sociais e políticas estabelecidas pela ditadura militar.

Nos trechos da pesquisa que se encontram no capítulo deste livro, destacam-se as representações sobre a imagem dos militares, seja desmoralizando e animalizando a polícia e os agentes militares, seja expondo as contradições dos discursos oficiais sobre as mortes de perseguidos políticos, as crônicas invertem as relações de poder. Enquanto símbolo de protetor da ordem social, o militar é transformado em objeto de riso e escárnio. Da mesma forma, Stanislaw satiriza as relações sociais que sustentam a lógica da suspeição, da delação e da repressão, constituída pela estrutura de Segurança Nacional. Desse modo, as imagens criadas pelo FEBEAPÁ trazem ao centro da crítica a própria sociedade que legitima o estado autoritário.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5^a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

CORDEIRO, Janaína Martins. Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura civilmilitar. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 223-238, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/28595>. Acesso em 1 ago. 2023.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, histórias**, Bra-

sília, vol. 9, n. 17, p.8-57, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/39052>. Acesso em: 1 ago. 2023.

JACKSON, Kenneth David. Rogue Satire, Black Humor: Comedy and Criticism in Brazilian Literature from Quincas Borba to Ponte Preta. **Ciberletras**, Bronx, n. 3, 2000. Disponível em: <https://www.lehman.cuny.edu/ciberletras/v03/Jackson.html>. Acesso em: 1 ago. 2023.

MESQUITA, Cláudia. **De Copacabana à Boca do Mato**: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

MORAES, Dislane Zerbinatti. “E foi proclamada a escravidão”: Stanislaw Ponte Preta e a representação satírica do golpe militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n.47, 2004, p.61-102. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100004>. Acesso em: 1 ago. 2023.

PONTE PRETA, Stanislaw. **FEBEAPÁ 1, 2 e 3**: Festival de Besteira que Assola o País. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2006.

_____. **Garoto Linha Dura**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2009.

VIANA, Luísa Pereira. **"Suicidados" e "cocorocas": a ditadura civil-militar brasileira nas crônicas de Stanislaw Ponte Preta, de 1964 a 1968**. 2023. 130f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2023. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/47621>>. Acesso em: 27/07/2025.

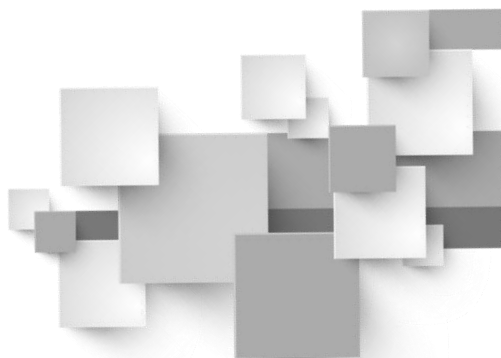
Do “problema indígena” à “solução final”: o genocídio dos povos indígenas e seu tratamento como inimigos políticos do desenvolvimento na ditadura civil-militar

Nathanael Martins Pereira

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). Coordenador adjunto do projeto de extensão Memória e Ditadura nas Escolas Públicas do Distrito Federal.

E-mail: nathanaelp00@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2279-0704>



A experiência dos povos indígenas¹, após as invasões de 1500, no território que hoje é compreendido como Brasil, é marcada por uma série de violações contra suas vidas e territórios. As práticas instauradas ao longo desses 525 anos assumiram múltiplas formas, mas compartilharam um mesmo propósito, o genocídio dos povos indígenas. A ditadura civil-militar brasileira (1964–1985) perpetrou um genocídio que resultou em milhares de mortes², invasão de terras, destruição de aldeias, remoções forçadas, tortura e assassinato de povos originários. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, teve como objetivo apurar as graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988, com foco especial nos 21 anos do período ditatorial. No entanto, a CNV não reconheceu os indígenas mortos durante a ditadura como mortos políticos.

Vale apontar que, a crítica à percepção de que a ditadura constitui um momento isolado no que se refere às graves violações contra parcelas da população brasileira permanece atual. As violações de direitos executadas contra os povos indígenas não se restringem ao período ditatorial, seguindo da mesma maneira em relação à população negra e periférica. A ditadura civil-militar não inaugura esse processo, mas sim o aprofunda e aprimora o aparato repressivo do Estado.

¹ O presente artigo deriva da dissertação de mestrado do autor, intitulada **Quem são os mortos e desaparecidos políticos?** O genocídio indígena na ditadura civil-militar e a Comissão Nacional da Verdade a partir do caso do povo Waimiri Atroari, defendida em maio de 2025, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do Prof. Dr. Mateus Gamba Torres.

² Quanto aos cerca de 8.350 indígenas cujas mortes e desaparecimentos foram apurados pela CNV no período de 1946 a 1988, é possível identificar, para o recorte específico de 1964 a 1985, os seguintes casos: 1.180 Tapayuna, 118 Parakanã, 72 Araweté, 14 Arara, 176 Panará, 2.650 Waimiri Atroari, 354 Yanomami e 85 Xavante de Marãiwatsédé. Já em períodos anteriores à ditadura civil-militar, teria ocorrido o genocídio de aproximadamente 3.500 Cinta-Larga, em 1963, e o dos 192 Xetá, em data provável entre as décadas de 1950 e 1960 (BRASIL, CNV, 2014).

Para os povos indígenas, a ditadura representou um momento de continuidade e recrudescimento das graves violações dos direitos humanos. De forma alguma essa constatação minimiza o que a ditadura significou para o país, foram duas décadas marcadas por prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados. No entanto, é fundamental destacar as permanências e continuidades históricas na relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas.

Esse passado autoritário continua produzindo reflexos mesmo após a redemocratização. Um dos aspectos que evidenciam essa permanência é a ausência de uma política de memória efetiva no país. Embora a instalação da Comissão Nacional da Verdade represente um marco importante no processo de construção da memória, é igualmente necessário reconhecer suas limitações. Entre elas, destaca-se a não adoção do conceito de mortos políticos para se referir aos indígenas assassinados durante o período de 1946 a 1988, bem como a análise restrita a apenas dez povos indígenas, número bastante reduzido diante da existência de 305 povos no Brasil.

O “PROBLEMA INDÍGENA”: “INIMIGOS DO DESENVOLVIMENTO”, “INIMIGOS DA DITADURA”

[...] os trabalhos de implantação da BR 174 não podem ser interrompidos³

É necessário fazer uma análise quanto à relação estabelecida pelos não indígenas com os indígenas e o local de “empecilho” ou “obstáculo”, que, por muitas vezes, foi imposto aos povos originários e por consequência a questão do “problema índio”. Essas questões podem ser estabelecidas a partir da dicotomia que é definida pelo embate: “indígenas *versus* desenvolvimento”. Numa perspectiva colonial que foi se atualizando e culmina na organização política, social e econômica existente hoje, sendo balizada pelo capitalismo, os indígenas são lidos num espaço de “inimigos do desenvolvimento”, não sendo diferente

³ Trecho retirado do Ofício nº 42-E2-CONF de 1974, assinado pelo general de brigada Gentil Nogueira Paes.

no período ditatorial, quando os indígenas ocupavam o espaço de “inimigos do desenvolvimento nacional”. Essa questão é exemplificada pela atuação do Estado brasileiro durante a ditadura, e aqui o escopo de análise se restringe ao período ditatorial por conta do objetivo do texto. No entanto, é possível estabelecer conexões nítidas quanto a esse tratamento do Estado com os povos indígenas em períodos democráticos. Dessa forma, essas práticas não se limitam a um único momento da história do Brasil. É necessário retomar a questão do “obstáculo indígena” e como o Estado brasileiro os tratava. A partir da noção de que os indígenas precisavam ser afastados para que fosse possível executar os projetos nacionais, é relatado na petição inicial da ACP que “os indígenas eram vistos como um empecilho ao desenvolvimento nacional, cabendo às chamadas frentes de atração promover o deslocamento forçado de seus territórios, afastando-os dos empreendimentos que seriam realizados” (Brasil, ACP, 2017, Num. 2518053, p. 13).

Com a consolidação da República, a Constituição de 1891 não abordou diretamente os povos indígenas. A criação de uma nova cidadania, pós-abolicionismo, exigia a inclusão de todos os cidadãos brasileiros, mas os indígenas foram considerados parte desse novo modelo sem, contudo, serem efetivamente contemplados ou pensados dentro dele. Nesse cenário, no início dos anos 1900, os indígenas foram tratados como um “problema” que necessitava de uma “solução”. Essa “solução”, no caso brasileiro, seria oferecida pelo Serviço de Proteção ao Índio, com a “pacificação” ou extermínio como forma de resolução do “problema”.

Na atual organização política, social e econômica, estruturada pelo capitalismo, os povos indígenas são frequentemente percebidos como entraves ao progresso, sendo rotulados como “inimigos do desenvolvimento”. Embora o foco da análise esteja voltado para o período contemporâneo, é imprescindível reconhecer tanto as permanências da colonialidade nas relações entre os Estados e os povos indígenas quanto a historicidade do conceito de “problema indígena”. Essa abordagem é fundamental para compreender os argumentos desenvolvimentistas promovidos pelos Estados e as práticas adotadas em relação às populações indígenas.

O primeiro registro de uma menção à ideia de “Solução Final”⁴ ocorreu em 12 de abril de 1910, em uma carta do *Superintendent Department of Indian Affairs*, Duncan Campbell Scott, para o *Indian Agent-General Major D. McKay*. Na carta, Campbell escreve:

É facilmente reconhecido que as crianças índias perdem sua resistência natural às doenças por conviverem muito próximas nessas escolas, e que morrem em uma taxa muito maior do que em suas aldeias. Mas isso por si só não justifica uma mudança na política deste Departamento, que está sendo voltado para a solução final do nosso Problema Índio (Department of Indian Affairs Superintendent D.C. Scott to B.C. Indian Agent-General Major D. McKay, DIA Archives, RG 1-Series 12 April 1910, tradução nossa)⁵.

O que Duncan Campbell Scott narra na carta é que o *Department of Indian Affairs* (DIA) estava em busca de uma *final solution* para o *Indian problem*. Essa Solução Final, para eles, seria a escolarização obrigatória das crianças indígenas na forma de internato ou pensionato. Pouco importava se a taxa de mortalidade das crianças indígenas era maior nessas escolas do que nas aldeias. O mais importante era

⁴ Ao analisar as “soluções” propostas por governos movidos por ideais racistas para neutralizar o “problema”, entendido como grupos sociais, povos ou etnias, é inevitável remeter imediatamente às vítimas do nazismo. A Shoah resultou no genocídio de 6 milhões de judeus. Em 31 de julho de 1941, Hermann Göring enviou uma carta a Reinhard Heydrich, SS-Obergruppenführer e um dos principais arquitetos do Holocausto, mencionando o *Endlösung der Judenfrage*, ou “solução final da questão judaica”. A “Solução Final” foi o processo sistemático e meticulosamente planejado de extermínio em massa dos judeus europeus. Sem dúvida, essa é a referência mais conhecida do uso do termo “Solução Final”.

⁵ *It is readily acknowledged that Indian children lose their natural resistance to illness by habitating so closely in these schools, and that they die at a much higher rate than in their villages. But this alone does not justify a change in the policy of this Department, which is being geared towards the final solution of our Indian Problem (Department of Indian Affairs Superintendent D.C. Scott to B.C. Indian Agent-General Major D. McKay, DIA Archives, RG 1-Series 12 April 1910).*

“destruir o índio na criança” (Zema, 2021), conforme preconizava a política assimilacionista da época.

No cenário canadense, o *Indian Residential School system*, foi uma das armas do processo de assimilação executado contra os indígenas no Canadá. Elas funcionavam como escolas internatos para as crianças indígenas, que eram retiradas de suas aldeias. D’Arcy Rheault, em *Solving the “Indian Problem”: Assimilation Laws, Practices & Indian Residential Schools*, explica que, em 1920, Campbell Scott, ao apresentar um novo projeto de lei de *Compulsory residential school attendance of all Indian, Métis and Inuit children*, declarou “*I want to get rid of the Indian problem*” (Quero me livrar do problema indígena)⁶ (Scott, 1920 *apud* Rheault, 2011, p. 03, tradução nossa).

A fala de Scott, diretor do Departamento de Assuntos Indígenas, exemplifica como as práticas e políticas de assimilação e também o extermínio dos povos originários, especialmente por meio da burocracia do Estado, aconteciam em muitos países das Américas nos séculos XIX e XX. Scott concluiu sua declaração com o seguinte trecho: “Esse é todo o meu ponto. Nosso objetivo é continuar até que não haja um único indígena no Canadá que não tenha sido absorvido pelo corpo político, e não haja nenhuma questão indígena, e nenhum departamento indígena, esse é todo o objetivo deste Projeto de Lei” (Scott, 1920 *apud* Rheault, 2011, p. 03, tradução nossa)⁷. O projeto de lei foi

⁶ Segundo o **Terminology Guide da Queen's University Canada**, no contexto canadense, a partir do termo *Indigenous* (indígenas), existe a separação entre *First Nations*, *Métis* e *Inuit*. No caso do projeto de lei de *Compulsory residential school attendance of all Indian, Métis and Inuit children*, de 1920, a menção a *Indian* seria lida como *First Nation* (Primeira Nação). Quando o termo *Indian problem* é utilizado, no contexto da documentação referenciada, ou ocorrem outras menções a *Indian*, é entendido que está sendo generalizado e agrupado todos os indígenas do Canadá, *First Nations*, *Métis* e *Inuit*. Scott, em sua declaração afirmou que: “*I do not think as a matter of fact, that this country ought to continually protect a class of people who are able to stand alone*” (Não acho que, de fato, este país deva proteger continuamente uma classe de pessoas que são capazes de se manterem sozinhas).

⁷ “*That is my whole point. Our objective is to continue until there is not a single Indian in Canada that has not been absorbed into the body politic, and*

aprovado em 1920, determinando a frequência obrigatória de todas as crianças indígenas de 7 a 15 anos nas escolas. Essa medida, parte das políticas de assimilação cultural, teve impacto profundo sobre as comunidades indígenas, separando crianças de suas famílias e culturas, com o objetivo de integrá-las à sociedade não indígena (Scott, 1920 *apud* Rheault, 2011, p. 03).

Assim como no Canadá, onde as políticas de assimilação foram devastadoras para os indígenas, especialmente crianças e jovens, no Brasil, as políticas de assimilação e desenvolvimento também geraram impactos semelhantes, contribuindo para a desestruturação social, cultural e familiar das comunidades indígenas. Quando o contexto brasileiro é analisado, a fala do secretário-geral do Ministério da Agricultura e Ministro do Interior no governo Ernesto Geisel, Maurício Rangel Reis, que afirmou em janeiro de 1976 que “os índios não podem impedir a passagem do progresso [...] dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil”, em muito se conecta com os ideais de uma solução final. A expectativa de que “dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil” não parte apenas de uma especulação, mas também da compreensão das estruturas da ditadura militar (Brasil, CNV vol. II, 2014, p. 251).

O Estado brasileiro não estava apenas assistindo ao extermínio total dos indígenas por doenças, conflitos com madeireiros, garimpeiros e outras intempéries por conta da desassistência estatal, mas estava também executando ações que visavam ao extermínio. Como pode ser visto no trecho “os índios não podem impedir a passagem do progresso”, era o “problema indígena” do Estado brasileiro e o “dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil” era a “solução final” (Brasil, CNV vol. II, 2014, p. 251).

É importante lembrar que, mesmo que essa “solução final” não se desse pelo extermínio total, mas sim pela assimilação dos indígenas, isso não torna o processo menos violento nem menos etnocêntrico. O processo de assimilação, de privações e de cerceamento das tradições

there is no Indian question, and no Indian department, that is the whole object of this Bill” (Scott, 1920 *apud* Rheault, 2011, p. 03)

culturais acarretou graves consequências para os povos indígenas no Brasil e no Canadá.

No auge das graves violações contra os povos indígenas durante a ditadura, como foi o caso da construção da BR-174 no território Waimiri Atroari, o general Ismarth de Araújo Oliveira, então presidente da FUNAI, em 1975, afirmou, na 81ª Sessão do Conselho Indigenista da FUNAI (CIF), que a decisão da construção da BR-174 era irreversível:

Os Waimiri-Atroari têm constituído problemas emocionais, não só no âmbito do nosso país como também no âmbito internacional [...]. Há uma coisa que é certa: a decisão do Governo, que é irreversível, de continuar a estrada. Então, as nossas soluções têm que partir desta premissa: com a estrada... uma alternativa já foi tirada. A da estrada parar. O governo já definiu a sua posição⁸.

Na fala do presidente da FUNAI fica evidente tanto a decisão quanto a instituição dos objetivos nacionais de desenvolvimentismo e a inegociabilidade posta sobre a temática. Nesse sentido, a fala reforça o entendimento da existência de um projeto desenvolvimentista, constituído por graves violações dos direitos humanos dos povos indígenas, no qual os objetivos deveriam ser cumpridos a qualquer custo, como aparece no ofício nº 42-E2-CONF expedido no dia 21 de novembro de 1974, pelo general de brigada Gentil Nogueira Paes. No trecho do discurso acima, fica nítida a intenção do governo militar de encontrar “soluções” para o que eles chamavam de “problemas”. Os Waimiri Atroari seriam esse “problema” e a posição do Estado era a de não interromper a construção da estrada. O Estado brasileiro havia tomado sua decisão: a de construir a estrada. O presidente da FUNAI indicava para o Conselho Indigenista que as “soluções” para o problema Waimiri Atroari deveriam ser tomadas a partir da premissa de que a construção seria executada. Esse discurso exemplifica a falta de vontade

⁸ Conselho Indigenista da FUNAI-CIF. Ata da 81ª Sessão, realizada em 24 de janeiro de 1975. Rio de Janeiro, 1975. Citada em “*Informe del Cuarto Tribunal Russel sobre los derechos de los pueblos indígenas de las Américas*”. Rotterdam, 1980, p. 8.

política do Estado de reverter a sua posição em relação aos projetos de desenvolvimento e a afirmativa de que os indígenas constituíam um problema no âmbito nacional e internacional, inclusive no âmbito emocional.

É importante destacar que, ainda que a “solução final” não se concretizasse por meio do extermínio físico total dos povos indígenas, mas sim por meio de sua assimilação forçada, isso não a torna menos violenta ou menos marcada por um viés etnocêntrico. O processo de assimilação, que envolve a negação, a privação e o cerceamento das práticas culturais e sociais indígenas, acarreta consequências profundas e duradouras, comprometendo a continuidade das identidades coletivas e afetando de maneira estrutural os modos de vida desses povos.

MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR

A lei nº 9.140/95, de dezembro de 1995, instituiu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que detém o papel de buscar solução “para os casos de desaparecimentos e mortes de opositores políticos por autoridades do Estado durante o período de 1961-1988”. A lei marca o reconhecimento, “pelo Estado brasileiro, de sua responsabilidade no assassinato de opositores políticos no período abrangido” (Brasil, Cemdp, 2007, p. 17).

O reconhecimento apresentado na lei se estabelece para “as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988”. É possível então questionar: O que seria essa “atividade política”? Estabelecer resistência contra a construção de uma rodovia em seu território? Opor-se à remoção forçada de seu povo? Opor-se ao esbulho da terra de uma comunidade inteira? Opor-se às invasões truculentas em seu território? São questões importantes que baseiam este estudo.

O genocídio dos povos indígenas foi um dos objetivos da ditadura e isso pode ser comprovado por meio do discurso daqueles que ocupavam os mais altos postos no governo, como também por meio das

ações executadas pelo Exército brasileiro. O secretário-geral do Ministério da Agricultura e Ministro do Interior no governo Ernesto Geisel, Maurício Rangel Reis, afirmou em janeiro de 1976 que “os índios não podem impedir a passagem do progresso (...), dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil”. Na CNV é descrito que “claro está que os indígenas foram vistos pelo Estado como seus opositores, pecha que se estendeu também a diversos defensores dos direitos indígenas” (Brasil, CNV, vol. II, 2014, p. 251).

O artigo primeiro da lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, com sua redação atualizada pela lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002, apresenta o seguinte reconhecimento:

Art. 1º São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias (Brasil, [1995], 2002, Art. 1).

Compreender a resistência dos povos indígenas perante a ditadura civil-militar como um ato político é fundamental para pensar as reparações possíveis para os povos afetados. Pensando o reconhecimento dos povos indígenas como “mortos e desaparecidos políticos”, podemos analisar parte da lei nº 9.140 de 1995, que “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências”. Dessa maneira, para pensar como os povos indígenas eram inimigos políticos da ditadura, e porque podem ser entendidos como “mortos e desaparecidos políticos”, é necessário estabelecer algumas conexões.

Arno Dal Ri Júnior, em *O Estado e Seus Inimigos*, apresenta que durante a ditadura militar a doutrina de segurança nacional ganharia novamente importância após sua reformulação, que foi realizada pela Escola Superior de Guerra (ESG). A influência da ESG vinha da doutrina elaborada pela *National War College*, nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial (Dal Ri Junior, 2006, p. 280). O decreto-lei nº 898, de 29 de agosto de 1969, em seu artigo 2º, define que: “a

segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos”. Dessa maneira, é possível estabelecer que aqueles que se opusessem aos “objetivos nacionais” estariam violando e indo contra a “segurança nacional”. Portanto, a conexão pode ser estabelecida da seguinte maneira: aqueles que demonstrassem resistência à construção de BRs e diversas outras ações dos militares estariam se opondo aos objetivos nacionais. O autor explica que a conceituação doutrinária de segurança nacional teve sua elaboração feita pelo comando da ESG e veio a ser desenvolvida pelos pensadores que deram apoio à ditadura militar. O autor acrescenta que “as primeiras linhas teóricas adotadas apontam para um discurso desenvolvimentista que impunha a presença de uma estrutura forte como necessária para gerar a segurança interna”. Dal Ri Junior apresenta uma afirmação do general Golbery do Couto e Silva, um dos nomes mais relevantes da ditadura: “[...] no amplo quadro da Política Nacional, o Desenvolvimento e a Segurança intimamente se entrosam, reciprocamente se condicionam e acentualmente se interdependem, chegando mesmo, por vezes, a se confundir numa faixa de recobrimento” (Dal Ri Junior, 2006, p. 285).

Era o que afirmava o General Augusto Fragoso, ex-Comandante da Escola Superior de Guerra: “Nos estudos doutrinários sedimentou-se bem o entendimento, não mais sujeito a controvérsias, de que segurança e desenvolvimento ou desenvolvimento e segurança são noções fortemente integradas entre si, intimamente entrosadas e interligadas – sobrepostas mesmo em largas porções dos respectivos campos – Integrantes ambas da Política Nacional, que pode ser admitida até também una e indivisível, tal como admitimos que sejam a Estratégia e o Poder Nacional”. (In Fragoso, Augusto. A Escola Superior de Guerra. Problemas Brasileiros, nº 88 (1971), p. 19 ss. Apud Dal Ri Junior, 2006, p. 285).

Aqui a relação entre segurança e desenvolvimento é estabelecida de forma nítida, ponto central para argumentação apresentada neste trabalho. É possível estabelecer então que “esse discurso estava consciente da necessidade do desenvolvimento para sustentação do regime e, por isso, constantemente reafirmava que a consecução dos objetivos nacionais, tais como o desenvolvimento econômico e social, somente

poderia acontecer pelas mãos de um poder forte”. E esse poder deveria gerar por meio da segurança nacional os pressupostos para que fosse possível chegar ao tão almejado desenvolvimento. Dal Ri Junior aponta que essa doutrina apresentava uma grande lacuna, que era a imprecisão do conceito de segurança nacional. Essa imprecisão acabava por gerar “um imenso campo de manobra para os mecanismos da ditadura”, de modo que dava espaço para que o discurso autoritário “ampliase a gama de crimes contra a segurança nacional, apresentando os seus agentes como inimigos do desenvolvimento da nação brasileira” (Dal Ri Junior, 2006: p. 286, 287). Esse ponto da denominação de inimigos é central para toda a discussão aqui desenvolvida.

Perceber os povos indígenas nesse espaço que, ao longo da história do Brasil, sempre foi imputado a eles, de “inimigos do desenvolvimento” por estarem ao lado da preservação de seus territórios, se apresenta como questão muito importante para pensar o antagonismo das forças militares perante os povos originários. Dessa maneira, o que pode ser apresentado é a ideia de compreender que os indígenas mortos durante a ditadura estariam nesse espaço dos mortos e desaparecidos políticos, uma vez que eram tidos como inimigos do regime.

No fim do texto 5 do relatório da Comissão Nacional da Verdade, *Violações de direitos humanos dos povos indígenas*, são apresentadas treze recomendações para que o Estado brasileiro realizasse reparações aos povos originários. Essas recomendações foram formuladas a partir dos fatos apurados e analisados no texto do relatório e concluem pelo reconhecimento de responsabilidade do Estado brasileiro, por meio da Comissão Nacional da Verdade, pelas ações diretas e omissões “no esbulho das terras indígenas ocupadas ilegalmente no período investigado e nas demais graves violações de direitos humanos que se operaram contra os povos indígenas” (Brasil, CNV vol. III, 2014, p. 253).

Dentre as treze recomendações apresentadas pela CNV, destacam-se duas que possibilitam estabelecer conexões relevantes para a compreensão dos povos indígenas como sujeitos perseguidos politicamente durante a ditadura civil-militar. A primeira delas explicita a necessidade de reconhecimento “de que a perseguição aos povos indígenas visando à colonização de suas terras durante o período investigado

constituiu-se como crime de motivação política”, tendo em vista que o alvo da repressão era, fundamentalmente, o “modo de ser indígena” (Brasil, CNV, 2014, p. 253). Assim, as vidas, as existências e a permanência dos povos indígenas em seus territórios foram constantemente ameaçadas por uma lógica de perseguição que se baseava em motivações políticas.

Reconhecimento, pelos demais mecanismos e instâncias de justiça transicional do Estado brasileiro, de que a perseguição aos povos indígenas visando a colonização de suas terras durante o período investigado constituiu-se como crime de motivação política, por incidir sobre o próprio modo de ser indígena (Brasil, CNV, 2014, p. 253).

Na sétima recomendação, é indicado o reconhecimento pela Comissão de Anistia dos “atos de exceção” e da “punição por transferência de localidade motivadas por fins exclusivamente políticos”, assim como consta no capítulo II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. O julgamento que anistiou quatorze indígenas Aikewara-Suruí⁹ é citado como exemplo.

⁹ “No julgamento do primeiro caso de requerimento por indígenas de reparação de violações de direitos durante a ditadura militar, ocorrido na última sexta-feira (19), durante a 87ª Caravana da Anistia, no Salão Negro do Ministério da Justiça, em Brasília, a Comissão de Anistia concedeu a 14 indígenas Suruí do Pará (Aikewara) a condição de anistiado político. Os índios também vão receber uma indenização de 120 salários mínimos (R\$ 86,8 mil) para Wai-vera, Muruá, Tireme, Api, Massara, Warini, Marrari, Arikassu, Umassu, Taue, Egidio Tibacu, Awassai, Terriweri e Ikatu. O Povo Aikewara, também conhecido como Suruí, da Terra Indígena Sororó, no sudeste do Pará, foi vítima de maus tratos, violências, e torturas, com privação de água, comida e sono, durante a Guerrilha do Araguaia, no período da ditadura militar. Segundo Ywynuhu Suruí, filho e neto de requerentes, ‘naquela época, meu Povo estava com pouco tempo de contato. O maior dano coletivo causado foi que eles ficaram em cárcere privado na aldeia. Eles não podiam sair, não podiam caçar, e o estoque de alimentos foi destruído. Dentro da aldeia, [os militares] montaram uma base, na qual o exército ficou de 1971 a 1973, e alguns indivíduos adultos foram requisitados [para trabalhos forçados]’”. Comissão de Anistia

Reconhecimento pela Comissão de Anistia, enquanto “atos de exceção” e/ou enquanto “punição por transferência de localidade”, motivados por fins exclusivamente políticos, nos termos do artigo 2º, itens 1 e 2, da Lei nº 10.559/2002, da perseguição a grupos indígenas para colonização de seus territórios durante o período de abrangência da referida lei, visando abrir espaço para a apuração detalhada de cada um dos casos no âmbito da Comissão, a exemplo do julgamento que anistiou 14 Aikewara-Suruí (Brasil, CNV, 2014, p. 253, 254).

Na lei supracitada, quanto à declaração da condição de anistiado político, são estabelecidos os pontos que podem ser utilizados para reconhecer os povos indígenas que tiveram seus direitos humanos violados pela ditadura como perseguidos políticos e, por consequência, conceder-lhes a anistia política assim como foi apresentado na CNV. Cito abaixo o trecho da lei no qual fica nítida a possível conexão “enquanto atos de exceção e/ou enquanto punição por transferência de localidade” com as remoções forçadas protagonizadas pelo Estado brasileiro contra os povos indígenas (Brasil, Lei nº 10.559/2002, Art. 2).

Art. 2º São declarados anistiados políticos aqueles que, no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, por motivação exclusivamente política, foram:

I - atingidos por atos institucionais ou complementares, ou de exceção na plena abrangência do termo;

II - punidos com transferência para localidade diversa daquela onde exerciam suas atividades profissionais, impondo-se mudanças de local de residência; (Brasil, Lei nº 10.559/2002, Art. 2).

Adriana Rodrigues Novais, em seu artigo *A memória da repressão e violência no campo em tempos da Comissão Nacional da Verdade*, argumenta que “o alijamento dos camponeses e também dos povos indígenas dos processos de reparação podem estar relacionados, entre

concede indenização a indígenas Suruí do Pará. FUNAI. 23/09/2014. Disponível em: <https://www.gov.br/FUNAI/pt-br/assuntos/noticias/2014/comissao-de-anistia-concede-indenizacao-a-indigenas-suru-i-do-para>

outros aspectos, aos critérios definidos para a Comissão de Anistia para conceder a reparação”. Além disso, a autora destaca a dificuldade enfrentada pelos camponeses para comprovar as violências sofridas. Ainda segundo Novais, “o Estado não reconhece a violência como crime político, conforme detalhado no relatório da Comissão Camponesa da Verdade”. A autora menciona o caso dos 14 indígenas Suruí do Pará (Aikewara), que receberam anistia política e indenizações. Contudo, tal reparação só foi viabilizada porque a perseguição que sofreram estava vinculada à Guerrilha do Araguaia, na qual havia envolvimento de militantes comunistas (Novais, 2015, p. 47).

A autora ainda acrescenta que foi durante a ditadura militar que a FUNAI foi criada “com objetivo, formal e aparente, de proteção aos indígenas, ela mesma subordinada ao Ministério do Interior, do então governo Médici, que tratava das políticas de colonização da Amazônia” (Novais, 2015, p. 49), e que o Estatuto do Índio foi constituído, pela Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973. Fato que revela o grau de contradição presente na FUNAI das décadas de 1960 e 1970, de maneira que foi assim que a fundação se tornou “agente de grande violência contra esses povos, alegando que seria necessária a ‘integração’ dos indígenas à sociedade brasileira” (Novais, 2015, p. 49).

O que é fundamental para esta pesquisa é estabelecer a percepção da luta e resistência política dos povos indígenas, que não necessariamente era uma luta político-partidária ou estava atrelada a conflitos que tivessem participação de organizações político-partidárias, mesmo com a existência da perseguição política sofrida pelos povos indígenas durante a ditadura. Não reconhecer que os povos originários mortos e desaparecidos durante a ditadura deviam ter sido somados aos demais mortos e desaparecidos políticos, tanto na CNV quanto nas demais ações de Estado, é negar-lhes, mais uma vez, o direito à memória. A perseguição política sofrida pelos povos indígenas durante a ditadura ocorre porque a existência deles e a defesa de suas terras eram tratadas como um empecilho para a execução dos projetos desenvolvimentistas dos militares. Aponto que possivelmente o maior erro da definição de mortos e desaparecidos políticos seja atrelar exclusivamente a figura de um militante a esse espaço e não compreen-

der outras formas de resistência política, como o caso dos povos indígenas. Em entrevista¹⁰ concedida por Marcelo Zelic, coordenador do Armazém Memória¹¹ e membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo¹², para a professora e antropóloga da UFPR Edilene Coffaci de Lima e para o bacharel em história Fabiano Atenas Azola, ele descreveu que o ambiente da CNV era conflituoso e tentava desvincular o genocídio indígena dos atos da ditadura, tratando-o como uma violência estatal (Lima, Azola, 2017, p. 355). Esse é um ponto de muita disputa e muito caro para o processo de construção de memória, dado que o espaço dos povos indígenas na “história nacional” é constantemente expropriado, negando aos povos originários uma representação digna, tanto do genocídio sofrido e das inúmeras violências diuturnas, mas também de sua inigualável resistência (Pereira, 2022, p. 38).

Ainda sobre a Comissão Nacional da Verdade, Zelic acrescenta que “[...] veja, se os índios tivessem criado o ‘Grupo de Libertação Tupamaro’, eles teriam sido reconhecidos né, ou ‘Grupo Revolucionário Indígena’ ou algo do gênero também”. O ativista, nesse ponto da entrevista, questiona se a validação e o reconhecimento da resistência indígena na ditadura precisariam estar vinculados à necessidade de estarem ligados a um grupo de luta armada ou partidarizado politicamente. Marcelo Zelic também diz que a entrada do tema indígena na comissão foi feita com muita resistência (Lima, Azola, 2017, p. 355; Pereira, 2022, p. 38). Os indivíduos indígenas que foram expulsos de

¹⁰ Entrevista com Marcelo Zelic: *Sobre o Relatório Figueiredo, os indígenas na Comissão Nacional da Verdade e a defesa dos Direitos Humanos*, publicada na revista Mediações.

¹¹ O Armazém Memória é uma iniciativa de articulação e construção coletiva de um site visando colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas que possam garantir ao cidadão brasileiro o acesso à sua memória histórica, através de bibliotecas públicas virtuais interligadas em um sistema de busca direta no conteúdo. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br>.

¹² Criada entre 1971 e 1972, a CJP paulista prestou apoio jurídico e registrou os casos de violação, assumindo corajosas ações de denúncia. A Comissão se tornou referência nacional e continua a atuar na defesa dos direitos humanos em conflitos políticos e sociais mesmo após o fim da ditadura.

seus territórios, mortos, sequestrados e torturados pelo Exército Brasileiro durante a ditadura militar não são incluídos nessa contagem de mortos e desaparecidos políticos (Brasil, CNV, 2014 *apud* Pereira, 2022).

Na ditadura militar implementada na Argentina (1976 – 1983), o número de desaparecidos é estimado em 30 mil¹³. Já na ditadura chilena (1973 – 1990) o número de mortos é de 3.225 e os presos e torturados chegam a 37.055. Os dados foram levantados pela Comissão da Verdade sobre Prisão Política e Tortura, mais conhecida como Comissão Valech (Chaves, 2019, p. 121). Por vezes, a ditadura militar brasileira é nomeada por negacionistas históricos de “ditabranda”¹⁴, fazendo menção ao, entre muitas aspas, “baixo número de mortos e desaparecidos”, comumente utilizando o número de mortos das ditaduras da Argentina e do Chile como comparação, num discurso que parte de uma perspectiva perigosa que tenta quantificar a dor e o sofrimento de um povo a partir do número de mortos. Caso tivesse ocorrido uma única morte na ditadura civil-militar brasileira, já seria motivo para uma forte repulsa social.

O que se busca a partir dessa crítica é questionar por qual motivo a Comissão Nacional da Verdade brasileira optou por não contabilizar os indígenas mortos e desaparecidos, vide que, no objetivo de gerar

¹³ Memória e Resistência. Histórico Da Ditadura Civil-Militar Argentina. Disponível em: https://paineira.usp.br/memresist/?page_id=239. Acesso em: 20 jan. 2024.

¹⁴ Em 17 de fevereiro de 2009, em um editorial crítico ao governo de Hugo Chávez na Venezuela, o jornal *Folha de S. Paulo* referiu-se à ditadura militar brasileira como uma “ditabranda”. No texto, afirmava-se que: “Mas, se as chamadas ‘ditabrandas’ – caso do Brasil entre 1964 e 1985 – partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou implantavam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça –, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente”. FOLHA DE S.PAULO. Limites a Chávez. Folha de S.Paulo, São Paulo, 17 fev. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em: 14 mar. 2025.

uma comissão que denunciasse os crimes e horrores da ditadura militar e estabelecesse um projeto de memória que buscasse por justiça de transição, faria mais sentido apresentar o número real de mortos, incluindo todos que foram mortos, perseguidos e torturados durante os 21 anos de ditadura.

No entanto, o que foi feito gera diversos problemas na construção da memória nacional. A escolha de delimitar quem seria ou não “um morto político” acarreta novamente no que é denunciado por Marcelo Zelic. Negar os aspectos da luta e da resistência política dos povos indígenas durante a ditadura militar é alinhar-se às estruturas coloniais e eurocêntricas que invisibilizam o genocídio. É importante reforçar o fato de que esse número de indígenas mortos envolve apenas 10 povos. Caso tivesse ocorrido um levantamento com maior aprofundamento nos muitos povos indígenas atacados e mortos pelos militares, o número seria bem maior (Pereira, 2022, p. 39-40).

Uma fonte que corrobora o argumento de uma ampla perseguição política dos militares contra os povos indígenas é o panfleto que, segundo o 1º RCEV, era lançado no território dos Waimiri Atroari:

Operação Atroaris

Guerrilheiro,

Lê com atenção esta “mensagem” / Guarda este panfleto com cuidado / Ele é o teu passaporte para a vida

Estás cercado / Teus momentos estão contados / Vê na operação esboçada que teu fim / Está próximo!

Teus companheiros estão morrendo / Tu mesmo estás ferido / Os soldados brasileiros – teus irmãos / Estão cada vez mais próximos.

A aviação te bombardeia sem cessar / Olha a bandeira de teu país / És brasileiro – lembra-te disto / Reflete, pensa bem – o verdadeiro inimigo / Pode estar a teu lado:

Repudia-o, aprisiona-o, mata-o / Irmão – rende-te / Teu passaporte: esta mensagem / Tua recompensa: a vida / Teu futuro: perdão.

Do comandante do teatro de operações¹⁵ (Brasil, 1º RCEV, 2012, p. 45).

¹⁵ “Operação Atroaris”. “Panfleto distribuído pelo Exército sugerindo a existência de guerrilheiros entre os Waimiri-Atroari” (Brasil, 1º RCEV, 2012, p. 45).

O panfleto reforça um imaginário político previamente estabelecido, uma vez que era distribuído pelo Exército e sugeria a existência de guerrilheiros entre os Waimiri-Atroari. Trata-se, portanto, de mais um elemento que buscava legitimar os ataques e as ofensivas realizadas contra esse povo indígena, valendo-se de uma narrativa que associava sua resistência à ameaça subversiva. É evidente o caráter político dos ataques perpetrados pelo Exército brasileiro contra os povos indígenas, como demonstram casos emblemáticos, tais como a instalação do Reformatório Krenak, a construção da BR-174, as diversas remoções forçadas e o uso sistemático da violência por parte dos militares. Nesse sentido, talvez uma das maiores limitações da Comissão Nacional da Verdade tenha sido a ausência de um esforço mais incisivo em produzir análises inéditas, optando por reproduzir dados e levantamentos previamente existentes. Ao adotar essa postura, a CNV deixou de avançar em uma abordagem crítica e aprofundada sobre o genocídio indígena, restringindo-se à perspectiva já consolidada.

Marlon Alberto Weichert escreve, em seu texto *O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: Conquistas e desafios*, que “há dois assuntos de extrema relevância para os quais se lamenta, em particular, a falta de sua incorporação à parte principal do Relatório”. O primeiro seria a não inclusão das graves violações dos direitos humanos dos povos indígenas. Quanto a isso, Weichert escreve que “esses povos não se envolveram em movimentos políticos ou disputas ideológicas, porém também sofreram violentamente as consequências do autoritarismo”. No entanto, é possível considerar que o fato de eles, ou ao menos a maioria deles, não terem participado dos chamados “movimentos políticos” não desqualifica a luta e a resistência frente a um projeto político desenvolvimentista, tampouco a perseguição política promovida pelos militares. Logo em seguida o autor escreve que, “com efeito, o respeito às suas terras e suas culturas era considerado uma barreira a alguns planos de desenvolvimento nacional, tais como abertura de estradas, construção de hidrelétricas e implantação de projetos agropecuários”, e acrescenta que, “em diversos casos, as forças militares interviram para remover ou intimidar os indígenas e, com isso, abrir caminho para esses projetos”. Weichert conclui que diante da gravidade desses dados é surpreendente a não inclusão dos povos indígenas

nas conclusões finais sobre números de mortos e desaparecidos (Weichert, 2014, p. 125, 126).

Quanto as prisões de indígenas durante a ditadura militar, é apresentado na CNV que cerca de 121 indígenas foram presos no período de 1969 e 1979:

Em *A ordem a se preservar*, José Gabriel Silveira Correa compilou, no Índice de Anexos, 140 uma lista com 121 índios presos entre 1969 e 1979. Foram identificados pelo nome: 22 Karajá, 17 Terena, 13 Maxacali, 11 Pataxó, nove Krenak, oito Kadiweu, oito Xerente, seis Kaiowá, quatro Bororo, três Krahô, três Guarani, dois Pankararu, dois Guajajara, dois Canela, dois Fulniô e um Kaingang, Urubu, Campa, Xavante, Xakriabá, Tupinikim, Sateré-Mawé, Javaé, além de um não identificado, porém, o número de índios presos na ditadura militar pode ser maior (Brasil, CNV, vol. II, 2014, p. 244).

Quanto ao Reformatório Krenak, que merece um capítulo à parte, devido à complexidade e à extrema violência do que foi realizado no município de Governador Valadares, Minas Gerais, é possível apresentar algumas considerações.

No caso do Reformatório Krenak e o clima de terror vivenciado pelos indígenas durante a ditadura, a CNV apresenta que, “contrariando seus Estatutos e atentando contra os direitos humanos, a FUNAI criou uma prisão para os índios em Crenaque, no município de Governador Valadares, Minas Gerais”. Na CNV, citando o sertanista Antonio Cotrim Soares, é descrito que Crenaque “é um campo de concentração” que era o destino “dos índios revoltados com o sistema explorador e opressivo da FUNAI”. A prisão era dirigida por um oficial da PM de Minas Gerais, que tinha sob seu comando um destacamento de seis soldados. Os indígenas que eram ali presos eram obrigados a realizar um “regime de trabalho forçado de oito horas diárias”, eram “colocados em prisões celulares, isolados uns dos outros”. Cotrim ainda afirma que eles eram vítimas de espancamentos e torturas. Cotrim contou o caso “do índio Oscar Guarani de Mato Grosso, que ao entrar na prisão pesava 90 quilos e de lá saiu pesando 60, além de apresentar marcas de sevícias no corpo” (Brasil, CNV, vol. II, 2014, p. 244, 245).

Luana Menezes Lira, em sua tese de doutorado *O Presídio Krenak: A política indigenista da FUNAI durante a ditadura militar no Brasil*, afirma que:

Os povos indígenas tinham um lugar de destaque nas ações dos militares e da Segurança Nacional, pois ocupavam regiões mais afastadas das grandes cidades, em regiões limítrofes com outros países, estariam localizados em espaços vazios, que no contexto da Ditadura representaria um perigo (Lira, 2024, p. 180-181).

Essa questão reforça a análise das ações estabelecidas pelos militares em terras indígenas, que utilizavam o argumento da manutenção e do fortalecimento da Segurança Nacional como pretexto. Quanto a isso, uma questão muito relevante é apontada por Lira, com referência à tese de doutorado de Mateus Gamba Torres, *Política, discurso e ditadura: o Supremo Tribunal Federal nos julgamentos dos Recursos Ordinários Criminais (1964 -1970)*, na qual o autor apresenta que “a proposta de Segurança Nacional estava intrinsecamente atrelada ao processo de interiorização e integração dos territórios nacionais”, bem como “a concessão de terras e instalação de meios de comunicação interna para haver um controle de tudo que estava acontecendo no país” (Torres, 2014, p. 117 *apud* Lira, 2024, p. 180-181).

Para avançar com essa análise, é necessário apontar como “a doutrina de Segurança Nacional seria uma teoria de guerra”, e, quanto a isso, Lira apresenta uma questão que é fundamental para o estabelecimento dos pontos apresentados:

Aqueles que não concordavam com os objetivos eram enquadrados como inimigos, por isso, seriam combatidos. A segurança apresenta-se como força do Estado, e todos deveriam segui-la, não existiam questionamentos sobre os meios utilizados pelo regime para que tudo se guisse no controle (LIRA, 2024, p. 180).

Pensar o espaço ocupado pelos povos indígenas com relação à resistência à ditadura, a partir da perspectiva de que eles eram enquadrados como “inimigos”, uma vez que representavam oposição aos objetivos nacionais, corrobora a necessidade de analisar a perseguição

estabelecida pelos militares contra eles na perspectiva da repressão política.

Ainda sobre a Segurança Nacional, Lira apresenta alguns trechos da tese de Torres em que o autor afirma que “o Brasil deveria se integrar territorialmente e fisicamente através de estradas e ideologicamente através dos meios de comunicação, que teriam como objetivo facilitar a interligação entre os cidadãos, transformados em informantes dos atos daqueles que insistiam em se revoltar contra a ditadura e o regime” (Torres, 2014, p. 118), dessa maneira “dando a esse regime a responsabilidade de reprimir qualquer manifestação de opinião ou ato considerado contrário à segurança nacional” (Torres, 2014, p. 118). Essa questão da integração nacional aparece como ponto central na atuação dos militares na construção das BRs que cortavam terras indígenas, como é o caso da BR-174 na terra do povo Waimiri Atroari (Lira, 2024, p. 181).

Dessa maneira, Lira estabelece que, por meio da análise dos casos do presídio Krenak e da Guarda Rural Indígena, pode ser entendido “que o território deveria ser integrado, observa-se que era parte da política econômica” e que era utilizada para “levar estradas e caminhos de progresso para o interior do país”. A autora avança e apresenta um ponto fundamental para compreensão das ações dos militares, que é o entendimento de que “os indígenas que ocupavam esses espaços deveriam ceder e aceitar o que lhes era ‘destinado’” (Lira, 2024, p. 181).

Para que seja possível reconhecer os indígenas mortos e desaparecidos durante a ditadura como mortos e desaparecidos políticos, conexões como as estabelecidas aqui se fazem necessárias. Lira elenca mais um tópico imprescindível, que parte do reconhecimento de que “aqueles grupos que se contrapunham as ações de desenvolvimento da nação passaram a ser considerados inimigos, poderiam interferir na segurança nacional, o que fez com que alguns líderes indígenas fossem encaminhados para Krenak”. É nítido que os indígenas que se opuseram aos planos de desenvolvimento e à Segurança Nacional foram entendidos como inimigos do regime (Lira, 2024, p. 181).

Para o estabelecimento e a manutenção do regime, muitas estratégias que visavam o controle das populações foram utilizadas. É o caso da Guarda Rural Indígena (GRIN), uma espécie de milícia treinada

pelos militares e compostas por indígenas. Quanto à GRIN, Luana Menezes Lira escreve que, “visando a integração nacional, Gamba (2014) explanou sobre a constituição de ‘informantes’. Nesse aspecto, destacam-se as atividades da Guarda Indígena, que seriam os ‘olhos’ e as ‘mãos’ do Estado e do Regime Militar nas comunidades indígenas no interior do país”. Dentre os objetivos da ditadura com essa política de controle dos povos indígenas, existia a finalidade de evitar que os indígenas “se organizassem” (Lira, 2024, p. 181). Quanto a isso, Lira escreve que:

Bem como, coíbiam as participações em reuniões e assembleias indígenas que eram promovidas para debater questões territoriais e direitos violados dos povos originários. A sombra do comunismo fez com que movimentos estudantis e sindicais, ONGs nacionais e internacionais e missionários religiosos (como o CIMI) ao dialogarem sobre a causa indígena passassem a ser perseguidos pela Ditadura (Trinidad, 2018 *apud* Lira, 2024, p. 182).

O trecho acima reforça a existência de uma perseguição sistemática por parte da ditadura civil-militar às temáticas relacionadas às disputas territoriais e às violações de direitos dos povos indígenas. Além disso, evidencia-se o uso recorrente da figura do comunismo como justificativa ideológica para sustentar e legitimar essa perseguição.

Sobre a ideia de segurança da nação, suas motivações e como essa prioridade se estabelecia para a ditadura, é importante apontar que:

A ideia de segurança da nação e do país foi o que sustentou o regime militar, que teve apoio de alguns setores da economia. O apoio estava naqueles que buscavam explorar os territórios indígenas e que os enxergavam como um empecilho. O indígena sendo uma figura diferenciada no processo de desenvolvimento e expansão econômica, passou de selvagem e bárbaro para ser enquadrado como parte da sociedade que apoiaria os antagonistas ideológicos da Ditadura. A proposta geral que passou a ser utilizada para a gestão do indígena na segunda metade do século XX foi a de ter maior controle nas comunidades e integrá-las de forma rápida à sociedade nacional (Lira, 2024, p. 182).

A sustentação da ditadura civil-militar brasileira estava profundamente estabelecida na doutrina de segurança nacional. No centro dessa sustentação, encontrava-se o apoio de setores econômicos que, ao promoverem a continuidade da ditadura, também viabilizavam a implementação de projetos alinhados a seus próprios interesses. Muitos desses interesses incidiam diretamente sobre terras indígenas, o que contribuiu para a motivação dos militares em impulsionar projetos desenvolvimentistas, mesmo que à custa da violação de direitos humanos dos povos indígenas. Nesse contexto, um apontamento de Lira se conecta de forma direta com o conteúdo do panfleto “Operação Atroaris”, ao evidenciar que:

Por muitos momentos, em especial quando ocorriam as reuniões e assembleias indígenas, que eram uma forma de resistências às políticas estatais, suspeitava-se que as lideranças possuíam e davam apoio a guerrilhas comunistas. Como afirmou o general Altino Berthier aos ataques realizados a comunidades indígenas no interior do país: “Aqueles índios eram muito aguerridos. Até diziam que andavam insuflados por cubanos, estrangeiros” (Ochoa, 2001 *apud* Lira, 2024, p. 182).

A perseguição empreendida contra os povos indígenas durante a ditadura civil-militar configura-se, portanto, como uma forma de perseguição política, na medida em que a resistência desses povos e suas formas de existência entravam em conflito direto com os objetivos nacionais impostos pelo Exército brasileiro. Além disso, é possível identificar um temor recorrente, por parte dos militares, de que os indígenas viessem a se posicionar como opositores políticos, à semelhança do que ocorria com estudantes e militantes de esquerda, conforme indicado em declarações de membros do alto comando das Forças Armadas à época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que a construção do chamado “problema indígena” foi produzida historicamente a partir de uma lógica colonial que enquadrou os povos indígenas como obstáculos ao avanço do Estado e ao modelo de desenvolvimento imposto. Essa percepção, presente em diferentes contextos como o brasileiro e o canadense, sustentou propostas e políticas que chegaram a ser tratadas como “soluções finais”, resultando em violências sistemáticas. Produzida pelos não indígenas, essa leitura consolidou a oposição entre indígenas e desenvolvimento, legitimando o genocídio executado contra os povos indígenas. Ao longo do tempo, essa racionalidade foi atualizada e incorporada às estruturas políticas e econômicas, permanecendo como justificativa para a expansão territorial, a exploração de recursos e a violação de territórios e vidas. Durante a ditadura civil-militar, essa lógica se intensificou como política de Estado, transformando os povos indígenas em inimigos políticos do desenvolvimento, algo que ainda reverbera no tempo presente.

No interior desse período, obras como a BR 174 revelam de forma contundente essa postura da ditadura civil-militar. A urgência atribuída ao projeto de infraestrutura se sobrepôs aos direitos e à própria existência dos povos que habitavam a região, reafirmando a ideia de que a presença indígena precisava ser removida para permitir o avanço do projeto estatal. A manutenção da imagem dos povos indígenas como inimigos do desenvolvimento justificava ações genocidas. Somava-se a isso a difusão de narrativas que representavam povos como os Waimiri Atroari como “hostis” ou “bravos”, transformando as invasões em uma guerra ideológica e reforçando a justificativa para o uso irrestrito da violência. Nesse contexto, a orientação de que os trabalhos de implantação da BR 174 não poderiam ser interrompidos expressava a lógica do “custe o que custar”, mesmo que esse custo fosse a vida de povos inteiros. A manutenção desse estado de exceção estava em plena sintonia com o clima repressivo instaurado no período.

Essas práticas demonstram que a ditadura não inaugurou o processo de violência estatal contra os povos indígenas, mas o aprofundou ao reforçar e expandir o aparato repressivo, oferecendo-lhe novas jus-

tificativas baseadas na doutrina de segurança nacional e no desenvolvimentismo. Para os povos indígenas, o período representou continuidade e recrudescimento de violações históricas, compondo uma longa trajetória de ataques, remoções forçadas e genocídio. Nessa perspectiva, compreender a resistência indígena como ato político é fundamental para pensar reparações possíveis e, sobretudo, para afirmar que os indígenas mortos e desaparecidos nesse período devem ser reconhecidos como mortos e desaparecidos políticos.

REFERÊNCIAS

CORPUS DOCUMENTAL

BRASIL. **Ação Civil Pública**. Nº 1001605-06.2017.4.01.3200. Grupo de Trabalho Povos Indígenas e Regime Militar – 6ª Câmara de Coordenação. Ministério Público Federal. Agosto de 2017.

_____. **1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade**. Comitê da Verdade do Amazonas. *O genocídio do povo Waimiri-Atroari*. RCEV 2012. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/r_cv_am_waimiri_atroari.pdf.

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório**. Volume I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório**. Volume II. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório**. Volume III. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

_____. **Direito à verdade e à memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

_____. **Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110559.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

_____. **Ofício nº 42-E2-CONF.** General de Brigada Gentil Nogueira Paes. 21 de novembro de 1974.
CANADA. *Department of Indian Affairs Superintendent* D.C. Scott to B.C. Indian Agent-General Major D. McKay, DIA Archives, RG 1-Series 12 April 1910.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Maria Carmem Araújo de Castro. **O controle dos militares sobre os civis no processo de justiça de transição no Brasil, Chile e Argentina.** 2019. 194f. Tese. Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

DAL RI JÚNIOR, Arno. **O Estado e seus Inimigos:** a repressão política na história do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2006. 396 p.

LIMA, Edilene Coffaci de; AZOLA, Fabiano Atenas. Entrevista com Marcelo Zelic: Sobre o Relatório Figueiredo, os indígenas na Comissão Nacional da Verdade e a defesa dos Direitos Humanos. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 2, p. 347-365, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n2p347> Acesso em: 18 set. 2025

LIRA, Luana Menezes. **O presídio Krenak**: a política indigenista da FUNAI durante a ditadura militar no Brasil. 2024. 229f. Tese. Doutorado em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2024.

NOVAIS, Adriana Rodrigues. A memória da repressão e violência no campo em tempos da Comissão Nacional da Verdade. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 3, n. 2, p. 43-55, 2015.

PEREIRA, Nathanael Martins. **O genocídio continuado dos povos indígenas e a invisibilização histórica**: caso do povo Waimiri-Atroari (1964-1985). 2022. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

PEREIRA, Nathanael Martins. **Quem são os mortos e desaparecidos políticos?** O genocídio indígena na ditadura civil-militar e a Comissão Nacional da Verdade a partir do caso do povo Waimiri Atroari. 2025. 136 f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2025.

RHEAULT, D'Arcy. Solving the “Indian Problem”: Assimilation Laws, Practices & Indian Residential Schools. **Ontario Métis Family Records Centre Newsletter**, 2011. Disponível em: <https://www.omfrc.org/wp-content/uploads/2016/06/specialedition8.pdf>. Acesso em 18 set. 2025.

TORRES, Mateus Gamba. **Política, discurso e ditadura**: o Supremo Tribunal Federal nos julgamentos dos Recursos Ordinários Criminais (1964 -1970). 2014. 218f. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

WEICHERT, Marlon Alberto. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: Conquistas e desafios. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 50, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/24040>. Acesso em: 8 fev. 2025.

WEICHERT, Marlon Alberto. Verdade: conquistas e desafios. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 50, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/24040>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ZEMA, Ana Catarina et al. Historical justice and reparation for Indigenous Peoples in Brazil and Canada. **Vibrant**, v. 18, p. 1-19, 2021.

ZEMA, Ana Catarina; ZELIC, Marcelo. Commission Nationale de la Vérité et Peuples Autochtones au Brésil: mémoires interdites et déni de justice et réparation. In: MASSIAS, Jean-Pierre (org.). **Peuples Autochtones et Justice Transitionnelle**. Annuaire de Justice Transitionnelle. Paris: Institut Francophone pour la Justice et la Démocratie/IJFD, 2020.

Universidades brasileiras: a qual legado da ditadura queremos renunciar?

Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira

Técnica-administrativa em educação (TAE) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: veribertelli@gmail.com.



Hoje, o escritor que deseje combater a mentira e a ignorância tem de lutar, pelo menos, contra cinco dificuldades. É-lhe necessária a coragem de dizer a verdade, numa altura em que por toda a parte se empenham em sufocá-la; a inteligência de a reconhecer, quando por toda a parte a ocultam; a arte de a tornar manejável como uma arma; o discernimento suficiente para escolher aqueles em cujas mãos ela se tornará eficaz; finalmente, precisa ter habilidade para difundir entre eles. Estas dificuldades são grandes para os que escrevem sob o jugo do fascismo; aqueles que fugiram ou foram expulsos também sentem o peso delas; e até os que escrevem num regime de liberdades burguesas não estão livres da sua ação

Bertold Brecht (1934)

A epígrafe¹ de Brecht serve para iluminar as recomendações propostas pelas comissões da verdade universitárias, acerca da não atribuição e reavaliação de homenagens àqueles que comprovadamente violaram ou contribuíram para a violação dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Neste sentido, este texto insere-se no debate historiográfico da história do tempo presente e cuja centralidade está na questão da memória. Portelli (2002) destaca que a memória não é espontânea, mas mediatizada pela cultura, ideologia, linguagens, senso comum e estruturas de poder, e está permanentemente em disputa.

Sobretudo nos últimos quinze anos, ocorreu nas universidades brasileiras, em diferentes intensidades (proporcionais ao envolvimento destas com o regime ditatorial), um polarizado embate acerca do posicionamento institucional em relação ao seu passado recente. Essa

¹ Este capítulo é uma síntese de discussões presentes na dissertação de mestrado (Oliveira, 2018), na tese de doutorado (Oliveira, 2025) e em apresentações de trabalhos e artigos escritos a partir de 2015. Se baseia nos estudos sobre a universidade brasileira realizado há quase duas décadas, com elaboração de trabalhos técnicos (2013; 2017-2019; 2023), exposições artísticas (2018; 2019), projetos de extensão (2018-2019; 2019-2020) e projetos de pesquisa (2017-2020; e de 2021 até o presente).

discussão está sendo feita com base nas recomendações realizadas pelas comissões da verdade universitárias e pelo Ministério Público Federal (MPF), e em contextos de conflitos na sociedade brasileira², que não deixam de condicionar a forma como a universidade conduz tal debate.

Em geral, as universidades vêm revogando homenagens atribuídas a ex-presidentes ou ex-ministros da educação da ditadura, tal como ocorreu em 2015 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Todavia, tais medidas só passaram a ganhar corpo a partir desta década, como o exemplo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2021, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2022, Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2024, Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em 2024, Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em (2024), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2025, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2025 e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também neste ano de 2025.

Tais fenômenos demonstram que, passados 40 anos do início da “transição lenta, gradual e segura” da ditadura, o fato de a transição ter sido um processo negociado a partir “de cima”, isto é, uma transição conservadora, apesar de toda pressão dos “de baixo”, provocou a manutenção da estrutura, da dinâmica e dos agentes que faziam parte do aparelho ditatorial e que continuaram vinculados às instituições estatais, entre elas a universidade. A transição brasileira da ditadura se insere dentro do processo de “reconciliação”, que Enzo Traverso (2012) enfatizou como a reabilitação dos agentes responsáveis e manutenção das mesmas práticas do passado no presente (ao abordar a questão do nazismo), ou ainda a mistificação da suposta “superação do passado”, cujo objetivo serve para “seguir em frente” e apagar da memória social a violência do Estado. Cujas representação política na transição brasileira se deu através do “não revanchismo”, comparti-

² A UERJ cancelou esse debate, no ano de 2022, alegando a polarização política existente e a proximidade das eleições presidenciais daquele ano, conforme noticiado pela CNN Brasil (Resende, 2022).

lhado não apenas pelos próceres civis e militares do regime, mas também por setores da chamada “oposição burguesa” à ditadura, capitaneados por Tancredo Neves.

Feitos esses apontamentos norteadores, o objetivo deste capítulo é problematizar, à luz das discussões e decisões que têm sido tomadas no âmbito das universidades acerca desse “passado que não passa”, os agentes e mecanismos instituídos durante a ditadura, mas que permanecem vivos nas estruturas e no cotidiano das universidades. Para isso, dividimos este capítulo em três partes: na primeira, retomaremos o contexto de formação das comissões da verdade universitárias e sua vinculação à dinâmica da CNV; na segunda, remeter-nos-emos aos projetos de universidade em disputa antes do golpe de Estado de 1964, com o intuito de evidenciar como a pressão social e o contexto histórico contribuí para o avanço ou retrocesso da democratização e, finalmente, na terceira parte, o papel da ditadura na consolidação da moderna universidade brasileira, cujo exemplo característico é o da UFSC. Nas considerações finais, confrontaremos os impactos duradouros da ditadura com a maneira como isso tem sido abordado no presente, apresentando os limites e a importância da disputa permanente pela memória e pela efetiva democratização³.

1. AS COMISSÕES DA VERDADE UNIVERSITÁRIAS E A RECONCILIAÇÃO NACIONAL

Os diferentes mecanismos de transição adotados pelos países nos momentos finais de suas respectivas ditaduras deram origem a chamada “justiça de transição”, adotada pela Organização das Nações Unidas, em 2003, que agrega diferentes mecanismos, como as reparações civis, a busca da verdade histórica, os julgamentos penais, as reformas institucionais e as políticas de memória, cujo objetivo é contri-

³ Democratização aqui entendida no sentido utilizado por Florestan Fernandes em sua obra, ou seja, a luta pela ampliação dos direitos esgarça as contradições sociais do capitalismo, abrindo possibilidades efetivas de avanços sociais (não no sentido de uma “democracia como valor universal”).

buir para a consolidação de condições políticas e culturais de “não repetição” dos crimes contra a humanidade (Gonzales; Lentz, 2012, p. 132). As comissões da verdade criadas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990, grosso modo, se inseriram na perspectiva da reconciliação, uma vez que os processos penais estavam impedidos pelas legislações de anistia (Brasil, 2014, p. 31-34). Até mesmo na Argentina, onde a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) conseguiu avanços notáveis, as formidáveis pressões e assédios das forças ultraconservadoras vinculadas à ditadura limitaram o alcance da Comissão. As leis do “Ponto Final” (1986) e da “Obediência Devida” (1987) não deixaram de ser um contrapeso ao CONADEP.

No Brasil, o processo de transição tem se dado em torno da perspectiva da “reconciliação nacional”, com destaque para a aprovação da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979)⁴; as reparações civis, com a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (Lei nº 9.140/1995); a criação da Comissão de Anistia (Lei nº 10.559/2022); e, mais recentemente, o papel do conhecimento histórico e a construção de políticas de memória, com a criação da CNV (Lei nº 12.528/2011).

Ainda que tardiamente, a CNV foi constituída para investigar as violações de direitos humanos do período compreendido entre 1946 e 1985, no contexto da condenação internacional do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sob forte reação e oposição da cúpula militar e suas instituições, além da finalidade do esclarecimento dessas violações, entre os objetivos da CNV estava a efetivação do direito à memória e à verdade histórica, para a promoção da reconciliação nacional. E, diferente daqueles que acusavam sua criação como um “revanchismo” ou “vingança”, a ex-presidenta Dilma Roussef (2014) reafirmou a concepção adotada ao declarar “a importância do conhecimento deste período para não mais deixá-lo se repetir”, as-

⁴ Concedeu anistia a todos que cometeram crimes políticos ou por motivações políticas, e permitiu a libertação de presos políticos e o retorno de exilados. No entanto, apesar de prever a exclusão àqueles condenados pelas práticas de crimes de terrorismo, assalto, sequestro ou atentado pessoal, a sua aplicação estendeu seus benefícios aos agentes do Estado, desresponsabilizados pelos crimes cometidos ao longo da ditadura.

sim como “a reconciliação do país consigo mesmo por meio da informação e do conhecimento”. Decorrente da sua constituição, o MEC orientou a constituição de comissões com iguais objetivos nas universidades, como consta no relatório da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Este trabalho começou a ser idealizado em 2011, quando recebemos **documento oficial do Ministério da Educação** informando sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade – instalada em 2012 – , em que havia **orientação para a formação de comissão interna com objetivos semelhantes**. Fizemos uma avaliação no âmbito da Administração Universitária e **passamos a trabalhar na direção da proposta** (UFES, 2016, grifos nossos, p. 6).

Assim como na UFES, foram constituídas diversas outras comissões universitárias pelo país, como na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP), para citar algumas. E algumas estabeleceram acordo formal de cooperação técnica com a CNV, como parte de uma rede nacional⁵, com objetivo de troca de informações e para viabilizar uma maior capilarização das atividades do que seria possível apenas via CNV. Dessa forma, as comissões universitárias foram decorrência e estavam articuladas aos objetivos da CNV, em termos de concepção, objetivos e recomendações.

As comissões universitárias elaboraram relatórios finais com um mesmo padrão, abordando a estrutura de vigilância e repressão nas universidades, situações específicas de perseguições, assim como a resistência à ditadura, com base em uma gama de fontes documentais e depoimentos coligidos⁶. Nos relatórios, muda-se a forma de exposição

⁵ Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Escola de Sociologia e Política de São Paulo e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) (Brasil, 2014, p.10).

⁶ Com intervenções nas reitorias (UnB e UFES); invasão do campus (UnB e UFBA); fechamento ou intervenção nos diretórios acadêmicos (USP e UFSC);

e questões decorrentes das peculiaridades de cada instituição, mas a lógica interna dos permanece a mesma. E todas as comissões apresentam recomendações, cujas propostas mais recorrentes foram: a necessidade de continuar o trabalho iniciado; a busca por novos documentos internos e externos às instituições; a constituição de um acervo documental de acesso público; a criação de memorial aos perseguidos; e a não atribuição ou revogação de homenagens e títulos para àqueles que perseguiram ou denunciaram durante a ditadura. Dessa maneira, é possível verificar que ainda que as diferentes comissões possam ter outras recomendações, mais ou menos abrangentes, verifica-se a coerência dos seus objetivos com as suas recomendações, voltados principalmente para a questão do acesso e produção do conhecimento e para o campo da memória.

Desde a constituição da CNV como das comissões universitárias estamos num contexto político de crise econômica internacional e acirramento da luta de classes. Algumas de suas principais expressões no país foram a “Operação Lava Jato”, o golpe de Estado em 2016, a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, as reformas trabalhistas e previdenciárias, e a eleição de Jair Bolsonaro. E como parte desse processo, houve uma investida contra as universidades públicas, amplamente noticiado pela imprensa: “Universidades públicas brasileiras entraram na mira da Polícia Federal (PF), que desde dezembro de 2016 realizou ao menos sete operações para apurar supostos desvios administrativos” (Betim, 2017). Essas situações foram recorrentes e agravadas com a proximidade das eleições, a ponto de a ministra Cármen Lúcia assinar medida cautelar proibindo a entrada da PF em universidades (Veja, 2018).

A criação, o trabalho e as recomendações das comissões estão conectadas às forças políticas em confronto e às alternativas postas por essas forças no presente, pois, como afirmavam Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes, a luta de classes também se desenrola dentro das

formação de comissões de inquérito e sindicância (USP, UFBA, UFSC); constituição das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) (UFSC, UFRN), o impedimento de contratações por motivos políticos; além das delações e infiltrações.

universidades. Nesse sentido, a perspectiva da reconciliação nacional adotada em 1979 ganhou camadas mais profundas após mais de sessenta anos do golpe de Estado, com a divulgação de relatórios, documentos, depoimentos e a reivindicação do acesso à verdade, mas, principalmente, à disputa pela memória.

2. PROJETOS DE UNIVERSIDADE ARTICULADOS À DINÂMICA DA LUTA DE CLASSES: O PERÍODO ANTERIOR AO GOLPE DE ESTADO

O término da Segunda Guerra trouxe diversas alterações no cenário internacional: o avanço do socialismo e a Guerra Fria; a mudança qualitativa na relação entre desenvolvimento científico e tecnológico e acumulação de capital (com a revolução técnico-científica); e a necessidade de os países imperialistas expandirem suas fronteiras econômicas, com a exportação de capital associada a novas relações sociais, técnicas e valores. Articuladas a essa pressão e indução imperialista para reconfiguração dos nexos de dependência, a partir da década de 1950, o Brasil se viu num período marcado pela acelerada industrialização, pela intensa urbanização (ainda que a maior parte de maneira desordenada), uma maior diversificação das classes sociais e o aguçamento das contradições de classe.

Período de intensa mobilização social e organização dos trabalhadores urbanos e rurais, no qual diferentes setores formularam suas propostas “de classe” (ou seja, um período, em que as classes sociais foram se constituindo como “classe para si”), aumentando o divórcio entre o poder econômico (capital monopolista) e o poder político (aliança populista) (Ianni, 1984, p. 62), num processo de acirramento da luta de classes e de pressão por reformas “dentro da ordem”, como agrária, urbana, universitária etc.

A reivindicação da reforma universitária e a crítica à universidade conglomerada (criada pela junção das faculdades isoladas preexistentes) eram recorrentes em setores de diferentes matizes políticos, uma vez que, apesar de se avançar industrialmente na economia, no ensino superior mantinha-se o velho padrão de ensino, com poucas ações na

intersecção entre o desenvolvimento científico e a universidade brasileira. Esse padrão era expresso por uma universidade elitista e exclusivista, voltada para transmissão dogmática do conhecimento, mantendo a cátedra como seu elemento integrador, ocupada por profissionais liberais que atuavam como professores (de tempo parcial), e cuja função era a formação técnico-profissional.

Nesse contexto, se conformaram e confrontaram, nas universidades, os dois principais projetos em disputa no período: o do desenvolvimento nacional e independente e seus rebatimentos no projeto de reforma universitária, que associava o estudo universitário com os problemas nacionais; e o do desenvolvimento dependente e associado ao capital estrangeiro, com o projeto de “modernização universitária” desvinculada de qualquer processo de democratização e compromisso com as mazelas sociais (a “modernização conservadora”). Além desses dois projetos principais, havia o setor ultraconservador dentro das universidades, representado pelos catedráticos das faculdades tradicionais (direito e medicina), avesso a qualquer tipo de mudança e que se aproximava dos “modernizadores” pela sua aversão à participação estudantil, à democratização interna e à politização universitária vinculada às questões sociais.

Enquanto os “modernizadores” buscavam inserir a universidade nos padrões internacionais do desenvolvimento científico, ainda que de forma subordinada (dentro do horizonte de classes da burguesia dependente e do imperialismo), os catedráticos buscavam congelar a universidade (como um *locus* de manutenção do privilegiamento), elegendo os estudantes e professores alheios à essa perspectiva como seus principais inimigos (perspectiva de classe das velhas oligarquias agrárias). Os setores “progressistas” abarcavam desde liberais, nacionalistas e nacional-desenvolvimentistas de diferentes matizes, assim como socialistas e comunistas⁷.

⁷ Com perfil bastante abrangente, incluía setores anticomunistas, como o caso dos militares nacionalistas, até intelectuais diversos, como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Darcy Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes.

O movimento estudantil tomava parte entre os setores progressistas e criticava o padrão da antiga escola isolada, os valores predominantes que orientavam a atividade universitária e seu recorte de classe, suas funções limitadas ao ensino e à concentração de poder, bem como os catedráticos e o seu papel ultraconservador (o “despotismo dos catedráticos”). Mas criticavam também as propostas representadas por setores “modernizadores”, de cariz tecnicista, supostamente neutro e despolitizante, que buscavam modernizar as estruturas sem alterar seu conteúdo de classe (UNE, 1961, 1962, 1963). Atuaram ainda de maneira conflituosa junto aos demais setores progressistas, uma vez que, por um lado, a defesa do desenvolvimento científico autônomo e a interação da universidade com as questões sociais os aproximavam de alguns setores. Entretanto, a luta pela democratização no acesso à universidade e, principalmente, a democratização interna (com maior participação estudantil na direção da universidade) por vezes os colocavam em campos opostos. O movimento estudantil apresentava então sua perspectiva reformista que tinha como eixos centrais a democratização da universidade e sua real vinculação com os problemas nacionais (UNE, 1961, 1962, 1963).

2.1 A UNIVERSIDADE CONGLOMERADA CONTRA A DEMOCRATIZAÇÃO: EXEMPLO DA UFSC

Assim como a maioria das universidades, a UFSC foi constituída em 1962 pela conglomeração de faculdades tradicionais preexistentes, e um dos grandes debates era acerca da democratização da universidade, com destaque para a participação estudantil na direção da universidade, colocando em confronto a reitoria dirigida por João David Ferreira Lima (1961-1972), de um lado, e o movimento estudantil, de outro.

A posição de Ferreira Lima era pela menor participação política dos estudantes na vida universitária e a mais limitada possível nos órgãos deliberativos, em número e em direitos. Posição que variava conforme as lutas travadas pelo movimento estudantil e a correlação de forças. Por isso essa composição foi se modificando até 1964, de forma bastante limitada, como resultado da organização e pressão estudantil.

Nesse período, o conflito entre movimento estudantil e reitoria escalou a tal ponto que no ano de 1963 a União Catarinense dos Estudantes (UCE) solicitou ao MEC a intervenção federal na reitoria da UFSC e a nomeação de reitor *pró-tempore*. Esse era o ambiente de tensão e de disputa de projetos dentro das universidades conglomeradas, na qual as posições políticas dos catedráticos predominavam e encontravam no movimento estudantil seu principal antagonista.

2.2 O HORIZONTE DE DISPUTA ABERTO COM A CRIAÇÃO DA UNB

Em contraponto às universidades conglomeradas, a criação da UnB representava um novo horizonte no ensino superior e no desenvolvimento científico nacional, atraindo importante segmento intelectual. Orientada pela perspectiva do nacional-desenvolvimentismo, na UnB buscava-se inserir os debates universitários na dinâmica dos avanços científicos e tecnológicos do período, a pesquisa era parte fundamental da atividade universitária (docente e estudantil), e não estava indiferente ao desenvolvimento econômico e às contradições de um país subdesenvolvido, abrindo espaço para a politização do ambiente universitário.

Uma instituição que carregava a marca de uma sociedade em transição e em disputa, na qual dois projetos principais estavam representados, e que continha entre seus quadros desde elementos revolucionários até conservadores, que viviam a pressão democratizante do movimento estudantil. Como salienta Salmeron (1999, p. 85-87), não foram as “novas estruturas” que definiram a particularidade da UnB, mas as pessoas e sua competência. Ao que acrescentaríamos: o horizonte de classe dos projetos em disputa e a sua dinamicidade interna (vinculada à própria dinamicidade externa), que permitia o esgarçamento das contradições e a sua constante transformação.

Essa dinâmica durou pouco tempo e o projeto foi interrompido, pois as reformas “dentro da ordem”, entre elas a universitária, foram mostrando sérios limites num país dependente como o Brasil. Se em termos estruturais a UnB era uma universidade “modernizada” (organização departamental, carreira docente, pesquisa e extensão como

parte de suas funções), a questão central foi que ela se constituiu como parte de um projeto de desenvolvimento nacional articulado com um processo de democratização ainda incipiente, mas que avançava, a despeito de suas contradições. Isso se tornou intolerável para os setores dominantes.

3. A “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” NA DITADURA E A AUTOCRACIA BURGUESA

Essa quadra histórica, entre 1945 e 1964, encerrou-se com a recomposição do bloco no poder entre as frações agrária, imperialista e industrial (oscilante entre uma “utopia industrialista” e a realidade de submissão aos valores e interesses agrários e imperialistas), - a conhecida “crise do populismo no Brasil”. Articulação que interrompeu o processo de democratização por meio do golpe de Estado de 1964. Foi superada a crise do poder burguês, com a constituição de novos elos de dependência, sob o capital monopolista, e que exigiu novos padrões educacionais e tecnológicos. Por isso, a burguesia tomou para si o enquadramento das instituições universitárias, por meio da repressão e expurgos, pelo processo de reconfiguração do bloco no poder nas universidades, pela ampliação das suas funções, e uma nova divisão do trabalho (reestruturação política, administrativa e pedagógica, e constituição de um aparato de controle interno e externo). A recomposição do bloco no poder e a revolução burguesa *sui generes* no Brasil ajudam a explicar como foi possível uma posição tão arcaica em relação à educação num período de crescente industrialização, entre a magra educação pública e o florescimento do capitalismo.

A constituição de um sistema nacional para o desenvolvimento científico e tecnológico, assim como da pós-graduação, não rompeu com a divisão internacional do trabalho, pelo contrário, tornou-se um elo subordinado na cadeia imperialista. A particularidade do nosso capitalismo, no qual a burguesia dependente encontra o polo dinâmico e modernizador da economia nacional no imperialismo, colocou a universidade numa posição heterônoma. A universidade, por isso mesmo, buscou integrar-se internacionalmente, diante da inexistência ou das dificuldades de integração da pesquisa universitária com a ciência e

tecnologia nacionais. Porém, ao fazer isso, reforçou, em processo espiralado, a dependência econômica, política e cultural⁸.

O objetivo desse complexo sistema composto de diferentes instituições era (re)formular, com apoio estrangeiro, as políticas do ensino superior, a sua expansão, ditar as diretrizes do seu funcionamento, direcionar esforços de pesquisa, controlar a distribuição de recursos e atuar como mecanismo externo de controle. Isto é, o enquadramento da universidade ao horizonte do capitalismo dependente e do condicionamento exógeno (com amplo apoio interno à universidade). Assim, foram elaborados programas e constituída uma série de grupos setoriais, comissões de ensino e especialistas para atuar com participação de professores e representantes governamentais, junto ao governo e às universidades. Dessa forma, a fronteira entre o que era interno e o que era externo às universidades era bastante intercambiável e volúvel, uma vez que professores universitários ocuparam cargos no governo, em agências, conselhos, inclusive em organismos multilaterais, empresas estatais e privadas e vários reitores das universidades federais, entre eles Ferreira Lima (da UFSC), se declaravam publicamente como representantes do governo dentro das instituições (Azevedo, 1981, p. 87).

Aliado aos elementos acima destacados, houve a introjeção de teorias, métodos e valores produzidos alhures, como a “neutralidade científica”, a “desvinculação da universidade das questões sociais” e sua despolitização e esterilização política. Isso significava naturalizar a indiferença do cientista em relação as mazelas sociais, incorporando a divisão do trabalho entre o planejamento e a execução e a verticalização das decisões, de cima para baixo. De acordo com Leher e Motta (2014, p. 66-67), o controle sobre o que pesquisar, as categorias de análise e os horizontes políticos foram sendo reconstituídos e serviram de base ideológica da contrarreforma universitária e da sua consolida-

⁸ Em 1982, cerca de 78% das patentes registradas no país pertenciam a setores estrangeiros (Albuquerque; Macedo, 1995, p. 548), padrão que se mantém nos dias de hoje (Agência Câmara de Notícias, 2024).

ção. A repressão, por si só, não conseguiria – e não conseguiu – cumprir com essa função, e novos mecanismos de cooptação e controle foram sendo utilizados, a depender da conjuntura e da luta de classes.

Como resultado, consolidou-se a universidade de um país subdesenvolvido e, por isso mesmo, refém das conjunturas econômicas, sem controle sobre o seu financiamento, sem controle sobre o orçamento de pesquisa e com limitados recursos, direcionados para a reprodução do dinamismo do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento. A determinação do volume orçamentário, sempre sujeito a contingenciamentos, do que pesquisar, das bolsas, dos currículos, da duração dos cursos, da forma de organização interna e da contratação de pessoal era definida em outros espaços e instituições, tal qual preconizado pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (MEC, 1983). A ausência de debates e definições nas instâncias universitárias sobre as políticas educacionais e as prioridades de pesquisa, assim como do seu orçamento, por exemplo, teve o papel de consolidar e retroalimentar essa lógica de funcionamento, mantida até os dias atuais de forma naturalizada. Ou seja, uma universidade brasileira alheia ao horizonte em parte imposto externamente, em parte aceito internamente.

3.1 A RECOMPOSIÇÃO DE PODER NA UFSC DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Quanto à “modernização conservadora”, nem todas as universidades federais seguiram todas as orientações definidas via legislação, ainda que ao fim e ao cabo todas as instituições tenham incorporado suas diretrizes principais à sua dinâmica interna. As universidades brasileiras, retrato das disparidades regionais de um país dependente, eram bastante diferentes entre si, em termos de tradição, tamanho, pesquisa, pós-graduação, infraestrutura, recursos, composição de seu corpo docente, técnico e discente, bem como na correlação de forças interna entre catedráticos conservadores e “modernizadores”.

Assim, optamos por demonstrar esse processo a partir da experiência da UFSC, uma vez que a orientação tecnocrática e a centralização política e administrativa na reitoria já eram tendência antes mesmo do

golpe⁹, chamando atenção do consultor estadunidense e assessor do MEC, Rudolph Atcon (1966). Com o golpe, foi essa identificação de projetos que permitiu com que a UFSC fosse modelo de implantação da contrarreforma universitária e uma das únicas universidades a implantar integralmente a reestruturação prevista na legislação da ditadura.

Essa identificação de projetos pode ser vista na atuação de Ferreira Lima como presidente do CRUB, cuja principal preocupação no período era treinar e difundir a racionalidade empresarial para a gestão universitária, nos moldes da empresa monopolista. A maior parte dos acordos e convênios realizados pela entidade enquadrava-se na temática da “administração universitária” (46%) e, desta, 82% eram convênios com instituições estrangeiras, majoritariamente com Estados Unidos (Carlotto; Garcia, 2021, p. 69-70).

Em termos da organização interna da universidade, após o golpe e sob a direção de Ferreira Lima, a instituição continuou organizada em órgãos executivos e deliberativos (Conselho Universitário (CUn) e Conselho de Curadores (CC)), mas acentuou a separação entre as funções de coordenação e direção daquelas de execução. Foram criadas sub-reitorias, responsáveis pela “direção, coordenação e supervisão” de ensino, da pesquisa, do planejamento e da assistência estudantil, que faziam parte da complexificação administrativa e de uma maior especialização do trabalho, cada vez mais concentrado na Administração Central. A pesquisa foi vinculada ao ensino e o planejamento cresceu em importância, com uma comissão específica. Do ponto de vista da reestruturação acadêmica, foram adotados os departamentos como a menor estrutura universitária e vinculados aos centros de ensino (em substituição às faculdades); e os centros de ensino foram divididos, por sua vez, em faculdades profissionalizantes, de um lado, e o Centro

⁹ O reitor foi denunciado em 1963 pelos estudantes pela centralização das funções universitárias, pela centralização de verbas na reitoria e seu uso político. Nomeações sem concurso e por apadrinhamento, falta de prestação de contas e cerceamento aos direitos dos estudantes nos órgãos deliberativos (limitados no direito ao voto e na quantidade). Além disso, a alocação de novos trabalhadores na reitoria em detrimento das Faculdades.

de Estudos Básicos (CEB) (áreas das ciências e das humanidades)¹⁰, de outro.

A modificação na estrutura administrativa e acadêmica impactava na estrutura política, e permite demonstrar, por meio da composição dos órgãos deliberativos, a transição da hegemonia das faculdades profissionais e dos catedráticos para uma composição que aumentou o poder da reitoria, por meio da ampliação da participação de cargos de confiança do reitor, e o início do processo de recomposição dos espaços de poder, no qual as escolas profissionais garantiram seus assentos, mas passaram a dividir cadeiras com as demais áreas.

Em 1962, em relação a composição do CUn, com exceção de um representante dos livre-docentes eleito e um estudante, com direito a voto apenas nos assuntos considerados “estudantis”, os demais membros eram catedráticos (parte ocupava cargos de direção na reitoria e outra na direção das faculdades). Com a contrarreforma em 1970, mais da metade do CUn era composta por dirigentes universitários, indicados pelo reitor ou pelo presidente da República. As demais cadeiras eram ocupadas, em sua maioria, por professores com cargos de chefia nos departamentos, uma vez que a organização dos colegiados nas unidades acadêmicas reproduzia, em menor escala, a mesma lógica e dinâmica do CUn (catedráticos agora reenquadrados professores titulares¹¹, novo topo da carreira docente).

No final da década de 1970, já sob a reitoria de Caspar Stemmer, além do CUn e do CC, foi criado mais um órgão deliberativo central, um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), cuja função seria instrumentalizar a “normatização e execução” da política produzida para a pesquisa e pós-graduação na esfera nacional¹². As sub-reitorias foram transformadas em Pró-reitorias e aumentadas em número. Foi mantida a estrutura de centros e departamentos, mas o CEB

¹⁰ A área das ciências era composta por ciências biológicas e ciências físicas e a área das humanidades por ciências humanas e sociais, artes e comunicações.

¹¹ Os titulares eram os novos prepostos da ordem dentro da universidade, assim como as reitorias, e ocupavam boa parte dos conselhos departamentais, após a contrarreforma universitária.

¹² Segundo orientação do I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979).

foi desmembrado em diferentes centros de ensino¹³, ampliando a representação política desses setores (muitos deles “modernizadores”) no CUn. Representava, portanto, o equilíbrio entre os diferentes setores conservadores (antigos catedráticos e “modernizadores”), de acordo com a realidade mais dinâmica da universidade brasileira que se transformava, ou seja, com funções de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviço, e adequada à lógica da racionalização e eficiência preconizada na administração empresarial.

Assim, na consolidação da nova estrutura política, administrativa e pedagógica da universidade, foram garantidos interesses das antigas escolas profissionais, como diferentes regimes de trabalho¹⁴, a possibilidade de acumulação de cargos, o reenquadramento dos antigos catedráticos no topo da nova carreira docente (titulares), e sua participação nos espaços de poder dentro e fora das universidades, em consonância com os novos interesses “modernizadores”, que contaram com o patrocínio e a pressão das agências internacionais, como a instituição da pesquisa e pós-graduação, a dedicação exclusiva e a ampliação da participação desses setores nos círculos de poder. A “democratização” da universidade, portanto (se é que assim podemos chamar), ficou restrita aos círculos dominantes¹⁵.

A orientação autocrática ampliou os círculos de poder às novas classes dominantes (ou aos seus prepostos) até então alijadas, que não haviam sido incorporadas na estrutura de poder das universidades no processo de conglomeração, em detrimento da participação política dos demais setores universitários, excluídos desses espaços de poder. As concepções arcaicas foram reformuladas e reincorporadas, através

¹³ De acordo com as áreas de conhecimento: 1) biológicas, 2) físicas e matemáticas, 3) humanas e 4) comunicação e expressão.

¹⁴ Os reitores defenderam essa posição junto ao MEC.

¹⁵ Até 1988 a UFSC teve apenas um reitor da engenharia e todos os demais eram oriundos do direito. Se avançarmos até 2012, todos os reitores da UFSC foram homens, sendo 50% oriundos do direito, 30% da engenharia e 20% da medicina, as áreas tradicionais no ensino superior, ainda que a engenharia tenha se transformado nesse processo. No CRUB entre 1966 e 1985, 74% dos presidentes e 67% dos membros do conselho diretor eram oriundos das faculdades de direito, medicina e engenharia (Carlotto; Garcia, 2021, p. 78-79).

dos novos mecanismos construídos dentro e fora das universidades, como o horizonte de autoprivilegiamento, cujo parâmetro para o *status* transitava do “profissional liberal” para o “pesquisador” ou “gestor” de excelência, com destaque para aqueles que estabeleciam relações com agências e universidades estrangeiras, ainda que em certas áreas tradicionais, como medicina e direito, se combinassem com o do “profissional liberal” de sucesso.

De outra parte, a ampliação dos encargos docentes, na graduação, pós-graduação, na pesquisa e na complexa burocracia que foi se constituindo também concorreu para dispersar as energias e debilitar as atividades docentes no ensino e na pesquisa, e na própria reflexão sobre a universidade. Com o orçamento limitado e as oscilações salariais, os grupos constituídos passaram a disputar recursos e acesso a cargos internos e externos. Todo esse processo engendrava novas contradições e constituíram-se novas lutas dentro das universidades, na sua relação com o Estado, pela isonomia na distribuição de recursos entre áreas e grupos de pesquisa, por melhores condições de trabalho, de pesquisa e na formação docente entre as diferentes universidades federais.

Só que a posição heterônoma à qual a universidade está submetida tem apoio, é prestigiada e incentivada, consciente ou inconscientemente, por setores da própria universidade em troca de prestígio (de grupos ou indivíduos), poder (também de grupos e indivíduos) e *status*. Ou seja, parafraseando Florestan Fernandes, o passado da heteronomia, da dependência científica e cultural e do *status* em detrimento da democratização da universidade brasileira não evaporou. Ao contrário, forma o subterrâneo de nosso cotidiano, corre no sangue e ferve na cabeça de muita gente, de cima e de baixo (Fernandes, 1991b, p. 31).

O PASSADO QUE NÃO PASSA: OS LIMITES E A IMPORTÂNCIA DO DEBATE NO CAMPO DA MEMÓRIA

É preciso ver no que essa pedagogia burguesa foi sufocada; porque não deu os seus frutos, apesar de todo o ardor, de todo o idealismo e de todo o esforço, o que ela representou, o que teria produzido e por que

a resistência à mudança nos colocou a necessidade de ter, atrás da Proclamação da República, uma república oligárquica; atrás de uma revolução política liberal, um Estado Novo; atrás de uma tentativa de implantar uma democracia de participação ampliada, uma ditadura militar que durou até os nossos dias, sob a forma de transição dentro da transição (Fernandes, 1991a, p. 34-35).

Fizemos essa retomada rápida acerca das perspectivas de classe e das disputas de projetos antes do golpe de 1964, assim como selecionamos alguns elementos consolidados nas universidades ao longo da ditadura civil-militar, de modo a permitir analisar os dilemas atuais enfrentados pelas universidades à luz de sua própria historicidade. Temos clareza que algumas questões devem ser recolocadas em novos termos, uma vez que o golpe significou a vitória do projeto dependente e associado, tornando determinados aspectos superados (como de um desenvolvimento capitalista autônomo), e constituindo novas contradições.

O primeiro elemento de maior impacto social formulado pela ditadura foi a consolidação da expansão das matrículas na graduação via mercado educacional e instituições isoladas, num processo de massificação que antagonizava à democratização defendida pela UNE. Se até 1969 o setor público detinha a maioria dos estudantes matriculados na graduação, em 1982 quase 74% dos estudantes estavam matriculados no ensino superior privado, em instituições voltadas unicamente para o ensino, elemento que permanece até os dias atuais. Em 2023, 95,5% das vagas oferecidas eram privadas e 77,7% na modalidade à distância (INEP, 2024). Se em princípio a massificação do ensino superior ocorrida durante a ditadura foi principalmente uma forma de contenção social, parte da contrarrevolução permanente, em resposta à pressão do movimento estudantil e setores médios, tornou-se, em igual medida, um lucrativo mercado¹⁶, com acesso a diferentes formas financiamento governamental (isenções, bolsas, financiamentos estudantis etc.). Ou seja, com ativo e persistente incentivo do governo federal.

¹⁶ Entre as instituições de ensino superior privadas, 63,5% são com fins lucrativos e 79,8% se organizam como faculdades (SESMEP, 2024).

Ademais, dada a concentração de renda do país que permanece uma das mais altas do mundo¹⁷, continuou mantido o recorte de classe no acesso ao ensino superior, ainda que reconfigurado aos termos de uma sociedade que concluiu sua contrarrevolução burguesa¹⁸. O vestibular permaneceu uma realidade, ainda que apenas 53,7% do total de vagas das federais estivessem ocupadas em 2023 (INEP, 2024). Como é possível visualizar, a discussão acerca da qualidade do ensino e da universalização do acesso à universidade pública continuam temas tão candentes quanto no período anterior ao golpe. Outrossim, como parte da discussão de sua democratização interna, posta pelo movimento estudantil reformista na década de 1960, os colegiados continuaram ocupados majoritariamente pelos cargos de direção (mais da metade das cadeiras) e docentes (70% das vagas)¹⁹, bem aquém da reivindicação estudantil de co-governo. O reitor, por sua vez, continua sendo indicado pelo Presidente da República, a partir de lista tríplice.

Nas universidades, durante a ditadura, a recomposição do poder conservador (concomitante aos expurgos e repressão), e a transição política pelo alto a partir de pactos e acordos políticos com setores que compunham a ditadura, a despeito da organização do movimento de professores, técnicos e estudantes, também impactou na própria dinâmica da transição nas universidades. Isso ajuda a compreender por que as denúncias e o levantamento documental sobre as perseguições nas universidades, realizados até então, tenham se dado a partir dos movimentos sociais, como a Associação Docente da USP²⁰, ou por pesquisadores da área. Nesse sentido, é possível compreender a demora

¹⁷ Acima da média do mundo e da América Latina. Ver o Banco de Dados Mundial sobre Desigualdade (WID). Disponível em: <https://wid.world/world>.

¹⁸ Em 2023 o Brasil tinha 19,7% da população com 25 anos ou mais com ensino superior completo e, desses, mais da metade está localizada entre os 20% da população com a maior faixa de renda domiciliar *per capita*, segundo o recorte de faixas de renda proposto pelo IBGE (INEP, 2024).

¹⁹ Como previsto na Lei de diretrizes e bases (1996). Ver a composição atual do CUn na UFSC: <https://conselhouniversitario.ufsc.br/equipe/>.

²⁰ Publicou **O Livro Negro da USP**: o controle ideológico da universidade (1978). Ou ainda o livro **Brasil nunca mais** (1987), de âmbito mais geral.

para a criação das comissões da verdade no país, dentro da dinâmica criticada por Traverso acerca da reconciliação.

Destarte, é preciso localizar as comissões da verdade e suas recomendações, assim como o atual embate acerca da retirada de homenagens, levando em consideração sua vinculação ao contexto atual e as limitações daí decorrentes - elemento reconhecido pela própria Comissão da UnB: “[...] uma comissão da verdade é inerentemente vulnerável a limitações politicamente impostas. Sua estrutura, financiamento, mandato, suporte político, pessoas, acesso a informações e a força do relatório final são largamente determinados pelas forças políticas do momento” (UnB, 2015, p. 17).

A CNV não foi criada com objetivo de colocar em xeque a estrutura e os acordos realizados durante a transição conservadora, como Dilma Roussef (2014) fez questão de destacar: “assim como respeitamos e reverenciamos e sempre o faremos, todos os que lutaram pela democracia, [...] também reconhecemos e valorizamos os pactos políticos que nos levaram a redemocratização”. Portanto, a perspectiva da comissão não deixou de estar associada ao horizonte político que a constituiu, ou seja, da produção do conhecimento histórico e luta pela memória, ainda que sua existência seja resultado de uma longa batalha travada pelos movimentos sociais²¹. A CNV, por sua vez, também registrou seu limite no relatório: “Um denominador comum a reconhecer-se entre todas as comissões é que as expectativas das vítimas, dos familiares e da sociedade foram mais amplas que os resultados obtidos” (Brasil, 2014, p. 32).

Nesse sentido, as comissões da verdade estão inseridas na dinâmica da luta de classes da sociedade brasileira e esses mesmos limites estavam pressupostos em seu trabalho, daí a congruência dos objetivos e das recomendações entre as diferentes comissões. Ademais, a forma como surgiram as comissões universitárias explicita a dinâmica

²¹ O Brasil foi condenado em processo sobre a Guerrilha do Araguaia, perpetrado em 1995, pelo grupo Tortura Nunca Mais (RJ), pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) (Brasil, 2014, p. 29).

de divisão do trabalho consolidada e complexificada ao longo da ditadura: a divisão entre direção e execução, a verticalização das decisões, de cima para baixo e, sobretudo, de fora para dentro. Foi a partir da criação da CNV e da orientação enviada pelo MEC que as instituições universitárias passaram a discutir o assunto em seus colegiados e a constituir as suas comissões, ainda que nada impedisse que isso pudesse ter sido feito anteriormente, a não ser a própria orientação, mais ou menos visível, mais ou menos subterrânea, de acomodação e colaboração interna ao que é imposto de fora para dentro e, internamente, do que transmitido de cima para baixo, reforçando toda a estrutura universitária constituída com a ditadura e com a transição conservadora.

De outra parte, a revogação de homenagens também respondeu ao contexto político, na qual manifestantes saíram às ruas reivindicando o retorno da ditadura, como ficou evidente na declaração do então reitor da UFRJ, Roberto Leher (2015), que reafirmou a necessidade do conhecimento histórico e da disputa pela memória:

“Esse ato não é só histórico, de reparação da nossa história, é mais do que isso. **Hoje, existem forças na sociedade que reivindicam o retorno de modelos ditatoriais**”, disse Leher, no discurso de posse. Para ele, a universidade tem a responsabilidade de **contribuir para que as novas gerações conheçam de forma detalhada o que ocorreu** durante a ditadura. Leher prometeu apoiar o trabalho das comissões da Verdade (Lisboa, 2015, grifos nossos).

Se a UFRJ foi pioneira na revogação da homenagem ao general Médici em 2015, as demais fizeram a revogação na década atual, inclusive a UFSC. O que a UFSC tem de específico foi revogar a homenagem não de nomes vinculados à política nacional, portanto, distantes das disputas locais, mas de revogar a homenagem ao seu primeiro reitor, João David Ferreira Lima. Por tratar-se de uma figura de importância na consolidação da universidade e na política local, o caso extrapolou a universidade e teve envolvimento de figuras do legislativo, das entidades patronais, manifestação pública de ex-reitores, ampla cobertura midiática, além das manifestações de entidades sindicais de trabalha-

dores e movimentos sociais. Tal evento exemplificou não só a potencialidade das comissões, mas como elas podem ir além daquilo que está posto, ainda que com limites. A mobilização sobre a retirada do nome de Ferreira Lima do *campus* universitário expõe para a sociedade (e para a própria comunidade universitária) as feridas que não cicatrizaram e não vão cicatrizar, apesar do tempo (pois, em história, o tempo, sozinho, não cicatriza feridas), e por isso a importância da disputa pela memória.

A luta pela reforma universitária encampada pela UNE na década de 1960 ganhava força na medida que orientava a prática do movimento, dentro e fora das universidades, por meio da UNE volante, com caravanas, campanhas de alfabetização, a criação do centro popular de cultura etc. Mais que isso, era parte de um movimento geral que pressionava pela democratização e por reformas “dentro da ordem”. A luta pela memória, segundo Enzo Traverso (2012), faz parte da luta pelo poder das classes, e nesse sentido, o conhecimento histórico é fundamental. Mas a teoria só se torna uma arma, como diz Bretch, nas mãos certas e com projetos que a orientem.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Eduardo M; MACEDO, Paulo B. R. Patentes de invenção concedidas a residentes no Brasil: indicações da eficiência dos gastos em pesquisa e desenvolvimento. **Revista Pesq. Plan. Econ.**, v. 25, n. 3, 1995. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3426/8/PPE_v25_n03_Patentes.pdf.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Apenas 25% das patentes registradas no País são de brasileiros**. 30 abr. 2024. Acessado em: <https://monitormercantil.com.br/apenas-25-das-patentes-registradas-no-pais-sao-de-brasileiros/>.

ATCON, Rudolph. P. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1966.

AZEVEDO, J. O pensamento e ação do CRUB. Discurso proferido na XXXII Reunião Plenária do CRUB, 1981. In: UFSC. **Arquivo Nacional**, Fundo Serviço Nacional de Informações. APA ACE 2225_81_001.

BETIM, Felipe. Operações policiais em universidades aumentam temor de cruzada contra o ensino superior. **El País**. São Paulo, 15 de dezembro de 2017. Acessado em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/politica/1513178766_195360.html.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final v. I**. Brasília: CNV, 2014. Acessado em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf.

BRECHT, Bertold. **As cinco dificuldades para escrever a verdade**, 1934. Tradução de Ernesto Sampaio. Publicado no Diário de Lisboa de 25 de abril de 1982. Reproduzido de <http://resistir.info>. Acessado em: <http://antoniozai.blogspot.com.br/2008/02/as-cinco-dificuldades-para-escrever.html>.

CARLOTTO, Maria Caraméz; GARCIA, Sylvia Gemignani. O Brasil como “terreno de experimentação” da expertise gerencial: a atuação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1966-1985). **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, jan./abr. 2021. Acessado em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/16095/8656>.

“Cármem Lúcia barra invasão da polícia em universidades”. **Veja**, 27 de outubro de 2018. Acessado em: <https://veja.abril.com.br/politica/carmen-lucia-barra-invasao-da-policia-em-universidades/>.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. Depoimento. In: INEP. **Memória viva da educação brasileira**: Florestan Fernandes. Brasília: INEP, 1991a.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento**: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. SP: Autores Associados, 1991b.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

GONZÁLEZ, Rodrigo e LENTZ, Rodrigo. Qual será a verdade do jeitinho brasileiro? Perspectivas sobre a Comissão Nacional da Verdade do Brasil. **Revista Ciências Sociais**. São Leopoldo: Unisinos, vol. 48, n.2, p. 130-138, mai/ago 2012.

IANNI, Otavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

IBGE. **Recenseamento Geral de 1970**, v. 1, 1973.

INEP. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023**. Brasília: INEP, 2024. Acessado em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2023.pdf.

LEHER, Roberto; MOTTA, Vânia Cardoso da. Trabalho docente crítico como dimensão do projeto de universidade. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 6, n. 1, jun. 2014.

LISBOA, Vinícius. Novo reitor da UFRJ promete reavaliar título honorário concedido a Médici. Rio de Janeiro: **EBC**, 03 de julho de 2015. Acessado em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-07/novo-reitor-da-ufrj-promete-reavaliar-titulo-honorario-de-medici>.

MEC. **Reforma Universitária**: Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto n. 62.937/68. Brasília, março de 1983.

OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. **A universidade no labirinto do capitalismo dependente**: luta de classes e “modernização conservadora” no Brasil (1950-1982). 2025. 521f. Tese. Doutorado em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2025. Acessado em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/7885/2/Veridiana_Oliveira_2025.pdf.

OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. **A UFSC na ditadura civil-militar**: um projeto autocrático de “desenvolvimento com segurança”. 2018. 186f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2018. Acessado em em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3584/5/Veridiana_Oliveira_2018.pdf.

PORTELLI, A. As fronteiras da memória: o massacre das Fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. **História & Perspectiva**, Uberlândia, nº 25/26, p. 9-26, jul./dez. 2001/jan./jun. 2002.

RESENDE, Leandro. Temendo "polarização", Uerj adia cancelamento de homenagem a general da ditadura. **CNN Brasil**, 24 de agosto de 2022. Acessado em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/temendo-polarizacao-uerj-adia-cancelamento-de-homenagem-a-general-da-ditadura/>.

ROUSSEF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: Biblioteca da Presidência, 2014. Acessado em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-brasilia-df>.

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida**. Brasília 1964-1965. Brasília: Editora UnB, 1999.

SEMESP. **Mapa do ensino superior do Brasil 2024**. São Paulo: Instituto SEMESP, 2024. Acessado em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2024/04/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2024.pdf>.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Edições UNIPOP, 2012.

UNE. Luta atual pela reforma universitária, 1963. In: FAVERO, Maria de Lourdes A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

UNE. Carta do Paraná. 1962. Resoluções do II Seminário Nacional de Reforma Universitária. Curitiba. In: FAVERO, Maria de Lourdes A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

UNE. Declaração da Bahia. I Seminário de Reforma Universitária. Salvador, 1961 In: FAVERO, Maria de Lourdes A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

UFBA-Universidade Federal da Bahia. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. **Relatório Final**. Salvador: UFBA, 2014. Acessado em: <https://comissaoverdade.ufba.br/sites/comissaoverdade.ufba.br/files/relatorio-comissao-da-verdade-2014.pdf>.

UFES-Universidade Federal do Espírito Santo. Comissão da Verdade da UFES. **Relatório Final**. Vitória: UFES, 2016. Acessado em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/universitarias/ComissaodaVerdadeUFES.pdf>.

UFRN-Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Comissão da Verdade da UFRN. **Relatório Final**. Natal: EDUFRN, 2015. Acessado em: https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/201507807836222828557973e23e5e4a4/comissao_da_verdade.pdf.

UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina. Comissão Memória e Verdade. **Relatório Final vol. I**. Florianópolis: UFSC, 2018. Acessado em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/universitarias/UFSC.pdf>.

UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina. Comissão Memória e Verdade. **Relatório Final vol. II**. Florianópolis: UFSC, 2018. Acessado em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/universitarias/UFSCII.pdf>.

UnB-Universidade de Brasília. Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade. **Relatório Final**. Brasília: UnB, 2015. Acessado em: https://www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/Relatorio_Comissao_da_Verdade.pdf.

UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas. Comissão da Verdade e Memória Octávio Ianni. **Relatório Final**. Campinas: Unicamp, 2015. Acessado em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/universitarias/RELATORIO_CVM_FINAL_web.pdf.

USP-Universidade de São Paulo. Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo. **Relatório Final**. São Paulo: USP, 2018. Acessado em: <https://sites.usp.br/comissaodaverdade/relatorio-final/>.

“Fue sin perdón ni olvido?”: o Informe Nunca Más argentino e a justiça de transição nos anos 1980 e 1990

Guilherme da Conceição de Lima

Mestre em História pela Universidade Federal da Integração Latino-
Americana (UNILA), Foz do Iguaçu. Doutorando em História pela
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis.
Professor da rede pública estadual de Santa Catarina.



INTRODUÇÃO¹

Durante as décadas de 1960 e 1970, os países do Cone Sul enfrentaram golpes de Estado e estiveram sob sangrentas ditaduras militares. Imbuídos da ideologia correlata à Doutrina de Segurança Nacional (DSN),² estes regimes instituíram um forte aparato estatal e paraestatal de repressão. Militares estabeleceram práticas de Terrorismo de Estado, caracterizando não só a oposição política de seus regimes como eventuais ameaças à segurança nacional, mas a uma considerável parcela da própria população, delimitando assim um “inimigo interno” (Padrós, 2005)

A perseguição aos opositores das ditaduras apresentou-se na forma de uma guerra contra uma parte da própria população, com o intuito de combater e eliminar os focos de subversão. A atuação de órgãos repressivos extrapolou as fronteiras nacionais, especialmente nos casos do golpe de Estado no Chile, em 1973, e da chamada Operação Condor³ (Calloni, 2016). No entanto, cada país possuía seu próprio enfoque repressivo adequado à realidade nacional, implicando em modalidades repressivas que poderiam diferir de país para país.

¹ Texto baseado na Dissertação “**Hemos buscado en la Ceniza**: memórias e identidades nos informes *Nunca Más* argentino e uruguaio na década de 1980”. Contato: guilherme.2lima@gmail.com

² A Doutrina de Segurança Nacional foi uma ferramenta ideológica adotada por boa parte das Forças Armadas latino-americanas depois da Segunda Guerra Mundial. Ela surge como instrumento de contenção, por parte dos Estados Unidos e das elites do subcontinente, tendo como alvo o chamado combate ao comunismo, pregando a manutenção da ordem pelo estabelecimento de diretrizes repressivas e autoritárias, impondo à sociedade um estado de vigilância frente a um “inimigo interno”, materializado na figura do sujeito subversivo, geralmente identificado como de esquerda e/ou comunista (Padrós, 2009, p. 18).

³ Reunindo as agências repressivas das ditaduras militares na década de 1970, o Operativo Condor foi uma aliança entre os setores de inteligência das Forças de Segurança de diferentes países da região do Cone Sul, os quais cooperaram na vigilância, perseguição, prisão e eliminação de eventuais opositores das ditaduras militares (Dinges, 2005).

Na Argentina, a ditadura militar instaurada a partir do golpe de março de 1976 utilizou em larga escala a prática dos desaparecimentos e de Centros Clandestinos de Detenção (CCD), onde as vítimas da repressão eram aprisionadas, torturadas e mortas (Pascual, 1997, p. 82). Durante a ditadura, existiram na Argentina 365 CCDs, presentes em 11 das 22 províncias do país (Calveiro, 2004, p. 16). Esta estrutura sustentava o mecanismo mais amplo que ao longo do tempo transformou muitas vítimas da repressão em detidos-desaparecidos. Era a *guerra sucia*, termo utilizado pelos militares para justificar suas ações durante a ditadura.

Nesta “guerra” foram comuns simulações de falsos enfrentamentos armados entre militares e sujeitos subversivos armados. Como desdobramento, à medida em que a mortandade gerada pelo aparato repressivo cresceu, a necessidade do ocultamento de cadáveres fez a ditadura optar por outras operações sinistras que atingiram suas vítimas, como os *vuelos de la muerte*, prática que consistia em jogar detidos desaparecidos (muitos ainda vivos) de aviões no Rio da Prata ou no Oceano Atlântico (Novaro, 2016, p. 153). Segundo estimativas de organizações de direitos humanos, o número de desaparecidos provocados pela repressão chega a mais de 30 mil pessoas⁴ (Crenzel, 2020, p. 17).

Buscando respostas para a dimensão do chamado “terrorismo de Estado” empregado durante a ditadura argentina, foi elaborado o Informe *Nunca Más* (1984). Após o fim da ditadura, nos anos de 1980, o *Nunca Más* foi uma ação tomada para deslindar fatos acerca das graves violações a direitos humanos perpetradas pelo aparato repressivo. Sua elaboração ocorreu em meio ao clamor de boa parte da sociedade argentina quanto às denúncias sobre mortos e desaparecidos, sendo ferramenta utilizada para investigar e desvendar os mecanismos repressivos que vicejaram no país.

⁴ O número de desaparecidos alimenta polêmicas na Argentina, o que se intensificou a partir da vitória eleitoral de Javier Milei, em 2023, tornando-se o Presidente daquele país. Ainda durante a campanha presidencial, Milei contestou as cifras divulgadas, considerando-as falsas ou exageradas (Em debate..., 2023).

O *NUNCA MÁS* E SEU TEMPO

O *Nunca Más* argentino⁵ foi um documento pioneiro na esfera das chamadas Comissões da Verdade. Uma Comissão da Verdade surge como medida, seja por parte do Estado ou de setores da sociedade civil, para investigar crimes e violações de direitos humanos após um período autoritário ou de grave violência política e armada. Estas Comissões acabam por se flexibilizar, adequando-se à realidade política e social de cada país (Cueva, 2011, p. 339). O Informe, portanto, é fruto da própria conjuntura política do Cone Sul nos anos de 1980, pois embora os militares tenham deixado o controle do Estado, ainda possuíam considerável capital político e importante papel na ordem constitucional. Contudo, paralelamente, ganhavam força movimentos e organizações de direitos humanos, que por meio de discursos que ressoavam publicamente, angariavam legitimidade na denúncia de crimes e violações cometidos pela ditadura (Cueva, 2011, p. 340).

Documentos como o *Nunca Más* são filhos de um tempo cujo desenrolar ainda é perceptível nas lembranças de parte da população. Mas, a elaboração de tais relatórios ocorreu no período pós-autoritário, quando os eventos e crimes de terrorismo de Estado estavam consumados. O lapso temporal entre a ocorrência das violações e sua documentação oficial representa um elemento fundamental para compreendermos a natureza desses processos de justiça transicional.

Nesta seara, o Informe *Nunca Más* foi o precursor de outros análogos que se seguiram durante e após as transições políticas do Cone Sul. Foi organizado pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de*

⁵ A experiência pioneira da CONADEP inspirou a criação de mecanismos similares em diversos países, tornando-se uma referência internacional para processos de justiça transicional. Seguindo esse modelo, foram estabelecidas: No Chile: a *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (conhecida como Comissão Rettig, 1990); No Peru: a *Comisión de la Verdad y Reconciliación* (2001); Em El Salvador: a *Comisión de la Verdad* (1992); Na Guatemala: a *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* (1997); No Haiti: comissões de verdade pós-ditadura; Na África do Sul: a emblemática *Truth and Reconciliation Commission* (1995) (Bauer, 2008, p. 4).

Personas (CONADEP). Caroline Silveira Bauer (2008, p. 4) destaca que a CONADEP foi estabelecida durante o processo de redemocratização da Argentina, em 19 de dezembro de 1983, por iniciativa do presidente Raúl Alfonsín. Surgiu como parte de um conjunto de medidas promovidas pelo governo civil para consolidar a transição política, respondendo às demandas da sociedade argentina por justiça e pela apuração dos crimes contra os direitos humanos cometidos durante a ditadura.

A criação da CONADEP não esteve isenta de polêmicas. O tema gerou não só críticas advindas das Forças Armadas, mas também de setores da oposição, do próprio partido de Alfonsín – a *Unión Cívica Radical* (UCR) – e de Organismos de Direitos Humanos, que acreditavam que uma investigação em âmbito parlamentar seria a melhor maneira para tratar da questão. Alfonsín acabou por barrar o projeto, temendo que os poderes de uma CPI poderiam gerar uma reação de in-subordinação militar e de pôr em risco a normalização democrática. Assim, a CONADEP foi uma alternativa para atender ao anseio popular, sem melindrar o setor castrense (Crenzel, 2020, p. 77).

Ernesto Sábato, célebre escritor argentino e membro da CONADEP, afirmou que o Informe serviria como um alerta às futuras gerações sobre a imensa tragédia ocorrida na Argentina durante a ditadura, evidenciando os extremos de barbárie e repressão que dominaram o país. Daí a força simbólica da expressão *Nunca Más*, que encapsulava o anseio coletivo por romper definitivamente com um ciclo histórico de violência que havia permeado toda a sociedade argentina. A entrega solene do relatório ocorreu em 20 de setembro de 1984, quando o presidente Raúl Alfonsín recebeu o documento das mãos de Ernesto Sábato durante uma cerimônia pública e televisionada para todo o país (Crenzel, 2020, p. 123; 132). O evento reuniu aproximadamente 70 mil pessoas em frente à Casa Rosada, mobilizadas principalmente pelas organizações de direitos humanos. Os manifestantes, que carregavam faixas com o lema “*después de la verdad, ahora la justicia*”, demonstraram por sua presença maciça o êxito da CONADEP em sua missão de elaborar o relatório e de estabelecer as bases para a reconstrução nacional.

A investigação da CONADEP (1985) e a publicação do *Nunca Más* tiveram efeitos imediatos e profundos. O relatório ampliou significativamente o conhecimento sobre os mecanismos da repressão ditatorial, criando um corpo probatório sem precedentes, o que permitiu levar à Justiça os responsáveis por crimes contra os direitos humanos. Essa documentação inviabilizou os planos iniciais do governo Alfonsín de restringir o julgamento dos militares aos tribunais castrenses, forçando seu processamento perante a Justiça civil⁶ (Crenzel, 2020, p. 138).

Como mencionado anteriormente, o processo de construção de documentos como o relatório argentino ocorreu como resultado de transições políticas apenas parcialmente concluídas. Mais do que isso, são ferramentas adotadas na seara da Justiça Transicional. Também chamada de Justiça de Transição, esta se refere a um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de superar um regime autoritário e estabelecer um governo democrático, fundamentado na garantia dos direitos humanos. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), esse conceito abrange ações voltadas para que uma sociedade enfrente os legados de graves violações ocorridas no passado. Entre os mecanismos utilizados estão reformas institucionais, reparações às vítimas e processos judiciais contra responsáveis por crimes cometidos durante os regimes autoritários (Grupo de Estudos Justiça de Transição Latino-Americanas e Constitucionalismo Democrático, 2017, p. 213).

No caso argentino, percebemos que os sucessos iniciais das denúncias e do julgamento de militares não se consolidaram no decorrer das décadas de 1980 e 1990. A realidade política e outras demandas acabaram sobrepondo-se ao impacto e à força que o tema dos direitos humanos tivera nos anos iniciais pós-ditadura. Aos poucos, medidas conciliatórias foram sendo implementadas, por meio de decretos de anistia e perdões. Julgamentos dos militares e pressões de organismos de

⁶ Além de seu valor jurídico, o informe consolidou-se como uma estrutura narrativa fundamental para interpretar, compreender e memorializar um passado ainda recente e marcante na sociedade argentina. O *Nunca Más* não apenas expôs a brutalidade do terrorismo de Estado, mas também se tornou um marco na luta por verdade e justiça, estabelecendo uma base factual inconteste para o resgate da memória histórica.

direitos humanos encontraram resposta das Forças Armadas e dos setores sociais conservadores.

FORÇANDO PERDÃO E IMPONDO ESQUECIMENTO

Após o fim da ditadura e a entrega do Informe *Nunca Más* da CONADEP, a sociedade argentina começou a reagir ao que ali constava. As informações davam a dimensão do morticínio desatado pelo aparato repressivo. No documento estavam testemunhos fortíssimos dos inúmeros crimes perpetrados pelos agentes da ditadura. As violações foram detalhadas pelos relatos de vítimas, torturadores e demais envolvidos nos diferentes casos. Desaparecimentos, assassinatos, torturas e o mais cruel dos crimes, a apropriação de bebês filhos de desaparecidos, foram descritos minuciosamente, gerando uma grande comoção e empatia pelas vítimas. Ao mesmo tempo, a demanda por justiça ficou latente, dando força para o julgamento dos responsáveis pelos crimes cometidos. O *Nunca Más*, de certa forma, deu início ao julgamento da Junta Militar argentina.

O processo judicial representou não apenas a vitória simbólica da democracia sobre o autoritarismo, mas também um instrumento de consolidação das instituições democráticas. Além disso, funcionou como uma resposta do governo às críticas da oposição, que ganhavam dimensão ao apontar os fracassos econômicos e sociais da gestão vigente (Novaro, 2016, p. 198). O julgamento ocorreu entre abril e outubro de 1985, sendo conduzido pela Câmara Federal de Apelações de Buenos Aires em sessões públicas. Além de seu caráter judicial pioneiro, o processo assumiu uma dimensão política e cultural que ultrapassou os limites do sistema judiciário (Galante, 2019, p. 15). Os principais acusados no julgamento foram os integrantes das três primeiras Juntas Militares argentinas: Jorge Rafael Videla, Emilio Eduardo Massera, Orlando Ramón Agosti, Roberto Eduardo Viola, Armando Lambruschini, Omar Domingo Rubens Graffigna, Leopoldo Fortunato Galtieri, Jorge Isaac Anaya e Basilio Lami Dozo.

Em 9 de dezembro de 1985, os juízes anunciaram suas decisões sobre o destino dos comandantes militares. O general Videla e o almi-

rante Massera receberam penas de reclusão perpétua, enquanto o general Agosti foi condenado a quatro anos e seis meses de prisão. O general Viola recebeu sentença de dezessete anos de prisão, e o almirante Lambruschini, oito anos. Por outro lado, os generais Graffigna, Galtieri e Dozo, junto com o almirante Anaya, foram absolvidos (Barrientos-Parra, 2014, p. 67).

Contudo, após 1985, o avanço argentino nas pautas da justiça de transição começou paulatinamente a sofrer uma contraofensiva por parte das Forças Armadas. De tal forma que, em um esforço para conter a crescente insatisfação dos setores militares, o governo de Raúl Alfonsín apresentou ao Congresso em 5 de dezembro de 1986 a Lei nº 23.492, conhecida como Lei de *Punto Final* (Sanchis, 2021, p. 198). A lei, como destacada em seu primeiro artigo, extinguiu a ação penal contra qualquer pessoa que tenha cometido crimes vinculados à instauração de formas violentas de ação política até 10 de dezembro de 1983 (Argentina, 1986). Mas, a lei não se aplicava aos comandantes das Juntas. O projeto representava uma estratégia calculada do governo Alfonsín para conter a crescente tensão com os militares, buscando oferecer uma solução de compromisso que evitasse os custos políticos de uma anistia declarada. Em sua formulação original, estabelecia a prescrição automática de todos os crimes cometidos no âmbito da repressão ditatorial, sem distinções, criando na prática um mecanismo de extinção das responsabilidades penais.

Mais do que um simples instrumento legal, a proposta operava uma seleção criteriosa dos fatos passíveis de julgamento, definindo quais ações seriam consideradas violações flagrantes e qual seria o alcance efetivo das possíveis condenações (Galante, 2019, p. 4). Como observado por Sanchis (2021, p. 199), configurava-se assim “uma anistia velada, ditada em outros termos” – um arranjo jurídico que, sob a aparência de regularidade processual, consagrava na essência um regime de impunidade estruturado. A iniciativa revelava o delicado equilíbrio que o governo radical buscava manter entre as demandas por justiça e as pressões dos setores castrenses, num contexto político ainda marcado pela fragilidade institucional.

Essas polêmicas medidas não ficaram sem uma pronta respostas por parte de organismos de direitos humanos e de parte da sociedade

civil. A *Ley de Punto Final* foi vista por tais setores como um instrumento que, ao invés de promover o encerramento de um ciclo histórico, consolidava estruturalmente a impunidade dos responsáveis pelas violações sistemáticas de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar. Para esses movimentos sociais e para os familiares de vítimas, a legislação representava uma grave ameaça à ordem constitucional e aos princípios do Estado democrático de direito, na medida em que estabelecia um regime jurídico excepcional para crimes de lesa-humanidade (Sanchis, 2021, p. 2021). Inclusive, a promulgação da lei gerou ainda mais demandas judiciais, sendo que 300 oficiais de alta patente foram processados até o início de 1987. A tentativa de restringir o alcance da justiça sobre os crimes da ditadura por meio de instrumentos legais mostrou-se ineficaz e incapaz de conter o avanço dos processos judiciais no sistema judiciário argentino (Acuña; Smulovitz, 1991, p. 18).

Diante da inoperância das medidas governamentais em frear as ações judiciais, os setores militares da Argentina decidiram passar da resistência institucional para ações concretas de confronto. A tensão acumulada entre o governo democrático e as Forças Armadas eclodiu dramaticamente durante a Semana Santa de abril de 1987, com o primeiro levante dos chamados “*carapintadas*” (Sanchis, 2021, p. 204). O movimento, liderado pelo tenente-coronel Aldo Rico na Escola de Infantaria de Campo de *Mayo*, rapidamente mobilizou as tropas estacionadas no local, transformando a base militar no epicentro de uma rebelião que ameaçava a frágil ordem democrática.

A crise só encontrou resolução em 19 de abril, quando o presidente Alfonsín decidiu dirigir-se pessoalmente a Campo de *Mayo* para negociar com os amotinados. O desfecho dessa negociação, que resultou na aceitação das principais demandas dos rebeldes por parte do governo (Acuña, Smulovitz, 1991, p. 19), representou um momento crucial e controverso no processo de transição. O episódio não apenas evidenciou os limites do poder civil frente aos setores militares, mas também marcou o início de um período de crescente influência castrense sobre as políticas de justiça e memória relacionadas aos crimes da ditadura.

Os debates que se seguiram refletiram uma aceitação, ainda que relutante, por parte dos atores políticos, em adotar uma solução extrajudicial para resolver a chamada “Questão Militar”. Embora alguns tenham sugerido que o Poder Executivo decretasse um indulto, a resolução efetiva foi encaminhada pelo Poder Legislativo. Menos de um mês após a insurreição militar, o presidente Alfonsín submeteu ao Congresso o projeto conhecido como *Ley de Obediencia Debida*. O governo acreditava que a promulgação da lei teria como efeito encerrar, de forma definitiva, a chamada Questão Militar. No entanto, tais medidas foram interpretadas por diversos setores da sociedade como um sinal de fraqueza institucional, revelando a susceptibilidade do governo civil às pressões exercidas pelas Forças Armadas. Transmitia-se, assim, a impressão de que a ameaça do uso da força continuava sendo um recurso politicamente eficaz na Argentina (Acuña; Smolovitz, 1991, p. 20).

Ao final, prevaleceu o chamado “realismo político” — ainda que em detrimento de princípios éticos, justos e morais. Consolidou-se, portanto, o rompimento definitivo dos organismos de direitos humanos com o governo Alfonsín. Essas organizações passaram a adotar medidas legais com o objetivo de obter a declaração de inconstitucionalidade das referidas legislações (Sanchis, 2021, p. 211). O desgaste do primeiro governo civil após a ditadura era evidente, sendo suas decisões frequentemente percebidas como inconclusas, ambíguas e incapazes de atender plenamente às expectativas de quaisquer dos setores envolvidos — descontentando, assim, “gregos e troianos”.

Esse pragmatismo político prosseguiu na década seguinte. O maior exemplo disso foram os indultos assinados pelo presidente Carlos Menem em 1989 e 1990, que anistiarão militares envolvidos em violações de direitos humanos durante a ditadura (Novaro, 2016, p. 238). Isso demonstrou que, mesmo com a imagem arranhada pelas investigações sobre os crimes perpetrados pelo regime, os militares ainda possuíam influência e força para fazer valer sua posição. A ilusória “primavera dos direitos humanos”, que parecia despontar no horizonte com o Informe *Nunca Más*, foi solapada pela crueza da realidade política imposta pela conjuntura. As organizações de direitos huma-

nos, as vítimas e os familiares dos desaparecidos atingidos pela repressão ditatorial perceberam que a verdade da justiça não é a mesma que a verdade da política (Quiroga, 2005, p. 106).

A MEMÓRIA QUE PERSISTIU E PERSISTE

Todo esse desenrolar dos anos 1980 e início dos anos 1990 definiu as ações políticas e a ressonância da memória das violações dos direitos humanos. Perante a imobilidade e a pouca vontade por parte do Estado argentino, diferentes movimentos sociais começaram a construir suas estratégias. Buscaram fazer com que a sociedade como um todo entendesse que o passado se recusava a ficar confinado nos arquivos históricos, como desejavam as elites políticas e militares. Irrompendo no presente de forma cada vez mais vigorosa, a demanda por justiça foi expressa em debates públicos e movimentos contestatórios que ganhavam força (Fried, 2016, p. 5).

O passado manteve-se presente nas manifestações artísticas, no cinema, na literatura, nos relatos dos sobreviventes e nas mobilizações políticas que fustigavam os centros de poder em Buenos Aires. Um caso emblemático é das *Madres da Plaza de Mayo* que, em meio aos protestos durante a grave crise econômica do *corralito*⁷ na Argentina no final de 2001, saíram às ruas em apoio a população que protestava. As *Madres* sofreram uma brutal repressão policial, deixando dezenas de suas integrantes feridas (Bertoia, 2021). O *Nunca Más* para as *Madres*, dessa forma, não se restringia a reclamos sobre a repressão ocorrida no passado ditatorial, mas contra qualquer ataque do Estado contra as lutas por justiça social (Sanjurjo, 2013).

A resistência visava manter vivo o clamor por *Verdad y Justicia*, esperando um momento oportuno para ressurgir. A oportunidade

⁷ A crise econômica argentina de 2001, conhecida como *Corralito*, ocorreu durante o governo do presidente Fernando de la Rúa. Após declarar a moratória da dívida externa, houve o congelamento de depósitos e restrições a saques bancários, gerando protestos violentos. De la Rúa renunciou em 20 de dezembro, após confrontos que deixaram dezenas de mortos. Em doze dias, entre 20 de dezembro de 2001 e 2 de janeiro de 2002, cinco presidentes passaram pelo poder, até a posse de Eduardo Duhalde (Romero, 2012).

apareceu no início dos anos 2000, com a ascensão de governos de esquerda que retomaram a pauta dos direitos humanos. O governo de Néstor Kirchner (2003-2007) implementou políticas significativas de memória histórica, como a criação do Museu da Memória no antigo centro de tortura da Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA). Kirchner se apresentava como parte de uma geração “dizimada” pela ditadura, promovendo ativamente o lema *Memoria, Verdad y Justicia* como pilar de sua gestão (Romanin, 2009, p. 3). Essas medidas prosseguiram no governo de Cristina Kirchner, com a revisão das leis de anistia aos militares. Isto possibilitou novamente a condenação à prisão perpétua do ditador Jorge Rafael Videla em 22 de dezembro de 2010 (BBC Brasil, 2013).

Parece haver, contudo, a partir da década de 2020, um novo momento nessa trajetória, incluindo conflitos muito profundos nas diferentes sociedades em meio ao crescimento eleitoral e à influência política da extrema direita nos países do Cone Sul. Isso possibilitou que tais extremistas de direita ascendessem a altos cargos, como o atual Presidente da Argentina, Javier Milei, notório negacionista da dimensão da repressão ditatorial no país (Cels, 2024). Milei ainda tem Victoria Villaruel como Vice-Presidente. Filha de um militar envolvido na repressão, tornou-se conhecida por sua atuação como defensora de militares condenados por crimes contra a humanidade, incluindo visitas regulares ao ex-ditador Jorge Rafael Videla na prisão. Junto com outros advogados, foi cofundadora do *Centro de Estudios Legales sobre el Terrorismo y sus Víctimas* (CELTYV), organização que promove uma narrativa que minimiza e questiona as violações sistemáticas de direitos humanos cometidas durante o regime militar (Dimas, 2024, p. 2).

Percebe-se então, que as Comissões da Verdade e os processos de Justiça de Transição abordam questões ainda abertas e conflitivas não só na Argentina, mas em outros países do Cone Sul. Esses temas não se restringem ao passado histórico, mas permanecem presentes no cotidiano político e social da região. Manifestam-se em debates públicos, produções acadêmicas e expressões artísticas como cinema, literatura e música. Os legados dos períodos ditatoriais continuam a influenciar as sociedades sul-americanas, especialmente por meio de instituições

estatais, como as forças policiais, nas quais persistem práticas repressivas que compõem um contexto autoritário (Souza; Gallo, 2021). Essa permanência demonstra como os traumas das ditaduras seguem moldando a realidade contemporânea, tornando-se elementos centrais das questões que envolvem as perspectivas democráticas na região.

REFERÊNCIAS:

ACUÑA, Carlos; SMULOVITZ, Catalina. **¿Ni olvido ni perdón? Derechos Humanos y tensiones cívico-militares en la transición**. Buenos Aires: CEDES, Documentos de Trabajo, 1991.

ARGENTINA. **Ley 23.492**. Ministerio de La Justicia de La Nación. 1986. Disponível em: <https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/21864/norma.htm>. Acesso em 23 fev. 2024.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. O paradigmático caso do processo às Juntas Militares argentinas. **Cadernos de Direito**, v. 14, p. 53-70, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/e6ce485c-ed77-4cbc-b74c-095b8f3910f9>. Acesso em 23 fev. 2024.

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. **Revista de História Comparada**, v. 3, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/135>. Acesso em 23 fev. 2024.

BBC BRASIL. **Videla nunca mostrou arrependimento por crimes da ditadura argentina**. 17 mai. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130516_videla_polemicas_mdb. Acesso em 12 mar. 2025.

BERTOIA, Luciana. Crisís del 2001 en Argentina: La represión a las Madres. **Página 12**, 19 dez. de 2021. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/390112-crisis-del-2001-en-argentina-la-represion-a-las-madres>. Acesso em 27 mar. 2025.

CALLONI, Stella. **Operación Condor, Pacto Criminal**. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2016.

CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición**. Buenos Aires: Colihue, 2004.

CELS. Terrorismo de estado y políticas de memoria, a seis meses del gobierno de Javier Milei. **Memoria Abierta**. 2024. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/publicaciones/memoria-a-seis-meses-de-milei/>. Acesso em 25 mar. 2025.

CONADEP. Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. **Nunca Más**. Buenos Aires: EUDEBA, 1985. Versão Digital. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/argentina/index.htm>.>. Acesso em 12 set. 2019.

CRENZEL, Emilio. **A memória dos desaparecimentos na Argentina**: a história política do Nunca Más. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

CUEVA, Eduardo González. Até onde vão as Comissões da Verdade? In: Reátegui, Félix (Coord.). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia; Ministério da Justiça, 2011.

DIMAS, Zaffar. Del negacionismo a la reivindicación: Victoria Villaruel la cara de progenocidio. **Actas de Periodismo y Comunicación**, v. 9, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/actas/article/view/8138>. Acesso em 9 set. 2024.

DINGES, John. **Os Anos do Condor**: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

EM DEBATE, Milei diz que não houve 30 mil desaparecidos na ditadura argentina. **O Globo**. 02 out. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/10/02/em-debate-milei-diz-que-nao-houve-30-mil-desaparecidos-na-ditadura-argentina.ghtml>. Acesso em: 9 set. 2024.

GALANTE, Diego. **El juicio a las juntas**: discursos entre lo político y lo jurídico en la transición argentina. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento; La Plata: Universidad Nacional de La Plata; Posadas: Universidad Nacional de Misiones, 2019.

LIMA, Guilherme da Conceição de. “**Hemos buscado en la cenniza**”: memórias e identidades nos informes Nunca Más argentino e uruguaio na década de 1980. 2022. 202f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2022.

NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina**: 1955-2000. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay**: terror de Estado e segurança nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 2005. 434f. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado**: a Argentina de 1976 a 1983. 1997. 210f. Tese. Doutorado em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

QUIROGA, Hugo. **La Argentina en emergencia permanente**. Buenos Aires: Edhasa, 2005.

ROMANIN, Enrique Andriotti. **En el nombre del pasado**. Política y luchas por la memoria durante el gobierno de Kirchner. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología. Buenos Aires: 2009.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve Historia Contemporánea de la Argentina**: 1916-2010. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

SANCHÍS, Fabricio Laino. Las leyes de Punto Final y Obediencia Debida y el problema de los "niños desaparecidos": ¿"Delito aberrante" o "gesto de humanidad"? **PolHis: Boletín Bibliográfico Electrónico**, vol. 27, n. 14, p. 188-216, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10139899>. Acesso em 25 mar. 2025.

SANJURJO, Liliana. **Sangue, identidade e verdade**: memórias sobre o passado ditatorial na Argentina. 2013. 336f. Tese. Doutorado em Antropologia social. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

SOUZA, Bruno Mello; GALLO, Carlos Artur. Legados culturais do autoritarismo no Cone Sul. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 2, p. 75-89, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulaep/article/view/4711>. Acesso em 25 mar. 2025.

O Golpe de 1964 e o PCB em Blumenau

Edison Lucas Fabricio

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Professor colaborador na FURB e na Rede Estadual de Ensino de
Santa Catarina.



No início da década de 1960, o Brasil vivia um momento de grande efervescência política e social. Durante o governo de João Goulart (1961-1964), a política deixou de ser praticada somente nos espaços habituais do parlamento e nas esferas oficiais, e ganhou as ruas, os quartéis, a imprensa, a universidade, a fábrica, o campo etc.

Neste contexto, havia forte polarização político-ideológica. Numa margem estavam estudantes, operários, camponeses, sindicalistas, artistas e intelectuais militantes, o clero e os leigos da Igreja Católica progressista e outros setores sociais. Todos comungavam a expectativa da implementação de reformas estruturais e de base, e um forte apelo ao governo por políticas nacionalistas e até socializantes. Na outra margem havia uma forte resistência aos movimentos populares e às políticas nacionalistas e reformistas do governo Goulart. Integravam esse grupo os grandes latifundiários, setores do empresariado (IPES/IBAD), militares da Escola Superior de Guerra (ESG), parlamentares da União Democrática Nacional (UDN), setores da Igreja Católica conservadora, indo desde bispos e cardeais até movimentos leigos e de mulheres. Embora não se possa falar num projeto ou programa político homogêneo desse grupo, podemos apontar alguns pontos consensuais: a defesa do crescimento econômico com abertura ao capital internacional, a defesa da propriedade privada através da manutenção da estrutura agrária do país e o combate aos movimentos de esquerda com orientação socialista.

No centro do fogo cruzado estava o governo Goulart, síntese da época, uma vez que num mesmo corpo ministerial congregava elementos tão díspares, como os ministros militares conservadores, e personagens como o ministro San Tiago Dantas e o economista Celso Furtado, com posições claramente progressistas.

Neste contexto, o Partido Comunista ganhou um destaque relevante. Ainda que o final da década de 1950 ficasse marcado pelas denúncias feitas por Nikita Krushev, no XX congresso do Partido Comunista da União Soviética, sobre crimes cometidos na União Soviética do período stalinista. Tudo indicava que a credibilidade do socialismo no plano internacional seria duramente abalada e que o Partido Comunista Brasileiro, ilegal na época, estaria fadado ao fracasso. No

entanto, nos anos que se seguiram até o golpe civil-militar de 1964, o PCB atingiu popularidade e força política muito expressivas (Segatto, 1995, p. 28- 29).

No Brasil, o PCB contornou a crise a partir de um processo de renovação entre os anos de 1958 e 1960. Principalmente a partir de 1960, o partido comunista começou a adotar um discurso da via institucional para a construção da revolução, conseguindo assim grande inserção nos movimentos sindical, urbano e rural, estudantil, entre os intelectuais, nas campanhas por reformas e na luta nacionalista e anti-imperialista. A ilegalidade do partido não impedia sua atuação junto à sociedade civil e política, o que levava seus membros a avaliarem a situação como “uma legalidade de fato”. A ordem do dia no PCB era inserir-se nas lutas e reivindicações dos trabalhadores.

Mas como a cidade de Blumenau estava inserida neste contexto nacional? De que forma a efervescência política e social do início da década de 1960 refletia ou reverberava na região? Como o PCB conseguiu adentrar às disputas políticas da cidade? Estas são algumas questões que procuram inserir Blumenau no curso dos acontecimentos nacionais, que buscam levar em conta uma crítica muito perspicaz de Méri Frotscher, segundo a qual a historiografia tradicional buscou construir sobre Blumenau uma “história narcísica, voltada para si própria”, distanciada do contexto nacional. Onde “a cidade sempre é mostrada como uma ‘ilha’ em meio às ‘águas do território nacional’ [...]” (Frotscher, 1998, p. VIII-IX).

Mas quais eram as características de Blumenau no limiar dos anos sessenta? Desde o período da Segunda Guerra, a cidade havia se tornado um ícone do progresso econômico, principalmente nas atividades do ramo têxtil, que representavam 42% da produção total. Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) no ano de 1955, Blumenau estava entre os cinco “municípios brasileiros de maior progresso” (Simão, 2000, p. 78-79).

Na esfera política, a redemocratização ocorrida depois do período varguista só acentuou a presença e a hegemonia dos empresários no governo municipal. A UDN, símbolo deste novo momento, elegeu entre 1947 e 1966 cinco prefeitos sucessivamente, perfazendo quase vinte anos ininterruptos de governo.

Para Roberto Caresia esse período é marcado pelo discurso da modernidade em Blumenau. Tratava-se de superar aquilo que era considerado antigo, tradicional, antiquado e atrasado, em nome do novo e do moderno. Construções antigas, como o hotel Holetz e a Igreja matriz São Paulo Apóstolo, em estilo próximo ao gótico, foram demolidas. Em seus lugares foram erigidas construções modernas segundo um modelo arquitetônico racional e retilíneo, que pouco lembrava os modelos europeus. Nesse contexto do pós-guerra, houve uma ruptura com o passado germânico que impregnava a cidade, pois o exemplo a ser seguido não era o de uma Europa devastada pela guerra, mas sim o de um país como os Estados Unidos, país avançado em tecnologia, “terra da liberdade” e da livre iniciativa – a típica sociedade de consumo. De forma sutil, os produtos “made in USA” passaram a penetrar o mercado local, os hábitos de consumo começaram a se modificar. O melhor emblema dessa mudança é a inauguração da loja comercial “Casa do Americano” e a introdução de produtos alimentares como a “Coca-Cola”, até os automóveis “Ford”, eletrodomésticos como “Frigidaire” (Caresia, 2000). Todos esses elementos trazidos pelo modelo americano modificaram o estilo de vida da população local, as práticas cotidianas e mesmo os valores políticos.

Nesse contexto de transformações surge, clandestinamente, uma nova agremiação política na cidade, síntese das paixões políticas do período. Seria tal partido o pomo da discórdia na aparentemente pacífica Blumenau?

O PCB E SUA INSERÇÃO EM BLUMENAU: AS FONTES DA HISTÓRIA E A MEMÓRIA

A historiografia sobre o PCB em Santa Catarina ainda é bastante reduzida. A escassez de documentos, por ocasião da ilegalidade, tem ocasionado dificuldades para escrever a história do partido. A maioria dos estudos vem utilizando a história oral e os jornais como fonte para a construção da narrativa. (Ver: Vieira, 1994; Martins, 1995; Ribeiro, 1990; Torres, 2009).

Segundo Jaci Vieira, o surgimento do PCB em Santa Catarina esteve atrelado à construção da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis,

entre 1922 e 1926, tendo os estivadores à frente do processo. Dentre os membros, destacaram-se: Porfírio Gonçalves, militar; Manoel Alves Ribeiro (Mimo), eletricista; Álvaro Ventura, estivador; Hipólito do Vale Pereira, contador; Mustafá, comerciante; João Brugnn, militar (Vieira, 1994, p. 06). No entanto, o partido se constituiu oficialmente, através de estatutos, somente em 1939 (Martins, 1995, p. 132).

Esse grupo que se constituiu nos anos 1920 se intitulava “comunista”, ainda que não tivesse contato algum com o Comitê Central do partido no Rio de Janeiro. Foi a partir da Constituinte, em 1934, que os laços com o Comitê Central começaram a se estreitar, pois Álvaro Ventura fora eleito deputado classista para a Assembleia Constituinte.

Desde muito cedo houve grande dificuldade do partido em construir bases nas áreas de colonização alemã e italiana, como as cidades de Blumenau, Joinville, Rio do Sul, Brusque e outros municípios no Vale do Itajaí. Uma das principais razões era a presença e a forte influência do integralismo, um adversário visceral dos movimentos socialistas. Segundo Vieira, os integralistas tinham “uma forte penetração no interior, enquanto o partido comunista catarinense agia mais coesamente no litoral, e com uma penetração mais acentuada no sul, Criciúma, por exemplo [...]” (Vieira, 1994, p. 14).

A partir da II Guerra Mundial, principalmente entre 1943 e 1944, o PCB iniciou uma mobilização em torno da busca pela legalidade do partido e pela reestruturação. Alinhado ao Comitê Central, o PCB catarinense fundou vários diretórios municipais, tais como em Concórdia, São Francisco do Sul, Criciúma, Lages, Tubarão, Maфра, Caçador, Laguna e Itajaí. Celso Martins menciona inclusive a constituição de um diretório em Blumenau, mas não descreve detalhes do trabalho realizado pelo grupo na cidade. Os integrantes eram Paulo Borba, Hélio Cabral Teive, Victor Cascaes Figueiredo, Antonio D’Avila e Altir Ramos (Martins, 1995, p. 169).

Com o fim da ditadura Vargas e do Estado Novo, iniciou-se um novo processo democrático no país, com eleições e a elaboração de uma nova constituição. A legalidade do Partido Comunista Brasileiro também foi reconhecida em 10 de novembro de 1945. Entre 1945 e 1947, o PCB catarinense atingiu o número 400 filiados.

No contexto da Guerra Fria, o Brasil acabou por alinhar-se aos EUA e romper relações com a União Soviética. O Supremo Tribunal Federal classificou o PCB como uma organização estrangeira e internacionalista, determinando o encerramento de suas atividades e a cassação de seu registro eleitoral. Apesar da constante vigilância sobre o PCB, o partido conseguiu eleger alguns vereadores na capital do estado durante a década de 1950, através da legenda do Partido Social Progressista (PSP). No período anterior ao golpe militar, o PCB catarinense viveu uma das melhores fases, inseriu-se nas disputas sindicais, conseguiu formar bases em cidades historicamente difíceis de atuar e editou o jornal “Folha Catarinense”, que circulou entre novembro de 1963 e março de 1964.

Escrever a história do PCB em Blumenau, diante das escassas fontes de pesquisa, ainda é um desafio. A inexistência de documentos se deve, em grande medida, à ilegalidade do partido. Por outro lado, o uso da história oral permite construir uma narrativa, ainda que a maioria dos militantes já tenha falecido.¹ Ao lado dos testemunhos orais, podem-se apreender fragmentos da história do PCB pelos jornais, na voz dos integrantes do PCB ou mesmo na voz dos “outros”, dos combatentes do comunismo. A imprensa escrita é uma fonte privilegiada para a escrita da história.² Outra fonte relevante para a história do

¹ A busca das fontes orais é sempre envolvida em dificuldades. A fonte oral sofre recorrentes objeções, sendo que a principal diz respeito à sua própria natureza, ou seja, a fonte oral é uma fonte construída, “provocada” pelo historiador. No entanto, devemos argumentar que outras fontes escritas também são construídas e sob múltiplas coerções. Um dos aspectos mais importantes na construção da fonte oral é a solicitação da testemunha à memória, este fenômeno é bastante complexo, ainda mais quando se trata de acontecimentos que deixaram marcas afetivas na testemunha. A memória pode evocar emoções, sentimentos, ressentimentos, ódios e ao historiador memórias o historiador não raro se depara com esquecimentos, silêncios, ocultamentos, lapsos, não-ditos. Uma vez que tais memórias são marcadas pela violência simbólica e psicológica, em casos extremos pela violência física. Ver Pollak, 1989; Anst, 2004.

² Capelato e Prado afirmam que a imprensa deve ser entendida “como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de

PCB em Blumenau são os documentos judiciais. Especialmente o processo judicial N^o 251, que tramitou na Auditoria da 5^a Região Militar (Paraná e Santa Catarina) do Superior Tribunal Militar, em que os comunistas foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.³ O processo contém 1952 páginas e está dividido em oito volumes. Apesar de estar bastante comprometida pelo tempo, a documentação nos oferece detalhes importantes dos membros e da organização do partido na cidade. Numa avaliação *à posteriori*, podemos dizer que, curiosamente, a justiça militar, ao produzir provas contra os acusados, através da coleta de documentos, acabou, ainda que de forma involuntária, por preservar também fragmentos da história do partido.⁴ É no constante cruzamento destas três fontes que podemos construir uma narrativa histórica sobre o PCB em Blumenau.

O PCB em Blumenau começou a ser organizado ainda em 1960 por Francisco José Pereira, denominado na imprensa da época como “o Chico comunista”. Nascido em Florianópolis no ano de 1933, Pereira presenciou na sua adolescência a criação da célula Luiz Carlos Prestes em sua casa. Seu pai não fazia parte do Partido, mas como simpatizante cedeu a casa para as reuniões dos militantes. Já na sua juventude, começou a cursar Direito na Faculdade de Direito de Florianópolis, instituição onde teve contato com outros jovens militantes da União da Juventude Comunista e logo foi convidado para integrar a

informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere” (Capelato; Prado, 1980, p. XIX).

³ Esta documentação se encontra fotocopiada na sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Santa Catarina, em Florianópolis.

⁴ As fontes judiciais vêm adquirindo grande relevância na pesquisa histórica. Segundo Keila Grinberg, devemos encarar os processos judiciais como fontes fundamentalmente oficiais, produzidas pela justiça de um determinado contexto histórico, segundo o entendimento do que era crime ou violação da lei. Assim, a produção do documento judicial não objetiva reconstruir um acontecimento, mas “buscar produzir uma verdade, acusando e punindo alguém. Nessa perspectiva, todos os depoimentos seriam ‘ficções’, papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfecho da história” (Grinberg, 2009, p. 119-139).

agremiação. Quando ingressou no Partido, em 1955, tinha 22 anos de idade, e atuou na Juventude Comunista, passando mais tarde a responsável por esta organização nos morros Nova Trento e do Céu (Florianópolis) e logo depois em Criciúma.

Quando entrei para a Juventude fiquei sabendo do processo, observava o comportamento, na época o partido era ilegal, muito perseguido, tanto pela polícia civil como pela militar. Então, depois de ter sido testado, fui convidado para entrar para o Partido Comunista. Em 1964, na oportunidade do Golpe, eu era um dirigente do partido, fazia parte do secretariado do partido (Pereira, 2005).

Logo que concluiu sua formação, Francisco foi designado pelo partido para trabalhar em Criciúma, junto a Aldo Pedro Dietrich, outro advogado membro do PCB. Em Criciúma suas atividades giravam em torno do movimento grevista dos mineiros. Na greve realizada no mês de janeiro de 1960, muitos mineiros foram demitidos, Francisco trabalhou nos processos de demissão sem justa causa, quando o direito de greve era ignorado.

Na ocasião da greve, o jovem advogado Francisco Pereira, com apenas 26 anos de idade, foi incumbido de liderar uma comissão de mineiros para negociar a situação dos trabalhadores no carvão de Criciúma, e principalmente reivindicar a criação de um vencimento sobre trabalhos insalubres.

No Rio, a comitiva buscou na sede do PSD apoio político, e no Ministério da Guerra fez “denúncias dos atos arbitrários praticados pelo 14º Batalhão de Caçadores”. Em seguida os mineiros se avistaram com o marechal Lott, a quem o jovem advogado denunciou o empresário Diomício Freitas, “por adotar uma ostensiva política de desemprego. Lott anotou a informação”. Pereira foi levado ao marechal pelo deputado José Joffily (irmão do juiz de direito Irineu Joffily, um dos maiores estudiosos do carvão nacional), que também o acompanhou numa audiência com o vice-presidente João Goulart, na residência de S. Thiago Dantas. Na segunda visita ao vice foi acompanhado por Doutel de Andrade, no Palácio Monroe. O advogado se avistou com Prestes, assim que chegou ao Rio, através dele conseguindo os contatos com parlamentares para que fossem denunciadas na Câmara as violências contra os grevistas (Martins, 1995, p. 198).

Francisco Pereira voltou do Rio de Janeiro com a garantia de a greve havia sido vitoriosa, os mineiros receberiam a taxa de insalubridade sobre os vencimentos. De Criciúma Francisco rumou à Blumenau, ainda no ano de 1960. Em Blumenau, não havia nenhum filiado ao partido, apenas simpatizantes.

A história da constituição do PCB em Blumenau é bastante inusitada. Segundo Pereira, havia em Blumenau um relojoeiro chamado Erwin Loeschner, que conheceu um senhor de nacionalidade tcheca, residente no caminho entre Blumenau e Brusque, este homem o fornecia semanalmente um exemplar do jornal oficial do PCB, “Novos Rumos”. Loeschner criou um grupo de leitura do jornal junto com Hilton Zimmermann, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e mais alguns simpatizantes das ideias do Partido. Posteriormente, o tcheco desapareceu e os integrantes do grupo se viram diante da necessidade de escrever uma carta para a redação do “Novos Rumos”, solicitando mais informações e manifestando vontade em conhecer o Partido. “[...] é claro que o comitê central deu um puxão de orelha no diretório municipal [estadual], afinal de contas Blumenau era uma das maiores concentrações operárias e ainda hoje é, e eles estavam pedindo para conhecer o Partido. Daí eu fui destacado para ir para lá, organizar o partido, como advogado (Pereira, 2005).

Logo que chegou à cidade, Francisco instalou seu escritório na Rua XV de Novembro, junto ao então edifício do Nossobanco. Imediatamente, iniciou seus trabalhos na área do Direito Trabalhista, passou a orientar o pequeno núcleo de comunistas e também assumiu a função de redator-chefe do jornal *Novos Dias*, do diretório estadual do PCB, dirigido em Florianópolis por Mário Bastos (Martins, 1995, p. 200).

Uma das primeiras referências ao trabalho de Francisco Pereira apareceu no periódico católico *Luzeiro Mariano*. O artigo procurava mostrar o insucesso do trabalho do advogado na “risonha cidade de Criciúma” e trazia o sugestivo título: *Advogado comunista levou mineiros a pedir esmolas*.⁵ Segundo o jornal, “um traidor da Pátria, pago

⁵ Advogado Comunista levou mineiros a pedir esmolas, **Luzeiro Mariano**. Blumenau, Julho de 1961, 2^a quinzena, p. 6.

pela Rússia, semeou entre eles a discórdia, a cizânia da ilusão transformada em ouro, e o tombo da massa iludida e inexperiente esborrachou-se na miséria”.

Conforme o periódico, a “greve foi perdida, pois assim exigia o Partido Comunista. O advogado comunista cumpriu seu dever para com o Partido, mas traiu os mineiros, que hoje se encontram pedindo esmolas pelas ruas de Criciúma [...]. Mas o traidor, na calada da noite, bateu o pé de suas sandálias e fugiu para outros recantos”.

O jornal ainda incitava à vigilância, para que Blumenau tomasse Criciúma como exemplo, pois “o advogado veio a Blumenau, instalou-se num quarto na Rua XV e começou a preparar o terreno para nova traição”. Tal mudança para Blumenau era justificada pelo fato de que “era mister sacudir a paz e a prosperidade de outros lugares calmos e sossegados”.⁶

O trabalho de Francisco Pereira, como afirmamos acima, concentra-se na área do Direito Trabalhista. Segundo o advogado, em Blumenau havia um problema muito grave em relação aos trabalhadores menores de idade, pois os patrões, principalmente da indústria têxtil, pagavam apenas metade do salário a esses menores, mesmo sem que a lei autorizasse tal prática. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) previa que não poderia haver diferença salarial por causa de sexo, cor, religião ou idade.

Com o passar do tempo, os trabalhadores foram informados e passaram a procurar os serviços de Francisco Pereira. “Aí, meu escritório virou, assim, uma romaria de trabalhadores”, afirma o advogado. Logo, tal postura começou a encontrar resistência entre os indivíduos mais conservadores da imprensa.

Os jornais da época não deixaram de reproduzir tais inquietações. O jornal *Cidade de Blumenau* foi um dos primeiros a desferir críticas. Segundo o periódico, não havia contrariedade àqueles que queriam restabelecer os direitos dos empregados, dos oprimidos e injustiçados; todavia, não concordava com a demagogia que, segundo afirmava, poderia causar desgraça a muitas pessoas, através de conflitos entre empregados e patrões — algo que o jornal considerava um ato criminoso.

⁶ Idem.

Era justamente nessa alcunha que se enquadrava o trabalho de Francisco Pereira, por meio de seus “boletins esclarecedores”. Segundo o jornal, o trabalho de Francisco era de alto cunho demagógico pois,

dizendo-se defensor intransigente dos operários, fomenta a ideologia bolchevista entre nós, menores já não encontram mais emprego, num verdadeiro contraste dos dias ido. [...] e o que já começamos a notar é que menores estão sendo demitidos, por culpa e risco do advogado em tela que, a exemplo do que fez em Criciúma, fomentou greves e acabou por deixar várias famílias em situação difícil. E ao que tudo indica, por aqui os efeitos de uma ação nefasta já começaram a surgir, porque, ao invés de procurar a harmonizar capital e trabalho, o doutor esse quer é confusão, discórdia e muito barulho! claro! também pudera: é o COMUNISMO EM MARCHA.⁷

O anticomunismo na imprensa de Blumenau foi uma prática constante entre os anos de 1960 e 1964. Em linhas gerais, é possível identificar vários tipos de discursos anticomunistas: o discurso clerical, o militar, o partidário, o integralista travestido nos perepistas, o católico/feminino, o empresarial etc.⁸

Mas voltemos à constituição do PCB em Blumenau. O Inquérito Policial Militar (IPM), uma das peças do processo judicial em que os comunistas figuravam como acusados, expõe detalhes importantes da organização do comitê na cidade. O IPM foi instaurado com base no artigo 8º do Ato Institucional nº 1, de 19 de abril de 1964, e era um

⁷ Comunismo em marcha. **A Cidade de Blumenau**, 25 de julho, 1961, p. 1, 2

⁸ Falar sobre o anticomunismo em Blumenau escapa aos objetivos deste texto. Para mais informações sobre o tema, remeto ao meu trabalho: Fabricio, Edison Lucas. **A produção do espectro comunista: imprensa, política e catolicismo (Blumenau 1960-1964)**. Curitiba: Editora Prismas, 2019. E ao artigo Willian Spengler, que privilegiou o jornal “Ronda Barriga-Verde” como fonte histórica. Spengler, Willian. O santo guerreiro versus o grande dragão da maldade – A “cruzada” anticomunista desenvolvida pela imprensa jornalística na região de Blumenau – 1960-1965. **Blumenau em Cadernos**. Tomo XLVIII – Nº 09/10, 2007. P. 20-54.

mecanismo utilizado para investigar, colher material probatório, inquirir testemunhas e reunir documentos para a elaboração do relatório.

Segundo o relatório do IPM, havia em Blumenau

Um “comitê municipal do partido comunista”, com a finalidade precípua de tentar mudar a ordem política ou social estabelecida na constituição, mediante ajuda dos países socialistas, ajuda esta feita por meio de material de propaganda, como sejam: filmes, slides, livros, revistas e postais coloridos, bem como financiando viagens de pessoas, de ideologia socialista comunista e outras que poderiam interessar a propaganda, nos países socialistas. O referido “comitê” era composto das seguintes pessoas: Francisco José Pereira, Herbert Georg, Erwin Loeschner, Hilton Zimmermann, Afonso Schirmer, Alfredo José Gonçalves, Manoel de Souza, Edeluí Farias.[...] O “comitê municipal de Blumenau” tinha jurisdição sobre todo o vale do Itajaí, sendo seu chefe o Dr. Francisco José Pereira, tendo como primeiro-secretário o sr Erwin Loeschner e como o segundo secretário o sr Hilton Zimmermann. [...]. **O movimento liderado em Blumenau por Francisco José Pereira, Herbert Georg, Erwin Loeschner, Hilton Zimmermann, propagava a ideologia “socialista e comunista” e a subversão da ordem, principalmente em no seio dos trabalhadores, tendo sua missão altamente facilitada pela corrupção administrativa vigente em todo o território nacional.** O “comitê” reunia-se semanalmente e das reuniões eram emanadas ordens que deveriam ser executadas pelos membros participantes. **O partido comunista dispunha de um jornal, “A Folha Catarinense”, que era um dos maiores condutores da desordem, subversão e propagação da ideologia comunista.** Os elementos integrantes do “comitê” pagavam uma mensalidade para o partido, que variava com as possibilidades de cada um. O doutor Herbert Georg era o presidente do Partido Socialista Brasileiro, em Blumenau tendo cooperado sobremaneira com o Partido Comunista, principalmente como agente encarregada de remeter e receber informações e material de propaganda dos países socialistas. Em virtude do “comitê” possuir dois advogados, e ter a cooperação do agente encarregado do ministério do trabalho, que não por ter ideologia comunista, mas por ganância de projeção política, lhes enviava trabalhadores necessitados de justiça, teve certas facilidades em conseguir adesões, pois as causas trabalhistas eram apreciadas, estudadas e executadas com dedicação, grande

parte das mesmas, sem qualquer remuneração, para que o trabalhador, normalmente pobre e sem cultura, fosse uma presa fácil a introdução da ideologia comunista. Ultimamente, observava-se que as atitudes dos comunistas estavam se expandido sobremaneira, tanto na parte interna, como no tocante às ligações com o exterior. A propaganda dos países socialistas, motivado pelo número crescente de pessoas que viajavam para a zona comunista, aumentava e melhorava sensivelmente. Foram ministradas aulas para todos os simpatizantes sobre o “curso básico do comunismo”. Como prova de valor inestimável e que não podem ser refutadas pelos indiciados, temos os relatórios e o depoimento do sr Horst Krischnegg, a gente R-11 da Dops de Porto Alegre, que conseguiu se introduzir no “comitê municipal de Blumenau” e, durante quase dois anos, testemunhou todas as atividades dos comunistas militantes.⁹

Por meio das fontes judiciais, podemos afirmar que o núcleo dos comunistas em Blumenau estava bem estruturado. Na época, Francisco José Pereira, principal líder do grupo, era também secretário executivo do PCB em Santa Catarina. Os documentos probatórios reunidos no IPM atestam a expansão dos contatos entre os comunistas de Blumenau e países de orientação comunista. As correspondências apreendidas nas residências e escritórios dos membros do partido revelam a comunicação com indivíduos de países como União Soviética, Cuba, Alemanha Oriental e China, entre outros.

Segundo o IPM, o núcleo central do grupo comunista de Blumenau tinha origens sociais diversas. Havia dois advogados, Herbert Georg e Francisco José Pereira; Hilton Zimmermann, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e mecânico; Erwin Loerschner, relojoeiro; Edeluí Farias, comerciante; Alfredo Gonçalves, cobrador da Companhia de Energia Elétrica Força e Luz; Manoel de Souza, funcionário da mesma companhia; e Afonso Schirmer, ex-empregado da empresa têxtil Artex.

Outra peça importante do processo judicial para a história do PCB é o conjunto de relatórios sobre as atividades do Comitê do PCB em Blumenau. Esses relatórios foram elaborados por Horst Krischnegg,

⁹ Tribunal Superior Militar. Auditoria da 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina). Processo 251. Volume 1, p. 77-82.

químico e conhecido como agente R-11, da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Porto Alegre. Krischnegg infiltrou-se na célula comunista de Blumenau para espionar as atividades do partido e enviar à DOPS relatórios detalhados sobre os comunistas. Francisco lembra-se vagamente do agente do DOPS.

Apesar de todos os cuidados, houve um caso de infiltração de um espião, esse era um cara que era da polícia, lá em Blumenau ele era químico e trabalhava numa empresa de produção de tinta, se aproximou e também não havia muito exagero, o cuidado não era muito rigoroso nessa época, havia emitido a famosa carteirinha do Prestes, o partido estava na semilegalidade. [...] E aí, não lembro o nome desse rapaz, ele apareceu nos jornais, então ele se portava normalmente, a polícia também era competente. [...] Então esse cara ficou lá, passando informação (Pereira, 2005).

Dentre as ações do PCB relatadas por Krischnegg destacamos a formação da Cooperativa Geral de Consumo. Esta entidade foi idealizada pelo engenheiro Nilton Borges dos Reis (presidente do PSP da cidade), e pretendia fornecer produtos aos trabalhadores cooperados a preços mais satisfatórios, posteriormente ambicionava também construir casas populares. A cooperativa foi lançada em 1º de maio de 1961, dia do trabalhador. Francisco Pereira ocupava o cargo de consultor jurídico da entidade.

Nilton Borges dos Reis, segundo Krischnegg, era também integrante do comitê municipal do PCB no período de formação da cooperativa, numa das reuniões teria com os outros membros do partido teria dito: “Só nós os comunistas mesmos poderemos, com nosso espírito de cooperativismo e amor, levar à vitória a nossa causa – esta cooperativa que representa uma das pedras fundamentais do proletariado blumenauense”.¹⁰

A inserção dos comunistas em partidos políticos legais era comum nesse período. Em Florianópolis, havia dois vereadores comunistas eleitos pelo PSP: Manoel Alves Ribeiro (Mimo) e Genésio Leocádio da

¹⁰ Tribunal Superior Militar. Auditoria da 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina). Processo 251. Volume 1, p. 103

Cunha. Em Blumenau, o comunista Alfredo Gonçalves também era membro do PTB. Nos anos de ilegalidade do PCB, essa era uma prática recorrente, pois, como afirma Gonçalves: “o PTB era a atuação legal, politicamente legal” (Pereira, 2005).

Com o passar do tempo, alguns membros da cooperativa foram tomando conhecimento da filiação ideológica do consultor jurídico da entidade, o advogado Francisco Pereira. Isso causou muitos desentendimentos e a saída de alguns associados, uma vez que Francisco havia sido convidado para o cargo e não eleito, como os demais membros. Um desses associados, presidente do conselho fiscal, era o jornalista Israel Costa, diretor do jornal *A Cidade de Blumenau* e candidato a vereador pela UDN. O argumento de Costa era que a cooperativa havia entrado numa “fase de colapso originado pelas controvérsias a respeito da ideologia que professa o seu consultor jurídico, inclusive por alguns outros elementos que já se identificaram plenamente com a causa vermelha”. A renúncia ao cargo também teria sido motivada pelo fato de Israel Costa ser candidato nas eleições seguintes e, segundo suas palavras, estar obedecendo aos ditames de sua consciência, em razão de seu espírito patriótico e, sobretudo, por ser um democrata convicto.¹¹

Segundo Celso Martins, Francisco Pereira também esteve envolvido em outra situação embaraçosa por causa da cooperativa. Um indivíduo chamado Apolônio Fernandes, que durante algum tempo pertenceu ao PCB e contribuiu para a criação da cooperativa — ocupando o cargo de tesoureiro —, durante o período de crise motivado pela campanha difamatória, “o indivíduo Apolônio Fernandes, sem maiores explicações, pede irrevogável demissão e, [...] foi à polícia caluniar o Dr. Francisco José Pereira e o sr. Erwin Loeschner, queixando-se de que os mesmos tentaram extorquir-lhe dinheiro, que eram fundos da cooperativa” (Martins, 1995, p. 201, 202)

O mesmo Apolônio, na noite de 6 de outubro de 1961, juntamente com outro indivíduo chamado Rufino Gaertner, invadiu o escritório

¹¹ COSTA, Israel. Porque a minha renúncia da “Cooperativa Geral”. **A Cidade de Blumenau**, 25 de julho, 1961, p. 1

do advogado, levando vários documentos e processos trabalhistas contra importantes empresas da cidade, além de cerca de 500 exemplares de uma edição do jornal *Novos Dias*. Segundo Francisco Pereira, depois da prisão, o rapaz acabou confessando que “estava lá em função do frei, da Igreja Católica. Ele era aliado, não sei o que era lá esse rapaz e ele disse isso no depoimento, claro que eu não utilizei, mas o padre soube que eu sabia” (Pereira, 2005).

O combate às ações comunistas na cidade de Blumenau encontrou no clero católico um dos seus principais expoentes, principalmente nos freis Efrem e Brás Reuter, ambos vigários da Paróquia São Paulo Apóstolo. Nos documentos do processo judicial, há várias referências a esses dois sacerdotes.

Uma das testemunhas de acusação no processo, Eustácio Sansão, conta que frequentava as reuniões realizadas no escritório do Dr. Francisco José Pereira, em ligação com o vigário da paróquia, frei Brás Reuter. Segundo o relatório, “o depoente atendeu a uma solicitação do vigário católico de Blumenau, o então frei Brás Reuter, a fim de se infiltrar nos meios comunistas desta cidade, colaborando assim na neutralização da atividade desses elementos”.¹²

Segundo Horst Krischnegg, havia uma campanha por parte do clero contra a Cooperativa Geral de Consumo. Para fazer um “levantamento das acusações feitas pelo clero”, foi realizada uma reunião na sede da cooperativa, no dia 5 de julho de 1961, uma vez que “a cooperativa, nos dias anteriores, foi violentamente atacada pela Igreja de Blumenau”. Segundo Krischnegg, na reunião, Francisco Pereira tomou a palavra e disse que

as acusações feitas são agressões sem fundamento e usam a palavra (comunistas) para incitar o povo a retirar-se da mesma e assim distraí-la, ainda disse que a cooperativa no futuro não venderá comunistas em

¹² Superior Tribunal Militar. Auditoria da 5ª Região Militar. Curitiba. Processo 251. Volume 8.

quilos, nem propaganda ou literatura marxista, mas sim venderá feijão, arroz e outros alimentos básicos ao favor do povo blumenauense”.¹³

Horst Krischnegg ainda informa, em seus relatórios, o envolvimento de frei Efrem em disputas sindicais. Segundo Krischnegg, no mês de agosto de 1961, o comunista “Manoel de Souza iniciou seus trabalhos por ordem do Partido Comunista de Blumenau, para sua candidatura como presidente do Sindicato Hidroelétrico”. Porém, graças ao esforço de frei Efrem e de outras autoridades, Manoel de Souza não conseguiu eleger-se presidente sindical. Sigamos a descrição de Krischnegg: “Após um serviço de máximo esforço feito por autoridades da segurança pública do estado, como também pelo frei Efrem, Dr. Roberto Mattar etc., conseguiu-se a derrota da chapa à presidência do Sindicato dos Hidroelétricos – Manoel de Souza. Os eleitores foram 260; o sr. Erwim Muller foi reeleito com a diferença de 11 votos.”¹⁴

Outra fonte importante para a história do PCB é o próprio jornal editado pelo partido. O jornal *Folha Catarinense* tinha como principais objetivos atingir o público operário e denunciar os abusos cometidos pelos empresários. Segundo Francisco Pereira, “o jornal não tinha uma circulação assim expressiva, era vendido na banca e tudo mais, mas a distribuição era feita nos bairros pelo partido” (Pereira, 2005). No primeiro número do jornal, publicado em novembro de 1963, o editorial anuncia o nascimento de um modesto jornal, com limitações financeiras, mas “dentro do máximo do nosso esforço, um bom jornal”. E prossegue:

Nossas páginas espelharam a luta do povo brasileiro pela emancipação econômica da Pátria e o anseio do catarinense por um efetivo desenvolvimento econômico, que tire Santa Catarina da estagnação, sem energia elétrica, sem estradas e sem novas indústrias.

¹³ Superior Tribunal Militar. Auditoria da 5ª Região Militar. Curitiba. Processo 251. Volume 1. Relatório à DOPS - Porto Alegre. Atividades do PCB em Blumenau - SC. p. 112.

¹⁴ Superior Tribunal Militar. Op. Cit. p. 120, 117

É teu jornal, trabalhador, lavrador, possessor, estudante, homem do povo. As páginas são tuas para a reivindicação, o protesto, a denúncia, e a mobilização.

Seremos uma trincheira no combate aos espoliadores de nossa Pátria, e na luta contra a atual estrutura de nossa sociedade, arcaica e desumana, pugnada pelas Reformas de Base; Reforma Agrária (com alteração da Constituição), Reforma Bancária, Reforma Tributária, Reforma Universitária e Reforma Urbana.

Defenderemos as Liberdades Democráticas contra quaisquer tentativas de implantação de Estados de Exceção, golpes e manobras escusas, úteis somente às forças anti-povo e anti-nação, bem caracterizados hoje num Lacerda e num Ademar.

[...] Aqui estamos leitor, sabes de nossa posição, conheces a nossa definição política. Se concordas conosco dá-nos teu apoio indispensável.

15

O editorial comunista reflete bem o instável contexto político brasileiro da época, marcado pela radicalização das esquerdas e pelo recrudescimento das forças conservadoras. A partir de 1958, com a Declaração de Março, o PCB mudou sua atuação política e tornou-se uma força decisiva na política nacional. O partido “passou a reconhecer a questão democrática e a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo”, ao mesmo tempo em que buscou criar uma ampla frente nacionalista e democrática que deveria lutar contra o imperialismo norte-americano e contra o latifúndio. Essa frente deveria ser composta por diversos setores sociais, desde estudantes, passando pelos militares e incluindo até a burguesia nacional (Segatto, 1995, p. 123-124). O PCB, na conjuntura do golpe de 1964, tornou-se um partido político decisivo — embora na ilegalidade. Naqueles anos, teve importante atuação ao lado do PTB nos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, no movimento estudantil e no movimento dos subalternos das Forças Armadas.

Neste contexto, o editorial da *Folha Catarinense* faz coro às reivindicações nacionais pela emancipação política e econômica, pelas Reformas de Base, pela união dos diversos agentes sociais na luta contra

¹⁵ Nossa apresentação. **Folha Catarinense**. Florianópolis, semana de 21 a 27 de nov. 1963, p. 1.

a “espoliação da pátria” e contra os conspiradores “entreguistas”. Todavia, os comunistas catarinenses procuravam estar atentos também à realidade social e política do Estado. Num dos editoriais do mês de dezembro do mesmo ano, 1963, temos o seguinte título: “É chegada a hora de mudar”. Esse texto é direcionado aos problemas enfrentados pelos trabalhadores do Estado, agravados pela política do governo de Celso Ramos. Segundo o editorial, o governo de Celso Ramos (PSD) “além de manter Santa Catarina estagnada, sem novas indústrias, sem energia elétrica e sem estradas, mostra a sua face de inimigo dos trabalhadores, muitos dos quais, enganados, o elegeram”.

O texto alerta os trabalhadores para que, nas próximas eleições, não votem em seus inimigos de classe, uma vez que o atual governo representava o interesse das classes economicamente dominantes. Tais grupos econômicos “no legislativo e executivo, elaboram e executam as leis contra o povo” e tornam-se “algozes de seus trabalhadores diretos”.¹⁶

A maioria das matérias do jornal *Folha Catarinense* concentrava-se na descrição da situação dos trabalhadores no Estado de Santa Catarina. Todavia, havia colunas sobre política estadual, como a “Galeria do Legislativo Catarinense”, sobre direito trabalhista, intitulada “Orientação Trabalhista”, e também cartas dos leitores, poemas e poesias, reunidos na seção “Canto Literário”.

O advogado Herbert Georg publicou uma série de dez artigos sob o título “Eu vi Berlim”, um relato de viagem à Checoslováquia e à República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), feita pelos comunistas Herbert Georg e Erwin Loeschner. Como o jornal *Folha Catarinense* destinava-se prioritariamente aos operários, não poderia deixar de estar sintonizado com suas demandas e com os abusos praticados pelos patrões da região de Blumenau, ou mesmo do Estado, uma vez que o jornal pretendia ter abrangência estadual.

No âmbito das indústrias, o jornal publicou matérias bastante ácidas, criticando a prática das empresas que, por exemplo, pagavam os

¹⁶ Editorial. **Folha Catarinense**. Ano I, nº 3, semana de 05 a 11 de dezembro de 1963, p. 3

vencimentos referentes às férias somente quando os trabalhadores retornavam ao trabalho. O jornal também tecia severas críticas a empresas que realizavam contratos questionáveis com os trabalhadores, sendo que, em alguns casos, o trabalhador que decidisse rescindi-los deveria pagar multas exorbitantes.

Logo que foi editado, o jornal comunista *Folha Catarinense* encontrou resistência da imprensa católica, indisposta a compartilhar o espaço com um veículo que concorria com sua ideologia. No jornal *Luzeiro Mariano* havia um espaço chamado “Carta à Redação”, onde os “leitores” escreviam cartas questionando a redação sobre os mais diversos assuntos. Sempre na mesma edição, as questões eram respondidas em outro espaço chamado “A Redação Responde”, cujas respostas geralmente eram assinadas por frei Êfrem, um dos responsáveis pelo jornal.

Acompanhemos a edição da primeira quinzena de fevereiro do ano de 1964.

Prezados redatores, há mais ou menos dois meses certos indivíduos começaram a distribuir nas nossas fábricas um jornal, intitulado “Folha Catarinense”. Eu, lendo diversos números do jornal, fiquei em dúvida, se o jornal era comunista ou não. Conversando com alguns companheiros sobre o jornal, uns me disseram que é um jornal democrático, outros declaram abertamente o jornal comunista e que somente quer agitar a classe operária. Se o jornal é realmente comunista, as autoridades deveriam proibir a circulação e principalmente a distribuição entre os operários. Mas gostaria de ouvir a opinião dos senhores sobre o jornal.

17

Tal carta, conforme o jornal, fora escrita por “Um Operário”; jamais saberemos se realmente o foi. O que importa para nossa análise é que, para o “suposto leitor”, havia uma oposição clara e evidente entre a democracia e o comunismo, e que tal jornal deveria ser proibido

¹⁷ Carta à Redação. **Luzeiro Mariano**. Blumenau, ¹a quinzena de Fevereiro de 1964, p. 1.

pelas autoridades, principalmente entre os operários. Afinal, o que poderia ocorrer se os operários fossem contaminados pelas ideias subversivas dos comunistas?

A resposta da redação, na mesma edição, é bastante significativa.

Prezado Operário, antes de o senhor nos ter mandado a sua carta consulta, já tínhamos conhecimento da circulação do jornal “Folha Catarinense”. Quando o primeiro número veio à luz, sabíamos que tinha nascido mais um jornalesco agitador que tem por única finalidade a sublevação da classe operária e a subversão da ordem. O jornal não esconde a sua cor. As manchetes, os títulos de seus artigos, o conteúdo, a sua demagogia, tudo corresponde à cor vermelha do cabeçalho do jornal. Se não conhecêssemos o seu diretor, redator e colaboradores do “Folha Catarinense”, só pela análise do jornal, poderíamos dizer, sem medo de errar que o jornal é comunista e se quiserem também socialista que, no fundo, é a mesma coisa. Sugere o senhor que as autoridades deveriam proibir a circulação e distribuição do jornal entre os operários. A sua sugestão é muito boa, porém, impossível de ser executada. As autoridades já não têm autoridade no nosso país. [...] **Prezado Operário, o Brasil está no fim. A única esperança que nos resta ainda são as Forças Armadas e é com elas que o povo conta nesta hora aflitiva pela qual passa o Brasil.** ¹⁸

E as Forças Armadas não frustraram as expectativas e esperanças da Igreja e dos setores sociais conservadores durante esse período de aflição. Em Blumenau, logo no dia seguinte ao golpe, foram presos os comunistas e todos os indivíduos que lutavam por mudanças profundas na estrutura social. Vejamos como essas prisões políticas repercutiram nas páginas do jornal *Ronda*. O periódico anunciou as prisões como uma “Vigorosa Operação Limpeza” empreendida pelas autoridades de Blumenau. ¹⁹

Foi inequívoca a participação das forças vivas da democracia nos acontecimentos desenrolados no país, e cujos reflexos se fizeram sentir, de

¹⁸ Carta à Redação. **Luzeiro Mariano**. Blumenau, 1^a quinzena de Fevereiro de 1964, p. 6. (grifo meu).

¹⁹ Vigorosa Operação Limpeza empreendem as autoridades de Blumenau. **Ronda Barriga-Verde**. Blumenau 09 abr. 1964, pp. 3, 4.

modo expressivo, nesta cidade. Blumenau, pela sua população, em esmagadora maioria, apoiou a Liberdade e a Ordem. Líderes expressivos das classes democráticas já haviam tomado, de há muito, posição de expectativa e de ação, no caso de um choque que se presumia, e acertadamente, viesse a suceder. Somos agradecidos ao sr. Érico Müller, a quem criticamos como homem público, mas que é inegavelmente um idealista de altos predicados de honradez, e que tem excelentes serviços prestados ao povo. Ao Revmo. Frei Efrem, um sacerdote de combate e ação, que teve papel destacado na organização de grupos de choque, prontos a intervir no primeiro instante em que a luta descesse as ruas. O Dr. Werner é outra figura de proa, também líder de considerável facção democrática, e que pessoalmente tomou parte na captura de comunistas. O Dr. Hécio Reis Fausto, que formou a Liga de Defesa Democrática e que vinha orientando a população, adotando atitude de ação frente ao avanço vermelho. Muitos e muitos outros, também, mereceriam, citação, não fosse a grande lista e nosso espaço pequeno.²⁰

É importante notar o lugar social desses sujeitos envolvidos neste fato histórico. Érico Muller era presidente do diretório regional (ou estadual) do Partido de Representação Popular (PRP) e havia sido candidato pelo mesmo partido ao governo municipal. O PRP foi criado por Plínio Salgado para reagrupar antigos militantes integralistas. Frei Efrem era diretor do periódico católico *Luzeiro Mariano* e da Congregação Mariana; Alfred Wolfgang Werner era industrial e vereador pela UDN; e Hécio Reis Fausto foi um dos oradores na Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

A formação dessa força civil se fez necessária, pois grande parte do contingente militar do 23º RI (Regimento de Infantaria) havia se deslocado para outras regiões “subversivas” do Estado. Um dos contingentes militares foi enviado até Itajaí, pois, segundo informações, a cidade abrigava um forte movimento sindical dos operários estivadores. Já em Criciúma, o movimento era expressivo, a ponto de oferecer resistência e ter, inclusive, ocupado uma rádio local. Cabe ressaltar aqui

²⁰ Vigorosa Operação Limpeza empreendem as autoridades de Blumenau. **Ronda Barriga-Verde**. Blumenau 09 abr. 1964, pp. 3, 4.

o papel destacado que o 23º RI teve na consolidação do golpe no Estado de Santa Catarina. Por esses motivos, os soldados foram recebidos como heróis quando retornaram à cidade.

Passados os momentos de crise, era hora de comemorar ou empreender ações no sentido de legitimar a ação militar. Uma dessas ações foi a chamada “churrascada da vitória da democracia”, que se realizou nas dependências do tradicional Grêmio Esportivo Olímpico. O jornal *A Tribuna* anunciou que a homenagem aos militares contou com a receptividade de aproximadamente 1.300 pessoas. Dentre os ilustres convidados estavam o general Dario Coelho, comandante da 5ª Região Militar, e o governador do Estado, Celso Ramos.²¹

Outra iniciativa que mobilizou a população blumenauense logo nos dias posteriores ao golpe foi a “Campanha Ouro de Blumenau para o Brasil”. A campanha do “Ouro para o bem do Brasil” havia sido lançada em São Paulo pelos *Diários Associados*. Naquele estado, só nas primeiras duas semanas, conseguiu arrecadar 400 quilos de ouro e meio bilhão de cruzeiros.

Em Blumenau, o jornal *A Tribuna* assim convocou a população:

Consumado o golpe certo contra os inimigos da Pátria, contra aqueles que tudo fizeram para nos encaminhar ao nefasto regime comunista, surge agora a grande cruzada que redenção da nação brasileira. Nessa grande cruzada que empolga todos os brasileiros, a preocupação tem sido a recuperação financeira do País. São Paulo deu o grito de alerta, conclamando a ação de todos os patriotas. E Santa Catarina, através de Blumenau, deu de imediato à sua adesão a iniciativa dos paulistas. De imediato também as diversas classes da nossa comunidade, uniram-se e foi lançada a campanha “OURO DE BLUMENAU PARA O BEM DO BRASIL”. [...] Quando redigíamos essa nota mais que 18 milhões de cruzeiros já haviam sido arrecadados e aproximadamente 3 quilos de ouro. Não há dúvida de que a campanha obterá inteiro êxito, demonstrando de que Blumenau mais uma vez está de pé pelo Brasil.²²

²¹ Êxito absoluto alcançou a churrascada da vitória. **A Tribuna**. Ano VI, Nº 286. Blumenau, 18 de maio de 1964, p. 1

²² Ouro de Blumenau para o Brasil. Sucesso absoluto da campanha. **A Tribuna**. Ano VI, Nº 287. Blumenau, 25 de maio de 1964.

Se a imprensa, os setores conservadores da Igreja, os militares e as elites comemoraram o êxito da vitória sobre o comunismo, por outro lado, as prisões dos comunistas alteraram profundamente as trajetórias de suas vidas. Francisco Pereira foi conduzido alguns dias depois do golpe a Florianópolis, onde permaneceu até setembro daquele ano, quando foi transferido juntamente com os outros presos para Curitiba. Em Curitiba, com ajuda do partido, fugiu juntamente com Herbert Georg e logo se dirigiram ao Rio de Janeiro. Posteriormente, Francisco exilou-se na Embaixada da Bolívia, depois seguiu para o Chile, onde viveu por cerca de quatro anos, tendo representado o PCB junto ao Partido Comunista Chileno. Fez pós-graduação em Ciência Política na Bélgica e, logo após, foi convidado para trabalhar em projeto da FAO/ONU (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), primeiro na República Dominicana, depois em Honduras, Equador, México e, posteriormente, na África, como diretor do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Com a Anistia de 1979, voltou ao Brasil em 1980, totalizando quinze anos de exílio.

Herbert Georg, depois de haver pedido asilo na Embaixada da Bolívia juntamente com Francisco Pereira, seguiu para Montevidéu, no Uruguai, onde se encontrou com a esposa, Gertrudes Georg. Do Uruguai, o casal rumou para a Alemanha. No ano de 1969, Georg faleceu acometido por doença cardíaca.

Os outros comunistas permaneceram presos na Prisão Provisória do AHU, em Curitiba, até abril de 1965, quando conseguiram um habeas corpus junto ao Superior Tribunal Militar. Segundo Alfredo Gonçalves, a partir da libertação, o grupo se dispersou; juntamente com Manuel de Souza e Edeluí Farias, ele retornou a Blumenau. Dos outros integrantes, Erwin Loeschner foi para a Alemanha; Afonso Schirmer foi para São Paulo. Manoel de Souza, que trabalhava na Empresa Força e Luz, voltou a Blumenau e foi reintegrado, pois possuía estabilidade. Alfredo Gonçalves foi demitido por justa causa no dia 8 de abril de 1964.

Gonçalves assinala que foi enorme a dificuldade para conseguir trabalho, pois, sabedores de sua história de militância, os empresários

não estavam dispostos a empregá-lo. Com esposa e três filhos, a solução foi tentar a vida em Curitiba, “porque aqui a perseguição era muito grande”.

Em Curitiba, Gonçalves conseguiu emprego e esqueceu que o processo ainda estava tramitando na justiça militar. Numa manhã, ao pegar o *Diário do Paraná*, teve uma surpresa nada agradável: “o meu nome e os dos outros todos na primeira página, tinha sido julgado no quartel-general, do lado onde eu trabalhava, só que eu não sabia”. Gonçalves foi condenado a oito anos de reclusão; Pereira e Georg, a dez, mas estavam asilados. Manuel de Souza já havia morrido, Edeluí Farias também; Afonso Schirmer não foi localizado, o mesmo ocorreu com Hilton Zimmermann, e Erwin Loeschner havia ido embora para a Alemanha.

Em Curitiba, Alfredo Gonçalves procurou seu patrão e expôs a situação, afirmando que era o seu nome que estava no jornal. Gonçalves assinala que seu patrão lhe perguntou o que iria fazer, e Gonçalves respondeu: “Agora, o que eu vou fazer não sei, eu sei o que eu não vou fazer. [...] Eu não vou fugir, eu não sou de fugir e não vou fugir. [...] Vou fazer o quê? Esculhambar tudo de novo, tudo a vida?”.

Os tempos eram difíceis, o partido havia se desestruturado, e a repressão do governo Médici prendia, torturava, assassinava e desaparecia com os presos políticos. Gonçalves viu-se diante de um dilema: fugir ou não? A família, os filhos, falaram mais alto: “refleti que eu não tinha esse direito, tirar eles da escola, [...] eles deviam sofrer muito, eu sempre tive muito amor aos meus filhos e pensei sempre neles e depois em mim”.

Então Gonçalves decidiu se entregar, mesmo sabendo dos riscos que corria. Pegou suas roupas e, ao se apresentar, disse:

Pesa contra minha pessoa uma sentença de oito anos de reclusão, sentença que eu considero injusta, porque eu não devo isso aí, mas como acredito que ainda resta um resquício de justiça nas pessoas que tomaram conta deste país, estou me apresentando para rever. Se eu dever, me prove que eu devo, eu quero pagar. Fiquei oito meses, ganhei de 8 a 0 no Superior Tribunal Militar e aí pronto, fui trabalhar (Gonçalves, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos mostrar que Blumenau, durante os anos iniciais da década de 1960, não estava isolada da efervescência política e social que tomava conta do Brasil. A modernização, o crescimento e a prosperidade material alçaram Blumenau às mais altas posições do progresso econômico. Por outro lado, a presença dos comunistas nas disputas políticas tornou latentes e fez aflorar as contradições sociais presentes na sociedade blumenauense, principalmente nas relações entre trabalhadores e empregadores.

A penetração do PCB no Vale do Itajaí ocorreu no período em que havia uma abertura política para a democracia e para novas ideias de mudança social. Todavia, durante a década de 1960, em matéria política, Blumenau ainda carregava nítidos traços conservadores. A presença da UDN no executivo municipal por quase vinte anos atesta a força política de uma agremiação de tradição e vocação reconhecidamente golpista. A política do PRP na cidade também assinala que os ideais integralistas ainda sobreviviam.

O sentimento de comunidade que prevalecia na cidade, e que se materializava nos discursos da imprensa, acentuava e alimentava a repulsa por sujeitos, projetos e agremiações que representassem a alteridade política. Neste contexto, emerge um discurso que destoava daqueles considerados aceitáveis: o discurso comunista.

A atuação dos membros do PCB na imprensa, nas lutas sindicais, na defesa dos direitos trabalhistas e na criação de entidades beneficentes e mutualistas de trabalhadores alimentava o imaginário político e arrefecia as ações anticomunistas, numa tentativa de minimizar as influências comunistas sobre a “comunidade”.

Pode-se afirmar que, em Blumenau, havia ao mesmo tempo o desejo por mudanças estruturais que trariam equidade social e uma apreensão diante do crescimento e da radicalização das esquerdas, que alimentavam o imaginário anticomunista. Neste sentido, a cidade participava dos anseios e temores vivenciados pelo restante do país, não estando isolada ou imune à efervescência e ao processo político pelo qual passava a nação.

No desfecho da radicalização das esquerdas e do recrudescimento das forças conservadoras, ocorreu o golpe civil-militar de 1964. O golpe de Estado foi desferido em nome de uma suposta ameaça à democracia, alimentada por uma paranoica campanha anticomunista. Para os diversos sujeitos envolvidos nas lutas sociais daquele contexto, o golpe significou uma ruptura e uma dura derrota naquele momento.

De maneira autoritária, sindicalistas, estudantes, professores e políticos foram mandados para o exílio; aqueles que tentaram resistir ainda carregam no próprio corpo as marcas da repressão. Sonhos, ideias e utopias foram detidos nos porões da ditadura. Em Blumenau, os comunistas foram presos, e suas trajetórias pessoais foram alteradas pela repressão que se abateu não apenas sobre eles, mas sobre todos os que tinham qualquer relação com movimentos de transformações sociais mais profundas.

Que os fragmentos, pistas e indícios apresentados neste enredo narrativo possam contribuir para a construção da história do PCB em Blumenau, sempre aberta a novas descobertas e na certeza de que a narrativa exaustiva já não é mais uma perseguição do historiador de nossos tempos.

Pois, como ensina Paul Veyne, é preciso assumir nossa parcialidade e esquecer a quimera da totalidade. Afinal, “[...] a História é senão respondida a nossas indagações, porque não se pode materialmente fazer todas as perguntas, descrever todo o porvir e, porque o progresso do questionário histórico se coloca no tempo e é tão lento quanto o progresso de qualquer ciência, sim, a história é subjetiva, pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre”. Daí Veyne comparar a história a um caleidoscópio, pois nunca poderemos ver todas as faces de um objeto ao mesmo tempo. A observação do objeto está condicionada à subjetividade do observador; ainda que façamos conexões entre documentos, vestígios e indícios, a história sempre poderia ser escrita de outra forma (Veyne, 1982, p. 30).

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS

GONÇALVES, Alfredo. Depoimento concedido ao autor. Blumenau, 13 de agosto de 2008.

PEREIRA, Francisco José. Depoimento concedido ao autor. Florianópolis, 08 de maio, 2005.

A NAÇÃO. Coleção de periódicos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

A TRIBUNA. Coleção de periódicos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

CIDADE DE BLUMENAU. Coleção de periódicos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

FOLHA CATARINENSE. Coleção de periódicos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

LUZEIRO MARIANO. Coleção de periódicos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

RONDA BARRIGA-VERDE. Coleção de periódicos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

TRIBUNAL SUPERIOR MILITAR. Auditoria da 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina). Processo 251.

BIBLIOGRAFIA

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: AlfaOmega, 1980.

CAREZIA, Roberto Marcelo. Blumenau e a modernização urbana: alterando costumes (1940-1960). In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Meri (orgs.). **Visões do Vale**: perspectivas historiográficas recentes. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FABRICIO, Edison Lucas. **A produção do espectro comunista**: imprensa, política e catolicismo (Blumenau 1960-1964). 2011. 173f. Dissertação Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. in: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão**: outros usos e outros produtos do labor humano. 1998. 207f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

GRINBERG, Keila. Processos Criminais. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Celso. **Os comunas**: Álvaro Ventura e o PCB catari-nense. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos His-tóricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Manoel Alves. **Caminho**. Edição do autor, Florianópolis 1990.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e Revolução**. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SIMÃO, Vilma Margarete. “Da hegemonia passiva à hegemonia ativa”. In: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos Antonio; TOMIO, Fa-bricio Ricardo de Limas. (Orgs). **Nosso passado (in) comum**: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

SPENGLER, Willian. O santo guerreiro versus o grande dragão da maldade – A “cruzada” anticomunista desenvolvida pela imprensa jornalística na região de Blumenau – 1960-1965. **Blumenau em Cadernos**, tomo XLVIII, n. 09/10, p. 20-54, 2007.

TORRES, Mateus Gamba. “**A justiça nem ao diabo se há de ne-gar**”: a repressão aos membros do partido comunista brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). 2009. 188f. Dissertação. Mes-trado em História. Universidade Estadual de Santa Catarina. Floria-nópolis, 2009.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora da UnB, 1982.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **História do PCB em Santa Catarina**: da sua gênese à Operação Barriga Verde – 1922 a 1975. 1994. 133f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

Antigos militantes entram em cena: o retorno de comunistas exilados à cidade de Florianópolis em 1979

Hudson Campos Neves

Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente leciona na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Contato: HUDSONCN.HISTORIA@GMAIL.COM



Este capítulo¹ tem por objetivo refletir a respeito da trajetória de dois militantes comunistas que estiveram exilados em Paris na segunda metade dos anos 1970, bem como questões suscitadas no contexto de seu retorno, após a Lei da Anistia, em 1979, entre os comunistas que atuavam na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina.

Foram mobilizados para este trabalho os depoimentos de pessoas que encontraram em organizações partidárias de oposição à ditadura militar (1964-1985) um espaço privilegiado para suas atividades políticas, em diferentes períodos da história recente.² De maneira que cada mudança de postura do governo com relação aos partidos afetava a forma como se dava a atuação política desses sujeitos. Portanto, a forma como os governos militares lidavam com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuava clandestinamente, também os afetava.

Houve períodos de menor repressão, quando os militantes comunistas conseguiam desenvolver algumas atividades e tentavam organizar o partido, buscando novos membros. Assim como houve também momentos mais difíceis, como o período que se seguiu imediatamente ao golpe de 1964 e, em particular, os anos de 1974 e 1975. O Comitê Central (CC) do PCB a partir desta última onda repressiva teve que operar do exílio, só retornando no ano de 1979. Esses militantes possuem em sua trajetória um histórico de adaptações a diferentes contextos. Essa capacidade de se amoldar a diferentes conjunturas, sem perder a intenção de atuar na oposição, era uma forma de manter viva a possibilidade de prosseguir com a militância.

¹ Este trabalho é parte da tese “Militantes e espaços de militância política em Santa Catarina durante a ditadura militar: o engajamento de comunistas no Movimento Democrático Brasileiro (1964-1985)”, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC.

² Neste artigo foram utilizados os depoimentos de Vilson Rosalino da Silveira e Gerônimo Wanderley Machado, que viveram em Paris entre os anos de 1975 e 1979, bem como o depoimento de Nildo José Martins, militante comunista que atuava no movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na época em que foi aprovada a Lei da Anistia. A coleta dos depoimentos orais ocorreu após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da UDESC, com parecer sob o número 3.560.713.

Posteriormente, no início dos anos 1980, viveu-se um momento de grande movimentação na arena político-partidária, um período de realinhamentos no Brasil. Os membros das legendas que atuaram em quase todo o período do regime militar, notadamente o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposicionista, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), reorganizaram-se. A grande maioria alinhou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que procurou manter sem êxito completo a base política anterior, e ao Partido Democrático Social (PDS), novo nome do partido de sustentação do regime autoritário. Diferentes abordagens sugerem que a proposta de extinguir MDB e ARENA obedeceu a uma lógica articulada pelo general Golbery do Couto e Silva, um dos principais estrategistas do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), e que continuava influente no governo de João Figueiredo (1979-1985). Golbery ocupou, em ambos os governos, o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. A ideia de se permitir a organização de novas legendas almejava fragmentar o bloco parlamentar oposicionista, que atuava no MDB. Era do conhecimento de Golbery que no MDB havia grupos distintos, que atuavam no mesmo partido por força da legislação da época. Era plausível imaginar que, na possibilidade de se organizarem novas legendas, os diferentes grupos que atuavam no MDB se dividissem em novos partidos (Motta, 2021; Silva, 2017; Napolitano, 2014a; Skidmore, 1988; Kinzo, 1988).

Nas eleições ocorridas na década de 1970, especialmente as de 1974 e 1978, consolidou-se a ideia de que o voto – em particular o voto de áreas mais urbanizadas, com maior concentração populacional – estava sendo influenciado por uma lógica plebiscitária com relação ao desempenho e à legitimidade do regime militar. Tal percepção ficava mais nítida em eleições majoritárias, embora ao longo do período fosse notável o crescimento da oposição nas eleições também para a Câmara dos Deputados. No final da década de 1970, fez-se necessário – por parte do núcleo dirigente do regime – alguma ação no sentido de não perder o controle do processo de abertura. Foi fundamental, neste caso, a aprovação de uma Lei da Anistia pelo governo Figueiredo, o que permitiria o retorno dos exilados e libertaria os presos por

delito de opinião, ao mesmo tempo em que isentou de qualquer possibilidade de investigação ou punição os perpetradores de violações e violências políticas cometidas em nome da ditadura. Logo na sequência, a reforma partidária extinguiu os únicos partidos até então legalizados e tornou flexível a organização de novos partidos. Com a possibilidade de se criar novos partidos, num contexto em que grandes lideranças políticas estavam voltando do exílio, é lícito supor que havia a possibilidade de que a oposição se dividisse em novas agremiações, ao invés de se manter em uma única legenda. É assim que é possível inscrever a anistia e a reforma partidária sob o ponto de vista do governo. A ideia seria fragmentar a oposição em um campo de forças antagônicas, ao passo em que os apoiadores do governo se mantivessem unidos no PDS.

O governo Figueiredo inicialmente implementou medidas liberalizantes, como desenvolvimento da estratégia da distensão, iniciada no governo Geisel, e de sua anunciada abertura. Por outro lado, seriam necessários bons resultados nas eleições que estavam previstas, caso contrário a sucessão de Figueiredo poderia sair do roteiro institucional arranjado pelo governo, abrindo um período de incertezas políticas.

Além dos dois principais partidos do período, mencionados acima, que possuíam as maiores estruturas e capilaridade em grande parte do território nacional, novos partidos também foram organizados. O Partido Popular (PP), legenda organizada pelo político mineiro Tancredo Neves, o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo metalúrgico e dirigente sindical Luiz Inácio Lula da Silva, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), dirigido por Ivete Vargas, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo trabalhista Leonel Brizola. No entanto, os partidos comunistas não estavam contemplados pela aprovação da nova legislação partidária, a Lei 6.767. Dessa forma, e seguindo as orientações decididas por suas instâncias superiores, os comunistas mantiveram seu interesse em atuar no reorganizado PMDB.

Porém, a Lei da Anistia trouxe, junto com os militantes que retornaram ao Brasil, um conjunto de divergências. Os militantes que passaram anos no exterior retornavam para o Brasil com ideias novas, que em muitos casos iriam se chocar com a leitura que aqueles militantes

que permaneceram no Brasil tinham da realidade e do papel do partido como instrumento de mudança. Isso influenciava diretamente nas táticas do partido. Neste sentido, Nildo Martins recorda de um fato bastante relevante para a época:

[...] Lembro que a gente, em 1979, que o Prestes veio, fomos receber o Prestes. Houve uma divergência interna. O Prestes vinha com aquela escola – isso avaliação minha – do Partido Comunista, como partido revolucionário, partido do confronto, intentona. Ele era militar. Ele vinha daquela tradição do Partido, de resistência, de tomar o poder. E o Partido estava se organizando como um partido do campo democrático. Que a nossa via nunca foi luta armada, não defendia a luta armada, tinha que organizar no voto, na consciência política, na organização das massas. Esses eram as divergências. Essa era uma polêmica muito grande. Teve gente que aderiu a luta armada, essas coisas. Então surgiu um grupo dos prestistas, aqui, me lembro, o Geraldo Barbosa, era uma disputa... o Geraldo era simpatizante ao Prestes, havia uma divergência interna. Mas a gente discutia muito, mas a importância de manter o partido unido. Mas havia divergência. Por exemplo, o Cirineu Martins achava que “o partido não tinha que se legalizar coisa alguma”. E tinha o pessoal da universidade “não, mas o partido tem que atuar. Não tá na pauta agora a luta armada, nós temos que atuar no processo democrático”.³

Levando-se em consideração que se trata de um ponto de vista de um militante que tinha entrado para o partido na segunda metade da década de 1970, é interessante observar que a ideia de organização partidária expressa no testemunho é a de “um partido do campo democrático”, rechaçando a ideia de tomada insurrecional do poder, de partido revolucionário. Nildo Martins foi “alfabetizado” politicamente em um período da história do PCB em que prevaleciam algumas das teses definidas no VI Congresso do partido (1967). Outro ponto importante foi a menção à figura de Luís Carlos Prestes. Ele foi dirigente do PCB de 1943 até o período em que retornou para o país, posteriormente à Lei da Anistia.

³ Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

José Antônio Segatto (1981) observa que no período imediatamente pós-1979 muitas divergências estavam em andamento no PCB. Tais divergências não se resumiam à figura de Prestes, mas envolviam toda a direção do partido, que também esteve no exílio e retornou ao país naquela conjuntura. No entanto, o principal dos desentendimentos partiu de Prestes e alguns dirigentes, que naquele momento assumiram uma postura crítica contra o CC. O confronto teria partido de Prestes, que publicou um documento, em março de 1980, chamado “Carta aos Comunistas”, no qual criticava duramente o CC. Mas, no entendimento de Segatto (1981), o dirigente do partido não propunha claramente quais mudanças na linha do partido entendia como adequadas para o momento histórico. Prestes compreendia que a maneira como PCB vinha atuando impedia que o partido exercesse um papel de vanguarda, e que estava em crise. Por outro lado, a direita estaria a se aproveitar disso para transformar o PCB em um partido reformista, desprovido de seu conteúdo revolucionário. Portanto, para o dirigente, tal linha política estaria ultrapassada. Segundo Segatto (1981, p. 109):

Prestes propõe uma frente cujo programa tenha por objetivo ‘a liquidação do poder dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio, e que isso só será conseguido com a formação de um bloco de forças antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias, capaz de assumir o poder e dar início a essas transformações’.

O Comitê Central, ainda segundo Segatto, respondeu ao documento elaborado por Prestes, a partir da linha política adotada pelo partido em seu VI Congresso. Em síntese: a resposta do CC afirmava que a prioridade era a luta contra a ditadura, para superá-la e conseguir as liberdades democráticas. E que tais questões tinham nexos com os objetivos revolucionários, e abririam caminho para o socialismo. O foco da luta estaria nos interesses econômicos imediatos da massa, e que defender as liberdades democráticas era fundamental, justamente para que a classe operária pudesse organizar-se. Nesta resposta, a resolução política adotada em 1967 é defendida. Segue trecho do documento elaborado pelo Comitê Central, a partir de Segatto (1981, p. 109):

[...] O PCB em seu VI Congresso apresentou a alternativa da luta imediata pela derrota da ditadura e pela conquista de um regime de liberdades democráticas, como necessária à etapa da liquidação, diante dos domínios dos monopólios e do latifúndio, abrindo-se caminho ao socialismo. E indicou, para isso, a estrada da ação das grandes massas, especialmente da classe operária, da unidade de todas as forças políticas e oposicionistas e com o uso de todas as formas legais de luta, inclusive as eleições [...]

Por fim, o CC compreendia que a linha de 1967 continuava válida. Teria obtido bons resultados e, justamente por isso, Prestes podia, em seu retorno, falar com liberdade por meio da grande imprensa. O que se pode compreender a partir de Segatto (1981) é que Prestes se negou a comparecer à reunião do CC do partido para debater suas divergências. Aparentemente, isso teria ocorrido algumas vezes, de forma que o cargo de Secretário-Geral do partido (até então ocupado por Prestes) foi tornado vago. Para assumir o lugar de Prestes como Secretário-Geral do PCB, Giocondo Dias foi eleito pelos dirigentes membros do CC, tendo se mantido no cargo até o ano da legalização do PCB, 1985, assumindo a liderança da organização. Foi substituído em 1987 por Salomão Malina, que dirigiu o partido até 1991, quando Roberto Freire o substituiu até o ano seguinte, quando da mudança de nome da legenda para Partido Popular Socialista (PPS). O afastamento de Luís Carlos Prestes significou uma grande dissidência no partido. Alguns militantes passaram a seguir o antigo dirigente do PCB, sendo chamados daquele momento em diante de “prestistas”, um grupo independente que posteriormente viria a se organizar em diferentes organizações, como “Coletivo Gregório Bezerra” ou o “Polo Comunista Luís Carlos Prestes”. Em Santa Catarina, os “prestistas” atuaram nas eleições de 1982, quando não apoiaram os candidatos apoiados pelo PCB na disputa por uma cadeira pela Câmara Municipal de Florianópolis, como Sérgio Grandu ou Adolfo Dias. Na ocasião, se aliaram a outros coletivos e organizações sociais para apoiar a candidatura de Clair Castilhos.

Importante considerar, também, para compreender melhor as divergências ocorridas no PCB, e que se aprofundaram a partir da Lei da Anistia, a situação dos exilados que viviam na França. Afinal, dois dos

depoentes, conforme mencionado anteriormente, passaram alguns anos vivendo naquele país. Vilson Rosalino contou que, quando esteve no exílio, estudou Economia Política na Universidade de Paris VIII e trabalhou como engenheiro eletricista na *Électricité de France* (EDF), a maior companhia de energia elétrica francesa, então uma empresa estatal. Rosalino trabalhava na condição de exilado estrangeiro e recebia uma bolsa que lhe permitia viver “nos padrões de estudante, mais ou menos bem”:

Conheci muita gente que estava ligada ao PCB, que depois se afastou um pouco do PCB. Na época, Leandro Konder, era uma bela figura. Carlos Nelson Coutinho, Aloísio Nunes, esse que foi pro PSDB e fez uma carreira. Tinha uma boa relação pessoal com ele porque ele trabalhou muito tempo na empresa. Tínhamos trocado as férias pra tocar a vida. O Luiz Hidelbrando que era um biólogo muito competente, ele foi expulso da USP e trabalhava no Instituto Pasteur, na França que, portanto, era no meio científico muito respeitado, no meio acadêmico. Enfim, acho que no exílio as figuras mais conhecidas eram essas quatro [...].⁴

Segundo o depoente relata, ele conviveu com diversos nomes ligados à intelectualidade do PCB durante os anos em que morou na França. Após seu retorno do exílio em Paris, Rosalino desempenhou um importante papel no que diz respeito à consecução dos objetivos de seu partido na cidade de Florianópolis. Certamente que seu aprendizado no exterior contribuiu para sua atuação política na capital catarinense ao longo de toda a década de 1980.

Napolitano (2014b) observa que havia uma importante comunidade de brasileiros exilados na França, mais especificamente na cidade de Paris, ao longo dos anos 1960 e 1970. Entre 1964 e 1979, o número de exilados brasileiros na capital francesa variou entre mil e duas mil pessoas. De maneira geral, havia dois ramos da esquerda brasileira naquele país. De um lado havia um bloco formado pelos militantes do PCB e outros grupos de esquerda que tinham em comum o

⁴ Depoimento concedido por Vilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

fato de serem críticos à luta armada. Este grupo tinha, em geral, o apoio do Partido Comunista Francês. De outro lado, diversos grupos de esquerda que ainda acreditavam em uma ruptura por meio de ações armadas para derrubar a ditadura. Esses grupos de brasileiros desenvolveram uma militância naquele país, nesse caso, sem a participação de partidos franceses e de outros militantes latino-americanos (Napolitano, 2014b). Sobre as atividades desenvolvidas em Paris, em um primeiro momento, houve uma fase de denúncia entre os anos de 1968 e 1971, em que se desenvolveu uma campanha contra as torturas e assassinatos de militantes, cometidos pela ditadura. Posteriormente, iniciou-se uma campanha a favor da Anistia, em 1975. A partir do ano de 1977 passaram a prevalecer entre esses grupos a temática da Anistia e as análises da conjuntura política.

Cabe observarmos um trecho do testemunho de Gerônimo Machado que traz alguns elementos do cotidiano da militância brasileira em Paris:

[...] Na casa do Brasil, em Paris, eu fui presidente do comitê de moradores e lá nós fizemos uma biblioteca, tínhamos uma cafeteria e arranjávamos dinheiro para financiar a atividade política, a biblioteca, um cine clube. Fizemos um cine clube que só passava filmes de esquerda, Eisenstein e filmes da Rússia, *A Greve*, *Encouraçado Potemkin*, filmes dos Palestinos, do Yemen democrático, dos democratas do mundo todo, do México, da Argentina, do Chile, de Sanjines, da Bolívia etc... Participei de muito barulho, em Paris. Muito barulho eu fiz. Quando o Geisel passou por lá, em 1976, nós pintamos o bordão contra esse cara. Era o ditador brasileiro e era 1976. Eu já estava lá há dois anos, dois anos e pouco. Já era bem articulado. Conhecia muita gente, a juventude comunista de Paris e da França...⁵

A visita de Geisel a Paris aconteceu em 27 de abril de 1976. Sobressaem na narrativa do depoente o local de moradia e as atividades em grupo. Entre os títulos mencionados do Cine Clube, questões políticas, debates, formação e atividades de rua. O relato sugere uma militância

⁵ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

ativa, ainda que no exterior. O período de exílio aparentemente significou uma importante aquisição de experiências por parte desses militantes.

Rosalino, por sua vez, trouxe elementos sobre a organização do PCB. Quando perguntado se os militantes se encontravam para estudar no período em que estiveram exilados em Paris, respondeu o seguinte:

Sim, lá em Paris nós tínhamos a base do PCB. E, essa base do PCB tinha algumas células, enfim, núcleos que se reuniam pra estudar, que se reuniam pra programar atividades políticas quando fosse possível. Na época, na França, era muito importante a militância em busca de solidariedade aos comunistas e aos exilados brasileiros, enfim, à oposição brasileira. Tanto no exílio quanto dentro do país. E em que sentido essa solidariedade? Em alguns casos chegava mesmo ao ponto de ajuda material pra o uso dos que precisavam. Mas era principalmente político no sentido de tentar fazer repercutir na imprensa francesa notícias do Brasil e que denunciassem a ditadura. Esse era mais ou menos o trabalho que se fazia.⁶

Por um lado, percebemos a formação de uma rede de solidariedade, mas de outro, a construção de uma estrutura voltada para a formação e a ação militante. Importante considerar que desde as operações repressivas contra os comunistas ocorridas no Brasil em 1975, que o CC do PCB estava no exílio. Se pensarmos só nos dirigentes do CC, podemos considerar que estes viveram na França por ao menos quatro anos. Havia uma parte importante do CC que esteve em Paris, porém, outra parte dos dirigentes, sob a influência do então secretário-geral, Luís Carlos Prestes, esteve exilada em Moscou.

Napolitano (2014b, p. 48-49) também salienta que, mesmo com a presença da “esquerda armada”, avessa aos “reformistas do partidão”, o grupo mais organizado no exílio em Paris era o PCB. Havia um tensionamento entre esses dois grandes grupos de exilados brasileiros. A “esquerda armada” se autodenominava “revolucionária” e se referia

⁶ Depoimento concedido por Vilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

aos pecebistas como “reformistas”. De outra parte, os pecebistas se referiam aos remanescentes da “esquerda armada” como “porra loucas” e os consideravam sectários. Acreditavam que não havia capacidade de compreensão da realidade por parte daquele grupo, e por isso não conseguiam perceber que havia uma necessidade de se fazer alianças para derrotar a ditadura.

Refletindo a respeito da atuação dos pecebistas, Napolitano (2014b, p. 48) explica:

o núcleo pecebista parisiense era capitaneado por Armênio Guedes, Zuleika Alambert, Luis Hildebrando e Ivan Alves, entre outros [...] Em outros países da Europa ocidental, jovens intelectuais ligados ao Partido alimentavam os debates intelectuais que dividiam os brasileiros de Paris: Carlos Nelson Coutinho (Itália), Leandro Konder, Milton Temer e Roberto Morena (Alemanha). Esses núcleos de exilados constituíam redes de debate, pautado pela redefinição de estratégias políticas e pelo exame da “realidade brasileira”, publicando revistas como *Études Bre-siliennes* (França) ou *Informações* (Alemanha Oriental).

Napolitano chama a atenção para o fato de que os intelectuais que atuavam no exílio, embora mantivessem vínculos com o partido, tinham certa autonomia. Muito provavelmente por isso, eles tomaram conhecimento de debates que estavam acontecendo no movimento comunista internacional e fizeram formulações importantes. Eles passaram a exercer uma influência nesse “núcleo” parisiense do PCB, o que aprofundará as divergências entre a fração renovadora do CC com a ala moscovita, liderada por Prestes.⁷ Ao longo do processo, conforme já foi mencionado, a derrota de Prestes no debate interno não abriu

⁷ Napolitano (2014b, p. 45) afirma que “a corrente ‘renovadora’, muitas vezes chamada de ‘Eurocomunista’ era liderada por Armênio Guedes [...], e integrada por Luiz Werneck Vianna, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Aloysio Nunes Ferreira, entre outros. Sob influência de Gramsci, tentaram redimensionar o papel do Partido Comunista Brasileiro na redemocratização, desvinculando a democracia política do capitalismo, aceitando-a como “valor universal”. Além de defender alianças políticas amplas, defendia uma renovação teórica (criticando o etapismo e o economicismo) e maior participação da militância nas decisões do partido”.

caminho para os renovadores, mas para uma ala mais pragmática, liderada por Giocondo Dias.

De todo modo, Rosalino e Machado serão figuras com proeminência entre os pecebistas de Florianópolis nos anos de 1980, e eles foram influenciados por esses intelectuais, bem como os debates nos quais estavam inseridos o núcleo ocidental do CC do PCB. Vejamos outro trecho do depoimento concedido por Rosalino, no qual delineia algumas das influências recebidas durante o exílio:

[...] Principalmente porque Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho que eram intelectuais no núcleo francês do partido, de proeminência, eles já eram francamente simpatizantes, enfim, das teses defendidas pelo PCI e pelo Partido Comunista Espanhol, o francês veio um pouquinho refratário aí, mas principalmente o italiano. Então, eles eram muito alinhados e já preconizavam, já defendiam no partido. Tanto que a tese, aparentemente – hoje banal – mas que na época foi revolucionária, a tese de que “democracia como valor universal” no meio dos comunistas, como assim a democracia do “proletariado não vale mais nada?” Não, não vale mais não. Tem que lutar primeiro por democracia e depois o resto a gente vê. Quer dizer, então isso foi Leandro Konder e Carlos Nelson que disseram pro núcleo do partido em Paris e que pela importância que tinha aquela base acabou ganhando boa parte do partido, até os congressos aqui dentro que depois mudaram bastante o modo de ver o processo político no Brasil, de implementar política no Brasil.⁸

Pelo depoimento, o posicionamento que priorizava a democracia política teria chegado aos comunistas exilados por meio de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. No entanto, Napolitano (2014b) observa que a guinada democrática do PCB não recebeu influência direta do chamado eurocomunismo. O referido pesquisador percebe que o posicionamento foi tributário de posições defendidas pela “corrente renovadora”, que tinha por referência a figura de Armênio Guedes, e

⁸ Depoimento concedido por Vilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

que já em 1970 tinha publicado elaborações neste sentido.⁹ Mas, ainda que a influência eurocomunista não tenha sido a causa da guinada democrática do “partidão”, ela certamente pode ter contribuído com novas elaborações e novos argumentos (Napolitano, 2014b).

A partir do trabalho do historiador Marco Mondaini (2011) podemos conhecer os contornos do projeto eurocomunista, para melhor sopesar as influências recebidas, especialmente pela figura de Wilson Rosalino durante os anos em que esteve na França, convivendo com a comunidade de exilados brasileiros. O autor argumenta que o chamado eurocomunismo foi um conjunto de elaborações teóricas surgidas em meados da década de 1970 e compartilhada pelos partidos comunistas da Itália, da Espanha e da França. O pesquisador tomou como referência os encontros realizados pelos dirigentes destes três partidos, e depois analisou pronunciamentos de seus dirigentes em outras ocasiões para, além de buscar uma genealogia dessas ideias, compreender quais eram suas proposições (Mondaini, 2011).

Um primeiro elemento a se considerar é que esses três partidos comunistas, italiano, espanhol e francês, atuavam em países de capitalismo avançado, que especialmente no pós-guerra vinham obtendo bons níveis de crescimento econômico. Suas classes trabalhadoras tinham direito à greve, havia liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Havia democracias políticas consolidadas nesses territórios. A disputa política em países como esses era muito diferente das que

⁹ Segundo Anita Leocádia Prestes, em março de 1970, o Comitê Estadual (CE) do PCB da Guanabara lançou um documento que pode ser considerado como o início da atuação dos renovadores dentro do partido. Esta corrente tem na luta pela democracia política o centro de sua atuação, considerando-a o caminho para o socialismo. A autora sublinha que com este documento, deixava-se de lado a estratégia revolucionária do partido, passando a ter como prioridades o enfrentamento a ditadura e a formação de uma frente antiditatorial. Não tardou para que as teses dos renovadores aparecessem em documentos do CC do PCB. O movimento renovador foi desarticulado pela repressão, tendo Arminio Guedes sido obrigado a ir sair do país. A partir desse momento, o CE de São Paulo se tornaria o centro da atuação dos renovadores. Fonte: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/11/17/centenario-do-pcb-os-autodenominados-renovadores-dos-anos-1970-e-1980/> Acesso em: 12 jun 2023.

eram travadas em países do “terceiro mundo”, em especial daqueles que, como o Brasil, passavam pela dura experiência de uma ditadura militar.

Por outro lado, é importante considerar também que havia a leitura de que uma revolução como a ocorrida na Rússia, em outubro de 1917, não poderia ser transposta para esses países. Dessa forma, partia-se de outro pressuposto, uma vez que não se vislumbrava a possibilidade de ruptura com aquele sistema político e econômico, propunha-se uma atuação que resultasse em uma transição pacífica para o socialismo. Uma espécie de longa marcha institucional até que se conseguisse conquistar a hegemonia dos partidos e demais instrumentos das classes trabalhadoras, considerando as oscilações inerentes à disputa institucional, suas derrotas e vitórias. De todo modo, para partir de uma avaliação como essa, muito centrada nas particularidades de cada país, era necessário obter maior autonomia diante do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), pois somente assim seria possível o desenvolvimento de uma linha política própria. De outro lado também afirmavam a necessidade de manter a autonomia diante também dos Estados Unidos.

Tal proposição partia do pressuposto de que os defensores da postura eurocomunista atuavam sob democracias políticas consolidadas. Além disso, o socialismo não poderia abrir mão do legado deixado pelas revoluções burguesas. Então, essa leitura considerava fundamental a defesa das liberdades políticas e que o socialismo seria seu estágio superior, nascido a partir de seu aperfeiçoamento. Entre as liberdades defendidas estão:

[...] liberdade de pensamento e expressão, de imprensa, de reunião e associação, de manifestação, para a livre circulação de pessoas no interior e no exterior, a inviolabilidade da vida privada, as liberdades religiosas, a total liberdade de expressão das correntes e de toda opinião filosófica, cultural e artística. (Mondaini, 2011, p. 281)

Um aspecto fundamental dessas constatações é que a questão democrática sofreu um deslocamento e se tornou um princípio, um valor, deixando de ocupar o papel de instrumento tático. Portanto, é uma linha de pensamento político que invertia a ordem dos fatores, o que

implicava em ações muitas vezes distintas e até antagônicas entre atores políticos de um mesmo campo.

Destaque-se que Rosalino, ao conviver com os comunistas exilados, reconhece que foi bastante influenciado por essas discussões a respeito do eurocomunismo:

Bastante, bastante. É porque quando eu cheguei [no Brasil], eu cheguei pensando assim. Porque eu estive em Cuba também, nesse meio tempo, não muito tempo. E toda a leitura que a gente tinha, da informação do que se tinha, do que se passava no leste europeu, das trágicas experiências provocadas, enfim, por partidos que se diziam comunistas, principalmente no Camboja, o Khmer Vermelho, enfim, dizimando a população de modo absolutamente cruel. E tudo isso vindo à tona ficou patente aos meus olhos que se você tem que fazer o socialismo tem que ser com muita liberdade para que se possa discutir e formular os caminhos e quanto mais opinião você tiver, até mesmo antagônica, ela só pode enriquecer o processo. Daí eu cheguei e tive diferenças com os companheiros que ficaram aqui, porque como eles não viveram essa experiência lá fora, não é? Eles eram, a gente brincava às vezes – às vezes brincava e às vezes meio que xingava – “você é muito Stalinista!” – porque essa minha visão já era a de que não havia a possibilidade de você mudar o país e mudar o mudo inteiro, enfim, e buscar caminhos pra humanidade a não ser num quadro de muita liberdade, democracia como valor universal sim e depois o resto a gente conversa. Um pouco por aí.¹⁰

Rosalino teve uma atuação importante na política local ao longo da década de 1980. Participou ativamente da organização do diretório municipal do PMDB de Florianópolis, e foi uma das principais figuras públicas do PCB, a partir do momento em que o partido esteve legalizado, tornando-se o primeiro candidato a prefeito pelo partido, em 1985, e o primeiro vereador eleito pelo partido, na cidade, em 1988.

É interessante observar que Gerônimo Machado, que também foi um dirigente importante do partido na década de 1980, e que conviveu com os exilados comunistas em Paris, quando perguntado a respeito

¹⁰ Depoimento concedido por Wilson Rosalino da Silveira, em 18 de abril de 2019.

de influência eurocomunista verificada no depoimento de Rosalino, desenvolveu um raciocínio a respeito das divergências táticas e estratégicas na política e deu diversos exemplos das inúmeras divisões ocorridas no movimento comunista, situando-se pessoalmente em um campo político distinto:

Eu mesmo, dentro do PCB, tive grandes batalhas na luta interna. Eu combatia muito a visão ou o vício que eu chamava de “eleitoralismo”. Aqueles que eram, enfim, um pouco Grandó, um pouco Wedekin... A visão deles era a transformação via eleitoral. Eu dizia, ora, sem a possibilidade revolucionária, quer dizer... Sem uma visão de partido comunista leninista, que era – grosso modo – em grande medida a minha visão, sem isso a gente não vai caminhar. Então essa luta interna era grande. Ela afeta as lideranças. Isso houve nacionalmente.¹¹

Machado tinha uma visão política distinta daquela de seu camarada de partido, ainda que tivesse, assim como Rosalino, convivido com a comunidade de brasileiros exilados em Paris. É uma distinção interessante que revela a diversidade de posicionamentos e um amadurecimento político por parte dos dois militantes, os quais, ainda que tivessem concepções políticas distintas, caminharam lado a lado durante a transição democrática. Ambos os posicionamentos, o de Rosalino e o de Machado, puderam ainda ser observados por meio do depoimento de Nildo Martins, que foi provocado a respeito dessa questão e disse o seguinte:

[...] O Gerônimo também estive na França e nunca puxou pra essa linha. Gerônimo era mais radical. Mais marxista. Defende a ditadura do proletariado mesmo. Não tem como, como vamos superar o capitalismo? Temos que ter uma democracia popular de massa, um partido de vanguarda, de massa. Ele pensa por aí mesmo. Não vai ser nessa democracia liberal-burguesa que nós vamos..., é muito limitada.¹²

¹¹ Depoimento concedido por Gerônimo Wanderley Machado, em 07 de outubro de 2021.

¹² Depoimento concedido por Nildo José Martins, em 17 de novembro de 2021.

Martins conviveu com os dois militantes mais antigos desde que retornaram ao Brasil. Com Rosalino, a partir de 1979, e com Machado, a partir de 1983. Conviveram e atuaram juntos ao longo de toda a década de 1980. A partir de sua experiência, afirmou: “o Rosalino segue mais um socialismo mais brando”.

REFERÊNCIAS

KINZO, Maria d'alva Gil. **Oposição e autoritarismo:** gênese e trajetória do MDB, 1966-1979. São Paulo: Vértice, 1988.

MONDAINI, Marco. **Do stalinismo à democracia:** Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes:** o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014a.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos avançados**, v. 28, n. 80, p. 41-58, 2014b.

SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB.** São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (O Brasil Republicano, v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 313-357, 2017.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FONTES ORAIS

Gerônimo Wanderley Machado, ex-militante do antigo PCB-SC. Depoimento concedido ao pesquisador em Florianópolis, em 07 de outubro de 2021.

Nildo José Martins, ex-militante do antigo PCB-SC. Depoimento concedido ao pesquisador em Florianópolis, em 17 de novembro de 2021.

Vilson Rosalino da Silveira, ex-militante do antigo PCB-SC. Depoimento concedido ao pesquisador em Florianópolis, em 18 de abril de 2019.

Anarquismo, anarcossindicalismo e o movimento estudantil no Brasil (1977-1989)

Cleber Rudy

Doutor em História Social pela UNICAMP



Diante de um contexto de abertura política¹, realizada no Brasil a partir da década de 1970, e que sinalizava o desgaste e o fim próximo da ditadura civil-militar, novas articulações políticas viriam à tona em meio a um cenário marcado por diversas greves, pelo retorno da liberdade de imprensa, pela Anistia, pela reorganização sindical e partidária. Nestas circunstâncias, de novos anseios políticos por parte de uma sociedade que vivenciou anos de ditadura, “o impacto dos movimentos sociais em 1978 levou à revalorização de práticas sociais” mediante “manifestações de um comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente” (Sader, 1991, p. 26 e 30). Não obstante, tal atmosfera de esperanças revolucionárias também despontaria em iniciativas de teor anarquista.

Desta forma, na primavera de 1977, na região Nordeste, ecoou certo brado anárquico saído das entranhas d’*O Inimigo do Rei*, que, na trilha de *Verbo Encantado* e *Boca do Inferno*, buscava pleitear seu lugar ao sol entre as publicações da imprensa alternativa baiana e brasileira². Por certo, o jornal *O Inimigo do Rei*, lançado em outubro daquele ano, na cidade de Salvador, e que estava sob os cuidados de um grupo de estudantes universitários, sinalizava, com sua singular orientação política, a oxigenação de novas perspectivas na militância libertária, da qual faziam parte demandas da contracultura. Entre as peculiaridades desta retomada da imprensa anarquista, estavam as circunstâncias de se tratar de uma iniciativa equacionada na região Nordeste, a partir de um grupo formado em 1975 e marcado pela confluência entre estudantes universitários e trabalhadores urbanos e rurais. Além disso, “sem reclamar ou alegar sua tradição nos meios sindicais, os trabalhos desta nova imprensa se orientaram por reivindicações, que embora não fossem contraditórias com a teoria anarquista ou princípios anarcossindicalistas, abordavam temas que pouco foram

¹ Esse capítulo é uma versão modificada de uma pesquisa de pós-doutoramento em História do Tempo Presente pela UDESC.

² Sobre tal modalidade de imprensa, é possível identificá-la como “um tipo de jornal tabloide ou revista, de oposição, dos anos 70, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão” (Festa; Silva, 1986, p. 16). Vale destacar que tanto *Verbo Encantado* (1971-1972) quanto *Boca do Inferno* (1976), publicados em Salvador, na Bahia, faziam parte desta imprensa alternativa.

tratados pela velha imprensa anarcossindicalista” (*Barbárie*, 1981, p. 2).

Neste sentido, enquanto consistente veículo de propaganda anarquista que circulou entre as décadas de 1970 e 1980 e possibilitou a formação política de uma geração, o jornal *O Inimigo do Rei* “foi responsável por aglutinar os grupos anarquistas disseminados por todo o país, de igual forma que influenciou na criação de novos grupos. Ademais, proporcionou a esses mesmos grupos a oportunidade de experimentar na prática propostas tão queridas para o anarquismo”, a exemplo da “livre associação, o federalismo, a liberdade de expressão, a autogestão e a não distinção entre trabalho intelectual e manual” (ambas as passagens, Zacouteguy, 2012, p. 97 [tradução nossa]). Deste modo, excetuando o serviço de impressão, tal periódico contava com a participação coletiva nas diversas etapas de decisão, elaboração e distribuição. Aliás, ao promover o rodízio editorial, sua equipe de redação, ao que parece, era escolhida através de sorteio a cada nova edição.

Efetivamente, ao avançar a largos passos da universidade para uma projeção nacional, *O Inimigo do Rei* “funcionou como verdadeiro catalisador, atraindo anarquistas que estavam escondidos, dispersos e silenciados pelos tempos de obscurantismo – além, é claro, de conquistar novos adeptos entre os jovens, que passam a conhecer a ideologia ácrata” (Oliveira, 2018, p. 333).

À vista da repressão que se abateu sobre o movimento operário e estudantil desde o início da ditadura civil-militar, os anarquistas começavam, a partir da década de 1970, a reorganizar seus núcleos de luta, logo voltando suas baterias para a organização dos estudantes e dos trabalhadores, e tendo como pano de fundo, a defesa da autogestão. Assim, ao mesmo tempo que se almejava reconquistar, entre as entidades de classe, um espaço de influência e atuação – que durante a primeira metade do século 20, havia sido indispensável para sua força como movimento social –, também instigava, entre os estudantes, propostas de ação e organização pelo viés libertário, em que o anarquismo se apresentava como uma alternativa às tendências político-ideológicas dos marxistas. Portanto, em 1978, ao abrir o debate sobre a questão da autogestão, *O Inimigo do Rei* (10/1978, p. 17) fazia

as seguintes considerações, “A autogestão se insere aqui, neste momento, pelos próprios problemas acarretados em nosso país no que diz respeito à questão social: as lutas dos trabalhadores pela implantação de uma autonomia sindical desatrelada do controle do Estado”, ou seja, “total liberdade sindical; pela humanização, que se torna, hoje em dia, premente, nas relações e condições de trabalho no campo, nas fábricas e no setor urbano”, ainda como “pelos lutas e manifestações dos intelectuais, estudantes e dos profissionais liberais de uma maneira geral, que procuram novas formas de convivência e organização social”.

É certo que, a partir da década de 1960, a expressão autogestão³, ao se tornar palavra de ordem em sindicatos, partidos, agremiações estudantis e centros de estudos, instigaria discussões alimentadas por perspectiva anarquista promovidas pelos recém-criados núcleos libertários que estavam espalhados por diversas partes do Brasil. Aliás, entre os anarquistas, não faltavam referências à Comuna de Paris, aos Sovietes (Rússia), ao Maio de 68 (França), ou ainda à Colônia Cecília (Brasil), mas sobremaneira à Revolução Espanhola, enquanto experiências que assumiam o papel de notáveis lições ou, melhor dizendo, de “brechas históricas nas quais se rompe com a inércia do estabelecido e anunciam-se formas de organização social” mais “justas e igualitárias” (Suarez, 2016, p. 15).

EM DEFESA DA AUTOGESTÃO

Mas, à medida que, na década de 1980, a questão da autogestão continuava a ganhar fermento em distintas rodas de discussões, o anarquista francês Maurice Joyeux – figura atuante no Maio de 68 –

³ Apesar de certo corpo teórico acerca das “possibilidades de autonomia e distribuição da riqueza produzida pelos trabalhadores organizados” estar presente nos escritos de pensadores libertários como Pierre-Joseph Proudhon (mutualismo), Mikhail Bakunin (coletivismo) e Piotr Kropotkin (comunismo), o uso da palavra autogestão na linguagem política ocorreu tão somente a partir da década de 1960, para designar uma experiência econômica diferenciada desenvolvida enquanto ruptura com o stalinismo e levada a cabo na Iugoslávia de Tito (cf. Silveira, 2011, p. 1-24; Almeida, 1983, p. 37-57).

chamava a atenção para o fato de que: “confunde-se, erroneamente, a autogestão como modo de organização do trabalho com os princípios que regem a repartição dos lucros, a autogestão e o socialismo”; assim, sem causar rupturas revolucionárias, “a autogestão de uma sociedade hierárquica onde se continua a realizar lucros apresenta interesse, pois ela associa o pessoal à gestão de uma economia de classes e, conseqüentemente, eterniza o sistema” (ambas as passagens, Joyeux, 1992, p. 69). Diante disso, uma interpelação se faz necessária. Quais proposições políticas alimentavam a autogestão defendida pelos anarquistas? Segundo os preceitos de uma economia socialista libertária, trata-se da gestão por todos aqueles que participam do processo de produção e distribuição, suprimindo-se hierarquias e classes (Joyeux, 1992, p. 69).

Em meio a isto, as iniciativas libertárias em torno de reflexões sobre a autogestão, contavam com a Editora Novos Tempos, que traria a público o livro *Proudhon: pluralismo e autogestão*, do sociólogo francês Jean Bancal, fundador da Société Pierre-Joseph Proudhon e da revista *Autogestions*. A propósito, no final de 1984, enquanto evento de lançamento desta obra, Jean Bancal marcava presença em diversas cidades brasileiras⁴, quando realizou palestras sobre a atualidade do pensamento de Proudhon e a questão da auto-organização dos trabalhadores. Ao partir da ideia de pluralismo organizador, defendida por Proudhon, o professor Bancal investia na pertinência de uma sociedade organicamente autônoma, na qual os elementos sociais seriam responsáveis por gerir seus próprios interesses, sem a predominância de um Estado centralizador. Logo, em mais de uma ocasião, houve quem identificasse em Proudhon “o pai da autogestão e o inspirador das experiências históricas de criação de um regime autogestionário” (Motta, 1981, p. 133).

Fundada em Brasília, em 1984, pela iniciativa de Plínio Augusto Coelho – que retornava da França, após uma estadia de seis anos em

⁴ Durante seu *tour* pelo Brasil, Jean Bancal esteve nas seguintes cidades: Manaus, Recife, Brasília, Porto Alegre, Caxias do Sul, Blumenau, Florianópolis, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.

Paris, em que estreitou vínculos com militantes da Federação Anarquista Francesa –, a Editora Novos Tempos impulsionaria a circulação de obras inéditas em língua portuguesa sobre o pensamento anarquista.

Seja como for, no Brasil, a mobilização libertária em torno da autogestão não passou despercebida aos agentes militares, como aponta a incidência desta expressão em diversos documentos confidenciais do Serviço Nacional de Informações (SNI). Assim, a título de exemplo, registrou-se: “prega o anarquismo a chamada autogestão, isto é, a substituição do aparelho do Estado pela livre cooperação mútua de grupos associados” (Informação nº 2184, 26/07/1984, p. 2), e ainda, “aos trabalhadores, os defensores do anarquismo apresentam como solução única a implantação da autogestão nas fábricas” (Informação nº 0168/116, 17/11/1981, p. 8). Em um primeiro momento, ao apontarem grupos organizados em São Paulo, Rio de Janeiro e na Bahia, destacavam: “restringem-se, basicamente, à propaganda ativa da causa libertária através de jornais e revistas próprias, bem como às reedições de obras de renomados autores anarquistas através de suas próprias editoras” (Informação nº 2184, 26/07/1984, p. 9). Seguramente, esta era uma alusão indireta à Editora A e à Novos Tempos.

Os arquivos do SNI aqui referenciados permitem, ao pesquisador, o acesso a farto material de pesquisa acerca dos coletivos anarquistas, visto que o *modus operandi* deste órgão a serviço da repressão, era vigiar e identificar pessoas e grupos, bem como tomar nota de atividades vistas como “subversivas” e coletar material de propaganda. Apesar disso, vale destacar que tais documentos/boletins produzidos em caráter confidencial pelos órgãos de repressão estão entrecortados e são constituídos a partir da percepção do censor, enquanto fruto de uma construção social que estava alicerçada em intencionalidades, normas de conduta, ou seja, marcada por um enquadramento e uma interpretação da realidade, em sua visão amofinada de subversão e subversivos, que pelo que indicam as fontes, são incapazes de fazer conhecer com retidão os acontecimentos sinuosos que se sucederam naquele período. Deste modo, “os censores eram, portanto, a expres-

são de uma parcela da comunidade que os queria, e possuíam uma formação cultural semelhante à de muitos outros brasileiros” (Kushnir, 2004, p. 23).

De qualquer forma, a despeito do processo de abertura “lenta, gradual e segura” iniciada em 1974, durante o governo do general-presidente Ernesto Geisel, os militares mantinham-se em vigília quanto a possíveis avanços da “propaganda adversa” e à proliferação das ideias “contestatórias” e “esquerdistas”. Logo, para os “olheiros” da ditadura civil-militar tal sondagem cautelosa incluía livros, livrarias e editoras.

Criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, o SNI tinha como atribuição superintender e coordenar informações em todo o território nacional, sendo que sua vigência perdurou até 1990. Mesmo que a maior preocupação deste aparato de espionagem fosse a propagação das ideias marxistas-leninistas, pode-se encontrar, nos relatórios elaborados no decorrer da década de 1980, farta documentação e vastas informações sobre coletivos libertários. Ao acompanhar de perto as realizações anarquistas que estavam ocorrendo em diversas cidades do país, os agentes infiltrados do SNI tinham no seu protocolo: a) identificar e informar os nomes dos conferencistas anarquistas; b) anotar e encaminhar os conteúdos temáticos discutidos; c) apontar os sujeitos organizadores dos eventos; d) obter e remeter panfletos, jornais e revistas, isto é, publicações de difusão da ideologia anarquista; e) identificar e informar as principais lideranças do movimento anarquista; d) apontar os oradores de destaque, bem como retratar o teor dos seus discursos (Informação nº 10101/88, 08/1988, p. 5).

Durante a década de 1980, os agentes do SNI concluíam que, “atualmente, o anarquismo vem dando mostras de que está vivo, principalmente, no movimento estudantil” (Informação nº 016/10, 25/07/1984, p. 2), na tentativa de subverter a autoridade familiar e estatal. Assim, mediante a documentação produzida pelo serviço de vigilância do SNI, parece sensato pressupor que a difusão do anarquismo no Brasil passaria a despertar um maior interesse das autoridades constituídas a partir dos XXXI e XXXII Congressos da UNE, realizados em Piracicaba, interior de São Paulo, respectivamente em 1979 e 1980, e que contaram com a participação de coletivos anarquistas, constituídos por estudantes universitários, os quais, rapidamente,

passariam a figurar no dossiê das organizações clandestinas elaborado pelo SNI. Inclusive, no Congresso de 1979, segundo consta em tais arquivos, a Federação Livre Estudantil (FLE), formada em Salvador, na Bahia, sairia em defesa da “formação de uma UNE autogestionária, criada mediante uma verdadeira organização de base, sem vanguardas de qualquer espécie e sem cúpulas dirigentes” (Informação nº 0168/116, 17/11/1981, p. 4; Informação nº 026, 22/12/1980, p. 26).

Ao ganhar fôlego, conjuntamente com *O Inimigo do Rei* e com uma atuação que se desenvolvia, a princípio, no seio da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – mais à frente agregando estudantes da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) –, a Federação Livre Estudantil tinha como fundadores os grupos estudantis Fantasma da Liberdade (do curso de Filosofia), Fim de Festa (Ciências Sociais), Um Estranho no Ninho (Economia) e Ovelha Negra (Comunicação). Investindo no fomento de assembleias gerais, decisões coletivas e grupos de trabalhos independentes, almejavam criar, no setor estudantil, uma espécie de consciência autogestionária, em que os estudantes passassem a coordenar o movimento estudantil de baixo para cima. Em 1978, por intermédio de um panfleto, as principais bandeiras de luta da FLE eram apresentadas: 1) a autogestão do movimento estudantil; 2) a libertação de todos aqueles que estão de alguma forma oprimidos por qualquer tipo de poder; 3) a libertação das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos indígenas e outras parcelas oprimidas do povo; 4) a anistia aos presos políticos, aos que roubaram para matar a fome e a todos aqueles condenados pela nossa justiça arbitrária; 5) a democratização do país (*Boletim da Federação Livre Estudantil*, 22/02/1978, p. 2).

Com efeito, novos componentes políticos iam sendo incorporados às lutas contra a opressão, em grande medida, impulsionados pelos embates travados a partir da década de 1960 contra as instituições político-culturais dominantes, e cujas demandas incluíam, entre suas urgências, o feminismo, a ecologia, a causa indígena, o movimento gay, a negritude, a liberação sexual e a antipsiquiatria. Em meio a isso, o conceito de juventude tornava-se sinônimo de revolta e rebelião, uma vez que “é na juventude que o caráter realmente moderno da revolta antiautoritária se exprime claramente” (Morin *et al.*, 2018, p. 101).

Ademais, tal revolta vinha alimentada por certa afinidade por propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético, a crítica à sociedade de consumo, a oposição ao imperialismo estadunidense, o uso de métodos da desobediência civil, a aproximação entre arte e política e o desejo de libertação do sujeito das estruturas do sistema capitalista ou comunista (Ridenti, 1999, p. 55).

Diante deste perfil juvenil que exibia novas pulsações políticas, vale destacar que parte substancial dos anarquistas e dos interlocutores que se encontravam em torno de *O Inimigo do Rei* eram estudantes universitários na casa dos 20 anos. Aliás, nos documentos produzidos pela vigilância do regime militar, não raro, aparece “em sua maioria jovens”.

Na década de 1960, já sob a ditadura civil-militar, entre os anarquistas brasileiros mais vividos, não faltaria quem evocasse a “necessidade de renovação, não apenas política, como teórica do movimento” na busca para “superar a prática de ‘relembrar figuras do passado’ e passar a investir na juventude presente”, haja vista que, na ótica do autor destas palavras, “a única saída para o nosso movimento é lançar semente na juventude”, ou seja, “tudo deve ser feito objetivando esse fim” (até aqui, tudo em Silva, 2018, p. 355).

Seja como for, no Brasil, diante de um conjunto de medidas arbitrárias e violentas promovidas contra o movimento estudantil, desde o governo Castelo Branco, e que, inclusive, resultou na ilegalidade da União Nacional dos Estudantes (UNE), a juventude estudantil se manifestou de diversas formas contra a ditadura civil-militar, sendo um dos pontos altos, as manifestações de rua ocorridas em 1968, as quais ganharam impulso após a morte do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto e resultaram em verdadeiras batalhas campais. Como parte deste fermento estudantil, têm-se, no Rio de Janeiro, as articulações do Movimento Estudantil Libertário (MEL), mentor do manifesto “Olho por Olho, Dente por Dente”, que despertaria a ira em alguns setores militares. Deste modo, em solo brasileiro, durante o emblemático ano de 1968, “somando-se todos os presos em passeatas, reuniões clandestinas e quebra-quebras, é possível que [...] tenham sido detidos 3 mil estudantes” (Gaspari, 2002 [s. p.]).

ANARQUISMO E ANARCOSSINDICALISMO

Na intensidade da década de 1980, diversas formas de expressão foram fomentadas em torno do anarquismo. Assim, no começo de 1985, tem-se a reabertura do Centro de Cultura Social, de São Paulo (CCS-SP)⁵, uma destacada entidade divulgadora do anarquismo, que havia encerrado suas atividades em 1969, após a publicação do AI-5. Logo, o CCS visava “apoiar e promover nos meios populares e, principalmente, entre os trabalhadores, onde as possibilidades de cultura são limitadas por toda a espécie de empecilhos, o estudo de todos os problemas que se relacionam com a questão social” (Estatutos do Centro de Cultura Social, 09/07/1945, p. 1).

Em 1986, às vésperas das eleições gerais previstas para novembro, marcadas pela disputa de candidatos aos postos de deputados (federais e estaduais), senadores e governadores, os anarquistas voltariam suas baterias contra o sistema de representação política parlamentar, investindo em campanhas pelo voto nulo, tendo como um dos slogans: “tome partido contra os partidos”. Assim, entre pichações contra o voto e a publicação de folhetos, a Editora Novos Tempos publicava o livro *Os anarquistas e as eleições*, com textos de notórios representantes do anarquismo histórico. É certo que tais mobilizações libertárias já vinham dando seus primeiros passos ainda ao final dos anos 1970, visto que, diante dos anseios da sociedade civil pelo retorno do pluripartidarismo e que resultariam na criação de novos partidos políticos, os quais se proclamavam vanguardas operárias, os anarquistas

⁵ O Centro de Cultura Social surgiu, em São Paulo, em 1933, durando até 1937, quando foi fechado pela polícia política de Getúlio Vargas. Com o fim do Estado Novo, em 1945, o CCS retomou as suas atividades. Anos depois, com a publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, que tornava mais intensa a repressão, os dirigentes do Centro de Cultura Social, receando serem alvos de investidas coercitivas, a exemplo do que ocorreu na década de 1930, decidiram suspender as suas atividades em 21 de abril de 1969. Com a reabertura política que levaria ao fim da ditadura civil-militar, voltaria à atividade, a partir de 1985.

trariam a lume, em 1979, o livreto *O mito do partido*, numa iniciativa de militantes da Bahia e do Rio Grande do Sul.

Este caldo cultural mais sólido, de verve libertária, que começava a ganhar forma ainda ao final da década de 1970, fez surgir, na esteira d'*O Inimigo do Rei*, outros veículos de propaganda, tais como as revistas *Metanóia* (1977) e *Barbárie* (1979), na Bahia, e *Autogestão* (1979), em São Paulo, assim como a Editora A, numa iniciativa conjunta de militantes das cidades de Salvador e Porto Alegre. Também durante a década de 1980, a Editora A ganhava novo núcleo em São Paulo, investindo na publicação de brochuras sobre temas ligados à autogestão e ao sindicalismo revolucionário, bem como trazendo à tona a *Revista Libertária*, que não passou do primeiro número, lançado em novembro de 1984.

De qualquer modo, tudo isso não passaria alheio à sistemática vigilância exercida pelo SNI, haja vista que, “a partir de 1985, verificou-se que o anarquismo tomou novas proporções no Brasil” (Informação nº 055021, 23/01/1986, p. 2) devido à realização de vários eventos que divulgam, sobremaneira, as propostas do movimento, constatando-se, inclusive, a existência de núcleos libertários em todas as regiões do Brasil. Desta forma, coletivos libertários se multiplicavam de maneira notável na década de 1980, considerando-se o Centro de Cultura Social (São Paulo/SP), o Coletivo Autogestão (São Paulo/SP), o Núcleo Pró-COB/AIT (São Paulo/SP), o Grupo Libertário Emma Goldman (João Pessoa/PB), o Coletivo Gens da Selva (Manaus/AM), o Centro de Estudos Libertários (Brasília/DF), o Círculo de Estudos Libertários (Rio de Janeiro/RJ), o Centro de Documentação e Pesquisa Anarquista (Salvador/BA) e o Movimento Cineclubista Libertário (Curitiba/PR).

Sem dúvida, o ano de 1986 se mostraria farto de estímulos no campo anarquista, como denota um conjunto de realizações promovidas em distintas regiões do país, a exemplo da Primeira Jornada Libertária, ocorrida em fevereiro, em Florianópolis; do Congresso Anarcossindicalista Brasileiro, promovido no mês de maio, em São Paulo; da Segunda Jornada Libertária, efetuada no mês de julho, em Porto Alegre; da realização, em novembro, do Primeiro Encontro Nacional Anarquista do Brasil, sediado em Brasília; e da elaboração no final de

novembro do Primeiro Encontro Anarquista de Goiânia. Nas pautas de discussões destes eventos, dois assuntos tornaram-se recorrentes: a criação de uma Federação Anarquista Brasileira e a reconstrução da Confederação Operária Brasileira (COB).

Com efeito, um ano antes, militantes anarquistas, em reunião realizada no Centro de Cultura Social, localizado em São Paulo, já haviam lançado campanha pela reconstrução da secção brasileira da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), uma vez que tal entidade de luta trabalhista se apresentava como importante elo entre os movimentos anarquistas de diferentes países. Vale lembrar que a formação de uma Associação Internacional dos Trabalhadores de tradição libertária, que se efetivaria a partir de 1922, nascia como “alternativa à Internacional vermelha de Moscou (Komintern, Profintern) e à Internacional reformista de Amsterdã” (De Jong, 2004, p. 271). Deste modo, reunidos, entre o final de dezembro de 1922 e o começo de janeiro de 1923, na cidade de Berlim, um grupo de socialistas antiautoritários e de anarcossindicalistas dariam forma à sua própria AIT, cuja orientação política era o sindicalismo revolucionário. Por sua vez, no Brasil, a partir da fundação do Núcleo de apoio a AIT, ganhavam impulso, em nível nacional, discussões sobre a rearticulação do movimento sindicalista, com base no comunismo libertário.

Nesta senda, aproveitando o momento de surgimento de diversos coletivos anarquistas, que exigiam certo aprofundamento das discussões relativas ao desenvolvimento das ideias libertárias, realizou-se o Primeiro Encontro Nacional Anarquista do Brasil entre 08 e 09 de novembro de 1986, no anfiteatro da Universidade de Brasília (UNB), com grupos e indivíduos de Salvador/BA, São Paulo/SP, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE e Brasília/DF. Reunindo, na sua maioria, um público de jovens adeptos do anarquismo, entre os assuntos da pauta estavam: a) a criação de uma Federação Nacional Libertária; b) a reconstrução da COB/AIT; c) a reedição do jornal *A Voz do Trabalhador* como porta-voz do movimento anarcossindicalista; d) a reedição do jornal *O Inimigo do Rei* enquanto órgão

de divulgação nacional dos diversos coletivos libertários⁶ (Informação n° 060300, 28/01/1987, p. 3-4).

Não obstante, durante o encontro, boa parte do debate se focou na questão da organização dos anarquistas em uma Federação Nacional Libertária, inspirada nas experiências da *Federación Anarquista Ibérica* (fundada em 1927), e da *Fédération Anarchiste Française* (fundada em 1953). Diante disso, num primeiro momento, era sugerida a criação de federações em nível estadual, congregando indivíduos e coletivos dispersos, para, conseqüentemente, constituir uma Federação em nível nacional. É certo que tal proposta foi marcada por divergências, isto é, ao passo que boa parte das delegações se mostravam simpáticas ao modelo de organização federativo, alguns libertários levantaram a bandeira da ação individualista. Em outras palavras, enquanto os grupos de São Paulo, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Amazonas e parte dos militantes do Rio Grande do Sul defendiam que a criação de uma Federação “proporcionaria um maior nível de organização ao movimento anarquista, fazendo com que as informações fluíssem com maior rapidez”, resultando em “uma ação comum mais eficiente”, a contraposição, representada por indivíduos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, argumentava que tal Federação levaria a “uma centralização do movimento [...] que acabaria por exercer o controle sobre os grupos, tirando a sua autonomia de ação” (Informação n° 00175120, 24/12/1986, p. 4; Informação n° 060300, 28/01/1987 [segunda parte], p. 55).

Após debates agitados, ficou decidido que cada localidade participaria do movimento pró-Federação conforme achasse conveniente. Além disso, as questões relacionadas à COB e aos jornais *A Voz do Trabalhador* e *O Inimigo do Rei* ficariam para ser resolvidas em outro congresso, previsto para o próximo ano, na cidade de Salvador.

De qualquer forma, a partir do Segundo Congresso Anarcossindicalista, realizado entre 31 de outubro e 1° de novembro de 1987, na

⁶ Em 1982, após publicar o número 18, *O Inimigo do Rei* interrompeu sua circulação. Ao que parece, devido às dificuldades econômicas em custear a produção do jornal, que foi acarretada, em certa medida, pela grande tiragem e o problema de distribuição do número 18.

Faculdade de Belas Artes da UFBA, em Salvador, na Bahia, e que congregou os diversos Núcleos Pró-COB/AIT, novos passos na luta e na organização livre da classe trabalhadora seriam pretendidos. Assim, na Carta de Princípio, aprovada durante o evento, afirmavam: “Não significa que o anarcossindicalismo seja o único ou mais apropriado caminho para a transformação social libertária, mas um instrumento de essencial importância, que muito pode contribuir para uma nova organização social”, visto que “através da organização de grupos de trabalhadores por ramos de ofício e por localidade, federados, se poderá responder às necessidades para uma nova sociedade” (ambas as passagens, *O Inimigo do Rei*, 03-04/1988, p. 3).

Tendo como rumo um sindicalismo de ação direta, independente do Estado e dos partidos políticos, apostavam na reconstrução da COB, como um caminho para a organização de um movimento nacional – composto por agrupações de empregados e trabalhadores autônomos –, que, em sua luta contra o Estado e seus instrumentos de dominação, serviria de exercício revolucionário na direção de uma nova sociedade, livre e igualitária (*O Inimigo do Rei*, 03-04/1988, p. 3).

Todavia, enquanto na fundação da COB, em 1906, tomava-se como base o programa da *Confédération Générale du Travail* (CGT), sediada na França e que defendia o sindicalismo revolucionário, isto é, a autonomia do sindicalismo frente a qualquer corrente política (socialista e/ou anarquista), em 1986, por sua vez, o impulso sindical tinha outra tonalidade, em que as articulações em torno da reconstrução da nova COB abraçavam como orientação o anarcossindicalismo. Tal denominação, que deixava explícita a aliança entre sindicalismo e anarquismo, segundo observou Eduardo Colombo (2004, p. 122), passaria a ganhar abrangência internacional após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por impulso da *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), a qual, em 1919, assumiu, na Espanha, uma identidade sindical baseada no comunismo libertário.

Seja como for, antes mesmo da realização do Segundo Congresso Anarcossindicalista, *O Inimigo do Rei* voltou a circular, em maio de 1987, decidido a dar sua parcela de contribuição na mobilização pró-Federação Anarquista. Assim, valendo-se das páginas deste importante veículo de propaganda, ainda no transcurso de 1987, os núcleos

pró-COB/AIT lançavam-se em campanha pela defesa da Resolução 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por considerarem que tal dispositivo jurídico, ao ir contra a noção de unicidade sindical, daria condições autônomas ao sindicato de “crescer politicamente, sem depender de partidos ou de governos” (*O Inimigo do Rei*, 10-11/1987, p. 11).

Em 1988, diante de um cenário em que pipocavam eventos anarcossindicalistas, eis que, enfim, o jornal *A Voz do Trabalhador*⁷ veio à tona e, no papel de porta-voz do movimento pró-COB/AIT, passou a atuar como veículo de informação e oposição ao sindicalismo partidário encabeçado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT). No seu número de estreia, *A Voz do Trabalhador* fazia o chamamento: “se você é um trabalhador, está de saco cheio desses sindicatos pelegos, quer lutar efetivamente contra a exploração capitalista, se unindo a outros companheiros, procure-nos” (*A Voz do Trabalhador*, 1988, p. 2). Neste mesmo ano, em novembro, ocorreria, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o Encontro Interamericano da AIT, que congregou participantes de nove estados brasileiros. Por sua vez, entre os participantes de credenciais internacionais, além de uma coordenadora da Associação Internacional dos Trabalhadores, encontravam-se militantes da *Workers Solidarity Alliance* (EUA), da *Federación Obrera Regional Argentina*, ainda como do Uruguai e do Paraguai.

Dos diversos núcleos pró-COB/AIT criados pelo país, percebe-se que os de São Paulo, Porto Alegre e Salvador se apresentavam com uma organização mais sólida. Tais iniciativas seriam reforçadas por uma série de cursos e palestras promovidos pelo Centro de Cultural Social (CCS), de São Paulo, e pelo Círculo de Estudos Libertários, do Rio de Janeiro, em que o anarcossindicalismo, a autonomia operária e a autogestão eram temáticas presentes. Ademais, a partir das discussões promovidas em São Paulo, pelo CCS e pelo Núcleo Pró-COB/AIT,

⁷ *A Voz do Trabalhador* surgiu, originalmente, em 1908, a partir de proposta aprovada no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1906. No papel de órgão porta-voz da COB, circulou entre 1908 e 1915.

certos *punks* passariam a militar nas fileiras do anarquismo, originando o movimento anarcopunk. Grupo que também entrou no radar dos agentes do SNI, assim, nos seus registros consta: “observa-se, ainda, que apenas parcela dos PUNKS [...], se enquadra propriamente na ideologia anarquista” (Informação nº 021230/88, 15/12/1988, p. 3).

Em meio a isso, no fomento dos debates promovidos pelo CCS, em agosto de 1988, em São Paulo, emergiria a Juventude Libertária (JULI), um coletivo de princípios autogestionários que agregava militantes do Núcleo Pró-COB/AIT e das agremiações Falange Anarquista e Ação Radical.

Consequentemente, estes esforços coletivos para a organização dos trabalhadores (bem como dos estudantes) por um viés libertário, que estavam marcados por experiências e entendimentos diversificados, não deixariam de nutrir, no cenário de lutas, certa dose de divergências, desilusões e cisões.

A essa altura, a década de 1980 abrigava em seu epílogo duas consideráveis baixas. Em março de 1988, *O Inimigo do Rei* – um exemplo de destaque do jornalismo anarquista – fazia circular o seu último número, sinalizando, em certa medida, o enfraquecimento do movimento pró-Federação Anarquista. Na sequência, foi a vez da Editora Novos Tempos, após o lançamento do jornal *Libertárias*, em setembro de 1989, também sair de cena.

Por fim, apesar das tentativas de minar a influência partidária no cenário das lutas sociais não terem sido tão bem-sucedidas, uma parcela dos anarquistas continuaria, entre altos e baixos, a traçar como direção do movimento libertário a reconstrução da COB via o anarcosindicalismo. Se teriam êxito, só a década seguinte diria...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notadamente, na historiografia do anarquismo no Brasil, abundam estudos focados sobremaneira na Primeira República (1889-1930), logo, pouco se produziu em termos de pesquisas acadêmicas sobre as atividades anarquistas no pós-1930, sendo este hiato mais profundo quando o olhar é direcionado para a segunda metade do século 20.

De qualquer forma, como demonstra o surgimento do jornal *O Inimigo do Rei*, em 1977, elaborado por estudantes da Universidade Federal da Bahia, após tempos de clandestinidade vividos durante o momento mais intenso de repressão da ditadura civil-militar, o anarquismo ganhava novamente as ruas com suas intenções de transformação social, inclusive possibilitando a aproximação entre distintas gerações de militantes.

Por sua vez, diante de um novo caldo cultural de verve libertária que começava a adquirir forma, especialmente entre jovens universitários, têm-se publicações de outros órgãos de difusão do anarquismo, a exemplo da revista *Barbárie* (1979), na Bahia, e *Autogestão* (1979), em São Paulo. E, no limiar da década de 1980, “livros anarquistas circulavam pelas livrarias, filmes de protesto eram exibidos em cineclubes, peças de teatro libertárias e de contestação também expressavam ideias de emancipação e rebeldia” (Rodrigues, 2007, p. 345).

No desenrolar dos acontecimentos que marcaram o processo de abertura política no Brasil, proposições autogestionárias eram ressignificadas por coletividades anarquistas que visavam se lançar como alternativa de organização política tanto aos operários quanto aos estudantes, como bem demonstram a criação da Federação Livre Estudantil (FLE) e a tentativa de reconstrução da Confederação Operária Brasileira (COB).

Deste modo, quer fosse pela expressiva produção editorial ou pela organização de numerosos encontros, o anarquismo apresentava-se com nova força entre os movimentos sociais que emergiram ao final dos anos de 1970, em um cenário de revalorização do comportamento coletivo de contestação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. M. M. de. Autogestão: da ideia às práticas. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, FGV, v. 23, n. 1, p. 37-57, 1983. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol23-num1-1983/autogestao-ideia-praticas>. Acesso em: 18 jan. 2021.

COLOMBO, E. A F.O.R.A. – O “finalismo” revolucionário. In: COLOMBO, Eduardo et al (orgs.). **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo, Imaginário; São Caetano do Sul, IMES, p. 75-123, 2004.

DE JONG, R. A A.I.T. de Berlim: De 1922 à Revolução Espanhola In: COLOMBO, Eduardo et al (orgs.). **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo, Imaginário; São Caetano do Sul, IMES, p. 271-284, 2004.

FESTA, R.; SILVA, C. E. L. da (org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo, Paulinas, 1986.

FICO, C. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, Record, 2001.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

JOYEUX, M. **Reflexões sobre a anarquia**. São Paulo, Archipélago; Terra Livre, 1992.

KUSHNIR, B. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo, 2004.

MORIN, E.; LEFORT, C.; CASTORIADIS, C. **Maió de 68**: a brecha. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo, Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, J. H. de C. Anarquismo, movimento estudantil e imprensa alternativa: a trajetória do jornal *O Inimigo do Rei* (1977-1988). In: K. W. dos SANTOS; R. V. da SILVA. **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil**: novas perspectivas. Curitiba, Prismas, p. 323-349, 2018.

RIDENTI, M. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: M. A. GARCIA; M. A. VIEIRA (org.). **Rebeldes e contestadores**. 1968: Brasil, França e Alemanha. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 55-60, 1999.

RODRIGUES, E. **Lembranças incompletas**. São Paulo, Opúsculo Libertário, 2007.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

SILVA, R. V. da. Ideias, crítica e combate: o anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985). In: K. W. dos SANTOS; R. V. da SILVA (org.). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. Curitiba, Prismas, p. 351-372, 2018.

SILVEIRA, R. F. da. **Autogestão e geografia: os territórios no viés da resistência**. 2011. 97f. Dissertação. Mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011

SUAREZ, M. Apresentação. In: F. MINTZ. **Autogestão e anarcossindicalismo: análise e críticas relativas à Espanha, 1931-1990**. São Paulo, Intermezzo, p. 7-24, 2016.

ZACOUTEGUY, J. A. O Inimigo do Rei, el grito irreverente y osado de la anarquía. **Germinal – Revista de Estudios Libertarios**, Madrid, v. 10, p. 97-106, 2012.

FONTES

BARBÁRIE, Salvador, 1979-1982. Biblioteca Emma Goldman, Salvador, Bahia.

BOLETIM DA FEDERAÇÃO LIVRE ESTUDANTIL, 22 de fevereiro de 1978. Acervo Eduardo Nunes – Biblioteca Emma Goldman, Salvador, Bahia.

ESTATUTOS DO CENTRO DE CULTURA SOCIAL (São Paulo), [Válho-me de uma cópia localizada na pasta Informação nº 174/120, 14 de agosto de 1985, p. 9-13], [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 026, 22/12/1980 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 0168/116, 17 de novembro de 1981 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 016/10, 25 de julho de 1984 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 2184, 26 de julho de 1984 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 055021, 23 de janeiro de 1986 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 00175120, 24 de dezembro de 1986 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 060300, 28 de janeiro de 1987 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 10101/88, agosto de 1988 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

INFORMAÇÃO nº 021230/88, 15 de dezembro de 1988 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

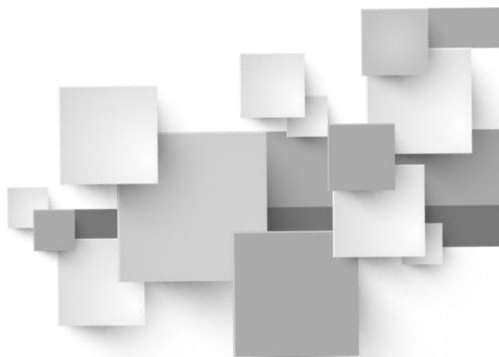
O INIMIGO DO REI, Salvador, 1977-1988. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, UNESP, São Paulo.

A VOZ DO TRABALHADOR, [Porto Alegre], 1988. [Valho-me de uma cópia localizada na pasta Informação nº 20974/88], [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

**“Os deserdados da esperança”: fome,
revolta popular e crise social no Brasil
durante a transição para a Nova
República (os motins de 1983 nas
páginas da revista *IstoÉ*)**

Geovanni Rocha Junior

Professor substituto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Contato: geovanni.rochajr@gmail.com



Ao longo do ano de 1983, os motins da fome e do desemprego revelaram o agravamento da crise social no Brasil, fato que contribuiu para intensificar as tensões de um prolongado processo de transição política iniciado em 1974, durante o governo de Ernesto Geisel, cujo desfecho parcial foi marcado pelos acordos que deram origem à Nova República. Embora o tema tenha recebido alguma atenção da historiografia, os significados dessas manifestações populares ainda permanecem ofuscados no enredo da última transição política brasileira, seja pelas lutas do “Novo Sindicalismo”, pela efervescência da campanha das *Diretas Já* ou pelas negociações palacianas que pavimentaram o caminho da saída negociada da ditadura militar. Não bastasse o equívoco de subestimar os motins e enquadrá-los como episódios de escassa densidade política na dinâmica da redemocratização do país, há ainda o risco de cair na armadilha de reduzir essas manifestações a um gesto repentino de fúria impulsiva dos mais pobres, desprovido de qualquer implicação social e política de maior alcance.

Com certa frequência, as interpretações sobre os acontecimentos de 1983 ficam restritas aos episódios de saques deflagrados em Santo Amaro, zona sul de São Paulo, entre os dias 4 e 6 de abril. Um anúncio infundado de vagas de emprego teria levado à concentração de centenas de pessoas no Largo 13 de Maio. A decepção diante da inexistência das oportunidades de trabalho previamente propagadas deu origem a uma multidão heterogênea, que rapidamente se converteu em um explosivo levante popular, responsável por deixar em seu rastro uma série de depredações e saques. A imprevisível metamorfose do protesto suscitou a reação dos órgãos de informações da ditadura, dos veículos de imprensa, do governador Franco Montoro e de seus correligionários, demonstrando também a limitada capacidade de mediação por parte dos dirigentes dos movimentos sociais, atores que não conseguiram dar direção política à indignação popular (Munhoz, 1989; Napolitano, 2006; Telles, 2022).

Uma leitura atenta dos documentos históricos disponíveis para consulta sugere que o quebra-quebra protagonizado por trabalhadores desempregados que tomou as ruas de São Paulo em abril de 1983, não expressava apenas um desagrado momentâneo, mas sim o conjunto

de pressões acumuladas por uma crise social atravessada pelo drama da fome e por uma elaboração simbólica articulada em torno do que se pode considerar uma economia moral das classes populares brasileiras, à luz da leitura de Edward Thompson (1998, p. 152). Em um contexto de esfacelamento do regime militar, a economia moral dos mais pobres era influenciada por um repertório de mobilização social oriundo da Igreja Católica progressista, sobretudo por ideias basistas de organização autônoma que eram fundamentadas em uma visão de mundo humanista cristã (Corrêa, 2024; Freire, 2022).

Neste texto, argumenta-se que, para avaliar adequadamente os motins de 1983, é necessário ampliar a escala de análise, uma vez que manifestações com características semelhantes tiveram lugar não apenas em São Paulo, como também em outras áreas metropolitanas do Sudeste e em regiões do Nordeste (Alvin, 2016). Além disso, guardadas as devidas particularidades locais, essas revoltas evocaram retóricas humanistas amplamente disseminadas no país por representantes do chamado clero progressista, os quais denunciavam a fome, o autoritarismo, o desemprego, o custo de vida, os conflitos agrários e a precariedade da vida cotidiana como um todo. Em outras palavras, os discursos e as ações de religiosos comprometidos com a causa dos oprimidos ajudavam a politizar o cotidiano a partir dos problemas enfrentados por uma parcela significativa da população brasileira.

Cabe destacar que a incidência das manifestações se deu em meio à crise econômica que atingia os países emergentes no início da década de 1980, bem como pelas promessas realizadas no lastro da própria transição política no Brasil, que sinalizavam um futuro um pouco melhor, ainda que esse sopro de esperança tenha terminado em frustração. De igual modo, busca-se apontar que abril não constituiu um caso isolado de instabilidade, já que setembro, outubro e novembro de 1983 foram meses de intensos conflitos em que o flagelo da fome pautou o debate público, com saques registrados em diferentes pontos do território nacional.

Para alcançar os objetivos deste texto, portanto, foi realizada uma análise da cobertura da revista *IstoÉ* sobre os saques motivados pela fome, entre as edições de setembro e novembro de 1983. As reportagens oferecem uma leitura minuciosa dos incidentes, contrastando

com a narrativa elaborada no calor do momento típica do noticiário dos jornais diários. Observa-se, de imediato, que a revista mobilizou equipes de reportagem e procurou fornecer versões sobre os fatores subjacentes à miséria e ao avanço da fome no Brasil. *IstoÉ* ensaiou uma interpretação segundo a qual as cenas presenciadas nos subúrbios e periferias dos centros urbanos representariam uma “nova fome”, distinta daquela associada às secas que historicamente acometiam o Nordeste brasileiro. A “nova fome” afligia principalmente os operários desempregados e os “deserdados da esperança”, sujeitos inseridos nos fluxos migratórios da segunda metade do século XX em direção ao Centro-Sul do país. Faziam parte desse grupo pessoas extremamente vulneráveis às oscilações do mercado de trabalho, que passaram a ocupar as franjas dos centros urbanos e, em meio à crise, levantaram suas vozes por justiça e dignidade. As edições da revista foram consultadas no acervo do Laboratório de Estudos da Contemporaneidade, LEC, do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, FAED/UDESC.

Fundada em 1976, como resultado de uma iniciativa da Editora Três, ligada a um grupo composto por Domingo Alzugaray, Luis Carta e Mino Carta, a revista *IstoÉ* buscou conquistar seu espaço no crescente mercado editorial nacional (Corrêa, 2015, p. 218-223). Apesar dos percalços iniciais para se consolidar no universo das publicações periódicas, o projeto idealizado por Mino Carta, seu primeiro diretor de redação, ganhou notoriedade por entregar aos leitores reflexões arrojadas e artigos assinados por um corpo de colaboradores qualificado. De acordo com Lohn, Oliveira e Carvalho (2016, p. 160), nomes como Edmar Bacha, Luiz Fernando Veríssimo, Raymundo Faoro e Bolívar Lamounier escreviam textos com análises de fôlego. Para os autores, a revista “privilegiava uma abordagem mais ampla e interpretativa dos debates políticos que envolveram governo e oposição na virada das décadas de 1970 e 1980”. Devido à impossibilidade “de manter equipes de reportagens que estivessem presentes nos diferentes cenários da pauta política brasileira, bem como sucursais, o periódico apresentava artigos extensos e pontuais, praticamente todos com caráter autoral”. No que se refere ao seu enquadramento político no in-

tricado jogo da transição em curso no país, os textos da revista assumiram um tom bastante crítico “em relação ao regime autoritário”, tentando “alinhar-se não apenas aos setores oposicionistas mais consistentes, mas também a uma postura que pode ser descrita como liberal” (Lohn; Oliveira; Carvalho, 2016, p. 162).

IstoÉ não esteve alheia às variações do mercado editorial. Logo no início da década de 1980, “a revista viveu sua primeira grande crise administrativa, quando, após prejuízos com outra publicação, em 1979, a Editora Três deixou o empreendimento”. Depois disso, o veículo foi comprado por Luís Fernando Levy, um empresário da *Gazeta Mercantil* (Lohn; Oliveira; Carvalho, 2016, p. 180). Foi justamente nessa fase que a revista logrou expandir sua equipe de reportagem, coincidindo com o aumento da tiragem do impresso, que ultrapassou a média de 100 mil exemplares. O crescimento favoreceu a inclusão de novos assuntos em suas páginas, especialmente as contradições urbanas decorrentes da crise econômica da primeira metade da década de 1980. Esse tipo de assunto era apresentado “como um fenômeno sintomático dos subúrbios e periferias, problemas estes oriundos de desigualdades e misérias, retratando um Brasil arcaico, que urgia por mudanças” (Lohn; Oliveira; Carvalho, 2016, p. 180).

Desse modo, as agitações impulsionadas pela fome no segundo semestre de 1983 estamparam as manchetes da revista, exigindo uma cobertura jornalística abrangente para elucidar as razões que impeliram a multidão, formada por pessoas pertencentes aos segmentos de baixa renda da sociedade, a agir daquela maneira. É evidente a intenção dos editores de se afastar do viés excessivamente conservador da grande imprensa que, por vezes, procurava deslegitimar as ações dos participantes dos saques. Em contrapartida, nas matérias selecionadas, havia um esforço para garantir uma apuração que reconhecesse a voz das pessoas envolvidas, sejam aquelas que atuaram diretamente na onda de saques ou aquelas que enfrentavam a penúria da escassez de alimentos em virtude da recessão econômica. *IstoÉ* informava um público leitor, majoritariamente de classe média, sobre a crise social do início da década de 1980, com narrativas ao mesmo tempo chocantes e bem estruturadas, mas que possuíam um caráter investigativo e analítico. Para o historiador, os vestígios podem servir como valiosas

pistas que iluminam facetas pouco exploradas de um momento decisivo da última transição política brasileira.

Na edição de 14 de setembro de 1983, *IstoÉ* abriu sua reportagem de capa com um texto assinado por Antonio Fernando De Franceschi, no qual eram citadas as contribuições teóricas de Josué de Castro. Em sua obra clássica *Geografia da Fome*, publicada em 1946, o pernambucano denunciava o silêncio histórico em torno de um dilema sistematicamente ocultado por interesses políticos, econômicos e morais do mundo ocidental: a fome. No caso brasileiro, a fome da metade do século XX assumia as feições do subdesenvolvimento estrutural do país, marcado por alarmantes desigualdades regionais que compunham um mosaico fragilizado pela subnutrição predominante em determinadas regiões (Castro, 1984). A premissa de Josué de Castro, segundo a qual o mundo era capaz de produzir alimentos em larga escala, mas incapaz de eliminar a fome de populações inteiras, seria atualizada na Nova República e passaria a integrar a agenda política das esquerdas. Seja como for, em seu texto, Franceschi focaliza as vísceras de um Brasil profundo e pouco conhecido, uma vez que, entre “os incontáveis países que se escondem por trás do Brasil oficial, há um que não tem o que comer”. No entanto, a distância que separava essas realidades havia diminuído consideravelmente. Em termos metafóricos, o jornalista de *IstoÉ* comparava a presença desses pedaços anônimos da nação a uma mancha formada por contingentes populacionais em condição de extrema vulnerabilidade social. Assim, “secularmente instaladas no interior do Norte e Nordeste, essas manchas começaram a se disseminar na esteira da crise econômica, coagulando-se sobre a superfície das grandes cidades e se estendendo ao Sul mais desenvolvido” (Franceschi, 1983, p. 21).

A explicação de Franceschi tomava como referência os três anos consecutivos de retração econômica que, somados aos índices de inflação, provocaram um aumento abissal do número de desempregados. O colapso da atividade econômica que afetou os países da América Latina na década de 1980, classificada como “perdida”, teve como sintomas a estagnação, o elevado endividamento externo, a inflação persistente e o enfraquecimento da capacidade produtiva. Seus impactos internos, desencadeados a partir da segunda crise do petróleo e da

elevação dos juros nos Estados Unidos, arrastaram-se por anos e expuseram a dependência das economias em desenvolvimento frente ao receituário dos organismos financeiros internacionais, responsáveis pela imposição de políticas ortodoxas que, mais adiante, seriam identificadas com o neoliberalismo (Harvey, 2008; Sallum Junior, 2003). Nesse sentido, os saques verificados no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre setembro e outubro de 1983, episódios que foram objeto de reportagens detalhadas nas páginas da revista *IstoÉ*, estavam, em alguma medida, condicionados às instabilidades do sistema econômico mundial, como bem anotou Franceschi.

É possível verificar certa similaridade entre os saques retratados pela imprensa brasileira com manifestações ocorridas em outros países da América Latina. A título de exemplo, o jornal *O Globo* de 16 de maio de 1983 trouxe uma breve menção sobre a execução de uma série de medidas repressivas pela ditadura chilena, comandada por Augusto Pinochet, com o objetivo de conter os levantes populares registrados em 12 de maio daquele ano. Os atos, convocados para o Dia do Protesto Nacional pelos sindicatos do setor do cobre, redundaram em violentos embates envolvendo uma multidão exaltada e as forças de segurança. Antecipando-se à escalada dos conflitos, o regime autorizou uma agressiva operação policial em diversos bairros operários de Santiago, o que incluiu invasões domiciliares arbitrárias e terminou com a prisão de aproximadamente 200 pessoas, após uma varredura feita em um estádio de futebol. Segundo *O Globo*, “um dos revistados disse não ter sofrido violência, mas queixou de ter sido obrigado a deitar no chão, como um marginal” (Pinochet..., 1983, p. 11).

No Chile, o clima era de apreensão e medo. Não obstante, a ditadura do General Pinochet só chegaria ao fim em março de 1990. Embora os padrões de ação coletiva fossem parecidos, o cenário brasileiro comportava condições políticas singulares, já que o país respirava um momento chave de seu processo de redemocratização. Em 1983, a questão democrática fazia parte do teatro da política e havia conquistado o espaço público, forjando um novo enredo a partir do engajamento popular que não estava nos cálculos do regime militar. A caserna almejava implementar uma democracia de baixa intensidade, capaz de preservar a moldura institucional favorável à manutenção de

suas práticas autoritárias e afastar das cercanias do poder atores indesejáveis (Fico, 2021). Com a efervescência das ruas, as indefinições e as disputas travadas no tempo presente poderiam corroer os alicerces do projeto traçado pelo governo militar, ameaçando alterar os rumos da transição. O historiador Marcos Napolitano argumenta que a “pequena utopia democrática” vigente no início da década de 1980, no bojo das lutas promovidas pelos operários do ABC paulista, alimentou a expectativa de um novo arranjo político, apto a “estender os estreitos limites da abertura e da transição”. No entanto, “a crise econômica e o desemprego, realidade a partir de 1981, deixaram os sindicatos na defensiva, reiterando uma lei de ferro das lutas sindicais: quanto mais crise, menos poder de barganha” (Napolitano, 2018, p. 291). Portanto, não surpreende que, quando uma onda de saques se anunciava na Zona Oeste do Rio de Janeiro durante a primeira quinzena de setembro de 1983, a revista *IstoÉ* tenha definido a carência alimentar como assunto central para sua edição semanal e montado uma equipe de doze jornalistas a fim de “traçar o perfil da nova face urbana da fome brasileira”. A reportagem de capa foi coordenada pelo editor de economia, Rolf Kuntz, e pelo redator chefe Luiz Weis (Franceschi, 1983, p. 21).

Entre os dias 6 e 8 de setembro de 1983, a Zona Oeste do Rio de Janeiro foi palco de uma intensa convulsão popular. Uma série de saques causou perplexidade entre os comerciantes locais e surpreendeu até mesmo o governador do estado, Leonel Brizola. Na quarta-feira, dia 7, circulavam notícias de que oitocentos moradores da Vila Kennedy, comunidade que abrigava aproximadamente dez mil pessoas, se agruparam em uma turba e saquearam três supermercados em sequência contínua. No dia seguinte, foi a vez do município de Senador Camará, situado a 50 quilômetros do centro do Rio de Janeiro, “onde pelo menos quinhentas pessoas saíram do Conjunto do Viegas, um aglomerado de 920 apartamentos ocupado por cerca de 10 mil moradores, para se lançar sobre o Supermercado Rio” (O subúrbio..., 1983, p. 33-34). Diante da gravidade do quadro, a revista *IstoÉ*, por meio de uma matéria com o título “O subúrbio se agita”, procurou tecer representações sociais sobre o desdobramento dos fatos, confrontando as

versões divergentes do governo, dos comerciantes locais e das organizações comunitárias.

O trabalhista Leonel Brizola, governador eleito após o retorno das eleições diretas para os estados em 1982, parecia bater cabeça ao tentar explicar os saques que, de forma repentina, tomaram os estabelecimentos comerciais e o noticiário do Rio de Janeiro. Inicialmente hesitante, o governador chegou a titubear e levantou suspeitas sobre a atuação de adversários políticos interessados em justificar a manutenção do regime autoritário no país. Brizola também atribuiu as investidas à empreitada de agitadores inconsequentes. Porém, acabou por reconhecer a profundidade da crise social: “a miséria está batendo à porta de milhares de famílias, e é natural que qualquer incitamento encontre uma resposta”, afirmou.

O presidente da Associação dos Supermercados, Joaquim Oliveira, preferiu menosprezar a dimensão concreta da realidade, desafiando que alguém provasse a existência da fome. Caso isso se confirmasse, assegurou que se comprometeria a alimentar os famintos. Por sua vez, a presidente da Associação dos Moradores de Vila Kennedy, Vilma Costa Tavares, expressou-se de forma categórica: “o que há por detrás desses saques, e pela frente, é a fome e o desespero”. Embora a construção narrativa da revista pouco divergisse da ideia de que os saques partiam de uma massa insurgente formada por sujeitos desprovidos de agência própria, até o fechamento da edição “a polícia não havia conseguido apresentar evidências da presença de agitadores tão eficientes”. Além disso, “os registros das delegacias indicavam que todas as pessoas detidas durante os saques” pertenciam “a essa cada vez mais numerosa categoria de desempregados, subempregados, favelados e desprotegidos em geral”, que convertiam “os subúrbios de todas as grandes cidades brasileiras em um gigantesco barril de pólvora” (O subúrbio..., 1983, p. 33-34).

Não convém aos propósitos deste texto divagar pela superfície das representações sociais ou ratificar o discurso de um veículo de comunicação que traduz, em última instância, a visão de quem redigiu suas matérias, orientadas a um público de classe média consumidor de notícias. Em vez disso, propõe-se aqui uma leitura a contrapelo dos ves-

tígios históricos preservados pela imprensa ou, como alternativa metodológica, o empréstimo do olhar antropológico de seus jornalistas, conforme os termos formulados por Carlo Ginzburg ao trabalhar com as fontes da Inquisição (2007, p. 280-293; Benjamin, 2019). Pretende-se, portanto, interpretar as retóricas sociais articuladas no contexto dos motins da fome e do desemprego, tal como inscritas nas páginas de *IstoÉ*, enquanto sintomas da elaboração simbólica das classes populares em torno do problema e de seu papel na última transição política brasileira.

A matéria “O Brasil descobre uma nova fome”, editada por *IstoÉ* na edição de 14 de setembro de 1983 e produzida com base em um criterioso levantamento de informações efetuado pela equipe de reportagem, permite analisar como a conjunção entre a falta de alimentos, a retração do mercado de trabalho e a escalada desenfreada do custo de vida feria profundamente a economia moral dos mais pobres (O Brasil..., 1983, p. 37-42). As adversidades selaram o destino de pessoas como Daniel dos Santos Lima, um ex-metalúrgico desempregado. Em uma tarde fria de setembro, abatido pela vergonha imposta por uma experiência implacável, vasculhava os restos de verduras deixados pelos feirantes nas ruas da Bela Vista, em São Paulo, para garantir ao menos uma refeição à família. Resignado, resumia sua atitude com amargura, mantendo-se fiel a convicções morais que se recusava a abandonar: preferia recolher sobras no lixo a praticar um roubo. Aos cinquenta e dois anos, com oito filhos para sustentar, as possibilidades eram extremamente limitadas. Daniel não imaginava “que seria tão difícil arranjar um novo trabalho e que, ao mesmo tempo, a comida ficasse tão cara”.

O comportamento do antigo metalúrgico diferia do de muitos trabalhadores informais que recorreram aos saques para saciar a fome e protestar contra as mazelas do custo de vida. Ainda assim, todos eram igualmente vítimas da recessão econômica e da desigualdade social, as principais determinantes que lhes retiravam o emprego e os obrigavam a pagar mais do que podiam pelo arroz e feijão de cada dia. A reportagem associou o drama de Daniel ao governo João Figueiredo, cuja promessa de “encher a panela do povo” entrava em choque com a

dura situação vivida pelo operário desempregado. Paralelamente, fazia-se ironia com o retorno ao governo do ex-ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto, nomeado para o Ministério da Agricultura e, posteriormente, titular da Secretaria do Planejamento (O Brasil..., 1983, p. 37-42). A ditadura havia caído em descrédito entre as classes populares e os estratos médios da sociedade, a ponto de perder capacidade de controlar os limites do debate público ao ser associada à miséria de um país economicamente dilacerado. Somado a isso, uma parcela do empresariado começou a se distanciar do regime em 1977, quando se rebelou para reconquistar os espaços perdidos nos conselhos governamentais e adotou a bandeira contrária à estatização (Codato, 1997). Restava à cúpula militar conduzir a transferência de poder para os civis sem rupturas, valendo-se de sua prerrogativa de veto sobre o sistema político. A pressão das ruas tornava-se uma sombra ameaçadora, com potencial para redirecionar o curso da transição. Os emissários do governo não estavam dispostos a pagar para ver. Cabia, portanto, aos negociadores da ditadura estreitar vínculos com os setores liberais e firmar um acordo pelo alto, pois uma transição sob o impulso da plebe não interessava a nenhum deles.

A principal conclusão a ser extraída dos indícios apresentados sobre a trajetória de Daniel dos Santos Lima e de sua família é que a distância entre as pujantes mobilizações do “Novo Sindicalismo” e os motins da fome e do desemprego poderia ser menor do que se supunha. Na verdade, seus caminhos estavam entrelaçados. Segundo a revista *IstoÉ*, o berço da industrialização brasileira também foi alcançado pelo fenômeno da “nova fome”, em rápida expansão pelos centros urbanos do país. Em São Bernardo do Campo, “os 100 mil habitantes das 55 favelas” enfrentavam a insegurança alimentar “por culpa do desemprego industrial e do custo da comida”. O efeito mais deletério da carência de alimentos era a corrida aos lixões. Os números falavam por si: no Rio de Janeiro, por exemplo, o “material orgânico encontrado no lixo diminuiu de 43,8 quilos por metro cúbico, em 1970, para 36,7 kg/m³, em 1981”. Em São Paulo, Brasília e no Nordeste, a tendência se repetia. Maria do Carmo, moradora de Salvador, notou que o lixo estava ficando diminuto ao sentenciar que “parece que os brancos agora aproveitam tudo”. Viúva e desempregada há três anos, com oito

crianças para criar, levava uma rotina que beirava a subsistência. Junto com seus filhos e outras centenas de pessoas, dirigia-se diariamente “para o aterro sanitário, no bairro de Canabrava, a 18 quilômetros do centro de Salvador, em busca de algo para mastigar”. Esse grupo era constituído por “operários desempregados, gente com domicílio certo e sabido, filhos na escola, mas sem dinheiro para comprar o que comer” (O Brasil..., 1983, p. 37-42).

Definitivamente, a fome assumiu contornos de um problema de ordem política. Tornava-se impossível absolver a economia brasileira de sua dinâmica excludente, a qual seria responsável por conectar a “nova fome”, consequência direta da crise do início dos anos de 1980, à histórica carência alimentar que castigava numerosas fatias da população. Estudos citados por *IstoÉ* reforçavam a tese de que a desnutrição não era uma condição irreversível à qual os países pobres pareciam estar fadados, e sim “um aspecto da injustiça na repartição da riqueza”. O professor de medicina da Universidade Federal da Bahia, Jairnilson Paim, alegava que o “modelo de desenvolvimento implantado no país nas últimas décadas aumentou a pobreza”. Já Antônio Carlos Coelho Campino, docente de economia na Universidade de São Paulo, defendia que a “pedra angular do problema nutricional” era a “distribuição de renda” (O Brasil..., 1983, p. 37-42). Ademais, o poder de compra do salário-mínimo se deteriorava em função da escalada do custo de vida.

Se a fome emergia na arena pública como uma escolha política, também carregava componentes éticos de grande relevância para a elaboração de um discurso religioso propagado por aqueles que haviam prestado votos de fé em defesa dos humildes. Desde a década de 1970, a vertente “progressista” da Igreja Católica vinha recrudescendo o tom de suas críticas contra a fome e as desigualdades perpetuadas pela política econômica do regime autoritário, o que contribuiu para a composição de um repertório de mobilização social assimilado pelas camadas populares durante a última transição política (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009; Tilly, 2010). Ninguém conhecia tão bem as intempéries da pobreza e da miséria quanto os representantes do catolicismo progressista, muitos dos quais, movidos por valores do humanismo

cristão, desenvolviam suas atividades nas margens da sociedade. Esses religiosos sabiam traduzir e dialogar com a economia moral dos mais pobres, fato que rendeu a algumas figuras proeminentes do clero uma ficha do Serviço Nacional de Informações (SNI). *IstoÉ* ouviu a freira uruguaia Griselda Castelvechi, da congregação das Oblatas Beneditinas, que desenvolvia um trabalho com moradores em situação de rua e pessoas afetadas pelo alcoolismo na periferia de São Paulo. Nos redutos que frequentava há cerca de trinta anos, a fome não era uma novidade. No entanto, o retrato de “tanta gente disputando o lixo dos ricos” a assustava profundamente (O Brasil..., 1983, p. 37-42). Assim como Griselda, inúmeras religiosas estavam espalhadas pelos quatro cantos do país, engajadas em ações semelhantes.

De maneira explícita ou velada, as retóricas cristãs permearam os motins da fome ao longo de 1983 e tiveram repercussões políticas duradouras. Em meio a um presente incerto, a inserção de religiosos nos bairros populares fomentou experiências de solidariedade que ajudaram a contornar o cenário de crise. Adelaide Dias de Oliveira, esposa do desempregado Claudomiro Martins Oliveira e mãe de quatro filhos, concedeu à revista *IstoÉ* um depoimento no qual relatava como superou as dificuldades provocadas pelo flagelo da fome, sobretudo a partir da convivência com representantes do cristianismo renovado. Sua fala ilustra elementos da economia moral dos “de baixo”, como o orgulho em ser trabalhador e não sobreviver às custas de esmolas, mesmo diante das dificuldades da ocasião. Essa perspectiva se alinha à proposta do padre Valentino, que recomendava que cinco famílias de empregados amparassem, com pequenas doações, duas famílias em estado de vulnerabilidade. Ao final, mantinha-se a esperança de sair da crise com cicatrizes, mas de cabeça erguida e com dignidade. Vejamos:

O Cláudio é metalúrgico, como todo mundo aqui no bairro, e trabalhava na Mercedes-Benz. A firma deu quatro meses de salário quando demitiu o pessoal, mas a Andrea Regina, nossa filha de 8 anos, é cega desde os 2 anos e nunca pudemos tratá-la [...]. O Cláudio fazia qualquer bico que aparecesse para comprar pão para as crianças. Aí a gente dava pão com chá de erva-doce para as crianças e ia dormir com fome. Houve uma época que faltava até o chá de erva-doce. A gente arrancava as folhas mais depressa do que elas cresciam. Aí a gente se pegava com

Deus, ia para a igreja e rezava. Foi daí que o padre Valentino (Valentino Braga, pároco da igreja da Reconciliação, no Parque Santa Madalena, na periferia leste de São Paulo) lançou a ideia de 5 por 2: cinco famílias onde ainda tem gente empregada ajudam duas que não têm mais nada. Mas é preciso ficar claro que não é esmola, ninguém aqui é mendigo, é tudo trabalhador. E quem está ajudando hoje pode ser ajudado amanhã. Um dia, um grupo chegou aqui em casa e trouxe comida para meus filhos: arroz, feijão, açúcar, sal, ovos e gordura. Olha, não é só a comida, não. O importante é aparecer um amigo para animar, dar um conselho. E eles eram tão pobres quanto a gente. Mas é assim, quem ajuda pobre é pobre mesmo. É por isso que eu faço questão: assim que a gente puder, vai entrar num grupo de cinco, para ajudar outros dois. A gente vai sair dessa crise magoado, mas de cabeça erguida (O Brasil..., 1983, p. 37-42)

Desse modo, não é difícil admitir que a fome e seus agravos violavam o sentimento de dignidade socialmente construído pelas classes populares. Por outro lado, é perceptível a presença das retóricas cristãs nos saques de 1983. Tais práticas acabaram adquirindo caráter legítimo em uma conjuntura de recessão econômica, desemprego e repasses abusivos de preços por parte de comerciantes percebidos como gananciosos. Em São Paulo, depois do quebra-quebra de abril, uma nova onda de saques irrompeu em meados de setembro. A revista *Is-toÉ* narrou esses episódios na edição de 5 de outubro. Dois aspectos chamam a atenção e constituem objeto de análise historiográfica: de um lado, o texto jornalístico identifica o perfil dos saqueadores; de outro, sugere a possível participação de uma religiosa no incitamento dos revoltosos.

Na Vila Sabrina, zona norte de São Paulo, na quarta-feira, dia 21, grupos provenientes de um conjunto habitacional situado às margens da rodovia Fernão Dias protagonizaram a invasão ao Minimercado Uai. Albertico Pereira Fonseca, de 30 anos, irmão da proprietária do estabelecimento, forneceu detalhes sobre o rosto anônimo das pessoas: “eram mais de cem, a maioria mulheres e crianças, e vieram da favela”. Sua irmã, Celina Pereira Souza, até tentou impedir a entrada da multidão, mas foi ferida com um golpe na testa. Na sequência, “os saqueadores dirigiram-se para as prateleiras, abriram as sacolas e levaram tudo o que puderam”. Albertico ficou intrigado ao observar que

os invasores não tocaram em bebidas alcoólicas, reconhecendo que o “povo está com fome”. Um morador do referido conjunto habitacional que participou da incursão não soube explicar como tudo começou: “vi as mulheres e as crianças correndo para o supermercado e resolvi ir também, era todo mundo daqui mesmo”, disse (Ao impulso, 1983, p. 29-31). Entre os insurgentes, predominavam mulheres e crianças pobres que viviam em moradias modestas e suplicavam por socorro para escapar da fome. A esse quadro, é preciso acrescentar um discurso crítico ao governo, repleto de referências religiosas.

Como se a tragédia fosse pouca, os saques testemunhados em São Paulo no mês de setembro deixaram vítimas fatais e alguns gravemente feridos. Em São Miguel Paulista, na zona leste da cidade, ao cair da noite de sexta-feira, dia 23, uma criança de 12 anos deu entrada no hospital do bairro por ter sido alvejada com um tiro no peito ao tentar apanhar uma mercadoria. No Jardim das Oliveiras, o proprietário espanhol José Francisco Frangulla acusou a freira Julieta Rodrigues de exortar o povo a invadir seu supermercado. “Ela vive falando mal do governo e dizendo que os comerciantes estão ficando ricos às custas do povo”, lamentou com indignação. A esposa do dono do comércio, Ida Imaculada, justificou que o marido tentou dissuadir os manifestantes oferecendo a eles gêneros alimentícios, como arroz, feijão, açúcar e latas de óleo. Apesar disso, a multidão teria recusado o gesto de boa vontade do espanhol, dando indícios de que a revolta não correspondia a um simples ato impensado. Fato é que as alegações a respeito da freira foram endossadas pelo serviço de inteligência da Polícia Militar paulista, que reportou os acontecimentos ao II Exército e à Polícia Federal por meio de telegramas confidenciais. De acordo com a versão das forças de segurança pública, “os saques estavam sendo organizados, na zona sul, pelo PCdoB e pela Igreja na zona leste”. O comandante do policiamento na área leste da capital, porém, acreditava que a raiz do problema era mesmo a fome: “É claro que, no meio da multidão, podem se infiltrar dois ou três bandidos que aproveitam a ocasião para assaltar, mas a maioria é movida pelo desespero”, ponderou o coronel Torquato Tácito Neto (Ao impulso..., 1983, p. 29-31).

Ainda que seja difícil mensurar com precisão o alcance da intervenção de religiosos nos motins do Rio de Janeiro e de São Paulo, é razoável supor que eles exerceram algum tipo de influência nessas mobilizações. O relato sobre a suposta atitude da freira Julieta Rodrigues mostra-se verossímil, especialmente quando avaliado à luz de outros documentos, como os dossiês produzidos pelo SNI, os quais confirmam o papel combativo de figuras ligadas aos grupos progressistas da Igreja Católica durante a última transição política brasileira. De todo modo, os motins de 1983 foram ingredientes de uma cultura política popular que ganharia densidade na Nova República e condicionaria a sempre pragmática relação dos mais pobres com o poder. Movimentos convergentes de descontentamento popular ecoariam no pós-ditadura por meio do crescente apelo pelo controle da inflação e pela contenção da alta dos preços, cuja expressão mais emblemática foi a atuação dos chamados “fiscais do Sarney”, bem como a agenda de combate à fome e à extrema pobreza que, anos depois, chancelaria a ascensão à presidência da República de um torneiro mecânico com os pés fincados no humanismo cristão.

Os motins de 1983 descortinaram um presente incerto, com intensa agitação das ruas e tramas políticas palacianas, com desfecho imprevisível. Esse panorama destoava do projeto de distensão lento e gradual idealizado no governo Geisel. Para Napolitano (2018, p. 257), “a condição para a liberação do regime se consolidar era o controle absoluto do processo institucional por parte do Poder Executivo”. Até 1977, portanto, a ditadura não abria mão de ditar o ritmo da transição e, ante qualquer sinal de instabilidade, recuava. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o Pacote de Abril, um conjunto de medidas que alterou o número de parlamentares exigido para a aprovação de emendas constitucionais e estabeleceu a escolha indireta para um terço do Senado. Fora isso, os mecanismos de vigilância e repressão continuaram funcionando a pleno vapor. A partir de 1978, no entanto, as peças no tabuleiro passaram a se mover em direção a uma transição para a democracia, abrindo espaço à disputa em torno dos sentidos dessa palavra e dos diferentes projetos que ela comportava. No período de 1978 a 1983, ocorreram eventos como o fim do AI-5, a promulgação da Lei da Anistia, a reforma partidária e a retomada das eleições diretas para

os governos estaduais. Ao assumir o comando do regime militar, João Figueiredo adotou um discurso de conciliação a fim de conduzir a abertura política, mas o último general-presidente teria na economia o seu ponto mais sensível. A inflação já se mostrava um problema insustentável, agravado pela explosão do custo de vida. Assim, antes de mais nada, os motins de 1983 ratificavam a urgência de uma nova configuração democrática comprometida com a superação das desigualdades sociais do país.

Os comícios pelas *Diretas* redesenharam o mapa da abertura política. Entretanto, os conchavos pelo alto e a frustração com a derrota da Emenda Dante de Oliveira acabaram relegando os episódios dos motins da fome a um segundo plano no enredo do processo de redemocratização. Os “deserdados da esperança”, termo usado pela *IstoÉ* para designar os fluxos migratórios decorrentes das tragédias climáticas da primeira metade da década de 1980, eram muitos: os famintos, os trabalhadores inseridos no mercado informal, as vítimas da violência urbana, os operários desempregados e os camponeses empobrecidos (Os deserdados..., 1983, p. 32). Embora conscientes de que a cidade grande oferecia poucas brechas em meio à recessão, esses contingentes populacionais crescentes nas periferias dos centros urbanos ousaram sonhar com dias melhores e imaginar uma quase utópica ascensão social. Em um país em transição, não hesitaram em tecer novas relações políticas para exigir o cumprimento de seus direitos e se afirmaram como atores relevantes de uma Nova República que, entre a “esperança” democrática, o medo e os avanços sociais incipientes, acabou por despertar novamente a desilusão.

REFERÊNCIAS

ALVIN, Daniel Horta. **Mobilizações contra a fome no Brasil: 1978-1988**. 2016. 289f. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

AO IMPULSO da fome. *IstoÉ*, n. 354, ano 7, 5 out. 1983.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CODATO, Adriano. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-1964**. São Paulo: Hucitec/Anpocs/Ed. da UFPR, 1997.

CORRÊA, Larissa Rosa. O evangelho como fermento da ação coletiva: trabalho comunitário e militância dos padres operários na Ditadura Militar (1964-1976). **Topoi Revista de História**, v. 25, p. 1-24, 2024.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, Histórias**, v. 9, p. 8-57, 2021.

FRANCESCHI, Antonio Fernando De. Nós e a fome. **IstoÉ**, n. 351, ano 7, 14 set. 1983.

FREIRE, Américo. Teologia da Libertação brasileira em rede: Emaús, CESEEP e Movimento Fé e Política (1970-1990). **Revista de História**, n. 181, p. 1-28, 2022.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira de; CARVALHO, Vinícius Augusto Pontes de. A narrativa da crise: Nova República, imprensa e transição política no Brasil (revista *IstoÉ*, 1976-1985). In: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **História nas bancas de revistas: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MUNHOZ, Sidnei José. **A ordem do caos “versus” o ocaso da ordem (saques e quebra-quebras em São Paulo – 1983)**. 1989. 154f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1989.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2006.

O BRASIL descobre uma nova fome. **IstoÉ**, n. 351, ano 7, 14 set. 1983.

O SUBÚRBIO se agita. **IstoÉ**, n. 351, ano 7, 14 set. 1983.

OS DESERDADOS da esperança. **IstoÉ**, n. 354, ano 7, 5 out. 1983.

PINOCHET adota medidas para evitar protestos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1983.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n.52, p. 35-55, 2003.

TELLES, Edson Luís de Almeida. A revolta da fome: notícias sobre o quebra-quebra de abril de 1983 e a fabricação do consenso político. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, v. 54, p. 22-51, 2022.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3. p. 133-160, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Transição política no estado do Paraná: pluripartidarismo em cena (1979-1981)

Lucas Alves da Silva

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC).
Professor colaborador da Universidade Estadual de Londrina (UEL)
e professor temporário da rede estadual de ensino do estado do
Paraná. Contato: lucas.as137@gmail.com



INTRODUÇÃO¹

Tendo como base o quadro das relações entre Estado e sociedade no contexto histórico que envolve a última transição política no Brasil, este trabalho tem como foco algumas particularidades dos jogos de poder que se desenvolveram no estado do Paraná, em especial aquelas decorrentes da reformulação político-partidária iniciada em 1979. Para tanto, buscamos refletir sobre mudanças e permanências nos quadros partidários e nas linhas de ação dos diferentes grupos políticos que disputavam espaços durante a abertura democrática, em especial os agrupados no antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), renomeado como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) após o fim do bipartidarismo, bem como a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que se transformou no Partido Democrático Social (PDS).²

Como lembra Américo Freire, as reformas político-partidárias de iniciativa dos governos militares se deram em torno da “adaptação do sistema liberal-democrático dos partidos aos seus objetivos políticos, fossem esses objetivos circunstanciais ou estratégicos” (2014, p. 293). Com isso, buscaram garantir uma base sólida de sustentação ao regime que objetivavam institucionalizar e manter afastadas as forças políticas consideradas “ameaças”. Tratava-se, como sugere Freire (2014, p. 308), da “via partidária” da transição, ou seja, uma estratégia

¹ O presente texto é um desdobramento de reflexões realizadas na tese de doutorado que tem como título “‘Conciliação rima com traição’: relações políticas no estado do Paraná e os limites regionais da transição para a Nova República (1979-1985)”, defendida junto ao PPGH-UDESC em novembro de 2024.

² Os partidos em questão foram protagonistas da cena política paranaense no período analisado. Em 27 de outubro de 1965, o governo ditatorial decretou o Ato Institucional n. 2, o qual teve como uma de suas consequências mais importantes para a política nacional a instauração do bipartidarismo, que extinguiu todos os partidos existentes no país e buscou controlar as ações da oposição. A partir de então, tivemos a criação de dois partidos: a ARENA, partido de sustentação do governo, e o MDB, de oposição consentida.

de transferência de poder do governo autoritário para os civis assentada na crença compartilhada por diferentes setores políticos e sociais de que os partidos seriam canais de enfrentamento do regime em crise e de mediação de interesses civis.

No entanto, o momento de reformulações partidárias ensejou debates sobre quais linhas ideológicas e quais práticas políticas os partidos que se originaram pretendiam ou deveriam seguir, mesmo que as propostas não encontrassem aderência precisa, dados os limites da moldura transicional e do projeto conciliatório. A prática conciliatória, enquanto elemento da cultura política brasileira, vale destacar, “foi sempre minoritária, feita pelo grupo dominante entre si, com pequenas e mínimas concessões à grande maioria brasileira” (Rodrigues, 1982, p. 13). Neste aspecto, o alcance das negociações assim delineadas era limitado, restringindo a diversidade de projetos possíveis e a participação de forças que não se ajustavam às regras do jogo político.

A abordagem das transações partidárias e das relações entre os sujeitos que delas participaram torna possível perceber mudanças na dinâmica político-partidária do período transitório. Para pensar em tais pontos de tensionamento, o texto aqui apresentado toma como base a bibliografia que aborda as relações políticas no estado do Paraná e fontes da imprensa escrita, em especial edições dos jornais *Diário do Paraná* e *Correio de Notícias*, publicadas entre os anos de 1979 e 1980. Ambos os periódicos foram fundados e editados na cidade de Curitiba, e circularam principalmente na capital e região metropolitana.

Tendo em conta as conexões de longo prazo, cabe aqui conhecer alguns aspectos que dizem respeito especificamente à política paranaense no momento inicial da abertura³, bem como seus agentes e suas

³ Destacamos que o processo de transição de regime político pode compreender momentos distintos, sendo que o primeiro deles, no caso brasileiro, compreendeu o anúncio da chamada distensão, em 1974, pelo General-Presidente Ernesto Geisel. Tal período foi marcado pelas medidas de descompressão, e configurou-se como um momento de planejamento, de cálculo dos riscos e de ajustes para que o passo seguinte pudesse ser dado. Na sequência, o regime deu passos institucionais que configuraram o que foi chamado de abertura, a partir de 1979, anunciada e delineada sob o governo do General-Presidente João Figueiredo, com desdobramentos até 1985. Embora não seja consenso

relações com a cúpula militar durante a ditadura militar (1964-1985). No Paraná, em 15 de março de 1979, na mesma data em que o General-Presidente João Batista Figueiredo assumiu a presidência da República, o último governador escolhido pelos militares para dirigir o estado também foi empossado. Tratava-se de um velho conhecido da política estadual: Ney Aminthas de Barros Braga. Como afirmou a cientista política Luzia Helena Herrmann de Oliveira (1998, p. 48), “a Arena confundia-se no estado com Ney Braga e com o regime militar”.

Tendo em vista o apoio recebido e sua íntima relação com os militares, tanto na articulação do golpe quanto posteriormente, ao abordar a história política do estado do Paraná cabe destacar, ainda que brevemente, a trajetória de Ney Braga. Após ocupar diferentes cargos públicos⁴, foi eleito governador do estado em 1960. No pleito em questão, a campanha de Ney Braga só ganhou força após a morte de Atila Ivo de Souza Naves (1959), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁵.

entre os historiadores, a eleição de um presidente civil, em 1985, seria o marco institucional decisivo do fim da ditadura. Para o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2018), por exemplo, a ditadura teria terminado já em 1979, com o fim dos Atos Institucionais, e o marco final da transição democrática seria a promulgação da Carta Magna, em 1988.

⁴ Ney Braga ingressou na vida pública com apoio de seu ex-cunhado, o então governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Braga foi militar, chegando ao cargo de major do exército, e foi chefe de polícia no Paraná, nomeado por Munhoz da Rocha, o qual também o apoiou e o incentivou a concorrer ao cargo de prefeito de Curitiba, para o qual foi eleito em 1954, pelo Partido Libertador (PL), e permaneceu na função até 1958. No ano de 1957, após romper com seu ex-cunhado, em razão do seu desejo em concorrer à Câmara Federal e não encontrar espaço no PL, migrou para o Partido Democrata Cristão (PDC), tornando-se presidente do partido no estado, pelo qual foi eleito deputado federal em 1958. Em março de 1963 Ney Braga foi eleito presidente nacional do PDC.

⁵ Atila Ivo de Souza Naves faleceu após sofrer um infarto fulminante durante um jantar oferecido em sua homenagem, em 12 de dezembro de 1959. Seu sucessor, Nelson Maculan, ficou em segundo nas eleições governamentais, com 30,9% dos votos, sendo derrotado por Ney Braga, que contabilizou 35,3% da votação. Em terceiro tivemos Plínio Costa, do PSD, com 26,8% dos votos

A partir de então, temos a consolidação do grupo político chamado “neysta”, sob o comando de Ney Braga, no interior do qual se formaram alguns dos principais nomes da política paranaense dos anos seguintes e que permaneceu hegemônico até as eleições de 1982. Foi em torno da figura de Ney Braga que se configurou o partido governista, ARENA⁶, após a instalação do bipartidarismo. Apesar ou em razão da relativa popularização de seu nome, ao longo de sua trajetória, contudo, Braga acumulou vitórias e conflitos, especialmente entre seus aliados. Nomes como Paulo Pimentel e Jayme Canet, apadrinhados por Braga e que ocuparam o cargo de governador do estado com seu apoio, acabaram por afastar-se do mesmo em razão de divergências intransponíveis entre eles, bem como José Richa, que ingressou na vida política junto a Ney Braga.

Tendo em conta as considerações apresentadas, e na tentativa de melhor organizar as reflexões aqui propostas, dividimos o texto em dois momentos. No primeiro deles, abordamos especificidades do projeto de reforma partidária que institui o retorno do pluripartidarismo e as posições de políticos paranaenses a respeito do assunto. Na segunda parte, buscamos compreender as articulações que possibilitaram o surgimento dos “novos” partidos e algumas de suas implicações para o processo político analisado.

(IPARDES, 1989, p. 11). Antes do golpe de 1964, vale sublinhar, o PTB do Paraná apresentava grande força política, com grandes chances de eleger o futuro governador (Ames, 2001).

⁶ Após ganhar notoriedade política a nível nacional por apoiar o golpe de 1964 e ser um dos principais articuladores do processo, Ney Braga foi escolhido pelo Marechal-Presidente Castelo Branco para liderar a pasta do Ministério da Agricultura, em 1965. Permaneceu como ministro até agosto de 1966, quando deixou o cargo para se dedicar às eleições ao senado, que concorreu e venceu em novembro do mesmo ano. Atuou como senador até 1974, quando foi convidado novamente a assumir um ministério, desta vez o da educação, após pedido feito pelo General-Presidente Ernesto Geisel. Como Ministro da Educação, trabalhou até maio de 1978. Em novembro do mesmo ano, foi eleito para seu segundo mandato como governador, desta vez por meio de votação indireta, e voltou ao posto em março de 1979, onde permaneceu até 1982, quando foi substituído por José Richa, seu ex-aliado político, e perdeu a disputa para o senado.

PLURIPARTIDARISMO EM CENA

De início, para uma melhor e mais aprofundada discussão sobre o processo de reformulação partidária, ressaltamos que os partidos⁷ políticos constituem, tal como sugere Maria do Socorro Sousa Braga (2010, p. 46), subsistemas cruciais do sistema político. Os partidos, vale destacar, são peças essenciais das democracias modernas. Contudo, embora entendidos como elementos necessários, eles não são suficientes para garantir a existência da democracia – a ARENA e, posteriormente, o PDS são exemplos diretos de como um partido pode, inclusive, agir na contramão dos valores democráticos.

Ao pensar na proximidade dos partidos com o governo militar, destacamos que nas unidades subnacionais, como no Paraná, os efeitos dos conflitos internos na ARENA continuavam sendo acompanhados pelo radar da cúpula militar que comandava o país. No início de 1979, na tentativa de cessar com as desavenças e fortalecer a base governista, o então futuro presidente, General Figueiredo, buscou mediar as tensões entre Ney Braga e o deputado federal Paulo Pimentel, que lideravam os principais e mais fortes grupos políticos arenistas no Paraná. Figueiredo teria solicitado a Pimentel, em fevereiro de 1979, que se reaproximasse do futuro governador paranaense, que assumiu seu mandato em março do mesmo ano, “visando, com isso, a reunificação do Partido governista, para, desta maneira, enfrentar o MDB” (*Diário do Paraná*, 10 fev. 1979, p. 3), que se encontrava naquele momento em franca ascensão no estado. Desta forma, a ARENA poderia manter grandes chances de fazer o sucessor de Ney no pleito seguinte.

De acordo com Batistella (2021, p. 149), caberia a Ney Braga “liderar o processo de organização do ‘ARENÃO’ no Paraná, usando do seu prestígio e da sua influência política para aglutinar todas as alas da ARENA em um novo partido alinhado com o regime”. O “ARENÃO”

⁷ Como proposto por Serge Berstein (2003), o partido político torna-se lugar de “mediação política”, onde se elaboram discursos que visam traduzir, de forma nem sempre precisa, os problemas da sociedade em determinados contextos, bem como buscar soluções para os mesmos.

teria como objetivo manter unidos os políticos arenistas e garantir a continuidade do apoio de suas bases, localizadas naquele momento nos pequenos e médios municípios e ligados aos produtores rurais, bem como o apoio da classe empresarial, que, em razão da crise econômica, buscava alternativas. As movimentações de Ney já miravam o fim do bipartidarismo e as eleições de 1982.

Apesar da tentativa, o reatamento com Pimentel, ainda que breve, não foi bem aceito por todos os aliados de Ney Braga, e o então prefeito nomeado para a capital, Saul Raiz, teria renunciado ao cargo por não aceitar o estreitamento dos laços com Pimentel. A razão apresentada pelo então prefeito para sua saída foi a de que ele teria recebido uma proposta para trabalhar na iniciativa privada. No entanto, especulava-se na imprensa que o real motivo seria o histórico de atritos com Pimentel e o fato de que seus veículos de comunicação realizavam constantemente ataques à administração do prefeito de Curitiba e de Jayme Canet, seu aliado político, que também acabaria por afastar-se de Ney Braga (*Diário do Paraná*, 10 fev. 1979, p. 3). Com a saída de Saul, quem retornou ao executivo da capital foi Jaime Lerner, que já havia ocupado o cargo entre 1971 e 1975, ocasião em que foi indicado pelo então governador Haroldo Leon Peres.

Nota-se um esforço do governo federal no sentido de tentar reverter a imagem negativa que havia sido criada em torno de si e da sua base política, representada pela ARENA, causada especialmente pela crise econômica que assolava o país e pela pressão de diversos setores civis pelo retorno da democracia. As representações públicas ligadas à ARENA ainda durante sua existência, sobretudo a forma como parte da imprensa e seus adversários buscavam retratar o partido, apontavam para o mesmo como uma entidade subserviente e adesista aos militares no executivo nacional (Grinberg, 2004). Tal entendimento pode ser percebido entre os próprios arenistas, como foi o caso do deputado estadual paranaense Dácio Leonel, que afirmou na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) que estava “cansado de participar de um partido subserviente, que só diz amém, igual vaquinha de presépio” (*Correio de Notícias*, 9 out. 1979, p. 3). Como apontou a historiadora Lucia Grinberg (2004), a agremiação ficou conhecida, de modo jocoso, como “partido do sim, senhor”, por endossar

no congresso, em muitos casos, atos antidemocráticos, arbitrários e medidas que ameaçavam a dignidade da população. Tal pecha permeou também a ARENA paranaense, como podemos notar na fala de Dácio Leonel, pois seus integrantes se encontravam, de um lado, acusados de submissão irrestrita, e de outro, percebiam sua imobilidade política diante da centralização do poder encampada no estado pelo governador Ney Braga, o que gerou várias dissidências a partir do retorno do pluripartidarismo.

Sobre a extinção dos partidos, o então deputado federal paranaense Sebastião Rodrigues (MDB) relatou que, “tendo vergonha de sua legenda, Arena, o governo pretende sua extinção, como se a simples troca de nome implicasse também mudanças de personalidade. [...] Assim, pretende extinguir a Arena por vergonha e o MDB por medo” (*Correio de Notícias*, 6 out. 1979, p. 3). A solução do governo seria então extinguir os dois partidos existentes, por meio de uma reforma partidária, buscando fragmentar a oposição em várias facções e criar uma nova sigla, o PDS, que se afastasse, ao menos simbolicamente, da imagem do antigo partido e pudesse ser entendido como um “recomeço”, um “novo rumo” que o grupo que se encontrava no poder daria ao país.

Ao tentar alterar sua própria percepção junto à sociedade por meio de um novo partido, e alegando que tais mudanças seriam um avanço rumo à democracia prometida, o governo ditatorial buscava ainda suplantando projetos de sociedade opositoristas que se colocavam como alternativas para os problemas do período. Se os problemas econômicos seriam superados a partir do retorno da democracia, o presidente militar colocava-se como seu tutor, como protagonista de tal processo. Centralizando as ações, promoveu por meio do governo e dentro daquilo que era aceitável para sua base de apoio, algumas mudanças pautadas pelas oposições e parte da população, como o retorno do pluripartidarismo. Isso se deu, entre outras coisas, pois a implantação dos valores democráticos estava arraigada às promessas e esperanças de melhoria nas condições de vida da população em seus diversos setores, o que gerava maior pressão sobre os articuladores da ditadura, posto que a dignidade humana se encontrava cada vez mais ameaçada pela crise que assolava o país.

Além de apontar para o autoritarismo das ações políticas, uma estratégia dos deputados paranaenses para demonstrar a ineficácia das ações do governo, neste caso, sobre a reforma partidária, foi ressaltar a presença e amplitude da crise econômica que maltratava parcela considerável da população do país. A mudança na organização dos partidos seria, para o deputado estadual Fiori Luiz, que integrou o então recém extinto MDB, uma “cortina de fumaça” que objetivava tirar o foco dos problemas reais dos brasileiros, os quais afetavam negativamente a imagem do governo (Silva, 2024). Dívida externa cada vez maior, altos índices de desemprego, fome, inflação, declínio das políticas de desenvolvimento nacional, péssimas condições de moradia, tudo isso afetava diretamente a sociedade brasileira e foi tema recorrente nas discussões políticas. Embora não seja necessariamente o foco da presente pesquisa, destacamos que a questão dos problemas econômicos foi amplamente debatida durante toda abertura e permeia boa parte das discussões do período, provocando e interferindo nas ações políticas, visto que no início da década de 1980 os problemas socioeconômicos se acentuaram.

Além da questão econômica pautada nos debates sobre a legislação partidária, um dos principais questionamentos, tanto da oposição como da base governista, estava na artificialidade que caracterizaria a criação dos novos partidos. O deputado estadual pela ARENA paranaense, Erondy Silvério, posicionou-se contra a extinção dos partidos e destacou que a reforma proposta “no seu bojo encerra vícios de origem que leva a classe política a crer que o Governo tem a firme intenção de permanecer no poder” (*Correio de Notícias*, 20 out. 1979, p. 2). Percebe-se que parlamentares estavam insatisfeitos por perceberem que a movimentação do governo objetivava, na verdade, garantir sua sobrevivência, o que restringiria a capacidade de atuação dos políticos civis. Sobre as tensões levantadas pelo deputado sobre o retorno ao pluripartidarismo, Motta (1999) lembra que a medida foi uma tentativa de reciclar e prolongar o regime, diminuindo os conflitos políticos por meio de uma concessão de cunho democrático, reduzindo assim as pressões sobre o próprio Estado.

Tais argumentos eram por vezes acompanhados da afirmação de que a criação dos partidos não poderia ocorrer de cima para baixo, o

que inverteria a lógica da redemocratização, como seria o caso, mas deveria surgir das bases. Tal como vislumbrado, o processo redundaria no surgimento de “donos dos partidos” e de agremiações imaturas, carentes de ideologias e distantes da realidade social, pois os responsáveis pela organização das novas siglas seriam os próprios parlamentares, sem participação popular, apenas implicando em novos arranjos.

Sobre a criação de novos partidos, na própria ARENA paranaense tivemos manifestações de desaprovação do projeto de reforma defendido pela agremiação. O deputado federal Norton Macedo, por exemplo, posicionou-se contrariamente à existência de apenas um partido da situação, o “ARENÃO”, destacando que a medida não teria os efeitos imaginados. Macedo, que se tornou no ano seguinte o primeiro presidente do PDS no Paraná, disse: “não encontrei ninguém defendendo a antidemocrática tese do Partido único na área do Governo, fundada na ingênua esperança de que a Oposição se pulverize”, e continuou, afirmando que o “Partidão” seria a continuação da “atual farsa bipartidária, com a agravante de que jogará para os quadros da Oposição muitas lideranças atualmente solidárias com o Governo Federal, mas sufocadas ou posicionadas com desconforto em seus Estados” (*Diário do Paraná*, 7 set. 1979, p. 2). Em âmbito local, este pluripartidarismo restrito significaria uma mobilidade um tanto limitada, que obrigaria os descontentes a formarem fileiras com seus adversários, caso desejassem, de fato, mudar de posição na cena política estadual, o que poderia soar como incoerência junto ao eleitorado. As diferentes posições dos arenistas expõem um não alinhamento de parte do grupo situacionista em relação aos rumos ensejados pelo governo e pelas lideranças do partido, além do desejo de maior liberdade e, ainda que de modo relativo e um tanto restrito, de defesa da democracia (Silva, 2024).

Isso se deu em razão, entre outros motivos, das dissidências pessoais e ideológicas existentes no interior da ARENA, o que resultou no desejo de criação de mais uma agremiação. Os arenistas que se manifestavam contra a reforma partidária imposta pelo governo criticavam não o retorno do pluripartidarismo, mas a possibilidade de criação de

apenas um partido de situação. Na configuração desenhada pelo regime, continuariam obrigados a conviver com seus desafetos. No Paraná, tal situação ficou visível com a impossibilidade de convivência no mesmo partido de figuras como Paulo Pimentel, Affonso Camargo e Jayme Canet. Diferente de parte do antigo MDB, que temia a fragmentação, os situacionistas desejavam justamente uma diversificação partidária vinculada ao poder constituído. Tais posicionamentos sugerem que a abertura política esteve pautada também entre as fileiras do próprio partido de sustentação ao regime autoritário, não se restringindo à oposição, embora os motivos, objetivos e os ideais de democracia pudessem ser distintos.

A tentativa de fragmentar a oposição, na verdade, resultou na divisão da base aliada do governo no Paraná, ao passo que o MDB não apresentou defecções consideráveis. Os arenistas que ambicionavam formar um novo partido defendiam a necessidade de manter amplo diálogo com o governo, sem pôr em risco o projeto de abertura em curso, além de legitimar as reformas propostas pelos militares no poder e dotá-las de contornos liberais. Seria preciso, nesta perspectiva, aguardar que os militares ditassem em que condições e em que momento o povo e as instituições poderiam, de algum modo, participar da vida pública.

“NOVOS” PARTIDOS

Com toda a expectativa por mudanças políticas e cientes da notória força da oposição, nota-se a preocupação do executivo federal em articular sua base para garantir que, após as reformas planejadas, com foco no retorno do pluripartidarismo, o governo mantivesse uma maioria de apoiadores com poder decisório nas casas legislativas e nos governos estaduais. Tais circunstâncias, porém, fizeram com que a criação do Partido Independente, também chamado inicialmente de Partido Democrático (PD), mas que tomou forma com a denominação de Partido Popular (PP), fosse vista com simpatia por membros da ARENA não alinhados ao governo quanto à proposta de criação de apenas uma nova sigla situacionista. A nova sigla atraiu também alguns “moderados” do MDB, e daria origem a uma agremiação que

apresentou um esboço de como a conciliação seria mobilizada entre as elites políticas para garantir a posse de um presidente civil no futuro e a efetivação de uma transição “segura”.

O PP passou a ser articulado a nível nacional pelos mineiros Tancredo Neves (MDB) e Magalhães Pinto (ARENA), mas acabou não se tornando um partido abertamente aliado ao governo, como se especulava inicialmente, e sim de oposição, situado na centro-direita (Napolitano, 2019). No Paraná, o partido contou com apoio e liderança principalmente de arenistas descontentes. A fundação do partido no estado ficou a cargo do ex-governador Jayme Canet, que se recusou a integrar o mesmo partido que Paulo Pimentel (inicialmente PDS, depois PTB e novamente PDS), e optou pelo ingresso no PP. Canet contribuiu para a organização do novo partido no estado juntamente com o senador “biônico” Affonso Alves de Camargo Neto, e o partido recebeu a adesão de emedebistas da ala moderada e alguns dissidentes arenistas. Como se nota, a estrutura do partido a nível estadual foi organizada por dois nomes diretamente conectados à ditadura, os quais buscaram acomodações pessoalmente mais vantajosas, tendo como objetivos suas aspirações políticas.

A formação do PP nos apresenta indícios de como, no Paraná, algumas articulações acabaram por afastar grupos políticos do núcleo comandado por Ney Braga. Francisco Magalhães Filho (1999) levanta a hipótese de que um dos pontos principais que contribuíram para o afastamento de algumas figuras políticas do grupo “neysta” foi o fato de que o então governador estaria vinculado ao grande capital nacional e internacional. Em contrapartida, Jayme Canet representava a burguesia local e aglutinava parte considerável dos capitais locais, “principalmente em setores onde o grande capital ainda não havia entrado ou apenas começava a fazê-lo, e que incluía empresários de setores como o industrial, o grande e médio comércio, a construção civil e a engenharia de obras” (Magalhães Filho, 1999, p. 172). Tal cenário teria sido ainda uma das razões que levaram o PMDB a ganhar força no estado, em especial nas cidades situadas mais ao norte, onde grupos empresariais estavam em plena expansão. Ou seja, os interesses regionalistas no estado deram sustentação ao novo partido que se formava com objetivo de obter apoio futuro para seus negócios.

Conforme afirmou um de seus articuladores, o deputado estadual ex-arenista João Elísio Ferraz de Campos, na escala das relações políticas locais o PP apoiaria totalmente o governo estadual, representado por Ney Braga. Em âmbito federal, contudo, o deputado ressaltou que o partido seria independente e que poderia não estar alinhado ao governo militar (*Diário do Paraná*, 21 nov. 1979, p. 3). A posição levantada por João Elísio aponta para uma tentativa de arranjo no estado, onde o alinhamento e a fidelidade a um líder local poderiam superar suas íntimas relações com o governo federal, ao qual o novo partido não havia prometido apoio. No entanto, não podemos descartar o fato de que a liderança de Ney Braga acabou por sufocar a emergência de alguns nomes. Além disso, as desavenças e disputas entre governistas, como as travadas entre Canet e Pimentel, influenciaram nas decisões de participar de um novo partido.

Com o intuito de fortalecer as oposições diante do que foi imposto no chamado “Pacote de Novembro”⁸, PP e PMDB se fundiram em dezembro de 1981, levando para o interior do maior partido de oposição vários representantes da velha estrutura autoritária⁹. O PP, conforme

⁸ O conjunto de medidas casuísticas estabelecidas pelo governo federal em 1981 ficou conhecido como “Pacote de Novembro”. Entre outros objetivos, criou o voto vinculado, que tornou obrigatório aos eleitores votarem em candidatos do mesmo partido para todos os cargos que estavam sendo disputados, tendo em vista municipalizar as disputas que viriam a ocorrer nas eleições estaduais de 1982. Foram proibidas também as coligações partidárias e os partidos foram obrigados a lançar candidatos em todos os níveis, de vereador a governador (Napolitano, 2019). Isso complementou a estratégia da reforma partidária de 1979, pois o governo federal estendeu o mandato de prefeitos e vereadores por mais dois anos, e as eleições que deveriam ter ocorrido em 1980 foram transferidas para 1982, sob a justificativa de que os partidos se encontravam em fase de estruturação e de que a realização de uma única eleição reduziria os custos com o processo.

⁹ Segundo Marcos Napolitano (2019), a fusão dos dois partidos teria sido benéfica para o governo, que já esperava a criação de um grande partido de oposição, que fosse moderado e conservador, e poderia oferecer um nome aceitável para ocupar futuramente o cargo de presidente. Para a pesquisadora Maria Victória Benevides (1986), este acordo entre os dois partidos causou, a nível

aponta Rafael Mucinhato (2015), foi resultado da reunião de membros das classes dominantes e das articulações de forças liberais-conservadoras, por isso mesmo, considerado uma alternativa real de poder, por ser aceitável pelo regime militar. Tratava-se de uma agremiação “centrista e pragmática, propensa ao diálogo com outras forças políticas, mas diretamente interessada em manter aberta a interlocução com o governo” (Freire, 2014, p. 301). Membros da cúpula do governo militar, por sua vez, apoiaram a criação do partido por considerá-lo como uma “oposição confiável”, a qual poderia dividir as forças oposicionistas nos estados (Mucinhato, 2015). Embora com breve existência, o PP conseguiu reunir nomes que buscaram, no interior do projeto conciliatório que configurou a moldura transicional, representar publicamente algumas proposições de mudanças em relação ao regime autoritário.

Além do PDS, liderado por Ney Braga, e do PP, foram criados os seguintes partidos: PMDB, que agregou boa parte dos antigos emedebistas e dissidentes da ARENA; Partido dos Trabalhadores (PT), com origem nos movimentos operários e liderado a nível nacional pelo metalúrgico e sindicalista Luís Inácio Lula da Silva; Partido Democrático Trabalhista (PDT), organizado por Leonel Brizola, que havia retornado do exílio em Portugal em setembro de 1979; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi refundado em meio a disputas judiciais, travadas entre Brizola e Ivete Vargas, ex-deputada federal por São Paulo, cassada pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), e sobrinha-neta do ex-presidente Getúlio Vargas, que exigia o direito de comandar a antiga sigla.

Após a criação dos novos partidos, as agremiações que tiveram maior adesão no Paraná foram PDS e PMDB, respectivamente. Para o primeiro migrou a maior parcela dos remanescentes do partido de sustentação do governo, além de alguns antigos emedebistas. Observa-se a continuidade da força da base governista no Paraná, organizada por Ney Braga, que conseguiu cooptar a maioria dos prefeitos e boa parte

nacional, uma intensa deformação no PMDB e foi o embrião de um pacto conservador que deu origem à Aliança Democrática, fundamental para a escolha do primeiro presidente civil após anos de ditadura.

dos vereadores paranaenses, garantindo assim, conforme aponta Batistella (2021), o controle político de 90% das cidades do estado.

Na formação do PMDB, o que se observou foi uma tentativa de evitar a fragmentação do partido, em especial por conta do desejo de alguns membros do MDB, após o retorno de Brizola ao país, de ingressar no PTB, um dos partidos mais fortes do Paraná antes do golpe de 1964. Havia ainda as disputas internas e o assédio que alguns de seus integrantes recebiam para migrar para outros partidos. Antes da formação oficial dos partidos, em meio às movimentações iniciais das lideranças políticas, muito se falou sobre a necessidade de união das oposições em torno do MDB, com a formação de uma Frente de Oposições (*Correio de Notícias*, 20 out. 1979, p. 4) ou de uma confederação de oposições, como era por vezes chamada a aglutinação de tendências políticas conflitantes na contestação ao governo ditatorial (*Diário do Paraná*, 4 fev. 1979, p. 4). Embora a maioria dos emedebistas tenha permanecido no PMDB, houve uma redução nos seus quadros, com deputados migrando para o PDS, PP e PTB, tanto no Congresso quanto na ALEP (Batistella, 2021).

Retomando a questão da reestruturação partidária, desde 1978 ocorriam movimentações no sentido de tentar refundar o PTB. No Paraná, a articulação contou com apoio de ex-deputados filiados à sigla durante sua primeira fase de existência, anterior à 1964. A reorganização do partido, que teve à frente no Paraná o ex-deputado Júlio Rocha Xavier, que presidia o Diretório Municipal de Curitiba, recebeu ainda o apoio de José Carlos de Oliveira Mendes, ex-exilado político e ex-guerrilheiro da VPR, que retornou ao país junto com Leonel Brizola, tendo permanecido no estado a pedido do líder trabalhista (*Correio de Notícias*, 12 set. 1979, p. 10). De acordo com Léo de Almeida Neves, um dos principais líderes petebistas no estado, a linha ideológica que o novo PTB seguiria seria de uma esquerda democrática, sem compromissos com a direita e nem com a esquerda radical (*Correio de Notícias*, 11 dez. 1979, p. 3).

Porém, vale ressaltar que, com a vitória de Ivete Vargas na justiça e sua posterior liderança à frente do partido, a agremiação se aproximou do governo ditatorial e passou a apoiá-lo. Em maio de 1980, o

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu ganho de causa para Ivete Vargas, que passou a comandar o PTB. Brizola acusou o General Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, de ter favorecido a adversária no processo do TSE para prejudicar sua rearticulação política no país. A decisão pôs fim à iniciativa de Brizola de reviver a legenda trabalhista, atraindo setores do MDB oriundos do antigo partido. Contudo, o recém-chegado do exílio encontrou dificuldades na execução de sua estratégia, pois não conseguiu arregimentar todo apoio parlamentar que se especulava que teria. Além disso, os conflitos com Ivete Vargas fragmentaram o grupo que desejava o renascimento do PTB (*Correio de Notícias*, 1 dez. 1979, p. 3). No Paraná, após a fundação do PTB, filiaram-se inicialmente um senador e três deputados estaduais, todos ex-emedebistas, aos quais somaram-se dois deputados federais até a metade de 1980. Em junho de 1981, o PTB elegeu o deputado estadual Adalberto Daros para presidir a Comissão Executiva estadual (Batistella, 2021).

Derrotado nas disputas judiciais pelo controle do PTB, Brizola criou uma nova sigla, o PDT. Por conta da cisão petebista, o senador paranaense Francisco Leite Chaves, assim como outros nomes importantes do PTB que se mantinham fiéis a Brizola, decidiram ingressar no PMDB – como Léo de Almeida Neves, que defendeu que o ideal, naquele momento, era a concentração da oposição em um só partido, e considerou precipitada a iniciativa de Leonel Brizola de fundar mais uma sigla tão logo a decisão judicial foi anunciada (*Diário do Paraná*, 11 nov. 1980, p. 3). Diante de tais circunstâncias, a fundação do PDT no Paraná apresentou grandes dificuldades, não conseguindo a vinculação de nenhum parlamentar e com número pouco expressivo de filiados. O responsável pela estruturação do partido no estado foi o ex-deputado estadual Jacintho Simões, cassado pelo AI-5 em 1969, eleito pela convenção pedetista como presidente da sigla em junho de 1981 (Batistella, 2021).

O PT paranaense não contou inicialmente com a adesão de nenhum parlamentar, e foi fundado por trabalhadores da construção civil, operários e professores, entre outros membros da classe trabalhadora da capital do estado. Um dos membros da Comissão provisória estadual do partido, formada em fevereiro de 1980, o metalúrgico Ivo

de Abreu, ressaltou que a nova organização teria três metas básicas naquele primeiro momento: “a posse da terra para os trabalhadores rurais e estabilidade para os operários, uma linha de ação em defesa da liberdade individual e a organização interna que inicialmente será feita em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá” (*Diário do Paraná*, 24 fev. 1980, p. 3). Sem apoio de figuras conhecidas na política estadual, o partido teve dificuldades para se estruturar, especialmente no interior do estado, mas conseguiu, até agosto de 1981, organizar 75 diretórios no Paraná.

Em todas as siglas houve um trânsito de diversos políticos entre as novas agremiações partidárias, com filiações e desfiliações, em razão de acordos, conveniências e conflitos entre seus integrantes, o que fez com que os números iniciais de filiados em cada partido se alterasse com frequência ao longo de 1980 e 1981.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na política paranaense podemos notar uma dinâmica no processo de transição que, mesmo influenciada pelas cúpulas dirigentes nacionais, apresenta características próprias em âmbito político regional. As disputas, atritos e alianças existentes buscaram resistir à reformulação partidária. Mesmo que ao fim do processo tenha prevalecido o horizonte conciliatório, observamos a presença de elementos com peso local que se mesclaram com a dinâmica política articulada a nível nacional. Tais processos e seus resultados nem sempre são percebidos nas análises feitas por meio dos programas partidários, bem como são pouco evidentes nos acordos de cúpula.

A existência de uma figura centralizadora, como a de Ney Braga, acabou por desgastar o partido de sustentação do governo federal no estado. Em momentos de intensas mudanças políticas, ficava explícito o desejo de muitos parlamentares paranaenses em garantir um maior espaço de atuação e, conseqüentemente, visibilidade. No entanto, percebemos que os limites da transição estavam circunscritos, mesmo que isso custasse o governo estadual ao partido situacionista, como veio a ocorrer em 1982.

Destacamos, por fim, que as discussões aqui desenvolvidas são parte de uma reflexão que pode e merece ser ampliada. Novas fontes e abordagens contribuirão para uma compreensão mais apurada do processo de transição política, considerando diferentes escalas de observação.

REFERÊNCIAS

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BATISTELLA, Alessandro. O fim do bipartidarismo e o retorno do pluripartidarismo no Paraná (1979-1982). **Diálogos**, v. 25, n. 2, p. 142-167, 2021.

BENEVIDES, Maria Victória. Ai que saudade do MDB! **Lua Nova**, v. 3, n. 1, não paginado, 1986.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 57-98, 2003.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Eleições e Democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 43-73, 2010.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba. 1979-1980.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba. 1979-1980.

FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. **Varia História**, v. 30, n. 52, p. 287-308, 2014.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá (Orgs.). **O**

golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, p. 141-159, 2004.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Resultados eleitorais**: Paraná, 1945-82. Curitiba: IPARDES, 1989.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. **Da construção ao desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. 1999. 294f. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. **Um passo adiante, dois passos para trás**: o PMDB de 1979 a 1982. 2015. 164f. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. **Democratização e Institucionalização Partidária**: o processo político-partidário no Paraná (1979-1990). Londrina: Editora UEL, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A Constituição cidadã e os legados da ditadura. **Locus**, v. 24, n. 2, p. 277-297, 2018.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**: um desafio histórico-cultural. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SILVA, Lucas Alves da. **“Conciliação rima com traição”**: relações políticas no estado do Paraná e os limites regionais da transição para a Nova República (1979-1985). 2024. 277f. Tese. Doutorado em

História. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis,
2024.

A ditadura em questão: o PMDB, o passado autoritário e a “Nova República” nas eleições de 1986 em Santa Catarina

Vinícius José Mira

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC). Bolsista
CAPES. Contato: viniciusmira1987@gmail.com



Para grande parte dos cidadãos que então viviam em Santa Catarina, as eleições de 1986 foram a primeira experiência de ida às urnas após o fim definitivo da última ditadura militar brasileira, cujo marco final comumente aceito aponta para a realização do colégio eleitoral que escolheu indiretamente Tancredo Neves como Presidente da República, em janeiro de 1985. Após 21 anos, um civil voltaria a comandar a República.

Excetuaram-se desse quadro os eleitores da capital (Florianópolis) e de seis municípios do interior (Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Itapiranga, São José do Cedro e São Miguel do Oeste) que haviam escolhido seus prefeitos em novembro de 1985, como parte do processo de transição política. Durante a maior parte da ditadura militar, as populações dessas cidades foram privadas de elegerem diretamente até mesmo seus prefeitos, dadas as medidas restritivas impostas às capitais dos estados e às estâncias hidrominerais e aos municípios situados em fronteiras ou em áreas consideradas de segurança nacional¹. Soma-se a isso o fato de que as últimas eleições diretas para o governo estadual haviam acontecido em 1982, ainda sob regras impostas pelo regime autoritário. Antes disso, apenas no longínquo ano de 1965. Portanto, em 1986, os processos eleitorais para a escolha de governadores eram ainda uma novidade para grande parte da população.

Cumpre dizer: as três principais agremiações em disputa naquele pleito eram lideradas por personagens associados à ditadura militar, seja pela posição de sustentação civil do regime ou por posturas opo-

¹ De acordo com o artigo 1º da Lei n.7332, de 01 de julho de 1985, “No dia 15 de novembro de 1985 serão realizadas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito nos seguintes municípios: I - Capitais de Estados e Territórios; II - Estâncias Hidrominerais; III - considerados do interesse da Segurança Nacional; IV - nos municípios de Territórios; V - descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1º de dezembro de 1984”. Os municípios de Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, São José do Cedro e São Miguel do Oeste haviam sido caracterizados como de interesse da Segurança Nacional pela Lei n.5449, de 04 de junho de 1968, e o município de Guaraciaba por meio do Decreto-lei n. 1229, de 05 de julho de 1972.

sicionistas aos generais-ditadores. O principal quadro do Partido Democrático Social (PDS) era o então governador catarinense Esperidião Amin, cuja ascensão política esteve associada a indicações para cargos públicos durante o regime autoritário, incluindo a prefeitura de Florianópolis (1975-1978).

O Partido da Frente Liberal (PFL) era dirigido por Jorge Konder Bornhausen, que fora indiretamente escolhido vice-governador (1966-1971) e governador (1979-1982) de Santa Catarina. Foi ainda um dos artífices da “Aliança Democrática”, a costura entre a agremiação oposicionista Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a dissidência do PDS no contexto do acordo parlamentar em torno de Tancredo Neves. A morte deste converteu tal articulação na base de apoio ao governo de José Sarney (1985-1990), quando Bornhausen exerceu a função de Ministro da Educação entre 1986 e 1987 (Maciel, 2014).

Em 1986, o PMDB em Santa Catarina, por sua vez, tinha como principal quadro Pedro Ivo Figueiredo de Campos, egresso das Forças Armadas, que exercera mandatos como deputado estadual (1967-1970), federal (1971-1972; 1979-1982) e prefeito de Joinville (1973-1977), sempre pelo partido de oposição ao regime.

Além das três agremiações citadas, também concorreram ao executivo estadual naquele pleito o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em comum, ambos surgiram no processo de transição a partir de certo repertório de ação política construído na oposição ao regime autoritário, incluindo movimentos sociais com franca atuação à esquerda.

A partir do quadro descrito, este capítulo busca perceber como a ditadura esteve em cena nas eleições de 1986 em Santa Catarina. Isto é, parte-se da seguinte interrogação: como os diversos atores da política partidária se apropriaram do passado autoritário em contexto eleitoral? Uma atenção especial é dedicada ao PMDB, o sucessor do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, por conseguinte, o principal herdeiro do legado de duas décadas de oposição à ditadura militar.

Para atingir os objetivos propostos, as edições diárias dos periódicos *Diário Catarinense* e *O Estado* publicadas durante a disputa eleitoral, e salvaguardadas no acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina, foram analisadas em diálogo com a bibliografia pertinente.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a análise histórica acerca da forma como indivíduos e grupos de então se relacionavam com o passado autoritário e com a perspectiva democrática futura encontra terreno fértil nas proposições de Reinhart Koselleck (2006; 2014), em especial as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa. A ideia é tomar a eleição como um momento privilegiado para apreensão de como a percepção das experiências passadas no regime autoritário norteou os movimentos dos agentes da política partidária.

Em sentido mais amplo, o estudo das noções de espaço de experiência e horizonte de expectativa dos sujeitos históricos analisados pode se aproximar da noção de cultura política. Serge Berstein (2009, p. 31), entende a cultura política como um “grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político”. De maneira similar, Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 21) a define como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.

Dito de outro modo, a noção de cultura política permite identificar uma forma compartilhada de interpretar o passado e de formular uma visão de sociedade desejada para o futuro em um grupo específico — como um partido político, seus membros, militantes e, em certa medida, também seus eleitores.

Avançando nessa perspectiva, Berstein (1998) aponta que há uma diversidade de culturas políticas dentro de uma mesma nação, com áreas de influência e valores compartilhados que acabam por moldar as culturas políticas atuais. Reflexões parecidas são desenvolvidas, entre outros autores, por Motta (2018) e Eliana Regina de Freitas Dutra (2002). Ambos afirmam que as culturas políticas não são estruturas fixas e podem existir simultaneamente, pois, mesmo quando se

opõem, é perceptível que tanto se afetam mutuamente quanto, a partir de seus contrastes, são transformadas ao longo do tempo. Em outras palavras, os valores, práticas e tradições que caracterizam um grupo político exercem influência sobre seus adversários e, ao mesmo tempo, sofrem influência deles.

Para os propósitos deste texto, é interessante observar como uma certa cultura política “oposicionista”, construída durante as duas décadas de arbítrio da ditadura militar, esteve em cena durante as eleições de 1986. Isto é, como uma maneira particular de se relacionar com o passado autoritário foi apropriada em contexto eleitoral.

Na esteira das contribuições de Rémond (2003), tão relevantes quanto os resultados das urnas são as campanhas eleitorais, que marcam o início do processo eleitoral. É nesse momento que se articulam as estratégias para a disputa e se redefinem os equilíbrios de poder. Daí que seja particularmente interessante esse momento das eleições por sua dimensão paradigmática.

Como resultado, o capítulo esboça contribuições ao estudo do processo de realojamento e acomodação na nova conjuntura institucional dos atores político-partidários de Santa Catarina que haviam sustentado ou contestado a ditadura militar.

De partida, chama a atenção que a ditadura apareceu relativamente pouco na cobertura das eleições de 1986. Dada a proximidade temporal e o ineditismo do contexto democrático de liberdades políticas, era esperado que esse tema aparecesse muito mais em debates, pronunciamentos e programas de campanha. Contudo, ao que parece, o eixo norteador (e polarizador) da política partidária nas eleições estaduais de 1986 em Santa Catarina foi a Nova República e a Aliança Democrática, opondo assim, o PMDB e o PFL ao PDS, PT e PDT, e não mais o apoio ou oposição à ditadura militar. Ainda assim, personagens relevantes da disputa fizeram usos políticos de leituras comuns sobre o recente passado autoritário que permitem uma análise histórica sobre como a ditadura esteve em cena nas eleições de 1986.

Um elemento marcante para esse jogo de forças foi o Plano Cruzado. Implantado em fevereiro de 1986 pelo governo Sarney, tratou-se de um pacote econômico temporariamente bem-sucedido em reduzir a inflação, fortalecer os salários e aquecer o mercado de consumo,

ao substituir o cruzeiro por uma nova moeda, o cruzado, e congelar os preços de mercadorias, tarifas e serviços. Contudo, os ajustes necessários para o bom resultado da reforma monetária foram adiados até as eleições de novembro de 1986, na esperança de capitalizar eleitoralmente o sucesso momentâneo do Plano Cruzado (Fico, 2015).

O maior indício de que o elemento polarizador era a Nova República foram as candidaturas situadas à direita do espectro político-partidário. Desde o início do ano, o PMDB era visto como um concorrente muito competitivo e, após abril, quando Pedro Ivo Campos logrou a indicação do partido para disputar o governo estadual, havia um diagnóstico recorrente de que a única chance de haver alguma competição no pleito se daria por meio de uma aliança entre o PDS e o PFL.

A composição não parecia improvável. Até pouco tempo antes, os pefelistas faziam parte do PDS e, antes disso, eram todos membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), a agremiação criada para sustentar o regime autoritário entre os políticos civis, fornecendo pretença legitimidade aos generais-ditadores. Entretanto, os compromissos assumidos pelas lideranças dos dois partidos inviabilizaram o acordo. Enquanto Esperidião Amin, do PDS, havia tomado o posto de notório detrator da Nova República – postura que lhe aproximou de Leonel Brizola, do PDT –, Jorge Bornhausen, do PFL, havia recém assumido o Ministério da Educação e era um dos principais articuladores políticos do governo Sarney.

Ainda que as bases de ambos os partidos sinalizassem preferência pela aliança, três meses de tratativas, entre abril e julho, não foram suficientes para resolver os conflitos e as agremiações concorreram separadas ao governo estadual². O PFL foi à campanha eleitoral com Wilson Kleinübing que, até poucas semanas antes, fora o presidente do diretório estadual do PDS. Este partido, por sua vez, lançou o nome de Amílcar Gazaniga, depois que a primeira opção, Henrique Córdova, trocou a disputa pelo governo estadual pela tentativa (exitosa) de conseguir uma cadeira na Câmara dos Deputados.

² PARAÍSO, Prisco. Por que a aliança PDS-PFL não saiu? **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 89, 31 jul. 1986, p. 12.

É interessante observar que o PDS vivia uma crise nacional de popularidade no transcurso da década de 1980, na esteira do ocaso da ditadura militar (Napolitano, 2018). O quadro catarinense, no entanto, carrega particularidades. Ainda que houvesse um diagnóstico mais ou menos recorrente na imprensa de que o PDS catarinense estava com os dias contados, o governador Esperidião Amin mantinha níveis não desprezíveis de popularidade, o que pode ter contribuído para dar uma certa “sobrevida” à agremiação, embora de caráter bastante personalista.

Ainda assim, houve um processo de deserção em massa de políticos do PDS em direção ao PFL, principalmente vereadores e prefeitos de cidades dos rincões de Santa Catarina, motivados pelas vantagens oferecidas pela principal liderança do PFL, então ministro da Educação. Não que isso fosse um movimento inusitado. Os pefelistas de 1986 eram os pedessistas de 1982 e os arenistas de 1978³.

Caso o acordo tivesse se concretizado, é possível especular que o passado autoritário da ditadura militar fosse objeto de acaloradas disputas, repetindo o eixo polarizador das eleições estaduais de 1982, quando os partidos de oposição ao regime (PMDB, PT, PDT e PTB) antagonizaram o PDS. Isso é perceptível no decorrer dos meses em que se arrastou a tentativa de composição entre PFL e PDS. Nesse contexto, a ARENA ainda era um parâmetro para a análise da política partidária, mesmo quase sete anos após a sua extinção. Além disso, segundo alguns observadores, diante do diagnóstico de perceptível decadência do PDS, suas chances residiam em um acordo com o PFL, na tentativa de reeditar a vitória eleitoral de 1982.

Naquela ocasião, o candidato do PDS ao governo estadual, Esperidião Amin, derrotou o peemedebista Jaison Barreto por pouco mais de 12 mil votos, enquanto na disputa ao senado, Jorge Bornhausen, então no PDS, derrotou Pedro Ivo Campos por menos de 2 mil votos. Em ambas as disputas a idoneidade da apuração dos sufrágios foi amplamente contestada, sob acusação de fraude e abuso de poder econômico (Aguiar, 1995).

³ PARAÍSO, Prisco. A investida do PFL nas bases do PDS. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 14, 18 mai. 1986, p. 16.

Aparentemente, a não reedição da “ARENA”, em nível local, criou um entrave entre os peemedebistas catarinenses para atribuir a alguns de seus adversários à direita o fardo da ditadura.⁴ Afinal de contas, como seria possível culpar o PFL pelo entulho autoritário se um pefelista catarinense ocupava uma posição de protagonismo no governo federal peemedebista da Nova República? Esse tipo de acusação ficou restrita quase que exclusivamente ao PDS.

Diante do cenário exposto, em 1986, a posição de inculpação aos representantes das “forças políticas que estiveram no poder até o ano passado”⁵ coube principalmente aos setores considerados progressistas do PMDB – de políticos como os então candidatos ao senado Nelson Wedekin e Dirceu Carneiro –, ao PT e ao PDT. Tratam-se de personagens e grupos de trajetória oposicionista à ditadura militar e sem grandes compromissos assumidos com a Nova República.

Sobre a indicação de Jorge Bornhausen ao Ministério da Educação, opinaram da seguinte maneira três personagens dos setores considerados progressistas do PMDB. O deputado federal Dirceu Carneiro disse que a única relação de Jorge Bornhausen com a educação “foi em 1979, quando mandou a polícia bater em estudantes e enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional”⁶. O prefeito de Florianópolis, Edison Andrino, lamentou: “nós ficamos 20 anos lutando contra a ditadura e te-

⁴ Essa conjuntura foi percebida pelo cronista político Luís Carlos Cancellier, no final de janeiro, antes mesmo de Jorge Bornhausen assumir o Ministério da Educação, quando o político Evelásio Vieira (egresso do MDB, mas com passagem pelo Partido Popular, PP, antes de ingressar no PMDB) sinalizou a viabilidade da edição da Aliança Democrática em nível estadual: “e aí pouco valerão os argumentos de que o PFL e o Senador Bornhausen representam posições direitistas e reacionárias, ou a acusação de que os frentistas foram o suporte civil dos governos militares”. CANCELLIER, Luís Carlos. Questão de tempo. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXI, n. 21519, 27 jan. 1986, p. 3, Contexto.

⁵ Saulo Vieira: “Pedro é o candidato”. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXI, n. 21573, 23 mar. 1986, p. 3.

⁶ Carneiro quer que Sarney deixe PMDB. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXI, n. 21542, 20 fev. 1986, p. 3.

mos raízes populares muito fortes, mas infelizmente não temos prestígio na cúpula do Governo e do partido”⁷. Anita Pires, do PMDB Mulher, fez raciocínio semelhante: “depois de uma luta de 20 anos contra a oligarquia, tivemos que aceitar a indicação de Jorge Bornhausen para o MEC. Acreditamos em um governo de transição, que optasse pela democracia, mas estamos vendo agora que isso foi um engano”⁸.

Esse tipo de argumentação foi bastante recorrente por parte dos peemedebistas no decorrer do processo eleitoral. As duas décadas de oposição à ditadura militar eram credenciais de credibilidade durante os primeiros passos da Nova República. Além disso, havia uma teleológica leitura comum do passado que comparava os primeiros passos do exíguo MDB em Santa Catarina do final da década de 1960 com a pujança do PMDB de 1986, em vias de (finalmente) conquistar o governo estadual⁹ e eleger uma numerosa bancada legislativa¹⁰.

Esse tipo de raciocínio era defendido pelos partidários de Pedro Ivo nas disputas internas do PMDB¹¹. Mesmo políticos caracterizados

⁷ Frente comemora e PMDB se sente alijado. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXI, n. 21532, 09 fev. 1986, p. 3.

⁸ PMDB e PFL catarinenses divergem sobre o rompimento. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXI, n. 21549, 27 fev. 1986, p. 3.

⁹ BORGES, Elaine. PMDB: uma sigla sem identidade. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 4, 08 mai. 1986, p. 18; PARAÍSO, Prisco. Inflação. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 5, 09 mai. 1986, p. 12.

¹⁰ Sobre a unidade partidária do PMDB, Pedro Ivo afirmou: “foi forjada em 20 anos de resistência ao arbítrio e à ditadura, que nos perseguiu e nos cassou, que exilou e assassinou companheiros idealistas e combativos”. CAMPOS, Pedro Ivo. Prévias e unidade. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXI, n. 21584, 03 abr. 1986, p. 4, Ponto de vista. A respeito do processo “democrático” de construção do plano de governo, Pedro Ivo Campos argumentou que “esta participação apregoada, ao contrário do que imaginavam nossos adversários, não constituía um discurso demagógico, mas a síntese da nossa pregação feita nestas duas décadas de regime autoritário”. CAMPOS, Pedro Ivo. Da teoria à prática. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXI, n. 21612, 01 mai. 1986, p. 4, Ponto de vista.

¹¹ Nas disputas internas do PMDB para concorrer ao governo estadual, entre Pedro Ivo Campos e Luiz Henrique da Silveira, os aliados de Pedro Ivo minimizaram o caráter progressista de Luiz Henrique: “foi Pedro quem percorreu

como progressistas, como os deputados Roberto Motta¹² e Casildo Maldaner¹³, apoiavam Pedro Ivo – ora considerado moderado, ora descrito como conservador – em função da sua trajetória de duas décadas à frente do partido.

Ainda sobre as credenciais de duas décadas de oposição à ditadura militar, o PMDB teve que enfrentar um grande dilema político e moral. A acomodação das diferentes correntes do partido era um desafio para o pleito de 1986 no caso da disputa pelas duas vagas ao Senado Federal. A solução óbvia era fazer uso do mecanismo da sublegenda¹⁴. Todavia, a agremiação reiteradamente condenou esse expediente como um dos traços mais nefastos do regime autoritário durante a sua vigência. Se na maioria das situações o repertório oposicionista e democrático do MDB era um elemento de distinção, no caso das sublegendas era um incômodo. Mais uma vez, a ditadura esteve em questão.

Os candidatos ao senado homologados pelas prévias, Cid Pedroso e Nelson Wedekin, pressionaram a agremiação para não fazer uso da sublegenda, tendo em vista a rejeição que os integrantes do partido manifestaram a essa tática eleitoral durante os anos de regime militar.

todo o Estado formando o antigo MDB, quando muita gente não saía à rua para fazer política com medo de ser preso pelos governos militares”. Prêvia: candidatos estão confiantes. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXI, n. 21577, 27 mar. 1986. p. 3.

¹² Nas palavras de Roberto Motta, “o melhor candidato, na minha opinião, é o ex-presidente Pedro Ivo Campos. Entendo que ele encerra um ciclo de coerência dentro do PMDB desde o período autoritário, e desde a fundação do antigo MDB. Ele é um homem que encarna o verdadeiro espírito peemedebista”. Motta se diz marginalizado na Capital. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXI, n. 21532, 11 fev. 1986, p. 3.

¹³ De acordo com Casildo Maldaner, “pelo passado, por suas lutas, pela maneira como organizou o MDB e o PMDB nos mais terríveis anos da ditadura, só temos que apoiar a candidatura de Pedro”. Maldaner é o vice de Pedro Ivo. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXI, n. 21577, 27 mar. 1986, p. 3.

¹⁴ As sublegendas eram um recurso eleitoral existente durante a ditadura militar, regulamentado pela Lei n. 5453, de 14 de junho de 1968. Cada partido político poderia inscrever até 3 sublegendas. O resultado do pleito somava a quantidade de sufrágios obtidos por todas as sublegendas do partido e era considerado eleito o candidato da sublegenda mais votada.

Pedroso argumentou que “esta manobra se desencontra com a velha bandeira oposicionista de 20 anos atrás”¹⁵ A cúpula do partido, por sua vez, mesmo no caso dos dirigentes partidários pessoalmente contrários à sublegenda, defendia o uso da ferramenta, de tal modo a alojar as diferentes correntes da agremiação no pleito.¹⁶

Entre os detratores da sublegenda estava o ex-peemedebista Jaison Barreto¹⁷, candidato ao governo derrotado em 1982, como mencionado anteriormente, que durante anos fora uma das vozes mais combativas ao regime entre os políticos mais influentes do partido. O peemedebista José Antonio Salvadori, de sua parte, sinalizou seu repúdio à medida porque “o PMDB de Santa Catarina não pode compactuar com esse filho espúrio e incestuoso da ditadura”.¹⁸ Os deputados Iraí Zílio e Francisco Küster condenaram, respectivamente, a ferramenta “usada pela antiga ARENA para se manter no poder” e o “instrumento repudiável” representado pelo aparato¹⁹.

Para além da coerência político-ideológica e das diversas correntes internas do partido, havia oportunismo na defesa ou na condenação da sublegenda. Cid Pedroso, considerado moderado ou até conservador, e Nelson Wedekin, um reconhecido progressista, seriam os únicos postulantes do PMDB às duas cadeiras do Senado Federal caso a sublegenda não fosse usada, logo, eram contrários a esse mecanismo. Dirceu Carneiro, ideologicamente próximo a Nelson Wedekin, era a favor do uso da sublegenda porque também pleiteava disputar o senado, ao

¹⁵ Pedroso critica o uso da sublegenda. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 27, 31 mai. 1986, p. 10.

¹⁶ PARAÍSO, Prisco. Pressão. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 8, 12 mai. 1986, p. 10; PARAÍSO, Prisco. Explicação. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 11, 15 mai. 1986, p. 10.

¹⁷ PARAÍSO, Prisco. E a sublegenda?. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 1, 05 mai. 1986, p. 18; Jaison: “eleição será um festival de mediocridade”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 35, 08 jun. 1986, p. 16 e p. 17.

¹⁸ Sublegenda foi definida somente na última hora. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 63, 06 jul. 1986, p. 18.

¹⁹ Deputados condenam a sublegenda. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 13, 17 mai. 1986, p. 9.

passo que o supracitado José Antonio Salvadori, um conhecido conservador, era contra. Político da região de Lages, Salvadori era muito próximo de Juarez Furtado, rival local de Dirceu Carneiro no PMDB, ambas lideranças históricas do antigo MDB no planalto serrano (Silva, 1985). Sua postura contrária à sublegenda visava prejudicar as pretensões federais de seu adversário interno, portanto.

Entre a incoerência e o incômodo, o PMDB ficou com a primeira. Na medida em que a opção pela sublegenda foi consolidada, o discurso foi afinado na direção do usar pela última vez o mecanismo da sublegenda para poder enterrá-lo definitivamente, assim como no caso da derradeira edição do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves: tal como um antídoto que é feito com as substâncias do próprio veneno.²⁰ De qualquer forma, o mal-estar gerado entre alguns políticos nesse processo é um sintoma de uma certa leitura comum do passado que associava a sublegenda com o “entulho autoritário” que o partido deveria superar.

Em se tratando de credenciais alcançadas durante o contexto ditatorial que ganharam outras conotações durante a experiência democrática, é preciso falar sobre o coronel pretensamente democrata que venceu as eleições de 1986. Pedro Ivo Campos foi um importante artífice do MDB em Santa Catarina. Tendo sido eleito deputado estadual em 1966, no primeiro pleito disputado pela agremiação, rapidamente foi alçado à posição de líder estadual do partido, ainda que estreante em cargos públicos, tendo em vista que os personagens do MDB de maior envergadura partidária e trajetória política mais extensa foram cassados pelo regime autoritário até o final daquela década.

Naquele contexto, a insígnia de egresso das Forças Armadas era um importante “salvo-conduto”²¹ para Pedro Ivo e para o MDB em Santa

²⁰ Luiz Henrique: Constituinte vai viabilizar os próximos Governos. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXII, n. 21657, 15 jun. 1986, p. 2; Sublegenda: só a convenção decidirá. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXII, n. 21662, 20 jun. 1986, p. 3; PARAÍSO, Prisco. PMDB na encruzilhada da sublegenda. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 47, 20 jun. 1986, p. 10.

²¹ A obra *Pedro Ivo: Um coronel democrata*, organizada pelo jornalista Moacir Pereira (2006), contém um compilado de depoimentos de personagens da política catarinense a respeito de Pedro Ivo. Em muitos deles, é ressaltado que

Catarina, diante das acusações de subversão comumente atribuídas aos emedebistas.

Contudo, uma vez findado o regime autoritário, as mesmas credenciais que haviam respaldado sua atuação política de outrora passaram a ser, em 1986, um elemento desabonador, explorado por parte de seus opositores. Infundáveis vezes, adversários pejorativamente se referiram a Pedro Ivo como “coronel”. Faziam uso desse recurso até mesmo aqueles adversários que, segundo as palavras do próprio Pedro Ivo, “compactuavam de forma subserviente com aquele regime e beijavam as botas dos militares que comprometeram o futuro desta nação”.²²

Esse é um uso do passado bastante indicativo. O espólio do regime autoritário era um fardo tão pesado de ser carregado por seus apoiadores que eles preferiam atribuí-lo a um indivíduo bastante identificado com a oposição à ditadura. Isto é, na voraz alvorada da Nova República, nem mesmo aqueles civis que se beneficiaram das duas décadas de arbítrio defendiam o legado do regime. Em 1986, o caráter nefasto da ditadura era um ponto de vista comum até mesmo para quem estava (e esteve) situado à direita do espectro político-partidário.

Entre os mais notórios operadores da pecha, comprometidos com o regime autoritário até poucos meses antes, estavam Esperidião Amin²³e a Juventude Democrática Catarinense – setor juvenil do PDS

o passado militar do político serviu como uma espécie de “salvo-conduto” à atuação oposicionista do MDB. Da mesma forma, o próprio Pedro Ivo relembra a sua trajetória dessa forma. Segundo ele, “a minha presença foi útil e serviu como escudo na nossa campanha pelo interior do estado porque se procurava caracterizar, como eu já disse, ainda há pouco, de que a oposição era o partido da subversão, e onde estava, não estava claro, aonde [estavam] os defensores do comunismo. Então eu era apresentado, muitas vezes, como sendo um oficial do exército” (Campos, 1978).

²² Para Pedro Ivo, Estado precisa de homens de bom senso no comando. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXII, n. 21688, 16 jul. 1986, p. 3.

²³ Nas palavras de Amin, “Está na hora do coronel Pedro Ivo cuidar um pouco mais do que diz porque o povo catarinense não vai aceitar ordem unida. [...] Eu fiz uma opção pelos pequenos. Ele que continue com os grandes”. Amin: “receio conceito de moralidade de Pedro”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 65, 08 jul. 1986, p. 12.

e que, portanto, sucedia a ARENA jovem –, cujo dirigente afirmou que “a proposta de renovação que o candidato do PMDB ao Governo oferece é a volta do militarismo em Santa Catarina”²⁴, além do candidato do PDS ao governo estadual, Amílcar Gazaniga, defendendo o fim dos “coronéis da política”²⁵.

Diante desse cenário, Pedro Ivo engrossou as suas críticas aos até há pouco tempo “submissos e servis defensores” dos generais no poder. Respondeu aos detratores, sinalizando orgulho por ter pertencido ao Exército, e acusou alguns de seus adversários de terem sido subservidores ao regime que governou o país desde 1964, argumentando que, ainda que egresso das Forças Armadas, sempre se opusera aos atos repressivos e discriminatórios praticados pelos militares no poder:²⁶

Sou daqueles que sempre estiveram ao lado do povo, e quando do golpe de 64, eu estava num partido popular, resistindo contra os maus militares. [...] Nunca andei com aqueles que usam o termo coronel como pejorativo, aqueles que lamberam as botas dos militares e engraxaram os coturnos dos maus coronéis. [...] Eu era do PTB, e com a extinção do partido, fui para o MDB combater a ditadura. Onde estavam naquele momento aqueles que hoje me criticam? Onde estavam sabemos todos: promovendo-se às custas do arbítrio e da repressão.²⁷

Nesse sentido, é curioso o desfecho das urnas em 1986. À exceção do mandato estadual de Colombo Salles (1971-1975), é possível exagerar um pouco e afirmar que, desde a década de 1930, Santa Catarina ou fora comandada por integrantes de duas “oligarquias” (Ramos e

²⁴ JDC duvida da proposta de Pedro Ivo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 48, 21 jun. 1986, p. 11.

²⁵ Gazaniga promete: acabar com “coronéis”. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXII, n. 21705, 03 ago. 1986, p. 3.

²⁶ Pedro Ivo: “Sou coronel e me orgulho”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 72, 15 jul. 1986, p. 15; CAMPOS, Pedro Ivo. “Resistindo” às mudanças. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXII, n. 21668, 26 jun. 1986, p. 4, Ponto de Vista.

²⁷ Pedro: sou coronel e me orgulho. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXII, n. 21719, 16 ago. 1986, p. 3.

Konder-Bornhausen), exemplos emblemáticos daquilo que é comumente chamado de “coronelismo”, ou por personagens escolhidos e/ou apoiados por esses dois grupos. De maneira intrigante, foi pelas mãos de um coronel que a sucessão de representantes do “coronelismo” teve um fim²⁸.

Outros dois aspectos do pleito colocaram a ditadura em cena: o anticomunismo e a legislação eleitoral. A respeito do primeiro, é sabido que muitos comunistas catarinenses desenvolveram uma “dupla militância” durante a ditadura militar: no Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na clandestinidade, e no MDB, na via legal (Neves, 2023). Por outro lado, nem todos os “comunistas” deixaram o PMDB quando o PCB foi legalizado em 1985. Os dois casos mais conhecidos em Santa Catarina são os da vereadora Clair Castilhos, em Florianópolis, e do deputado estadual Roberto Motta, ambos eleitos pelo PMDB em 1982.

No contexto eleitoral, depois de ter sido acusado de “empreguismo” pelo deputado Roberto Motta, o prefeito de Florianópolis, Edison Andrino, eleito pelo PMDB em 1985, chamou o correligionário de “comunista”. Motta então respondeu, acusando Andrino de estar se tornando o “Newton Cruz catarinense”²⁹, em alusão a um dos maiores símbolos da repressão da ditadura militar.

Em contrapartida, Andrino afirmou que os comunistas deveriam se filiar ao PCB ou ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), em clara alusão a Motta, comunista que foi vítima dos órgãos de repressão e segurança da ditadura por sua atuação clandestina. Na réplica, Motta afirmou que enquanto ele era perseguido, Andrino estava “caçando e pescando”³⁰.

²⁸ SILVÉRIO, Bento. Eleição deste ano marca o fim do ciclo oligárquico no Estado. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXII, n. 21769, 05 out. 1986, p.3; SILVÉRIO, Bento. Só coronelismo derrota Pedro. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXII, n. 21793, 29 out. 1986, p.3, Contexto.

²⁹ PARAÍSO, Prisco. Projeto eleitoral do PMDB ameaçado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n.24, 28 mai. 1986, p.12.

³⁰ SILVÉRIO, Bento. PMDB: é assim que se perde. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXII, n. 21640, 30 mai. 1986, p.3, Contexto.

Além do imbróglgio pessoal entre Motta e Andrino, o anticomunismo também esteve presente no apoio que os militantes do PCB propuseram ao PMDB na disputa pela eleição majoritária. Mas a possível coligação foi rejeitada pelo receio de que esse tipo de aliança pudesse despertar memórias anticomunistas em parte do eleitorado.³¹ Pedro Ivo, em particular, afirmou que aceitaria o voto de quem quer que seja, mas não subiria aos palanques com comunistas.³²

A postura causou surpresa, pois, afinal de contas, ainda havia comunistas no próprio PMDB em Santa Catarina e esses militantes haviam sido imprescindíveis na estruturação da agremiação durante o regime autoritário. Amin questionou se haveria uma investigação ideológica para localizar os comunistas que ainda fariam parte do partido³³, enquanto Clair Castilhos lamentou a posição, sinalizando a contribuição dos comunistas na construção do MDB e do PMDB³⁴. Por sua vez, Sérgio Grando, vereador mais votado nas eleições de 1982 pelo PMDB, que trocou o partido pelo PCB quando este foi legalizado, também lastimou a atitude, sinalizando: “só esperamos que eles não usem o mesmo argumento da ditadura”.³⁵ Pedro Ivo contornou a situação, afirmando que não atuaria como “agente da ditadura, perseguindo os comunistas, denunciando-os, e até mesmo assassinando-os, como o fez o regime imposto em 64. O voto que aparecer na urna, em 15 de novembro, não terá marca partidária, e portanto, não poderemos identificar sua origem”³⁶.

³¹ Deputados repudiam proposta de Küster. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 5, 09 mai. 1986, p. 12.

³² GARCEZ, Itamar. Pedro Ivo denuncia forças ocultas e repudia comunistas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 108, 19 ago. 1986, p. 10.

³³ Amin: “Esse pessoal deixa de falar com o povo e começa a ver fantasmas”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 109, 20 ago. 1986, p. 11.

³⁴ Comunistas preferem evitar comentários. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 109, 20 ago. 1986, p. 11.

³⁵ LOPES, Sérgio. Contra. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXII, n. 21669, 27 jun. 1986, p.2.

³⁶ CAMPOS, Pedro Ivo. O debate na hora certa. **O Estado**, ano LXXII, n. 21724, 21 ago. 1986, p.4, Ponto de Vista.

Os dois casos supracitados, o embate entre Andrino e Motta e a posição do PMDB e de Pedro Ivo quanto aos comunistas, são significativos: mesmo os indivíduos intimamente identificados com a oposição à ditadura estavam operando o anticomunismo tão característico dos militares em um contexto pretensamente democrático. Ou seja, não apenas os indivíduos outrora comprometidos com a ditadura estavam se apropriando de leituras do passado de caráter notadamente oposicionista. A recíproca é verdadeira em certa medida: sujeitos de trajetórias de antagonismo ao regime passaram a operar um repertório muito identificado com os generais-ditadores. Trata-se de uma constatação significativa para a percepção de que, embora contraditórios, certos conjuntos de valores, práticas e representações políticas se influenciam mutuamente.

Sobre a legislação eleitoral, o conjunto de normas que regulou a realização do pleito desagradou muitos de seus participantes. Em função disso, muitos foram aqueles que compararam as normas dos tribunais eleitorais com a fatídica “Lei Falcão”, o instrumento legal que limitava as campanhas eleitorais, proibia a realização de debates e a apresentação de propostas por meio do rádio e da televisão (Kinzo, 1988; Pecoraro, 2019). Entre os que fizeram essa associação estão Esperidião Amin³⁷, Francisco de Assis Filho,³⁸ Salomão Ribas Júnior³⁹ e Jaison Barreto⁴⁰. Eram do PDS os três primeiros citados, possivelmente beneficiados pela vigência da lei em algum momento de suas carreiras.

A título de conclusão, o resultado das urnas corrobora o argumento de que o eixo norteador das eleições de 1986 em Santa Catarina foi a Nova República. Considerando os bons níveis de aprovação do governo Sarney no transcurso daquele ano, o PMDB venceu a disputa

³⁷ PORTO, Rosane. Amin x Jorge - Irreconciliáveis. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 141, 21 set. 1986, p.18.

³⁸ Justificativa é a falta de espaço suficiente. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 155, 05 out. 1986, p. 17.

³⁹ PARAÍSO, Prisco. Exageros. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano I, n. 179, 29 out. 1986, p. 10.

⁴⁰ LOPES, Sérgio. Pior. **O Estado**, Florianópolis, ano LXXII, n. 21635, 24 mai. 1986, p. 2, Política.

pelo governo estadual, com Pedro Ivo Campos, e pelo senado, com Dirceu Carneiro e Nelson Wedekin, com bastante vantagem. Além disso, os partidos da Aliança Democrática (PMDB e PFL), somados, elegeram 12 dos 16 deputados federais catarinenses (9 para o PMDB e 3 para o PFL) e 25 das 40 cadeiras da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (19 do PMDB e 6 do PFL).

Apesar disso, diversos agentes da política partidária se apropriaram do passado autoritário em contexto eleitoral. Alguns deles com usos que desafiavam até mesmo a coerência político-ideológica de suas trajetórias durante os anos em que os militares estiveram no poder. Independentemente disso, essas apropriações são indícios reveladores de leituras comuns de passado por parte desses personagens políticos durante os primeiros passos da Nova República.

Nessa direção, é possível apontar que havia um entendimento bastante recorrente do caráter nefasto da ditadura, alimentado até mesmo por quem há pouco tempo havia engrossado os quadros da sustentação civil ao regime. Isso é perceptível na tentativa de atribuir a elementos da Nova República o fardo do entulho autoritário dos militares, como no caso da comparação da legislação eleitoral de 1986 com a “Lei Falcão”, nos usos pejorativos do termo “coronel” contra Pedro Ivo Campos e no mal-estar causado no interior do PMDB pelo uso da sublegenda.

Por outro lado, a posição de certos membros do PMDB, ao manejarem o anticomunismo no contexto da coligação não concretizada entre os militantes do PCB e os peemedebistas, sinaliza que os próprios opositores à ditadura estavam mobilizando repertórios próprios do regime autoritário.

Uma última menção. Diante da iminente derrota nas eleições estaduais e da sua posição opositora em relação à Aliança Democrática e a Nova República, quadros do PDS como Esperidião Amin e Amílcar Gazaniga passaram a fazer uso de um repertório de “resistência democrática” que, em larga medida, lembra o léxico dos opositores da ditadura militar. A exploração de aspectos socioeconômicos e a denúncia do caráter violento (física e simbolicamente) das políticas do governo federal passaram a fazer parte do conteúdo programático desses per-

sonagens. Este é um dado bastante instigante sobre o horizonte democrático que se avizinhava nos céus da Nova República: o conjunto de valores, tradições e representações políticas de oposição à ditadura militar estava agora, mais do que nunca, na boca dos antigos apoiadores do regime autoritário.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral**: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, p. 349-363, 1998.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília *et al* (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 29-46, 2009.

CAMPOS, Pedro Ivo Figueiredo de. **Pedro Ivo Figueiredo de Campo**: entrevista oral [21 jul. 1978, Joinville]. Entrevista concedida ao projeto Nossos prefeitos. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 1978.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 1986.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. **Varia Historia**, v. 18, n. 28, p. 13-28, 2002.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil: the case of the MDB, 1966-79.** Londres: The Macmillan Press, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história.** Rio de Janeiro: Contraponto; PUC/Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto; PUC/Rio, 2006.

MACIEL, Daniel. A aliança Democrática e a transição política no Brasil. *In: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura: o que resta de transição.* São Paulo: Boitempo Editorial, p. 269-301, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Culturas políticas na História: novos estudos.* Belo Horizonte: Argvmentvm, p. 13-37, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, Hudson Campos. **Militantes e espaços de militância política em Santa Catarina durante a ditadura militar: o engajamento de comunistas no Movimento Democrático Brasileiro (1964-1985).** 2023. 270f. Tese. Doutorado em História. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2023.

O ESTADO. Florianópolis, 1986.

PECORARO, Tamires Mascarenhas. **O MDB durante o governo Geisel (1974-1978): a atuação parlamentar do partido de oposição**

à ditadura após as eleições de 1974. 2019. 139f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2019.

PEREIRA, Moacir (org.). **Pedro Ivo**: Um coronel democrata. Florianópolis: Insular, 2006.

RÉMOND, René. As eleições. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 37-55, 2003.

SILVA, Elizabeth Farias da. **O MDB/PMDB em Lages**: análise de um partido de oposição no governo (1972-1982). 1985. 238f. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1985.

As notícias do controle operário e comunista nas fábricas de Joinville/SC (2002-2007)

Francisco Lino de Aviz Neto

Historiador (Univille), Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade
(Univille) e Professor da Rede Estadual de Educação. E-mail:
profchicoaviz@gmail.com



Esse sonho liberal promove o sumário apagamento das populações ali já estabelecidas de trabalhadores negros escravizados e seus senhores portugueses. Contraditório ou não, esta cidade gerou uma experiência extraordinária de ocupação e controle operário de fábricas, estas que também eram símbolo da história oficial. Tendo isso em vista, considera-se que o atual apagamento do controle produtivo por operários e comunistas em Joinville não é ingênuo ou involuntário, mas intencional, por destoar da fábula liberal que permeia o imaginário joinvilense.

QUEM NOTICIA A CIDADE, AS FÁBRICAS E O TUMULTO?

Greve, ocupação e controle operário de Cipla e Interfibra abalaram a *cidade da ordem e do trabalho* (Cunha, 2008). Não passaram incólumes ao caráter burguês dos principais jornais em circulação local, o *A Notícia* e o *Diário Catarinense*. Ressalto que tais ocupações fabris ocorreram em um contexto histórico marcado por mudanças socioeconômicas, em razão do aprofundamento das políticas ultraliberais e da crise capitalista na virada do século XX ao XXI (Verago, 2011).

Nessa perspectiva, essas experiências dirigidas pelo MFO possuem características particulares, devido a direção de uma organização comunista, como a não adesão ao cooperativismo em defesa do autointitulado *controle operário*, sintetizado na estatização das fábricas ocupadas com base em um projeto político internacionalista, de cunho marxista, interligado a movimentos operários semelhantes aos de outros países do continente e do mundo, pautando a expropriação geral das burguesias sem indenização (Dal Ri; Vieitez, 2007; Paulucci, 2007).

No específico caso de Joinville, as fábricas Cipla e Interfibra foram ocupadas em 31 de outubro de 2002, após tensos meses atravessados de paralisações por 24 horas, iniciando-se em janeiro, contra os atrasos constantes do pagamento dos salários e do 13º, até a explosão da definitiva greve de oito dias, em 24 de outubro do mesmo ano. Com a ocupação operária, foram formados o Comitê em Defesa de Emprego, do Salário e dos Direitos Trabalhistas em Dia e a campanha de coleta

de assinaturas pela Estatização para Salvar 1.000 Empregos, composto, além dos operários, de partidos, sindicatos, associações e representantes do poder público.

Em fevereiro de 2003, as fábricas passaram a ser geridas pelo Conselho Administrativo Unificado, eleito em assembleia na Cipla, com 14 representantes, seis deles representando a Interfibra. Como mostram as páginas dos jornais burgueses de Joinville, todo esse processo foi permeado por disputas e complexidades entre as instituições empresariais, estatais – nacional e internacional² –, sindicais e de organizações políticas, finalizando-se com uma violenta invasão da Polícia Federal em 31 de maio de 2007, quando 150 policiais armados decretaram o fim dessas experiências proletárias, substituindo-os por um interventor judicial, chamado Rainoldo Uessler, contador e administrador judicial, que teve como primeiro ato demitir os trabalhadores eleitos ao conselho operário das fábricas (Verago, 2011).

Diante desses acontecimentos, foi grande o espaço dado pela imprensa nacional para a mobilização reacionária às ocupações, oferecendo voz ativa às posições burguesas, por exemplo, à Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), como aponta a socióloga Josiane Lombardi Verago (2011). Em 22 de fevereiro de 2007, o *Estadão* estampou Paulo Skaf, então presidente da Fiesp, agitando para suas bases que o acordo entre a Cipla ocupada e o governo Chávez “desagrada a setores tradicionais da indústria” e que caracterizava sua “ingerência em assuntos internos brasileiros” (Verago, 2011, p. 246). A

² Em 27 de outubro de 2005, operários das fábricas ocupadas participaram, na Venezuela, do I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas, onde foi assinado o acordo entre a Petroquímica da Venezuela (Pequiven) e o MFO. O governo Chávez comprometeu-se a enviar carregamentos de matéria-prima que pudessem colaborar com o Projeto Petrocasa de seu mandato. O projeto consistia na construção de fábricas de materiais plásticos para a construção de casas populares, caindo, portanto, como uma luva para a produção da Cipla, que possuía tecnologia para a realização de casas de policloreto de vinila (PVC). A Cipla ocupada já havia apresentado um projeto semelhante ao governo brasileiro e ao de Cuba, mas somente o governo venezuelano o colocou em prática (Verago, 2011).

autora também relembra a famosa publicação da revista *Veja* destinada a caluniar os operários e representantes do MFO batizando-os de “O MST das Fábricas”, defendendo a intervenção federal em sua linha editorial (Verago, 2011, p. 248).

Em ressonância, no mês de maio daquele ano, a Associação Brasileira da Indústria do Plástico exigia no editorial de seu boletim um “repúdio contundente a esse tipo de prática antes que isso se torne cotidiano e prejudique a democracia” (Verago, 2011, p. 247). Esse mês ficou conhecido como Maio Vermelho, em que trabalhadores de todo o país se juntaram contra ações judiciais patronais e por direitos trabalhistas, como os operários da Honda e do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, conjuntamente aos operários e militantes do MFO da Cipla e da Interfibra, em Joinville, e da Flaskô, em Sumaré, outra fábrica ocupada pelo mesmo movimento.

Esses processos repercutiram nas páginas dos jornais joinvilenses, que, tal qual a imprensa geral, se apresentam como entes democráticos, porém majoritariamente são compostos de meios privados de comunicação que possuem papel central no acesso aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos da sociedade e no seu conhecimento geral. São empresas, negócios com fins lucrativos, o que faz de suas reportagens, exposições e interpretações não expressões da opinião pública, mas dos interesses de seus capitalistas.

Em *Imprensa e História do Brasil*, Maria Helena Capelato (1988) aponta as produções jornalísticas como fontes cruciais para o trabalho do historiador, porém atenta para como esse material deve ser lido com suspeita. Sua credibilidade está longe de ser essencializada, isenta ou pública. Explicitamente, a autora aconselha a compreensão dos “interesses econômicos e políticos” da imprensa, dando-se também atenção tanto para toda a carga e depósito de ideias que possui o jornal quanto para a linha tênue entre a imprensa oficial e a imprensa oficiosa (Capelato, 1988, p. 20-21).

Em Robert Darnton (1990), podemos também refletir sobre os preconceitos e estereótipos que influenciam os jornalistas em suas coberturas, sobre o que e como deve ser a matéria, como se pode ver em uma das publicações do *A Notícia* joinvilense, que classificou a greve operária na Cipla de outubro de 2002 como causadora de *tumulto*.

Ora, o que mais seria essa agitação subversiva na *cidade da ordem* se não uma balbúrdia operária? Para Darnton (1990, p. 97), a matéria jornalística familiariza-se tanto com a notícia enquanto mercadoria produzida na sala de redação quanto com a maneira de ver o mundo do repórter, do editor e, por último, do financiador – o capitalista proprietário das páginas dos jornais.

Verificamos essas condições nas *notícias* do controle operário e comunista em Joinville a partir das produções jornalísticas encontradas e selecionadas no acervo do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) acerca das ocupações fabris. Com elas, buscou-se problematizar a ideologia dominante da “cidade da ordem e do trabalho”, potência disciplinadora dos trabalhadores locais sob interesses burgueses (Costa, 1996; Cunha, 2008), assim como refletir sobre a imprensa tendo em vista o ideário oficial da cidade. Nessas páginas, vê-se a condenação ao controle operário da produção e o menosprezo à capacidade proletária de administrar fábricas, buscando moldar uma classe trabalhadora passiva e defensora do patrimônio privado, especialmente produtivo, apartada do movimento operário.

Para tanto, foram analisados os jornais *A Notícia* e *Diário Catarinense*, tanto as edições encadernadas quanto o envelope de recortes intitulado pelo AHJ “Cipla/Interfibra/Ambalit – Grupo Hansen (1)”. Diante deles, foram realizados registros fotográficos de cada matéria que se relacionava com o tema proposto, a mais antiga datada de 16 de maio de 1996, do *Diário catarinense*, cuja manchete diz: “Sem dinheiro: Ex-empregados da Cipla protestam”, do jornalista Fabrício Minussi (1996, p. 21, seção Economia), até o jornal dos dias 2 e 3 de junho de 2007, em que a capa do *AN cidade* traz “A Cipla é viável?”, assinada por Marco Aurélio Braga. Foram, ao todo, 37 matérias encontradas, alternando-se entre rápidas notas até extensas reportagens que detalham os momentos, expressando o posicionamento dos jornais diante das ocupações fabris.

Sendo o jornal mais famoso de Joinville, *A Notícia* comemorou 100 anos em 24 de fevereiro de 2023. Trata-se, portanto, de um dos veículos de imprensa mais antigos ainda em circulação no Brasil, com uma história intrinsecamente ligada ao poder público municipal e aos interesses empresariais e industriais de Joinville e de Santa Catarina,

como nos mostra o jornalista-historiador e ex-colunista do órgão, Apolinário Ternes:

Depois de Aurino – 1923/1944 – a empresa teria novos proprietários. De 1946 a 1956, Aderbal Ramos da Silva e a família Alvim, comandaram a empresa. De 1956 em diante, um grupo de 150 empresários assumiu o controle, sob a liderança de três principais acionistas – Helmuth Fallgatter, Baltazar Buschle e Wittich Freitag. No começo dos anos 80, Fallgatter assumiria o controle e o genro, Moacir Thomazi, lideraria fulminante nova etapa na história do jornal, elevando-o à liderança na circulação e à condição de um dos mais modernos jornais do país, com impressão a frio e edições com até 70 páginas, com dezenas de cadernos especiais. Nesta etapa, além de outros importantes jornalistas, Luiz Meneghim liderou o rejuvenescimento do jornal que consolidou sua posição de número um do mercado. Vendido à RBS em 2006, o grupo gaúcho manteve o comando de *A Notícia* até transferir a empresa e o destino do jornal ao grupo NSC, estranhos ao mundo jornalístico e autores da extinção dos jornais catarinenses do universo impresso. [...] Enfim, os 100 anos de *A Notícia* simbolizam o auge e a queda, não só de uma empresa, mas de toda a cidade de Joinville (Ternes, 2023, n.p).

Essa linha do tempo dos donos do maior jornal local, que também foram prefeitos da cidade, como Fallgatter e Freitag – e principal noticiador da ocupação fabril na Cipla e na Interfibra – é relevante, pois permite conhecer quem eram tais figurões da cidade de *espírito empreendedor*. Como dito por Ternes (2023), o substituto do jornalista paranaense Aurino Soares, em 1946, foi Aderbal Ramos da Silva (ALESC, 2022), que, além de banqueiro, jornalista, advogado e sobrinho do político Nereu Ramos e do industrial Celso Ramos, foi também governador de Santa Catarina no mesmo período em que era dono do *A Notícia*, entre 1947 e 1951. Segundo Souza (1998), isso apresenta o crucial papel que o *A Notícia* também teve na mobilização social em Joinville em prol do golpe empresarial-militar, uma “fabricação das elites locais” (Souza, 1998, p. 12), sob a orientação e os interesses de seus donos, principalmente Helmuth Fallgatter, prefeito de Joinville entre 1961 e 1966. Esse retrato exemplifica não somente o Estado, mas a imprensa, como balcão de negócios e porta-voz da burguesia, como

afirmaram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848.

A linhagem de burgueses e políticos dessa classe controlando *A Notícia* não para por aí, pois se seguiu com o genro de Helmuth Fallgatter assumindo o jornal, o empresário, político e professor Moacir Thomazi. Este assumiu o *A Notícia* aos 29 anos de idade, presidiu a Acij em quatro oportunidades, foi secretário municipal de Educação e secretário de Educação do estado de Santa Catarina e por mais de 10 anos presidiu o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (Loetz, 2019). Na obra de celebração de 100 anos da Associação Empresarial de Joinville (ACIJ) (Gehlen, 2021), Moacir Thomazi é uma das personagens mais exaltadas pelos seus feitos empresariais. Ao longo de praticamente todo o processo de ocupação das fábricas, o principal veículo comunicador da cidade e das ações do MFO foi controlado por um dos membros mais importantes da elite catarinense, dirigente desde 1977 da ACIJ.

O outro periódico que se apresentou como fonte de pesquisa nos acervos do AHJ referente à ocupação foi o *Diário Catarinense*. Com uma história mais recente, o *Diário Catarinense* foi fundado em maio de 1986, proclamado como o “primeiro jornal totalmente informatizado da América Latina”, de propriedade de Maurício Sirotsky Sobrinho, também dono do Grupo RBS (Rede Brasil Sul), criado em 1957 no Rio Grande do Sul e expandido para Santa Catarina em 1979 (Redação NSC, 2019). Vale lembrar que, desde 2017, ambos os jornais são propriedade do Grupo NSC Comunicação, que, por sua vez, é propriedade do Grupo NC, do empresário Carlos Sanchez, 39º bilionário do Brasil, segundo a *Forbes* (2023).

Segundo Giovanaz (2015), a RBS e o *Diário catarinense* representaram, ao longo de suas histórias, nos interesses burgueses e, principalmente, a como se consolidaram no mercado ao apoiar, assim como *A Notícia*, o golpe e a ditadura empresarial-militar no Brasil, entre 1964 e 1985. Um fato interessante também lembrado pelo autor foi a contratação de Carlos Machado Fehlberg, ex-secretário de imprensa do governo Emílio Garrastazu Médici (1969–1974), para o cargo de diretor de redação dos jornais *Zero Hora* e *Diário Catarinense*. Tal registro é relevante, já que no século XXI esse grupo de comunicação

teve a pretensão de ocultar suas relações com os “anos de chumbo” ou desvincular-se delas (Giovanaz, 2015, p. 41)

As histórias desses veículos de comunicação, brevemente apresentadas e comentadas aqui, ajudam a demonstrar suas funções na sociedade capitalista e como os meios de comunicação no Brasil possuem uma estrutura desregulamentada permissiva às relações de interesses público e privado, sendo grande facilitadores do oligopólio da fala, do acesso à notícia e, conseqüentemente, do pensar (Giovanaz, 2015, p. 41). Essa concepção precisa ser considerada, a seguir, com as páginas dos jornais *A Notícia* e *Diário catarinense*, mesmo levando-se em conta a independência que cada jornalista possui ao assinar e publicar sua matéria.

Destaca-se que o processo de ocupação fabril em Joinville não foi um raio em céu azul. Uma conjuntura de crises capitalistas levou diversas indústrias a entrarem em falência e em débito com seus trabalhadores, sendo uma dessas a Cipla, uma indústria transformadora de plásticos com mais de 50 anos de existência (Verago, 2011). Essa fábrica, amplamente conhecida e consumida na região catarinense, produziu serviços e mercadorias para o consumo doméstico, hospitalar, industrial e automotivo.

Fundada em 1963, ligada ao Grupo Hansen Industrial, iniciou suas atividades em um galpão de 800 m². Em 1988, desvinculou-se desse grupo industrial, passando a ser controlada pela *holding* Corporação HB, propriedade de Eliseth Hansen – filha de João Hansen Júnior, controlador da Tigre – e de seu marido, Luís Batschauer. Essa *holding*, presidida por Batschauer, possuía o domínio de Cipla, Profiplast e Interfibra, em Joinville, além da indústria Flaskô, em Sumaré, outra empresa que passou ao controle operário e permanece assim até nossos dias, apesar de suas diversas debilidades (Verago, 2011, p. 126). Em conexão com os trabalhadores que controlavam a Cipla, estava a fábrica de plástico reforçado Interfibra Joplas Industrial LTDA, fundada em 1970 e autointitulada “a maior fabricante de Tubos, Tanques, Conexões e Laminados de plástico reforçado da América Latina” (Interfibra, 2024).

Nas fontes encontradas no AHJ, demonstram-se a falta de pagamentos de direitos trabalhistas, o anúncio de demissões em massa e o

definhamento de históricas fábricas da cidade, ao menos desde 1996, como se pode ler em matéria do *Diário Catarinense* de 16 de maio daquele ano, na seção Economia, na página 21, assinada pelo jornalista Fabrício Minussi, com a manchete “Sem dinheiro: Ex-empregados da Cipla protestam”.

Seis anos antes da ocupação proletária, os trabalhadores demitidos em maio de 1996 foram organizados pelo advogado e dirigente político Chico Lessa, por ser este, na ocasião, representante do Sindicato dos Plásticos. Lessa fora dirigente do MFO e da organização política que impulsionou o processo de 2002 a 2007 – inicialmente a corrente O Trabalho, do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de 2005 a Esquerda Marxista e atualmente a Organização Comunista Internacionalista (OCI), seção brasileira da Internacional Comunista Revolucionária (ICR). A matéria do *Diário Catarinense* se refere ao que explodiria em outubro de 2002, pois também foi a falta de pagamento e de garantia dos empregos o estopim para a greve que levaria os operários à ocupação fabril.

A justificativa dos burgueses dessa fábrica, que afirmavam a inexistência de dinheiro em caixa para pagar os trabalhadores, foi desmentida pela matéria de Estela Benetti, de 9 de abril de 1997, publicada na seção Economia do *Diário Catarinense*. Nela, a jornalista noticia a prisão de Luis Batschauer, presidente do conselho de administração da Corporação HB, controladora da Cipla, e de Anselmo Batschauer, vice-presidente do mesmo conselho, por sonegação de impostos, condenados a quatro anos e dois meses em regime semiaberto. O crime apontado em 1997 se relaciona diretamente com as motivações da ocupação: o recolhimento da contribuição previdenciária dos empregados e a não transferência do montante ao Instituto Nacional de Previdência Social. A reportagem relembra que ambos já haviam sido detidos em 1994 pelos mesmos crimes, mas foram absolvidos naquele período. Foram liberados também em 1997, ao conseguirem *habeas corpus*.

O pré-ocupação ainda é oferecido pela imprensa com uma rica matéria sobre a situação da Indústria de Plástico Ambalit, na capa do *AN Cidade* de 12 de junho de 1997, intitulada “Indústria abandonada é

alvo de saqueadores”, assinada por Marco Aurélio Braga, com denúncias de operários quanto à depredação e com a “sugestão” da “autogestão para a empresa voltar a funcionar”.

Dessas fontes nas pesquisas no AHJ, os jornais encontrados saltaram para duas publicações de setembro de 2002. A primeira menciona a ansiedade dos operários da referida Ambalit para o leilão da empresa falida, de autoria de Rosane Felthaus no *AN Cidade*, Geral, na página 10, edição 22.458. A segunda aquece os motores para os discursos ideológicos da burguesia local, por meio das matérias dos jornais, quanto ao processo de tomada da fábrica pelos trabalhadores na Cipla e Interfibra: “Paralisação de trabalhadores causa tumulto”, de 22 de outubro de 2002, de autor desconhecido, no *A Notícia*, Economia, página 12, edição 22.489.

Caetano Veloso alertaria: “Alguma coisa está fora da ordem!”³. Paralisação e piquete de greve são algazarra, baderna... No corpo da matéria, uma linha para Carlos Castro, assessor de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Joinville, afirmando que ninguém estaria sendo impedido de entrar na fábrica. Por outro lado, há três parágrafos, sob a referida manchete, para a contestação da assessoria jurídica da Cipla quanto à adesão dos operários ao movimento.

Três dias depois, a greve estampa o jornal: “Funcionários da Cipla fazem greve”, em 25 de outubro de 2002, de Rubens Herbst, em *A Notícia*, Geral. A resposta operária aos ataques aos direitos trabalhistas – ou à ausência deles – é compreendida como uma “decisão radical”. Novamente, a greve e a organização operária estão *fora da ordem* da *Cidade do Trabalho*. Ainda assim, a matéria aponta para uma série de resultados dos atrasos salariais, incluindo o suicídio de um trabalhador, ocorrido três semanas antes da greve.

Já a dimensão nacional que se criava do processo pode ser aferida com a presença de Júlio Turra, membro da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores, em Joinville. O jornal ainda propõe a

³ Frase da canção “Fora da Ordem” (1991), faixa do disco *Circuladô*, de Caetano Veloso.

versão da diretoria da empresa, condenando a greve, atacando o sindicato e afirmando que a greve tem “conotação política”.

À revelia da ordem burguesa, além de política – como toda ação em sociedade –, a greve também possuía conteúdo revolucionário. Então, em 1º de novembro de 2002, com uma janela em sua capa, o *A Notícia* publica: “Funcionários vão administrar a Cipla”, enquanto a página 8, também assinada por Rubens Herbst, reporta: “Definida a autogestão, greve na Cipla é suspensa”, com a ênfase: “E, mais importante, as máquinas voltaram a funcionar”. Assim, após uma semana de greve, a fábrica retornou ao funcionamento, porém sob *controle operário* (Verago, 2011).

Na matéria, o controle operário é apresentado como resultado das negociações entre representantes do Ministério Público do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho, e a direção privada da Cipla acabou acordando a entrega da empresa aos trabalhadores. Com isso, a fábrica passaria a ser controlada por uma comissão eleita pelos operários, responsável pela organização financeira e administrativa. Clientes internacionais da Cipla, como Volvo, Mercedes-Benz e Scania, estavam atentas às resoluções, aponta Herbst (2002b).

Os mil empregos e o acerto de salários eram as prioridades do controle operário. Diante da situação, é interessante a fala de Carlos Castro destacada pela matéria de Rubens Herbst “Comissão analisa situação da Cipla”, de 13 de novembro de 2002, em *A Notícia*, Geral, p. 7, edição 22.507, na qual o principal comunicador da ocupação intercede para que toda a cidade se envolva com o processo, sentindo-se responsável pelo controle e pela retomada de uma importante fábrica de Joinville.

A matéria do *A Notícia* também aponta para a atenção dada pelo então governador Luiz Henrique da Silveira e a procura da comissão de fábrica aos técnicos da Universidade do Estado de Santa Catarina e da Universidade Federal de Santa Catarina para colaborar com a administração fabril. Diferentemente de outras matérias, não se leem justificativas nem ataques da antiga direção privada da Cipla à mobilização operária, e sim a motivação conquistada pelos novos *controladores*, que receberam imediatos adiantamentos de seus salários atrasados e a esperança dessa nova etapa de suas vidas.

As profícuas matérias seguintes relatam a crise jurídica entre *controladores* da Cipla e a Volvo, referente aos moldes de produtos. Uma liminar da justiça paranaense deu causa vencida para a multinacional alemã, como mostra a matéria “Liminar causa polêmica”, de Jeferson Ribeiro, do *A Notícia*, Economia, na página 11, de 21 de dezembro de 2002. Mas também se noticiou a campanha nacional do MFO para a resolução dos problemas pelo recém-eleito governo Lula.

Na página 7 do *A Notícia* de 1.º de fevereiro de 2003, em matéria de Rubens Herbst intitulada “Comissão da Cipla vai à Brasília”, encontram-se as necessidades dos operários de transformar a fábrica ocupada em propriedade pública e estatal, mediante as primeiras tratativas com o governo Lula. Como aponta a matéria de Herbst, iniciou-se com o ministro do Trabalho Jaques Wagner e a comissão dirigente da ocupação demonstrando as conquistas da mobilização operária e dando garantias ao governo em troca de acordos das dívidas da empresa, contraídas pelos antigos proprietários com o Estado.

Na matéria de Oliver T. Albert para o *A Notícia* de 12 de março do mesmo ano, “Funcionários da Cipla tentam manter autogestão”, destacam-se: o aparecimento do nome de Carlito Merse, contrário à direção da fábrica ocupada e então deputado federal e posterior prefeito de Joinville pelo PT, uma ação dos trabalhadores que soldaram o portão de entrada da fábrica para que não houvesse a entrega de uma procuração endereçada a Anselmo Batschauer, além do comunicado da entrega de um abaixo-assinado com 50 mil assinaturas em favor dos *controladores* para o governo Luiz Henrique da Silveira (Albert, 2003, p. 10). O jornalista também cita o ato ocorrido em 13 de fevereiro de 2002 na fábrica, com a participação de Eurides Mescolotto, presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, visando à abertura de contas para os trabalhadores no banco estadual catarinense.

As reportagens seguintes do *A Notícia* e do *Diário Catarinense* acompanham a saga dos *controladores* atrás do presidente Lula. Em 23 de maio de 2003, numa pequena coluna da página 10 e sem autor citado, intitulada “Presidente vai receber funcionários da Cipla”, *A Notícia* destaca que o presidente receberia os trabalhadores em 4 de junho. Uma caravana foi organizada para Brasília (DF) pela comissão de

fábrica, com 10 ônibus e cerca de 400 pessoas, objetivando pressionar a Central Única dos Trabalhadores e o PT.

Essa coluna também relata a assembleia do Conselho Unificado Administrativo da Cipla/Interfibra com 600 trabalhadores, de 22 de maio de 2003, que encaminhou a reivindicação pela estatização das duas indústrias para o pagamento da dívida de R\$ 480 milhões. Importante lembrar que Lula havia visitado Joinville em 15 de março de 2003, comprometendo-se a receber os controladores. O mesmo texto ainda abre aspas para o dirigente político Serge Goulart – citado equivocadamente como “Sérgio” –, que coloca a intenção do ministro Jaques Wagner de não estatizar as fábricas, mas assumir as dívidas referentes ao pagamento de impostos e tributos, visando garantir os mil empregos. Interessante também destacar que, nesse texto, se pode interpretar relativo apoio ao processo quando é expresso que a demissão dos trabalhadores afetaria diretamente a economia da cidade, por causa da quantidade de desempregos que o insucesso do processo geraria em cadeia.

Porém, o *Diário Catarinense*, na breve nota “Cipla com Lula: salvar mil empregos”, de 9 de junho de 2003, já expõe que Lula não recebera os operários em 4 de junho, mas somente, após vários adiamentos, em uma audiência pública de 11 de junho, às 16h30. No mesmo jornal, na seção Economia, na página 19, do dia 12 de junho, Liziane Rodrigues afirma: “Lula promete socorrer a Cipla”, além de um resumo da trajetória da produção e organização na Cipla, que produziria, segundo a matéria, “mais de 2 mil itens para construção”.

Em 2 de julho de 2003, em coluna de notas da página 13, *A Notícia* publica o descarte do governo Lula em estatizar as fábricas, após o encontro com o presidente, mencionando a defesa de Serge Goulart, que apontava para a federalização das empresas para a manutenção dos mil empregos.

Vale ressaltar diversas matérias desses jornais que expõem a crise das indústrias em Joinville nesse período, com atrasos salariais, queda de produção, redução de jornada e sem aumento real nos salários. De modo geral, a indústria catarinense estava em um delicado momento econômico-produtivo, como se vê nas publicações “Ganho real nos salários está descartado”, página 13, seção Economia do *A Notícia* de 4

de abril de 2003, por Leandro Junges, e “Amanco reduz jornada e salários”, assinada por Claudio Loetz na coluna Livre Mercado, página 12, de 2 de julho de 2003.

Após longa jornada até Lula, foi encontrada uma nova cobertura do processo no *Diário Catarinense* de 29 de setembro de 2003 reportando uma assembleia com mais de 500 operários da Cipla e Interfibra, convocada pelos opositores da ocupação representados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Plástica, liderado por Rinaldo Schroeder. A matéria aponta, contudo, o sucesso de faturamento da gestão operária, que havia dobrado, chegando em julho de 2003 a R\$ 1,85 milhão e conquistando a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem alteração dos salários e com reajuste de 18,5% aos operários. Essa matéria, sem autor, também explica que os atrasos promovidos pelos antigos donos tinham sido pagos, apesar de um passivo de R\$ 15 milhões ainda em débito. A grande pendência nessa altura da ocupação seguia sendo a dívida de R\$ 485 milhões da empresa, 85% dessa dívida com o governo federal. Citando Serge Goulart, o texto do *Diário Catarinense* indica que tal dívida impedia a renovação do parque fabril, então sucateado.

As fontes posteriores surgiram em 10 e 11 de dezembro de 2004 e 6 de outubro de 2004, referindo-se ao imbróglio dos leilões das máquinas das fábricas. Esse longo processo é compreendido nas duas matérias: “Trabalhadores tentam evitar leilões”, de 11 de dezembro de 2003, de Sabrina Passos, em *A Notícia*, Cidade, na página 10; e “Cipla impede retirada de máquinas”, de 6 de outubro de 2004, de Liziane Rodrigues ao *Diário Catarinense*, seção Economia, página 20, edição 6.749. Lê-se a pressão do mercado e da justiça burguesa para pôr em xeque a ocupação com a tentativa de retirar o maquinário dos operários. Novamente, os jornais estampam a mobilização operária, mas evitam um ataque direto.

Desse episódio até 2006, as únicas fontes encontradas no AHJ são relativas ao acordo que a Cipla Ocupada firmou com o governo da Venezuela, liderado por Hugo Chávez, estas sim com cunho persecutório. Em 2 de novembro e em 14 de dezembro de 2004, são encontradas notícias, ambas do *Diário Catarinense*, sobre a venda de tubos e tanques para a estatal Petróleos de Venezuela SA (PDVSA). Com a venda,

ampliaram-se a produção e os postos de trabalho, mas mesmo antes do acordo, segundo a matéria de Liziane Rodrigues no *Diário Catarinense*, o faturamento em outubro daquele ano já havia alcançado seu recorde mensal, chegando a R\$ 2,9 milhões, três vezes mais que antes da ocupação operária. O acordo com os venezuelanos rendeu aos operários da Cipla e da Interfibra créditos para a aquisição de insumos pela Petroquímica de Venezuela, subsidiária da PDVSA.

Infelizmente, após essas reportagens, não foram mais encontradas publicações da imprensa até 8 de dezembro de 2006, na reta final da ocupação. Ressalta-se que junho de 2007 é um dos meses com mais materiais sobre o processo, pelo término da ocupação operária em função da intervenção federal.

Em 8 de dezembro de 2006, a seção Economia do *A Notícia*, em sua página 12, destaca que os trabalhadores da Cipla vão trabalhar menos, complementada pela página 14 da mesma edição com a nota “30 horas”. Ou seja, redução da jornada de trabalho semanal sem perda salarial e com a contratação de mais 78 trabalhadores, situação que aticava a burguesia nacional com o medo de a *moda pegar*. Nessa edição também são encontradas linhas para o Encontro Pan-americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, organizado pelo MFO, dirigido pelos marxistas, realizado na mesma semana, em 2006.

Quanto ao encontro continental, em 9 de dezembro, uma matéria é dedicada com um título sugestivo: “Fábricas ocupadas: uma apologia à estatização”, sem autor assinalado, encontrada no caderno de Economia de *A Notícia*, na página 11. Lê-se um interessante relato de toda a discussão e dos encaminhamentos traçados no encontro, enfatizando o combate ao capitalismo, além do dado de faturamento alcançando os R\$ 3,5 milhões. Esse foi um encontro de enormes proporções para o MFO.

Já em 2007, as fontes transportam-se diretamente para a intervenção federal, com armas em punho, nos jornais dos dias 1.º, 2 e 3 de junho, reportando a violenta invasão policial nas fábricas ocupadas em 31 de maio. Inúmeros foram os espaços preenchidos nas páginas do *A Notícia* dando como manchetes, por exemplo, “Juiz federal ordena in-

tervenção na Cipla” e “Fim da gestão operária? Cipla está sob intervenção”. As matérias dos primeiros dias de junho chamam a ação policial e judicial de “operação de guerra”, contam os bastidores, dão voz aos acusadores do não pagamento das dívidas ao Instituto Nacional do Seguro Social e às suposições de beneficiamento próprio aos dirigentes da Comissão de Fábrica.

A extensa matéria de 1.º de junho é assinada por Marco Aurélio Braga, sendo capa do *AN Cidade* e presente nas páginas 4 e 5. O jornalista descreve a operação da Polícia Federal, detalha o cálculo da dívida da fábrica e estampa os dirigentes da ocupação, Serge Goulart, Chico Lessa e Carlos Castro. Um olhar atento vê personalidades sendo criadas nas páginas dos jornais: um dirigente político revoltado – quase tresloucado –, um advogado social cauteloso e sóbrio e um radicalista agitador. Nessa publicação, destaca-se a posição do Sindicato dos Plásticos, reconhecido como “patronal” e opositor da ocupação e do controle operário. Na matéria, o referido sindicato possui ampla abertura de suas acusações com diminutas réplicas da Comissão de Fábrica, responsável pela direção da ocupação.

Nas edições de 2 e 3 de junho de 2007, as fontes mostram o papel do interventor, Rainoldo Uesller, e seu histórico ligado ao Tribunal de Justiça. Também contam com uma nota de Jefferson Saavedra chamada “Ideologias” sobre a direção política da ocupação, referente à cisão realizada nesse processo na Corrente O Trabalho (PT), gerando a fundação da Esquerda Marxista, atual Organização Comunista Internacionalista (OCI), na qual Serge Goulart é secretário-geral.

Reforça-se que as publicações da imprensa local aqui apresentadas são uma pequena parte de toda a produção acerca desse processo histórico, repleto de memórias e resultados para os envolvidos, direta e indiretamente. Outros jornais locais e da imprensa nacional também podem ter destacado as ocupações fabris em Joinville em algum momento, mesmo não estando no referido acervo do AHJ, sendo novas investigações e interpretações possíveis.

NOTAS FINAIS

O caso joinvilense, além de ter sido uma experiência de controle operário da produção, que tinha como horizonte a superação capitalista, foi em uma das fábricas mais reconhecidas da cidade-propaganda da industrialização e da ordem catarinense. Como exposto na introdução, historicamente as classes dominantes de Joinville e sua imprensa buscam construir uma memória histórica asséptica, ordeira, uma “pequena Alemanha tropical, a cidade dos Príncipes, das Bicicletas e das Flores” (Gruner, 2017, p. 21).

A memória incrustada nas páginas da imprensa local compõe e constrói tal ideologia da ordem e do trabalho hercúleo dos empreendedores, especialmente dos imigrantes germânicos. A substituição, ou a tomada da produção pelos operários, com salários atrasados, organizada por comunistas, retirando a posse de membros de famílias reconhecidas da cidade, é causadora de “tumulto” e observada como “manobra política”. Sai do *script*.

Ao fazer a comparação entre as páginas dos jornais anteriores à ocupação e as que noticiam a intervenção federal, salta aos olhos, mediante uma leitura crítica, a ausência de uma simples questão: por que a justiça ordenou a intervenção armada, a “operação de guerra”, contra os operários controladores das fábricas, mas não fizera nenhum movimento como esse durante a caótica e deficitária administração privada dos Batschauer?

Essa seria uma problemática passível de comentários e indagações da imprensa? Ou, como afirmou Gramsci (2005), *o jornal burguês* seria incapaz disso por ser *um mero instrumento de luta movido por ideias e interesses* antagônicos aos proletários? Ou, ainda, seria uma manchete mais vendável?

A hipótese aqui levantada concorda com a perspectiva da historiadora Iara Andrade Costa: a sociedade do capital busca enquadrar a população em “condutas desejáveis, dentro do preestabelecido como deveres [...] onde o capital define as formas de relacionamento” (Costa, 1996, p. 243) – situação visível em Joinville, enquanto uma cidade in-

dustrial e supostamente ordeira. As classes dominantes da cidade produziram seu mito de racionalidade por meio da burocracia local e dos padrões de organização da produção, em benefício do capital.

Essa organização produtiva tem como finalidade não apenas o lucro burguês, mas também a sabotagem às organizações independentes dos trabalhadores, considerando-os imaturos e incapazes de controlar uma fábrica, ou um risco de influência para toda a classe. Entretanto, como se vê no exemplo das ocupações da Cipla e Interfibra, os trabalhadores dessas fábricas foram capazes de combater a carga imposta pelo patronato, não apenas gerindo, mas aumentando a produtividade e diminuindo a carga horária de seu trabalho semanal sem rebaixamento de salários por cinco anos, salvaguardando mil empregos, firmando acordos internacionais, triplicando o faturamento da empresa, garantiram benefícios, com planos de saúde e odontológico, efetivação de estagiários, licença-maternidade, centro cultural e até cabelereiro aos operários, findando somente por causa da intervenção policial federal (Paulucci, 2007, p. 99).

Nem os empreendedores Batschauer nem os operários controladores de fábrica da Cipla cumpriram o protótipo do joinvilense, cada qual em sua posição, pois invariavelmente tal modelo se desmancha no ar na realidade da luta de classes. Algumas dessas conquistas os jornais não puderam ocultar, mas o incentivo e a memória do e pelo controle operário da produção são constantemente apagados na Joinville de Fallgatter, Buschle, Freitag e Thomazi. Um evento dessa proporção exemplifica que a classe trabalhadora de Joinville ferve em luta e em força organizativa antagônica aos capitalistas.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Oliver T. “Funcionários da Cipla tentam manter autogestão”. **A Notícia**, Joinville, 12/03/2003.

ALESC. **Biografia Aderbal Ramos**. 2022. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/4-Aderbal_Ramos>. Acesso em: 08/01/2024.

A NOTÍCIA. Joinville, p. 13, 2 jul. 2003.

A NOTÍCIA. Joinville, 8 dez. 2006.

A NOTÍCIA. Joinville, 2 jun. 2007a.

A NOTÍCIA. Joinville, 3 jun. 2007b.

BENETTI, Estela. “Empresários de Joinville são presos por sonegação”. **Diário catarinense**, Joinville, 09/04/1997.

BRAGA, Marco Aurélio. “A Cipla é viável?”. **AN cidade**, Joinville, 02 e 03/06/2007.

BRAGA, Marco Aurélio. “Indústria abandonada é alvo de saqueadores”. **AN cidade**, Joinville, 12/06/1997.

BRAGA, Marco Aurélio. “Fim da gestão operária? Cipla está sob intervenção”. **AN cidade**, Joinville, 01/07/2007, p. 4-5.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CIPLA. **Institucional**. Disponível em: <<https://www.cipla.com.br/institucional>>. Acesso em: 08/01/2024.

CIPLA com Lula: salvar mil empregos. **Diário catarinense**, Joinville, 09/06/2003.

COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem: tensões sociais e controle (Joinville 1917/1945)**. 1996. 255f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.

CUNHA, Dilney. **História do trabalho em Joinville: gênese**. Joinville: Toda Letra, 2008.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido G. “O controle dos trabalhadores na Cipla – Indústria de Plásticos”. **Org & Demo**, v. 8, n. 1/2, p. 173-186, 2007. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2007.v8n1/2.388>

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FÁBRICAS ocupadas: uma apologia à estatização. **A Notícia**, Joinville, 09/12/2006, p. 11.

FELTHAUS, Rosane. “Ex-funcionários esperam leilão de empresa falida”. **AN cidade**, Joinville, n. 22.458, p. 10, 2002.

FORBES. “Profile: Carlos Sanchez”. *Forbes*, 2023. Disponível em: <<https://www.forbes.com/profile/carlos-sanchez/?sh=3e972b666359>>. Acesso em: 08/01/2024.

GEHLEN, Joel. **Acij na história de Joinville**. Joinville: Letradágua, 2021.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. **Da conquista do canal 12 à compra do jornal A Notícia**: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina. 2015. 289f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

GRAMSCI, Antonio. “Os jornais e os operários”. **Marxists Internet Archive**, 2005. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>. Acesso em: 13/04/2023.

GRUNER, Clóvis. **Leituras matutinas**: modernidade, utopias e heterotopias na imprensa joinvilense (1951-1980). Curitiba: Prismas, 2017.

HERBST, Rubens. “Comissão da Cipla vai à Brasília”. **A Notícia**, Joinville, 01/02/2003, p. 7.

HERBST, Rubens. “Funcionários da Cipla fazem greve”. **A Notícia**, Joinville, 25/10/2002a.

HERBST, Rubens. “Definida a autogestão, greve na Cipla é suspensa”. **A Notícia**, Joinville, 01/11/2002b.

HERBST, Rubens. “Funcionários vão administrar a Cipla”. **A Notícia**, Joinville, 01/11/2002c, p. 8.

HERBST, Rubens. “Comissão analisa situação da Cipla”. **A Notícia**, Joinville, n. 22.507, 13/11/2002d, p. 7.

INTERFIBRA. **Institucional**. Disponível em: <www.interfibra.com.br/institucional/>. Acesso em: 08/01/2024.

JUNGES, Leandro. “Ganho real nos salários está descartado”. **A Notícia**, Joinville, 04/04/2003, p. 13.

LOETZ, Claudio. “Amanco reduz jornada e salários”. **A Notícia**, Joinville, 02/07/2003, p. 12.

LOETZ, Claudio. “Moacir Thomazi aprendeu liderança com personalidades como o empresário e político Baltasar Buschle”. **NSC total**, 2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/loetz/moacir-thomazi-aprendeu-lideranca-com-personalidades-como-empresario-e-politico>>. Acesso em: 08/01/2024.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINUSSI, Fabrício. “Sem dinheiro: ex-empregados da Cipla protestam”. **Diário catarinense**, Joinville, 16/05/1996, p. 21.

MUSTO, Rafaela. **Fábrica em movimento**. Sumaré: Edições Cempop, 2012.

NASCIMENTO, Janaína Quitério. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada, fábrica ocupada é fábrica estatizada**. [S.l.: s.n.], 2004.

PARALISAÇÃO de trabalhadores causa tumulto. **A Notícia**, Joinville, n. 22.489, 22/10/2002, p. 12.

PASSOS, Sabrina. “Trabalhadores tentam evitar leilões”. **A Notícia**, Joinville, 11/12/2003, p. 10.

PAULUCCI, María Alejandra. **O internacionalismo e as fábricas recuperadas**. 2007. 103f. Dissertação. Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89810>>. Acesso em: 25/08/2021.

PRESIDENTE vai receber funcionários da Cipla. **A Notícia**, Joinville, 23/05/2003, p. 10.

REDAÇÃO NSC. “DC, AN e Santa contaram a história cotidiana de Santa Catarina”. **NSC total**, 2019. Disponível em: <<https://www.nscototal.com.br/noticias/dc-an-e-santa-contaram-a-historia-cotidiana-de-santa-catarina>>. Acesso em: 24/10/2019.

RIBEIRO, Jeferson. “Liminar causa polêmica”. **A Notícia**, Joinville, 21/12/2002, p. 11.

RODRIGUES, Liziane. “Cipla deve vender para Venezuela”. **Diário catarinense**, Joinville, 02/11/2004.

RODRIGUES, Liziane. “Cipla fecha venda para Venezuela”. **Diário catarinense**, Joinville, 14/11/2004.

RODRIGUES, Liziane. “Cipla impede retirada de máquinas”. **Diário catarinense**, Joinville, n. 6.749, 06/10/2004, p. 20.

RODRIGUES, Liziane. “Lula promete socorrer a Cipla”. **Diário catarinense**, Joinville, 12/06/2003, p. 19.

SOUZA, Sirlei de. **Ecoss de resistência na desconstrução da ordem**: uma análise da “Revolução de 64” em Joinville. 1998. 145f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

TERNES, Apolinário. “Jornal *A Notícia* 100 anos”. **Redação Marketing Of**, 20/02/2023. Disponível em: <<https://portalmakingof.com.br/jornal-a-noticia-100-anos-por-apolinario-ternes/>>. Acesso em: 08/01/2024.

TRABALHADORES mantém o comando da Cipla. **Diário catarinense**, Joinville, 29/09/2003.

VERAGO, Josiane Lombardi. **Fábricas ocupadas e controle operário**: Brasil e Argentina (2002–2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon. Sumaré: Edições Cemop, 2011. 258 p.

A Confederação Nacional da Indústria entre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo

Amanda Caroline de Oliveira

Doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina.
Mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina
(PPGH-UDESC). Contato: amanda.rufatto.oliveira@gmail.com



Era 25 de maio de 1995, quinta-feira, dia nacional da indústria, marco da memória política da Confederação Nacional da Indústria no Brasil (CNI). Reuniram-se na sede da instituição, em Brasília, cerca de 150 homens, em sua ampla maioria brancos. Dentre eles, cinquenta legisladores. Outros cem eram industriais nacionais e estrangeiros, representantes de empresas e membros da confederação. Como ditava o protocolo, todos estavam vestidos de ternos e gravatas, afinal, estavam ali para tratar de assuntos sérios¹.

A ocasião deste encontro marcou o lançamento do novo programa político da entidade, organizado sob o título de *Seminário Custo-Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional*. Os presentes consideravam que era um momento de avaliação sobre o passado, o presente e o futuro do país, especialmente nos temas que afetavam a produção industrial. Neste sentido, foram debatidas as políticas exportadora, fiscal, trabalhista, educacional e logística, além de outros temas. Entre os palestrantes ilustres, podemos citar: Mário Amato, presidente da CNI; Luiz Fernando Furlan, representante da Sadia S.A.; Sérgio Haberfeld, da empresa transnacional Toga – Embalagens; além de Silvano Valentino (Fiat Automóveis) e José Augusto Marques (ABB S.A. e Sebrae), além dos deputados federais Delfim Netto (Partido Popular Reformador – PPR/SP), Antonio Kandir (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB/SP), Alberto Goldman (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB/SP), José Carlos Aleluia (Partido da Frente Liberal – PFL/BA) e José Genoíno (Partido dos Trabalhadores – PT/SP) (CNI, 1995).

As mesas de debate foram compostas por industriais e parlamentares para analisar os custos da produção industrial do país. Além disso, os convidados deveriam passar por uma exposição artística que havia sido montada no saguão do auditório. Seu formato era de um labirinto, pois tinha como objetivo demonstrar os entraves vivenciados pela burguesia industrial na construção de suas empresas, especialmente em um contexto de consolidação constitucional recente. A

¹ O capítulo compõe parte da discussão da dissertação defendida em 2024 sob título “A indústria quer e sonha com um país diferente’: Estratégias políticas da burguesia industrial na Nova República (1985-2016)”.

aprovação da Constituição Federal de 1988 demarcava um novo cenário político e econômico, especialmente quanto ao reconhecimento de direitos trabalhistas e sociais, temas historicamente incômodos à burguesia brasileira.

O evento foi um momento de articulação da instituição com políticos que influenciavam decisões no âmbito do Estado. Era uma prática cultivada pela CNI há muito tempo, o que aponta para a possibilidade de perceber as estratégias políticas construídas pela burguesia brasileira. Pretende-se aqui analisar o projeto de país elaborado pelos industriais brasileiros no âmbito da Confederação Nacional da Indústria, o que envolve entender o manejo de concepções sobre o tempo histórico, compreendendo ainda interpretações sobre a sociedade brasileira. Para tanto, serão utilizadas como fontes históricas principais alguns dos documentos elaborados por essa entidade: o relatório do Seminário Custo Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional (CNI, 1995); o documento Custo Brasil: Agenda no Congresso Nacional (CNI, 1996); a Coletânea de Pronunciamentos Agenda Legislativa da Indústria (CNI, 1997); o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 (CNI, 2005); e o Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 (CNI, 2013).

A discussão proposta está dividida em dois momentos, iniciando com uma breve trajetória da Confederação Nacional da Indústria, o que inclui sua fundação e sua adesão ao desenvolvimentismo como programa político até os anos 1980, quando é identificada uma redefinição de planos. Em seguida passa-se a um debate sobre as concepções de tempo e as articulações das avaliações sobre o presente, o passado e o futuro formuladas no âmbito da CNI, expressando noções otimistas e pessimistas sobre o país desde a década de 1990.

UMA SENHORA OCTOGENÁRIA: A TRAJETÓRIA DA CNI

A CNI é uma entidade de livre associação empresarial que nasceu no segundo período republicano, em 1938, como consequência do processo de expansão dos centros urbanos, da consolidação do capitalismo e da industrialização. Sua estrutura hierárquica inicialmente teve influência dos ideais corporativistas da década de 1930. Por isso,

ela conforma-se de maneira piramidal, a partir de um centro de poder ao qual estão subordinadas federações estaduais, tendo na base os sindicatos patronais, organizados por ramo de produção. Quando de sua estruturação, ocorreu a aproximação de intelectuais orgânicos da burguesia que compunham a entidade com os projetos do governo de Getúlio Vargas.

Ao longo de sua trajetória, a entidade propôs-se a refletir sobre o futuro do país, portanto, a disputar o Estado e as políticas públicas em busca de referendar seus interesses. É possível caracterizar a CNI a partir do conceito gramsciano de ‘moderno príncipe’, o que, em outros termos, significa o partido dos industriais. Isso se dá, pois identifica-se que ela é um organismo coletivo que concretiza uma vontade coletiva que busca torná-la universal. Essa vontade coletiva se constitui em um programa que deve ser incorporado no Estado. Táticas são escolhidas para executar esse objetivo, sendo que a isto se pode considerar uma construção de hegemonia (Gramsci, 2007). Assim, os Mapas Estratégicos e outros documentos da CNI configuram-se como um programa político nacional.

O Seminário Custo Brasil de 1995 constituiu-se como um momento de virada histórica na perspectiva política da confederação, o que pode ser percebido em sua franca adesão ao neoliberalismo. Desse modo, seu programa foi alterado em um sentido bastante distinto dos primeiros anos da entidade, quando fora liderada por Roberto Simonsen, um de seus fundadores. Até meados da década de 1980, assim como outros setores da sociedade, a CNI tinha um programa desenvolvimentista, isto é, acreditava que o futuro do país dependia de um forte planejamento e engajamento estatal para promover a industrialização do país. Com indústrias fortes, apoiadas em auxílios financeiros públicos, ocorreria a elevação da renda nacional e um posicionamento de destaque do Brasil no cenário internacional.

Esse pensamento estava presente quando Simonsen defendeu, em 1944, que “as maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, utilizadas na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transporte”. A partir dessa base, “seriam criadas indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa autossuficiência ao

nosso parque industrial e a sua necessária sobrevivência na competição internacional” (Simonsen, 1977 [1944], p.34). Para o industrial, os termos da intervenção estatal deveriam ser estabelecidos em diálogo com as entidades de classe (Simonsen, 1977 [1944], p. 36). Nessa perspectiva, Simonsen não estaria apontando para um capitalismo de tipo liberal, sendo alvo da crítica de Eugênio Gudin.

Esse ideário político-econômico se tornou hegemônico no mundo entre a Segunda Guerra Mundial e a Crise do Petróleo em 1973, quando a defesa do livre mercado sofreu abalos em favor da intervenção estatal. No contexto da Guerra Fria, os lados em disputa afastavam-se do liberalismo econômico clássico. Obviamente, a União Soviética e sua área de influência estruturavam-se sob forte planejamento estatal, a partir de meticulosos planos quinquenais voltados para aceleração do crescimento econômico e a extinção da pobreza. Mas, também do outro lado, a perspectiva da intervenção estatal estava presente. Os Estados Unidos, a partir das políticas do chamado *New Deal*, cujas medidas visavam a solução da crise de 1929, aderiram ao ideário keynesiano, pautado em elevados gastos públicos, o que viria a servir de ponto de apoio para garantir a reconstrução da Europa e do Japão atingidos pela guerra, promovendo ao mesmo tempo ampla expansão de suas indústrias e bancos.

Isso não significa que os liberais, dentre os quais aqueles que logo seriam identificados como neoliberais, tenham mantido silêncio no contexto de expansão de políticas de Estado forte. Organizados em grupos de intelectuais, redes de influência, paulatinamente, entraram em confronto com socialistas e keynesianos, buscando a hegemonia sobre a gestão econômica e o futuro do capitalismo. O primeiro grupo neoliberal, que por sua vez, também forjou essa nomenclatura, surgiu durante o Colóquio Walter Lippmann, ocorrido em 26 de agosto de 1938, em Paris. O espaço contou com a presença de figuras como Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Raymond Aron, Wilhelm Röpke e Alexander von Rüstow (Dardot, Pierre e Laval, 2016, p.78). Após a realização do Colóquio, Frederick Hayek publicou em 1944 o texto que se tornou clássico entre seus entusiastas, *O Caminho da Servidão*. Após esta pu-

blicação ocorreu ainda outra histórica articulação neoliberal, sob o título de Sociedade Mont Pelerin, na Suíça, a partir de 1947 (Anderson, 1995).

No Brasil, um dos protagonistas da voz neoliberal foi Eugênio Gudin. O economista chegou a ser Ministro da Fazenda por um período inferior a um ano, durante o governo de Café Filho (1954-1955), que havia assumido a presidência após a morte de Getúlio Vargas. Anos antes, Roberto Simonsen, membro fundador da CNI e do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), ligado ao Ministério do Trabalho, teve suas teses em defesa do planejamento rechaçadas por Gudin, quando este tinha assento na Comissão de Planejamento do Conselho de Segurança Nacional. A celeuma entre os dois passou a ser conhecida publicamente² e Simonsen chegou a afirmar:

Mas tudo isso não justifica a paixão demonstrada em seu trabalho pelo Relator [Gudin], quer agredindo instituições, individualidades e associações de classe, quer levando o seu “liberalismo” ao ponto de transcrever vários trechos do meu parecer em desacordo com o original, e praticando, pela obliteração dos sentidos a que todo estado de paixão conduz, erros elementares e imperdoáveis em assuntos em que deveria ser consumado mestre (Simonsen, 1977 [1944], p.158).

O programa de Roberto Simonsen em defesa do suporte estatal para garantir a industrialização e o desenvolvimento nacional foi incorporado à prática e programa da Confederação Nacional da Indústria até finais da década de 1980. A posição da entidade mudou após as repetidas propostas desenvolvimentistas fracassarem ao tentar resolver a crise financeira que assolava o país por volta de 1985. A crise, caracterizada pela hiperinflação, gerou grandes dificuldades para o

² Nessa disputa, Eugênio Gudin afirmou que a tese de Roberto Simonsen levaria a um Estado totalitário e paternalista para os industriais: “não haveria melhor caminho para a consolidação de um regime totalitário de capitalismo de Estado, em que já temos tão largamente avançado nos últimos dez anos”. Acusou ainda o industrial de “constante preocupação de garantir a proteção paternalística do Estado aos ‘interesses existentes’, especialmente aos dos atuais industriais, de cuja associação de classe [FIESP-CNI] é o Conselheiro Simonsen operoso Presidente” (Gudin, 1977 [1944], p.55).

primeiro governo civil após o fim da ditadura militar (1964-1985), sob a presidência de José Sarney (Silva, 2019).

A CNI chegou a apoiar o Ministro da Fazenda Dilson Funaro que liderou a formulação do Plano Cruzado durante o governo Sarney. O plano tinha como pressupostos a mudança da moeda, o congelamento de preços, a conversão de contratos com base em uma média de valores para evitar a inflação passada e o gatilho salarial, que permitia aumentos automáticos caso a inflação atingisse 20%, com aumento real dos salários com base no poder de compra dos seis meses anteriores (Prado; Leopoldi, 2018, p. 95). Além disso, Funaro buscou renegociar a volumosa dívida externa com os Estados Unidos, o que possibilitaria acessar novos empréstimos para modernizar o país, bem como propôs acordos comerciais para o escoamento da produção brasileira. Tais intentos mostraram-se infrutíferos, o que levou à sugestão de calote a bancos norte-americanos. Sem apoio do Congresso Nacional e com divergências na base política do governo, Funaro foi demitido (Prado; Leopoldi, 2018).

Diante disso, a CNI deixou de apoiar publicamente novos planos desenvolvimentistas. Sua mudança de posição foi percebida dentro de poucos anos, ao longo do processo constituinte, entre 1987 e 1988, quando rejeitou propostas de proteção do capital nacional em benefício de empresas estrangeiras. Albano Franco, então presidente da CNI, afirmou durante as comemorações do Dia da Indústria, em 1988, que estaria convocando os empresários a lutarem pela eliminação do “excessivo intervencionismo do Estado nos assuntos da empresa privada; a injustificável hostilidade contra o capital estrangeiro e a ilusória pretensão de se substituir as leis da economia pela retórica bacharelesca” (Mailson aplaude..., 1988, p.18).

Durante os debates das comissões de sistematização no Congresso Constituinte, ocorreu intenso debate sobre a definição do conceito de empresa de capital nacional: a questão tocava na proibição do comércio e distribuição de derivados de petróleo por empresas estrangeiras. Naquele momento, a CNI pressionada por seu braço paulista a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), defendeu a extensão às empresas estrangeiras dos mesmos direitos daquelas de propriedade de brasileiros. Contudo, Albano Franco, então Senador por Sergipe,

votou contrário ao programa de sua entidade, ação que gerou grande repercussão na imprensa da época. Em resposta ao ocorrido, ele afirmou ter votado por engano em prol da tese nacionalista. Ainda assim, é possível perceber um período de reposicionamentos e divergências no interior da entidade de classe dos industriais brasileiros, com o paulatino abandono do protecionismo e da defesa da indústria nacional (Oliveira, 2024, p.45).

Durante a década de 1990, essa perspectiva se acirrou ainda mais quando do momento de realização de privatização de grandes empresas estatais, política encabeçada pelo Ministro da Fazenda e, depois, Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. A Confederação passou a defender a abertura completa do país, enfatizando que deveria ser “evitada a introdução de entraves e peculiaridades na legislação brasileira que estejam em desacordo com a prática internacional e eliminadas as restrições à participação do capital estrangeiro na economia brasileira” (CNI, 1996, p.8).

Diante desse cenário, o Seminário Custo Brasil de 1995 marca a consolidação do novo programa dos industriais brasileiros. Durante o evento, diferentes interlocutores buscaram sustentar, como elemento central da mobilização política dos industriais, a ideia de Custo Brasil, que definiria “um conjunto de ineficiências e distorções que prejudica a competitividade do seu setor produtivo” (CNI, 1995, p.13). Entre as distorções, conforme o novo programa político dos industriais, foram elencadas: um sistema tributário que sobretaxaria o setor industrial, uma legislação trabalhista rígida e excessiva, a precariedade dos sistemas de transporte, saúde e educação, além do elevado custo de financiamento para o capital (CNI, 1995, p.13). Observe que essa se trata da interpretação dos próprios industriais, isso não significa que a realidade concreta se expresse dessa forma.

Esse programa passou a ser empregado tanto por setores da burguesia quanto pelos meios de comunicação em geral, tornando-se, desde então, mote para diferentes campanhas de mobilização política. A influência social desse discurso pode ser dimensionada no fato de que a ideia de Custo Brasil tenha sido empregada de forma massiva pelos grandes jornais do país: foi referida 3.527 vezes pelo jornal *O*

Estado de S. Paulo e *O Globo* outras 1.387 vezes, enquanto a *Folha de S. Paulo* fez 879 menções entre janeiro de 1995 a setembro de 2025.

Em coro com essa perspectiva, naquele 25 de maio de 1995, o primeiro representante do Congresso Nacional convidado a palestrar foi o então deputado federal Delfim Netto. Em uníssono com a CNI, afirmou “o problema da redução do Custo Brasil”, o qual dependeria de “uma reorganização do Estado. O Estado tem que voltar a ter condições de investir” (CNI, 1995, p. 55). Isso seria possível com uma reforma que possibilitasse o enxugamento das contas públicas, perspectiva alinhada ao que grande parte de economistas e lideranças políticas ocidentais faziam circular globalmente naquele período, ganhando a forma de um jargão neoliberal que também chegou ao Brasil.

Vale destacar que a trajetória política de Delfim Netto inclui sua colaboração com a ditadura militar entre os anos de 1967 e 1974, durante os governos dos generais Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, quando ocupou o cargo de Ministro da Fazenda. Entre seus feitos durante o chamado ‘Anos de Chumbo’ está a manifesta declaração de apoio ao Ato Institucional Número 5, responsável pelo aprofundamento da repressão. Além disso, foi citado no relatório da Comissão Nacional da Verdade como um dos que deram suporte a uma das mais sanguinárias ações do período, a Operação Bandeirante³ (Brasil, [CNV] 2014, p.330). Assim como outros tantos membros da burguesia e da ditadura, também não foi responsabilizado por seus atos. Em seu caso, continuou gozando de prestígio político, levando uma vida confortável até sua morte em 2024.

Além de Delfim Netto, outros políticos participaram do evento, nomes que de certa medida, anos mais tarde, também aplicaram parte do programa da CNI, como Antônio Kandir (PSDB/SP). Um ano após o evento, ele foi o responsável pela elaboração da Lei Complementar Nº 87, sancionada em 13 de setembro de 1996, a qual regulamentou a

³ O relatório afirma “Ficou conhecido o banquete organizado pelo ministro Delfim Netto no Clube São Paulo, antiga residência da senhora Viridiana Prado, durante o qual cada banqueiro, como Amador Aguiar (Bradesco) e Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo), entre outros, doou o montante de 110 mil dólares para reforçar o caixa da Oban” (Brasil, [CNV] 2014, p.330).

aplicação dos impostos estaduais e teve como principal política a desoneração da exportação de produtos primários, pauta compartilhada entre agronegócio e industriais. O novo regramento ficou conhecido como Lei Kandir.

Dois anos mais tarde, também no dia 25 de maio de 1997, a CNI organizou outro evento, agora com o objetivo de debater o documento *Agenda Legislativa da Indústria* com o Senado e a Câmara dos Deputados. Este evento foi conduzido por Fernando Bezerra, Senador pelo PMDB do Rio Grande do Norte, Presidente da CNI e dono da empresa Ecocil - Construção Civil⁴. Nesse dia, o encontro empresarial contou com a presença de Jorge Gerdau Johannpeter, presidente de uma das maiores companhias brasileiras, a Gerdau Comercial de Aço S.A., e membro do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI. Além dos industriais, também discursaram Michel Temer (PMDB-SP), presidente da câmara de deputados, e Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente do Senado. Este último, notório membro das elites agrárias da Bahia que partilhava de uma perspectiva bastante conservadora. O outro, Michel Temer, foi figura determinante no processo de golpe promovido contra a presidente Dilma Rousseff em 2016, e executor do programa da CNI no âmbito da legislação trabalhista. Foi um dos responsáveis por levar a cabo as leis nº 13.467/2017, a reforma trabalhista, e nº 13.42/2017, lei das terceirizações. Essa legislação enfraqueceu a proteção sobre os trabalhadores e promoveu a precarização das condições de trabalho, retomando a patamares anteriores a 1988.

Ambos os Seminários da CNI, de 1995 e 1997, marcaram uma virada no pensamento industrial no sentido da defesa da reforma do Estado para torná-lo enxuto e atacar prioritariamente os direitos trabalhistas e sociais, além do abandono dos ideais nacionalistas e desenvolvimentistas. Assim, a adesão à perspectiva neoliberal foi sintetizada na plataforma política conhecida como Custo Brasil. Essa trajetória modificou a percepção da corporação empresarial sobre o país e criou

⁴ Fernando Bezerra é empresário do setor da construção civil em Natal (RN), onde tornou-se proprietário de um shopping center. Na mineração é proprietário de uma mineradora de xilita (tungstênio) e de outra exploradora de ouro. Para mais informações vide: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bezerra-fernando>.

novos horizontes de expectativa. No próximo tópico, serão debatidas as concepções de tempo da Confederação Nacional da Indústria (p. 339 do documento).

O TEMPO DA INDÚSTRIA: CONSTRUINDO UMA UTOPIA

Com a intenção de supostamente olhar para frente, os industriais encerraram um programa político que foi deixado para trás e passaram a perseguir novas expectativas. Em 1995, Mário Amato, na condição de presidente da CNI, enfatizou que “a primeira mensagem que a Indústria deseja transmitir é a de que parcela expressiva de nossas leis e instituições foram construídas para um regime de economia fechada, ultrapassado no tempo” (CNI, 1995, p.3). Era o momento de corrigir as rotas para modernizar a economia, desejando integrar-se ao capitalismo central. Dessa forma, reconhecendo ou não as condições históricas que situam o Brasil na periferia do capital, o otimismo aparecia mesmo que de forma tímida quando a busca pela estabilização e o controle da inflação pautavam a cena política: “é nossa expectativa de que a realização deste Seminário represente uma contribuição efetiva da indústria brasileira para a construção de uma sociedade mais eficiente, moderna e justa” (CNI, 1995, p.5).

Nesta busca por uma sociedade pretensamente eficiente, moderna e justa, aprofundava-se a necessidade de superação das políticas desenvolvimentistas, mesmo que isso afetasse negativamente a indústria de capital nacional. Amato foi enfático ao sustentar que havia um passado a ser deixado para trás. “Nós, empresários, temos consciência de que a fase de substituição de importação não tem retorno. Sabemos que o mundo em que viveremos será de tarifa baixa e de proteção regulamentada por acordos internacionais” (CNI, 1995, p.4).

A política de substituição de importações remonta ao primeiro governo de Getúlio Vargas, tendo sido um pilar fundamental das medidas desenvolvimentistas tomadas pelo Estado brasileiro, o que então consistiu na opção pela produção nacional de mercadorias que antes eram importadas. Nesta concepção, as dificuldades dos países coloniais em criar seu parque industrial seriam superadas pela ação protagonista do Estado. A indústria seria o motor para o desenvolvimento

do capital e o reposicionamento do próprio país em âmbito internacional. A criação de indústrias faria avançar as substituições, com a redução da dependência externa, tendo por início a produção de bens não duráveis, mercadorias comuns de baixa tecnologia e valor, até chegar em um nível de integração que permitisse fabricar máquinas e bens de capital (Bielschowsky, 2000, p.25).

Durante a ditadura militar, no período em que o general Ernesto Geisel esteve à frente do regime autoritário, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) se propôs a concluir o último ciclo das substituições de importações, ou seja, os bens de capital. Os principais setores fabris beneficiados foram os de papel e celulose, implementos, fertilizantes e pesticidas agrícolas. Para Francisco Luna e Herbert Klein (2014, p.63), Geisel conseguiu concluir o projeto, garantindo uma estrutura integrada do núcleo industrial brasileiro. Em 1995, contudo, o discurso industrial passou a contestar essa política econômica. Isso não significa que para a CNI a industrialização estivesse concluída, pelo contrário: há a insistência em seus documentos de que a produção brasileira fosse reestruturada, incorporando as tecnologias mais avançadas⁵. Ocorre que a indústria da chamada Nova República, após a ditadura, usa um referencial discursivo distinto, operando uma formulação política em que o papel do Estado muda significativamente:

Definir o desenho da política industrial do Brasil certamente não é imaginar o retorno às políticas dos anos 60 e 70, como muitos estimam. As mudanças no ambiente econômico, revisando o papel do Estado e a crescente integração do País com a economia internacional, representam a nova moldura, incapaz de comportar as políticas do passado (CNI, 1997, p.7)⁶.

⁵ Por exemplo, inovação é um tema que transversaliza os documentos de 1995 a 2018, no entanto, no século XXI, especialmente a partir de 2005 esse reforço se torna ainda mais evidente. A formulação acabada da reestruturação produtiva na era digital se faz a partir de 2018 quando é concebido o conceito de indústria 4.0;

⁶ Pronunciamento de José de Freitas Mascarenhas, presidente do conselho de infraestrutura da CNI durante o Seminário Custo Brasil de 1997.

Essa nova moldura estatal perpassa alguns temas, entre eles o intervencionismo representado pelas leis trabalhistas. Entre 1995 e 2018, o reconhecimento de um passado presente das relações entre patrões e empregados é evidenciado pela Confederação. Em seus documentos, as leis trabalhistas eram tidas como rígidas e detalhistas, como descritas em 1996. No ano seguinte, foram chamadas de anacrônicas, fora do seu tempo, casuísticas e de um exacerbado dirigismo. Em 2005, novamente apresentadas como rígidas e excessivas. Em 2013, elas eram defasadas, rígidas e promotoras de insegurança. Em 2018, sob o governo de Michel Temer, a legislação ganhou novos adjetivos: moderna e flexível. Aqui o discurso foi rompido por uma mudança legal, a aprovação das mencionadas reforma trabalhista e lei de terceirização. O programa do partido dos industriais tornou-se política de Estado.

O passado que se fazia presente até 2018 foi aquele da utopia varguista, no qual o trabalhador devidamente fichado conforme as regras da CLT tinha a expectativa de um emprego estável, com direitos garantidos, como previdência social, contrato permanente, carga horária máxima semanal e salário-mínimo. Neste sentido, a CNI colocou-se em uma luta constante contra esse futuro passado, dele buscando desvencilhar-se (Koselleck, 2006)⁷. Contudo, nem sempre percebeu a permanência de seus rastros em algumas de suas formulações.

Isso pode ser visto em certas discussões. Um tema que se vincula a este conflito entre um futuro e um passado é o da infraestrutura energética e de transportes. Em 2018, a CNI apregoava que o país tinha a necessidade de “eliminar deficiências históricas na sua infraestrutura”. O plano para a “recuperação da infraestrutura” deveria passar pela “qualidade regulatória e a ampliação da participação privada nos

⁷ Reinhart Koselleck, em suas elaborações sobre o tempo histórico, forjou categorias para explicar as relações entre estratos temporais distintos, que se conectam e se separam, marcando novidades e permanências. Entre essas categorias estão o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. A partir delas, podemos compreender o “futuro passado”, isto é, os futuros projetados em um dado momento histórico (expectativas, sonhos, temores) que, ao se transformarem em passado, podem permanecer presentes como parte da experiência histórica.

investimentos e na prestação dos serviços” (CNI, 2018a, p.35). Para que se expandisse de forma equilibrada, a produção deveria acompanhar os sistemas de escoamento das mercadorias e o abastecimento energético. Desse modo, o sistema rodoviário era um problema, pois não estava sendo capaz de dar conta da logística, daí a necessidade da ampliação de modais e de sua integração.

Os industriais também apontavam para a sobrevivência de um “resquício de um viés antiexportador da economia e políticas e estruturas institucionais inadequadas”, o que impediria as empresas brasileiras de se inserirem em mercados fora do país (CNI, 2005, p.126). A ausência de uma cultura exportadora afetaria profundamente a produção manufatureira, pois, na longa duração, a constituição do capitalismo no Brasil, desde o século XVI, compunha-se da agroexportação colonial. Tal questão foi retomada pela CNI em 2013, resultando na avaliação de que o sistema tributário contribuiria para as dificuldades da inserção da burguesia brasileira no mercado internacional. O sistema tributário do Brasil seguia “concebido para um país primordialmente importador de capitais, adotando práticas onerosas às empresas com investimentos no exterior ou em processo de internacionalização” (CNI, 2013, p.58).

A sociedade brasileira em geral também aparece nessas formulações como portadora de práticas que deveriam ser superadas: o passado se fazia presente por sua pobreza. Ancorados na ideia de que a indústria é o motor da sociedade, a incapacidade de interiorizar a criação de indústrias repercutiria nas desigualdades entre as regiões. Ou seja, para a CNI a expansão do capital tem o sentido de expansão do desenvolvimento, sem a qual o resultado é a proliferação da pobreza. Essa narrativa que enfatizou o papel da indústria para a superação dos desequilíbrios regionais, perceptível em 1997, foi reforçada em 2005 na crítica à concentração industrial nas regiões Sul e Sudeste, o que mantinha o país preso ao passado (CNI, 2005, p.69).

Mesmo considerando todos os problemas que impediriam o crescimento do capital no país, os industriais eram otimistas ao reforçar uma velha ideia acerca das vantagens possibilitadas pelas riquezas naturais subexploradas. Segundo Carlos Fico (1997), ao longo dos séculos XIX e XX, constituíram-se duas correntes sobre as esperanças em

relação ao futuro da nação. De um lado, os que consideravam o fracasso do país como inevitável devido ao passado colonial e à miscigenação racial. Por outro lado, havia os que, crentes de que, com uma gestão correta, a exuberância de sua natureza seria suficiente para um devir brilhante, alimentando uma postura otimista. Neste sentido, a retórica de grandes potencialidades foi utilizada ao longo do tempo para conformar uma identidade nacional e seus projetos políticos. De forma particular, o otimismo foi mobilizado pelos militares durante a ditadura, especialmente por meio de estratégias propagandistas que buscaram enfatizar a vocação nacional para a grandeza, a qual seria confirmada pelas correções de rumos que estavam impondo ao país. Essa pretensão pareceu possível durante os anos do chamado milagre econômico. Contudo, quando a crise começou a tomar conta do cotidiano, nenhuma propaganda conseguiu sustentar o otimismo (Fico, 1997).

Os anos da transição política que conformou a chamada Nova República, em certa medida, inspiraram otimismo, fosse durante a campanha Diretas Já (1983), o lançamento do Plano Cruzado (1986) ou a elaboração da nova Constituição (1988). Entretanto, as esperanças foram corroídas pela precarização da vida e pelos péssimos índices econômicos. Politicamente, os industriais na década de 1990 passaram a também gerir esse pessimismo, o que impactou planos de investimentos e seu programa político. A contradição entre conceber um país grandioso e as desilusões causadas por uma suposta má gestão dos ocupantes no poder forneceriam a oportunidade para uma mudança de perspectivas. “O pessimismo tende a cristalizar-se em torno de culpados (os governantes); o otimismo irradia-se em direção ao país promissor (o Brasil)” (Fico, 1997, p.61). Não por acaso, o discurso da ‘segurança jurídica’ e a ‘estabilidade macroeconômica’ pautaram os programas da CNI desde a década de 1990.

O passado para os industriais é um fantasma que assombra o presente e parece vetar o futuro. Assim, um elemento comum entre 1995 e 2018 é o pessimismo ao se referir ao que passou: o passado é entulho ou um entrave que precisa ser deixado de lado para o surgimento do novo. Desse modo, não há glórias ou mitos fundadores a serem come-

morados, mas alertas sobre a incapacidade do Brasil em tornar-se desenvolvido justamente devido às escolhas protecionistas feitas anteriormente, ou seja, as más decisões:

A baixa participação do País no mercado mundial resulta da opção, no passado, por uma economia fechada, e da predominância da luta contra a inflação descontrolada e o desajuste fiscal, a partir dos anos 80, sobre os objetivos de competitividade para inserção internacional (CNI, 2005, p.126).

O passado é apenas visto com olhos otimistas em 2005, quando foi referendada a transição econômica da década de 1990 para um modelo neoliberal. Dessa maneira, entendeu-se que o desenvolvimentismo ficou para trás, junto com o Plano Cruzado de Sarney e Dilson Funaro. No século XXI, os industriais reforçam o princípio de um futuro diferente: um futuro da indústria. O retorno do otimismo é um traço estrutural comum à visão secular nos momentos de estabilidade política e econômica (Fico, 1997, p.77), o que pode explicar as formulações da CNI que compreendem o período de 2005 a 2013. Por exemplo, tornou-se patente uma avaliação positiva acerca do crescimento industrial na década de 1990 e do reconhecimento da mudança de estratégia econômica:

A competitividade das empresas está diretamente ligada à sua produtividade. Nos anos 90, a indústria brasileira conseguiu aumentar significativamente sua produtividade (taxa média anual de 8,1%) e, consequentemente, sua competitividade. Esses elevados ganhos de produtividade foram proporcionados por investimentos em desobstrução de gargalos, reposição de equipamentos e reorganização gerencial. Sua projeção para o futuro depende da continuidade desses esforços, mas, principalmente, da intensidade do processo de inovação das empresas (CNI, 2005, p.52).

A correção de rotas para uma forma de gestão do Estado de tipo neoliberal teria sepultado o passado desenvolvimentista, o que se manifestou na ausência de qualquer perspectiva alternativa ao receituário importado. Em contraposição a um passado que insistia em se fazer presente, o horizonte de expectativas apontava para um futuro em

que indústria seria “competitiva, inovadora, global e sustentável”, buscando “superar rapidamente os gargalos atuais que decorrem de deficiências que há muito já deveriam ter sido vencidas, a agenda do século XX, e trabalhar no desenvolvimento de capacidades para a indústria do futuro, a agenda do século XXI” (CNI, 2018a, p.15).

Os termos desta agenda industrial para o século XXI não pretendiam romper com estruturas herdadas, especialmente o papel subordinado da indústria brasileira na divisão internacional do trabalho. Mesmo com os anseios da CNI por uma internacionalização da indústria, a opção por uma política neoliberal e de enxugamento do Estado não solucionou a crônica dependência que assola o país desde o período colonial. Quanto à classe trabalhadora, o programa da CNI reforça as relações sociais de exploração, sob condições precárias e sem a perspectiva da constituição de uma sociedade justa. Enfim, a CNI constituiu ao longo dos últimos trinta anos sua própria utopia industrialista dependente.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. In: **Pós-Neoliberalismo**: As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 2).

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Seminário Custo Brasil**: Diálogo com o Congresso Nacional. Brasília: CNI, 1995.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Custo Brasil**: Agenda no Congresso Nacional. Brasília: CNI, 1996.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Coletânea de pronunciamentos**: agenda legislativa da indústria. Brasília: CNI, 1997.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Mapa Estratégico da Indústria**: 2007–2015. Brasília: CNI/DIREX, 2005.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Mapa estratégico da indústria**: 2013–2022. 2. ed. Brasília: CNI, 2013.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Mapa estratégico da indústria**: 2018–2022. Brasília: CNI, 2018a.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere v. 3**: Maquiavel notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUDIN, Eugênio. Rumos de política econômica: relatório apresentado à Comissão de Planejamento Econômico sobre a planificação da economia brasileira, 1944. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964–1985). In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MAILSON aplaude críticas de empresários à política fiscal. **Jornal do Brasil**, 26 mai. 1988.

OLIVEIRA, Amanda Caroline de. “**A indústria quer e sonha com um país diferente**”: estratégias políticas da burguesia industrial na Nova República (1985–2016). 2024. 190f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2024.

PRADO, L. D.; LEOPOLDI, M. A. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985–2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

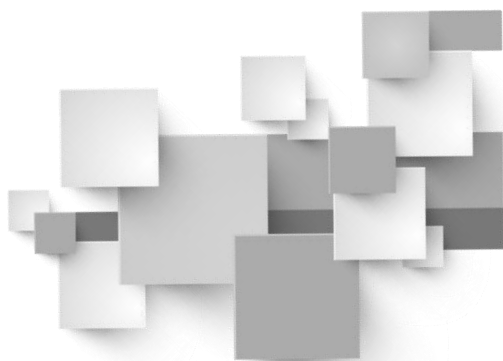
SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974–1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. **O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário. Ditadura Militar e Redemocratização. Quarta República (1964–1985)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMONSEN, Roberto. A planificação da economia brasileira: parecer apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 16 ago. 1944. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.

O mundo do trabalho sempre foi assim, mas agora é diferente: as experiências das trabalhadoras domésticas para além do precariado

Gabriela Steffens Sperb

Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Contato: gabisperb@hotmail.com



As relações de trabalho são um campo fértil para os estudos do tempo presente. Em constante transformação e influenciadas pela plasticidade do capitalismo, estão, também, repletas de vestígios do passado. Projetos e culturas políticas de tempos passados tensionam as exigências atuais do capitalismo, apresentadas sob a forma de inovação, atualização e novidade. Abordagens situadas no âmbito da História do Tempo Presente permitem enfocar as mudanças no mundo do trabalho, novos sistemas de produção e circulação de riquezas que impactam as dinâmicas capitalistas, ampliando o campo de análise tanto em direção ao passado quanto tendo em conta as disputas em torno do futuro (Arend; Lohn, 2022). Se o capitalismo nunca é o mesmo, o homem e a mulher que trabalham também não o são. Mas, como seres humanos, não podem prescindir de proteção social, cuja estrutura foi criada, projetada e fortalecida ao longo do século XX. Tem-se então um presente repleto de passados.

Não se trata aqui de uma anacronia, como quer fazer crer o mercado, este sujeito abstrato que dita as regras do presente, estabelece metas para o futuro e não se conforma com a permanência necessária da regulamentação laboral, ou seja, a presença indesejada de lutas sociais que ocorreram no passado. Trata-se da própria dialética das relações de trabalho, em que a demanda e a concessão de direitos, quase sempre, ocorrem com atraso em relação às novas formas de exploração da força de trabalho. Assim, a História do Tempo Presente, concebida como um campo destinado a estudar as memórias e os efeitos de questões históricas que continuam em aberto, desde uma possível última catástrofe (Rouso, 2016), dessa forma percebidas pelos que identificam seus desdobramentos em suas vidas, mostra-se uma útil abordagem para evidenciar as camadas de passado nas relações de trabalho da atualidade e ajuda a compreender por que o trabalho vem perdendo sentido para o trabalhador, ao longo do tempo.

Tendo em conta tais pressupostos, este capítulo propõe uma reflexão sobre o quadro atual de precarização do trabalho e a percepção de que há um desinteresse dos trabalhadores por formas tradicionais de contratação. Pretende-se analisar a questão a partir da experiência das

trabalhadoras domésticas¹, as quais lutaram pela regulamentação da categoria durante mais de setenta anos e, quando tiveram a atividade regulamentada, em 2013, se deparam com taxas de formalização profissional cada vez mais baixas².

A justificativa óbvia para a ampliação da informalidade é a de que a Emenda Constitucional 72, de 2013, teria aumentado os custos e a burocracia para a contratação de trabalhadores domésticos mensalistas, situação agravada pela conjuntura econômica desfavorável e pela pandemia de covid-19, em 2020. Contudo, mesmo reconhecendo a pertinência de tais razões, é possível propor outra hipótese. Como muitos outros trabalhadores, as domésticas podem ter os seus próprios motivos para desejar relações de trabalho estabelecidas em outros termos, aventando-se a possibilidade de que a alteração legislativa, nos termos em que foi proposta, os mesmos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, teria chegado tarde ao não contemplar essas mudanças.

Inicialmente, deve-se tornar nítido que o enquadramento do trabalho doméstico como formal ou informal está relacionado, dentre outras razões, ao modo de inserção da trabalhadora no mercado de trabalho. As trabalhadoras domésticas podem exercer a sua atividade como mensalistas, condição que obriga as partes a estabelecerem um contrato que obedeça às regras trabalhistas. Assim como podem fazê-lo na qualidade de diaristas e, neste caso, a relação de trabalho dá-se de modo formal apenas na hipótese de que os serviços sejam prestados mais de duas vezes por semana para um mesmo empregador. Desta forma, nessas duas modalidades, há a obrigação legal de formalizar a relação de trabalho: descumprida tal determinação, poderá o trabalhador reclamar os seus direitos diante do Poder Judiciário. Por outro lado, quando a frequência ao trabalho é igual ou inferior a duas vezes

¹ Utiliza-se o gênero feminino porque no Brasil cerca de 90% das pessoas que exercem a atividade, de forma remunerada, são mulheres (Dieese, 2025).

² A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que em 2003 cerca de 27% das trabalhadoras domésticas possuíam carteira assinada, passando para uma proporção em torno de 30% em 2013 e chegando a aproximadamente 25% em 2023.

por semana, a trabalhadora doméstica diarista é considerada autônoma, ou seja, sem direito a férias, décimo terceiro e aviso prévio, dentre outras garantias, e não pode, em princípio, reclamar direitos junto ao Poder Judiciário. Trata-se, portanto, de uma categoria profissional em que a legislação em vigor permite a execução do trabalho de forma autônoma, legitimando a informalidade³ de uma parte considerável das trabalhadoras.

Dados de 2023 apontam que as diaristas autônomas representam quase a metade das trabalhadoras domésticas no Brasil. Em pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que analisou o impacto da regulamentação do trabalho doméstico dez anos após a sua criação, é possível constatar que houve um crescimento contínuo das diaristas relativamente às mensalistas, tendo saltado de 37,5% para 43,6% entre 2013 e 2022 (Dieese, 2023). Ainda, conforme a mesma pesquisa, nesse período pode ter havido uma “aceleração do processo de substituição de mensalistas por diaristas, processo esse que já ocorria desde os anos 1990, pelo menos, em razão de mudanças demográficas e socioeconômicas no perfil das famílias brasileiras” (Dieese, 2023, p. 17). Em pesquisa ainda mais recente, apresentada em abril de 2025, analisando os dados sobre o trabalho de cuidados no Brasil, o Dieese aponta que 46,7% das trabalhadoras domésticas são diaristas, confirmando a tendência de crescimento apontada anteriormente (Dieese, 2025).

O aumento do número de trabalhadoras diaristas pode justificar os baixos índices de formalização do setor. Ao analisarem os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre o trabalho doméstico, Pinheiro et al. (2021) observam que a formalização das trabalhadoras mensalistas girava, em 2019, em torno de 41%, ao passo que a das diaristas em 9%, estabelecendo-se a partir destes dados a média de 25% de trabalhadores formalizados, ou seja, a inserção no mercado de trabalho na qualidade de diaristas puxa o percentual de

³ Não cabe, no âmbito deste trabalho, a avaliação da pertinência dos dispositivos legais. Todavia, é de se mencionar que o critério estabelecido na lei é o mesmo da jurisprudência majoritária da Justiça do Trabalho, que considera necessária para o reconhecimento do vínculo de emprego a prestação de serviços por, pelo menos, três dias por semana.

informalidade para baixo. Ao comparar os índices de informalidade do trabalho doméstico (41%) com os dos trabalhadores em geral (41,2%), no mesmo período, percebe-se que os indicadores são bastante próximos (Alvarenga; Cavallini, 2019). Depreende-se, portanto, que os baixos índices de formalização do trabalho doméstico estão ligados, em grande medida, à prestação de serviços sob a forma de diárias.

Tais informações, num primeiro momento, parecem confirmar a hipótese de que a manutenção dos índices de informalidade deve-se à regulamentação do trabalho doméstico, sendo o crescimento do número de diaristas uma resposta à legislação que tornou mais dispendiosa a contratação de mensalistas. Em alguma medida, a lei pode ter contribuído para esse fato, todavia, não se pode esquecer que o crescimento do número de diaristas vem ocorrendo, de forma contínua, desde a década de 1990, ou seja, antes da regulamentação da categoria. Além disso, as transformações no mundo do trabalho estão cada dia mais acentuadas e implicam, também, na forma como os trabalhadores se relacionam com o trabalho e o que esperam dele, por isso acredita-se que o crescimento do número de diaristas pode estar associado a outras razões, que passo aqui a investigar.

O mundo do trabalho mudou significativamente nos últimos anos e uma das mais importantes alterações decorre do advento do capitalismo de plataforma e dos novos modelos de contratação que reduziram garantias sociais e direitos trabalhistas conquistados ao longo do século XX. Analistas como Guy Standing defendem que essas transformações são decorrentes das políticas econômicas neoliberais a partir dos anos 1980, quando o equilíbrio entre capital e trabalho teria se rompido, resultando em diminuição de benefícios sociais e crescimento de flexibilização das normas do trabalho. Em uma entrevista (Pellicer, 2017), Standing sugere que isso teria obrigado grande parte da classe trabalhadora a submeter-se a relações de trabalho sob ampliadas condições de exploração, formando uma nova classe, chamada de precariado⁴. Braga, por sua vez, identifica uma agudização do processo de informalização das relações de trabalho, mas discorda da ideia de formação de uma nova classe, pois acredita tratar-se de um

⁴ Uma neologia criada a partir do substantivo proletário e do adjetivo precário.

retrocesso produzido pela “transformação de um longo período de crescimento lento numa crise econômica sistêmica em escala global [que] trouxe novamente à baila a precariedade como condição social inerente à mercantilização do trabalho” (Braga, 2014). Há consenso relativo à piora das condições de trabalho, mas enquanto Standing crê na formação de uma nova classe, Braga enxerga um retrocesso.

Antunes (2011) constrói uma argumentação semelhante à de Standing, afirmando que há uma precarização estrutural do mundo do trabalho, que se expande para além dos trabalhadores tradicionalmente informais. Segundo o autor, o capitalismo atual promove a expulsão dos trabalhadores do mercado formal a partir de uma série de estratégias como os contratos temporários e terceirizações, por exemplo. Assim, estaria ocorrendo uma “erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX”, o que se daria por sua “substituição pelas diversas formas de ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’ etc.” (Antunes, 2011, p. 411). O processo de flexibilização das normas trabalhistas também faz parte desse quadro, obedecendo a pressões que ocorrem em âmbito global. Ou seja, o capitalismo, a um só tempo, promove a informalização e fragiliza o trabalho formal, retirando-lhe direitos ou reduzindo-os.

Por outro lado, autores como Linden (2013) defendem que não se trata nem de uma novidade, nem de um retrocesso, e sim de uma permanência. Segundo o autor, o conceito de classe trabalhadora formulado por Marx no século XIX, no contexto da Europa, limitava-se a uma classe de assalariados livres que vendiam a sua força de trabalho. Mas, classes e semiclasses, tais como definidas pelo marxismo, não deixaram de conviver com formas intermediárias de trabalho – assalariados livres, escravos, autônomos e lumpemproletários – que constituíam zonas cinzentas e não permitiam distinções tão óbvias (Linden, 2013). Para ilustrar seus argumentos, o autor cita inúmeros exemplos que se afastam dos modelos marxistas, nos quais os elementos de uma classe e de outras se misturam. Por exemplo, trabalhadores livres que tinham a sua força de trabalho vendida por terceiros, como no caso dos pais que podiam alugar seus filhos, ou pessoas escravizadas que contratavam trabalhadores livres e exerciam sobre eles a au-

toridade de patrões; mencione-se ainda os casos de trabalhadores livres que eram proprietários de meios de produção e os arrendavam a terceiros e os de trabalhadores assalariados que roubavam ou catavam lixo como os lumpemproletários.

Nessas fronteiras borradas, Linden (2013, p. 41) identifica uma multidão de trabalhadores a quem chama de subalternos, que mercantilizam a sua força de trabalho de formas muito diversas, concomitante e sucessivamente, e têm em comum uma espécie de mercantilização coagida, ou seja, são pessoas que necessitam “vender a sua força de trabalho a fim de conseguir o seu meio de vida”. Geralmente, tais trabalhadores fazem parte de famílias que alternam entre várias formas de mercantilização da força de trabalho ao longo da vida. O que diferencia a visão de Linden da defendida por Braga é o reconhecimento de que os subalternos não deixaram de existir, até porque nunca tiveram a oportunidade de ascender. Ou seja, se não houve ascensão, parece equivocado falar de retrocesso.

Valenzuela (2015) concorda com o diagnóstico de Standing, todavia, afirma que o autor teria deixado de observar as diferenças geopolíticas, apontando a permanência de sistemas precários na América Latina muito antes dos problemas atuais do capitalismo. O autor argumenta que o sistema de produção fordista, as políticas de promoção do emprego, o fortalecimento dos sindicatos e o Estado de bem-estar social foram vivenciados por algumas economias europeias e pelos Estados Unidos por um período curto e excepcional, ou seja, foram experiências limitadas no tempo e no espaço. As condições de trabalho na América Latina, segundo o autor, têm uma trajetória de precarização resultante de problemas históricos como a pobreza, as desigualdades, a marginalização e a exclusão. Ainda, conforme o autor, os países latino-americanos nunca experimentaram um estado de bem-estar social nos mesmos termos dos países europeus, por exemplo. Assim, o trabalho precarizado seria a norma, não a exceção, e mesmo as relações de trabalho formalizadas não chegaram a ser tão mais estáveis e seguras. Isso seria evidenciado pelas inúmeras formas de trabalho institucionalizadas nas quais a fronteira entre a precarização e o trabalho formal são bastante tênues.

No contexto brasileiro, de acordo com Braga (2014), a precarização das relações de trabalho não é uma novidade e teria acompanhado todo o processo de industrialização, mesmo em períodos de grande crescimento econômico: entre os anos 2003 e 2010, as taxas de informalidade do trabalho no Brasil estiveram acima dos 40%. Nesse sentido, Adalberto Cardoso (2010) entende que desde o princípio da industrialização e da formação da classe operária ocorreu a inclusão de poucos e a exclusão da maioria, comparando a trajetória dos trabalhadores para acessar o universo dos direitos do trabalho com uma corrida de obstáculos longa e, muitas vezes, frustrante. O autor, utilizando o conceito de cidadania regulada cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos, afirma que, no Brasil, acessar o mundo do trabalho formal pelo exercício de profissões regulamentadas significou, também, ser cidadão. Dessa maneira, um grande contingente de trabalhadores informais, autônomos ou que trabalhavam em profissões não regulamentadas, como as trabalhadoras domésticas, gozavam apenas de uma expectativa de direitos, uma possibilidade de cidadania, que talvez nunca fosse efetivada ou que fosse transitória.

Se a cidadania estava vinculada ao trabalho formal, mas a informalidade era a condição da maior parte dos trabalhadores, poucos eram cidadãos plenos e usufruíam desse universo de direitos. Assim, naturalmente, obter um trabalho formal era um objetivo compartilhado por toda a sociedade. Ocorre que era um objetivo difícil de ser alcançado, pois ao longo da vida ocupacional o trabalhador poderia ser incluído no mundo dos direitos por determinado período, perdendo tal condição em outros, mas sempre na expectativa de pertencimento e de aquisição definitiva dessa cidadania regulada pelo Estado. Quem não fazia parte dessa comunidade tratava de garantir a subsistência de formas variadas, sob os perigos da instabilidade e, mesmo quando os rendimentos eram suficientes, buscava o ingresso na institucionalidade. Assim, conclui Cardoso (2010, p. 805), essa cidadania era uma promessa pela qual valia a pena lutar e uma crença universal da sociedade, que teria oferecido aos brasileiros “um referencial poderoso para a construção de suas identidades individuais e coletivas. Agora, o horizonte das aspirações já não estava demarcado pela penúria de todos,

e sim pelo sonho da autopromoção pessoal pela via do trabalho protegido pelo Estado”.

Isto posto, durante um longo período, a obtenção de um emprego formal que abrisse as portas do mundo de direitos fez parte do horizonte de expectativas do trabalhador brasileiro. Os tempos mudaram e a cidadania no Brasil deixou de estar vinculada, necessariamente, à condição de trabalhador formal, especialmente após a Constituição Federal de 1988, quando houve uma significativa ampliação da concepção de cidadania. Entretanto, deve-se frisar que, mesmo desvinculado da ideia de cidadania, o emprego formal sempre foi sinônimo de segurança e de melhores condições de vida para o trabalhador brasileiro.

Todavia, nos últimos anos, a CLT parece ter perdido parte da sua importância e o emprego formal deixou de ser um ideal, convertendo-se em um modelo que deixou de oferecer a estabilidade desejada, paga baixos salários e impõe ao trabalhador um tipo de controle que ele não está mais disposto a se submeter, condições resultantes das mudanças indicadas acima. Pelo menos é o que apontam as notícias recentes sobre as relações de trabalho no Brasil e no mundo, que dão conta de um desinteresse dos trabalhadores por relações de trabalho formais. Uma reportagem publicada em 2025 no jornal *Folha de S. Paulo*, intitulada “Rejeição à CLT impulsiona apagão de mão de obra na indústria”, revela que a proporção de brasileiros que preferem trabalhar por conta própria é de 59%, ao passo que a parcela daqueles que preferem ser contratados sob o regime celetista vem caindo ao longo dos anos. Ainda segundo a reportagem, nos últimos dois anos e meio “cresceu a quase um terço da população o número de brasileiros que consideram mais importante trabalhar por conta própria do que com carteira de trabalho assinada” (Prado, 2025).

As conclusões da reportagem mencionada não são diferentes de outras similares que registram o desprestígio da CLT, nas quais jovens relatam o desejo de ter mais tempo e autonomia, ao passo que associam um emprego formal a longas jornadas de trabalho, controle excessivo e exploração. São exemplos destas notícias as reportagens “Se tudo der errado, viro CLT: o que está por trás da aversão dos jovens ao trabalho com carteira assinada”, publicada no portal de notícias G1

(Nunes, 2025) e “Geração Z não quer mais saber de CLT; entenda o movimento”, publicada no *Correio Brasiliense*, (Strickland; Yamamoto, 2025), ou ainda “Xô, CLT: por que muitos jovens abominam trabalho com carteira assinada”, do portal digital *Metrópoles* (Matos, 2025).

A repulsa à CLT, na atual conjuntura, pode ser a representação de mudanças mais profundas. O trabalhador não rejeita exatamente o emprego formal, mas o modelo de subordinação estabelecido e que tem se mostrado extremamente opressor, configurando o que se logrou chamar de precariado. O desgosto dos trabalhadores, supõe-se, está dirigido a uma troca que não é mais vantajosa: o contrato de trabalho formal pode significar controle excessivo do uso do tempo, cobranças descabidas, cumprimento de metas inalcançáveis, humilhações e desrespeito, e a contrapartida são salários baixos e mecanismos de proteção social cada dia mais difíceis de serem obtidos como, por exemplo, a aposentadoria.

Estudos sobre o tema vêm demonstrando que o desejo de trabalhar por conta própria resulta mais de uma forma de escapar das opressões e injustiças do que propriamente de uma subjetivação neoliberal (Abílio, 2021). Uma mentalidade neoliberal hegemônica poderia justificar a opção pelo autogerenciamento voluntário, levando à conclusão de que o trabalhador se encontra submetido ao discurso da meritocracia e ao mito da prosperidade de forma acrítica e ingênua. Todavia, esta hipótese soa reducionista e simplifica o fenômeno. Para compreendê-lo, Abílio (2021) sustenta que é preciso se afastar de discursos que permeiam produções teóricas à esquerda e à direita e enxergar um trabalhador que se reconhece e age como empresário de si próprio, sem lhe atribuir uma falsa consciência. Um trabalhador que “não quer ter patrão” não está, necessariamente, autoenganado.

Scott (2013) questiona a ideia do autoengano e o poder do discurso hegemônico sobre os trabalhadores subalternos a partir de inúmeros exemplos históricos e sob o argumento de que as formas de exploração consideradas absolutas geram não apenas insatisfações e ressentimentos, mas discursos ocultos dos subordinados em espaços de socialização inatingíveis aos dominadores. Segundo ao autor, quando as classes subordinadas utilizam a ideologia dominante, não o fazem

de forma ingênua, mas consideram as limitações da distribuição do poder e agem de maneira mais realista e prudente do que se supõe (Scott, 2013, p. 152).

De acordo com Abílio (2021), a aversão ao modelo tradicional de emprego e a busca por alternativas que garantam mais autonomia e independência são uma tendência global, assim como as novas formas de contratação e processos de informalização, nas quais o controle sobre o trabalho não é facilmente perceptível, embora continue a existir. Ou seja, a despeito de haver uma coincidência entre os interesses dos trabalhadores e do capital, não há equilíbrio de forças. As novas formas de contratação, como, por exemplo, o processo de uberização⁵, que pressupõe mais liberdade e autonomia, na verdade, dissimulam outras formas de controle e implicam a transferência dos custos e riscos do empreendimento para o trabalhador. Importante salientar que o trabalhador que se submete a tais relações não ignora esse fato. Neste sentido, em uma entrevista publicada em 2021, Ludmila Abílio destaca que:

O trabalhador que diz para você “não quero ter patrão” é o mesmo que vai falar “nossa, Uber Eats é trabalho escravo, o iFood está cada vez pior”. O trabalhador está longe de achar que a moto dele é uma microempresa, que ele está investindo e que ele é um empreendedor, não é isso que está sendo dito para nós. (...) Então, quando o trabalhador fala “eu não quero CLT” a gente pensa “puxa, olha isso, enganaram ele, a Uber disse que ele poderia ser o próprio chefe e o cara acreditou”. E isso acaba silenciando a experiência desse trabalhador, produzindo sobre ele a ideia de uma falsa consciência, de um autoengano, e a coisa é muito mais complicada que isso (Natush, 2021).

⁵ Os motoristas de aplicativo, cujas relações de trabalho deram origem ao termo uberização, são um exemplo do capitalismo de plataforma, modalidade que tem sua origem, segundo Antunes (2023, p. 521), nos contratos de zero hora, que já existiam há bastante tempo no Reino Unido. São ajustes em que o trabalhador permanece à disposição do empregador, sem garantia de uma carga horária mínima, requisitado mediante demanda.

Mais uma vez, é preciso reconhecer que o empreendedorismo proletário, a uberização, a pejotização e o autogerenciamento subordinado⁶ são novas nomenclaturas para formas de relações de trabalho existentes há muito tempo no Brasil. Formam a categoria de trabalhadores que Antunes (2011) chama de informais tradicionais. Estes seriam divididos em: informais mais estáveis, aqueles que têm uma ocupação que exige um conhecimento específico, como costureiras ou empregadas domésticas; informais menos estáveis, que prestam serviços por peça, como é o caso do dos carregadores eventuais; e os informais eventuais, os quais exercem alguma atividade na informalidade enquanto buscam voltar ao mercado de trabalho formal. Aos informais tradicionais juntam-se os novos informais, aqueles para quem a informalidade decorre de processos estruturais recentes, como os contratos temporários ou o trabalho plataformizado, dando origem a novas configurações.

O trabalho por demanda ou tarefa, bem como a assunção dos riscos da atividade pelo trabalhador, são práticas estruturantes na vida da maioria dos trabalhadores e compõem o mercado de trabalho do Brasil desde sua origem (Abílio, 2021). De acordo com Abílio, trata-se de um elemento obscurecido no pensamento social brasileiro que tratou a questão sob a ótica da dualidade entre formal e informal, concebendo essas modalidades de trabalho, em que não há garantias, como anormalidades, embora sejam centrais na atividade produtiva e no modo de vida periférico há várias gerações.

Assim, a despeito da atualidade do tema, a transferência dos riscos pela sobrevivência faz parte da realidade dos trabalhadores brasileiros, aspecto em que Cardoso (2010) e Abílio (2021) convergem. Hoje, como ontem, a precarização, sob a forma de autogestão do trabalhador, é a realidade da maior parte dos trabalhadores, os quais criaram alternativas de sobrevivência em suas experiências pessoais, saberes,

⁶ Diferentes designações para processos semelhantes, nos quais o tomador dos serviços transfere parte ou a integralidade dos riscos do negócio para o empregado que, por sua vez, detém alguma liberdade no tempo ou no modo de desenvolvimento da atividade profissional.

sociabilidades e competências. Tais alternativas exigiram um engajamento de si permanente, o mesmo que está na origem dos modelos atuais de trabalho. Dentro desta perspectiva, Abílio (2021) propõe a ideia de “subsunção real da viração”, o que sintetiza uma trajetória profissional não linear na qual o trabalhador alterna períodos de contratação formal, informal, complementa a renda com outros tipos de trabalho e atua como empreendedor.

Trata-se de uma vida profissional permeada por estratégias de sobrevivência, pelas quais as pessoas estão sempre criando e aproveitando oportunidades efêmeras que envolvem sociabilidades e redes de relações sociais (Abílio, 2021). Desta forma, o que parece ter se alterado é que o emprego formal deixou de ser um ideal, pelo qual valia a pena lutar, conforme asseverou Cardoso (2010), convertendo-se num modelo que não mais oferece a perspectiva da estabilidade e impõe ao trabalhador uma série de abusos e exigências a que não está mais disposto a se submeter. Assim, o autogerenciamento, que era obrigatório, porque era a única alternativa possível, passa a ser resultado de uma escolha voluntária do trabalhador.

Segundo Abílio (2020), mulheres, especialmente as das classes subalternizadas, são um exemplo emblemático, pois forjaram as suas trajetórias de vida na perspectiva de autogestão e flexibilização desde sempre e por várias razões. A ausência de oportunidades no mercado formal, a falta de qualificação⁷ e a inexistência de serviços públicos suficientes para cuidados com os filhos, como creches, além da sujeição a salários mais baixos, dentre outros, são indicados como causa para a dificuldade de inserção das mulheres pobres no mercado formal. Além disso, para este grupo social a gestão do tempo tem uma importância maior, pois cabe-lhe, majoritariamente, a responsabilidade com servi-

⁷ A falta de qualificação das mulheres é tema que merece uma discussão aprofundada sobre os papéis de gênero na família e machismo estrutural na sociedade brasileira. Meninas e adolescentes deixam a escola para cuidar de irmãos menores, executar trabalhos domésticos ou porque engravidaram precocemente. O IBGE aponta que pelo menos 25% das mulheres brasileiras entre 15 e 29 anos não estavam estudando e nem tinham trabalhos formais (IBGE, 2024).

ços domésticos e o cuidado com os filhos. Por esta razão, a possibilidade de conciliar a vida pessoal e a profissional tem um papel importante em suas escolhas.

Assim, o trabalho que não apresenta formas tradicionais pode ser verificado em inúmeras ocupações consideradas tipicamente femininas, exercidas concomitantemente como complementação de renda ou não, alternadamente, ou de forma exclusivamente autônoma. A trajetória profissional da mulher, portanto, pode ser muito variada, exemplificada por Abílio (2017) da seguinte forma “*Motogirl* hoje, antes diarista, copeira, coordenadora de clínica para viciados em drogas”. A esses exemplos, podem somar-se atividades como: boleira, salgadeira, manicure, atendente de *telemarketing*, vendedora de produtos de beleza, recepcionista, massagista, empregada doméstica, caixa de supermercado, costureira etc.

No caso do trabalho doméstico, a informalização e a gestão dos riscos da atividade fazem parte do cotidiano das diaristas, que exercem a sua atividade recebendo pelo dia de trabalho, sem vínculo empregatício, e trabalhando para vários empregadores diferentes, sem qualquer garantia. Por esta razão, seria possível supor que essas trabalhadoras buscassem oportunidades para formalização do contrato de trabalho como mensalistas e que o crescimento do número de diaristas estivesse relacionado com as dificuldades de obtenção de um emprego nestas condições.

Todavia, os estudos que têm se dedicado a ouvir as trabalhadoras diaristas revelam uma realidade diferente. Em pesquisas realizadas no campo da sociologia, da antropologia e da psicologia do trabalho, as profissionais ouvidas valorizam a atividade pela liberdade que têm de organizar o próprio horário e os dias trabalhados, conciliando as tarefas profissionais com o cuidado dos filhos e das suas próprias residências, além de permitir o exercício, concomitante ou sob a forma de complementação de renda, de outras atividades remuneradas (Coutinho et al., 2013, p. 1.138).

Do ponto de vista financeiro, várias entrevistadas ressaltam a possibilidade de auferirem um rendimento maior se comparados com os salários pagos às mensalistas (Ribeiro, 2014, p. 212). Outro aspecto citado em muitas entrevistas diz respeito à possibilidade de escolher

com quem trabalhar e, em razão da multiplicidade de empregadores, maior facilidade de se desvincular daquele que não as agrada, além da autonomia sobre a rotina no trabalho e de um contato menor e esporádico com os patrões (Cardoso; Guimarães, 2018, p. 224).

Pesquisas mais recentes que abordam a plataformização do trabalho doméstico e a presença das trabalhadoras nas redes sociais, nas quais divulgam o seu trabalho e captam clientes, vêm apresentando resultados parecidos. As trabalhadoras entrevistadas mostram conhecimento dos direitos que abriam mão na condição de autônomas, mas não parecem dispostas a retornar ao trabalho como mensalistas por considerar que seria um retrocesso profissional. É o que apontam algumas análises deste processo social:

[...] as vantagens de trabalhar por conta própria superavam aquelas atreladas ao trabalho formal. Dentre as justificativas arroladas por elas, destacava-se a liberdade (ainda que relativa) de gerir/negociar os horários de trabalho com os clientes de acordo com compromissos pessoais ou familiares, a possibilidade de escapar do tédio de trabalhar todos os dias em um só lugar, a possibilidade de estabelecer/negociar as próprias regras que organizam o trabalho de limpeza junto a clientes, bem como a possibilidade de ganhos superiores aos salários que, segundo elas, lhes seriam acessíveis no mercado de trabalho formal (Marins, 2024).

Destaque-se que tais apreciações dizem respeito a investigações em que foram realizadas entrevistas com trabalhadoras domésticas diaristas. Nos relatos colhidos, são frequentes as menções a abusos, humilhações e sujeições à exploração dessas trabalhadoras na sua rotina, especialmente quando se referem à condição anterior de mensalistas⁸. Essas situações apresentam-se como razões suficientes para desejar uma atividade em que haja menor dependência e contato com o empregador. Ou seja, as diaristas, como muitos outros trabalhadores, não

⁸ Tais pesquisas, feitas com pequenos grupos de trabalhadoras, são uma amostra que ilustra a hipótese proposta neste trabalho. Não se pretende, a partir delas, alcançar um diagnóstico definitivo sobre as diaristas.

estão dispostas a se submeterem a relações de trabalho abusivas e prezam pela própria gestão do tempo e da vida, o que consideram mais importantes do que a segurança de um emprego formal.

Não se pode ignorar que o exercício da atividade como diarista exige uma carga de trabalho muito maior, resultando em adoecimento por esforço repetitivo e pela intensidade com que a tarefa é executada para dar conta da limpeza num único dia. Tais condições são agravadas pelo processo de envelhecimento da categoria, bem como pela baixa adesão das trabalhadoras à previdência social, mesmo que possam vincular-se ao sistema oficial de seguridade na condição de contribuintes individuais ou como Microempreendedoras Individuais (MEI). Deste ponto de vista, paga-se um preço alto pelas pretensas liberdade e autonomia. Também é preciso registrar a vulnerabilidade que o trabalho como diarista implica, como a ausência de férias e a possibilidade de serem desligadas a qualquer tempo, sem aviso prévio.

Outrossim, o fato da informalidade e da autogestão terem sido presença constante na vida profissional dos trabalhadores brasileiros, especialmente das mulheres, não significa naturalizar tal condição. É preciso reconhecer que o campo de possibilidades para muitas dessas trabalhadoras sempre foi, e ainda é, muito estreito. Dentre as poucas alternativas de que dispõem, o trabalho como diarista apresenta-se, talvez, como a menos ruim, mas longe da ideal. Não se trata, assim, de romantizar condições de trabalho precárias, mas de perceber a agência dessas trabalhadoras. Tal discussão busca contextualizar historicamente a condição dos trabalhadores subalternos e demonstrar que a novidade do presente está impregnada de passados.

O panorama do mundo do trabalho atual conjuga dois aspectos: uma crise no capitalismo que levou a uma piora considerável nas relações de trabalho, agravada pela plataformização e outros modelos de informalização; e, em decorrência desta crise, o desencanto do trabalhador em relação às possibilidades de uma vida decente. As particularidades desse cenário num país como o Brasil revelam a pertinência da História do Tempo Presente, pois uma análise detida do fenômeno mostra as camadas de passado presentes numa crise que é atual, na qual a principal novidade, o precariado, é um velho tipo de trabalhador brasileiro.

A título de conclusão, as trabalhadoras domésticas foram uma das últimas categorias profissionais tradicionais a serem regulamentadas, e o trabalho doméstico, remunerado ou não, continua pouco ou nada valorizado na atualidade. Sem complexificar a questão como se deve, abordando temas como a interseccionalidade de gênero, raça e classe, por exemplo, é fácil perceber o desprestígio da atividade profissional e o estigma que acompanha essas trabalhadoras. Por tais razões, o desejo de estabelecerem relações de trabalho em que não estejam constantemente vigiadas e controladas parece mais justificado no trabalho doméstico do que em outras atividades. Ignorar estes anseios, sob o argumento do autoengano, é ignorar, também, que as trabalhadoras são capazes de articular mecanismos de autodefesa.

O conjunto de reflexões proposto, portanto, questiona a regulamentação do trabalho doméstico, aprovada em 2013, que aparenta ter sido concebida em desconexão com as experiências sociais das próprias trabalhadoras. É evidente que a paridade com os demais trabalhadores é essencial para corrigir uma injustiça histórica. Contudo, reconhecer que grande parte da categoria trabalha sob a forma de diárias, legitimando essa situação, sem a correspondente proteção social, é inaceitável. Promulgou-se uma nova velha lei e a mudança prometida deixou quase tudo como era antes.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa Palavra**, 19 fev. 2017. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2017/02/110685/>>. Acesso em 5 ago. 2025.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, v. 34, p. 111–126, 2020.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Empreendedorismo, autogerenciamento ou viração? Uberização, o trabalhador just-in-time e o despotismo algorítmico na periferia. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 3, 2021.

ALVARENGA, Darlan; CAVALLINI, Marta. Informalidade bateu recorde em 2019; veja histórias de quem trabalha por conta própria. **G1**, 25 dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/25/informalidade-bateu-recorde-em-2019-veja-historias-de-quem-trabalha-por-counta-propria.ghtml>>. Acesso em 3 ago. 2025.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 405–419, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho? **Análise Social**, n. 248, p. 512–532, 2023.

AREND, S. F.; LOHN, R. L. Nas margens do tempo: a contribuição da Udesc para a história do tempo presente no Brasil. In: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. **História do tempo presente: mutações e reflexões**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Sul global. **Revista Outubro**, n. 22, p. 35–61, 2014.

CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. **Dados**, v. 53, n. 4, p. 775-819, 2010.

CARDOSO, Ítala Lopes; GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira. Vivências e narrativas de trabalhadoras domésticas diaristas. **Política & Trabalho: revista de Ciências Sociais**, n. 49, p. 205–226, 2018.

COUTINHO, Maria Chalfin *et al.* ‘Todo dia uma casa diferente’: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. **Universitas Psychologica**, v. 12, n. 4, p. 1127–1114, 2013.

DIEESE. O trabalho doméstico dez anos após a PEC das Domésticas. **Estudos e Pesquisas**, n. 106, 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/es-tPesq106trabDomestico.pdf>>. Acesso em 3 ago. 2025.

DIEESE. Trabalho doméstico remunerado no Brasil: um trabalho de cuidados. **Boletim Especial**, 2025. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/trabalhoDomestico.html>>. Acesso em 3 ago. 2025.

IBGE. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Agência de Notícias**, 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>>. Acesso em 6 ago. 2025.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MARINS, Cristina Teixeira. Plataformas de redes sociais e trabalho doméstico remunerado no Brasil: transformações e implicações políticas. **Horizontes Antropológicos**, v. 30, p. e680402, 2024.

MATOS, Fábio. Xô, CLT: por que muitos jovens abominam trabalho com carteira assinada. **Metrópoles**, 16 jun. 2025. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/negocios/xo-clt-por-que-muitos-jovens-abominam-trabalho-com-carteira-assinada>>. Acesso em 14 jul. 2025.

NATUSH, Igor. O trabalhador inserido na uberização está longe de achar que a moto dele é uma microempresa. Entrevista com Ludmila Costhek Abílio. **Democracia e Mundo do Trabalho em Debate**, 1 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.dmttemdebate.com.br/o-trabalhador-inserido-na-uberizacao-esta-longo-de-achar-que-a>>

moto-dele-e-uma-microempresa-entrevista-especial-com-ludmila-costhek-abilio/>. Acesso em 5 ago. 2025.

NUNES, Júlia. O que está por trás da aversão dos jovens à CLT. **G1**, 24 mai. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/05/24/medo-jovens-clt-o-que-esta-por-tras.ghtml>>. Acesso em 14 jul. 2025.

PELLICER, Lluís. Guy Standing: ‘Estamos rumo a um sistema onde trabalho duro e o talento não são premiados’. **El País**, 10 jul. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/10/economia/1494440370_281151.html>. Acesso em 14 jul. 2025.

PINHEIRO, Luana *et al.* Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. In: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (orgs.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: IPEA; OIT, 2021.

PRADO, Maeli. Rejeição à CLT impulsiona apagão de mão de obra na indústria. **Folha de S. Paulo**, 22 jun. 2025. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/06/rejeicao-a-clt-impulsiona-apagao-de-mao-de-obra-na-industria.shtml>>. Acesso em: 5 ago. 2025.

RIBEIRO, Cláudia Regina Barroso. **Usos de si e (in)formalidade no trabalho da empregada doméstica diarista**. 2014. 251f. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

STRICKLAND, Fernanda; YAMAMOTO, Caetano. Geração Z não quer mais saber de CLT; entenda o movimento. **Correio Brasileiro**, 6 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/07/7193224-geracao-z-nao-quer-mais-saber-de-clt-entenda-o-movimento.html>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

VALENZUELA, Hernán Cuevas. Precariedad, Precariado y Precarización: un comentario crítico desde América Latina a 'The Precariat, the new dangerous class' de Guy Standing. **Polis**, n. 40, 2015.

Leituras de passados e projeções de futuros na atuação política da Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado (2016-2024)

Lara Lucena Zacchi

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc). Integra o Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC/UDESC), o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP/Paris 8). Contato: laralucenaz1@gmail.com



INTRODUÇÃO

Em maio de 2016, no marco dos dez anos dos Crimes de Maio¹, distintos movimentos de mães do Brasil organizaram na cidade de São Paulo o “I Encontro Internacional de Mães de Vítimas da Violência do Estado: por Justiça, Reparações e Revolução!”. Este encontro foi coordenado, sobremaneira, pelas Mães de Maio, as Mães Mogianas e as Mães de Osasco e Barueri e, além destes grupos, participaram do evento uma diversidade de outros organismos, coletivos e movimentos sociais. O referido encontro representou um ponto chave para a organização e para o fortalecimento de uma articulação de movimentos e grupos de mães constituídos desde a década de 1990 em diversos estados e regiões do Brasil: a Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado no Brasil (Rede). Na ocasião do evento, a Rede publicou uma Carta Aberta destinada à população brasileira, contendo análises, denúncias e recomendações traçadas durante seu I Encontro. Nesta Carta, a Rede realizou um balanço histórico de suas lutas, destacando os seguintes argumentos:

Nós fazemos parte da ampla maioria da população que, **historicamente**, o Sistema Racista Capitalista **sempre** fez questão de impor dois únicos destinos “inevitáveis”: a opressão e exploração do trabalho até arrancarem a última gota de suor de nossos corpos e sangue das nossas almas – de nós mesmas e de nossos familiares; ou, quando não servimos mais para os seus interesses capitalistas da vez e enquanto a guerra seguir dando lucro: o descarte, o extermínio, e o permanente GENOCÍDIO que insistem em cometer contra nós, por diversos meios. [...] Há muitos anos nós vínhamos alertando para a **continuidade** e, na real, o **aprofundamento** deste Genocídio em tempos ditos “democráticos” [...] (Carta Final do I Encontro, 2016, p. 2, grifos da autora)

¹ Os Crimes de Maio se referem ao massacre ocorrido entre 12 e 21 de maio de 2006, em São Paulo, quando 505 pessoas foram assassinadas por policiais e grupos de extermínio paramilitares, tendo apoio do Ministério Público Estadual de São Paulo. A grande maioria das pessoas desaparecidas e assassinadas eram jovens negros, pobres e moradores da favela (Ramos, 2021).

Ao situar os lugares de identificações e denunciar as experiências compartilhadas pelas mães que compõem o movimento, o trecho se relaciona com algumas das principais reflexões que desenvolvo no presente capítulo. Considerando a recorrência da mobilização de grupos e movimentos de mães diante da violência policial e de Estado no Brasil desde 1990 (Araújo, 2021 e Brites; Fonseca, 2013), tenho como objetivo analisar os modos com que a Rede elaborou e publicizou as violências vivenciadas ao longo do tempo, pensando-as não como acontecimentos isolados, mas como processos constantes e historicamente estruturados em desigualdades – como as de classe e raça –, os quais podem ser exemplificados, no trecho, pelo uso de termos como “historicamente”, “sempre”, “continuidade” e “aprofundamento”.

Nesse entendimento, importa compreender de que modo a Rede percebe e produz leituras sobre o tempo presente como atravessado por estruturas de continuidade, repetições e/ou ruptura (Koselleck, 2014), e quais as implicações dessas leituras em sua atuação política (Ventura, 2021). Busco, então, analisar aspectos dessa atuação a partir das demandas e reivindicações inscritas nas Cartas Abertas da Rede, considerando que essas demandas emergem de suas experiências e se articulam com modos pelos quais a Rede constrói relações com o passado, o presente e, por consequência, com o futuro. Para tal, é relevante mobilizar as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa (Koselleck, 2014), uma vez que permitem pensar sobre como as ações concretas dos movimentos sociais e políticos podem se ancorar em interpretações específicas do tempo histórico. Nesse escopo, e também com base em Maria Inês Mudrovcic (2019), emergem as seguintes reflexões: quais leituras de passados são retomados nas demandas da Rede a partir da elaboração de suas experiências? Como as leituras de passado produzidas pela Rede auxiliam na construção de horizontes de expectativas a partir de suas demandas e reivindicações? Quais horizontes/projetos de futuro são esses?

Objetivando desenvolver reflexões sobre estes questionamentos, a pesquisa se desenvolve a partir da análise de documentos produzidos pela Rede Nacional de Mães durante seus eventos e encontros, quais

sejam, as cartas abertas à população produzidas e disponibilizadas entre 2016 e 2024². Estas cartas são documentos que reivindicam um caráter coletivo, dirigidas pela Rede e assinadas/apoiadas por diferentes grupos, organizações, coletivos e entidades. Entender tais documentos como fontes históricas implica em compreender que são produtos de contextos sociais, políticos e históricos específicos. Assim, as cartas refletem intencionalidades situadas nos projetos dos movimentos sociais que as elaboraram. As Cartas Abertas foram publicadas ao fim dos Encontros e, por isso, refletem também as discussões estabelecidas nesses espaços de sociabilidades. Na análise dos documentos, serão considerados alguns aspectos, tais como: as leituras de passado ali inscritas, as expectativas de futuro mobilizadas, as recomendações projetadas e as demandas por mudanças sociais, bem como o destaque para as reivindicações pontuais e atuais do grupo. Por fim, as análises teórico-metodológicas relacionam o estudo dos movimentos sociais com a história do tempo presente, considerando-a como episteme de análise que pode contribuir para o entendimento das ações concretas e políticas dos movimentos no seu presente de ação.

PERSPECTIVAS SOBRE O TEMPO HISTÓRICO NA CONSTITUIÇÃO DE DEMANDAS

O referido encontro internacional, ocorrido em 2016³, marcou uma nova dimensão de coletividade para grupos que reivindicavam espaço

² O recorte de tempo se dá em função das fontes, visto que nos Encontros de 2018, 2022, 2023 e 2025, as Cartas abertas não foram publicizadas.

³ Além dos grupos de mães, participaram do I Encontro: Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência; Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro; Fórum Social de Mangueiras – FSM; Cordão da Mentira; Caravana da Periferia – Contra o Extermínio da Juventude Pobre; Unidos Contra a Violência Policial; Luto em memória das vítimas da violência em Goiânia; Justiça Global; Anistia Internacional Brasil; CSP – Conlutas; C D PAVILHÃO NOVE; GRÊMIO GAVIÕES DA FIEL TORCIDA; Favela do Moinho; MH2O Hip-Hop Organizado; Eduardo – A Fantástica Fábrica de Cadáver; Emicida; Fióti; Associação Capão Cidadão; Associação Bem-Comum; Campanha JOVEM NEGRO VIVO; Coletivo Papo Reto; Ponte Jornalismo; Boqueirão News; Ailton

na cena pública e política desde a década de 1990 em distintas regiões do Brasil, tais como as Mães de Acari, as Mães de Maio, as Mães de Manguinhos, as Mães de Osasco e Barueri, entre tantos outros grupos. Constituídos em resposta às chacinas, aos assassinatos e aos casos de desaparecimento forçado, ocasionados por grupos de extermínio e pela violência policial e de Estado – ocorridos sob contextos de implementação de políticas de segurança pública em estados e municípios e da chamada “guerra às drogas” –, os grupos de Mães passaram a projetar, coletivamente, suas demandas em torno de justiça, memória e reparação pela vida de seus filhos e filhas, formando então a Rede. A partir daí, a Rede passou a promover anualmente, no mês de maio, encontros nacionais.

Ao explicarem o motivo para a realização do I Encontro, as Mães reiteraram, em sua Carta final, a relevância de:

[...] aproveitar estes preciosos momentos para nos encontrar ou reencontrar, trocar nossas duras experiências tão semelhantes (e tão singulares), nos fortalecer psicologicamente e fortalecer a nossa solidariedade e organização autônoma, e assim pensarmos juntas os próximos passos da nossa difícil luta comum (Carta Final do I Encontro, 2016, p. 2).

Dentre distintos aspectos, é possível ressaltar, a partir do trecho citado, a percepção de um compartilhamento de experiências de violência em comum, destacadas por meio de identificações, bem como por singularidades vivenciadas. Ainda, as Mães destacam suas trajetó-

Caiçara; Fala Guerreira; Sarau Cooperifa; Coletivo Perifatividade; UNEafro Brasil; Articulações Contra o Genocídio Negro; Contra o Genocídio do Povo Preto; Pobre e Periférico; Fórum de Hip Hop MSP; Old School HIP HOP; Studio77; Campanha Guarani; Comissão Guarani Yvyrupa – CGY; Observatório do Povo da Rua; Pastoral Carcerária – CNBB; NeneSurreal; Útero Urbe; Ilú Obá De Min; Amigos do MinC São Paulo; Funarte SP; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São...; Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo; Cidadania Cultural SP – SMC; Coordenação de Direito à Memória e à Verdade; Coordenação da Juventude; Centro Cultural Jabaquara; Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes.

rias plurais de maternidade, ao afirmar recorrentemente em suas Cartas: “Nós somos Mães. Nós somos Mães Negras, Mães Indígenas, Mães Trabalhadoras, Mães Pobres, Mães de Favelas, Mães Periféricas [...] Mães Donas de Casa, Mães desempregadas [...] Mães Guerreiras [...]” (Carta Final do I Encontro, 2016; Carta Aberta, 2017; Carta Política, 2024). Para além de mobilizarem uma soma de identidades individuais, as quais são pautadas em seus lugares sociais e em suas identidades, é possível destacar uma tentativa de construção de uma identidade coletiva específica em torno da categoria “maternidade”. Nesse sentido, cabe destacar tentativas de politização dessa categoria, acentuando seu aspecto público/político. Partindo desse entendimento, torna-se possível interpretar uma reivindicação de experiências comuns e conectadas de maternidade, as quais, mesmo que provenientes de diferentes lugares sociais, bem como estados e regiões do país, são atravessadas por violências e desigualdades comuns e estruturais, destacadas por elas enquanto repetições na sociedade brasileira. Ao abordar os motivos que levaram à sua constituição enquanto grupo, a Rede complementa:

[...] afetadas por traumas e dores deixados pela violência de Estado resultaram na união de mães e familiares para lutar por direitos, justiça, reparação e memória em todo o Brasil. Para as mães que tiveram seus filhos assassinados brutalmente pelas polícias, maio representa o mês de luta e de busca por responsabilização (V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado, 2020).

Com base nos trechos, importa reiterar que a maternidade é constantemente reivindicada politicamente, não apenas a partir da violência vivida e compartilhada, mas também a partir de uma reação coletiva e organizada às experiências de violência. Nesse sentido, há uma mobilização em torno desta categoria, a qual parece auxiliar no embasamento da construção de demandas públicas e políticas contra a violência policial e de Estado. Assim, a questão de como lidar diante da violência é um ponto chave possibilitado pela união e pelas sociabilidades entre distintos grupos de Mães, os quais evocam tradições de

lutas passadas. Estas lutas estão ligadas à tradição do movimento negro e antirracista, feminista e de mulheres, por exemplo⁴, mas também aos próprios movimentos de mães em luta contra a violência de Estado, desencadeados em distintos países latino-americanos na segunda metade do XX (Araújo, 2007; Paula, 2014; Schirmer, 2014; Ghilarducci, 2018).

Quando se trata das formas pelas quais a Rede elabora as denúncias das violências vivenciadas, especialmente aquelas vinculadas à violência policial e de Estado, destaco um aspecto específico: a maneira como a entidade interpreta o tempo histórico. Para inscreverem suas demandas e reivindicações, as Mães elaboram leituras próprias de passado, articuladas nos espaços de experiências que compartilham. Ao tratar das violências policiais e de Estado, elas as vinculam a uma ideia de “constante” histórica, entendida como elemento estruturante da sociedade brasileira, conforme apontado em trechos anteriormente citados. Fazem isso, nas Cartas, a partir de uma percepção da permanência de aspectos passados no presente, recusando a ideia de separação e afastamento entre esses tempos históricos. Para as Mães, o passado não é um tempo distante, mas uma camada viva que estrutura o presente. Nas Cartas, essa percepção se manifesta atrelada a diferentes processos históricos, tais como exemplificado no trecho:

[...] com todo o respeito, companheirxs, nós sabemos – sentimos na pele e em nossas almas, todos os santos dias – que a Ditadura nunca havia terminado para o nosso Povo Negro, Indígena, Pobre e Periférico. Temos como provar isso, começando pelas cicatrizes de nossos próprios corpos junto aos dos nossos meninos mortos ou desaparecidos forçadamente [...] Pra quem vive nas Favelas, no Campo e nas Periferias afora do Brasil atual, a Ditadura nunca terminou. (Carta Final do I Encontro, 2016, p. 3)

⁴ Em análise histórica sobre a atuação do movimento negro, feminista e de mulheres no Brasil e na América Latina (Figueiredo, 2018) pode-se perceber semelhanças nas maneiras de projetar demandas, reivindicações e atuação política da Rede. Importa ressaltar a relevância de tais argumentos, entretanto, não cabe aos limites deste capítulo adentrar em tais discussões, as quais são debatidas de maneira mais aprofundada em outros trabalhos.

A partir do trecho, as Mães evidenciam a experiência cotidiana da violência a partir da ideia de um passado não encerrado. Um passado referido, em especial, à ditadura militar brasileira (1964-1985), que, segundo seus argumentos, permaneceu e ainda se atualizou em espaços como as periferias, favelas e áreas rurais do país, constituindo parte de um projeto político autoritário inacabado. Em sentido análogo, ao defender uma ideia de “transição inacabada”, Lucas Pedretti (2024) afirma que a noção de democracia instituída após a redemocratização torna-se frágil para estes setores da sociedade, principalmente os marcados pela violação cotidiana dos direitos humanos. Em relação às violências perpetradas nas favelas, o projeto de sociedade aprofundado na ditadura militar não foi interrompido pela transição política e a redemocratização. As iniciativas de remoção forçada e repressão ao associativismo nas favelas e suas consequências, bem como a intensificação do controle do cotidiano e do aumento da autonomia e militarização das forças policiais (Gonçalves; Brum; Amoroso, 2021) durante a ditadura militar, são exemplos de políticas que, ora deixaram marcas sociais profundas, ora se intensificaram ainda mais nos tempos democráticos (Pedretti, 2024). É possível inferir, então, que as demandas do movimento de Mães denunciam e criticam a própria noção de violência política, clamando urgência pela escuta às violências de Estado baseadas no racismo estrutural e na desigualdade de classe, evocadas não apenas como continuidade do período ditatorial, mas como aspectos estruturais constantemente atualizados na história brasileira.

A partir dessas ponderações, importa destacar que o discurso das Mães e Familiares questiona o projeto de “página virada para o passado”, presente no período de transição democrática (Silva, 2021), ao inscrever as relações de continuidade entre passado e presente no processo de redemocratização e construção da própria democracia brasileira. Essa perspectiva de valorização do entendimento das camadas de passado que compõem o presente se aproxima daquilo que muitos estudiosos da história do tempo presente defendem, ao inserir tal episódio no cerne das análises historiográficas (Lohn; Campos, 2017; Ramalho; 2023; Koselleck, 2006; Robin, 2016; Muller; Iegelski, 2022; Montañó; Ortega; Ovalle, 2020; Bevernage, 2018). Nessa episteme,

essa maneira de experienciar o tempo defendida pela Rede pode ser lida como uma alternativa ao chamado presentismo, que, segundo Hartog (2007), seria um regime de historicidade moderno no qual o passado aparece como um impasse diante da impossibilidade de ser transformado criticamente em espaço de experiência, sendo que o futuro perde sua qualidade de expectativa utópica (Montaño; Ortega; Ovalle, 2020).

O passado da ditadura militar, entretanto, não é o único a ser evocado nas fontes. Recorrentemente, as violências de Estado são interpretadas como conectadas a processos históricos mais longos, atravessadas pelas memórias da escravidão, pelos processos de sua abolição e pelo colonialismo, e relacionadas a características da própria república brasileira, que ora se atualizaram, ora permaneceram presentes ao longo do tempo. Nas cartas da Rede, essas violências são atreladas às políticas de segurança pública, ao encarceramento em massa, ao sistema socioeducativo, aos desaparecimentos forçados e às mortes sistemáticas de jovens negros e pobres pelas polícias (em especial a militar) e pelos grupos de extermínio. Junto à estas percepções, o grupo afirma, recorrentemente, em suas Cartas, que “O Estado segue nos negando os nossos direitos humanos mais básicos” (Carta Aberta, 2017), sinalizando que as violações aos direitos humanos presentes não se justificam apenas pelas continuidades da ditadura militar, mas por estruturas enraizadas desde a formação social brasileira.

Ao articularem estas denúncias e leituras, remetem a um horizonte que demanda compreender a desigualdade social, e também o racismo, como fundamentos do próprio funcionamento do Estado. Nesse sentido, a formulação de Cida Bento (2022) sobre o “capitalismo racial” pode contribuir para a compreensão de tais continuidades estruturais e como elas se materializam. Segundo a autora, a concepção de capitalismo racial articula exploração econômica e hegemonia da branquitude, demonstrando que a manutenção das desigualdades raciais e de gênero não é apenas um resquício do passado, mas aspecto central do presente. Essa perspectiva desestabiliza leituras que tratam racismo e desigualdade como questões de ordem pontuais, ressaltando-os como elementos estruturantes de dimensão social e política (Bento, 2022).

Afirmar a continuidade e duração do racismo, do passado da escravidão e do colonialismo na experiência histórica, tal qual é feito pela Rede, significa também rediscutir a compreensão do passado como encerrado e irreversível, como aponta Tereza Ventura (2021, p.16):

Assim como em Frantz Fanon, a luta pela reparação inscreve um confronto com a ordem social que legitimou a historiografia linear, cumulativa e progressiva que desvaloriza e desautoriza a existência histórica anterior em função do futuro. Ao buscar validar um novo regime de tempo, a luta pela reparação da escravidão desconstrói marcadores temporais do progresso, da civilização europeia ocidental e de seu construto básico: humanidade e raça.

Essa crítica ao tempo linear se assemelha às maneiras pelas quais as Mães articulam o passado da escravidão e do colonialismo às políticas contemporâneas de violência, exclusão e negação de direitos básicos, clamando por reparação e justiça em relação a esses processos. A denúncia explícita da relação com o passado, por exemplo, pode ser evidenciada em trechos como: “seguimos denunciando os 128 anos da tal Falsa Abolição e nós deixamos esta Carta como uma semente de nossos mortos para as presentes e futuras gerações de nosso mesmo povo” (Carta Final do I Encontro, 2016). Compreendendo a violência como uma constante histórica, a Rede projeta expectativas de futuros em defesa do povo negro, e, nesse entendimento, clama pela continuidade das lutas e atuação de seus movimentos, reivindicando também uma ruptura com a constante da violência. Nesse sentido, a Rede afirma sua luta como necessária até a “completa libertação do povo negro, indígena e periférico”, interpretando a violência como uma expressão histórica de opressão, e concebendo a libertação como um projeto ainda inacabado, que precisa ser continuamente projetado.

Articulando essa noção de futuro, destaco que as Mães afirmam a esperança em um horizonte de transformação radical das estruturas políticas e institucionais vigentes, capaz de produzir rupturas com uma constante histórica da violência. A busca por desconstrução pode transformar a própria relação com o tempo, e, conseqüentemente, a forma como ele é interpretado pelo movimento, podendo, assim, se inserir em um campo de disputa política. Isto porque o passado, nesse

entendimento, não se restringe a uma memória única e situada, ou seja, é capaz de assumir um potencial de atuação sobre o presente e sobre o futuro, mobilizando-o como um possível instrumento para reparações, mudanças estruturais e abertura de novos horizontes.

AS DEMANDAS E REIVINDICAÇÕES PUBLICIZADAS NAS CARTAS

É a partir das elaborações de experiências, as quais são construídas por meio do compartilhamento de identidades e das leituras de tempo, que a Rede passa, ao longo dos anos, a projetar publicamente suas demandas e reivindicações políticas em suas Cartas Abertas, que são construídas como resultado de seus encontros anuais. Esse processo dialoga com a compreensão de que tais experiências se inserem no campo mais amplo da ação coletiva e organizada, pois, em linhas gerais, os movimentos sociais podem ser definidos pela ação sociopolítica e coletiva de um grupo que possui interesses, identificações e experiências em comum, os quais criam um “campo político de força social na sociedade civil” (Gohn, 2000). Assim, a partir da produção de leituras de passado em comum, buscam politizar suas demandas, uma vez que as inserem no debate público e produzem tentativas de mudanças institucionais e/ou socioculturais.

Nas primeiras cartas publicadas pela Rede, em especial a de 2016, o tom de denúncia, de leitura do contexto e de caracterização do grupo é mais presente, como demonstrado. Posteriormente, as cartas tornaram-se mais propositivas e pontuais, apresentando encaminhamentos concretos, objetivos e demandas mais definidas. Assim, para atingir, aos poucos (como elas próprias afirmam) o futuro que almejam, essas demandas passam a se organizar em alguns eixos centrais. Destacam-se, nesse sentido, cinco grandes temáticas que estruturam as pautas atuais da Rede: (I) memória e justiça; (II) sistema socioeducativo; (III) sistema prisional; (IV) assistência em saúde; e (V) segurança pública.

Na “Carta Aberta dos Familiares de Vítimas do Estado aos deputados da Assembleia Legislativa do Rio”, fruto do “II Encontro Nacional de Mães e Familiares Vítimas de Terrorismo do Estado”, realizado no Rio de Janeiro, em 2017, o foco das demandas parece ser mais local.

De início, tal argumento pode ser exemplificado pelo contexto exposto, em tom de denúncia, pelas mães:

Desde 2007, as polícias do Estado do Rio mataram mais de 8 mil pessoas em intervenções policiais, nos chamados “Autos de Resistência”, casos em que os policiais alegam ter atirado em suposta legítima defesa. Desde 2014, o número de mortos pelas polícias voltou a subir, chegando a 920 pessoas no ano passado. Nos três primeiros meses deste ano, foram mais de 300 pessoas, o equivalente a 3 mortos por dia pelas forças do Estado – o mais alto índice histórico, atingido somente no ano de 2007 (Carta Aberta, 2017).

Intentando refletir sobre as demandas locais do estado do Rio de Janeiro (RJ), lugar onde ocorreu o II Encontro, a Rede pontua o endereçamento de sua Carta Aberta aos deputados estaduais do Rio de Janeiro. Some-se a isso o fato de que o encontro contou com a participação do presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado André Ceciliano (Partido dos Trabalhadores), e pelo deputado Marcelo Freixo (Partido Socialismo e Liberdade), na ocasião de presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da casa (Carta Aberta, 2017). Como possível justificativa para suas demandas no âmbito legislativo, as Mães expressam distintas denúncias em torno do contexto de segurança pública do Rio de Janeiro⁵. Nesse sentido, são apresentados os números de letalidade policial no estado apurados naquele ano e, em sequência, o argumento sobre a articulação entre as diferentes Instituições – polícias, Ministério Público, instâncias da Justiça e perícias criminais – na produção, perpetuação e impunidade da violência de Estado e das forças de segurança pública (Soares, 2019).

As Mães pontuam ainda suas demandas neste II Encontro: aprovação do Projeto de Lei 182/2015, que previa o afastamento imediato de

⁵ Segundo o Relatório publicado pela Anistia Internacional em 2015, os homicídios extrajudiciais no Rio de Janeiro, entre 2014 e 2015, tiveram como vítimas, em sua imensa maioria, jovens negros do sexo masculino: 99,5% eram homens, 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos (Anistia Internacional, 2015).

policiais envolvidos nos chamados “Autos de Resistência”⁶ e estabelecia protocolos de investigação mais rigorosos; a aprovação do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Autos de Resistência; a aprovação do Projeto de Lei 1789/2016, que instituiu a Semana Estadual de Luta das Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Estado; a criação de um Fundo Estadual de Reparação Econômica, Psíquica e Social aos familiares de mortos pela violência do Estado; o retorno do funcionamento da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; e, por fim, a aprovação do Projeto de Lei 2011/2015, voltado à autonomia das perícias criminais (II Encontro, 2017). A escolha em direcionar a carta ao poder legislativo estadual reforça o caráter local, pontual e estratégico dessas demandas, podendo indicar que, naquele contexto, a mobilização focou na responsabilização direta do Estado do Rio de Janeiro.

Em sequência, importa ressaltar que, após a carta de 2017, o próximo documento congênere publicado pelo grupo só se deu em 2024, após um intervalo de sete anos. Os motivos pelos quais a Rede optou por não tornar públicas as suas demandas nesse período permanecem como questões em aberto para a investigação e podem envolver desde estratégias de atuação, ações de respostas a agendas políticas autoritárias e/ou conservadoras específicas, até decisões subjetivas do próprio grupo. Para além de afirmar os motivos, é fato que a publicação das cartas permaneceu suspensa, mesmo que a maior parte de seus eventos anuais tenha ocorrido nesse intervalo⁷, inclusive com uma

⁶ Refere-se à demanda por mudança do termo “Auto de Resistências” no registro administrativo de ocorrência realizado pela Polícia Civil. Recorrentemente, este registro produz uma criminalização da própria vítima, ao permitir a justificativa de “legítima defesa” do policial, podendo fomentar práticas ilegais e criminosas de ocultação de cadáver, assassinatos arbitrários, manipulação da cena do crime e implementação de falsas evidências, por exemplo (Anistia Internacional, 2015).

⁷ Cabe destacar que os previstos para os anos de 2020 e 2021 não foram realizados devido à pandemia de covid-19. Ainda, ressalte-se que, durante esse período, 14 movimentos de mães organizaram a campanha “Campanha Nacional de Mães por Memória, Justiça, Garantia de Direitos, Pão e Vacina para todos” (SILVA; SILVA; PORTELA, 2023).

crescente participação de grupos de mães de outras regiões do país (V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado, 2020).

Em 2024, ao fim do VII Encontro, ocorrido em Pernambuco, como mencionado antes, a prática de publicar uma carta pública foi retomada, reivindicando o termo “Carta Política” já em seu título. Em comparação com a carta de 2017, destaco que esta teve uma dimensão nacional, projetando demandas para além da dimensão local, embora com a manutenção de algumas reivindicações anteriores. De maneira geral, as demandas delineiam um projeto político bastante amplo, guiado por eixos que foram estabelecidos ao longo dos anos (Carta Política, 2024). Em primeiro lugar, considerando as demandas por memória, justiça e reparação aos casos de violência, as Mães recomendam e reivindicam a criação de datas e marcos simbólicos, como a “Semana Estadual de Luta”, mas também reivindicam o fortalecimento dos mecanismos de proteção a denunciante, defensores e defensoras de direitos humanos, a implementação de perícia autônoma e independente e a criação de fundos de reparação econômica, psíquica e social. Em sequência, no âmbito do sistema socioeducativo, há a reivindicação de desmilitarização do setor, a possibilidade de acesso e acompanhamento das famílias a informações e assistência social, a prevenção a atos de tortura, a garantia de direitos à educação, participação social e convívio familiar, e medidas específicas no âmbito das relações de gênero para agentes das unidades femininas.

Em terceiro lugar, no âmbito do sistema prisional, destaco demandas também voltadas à prevenção e combate à tortura, ao fortalecimento de corregedorias externas, à ampliação da defensoria pública, ao respeito a direitos de grupos específicos, como os grupos LGBT, a revisão de penas, bem como o redirecionamento de recursos de segurança pública para políticas sociais. Na assistência em saúde, as reivindicações incluem a criação de núcleos de apoio psicossocial, a garantia de acesso à saúde e a superação da medicalização excessiva de tratamentos em saúde mental no cárcere. Por fim, no campo da segurança pública, a Rede passa a reivindicar o monitoramento social das forças policiais por meio da utilização de câmeras corporais pelos

agentes de segurança pública, a não militarização das Unidades de Internamento, o fim de gratificações por prisões e apreensões, a diminuição de investimento público em forças militares e a participação de movimentos sociais em comitês de prevenção e combate à tortura (Carta Política, 2024).

O conjunto das demandas atuais da Rede se insere em um projeto político cujas demandas por memória, justiça e direitos humanos encontram-se atreladas às possibilidades de transformação social e institucional. Nesse sentido, construindo suas demandas a partir do compartilhamento de suas experiências – singulares e coletivas –, as reivindicações não se limitam a respostas pontuais a episódios de violência, uma vez que buscam uma agenda ampla de mudanças estruturais que alterem processos históricos brasileiros responsáveis pela reprodução de violações e violências, bem como em prol da garantia de direitos. Essas reivindicações também expressam, como é possível apontar a partir das análises de Maria da Glória Gohn (2000), códigos político-culturais que organizam e sistematizam as demandas e as traduzem em uma linguagem que legitime a dimensão coletiva e política da Rede no âmbito do debate público, considerando um repertório de ação (Tarrow, 2009). A partir das reivindicações e propostas destacadas em suas cartas, esse repertório transita por diferentes dimensões (legislativa, judiciária, administrativa, simbólica e social) e possibilita, assim, a construção de formas possíveis de produção de conflitos políticos⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever a história do tempo presente significa, em muitos casos, lidar com processos históricos ainda em aberto, cujos sujeitos estão em processo de articulação de experiências, conflitos e tensões. Nesse contexto, a própria escrita da história emerge atrelada às demandas

⁸ Analisar os repertórios de ação e os conflitos políticos próprios da Rede Nacional de Mães e Familiares no cenário brasileiro não é o objetivo deste artigo. Considero, ainda, a relevância desta análise, a qual pode ser aprofundada em trabalhos futuros.

sociais de sujeitos e grupos. No caso da Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado, suas lutas não dizem respeito apenas ao passado, pois, diante da continuidade e reminiscência de constantes históricas – como a violência policial e de Estado –, elas se projetam no presente como disputas por memória, reconhecimento e, sobretudo, transformação social.

Em linhas gerais, o capítulo buscou analisar, a partir das Cartas publicadas pela Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado, quais leituras de passado são retomadas nas demandas do grupo a partir da elaboração de suas experiências, de que forma essas leituras auxiliam na construção de horizontes de expectativas por meio de suas demandas e reivindicações, e quais projetos de futuro emergem desse processo.

Nesse sentido, as demandas e reivindicações articuladas nos espaços de sociabilidade da Rede, situam-se no âmbito da memória, da justiça e da reparação, mas, também englobam a reformulação e o repensar dos sistemas e instituições que perpetuam desigualdades estruturais. Para essas mulheres, essa agenda faz parte de um projeto mais amplo de libertação do povo negro, pobre e periférico, que se projeta em um futuro evocado pelas “sementes dos mortos” – um futuro em que a violência não seja um aspecto cotidiano da vida. Nesse sentido, a liberdade é concebida como projeto inacabado, cuja concretização depende de um esforço contínuo no tempo presente.

O tempo presente é constantemente destacado a partir da permanência de passados não resolvidos, e pensar sobre os futuros possíveis se alinha, nas projeções da Rede, ao enfrentamento dessa continuidade histórica. Inserindo-se na perspectiva das culturas políticas (Berstein, 1998), pode-se compreender que essas mulheres defendem que, no Brasil, há uma cultura política da violência, pois há uma tradição longa marcada pelas formas de atuação que hoje se traduzem, por exemplo, nas políticas de segurança pública e investimento Estatal nesse tipo de violência, sendo a violência de Estado e policial destacada como uma constante na história do Brasil. Nesse contexto, há a denúncia das práticas institucionais, discursos e dispositivos culturais que consolidam exclusões, violências e desigualdades. Concomitantemente, então, pode-se inferir que elas defendem uma ruptura, a partir

de diferentes reivindicações, que estimule práticas sociais em torno de uma “nova cultura política da não violência”, para projetar um futuro que, em suas palavras, possa ser efetivamente democrático.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Relatório “Você matou meu filho!:** homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

ARAÚJO, Etyelle Pinheiro. **Cada luto, uma luta: narrativas e resistência de mães contra a violência policial.** 2021. 258 p. Tese. Doutorado em Letras e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2021.

ARAÚJO, Fábio Alves. **Do luto à luta:** a experiência das mães de Acari. 2007. 141f. Dissertação. Mestrado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado:** tempo e justiça. Serra: Editora Milfontes; Mariana: SBTHH, 2018.

BRITES, Jurema; FONSECA, Cláudia. As metamorfoses de um movimento social: mães de vítimas de violência no Brasil. **Análise Social**, v. 48, n. 209, p.859-877, 2013.

CARTA ABERTA dos Familiares de Vítimas do Estado aos deputados da Assembleia Legislativa do Rio. **Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado**. Rio de Janeiro, 2017.

CARTA FINAL do I Encontro. **Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado**. Rio de Janeiro, 2016.

CARTA POLÍTICA. Rede Nacional de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo do Estado. 2024. Disponível em: <https://www.global.org.br/wp/wp-content/uploads/2024/12/CARTA-POLITICA-VII-ENCONTRO-DA-REDE-NACIONAL-DE-MAES-E-FAMILIARES-VITIMAS-DO-TERRORISMO-DO-ESTADO-20.5.2022.pdf>. Acesso em 15 set. 2025.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito & Práxis**, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018.

GHILARDUCCI, Dario. Víctimas y memoria histórica. Las Madres de Plaza de Mayo y el Movimiento de Víctimas de Crímenes de Estado en Colombia. **Análisis Político**, v. 31, n. 93, p. 189-207, 2018.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000.

GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro (ed.). **Pensando as favelas cariocas (volume 1)**: histórias e questões urbanas. Rio de Janeiro: Pallas; PUC-Rio, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; CAMPOS, Emerson César de. Tempo presente: entre operações e tramas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 10, n. 24, p. 97-113, 2017.

MONTAÑO, Eugenia Allier; ORTEGA, César Iván Vilchis; OVALLE, Camilo Vicente, (Coords.) **En la cresta de la ola**. Debates y definiciones en torno a la historia del tiempo presente. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, Bonilla Artiga Editores, 2020.

MUDROVICIC, Maria Inés. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries? **Rethinking History**, v. 23, n. 4, p. 456-473, 2019.

MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (Orgs.). **História do Tempo Presente**: mutações e reflexões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

PAULA, Adriana das Graças de. **Pensar a democracia**: o movimento feminino pela anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985). 2014. 155f. Dissertação. Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, 2014.

RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. **História (São Paulo)**, v. 42, p. e2023036, 2023.

RAMOS, Beatriz Drague. Crimes de Maio de 2006: o massacre que o Brasil ignora. **Ponte Jornalismo**, 17 mai. 2021. Disponível em: < <https://ponte.org/crimes-de-maio-de-2006-o-massacre-que-o-brasil-ignora/>>. Acesso em 15 fev. 2024.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

SCHIRMER, Jennifer. The seeking of truth and the gendering of consciousness: the CoMadres of El Salvador and the CONAVIGUA widows of Guatemala. In: RADCLIFFE, Sarah; WESTWOOD, Sallie. **Viva**. Londres; Nova Iorque: Routledge, p. 30-64, 2014.

SILVA, Fernanda Abreu. Os riscos do silenciamento: Diferentes perspectivas nos processos de tomada de decisão na elaboração de políticas públicas de memória no contexto da redemocratização brasileira. **Revista del CESLA**, v. 28, p. 295-310, 2021.

SILVA, Mario Magno de Oliveira; SILVA, Vera Regina Rodrigues da; PORTELA, Caio Barbosa. Mães contra violência policial: Relações de gênero, raça e classe. **Tensões Mundiais**, v. 19, n. 40, p. 145-166, 2023.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

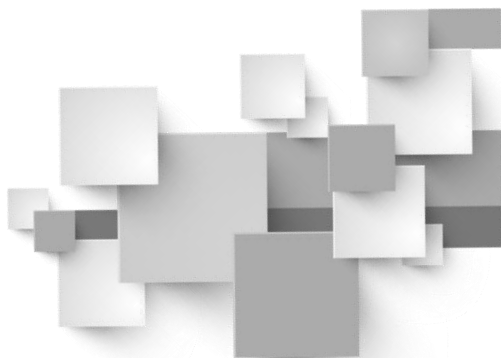
V ENCONTRO NACIONAL DE MÃES E FAMILIARES DE VÍTIMAS DO TERRORISMO DO ESTADO (página web). 2020. Disponível em: https://5encontronacional.wixsite.com/fortaleza?fbclid=IwAR3B4fhloUDdMLA9m4SzJPuMYRgwk-McJeFQSSZ1oy_jL8x1COHhHMMyeic. Acesso em 15 fev. de 2024.

VENTURA, Tereza. Lutas por reparação: dívida histórica e justiça pós-colonial. **Práticas da História**, n. 12, p. 13-52, 2021.

Apagamento da história e ressignificações culturais no município de Hamônia/Ibirama – Santa Catarina (1930-1990)

Carlos Eduardo Bartel

Professor do Instituto Federal Catarinense (IFC). Doutor em História
pela UFRGS.



INTRODUÇÃO

Em 2018¹, na II Conferência Municipal de Cultura de Ibirama, realizamos uma palestra sobre o tema “Lugares da Memória em Ibirama/SC”, em que avaliávamos a relação da toponímia e dos monumentos da região com a memória e a formação das identidades no território da antiga Colônia Hamônia. Ao final da exposição, proferida no Salão da Comunidade Luterana, em tom de provocação, fiz a seguinte afirmação: “a cidade é alemã, mas quem manda são os italianos”.

Os presentes mostraram-se surpresos, pois ainda que houvesse pouca reflexão sobre o assunto, a imagem de uma cidade culturalmente de origem alemã estava consolidada no imaginário local e os descendentes de italianos, detentores do poder econômico e político, processo iniciado na década de 1950, adentraram lentamente no campo cultural.

Tal percepção adquiriu maior força quando tivemos contato com o documento sigiloso denominado “Dossiê Marchetti”, produzido em 1977 pelo Estado Maior do Exército Brasileiro. O documento relata ocorrências diversas relacionadas à exploração da madeira na região do Alto Vale do Itajaí, atos praticados por detentores do poder econômico e político regional. Homens de prestígio, que atualmente tem seus nomes gravados na toponímia local, denominando ruas, praças, centros de evento, entre outros. O documento, bastante minucioso, apresenta inúmeras informações afirmando de modo categórico que a cidade de Ibirama e a região está sob o domínio do “Grupo Marchetti”, constituído por pessoas de origem italiana, “pertencentes a mesma família”².

¹ O presente texto é uma versão atualizada, contendo correções e novas informações, do trabalho intitulado “Descaminhos da História: ressignificações identitárias em Ibirama/SC”, publicado em 2018 nos Anais do Encontro Estadual da ANPUH/Santa Catarina, realizado em Joinville.

² O “Dossiê Marchetti”, localizado na Biblioteca Temática: “Cidadania, Violência e Direitos Humanos” (Povos Tradicionais) do Acervo Digital da Universidade Federal do Paraná (UFPR), é um documento confidencial, referente ao Posto Indígena Duque de Caxias, Ibirama (SC), relata invasões de terra e a

A ascensão dos descendentes de origem italiana se deve inicialmente ao poder econômico, daí acessaram o meio político e, posteriormente, o campo da cultura. Mesmo com a presença dos italianos, que hoje constituem parte da memória local, Ibirama, devido a suas origens, continua sendo rotulada como “cidade alemã”. Porém, o que significa “ser de origem alemã” passou por transformações ao longo do tempo. Parte da explicação para isso está no período pós-guerra e na maneira rápida de como a elite teuto-brasileira, desejosa de modificar o passado Nazifascista e a perseguição do Estado Novo (1937-1945), conseguiu reelaborar sua base cultural e reafirmar sua identidade étnica a partir de outros parâmetros, em um contexto multicultural.

A partir de então a identidade teuto-brasileira na região do Vale do Itajaí persistiu ao modificar sua base cultural, de modo que seus símbolos materiais e imateriais se transformaram ao longo do tempo. Ou seja, essa identidade se manteve através de um processo permanente de transformações e ressignificações culturais que, por sua vez, atenderam as demandas e as necessidades de organização social do grupo étnico teuto-brasileiro e da população local de modo geral.

A partir dessa constatação, analisamos aqui as transformações culturais ocorridas na região do Alto Vale do Itajaí, onde, em 1897, a Sociedade Colonizadora Hanseática fundou a colônia Hamônia (nome em homenagem a deusa Hamônia, padroeira da cidade de Hamburgo), que se emancipou de Blumenau em 1934 dando origem ao município de mesmo nome que, por sua vez, se fragmentou originando Ibirama e depois os atuais municípios de Dona Emma, José Boiteux, Presidente Getúlio e Witmarsum. O texto mostra como essas transformações culturais estão de acordo com as contingências de cada período e se manifestam por meio dos símbolos materiais, como as festividades e os monumentos criados para reafirmar a identidade germânica.

exploração ilegal de madeira nas terras Xokleng-Laklãnõ. Conforme o documento, estas ações eram coordenadas pelo empresário do ramo madeireiro e ex-prefeito do município de Ibirama Manoel Marchetti, que contava com a colaboração, omissão e participação direta de agentes da FUNAI.

Para isso, investigamos a trajetória e as formas pelas quais a identidade de “origem alemã” foi construída no Alto Vale catarinense e quais estratégias foram utilizadas para essa construção ao longo do tempo. Pergunta-se como esse passado tem sido representado na região? Em que contexto histórico outros grupos étnicos se fizeram representados, como os italianos, por exemplo?

Para isso, consultamos fontes de pesquisa diversas como monumentos públicos e privados, comemorações e o patrimônio material e imaterial preservado na região do antigo município de Hamônia. Igualmente, foram consultadas obras bibliográficas (consideradas tanto como referência, quanto fontes de pesquisa), fotografias e documentos históricos, localizados no Arquivo Público Municipal de Ibirama (APMI).

Ao longo do texto são caracterizadas três formas distintas de manifestações culturais que deram suporte à identidade de “origem alemã”: 1) identidade relacionada ao *Deutschtum*; 2) identidade relacionada ao passado dos colonizadores teuto-brasileiros e 3) identidade germânica idealizada em Blumenau. As três formas estão situadas em diferentes contextos históricos, mas se aproximam e dialogam entre si em diferentes momentos. Enfatizamos como referência o período histórico compreendido entre as décadas de 1930 e 1990 (ainda que essas formas identitárias extrapolem esse período), no qual há uma efervescência de questões socioculturais que são rapidamente reelaboradas.

Reconstruir o itinerário percorrido e verificar como foi construída e ressignificada a identidade de origem alemã, isto é, dos imigrantes alemães e seus descendentes, exige atenção por parte do pesquisador para as diferentes apropriações que são feitas sobre o passado, objeto de estudo do historiador. Esse itinerário trata de uma representação do que aconteceu, assim, sua análise requer critérios metodológicos passíveis de comprovação que se distanciam da retórica ou do “resgate da história”, termo corrente entre leigos que se dedicam à pesquisa histórica. O historiador reconstrói o passado, que se mostra de modo incompleto, com lacunas e desvios que, por vezes, foram apagados da memória coletiva. Dessa perspectiva, a invenção das tradições pode ser entendida como a criação de normas e rituais que têm por objetivo estabelecer a ligação entre o passado e o presente, por meio de uma

memória coletiva, de lembranças que nem sempre se situam no passado e que criam identidades. Para buscar a compreensão dos fenômenos históricos, cabe ao historiador separar história e memória, ainda que ambas insistam em andar juntas.

A identidade de origem germânica como se conhece atualmente no Vale do Itajaí decorre de múltiplos e complexos movimentos: da vinculação com a Alemanha por parte dos imigrantes que vieram para o Brasil, da assimilação cultural desse grupo étnico e de seus descendentes (brasileiros de origem alemã) e de uma invenção cultural recente, porém não menos original, que remete à década de 1960³.

No final do século XIX, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, depois Hanseática, traçou objetivos para criar na região do Alto Vale catarinense mais uma colônia alemã, na qual seriam instalados apenas imigrantes do norte da Alemanha. Guiados pela noção de *Deutschtum*, que seguindo teorias raciais em voga na Europa, tinha a não assimilação dos imigrantes à cultura local como premissa básica. O projeto não transcorreu de acordo com o esperado, pois não se conseguiu o número de imigrantes desejados para ocupar as terras, abrindo assim espaço para vinda de outros grupos de imigrantes. Contudo, a ideia de *Deutschtum* se manteve como majoritária até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo afetada pelo Estado Novo (1937-1945), que enviou tropas do exército brasileiro para o município de Hamônia. Assim, a identidade teuto-brasileira, formada por brasileiros de origem alemã, tributários culturais de seus antecedentes oriundos da Alemanha teve que se organizar a partir de sua desvinculação da noção de *Deutschtum*.

No final dos anos 1960, novos elementos culturais começaram a ser consolidados em relação a identidade teuto-brasileira, trata-se de uma invenção identitária recente, idealizada em Blumenau e que serviu de matriz para a região do Vale do Itajaí. Construída em conjunto pelo poder público municipal de Blumenau, em especial pela Comissão de Turismo e pelo empresariado local, tinha como objetivo principal fins

³ No texto, os termos “alemão” e “germânico” são utilizados indistintamente para se referir tanto aos imigrantes nascidos na Alemanha, quanto aos seus descendentes nascidos no Brasil.

econômicos relacionados ao comércio e ao turismo. Em relação aos interesses dessa construção identitária, podemos indagar também sobre a ideia de apagar um passado vinculado à movimentos de extrema-direita como o nazismo e o integralismo, e as perseguições e os traumas sofridos, presentes ainda hoje na memória coletiva da população teuto-brasileira.

A formação dessa identidade é uma construção intelectual sofisticada ao estilo dos nacionalismos europeus do século XIX, uma comunidade imaginada que envolve fatos concretos e reais, bem como aspectos, simbólicos e imaginários. Tal afirmação não propõe nenhum juízo de valor, pois mesmo que exista um artificialismo nessa construção identitária e que as festividades estejam voltadas para o consumo turístico elas “marcam as diferenças em relação aos outros brasileiros, reafirmam valores culturais próprios. Não deixam de ser uma forma de renovação da distintividade” (Seyferth, 1994, p. 25).

Portanto, a construção identitária germânica idealizada em Santa Catarina não foi meramente um trabalho de gabinete descolado de uma base sociocultural, pois contou com o apoio e aceitação da comunidade étnica, obtendo assim legitimidade. Buscou seus fundamentos no patrimônio cultural dos imigrantes alemães, entre os quais as antigas sociedades comunitárias, como os clubes de canto, de caça e tiro, de recreação e, sobretudo, de costumes importados de regiões da Alemanha. Para isso, foram misturados e difundidos valores considerados ideais do que significa ser de “origem alemã”. Dessa forma, os organizadores da primeira Oktoberfest de Blumenau, “inspirados na Oktoberfest de Munique”, prometiam mostrar ao público “toda a tradição dos colonizadores alemães servida em desfiles alegóricos” (Flores, 1997, p. 14).

Para essa criação identitária, cidades turísticas como Gramado, no Rio Grande do Sul, e São Bernardo do Campo, em São Paulo, serviram como referência para essa construção. A identidade “alemã” idealizada em Blumenau, foi exportada como referência e modelo a ser seguido por outros municípios da região. Considerando tais apontamentos, nossa análise, delimitada especialmente ao território do antigo muni-

cípio de Hamônia, aborda os diferentes momentos históricos que serviram de base cultural para constituição identitária teuto-brasileira na região do Alto Vale catarinense.

DO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO ATÉ A EMANCIPAÇÃO DE HAMÔNIA (1897-1934)

A Colônia Hamônia, situada no Alto Vale do Itajaí foi fundada em 8 de novembro de 1897. Em termos internacionais, a criação de colônias alemãs no sul do Brasil no final do século XIX, com investimentos, financiamento e apoio de capital alemão, se inscreve no contexto do expansionismo alemão evidenciado pela Conferência de Berlim (1884-1885). Guiada pela noção do *Deutschtum*, Hamônia tinha entre seus propósitos receber imigrantes provenientes da Alemanha. Inicialmente, desembarcaram na colônia imigrantes alemães e suíços, bem como descendentes destas etnias, oriundos de outras regiões do estado, a colônia prosperou até se emancipar de Blumenau, fato que já apontava para os novos ventos que sopravam no Brasil, mas também para questões relacionadas com a política local⁴.

No final dos anos 1920 e início da década de 1930, as lideranças políticas e econômicas do Vale do Itajaí, reunidas no Partido Republicano Catarinense (PRC) e capitaneadas pela Oligarquia Konder, detinham o poder político estadual, sendo o Governador Adolfo Konder seu maior expoente. Com a Revolução de 1930, “os Ramos e seu grupo, há muito alijados das posições-chave na política catarinense, reconquistaram o poder” (Gertz, 1987, p. 176). O desmembramento de Blumenau, importante centro de poder dos Konder, foi uma das formas encontradas pelos Ramos para enfraquecer seus adversários. Seguindo essa perspectiva, em fevereiro de 1934, Aristiliano Ramos, Interventor Federal no estado:

⁴ A emancipação de Hamônia está inserida no contexto das disputas entre as oligarquias Ramos e Konder pelo poder político em Santa Catarina. Os primeiros, ligados ao latifúndio e o planalto catarinense, tinham Lages como sede, por sua vez, os Konder vinculados à industrialização, tinham Blumenau como referência.

[...] decretou a desanexação de uma parte do município de Joinville e a subdivisão de Blumenau. Este último, que depois da separação de Rio do Sul, em 1931, ainda tinha aproximadamente 7.000 km², foi reduzido a 1.650 km², surgindo os novos municípios de Gaspar, Indaial, Timbó, Dalbérgia. A população deste último foi punida, adicionalmente, com a mudança do nome tradicional do lugar (Hamônia), medida revogada posteriormente (Gertz, 1987, p. 177).

Em maio de 1935, o município voltou a se chamar Hamônia, alterando seu nome para Ibirama em 1943, devido à Campanha de Nacionalização⁵. Até 1934, o distrito de Hamônia, havia sido uma próspera e tranquila colônia alemã, tranquilidade quebrada com sua emancipação. Seu novo nome, Dalbérgia, desagradou os dirigentes da Sociedade Colonizadora Hanseática, que repudiaram o ato de desmembramento de Blumenau. Bruno Meckien, diretor da Sociedade criticou asperamente o nome do novo município, para ele Dalbérgia era o “nome da filha mais velha do cacique dos bugres Eduardo de Lima e Silva Hoerhan” (Frotscher, 2003, apud Costa; Secchi, 2011, p. 68).

Os primeiros imigrantes chegaram em Hamônia em 1899 e, na primeira década, a colônia enfrentou dificuldades típicas do processo colonizador, como desentendimentos entre colonos e a direção da Sociedade Colonizadora, confronto com os indígenas que ocupavam a região e os efeitos da propaganda de atração feita por agentes da imigração do Chile e da Argentina. Contudo, após a inauguração da estrada de ferro, em 1909, a situação melhorou gradativamente (Richter, 1992, p. 70). Em 1912, a Colônia foi elevada à condição de sede distrital, na qual se localizava a administração da Sociedade Colonizadora.

Diversos autores analisaram a imigração alemã em Santa Catarina, referindo que a Sociedade Hanseática teve como propósito, desde o início da colonização, formar uma comunidade etnicamente homogê-

⁵ Ibirama, uma palavra de origem indígena, escolhida para atender a normativa nacionalista, acabou servindo para realçar a imagem de seus habitantes como uma população de caráter pacífico e conciliador, apagando e amenizando assim a ideia de superioridade europeia e o passado de extermínio dos indígenas.

nea de acordo com as noções do *Volkstum* e do *Deutschtum*. A primeira aproxima ideias como povo, cultura e nação, expressando que a nacionalidade de um indivíduo não diz respeito ao seu local de nascimento, mas a sua ascendência, cultura e língua. Segue assim, o princípio do *jus sanguinis*. Por sua vez, a ideologia do *Deutschtum* pode ser traduzida como nacionalismo alemão ou germanismo e, pautada por teorias raciais, “tinha a não-assimilação como proposta central de seu programa” (Gertz, 1987, p. 101).

Em Hamônia, poucos falavam o português, a língua escrita e falada era o alemão, o que persistiu após o Estado Novo. Os próprios diretores da Sociedade Colonizadora e o Cônsul da Alemanha em Florianópolis percebiam a “imigração alemã [como] um dos meios para se fortalecer o *Deutschtum* no estado, valorizando uma ocupação dos espaços baseada na segregação étnica” (Costa; Secchi, 2011, p. 36). Em Hamônia, até mesmo imigrantes suíços sentiam-se discriminados, pois a dominação econômica e política do grupo de origem alemã se impunha também simbolicamente. Em 1914, a Colônia *Neu-Zürich*, que pertencia a Hamônia, teve seu nome alterado para *Neu Breslau* (Bartel, 2017), em consonância com as premissas do *Deutschtum*.

No final dos anos 1920 e início da década seguinte, novas concepções políticas se desenvolveram (dominadas por perspectivas autoritárias). Os movimentos políticos transcorridos na Alemanha eram acompanhados de perto por imigrantes e seus descendentes radicados em Hamônia. Muitas informações eram obtidas por meio do rádio, de jornais escritos em língua alemã e por meio de conversas com viajantes, sendo mantida assim uma rede de contatos permanente. Nesse período, ocorreram as primeiras manifestações de caráter nazista no Vale do Itajaí, nas localidades de Timbó, Bela Aliança (atual Rio do Sul) e Blumenau, onde jornais de circulação local, como o *Blumenauer Zeitung*, atuavam como porta-vozes dos núcleos locais do partido nazista.

Com ascensão de Hitler ao poder, em 1933, os núcleos do partido nazista no exterior passaram a receber capitais oriundos da Alemanha. No Brasil, o partido realizava uma relação extensa de atividades comunitárias, que envolviam lazer, esportes, exercícios paramilitares, a

formação de uma juventude hitlerista, celebrações diversas, juramentos de fidelidade ao III Reich, boicotes sociais e econômicos a opositores, entre outras atividades⁶.

Em Hamônia, a sede do Partido Nazista se localizava no bairro Nova Berlim (atual Bela Vista), onde havia um agrupamento bastante atuante que participava de diversas solenidades. A bandeira nazista aparece em diversas fotografias, como no lançamento da pedra fundamental para construção do hospital, na igreja luterana de Nova Bremen (atual bairro Dalbérgia), no cortejo fúnebre de um membro do núcleo nazista, em 1934, no desfile do dia do colono, realizado em julho de 1937, entre outros tantos eventos. Os núcleos locais do partido também organizavam festejos diversos para comemorar o dia 1º de maio e o aniversário de Hitler (em 20 de abril).

DÉCADAS DE 1930 A 1960: A DESARTICULAÇÃO DO *DEUTSCHTUM* E A VALORIZAÇÃO DO PASSADO DA COLONIZAÇÃO

Em outubro de 1932, foi criada no Brasil a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de extrema-direita que cresceu exponencialmente em número de partidários nos anos seguintes. Santa Catarina concentrava o terceiro maior contingente de integralistas do Brasil, atrás de São Paulo e da Bahia. Teoricamente, Integralismo e Nazismo eram incompatíveis, pois o primeiro, ao defender em seu programa a

⁶ Atualmente casos semelhantes continuam ocorrendo no Vale do Itajaí, como, por exemplo, ocorreu recentemente em Brusque, onde, em 2022, uma professora municipal sugeriu em postagens nas redes sociais que pessoas vindas do Nordeste, que vivem em Brusque “deveriam voltar para seus estados de origem”, sugeriu igualmente que “as empresas deveriam fazer um “boicote” (negando emprego)” às pessoas vindas do Nordeste do país. Cf. TIMM, Otávio. Polícia Federal investigará professora do Vale do Itajaí que fez publicação xenofóbica nas redes sociais, **O Município**, Blumenau, 07 dez. 2022, disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/policia-federal-investigara-professora-vale-itajai-que-fez-publicacao-xenofobica-nas-redes-sociais/>, acesso em 25/06/2025.

assimilação à cultura nacional, ameaçava a noção de *Deutschtum*, contudo havia auxílio e cooperação entre ambos, e em Hamônia não foi diferente.

Os primeiros núcleos da Ação Integralista Brasileira foram fundados em Santa Catarina em 1934, em Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis, Hamônia e depois em outros municípios. Após integralistas de Blumenau difundirem essas ideias em Hamônia, sua militância se constituiu de forma muito organizada no município. Em Santa Catarina, o Integralismo avançou rapidamente e, nas eleições de 1936, elegeu 8 prefeitos nos 43 municípios existentes. Em Hamônia foi eleito para o cargo de prefeito o integralista Frederico Schimidt, que administrou a cidade de 6 de abril de 1936 até 5 de janeiro de 1938, quando foi deposto do cargo pela ditadura varguista.

Com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, e com o início da Campanha de Nacionalização no ano seguinte, estrangeiros e seus descendentes radicados no Brasil passaram a ser vistos com desconfiança pelo governo brasileiro. Igualmente, agremiações político-partidárias foram severamente atingidas. Em janeiro de 1938, através do Decreto Lei n. 2265, foi criada pelo governo federal a Comissão de Nacionalização, que tinha entre seus objetivos regulamentar a entrada, o estabelecimento, a naturalização e a expulsão de estrangeiros em território brasileiro.

Em abril de 1938, por meio do Decreto Lei n. 383, partidos políticos estrangeiros foram proibidos de funcionar no Brasil. Para os imigrantes, a situação foi agravada com o corte das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo, em janeiro de 1942, e com a posterior declaração de guerra, os teuto-brasileiros foram vistos como potenciais inimigos, denominados “súditos do eixo”.

As colônias de imigrantes passaram a sofrer interferência por meio da intervenção estatal em instituições públicas e privadas. Em Hamônia, a intervenção deixou marcas ainda lembradas pelas gerações mais velhas. As prisões ocorridas no município e a ocupação da escola alemã por parte do exército brasileiro fazem parte da memória coletiva de Ibirama.

Após a Segunda Guerra Mundial, outra forma de identidade ganhou força, sobrepujando a ideia de *Deutschtum*, uma identidade

teuto-brasileira mais vinculada com questões locais, com a trajetória dos imigrantes e seus descendentes e com o apagamento do passado nazifascista. O período compreendido entre 1930 e 1960 foi um divisor de águas nos municípios originários da Colônia Hamônia. Nesse contexto, o *Deutschtum* passou a ser associado com critérios de pureza racial e em última instância com o próprio Nazismo. Assim, a imagem da comunidade local foi reconstruída a partir da reelaboração da identidade de origem germânica desvinculada dessa noção. Após 1945, poucos são os registros relacionados à essa noção, a qual se desejava apagar⁷.

Em um periódico da década de 1950, são enfatizados outros aspectos da cidade de Ibirama, muito distantes daquilo que se vivia alguns anos antes, conforme o periódico, “a população ibiramense é um misto de lusos, alemães e ítalos, todos irmanados num ambiente de brasilidade” (Focalizando, 1956). Também os monumentos construídos na cidade remetem para questões diversas das anteriores. Em 10 de março de 1948, no centro da cidade foi criada a Praça “Jardim Expedicionário Lindo Sardagna”, soldado brasileiro residente na zona rural de Ibirama que tombou nos campos de Batalha, em Abateia, na Itália. Na praça, um lugar da memória, consta um busto de bronze do soldado⁸. Outro busto de soldado que lutou contra o Eixo, o do “Expedicionário Jacó Zermiani”, encontra-se no pátio dos Correios no bairro Dalbérgia.

⁷ Porém, muitas ideias relacionadas ao *Deutschtum* e as teorias raciais permaneceram, conforme mostra a pesquisadora Úrsula Albersheim em seu trabalho de campo realizado em Ibirama no final dos anos 1950 (Albersheim, 1962). Contudo, após 1945 poucos são os registros relacionados à essa noção, a qual se desejava apagar.

⁸ Lindo Sardagna, soldado da Força Expedicionária Brasileira (FEB) combateu na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nasceu no município de Rodeio, em 14 de maio de 1919, residiu em Ibirama, no distrito de José Boiteux. Em 20 de setembro de 1944 embarcou para Itália, onde morreu no campo de batalha em 12 de dezembro do mesmo ano. Foi sepultado em Pistóia no cemitério militar brasileiro. Em 1948 foi inaugurada em Ibirama a praça em sua homenagem, e em 1951 seu nome foi dado a um grupo escolar do Distrito Gustavo Richard (atual Dona Emma) (Dirksen, 1996, p. 93).

Os dois monumentos indicam uma virada na identidade cultural do município. Se antes Nazismo e Integralismo faziam parte do cotidiano, no pós-guerra, as homenagens aos soldados informam que Ibirama lutou ao lado do Brasil contra o nazifascismo. A nova identidade de combater os inimigos do Brasil ocultava o passado recente do município. Para isso, novos marcadores identitários foram buscados no interior da própria comunidade. Chama atenção também que ambos os soldados sejam de origem italiana, que começava a ganhar espaço e visibilidade no município.

Nesse novo cenário, passaram a ser exaltadas as ações dos imigrantes, suas características e festividades, sendo mostrados episódios relacionados à capacidade empreendedora e ao desenvolvimento de Santa Catarina. Assim, no município, encontram-se bustos de bronze, nomes de ruas, praças públicas, museus e outros lugares da memória que homenageiam seus colonizadores e questões locais.

Em 24 de agosto de 1951, a comunidade de Ibirama homenageou José Deeke como forma de “reconhecimento e gratidão, atribuindo o seu nome à praça pública” localizada no centro da cidade, e em 20 de abril de 1952, seu busto se perpetuou “junto à memória dos valorosos pioneiros colonizadores de sua cidade” (Deeke, 1995, p. 7). Sua esposa, Emma Deeke, também foi homenageada com a designação de seu nome para o município de Dona Emma. Em abril de 1952, foi a vez do Pastor luterano Paul Aldinger ser homenageado, também com um busto de bronze. Nos anos 1950, a inauguração do busto de Olavo Bilac também remete à brasilidade da cidade de Ibirama.

A história do município de Dona Emma e a própria atuação de Emma Deeke são bastante ilustrativas da trajetória identitária teuto-brasileira. Emma Deeke escreveu contos, poesias e relatos de viagem, esparsos em anuários e jornais da época, igualmente, escreveu uma novela com o título *Amor e dever (Liebe und Pflicht)*. Baseada em fatos ocorridos em Blumenau, a obra enfatizava aspectos da vida socio-cultural dos teuto-brasileiros. Em 1919, agrimensores da Sociedade Colonizadora denominaram o rio que deságua no Krauel com o nome do Dona Emma e os moradores estenderam esse nome a toda a região banhada pelo rio e seus afluentes. Contudo o primeiro nome da localidade, emancipada em 1962, foi “Vila Konder”, em homenagem a

Adolfo Konder, governador do Estado de 1926 a 1930, depois passou a ser chamada de Gustavo Richard e por fim Dona Emma (Dirksen, 1996, p. 43). A escolha das denominações são reveladoras e permitem identificar escolhas políticas e culturais.

O museu local, denominado Eduardo de Lima e Silva Hoerhann – situado no “imponente” prédio histórico *Hansahöhe* (construído com financiamento nazista), símbolo de Ibirama, – conta a história da cidade através da industrialização da região associada à Sociedade Colonizadora Hanseática. São apresentadas a primeira cervejaria, a trajetória da Farmácia Müller e a estrada de ferro. Igualmente, são lembrados os imigrantes, suas ferramentas de trabalho e atividades de lazer. Os indígenas que ocupavam a região são apresentados como selvagens. Há duas salas destinadas à memória religiosa, uma católica, outra luterana. Também a arquitetura possui relação com a história e identidade de seus habitantes, a antiga prefeitura, atual Arquivo Histórico, a Igreja Luterana Martin Luther e as casas enxaimel compõem esse conjunto de lugares da memória que caracterizam a identidade teuto-brasileira.

DÉCADAS DE 1960 A 1990: BLUMENAU E A IDENTIDADE DE ORIGEM GERMÂNICA RESSIGNIFICADA

Em diferentes sites da internet é possível encontrar notícias sobre o “Vale Europeu” que “mais parece um vale encantado”⁹. Esse encantamento “é reforçado pela arquitetura da cidade, pelos trajes típicos e pelas princesas e príncipes louros que parecem ter saído das ilustrações de contos de fadas dos irmãos Grimm” (Flores, 1997, p. 32). O processo de “encantamento” não se constituiu naturalmente, foi fruto de uma construção cultural estrategicamente planejada: “Conheça a Europa sem sair do Brasil” foi um dos *slogans* que promoveu Blumenau e ajudou nessa construção identitária. A Comissão Municipal do

9 **Circuito de cicloturismo revela a natureza exuberante do Vale Europeu.** Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2016/02/circuito-de-cicloturismo-revela-natureza-exuberante-do-vale-europeu.html>, **acesso 29/07/2025.**

Turismo foi o lugar institucional desta invenção. Os novos sujeitos sociais fizeram interpretações para “construírem a cidade germânica e, desta forma, nós nos deparamos com uma cidade-imaginação, feita de imagens, cidade que funciona para comunicar” (Flores, p. 69-70).

A arquitetura identitária contribuiu para caracterizar o novo cenário da cidade-turismo, da cidade-étnica, a cidade é limpa e iluminada, higiene é outra característica de distinção [vale lembrar que no mundo romano a higiene diferenciava bárbaros de civilizados, na região, os indígenas ocuparam o lugar dos bárbaros], o descendente alemão é apresentado como alegre, empreendedor, preocupado em manter sua cultura e tradições.

Assim, novas formas de ser, agir, de se vestir e se comportar foram estabelecidas pela Comissão de Turismo de Blumenau por meio de uma pedagogia voltada para a estética e o turismo. Nesse sentido, uma série de ações foram implementadas.

Portanto, no final da década de 1960 e início dos anos 1970, Blumenau inventou tradições, e por extensão, uma identidade germânica idealizada que se difundiu pelo Alto Vale do Itajaí como referência cultural a ser seguida. Essa herança identitária define o que é “ser alemão”. Nessa perspectiva, foram criadas cidades-étnicas, nas quais seus cidadãos de origem alemã são “ordeiros e trabalhadores”, *slogan* reproduzido exaustivamente nos municípios do Alto Vale para fins de afirmação identitária.

Mário Cezar Deggau, um dos idealizadores da Oktoberfest, afirma que “a ideia foi criar uma atração para o mês de outubro”, de baixa temporada para o comércio e o turismo. Portanto, tais ações atendiam inicialmente interesses comerciais e não culturais (Flores, 1997, p. 53). Por sua vez, Emílio Schramm, outro idealizador da festa, relata:

Fui um dos incentivadores da Oktoberfest. Inclusive, em 1980 fui para Munique. Eu queria ver como funciona a Oktoberfest deles. Naquele ano tentamos fazer a festa aqui, mas a prefeitura não se sensibilizou e não investiu na ideia. A gente já tinha a ideia de aproveitar a imagem de alemão que Blumenau tinha. Pensamos: se Blumenau não fizer [...] quem sair na frente ganha. As enchentes de 1984 foi um gancho que aproveitamos” (Apud Flores, 1997, p. 52).

O sucesso da festa (com investimento de dinheiro público) é inegável, primeiro por se acreditar que essa construção identitária reflete as tradições dos antepassados, naturalizando assim essa identidade que adquire vida própria e encontra respaldo na comunidade étnica. O segundo motivo que evidencia esse sucesso é o fato de o modelo identitário criado em Blumenau ter sido “exportado” e incorporado por cidades de origem alemã da região do Vale do Itajaí e, entre estas, essa ideia de germanidade se expandiu nos municípios que se originaram da Colônia Hamônia.

Assim, o novo padrão identitário criado ao longo de duas décadas em Blumenau foi exportado para outros municípios da região, aportando em Ibirama após sua consolidação na Oktoberfest de 1984, ponto culminante que restabeleceu o orgulho de “ser alemão”. Não por acaso, após a primeira Oktoberfest, proliferaram ou foram reinventadas inúmeras festas típicas no Vale do Itajaí, seguindo como padrão o modelo identitário de germanidade blumenauense. Em Presidente Getúlio, a Festa do Leite, uma festa de produtores rurais, tornou-se um grande evento que exalta as qualidades de um povo “ordeiro e trabalhador”.

Contudo, engana-se quem acredita que esse modelo teve como objetivo um viés cultural ou político, no sentido de apagar um passado que não vale a pena ser lembrado. Esse foi o bônus decorrente do objetivo inicial de caráter econômico e comercial, que se transformou em um fenômeno de viés étnico-cultural e acabou por ocultar a memória indesejada (passado este que recentemente se mostrou com força através do extremismo bolsonarista na região).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há inúmeras incongruências entre a identidade germânica criada em Blumenau nos anos 1960/1970 e o passado relacionado à identidade teuto-brasileira. Atualmente, em Ibirama, por vezes, se refere ao fato de que o município não preserva a cultura alemã, ou seja, que a germanidade de Ibirama não foi preservada como se fez em Blumenau. Ibirama conservou e transformou a identidade do imigrante alemão do norte da Alemanha e não a identidade criada em Blumenau.

No início dos anos 1990, o padrão criado em Blumenau aportou em Ibirama através do *Weihnachtsmarkt*, o mercado de Natal, pouco celebrado atualmente. Exemplo disso é evidenciado através da justificativa para criação do evento no município, a comunidade traçou os seguintes objetivos: a) desenvolver um evento turístico com forte poder de atração e de divulgação das potencialidades de Ibirama; b) desenvolver maior incremento do comércio da cidade no período que antecede o Natal.

Por que a comemoração não manteve a mesma performance ao longo dos anos? Seria por que a festa está mais próxima da concepção identitária blumenauense e não das tradições do município? Ou por que não foi atrativa do ponto de vista financeiro, comercial? O mesmo vale para *Stammtisch* do município vizinho, Presidente Getúlio, festa tradicional alemã, que com a troca do governo municipal deixou de ser comemorada, sem nenhuma voz para lembrar da festividade.

Em Ibirama, o padrão cultural gestado em Blumenau ainda não chegou por inteiro, pois esbarrou em outras concepções culturais, ou seja, a negociação da identidade de origem germânica e seus marcos definidores é uma questão que ainda está aberta no município. Nesse sentido, mesmo que existam opções de turismo ambiental e ecológico, Ibirama não é uma cidade turística e a memória coletiva do município está mais ligada ao passado da colonização, o que dificulta o surgimento de outras noções identitárias que não aquela decorrente desse passado. Parece assim encontrar dificuldades para negociar no sentido de construir uma identidade consensual, que se distancie demasiadamente do passado ligado à colonização.

Contudo, o período posterior à 1945 e a ideia de Vale Europeu abriram espaço para outros grupos étnicos, um grupo de prestígio social e econômico, como os italianos. Assim, o parque de eventos da cidade e a rodovia SC-340, uma das principais vias de Ibirama, bem como o posto de gasolina e casas comerciais levam o nome de Manoel Marchetti, família de origem italiana do ramo madeireiro que governou a cidade por diversas vezes. Ou seja, nas cidades originadas a partir do antigo município de Hamônia, os descendentes de origem alemã, ita-

liana e demais europeus conquistaram seu lugar ao sol, porém, aqueles que não se enquadram nessa categoria, como os povos originários da região continuam ainda invisibilizados, mas essa já é outra história.

REFERÊNCIAS

ALBERSHEIM, Úrsula. **Uma comunidade teuto-brasileira (Jarim)**. Rio de Janeiro: CBPE, 1962.

BARTEL, Carlos Eduardo. História e memória da imigração suíça no Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina: da fundação de Neu-Zürich (1904) aos dias atuais, p, 1-17, In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História** – contra os preconceitos: história e democracia, Brasília/DF: ANPUH, 2017.

COSTA, Alberto Coelho Gomes; SECCHI, Nelson (Coord.) **Hansahöhe**: o espírito do camponês, o júbilo do médico, o tormento do prisioneiro e outras histórias ao redor de sua construção. Ibirama/SC: Edigrave, 2011.

DEEKE, José. **O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 1995.

DOSSIÊ MANOEL MARCHETTI. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio – FUNAI (1977). Biblioteca Temática: “Cidadania, Violência e Direitos Humanos” (Povos Tradicionais), **Acervo Digital da UFPR**. Disponível em <<https://hdl.handle.net/1884/65325>>. Acesso em 28/07/2021.

DIRKSEN, Valberto. **Dona Emma**: história do município. Prefeitura de Donaa Emma: Florianópolis, 1996.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Oktoberfest**: Turismo, festa e cultura na estação do Chopp. Letras Contemporâneas: Florianópolis, 1997.

FOCALIZANDO Ibirama e Ituporanga. **Edições Focalizando**. s/l: Paulista-Catarinense, s/d [1956?].

GERTZ, René E. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

RICHTER, Klaus. **A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Blumenau e Joinville**. 2ª ed. rev. e ampl. [1ª Ed. 1986] Florianópolis UFSC; Blumenau: FURB, 1992.

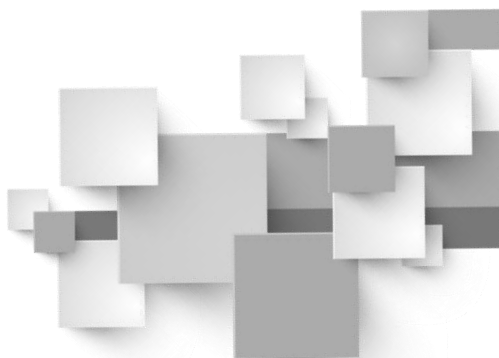
SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

_____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas/RS: E. ULBRA, p. 11-27, 1994.

O rock fascista e o estranho nacionalismo dos fascistas brasileiros

Pedro Carvalho Oliveira

Professor Adjunto de História Moderna e Contemporânea do Colegiado de História da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Coordenador do Grupo de Pesquisa História do Tempo Presente, Política e Movimentos Sociais (Gehpmov-Univasf).



Em 26 de janeiro de 2025, o programa dominical Fantástico, da TV Globo, veiculou uma matéria na qual um relatório investigativo indicava a existência de centenas de bandas de *black metal* alinhadas ao nazismo no Brasil. Ao longo de quase oito minutos, a reportagem apresentou ao público como nazismo e música se coadunam para promover ideias extremistas, cujos impactos sociais podem ser variados. Embora a reportagem tenha focado na novidade que o problema parece representar, diversos autores, como o deste capítulo, têm se debruçado sobre o tema.

Além deste pesquisador, outros examinadores de envergadura, tanto na área da História quanto em áreas afins, se detiveram sobre este objeto. Em 2018, lancei o livro *O som do ódio: uma história do rock neofascista e dos neofascismos no tempo presente*, baseado em minha dissertação de mestrado. Este trabalho somente foi possível por contribuições importantes, como as de Alexandre de Almeida (2011), Ricardo Ampudia (2006), Márcia Regina da Costa (2000), entre outros, que já haviam examinado o referido objeto. Portanto, desde a década retrasada existem pesquisas de fôlego sobre o rock fascista.

Estas pesquisas anteviram o crescimento da extrema direita brasileira, no bojo da qual grupos fascistas ganharam liberdade para atuar. Em contextos de franco autoritarismo, é comum vermos os fascismos crescerem. Na esteira das instabilidades econômicas, como a que temos acompanhado globalmente desde 2008, a classe dominante tende a preferir concessões ao fascismo do que ver-se ameaçada pelas exigências da classe subalterna. Tudo isto se soma para permitir um cenário no qual o fascismo e suas variadas ramificações possam se organizar.

Os fascismos possuem características singulares no Brasil. Obedecem a um contexto histórico e cultural que lhes dita comportamentos, força alterações em suas perspectivas tradicionais e obriga métodos de ação próprios. Por exemplo, temos visto nazistas nordestinos, mesmo que os nordestinos sejam odiados pelos nazistas do Sul e do Sudeste brasileiro. Além disso, há um crescimento do extremismo fascista que chega a 270% em nosso país, como vinha nos alertando a já saudosa antropóloga Adriana Dias, sintoma de como organizações fascistas

não mais se concentra no Sul e Sudeste¹. Acompanhamos o ressurgimento do integralismo, boia de salvação de um fascismo ufanista para o qual a questão racial possui outros ditames no Brasil. Não à toa, o número de bandas de rock fascista também cresce no país.

Este capítulo é uma modesta contribuição ao conhecimento sobre o rock fascista, como ele opera no Brasil, quais são suas características e principalmente como ele pode nos servir para uma análise histórica sobre a presença dos fascismos em nosso país. Por meio da análise de letras, é possível averiguarmos as transformações pelas quais as ideias fascistas passaram e passam ao longo do tempo, para ganharem novo sentido em diferentes conjunturas. É um material rico, que merece nossa atenção pois, por um lado, é uma arma de disseminação do extremismo e, por outro, é um espaço de idealização dos fascismos. Nele é possível encontrarmos as especificidades destas visões de mundo em nosso país. No caso investigado neste artigo, nos debruçaremos sobre como os fascismos emergem na forma de uma proposta nacionalista para unir um país cheio de contradições e singularidades culturais.

CONHECENDO O ROCK FASCISTA E SEU CONTEXTO DE SURGIMENTO

É difícil precisarmos, em palavras, como soa o rock fascista. Primeiro porque descrever ritmos, arranjos e melodias não é missão simples. Em segundo lugar, porque desde a sua gênese o gênero se ramificou ao longo dos anos, variando entre composições simples e pouco harmoniosas e outras mais complexas e sonoramente plásticas. Quando surgiu, em fins dos anos 1970, era basicamente uma versão fascista do *punk rock*, gênero conhecido pela velocidade, agressividade e pouca indulgência com a técnica. Com o passar do tempo, ele ganhou características do *heavy*, *thrash* e *black metal*, do *folk rock* e até mesmo do *country rock*.

¹ VEIGA, Edison. “Dados indicam crescimento do neonazismo no Brasil”. **Deutsche Welle**, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/dados-indicam-crescimento-do-neonazismo-no-brasil/a-53985901>.

Se pudermos introduzir uma definição, diremos que o rock fascista é um gênero musical derivado do rock, por meio do qual fascistas idealizam e difundem suas visões de mundo, sempre na expectativa de que suas composições alcancem pessoas dispostas a abraçar os fascismos. Por meio da música, comunica a variedade de inimigos dos fascismos e que tipo de violência deve ser utilizada para atacá-los, evidenciando os meandros dos fascismos contemporâneos. Ao fazer isto, as músicas pertencentes ao gênero documentam as transformações nas ideias fascistas, criando um substrato para o estudo da História.

No final dos anos 1970, a Europa recebia um intenso fluxo de imigrantes oriundos das antigas colônias antes pertencentes aos seus velhos impérios. Esse processo não era novo, mas certamente cresceu e foi potencializado pela crise econômica internacional principiada no setor petrolífero, originando o auge do que Eric Hobsbawm (1995) chamou de décadas de crise do capitalismo moderno. Aos montes, paquistaneses, indianos, jamaicanos, entre muitos outros imigrantes pobres, adentravam países que durante muito tempo estiveram acostumados a ocupar territórios, não a serem ocupados por estrangeiros – especialmente os menos privilegiados.

A Grã-Bretanha foi uma das regiões preferidas desses imigrantes. E esse fato levou ao estabelecimento de uma ofensiva organizada contra a presença dos imigrantes pobres, consubstanciada nos esforços políticos do *National Front* (NF). Trata-se de uma frente política responsável por unir partidos e militantes de extrema-direita contrários ao fluxo migratório. Para termos uma ideia da importância do NF e da sua aceitação entre os britânicos, basta observarmos que nos últimos meses de 1972, ainda antes da agudização da crise econômica, a campanha do NF por restrições migratórias atraiu 800 novos membros, número expressivo para a época. Nos anos seguintes, esse número cresceu significativamente (Walker, 1977).

Os discursos autoritários do NF eram atraentes tanto para a classe dominante quanto para o proletariado britânico. A classe dominante, como era de costume, sentia-se mais inclinada a apoiar agendas autoritárias e, naquelas circunstâncias, até mesmo neofascistas para garantir a proteção de seus privilégios, haja vista que a extrema direita é frequentemente a boia de salvação dos mais ricos e a barreira para

conter o avanço da esquerda, motivo pelo qual os fascismos foram historicamente apoiados por grandes empresas do capitalismo internacional nos momentos de aguda crise. Assim, com a esquerda sufocada, o Estado máximo controlava e oprimia os mais pobres em suas reivindicações e se tornava mínimo na intervenção dos negócios (Konder, 2009).

Por outro lado, uma parte substancial da classe operária se convenceu dos argumentos da NF de que a presença de imigrantes pobres gerava um enorme contingente de mão de obra barata, o que no passado era visto com bons olhos, pois os imigrantes assumiam funções antes rejeitadas pelos britânicos, mas que naquele contexto de crise econômica e de desemprego estrutural era visto como competição injusta (Paxton, 2007). Por isso, o NF defendia como política de Estado a expulsão compulsória de imigrantes do país, o que atraiu muitos votos dos trabalhadores pobres britânicos. Segundo a organização, era necessário devolver a Grã-Bretanha ao seu povo e torná-la grande de novo.

O jovem Ian Stuart Donaldson, líder da banda *Skrewdriver*, foi um dos muitos jovens que compraram os discursos do NF. Inclusive, ele atuou na ala jovem da organização se convertendo em um de seus militantes mais assíduos. Pouco a pouco, a *Skrewdriver* deixou de ser uma banda de *punk rock* para se tornar uma das primeiras, se não a primeira, banda de rock fascista. O grupo passou a compor músicas afinadas aos discursos do NF, atraindo um público jovem para as fileiras da agremiação. Quando a banda passou a assumir sua simpatia pelo nazismo, o NF entendeu que era necessário romper com a *Skrewdriver*, pois qualquer associação com nazistas poderia afastar o eleitorado. Esse rompimento fez com que a banda se tornasse ainda mais radical, convertendo-se no carro-chefe do que chamamos de rock fascista (Oliveira, 2018).

No Brasil, o rock fascista aporta em meados da década de 1980, quando os primeiros grupos de *skinheads* começam a surgir na periferia de São Paulo. Na Europa, os *skinheads* já haviam sido transformados em espécie de ala jovem dos partidos neofascistas; portanto, quando essa subcultura chegou ao Brasil veio em muito contaminada pela narrativa política fascista. Contudo, os *skinheads* brasileiros, que

adotaram a alcunha de “carecas”, preferiam ser chamados de nacionalistas, e não se reconheciam como fascistas. É um fato interessante para percebermos a forma como esse fenômeno se comportou no Brasil.

FASCISMO, NACIONALISMO E A COMPLEXA IDENTIDADE DOS FASCISTAS BRASILEIROS

A primeira grande experiência fascista brasileira foi viabilizada pelo estabelecimento da Ação Integralista Brasileira (AIB) como movimento de massa, nos anos 1930. Também naquele contexto, o Brasil vivia um clima autoritário, embora quando a AIB alcançou seu pico de popularidade, chegando a milhares de filiados em todo o país, Getúlio Vargas ainda não tivesse desferido o autogolpe que instaurou o Estado Novo (1937-1945). Até aquele momento, os integralistas liderados por Plínio Salgado despontavam como alternativa política real frente à crise internacional das democracias liberais (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

O integralismo possui algumas peculiaridades que merecem destaque. Os idealizadores da AIB acreditavam que um governo autoritário e antidemocrático poderia concretizar o sonho do Estado integral, uma nação unida pelo catolicismo e pela identificação com uma mesma origem histórica: o reino de Portugal. Por isso, os integralistas desejavam, como todos os fascistas, o retorno a um passado anterior à modernização, idílico e inexecutável, pois era uma idealização. Esse passado tinha como base o feudalismo português, a partir do qual o Brasil havia sido criado. Porém, o Brasil era cheio de contradições, em especial de raça: como conformar negros e indígenas à sombra da AIB? Por meio de um esforço para apagar essas contradições e inserir negros e indígenas na mesma narrativa de construção do país, apelando ao mito das três raças formadoras do Brasil (Bertonha, 2014).

É possível identificarmos um comportamento semelhante nas origens dos “carecas” brasileiros, décadas depois. Não obstante terem assumido “uma identidade baseada nos pressupostos ideológicos de um ‘nacionalismo proletário’, em repúdio às transformações oriundas das políticas neoliberais do período” (Barbosa, 2016, p. 84), tornando-os

contrários à influência do capitalismo europeu, tratavam comunismo, anarquismo e socialismo como a outra face da mesma moeda na qual o rosto do capitalismo aparecia, pois comprometiam um ideal claro de nação (Costa, 2000). Ao mesmo tempo, eram majoritariamente antirracistas e entendiam a importância da complexidade racial brasileira para a história do país, ou para a história do país que desejavam evocar (Oliveira, 2018).

Tudo isto é muito importante para compreendermos que o rock fascista brasileiro é tão complexo quanto a subcultura na qual surgiu. Ao longo do tempo, os “carecas” passaram a conviver com ramificações de sua subcultura que se abraçavam abertamente ao nazismo, às ideias de supremacia racial e de pangermanismo. Tanto em São Paulo, berço da subcultura “careca”, quanto no Sul do Brasil, é perceptível a adesão cada vez maior ao nazismo conforme os anos progrediram, assinalando a convivência ora aproximada, ora antagônica entre diferentes tipos de fascismo.

O nacionalismo dos fascistas brasileiros é cheio de vicissitudes. Se o inimigo mais comum aos fascistas contemporâneos é o imigrante, por ser considerado um “alienígena”, portanto o contrário do sujeito nacional, é quase impulsivo nos perguntarmos: como a xenofobia contra o imigrante é impressa no fascismo brasileiro? Ou ainda: como os fascistas brasileiros veem os imigrantes? Antes de mais nada, devemos destacar que ao contrário dos países europeus, a relação do Brasil com os imigrantes pobres é bem específica historicamente. Os esforços institucionais para a restrição de sua presença, as políticas de bloqueio e as ações civis geralmente não são motivadas por esse nacionalismo afeto à homogeneização, embora sigam tacitamente os ditames do racismo, do preconceito de classe e de muitos outros.

Acreditamos que o ódio fascista brasileiro manifestado no rock fascista é em muito inspirado pelo contexto europeu no qual o gênero surgiu. Como já explicamos, o rock fascista é criado como resposta ao clima permeado pela multidão de imigrantes que chegava à Europa ao longo dos anos 1970. Do nosso ponto de vista, os discursos contrários à imigração acabaram influenciando as bandas brasileiras, mesmo que o Brasil não sofresse, em meados dos anos 1980, com a mesma crise migratória pela qual a Europa havia passado anos antes.

Apesar disso, a banda W.C.H.C., em seu disco “Ódio mortal”, de 1989, lançou a música “Migrante”, na qual ouvimos: “Você só suga o sangue paulista/Apenas mais um na concorrência/Empregos, mulheres, terras/Tudo isso você vai roubar/Volte para a sua terra, migrante filho da puta”². A imagem do parasita construída pela música era muito comum entre os fascistas europeus do final dos anos 1970, quando se referiam aos imigrantes. Para termos uma ideia disto, apenas um ano antes a banda francesa *No Remorse* gravou, para o disco *This time the world*, a música *Bloodsucker*³, cujo título traduzido para o português significa literalmente “sanguessuga”. A canção manifesta ódio aos imigrantes, acusados de sangrarem a nação.

Outra banda brasileira declarou sua insatisfação com os imigrantes de forma similar à da letra acima transcrita. Embora regida por uma violência menos explícita, a música “Nacionalistas verdadeiros”, da banda Defesa Armada, diz: “Nosso povo paulista, viemos em busca da paz/Porém, os povos de longe vieram aqui provocar/Está chegando a hora do nosso povo paulista/Ficar um pouco distante dos seus inimigos mortais”⁴. Quem seriam esses “povos de longe” e o que eles provocaram? Quem são, segundo a banda, os inimigos mortais do povo paulista?

Para chegarmos a alguma conclusão, passemos primeiro a uma breve análise comparativa entre a música da banda W.C.H.C. e a da banda Defesa Armada. Em primeiro lugar, tanto a primeira quanto a segunda deixam clara a sua repulsa aos imigrantes, embora no segundo caso eles não sejam explicitamente denominados, sendo tratados como “povos de longe”. Em segundo lugar, os dois casos tratam os imigrantes como provocadores, como responsáveis por problemas diversos que interrompem a tranquilidade. Em terceiro lugar, nas duas músicas fica evidente que a solução para o problema é o afastamento, distanciar-se dos imigrantes ou repeli-los.

² W.C.H.C. Migrante. In: **Ódio mortal**. São Paulo: Ódio Mortal Records, 1989, faixa 10.

³ NO Remorse. Bloodsucker. In: **This time the world**. França: Rébelles Européens, 1988, faixa 02.

⁴ DEFESA Armada. Nacionalistas verdadeiros. In: **São Paulo Paulista**. São Paulo: Independente, 1995, faixa 06.

Outro exemplo se faz pertinente. É a música “Nosso Estado”, da banda paulistana Frente Nacional, que em 1996 dividiu a gravação de um *split* com a Defesa Armada e a Nova Nação, o *Pavlistarvm Terra Mater Vol. 1*:

A migração já passa do limite
Somos paulistas, vítimas paulistas
(...)
Falam mal da invasão estrangeira
Mas não enxergar a migração interna
Nós nascemos aqui, não deixe que te roubem
Seu emprego, sua garota, seu lugar⁵

Em perfeita sintonia com os discursos antimigratórios europeus, a música representa os imigrantes como ameaça a aquilo que pertence ao povo de um determinado território – neste caso, o território paulista. Este território, segundo o discurso da música, pertence aos que “são de lá”, naturais daquela terra, herdeiro de sua cultura. Porém, essa ameaça, esse imigrante sem nome ou origem, emerge como um enigma. Mais uma vez não sabemos quem ele é e por que representa tanto perigo. Trata-se de uma diferença substancial em relação aos casos europeus, onde os imigrantes tinham origem bem definida.

Um ponto máximo de convergência entre os três discursos musicais aqui apresentados são as supostas vítimas da imigração: os paulistas. O imigrante não é bem-vindo em São Paulo, dizem as composições. Ele representa perigo. Claro, a razão para o discurso xenofóbico das músicas pode ser facilmente explicada: seus compositores são paulistas. Contudo, devemos chamar a atenção do leitor para um fato curioso. Em 2018, este autor publicou um livro (Oliveira, 2018), resultado de sua dissertação de mestrado e de uma vasta pesquisa de quase dez anos, sobre o rock fascista. Naquele trabalho, analisei um robusto material produzido por bandas europeias, estadunidenses e latino-americanas. Dentre muitas conclusões possíveis, uma se faz pertinente agora: o nacionalismo das bandas europeias e estadunidenses

⁵ FRENTE Nacional. Nosso Estado. In: **Pavlistarvm Terra Mater Vol. 1**. São Paulo: Independente, 1996, faixa 01.

compreendia o todo territorial e cultural de seus países. Não há qualquer registro, ao menos identificado por nós, de músicas nas quais a comunidade se resume a um estado ou a uma cidade. Nos três casos brasileiros aos quais estamos aludindo, a preocupação não é com a presença dos imigrantes no Brasil, mas sim em São Paulo.

Pedimos ao leitor que pense a respeito disto, pois muito em breve retornaremos a este ponto. Por ora, vamos a algumas considerações sobre os “inimigos mortais” do povo paulista, segundo a banda Defesa Armada. Em outra música da banda existem evidências bastante sugestivas sobre o tipo de imigrante ao qual o grupo se refere. Vamos, então, a “Inimigos da pátria”. A canção diz o seguinte: “Tivemos pena daquele povo que sofria/Vocês vieram invadindo o terminal do Tietê/Querendo impor suas maneiras e costumes/Aniquilando nossa segurança social”⁶.

O imigrante é novamente interpretado como um perigo, desta vez à segurança social. Ele, aparentemente, fazia parte de “um povo que sofria” e se fez da boa vontade dos paulistas para “impor maneiras e costumes”. Novamente, temos uma consonância com o contexto de surgimento do rock fascista na Europa – parte da agenda do NF e de outras organizações neofascistas da época se voltava à defesa da cultura nacional, ameaçada pela “cultura alienígena” dos imigrantes. Porém, ainda não está clara a origem desse imigrante, tampouco estão evidentes características que determinem suas singularidades.

Como diz o conhecido provérbio, “o diabo está nos detalhes”. Os detalhes podem facilitar ou complicar as coisas, e em nosso caso eles podem fazer um pouco de cada coisa. Quando a banda Defesa Armada diz que os imigrantes “vieram invadindo o terminal do Tietê”, temos uma circunstância particular que merece cuidadosa atenção. O terminal rodoviário do Tietê, na capital paulista, se tornou um símbolo da imigração inter-regional: por ali, milhões de imigrantes brasileiros, provenientes de outros estados, chegaram a São Paulo desde a sua fundação, em maio de 1982. Porém, na época em que a banda gravou a música era por meio daquele terminal que milhares de nordestinos,

⁶ DEFESA Armada. Inimigos da pátria. In: **São Paulo Paulista**. São Paulo: Independente, 1995, faixa 04.

buscando oportunidades de emprego, desembarcavam em maior número do que qualquer outro grupo de imigrantes, segundo estatísticas municipais (Dedecca; Cunha, 2004).

Se o detalhe aqui enfatizado nos permite uma conclusão simples – o imigrante inimigo dos fascistas de São Paulo era o nordestino –, também nos impõe uma dificuldade. E esta dificuldade é ter substância para garantir que os nordestinos são os imigrantes alvo das músicas. Não há em toda a letra da canção uma referência direta aos nordestinos. Mas, o nome do terminal rodoviário do Tietê mencionado em uma música de 1995 é sugestivo. Não bastasse isto, devemos recordar que a primeira metade dos anos 1990 foi de intensas manifestações xenofóbicas contra imigrantes nordestinos.

REGIONALISMO, MITOS REGIONAIS E RACISMO NAS BASES DO FASCISMO BRASILEIRO

O que fica evidente até aqui é a construção do nordestino como um inimigo conveniente (Gay, 1995), um estrangeiro cuja presença em São Paulo não é bem-vista. A banda Defesa Armada exalta São Paulo como se fosse uma nação. O próprio título do álbum da banda, “São Paulo Paulista”, é um tributo à terra à qual seus integrantes pertencem. Mas, por que os nordestinos? E mais: por que a idolatria a um estado, município ou comunidade se contrapõe à presença de sujeitos externos? Talvez a explicação esteja em um passado mais distante, quem sabe no início do século XX.

Naquele contexto, São Paulo avançava pelo caminho através do qual se tornaria centro gravitacional da economia brasileira, em decorrência do crescimento da indústria cafeeira. Deixava para trás o antigo bastião econômico colonial, a indústria canavieira, mormente situada no Norte, em um território que logo mais se chamaria Nordeste. No afluxo desse acontecimento, as classes dominantes de cada uma das regiões entraram em disputa, tanto para garantir o sucesso de um empreendimento quanto para assegurar o seu lugar nos braços do governo central e de seus vultosos investimentos.

Para justificar a ascensão paulista, ideólogos pseudointelectuais como Oliveira Vianna e Dionísio Cerqueira ajudaram a construir uma

imagem do Nordeste e dos nordestinos como território em decadência, degenerado e impuros racialmente. Segundo estes indivíduos, cuja influência fora substancial para a formação de uma mentalidade orgulhosa do “ser paulista”, os nordestinos eram física, intelectual e naturalmente inaptos e atrasados; portanto, não podiam competir com a pujante sociedade paulista em seu pleno desenvolvimento. São formulações que marcam a modal tendência assumida por pseudointelectuais da época ao darwinismo social. Argumentavam que as características dos nordestinos eram uma consequência de um *habitat* naturalmente precário repleto de mestiçagem. Com isso, a superioridade de São Paulo era igualmente natural, pois, para eles, os paulistas haviam escapado à miscigenação (o que não é verdade) e “o Nordeste era inferior por sua própria natureza” (Albuquerque Jr., 1999, p. 56).

É plausível que o leitor não esteja plenamente convencido de que o imigrante inimigo da banda Defesa Armada seja o nordestino. Talvez sequer possamos garantir que o leitor virá a se convencer disto – o que, a propósito, não é nosso objetivo. Porém, não podem restar dúvidas de que o nordestino era um alvo comum entre as bandas de rock fascista de meados da década de 1990. Por isso, vamos a outro exemplo de outra banda paulista, desta vez a Brigada NS. Em 1997, a banda lançou o disco “O Retorno da Velha Ordem”, no qual aparece a música “Migração”. Vamos a ela:

Dia após dia, migrando do Nordeste
Centenas de imundos
Que são uma grande peste
Nossa histórica cultura
Está sendo esquecida
Nosso povo se mistura
Com essa espécie apodrecida
Não, não migração!
São Paulo está ficando pequeno demais
Tenho de lutar, não vou ficar parado⁷

⁷ BRIGADA NS. Migração. In: **O Retorno da Velha Ordem**. São Paulo: D-14, 1997, faixa 10.

Os imigrantes nordestinos são tratados como imundos, ou como pestes. A peste, como se sabe, geralmente é alvo do extermínio. Portanto, as palavras utilizadas pelos compositores da música são bastante sugestivas. Eles responsabilizam os nordestinos pelo apodrecimento de sua cultura. Que cultura é esta? Do nosso ponto de vista, somente pode ser a cultura paulista, pois é a ela que a banda faz referência quando menciona o fato de que “São Paulo está ficando pequeno demais” com a presença de imigrantes. Aqui, de forma mais explícita, um culto à comunidade paulista é contraposto à existência de uma ameaça estrangeira: o imigrante nordestino.

Com base no que foi dito sobre as formulações racistas de pseudo-intelectuais no começo do século XX, podemos concluir que existe uma base histórica para a circulação de teorias preconceituosas e teses racistas contra os nordestinos no Brasil, especialmente em São Paulo, além de parte do Sudeste e do Sul do país. Evidentemente, essas bases não se justificam – sobretudo por já terem sido largamente desmentidas ao longo do tempo –, mas são explicadas pelo contexto em que foram originadas e explicam parte da discriminação contra nordestinos em alguns lugares do Brasil atualmente. Deixamos isto momentaneamente de lado para atentarmos a outra questão.

Já está claro que São Paulo aparece como comunidade especialmente retratada pelas bandas aqui citadas. Certamente o motivo disto é a idêntica origem de todas elas: o estado de São Paulo. Porém, onde fica a nação? Qual é o lugar dela nestas propostas discursivas? Até onde sabemos, o nacionalismo compreende uma territorialidade mais abrangente do que a de um estado ou cidade, havendo a necessidade de unir os sujeitos, não de discriminá-los e separá-los. Isto é reservado aos indivíduos que não pertencem à nação. Portanto, o que se passa com os fascistas brasileiros? Ora, se o nacionalismo é condição sem a qual não existe fascismo, por que pessoas que ocupam a mesma nação se tornaram alvo de discursos de ódio e rejeição?

Para esboçarmos uma resposta, antes vale destacarmos que a nação é uma idealização. Nem sempre o que se idealiza dela corresponde à realidade material. Na Alemanha nazista, por exemplo, os judeus nascidos no país não eram tratados como membros da nação; para os nazistas, os judeus representavam um mal racial, portanto histórico,

intrínseco à cultura judaica (Teixeira da Silva, 2014). Destarte, a nação é algo que se deseja construir e nesse processo existem concessões, implicações e impossibilidades que tornam a sua realização impossível na prática. A nação é muito mais um sonho do que uma realidade (Hobsbawm, 1992).

No caso das músicas analisadas até aqui, podemos perceber como esse sonho se exprime. É notável como a escala da nação é reduzida para se referir a um território específico do país, o estado de São Paulo, no qual existiria uma comunidade muito distinta do restante – também uma ilusão, com base em referências pouco válidas. Essa redução da escala da nação é parte de uma lógica conhecida como nacionalismo territorial ou nacionalismo étnico. Ela ocorre quando “grupos que rejeitam o atual conceito jacobino de Estado-nação” o modificam e “atribuem essa categoria à comunidade orgânica de idêntica etnia, cultura ou língua” (Florentim, 1994, p. 73).

Trata-se de uma adaptação do nacionalismo fascista a fim de direcioná-lo a comunidades inseridas em um território complexo em termos étnicos, culturais e linguísticos, como é o caso do Brasil. Assim, a comunidade constitui-se em uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2008) por esses indivíduos, uma tentativa de adequarem seus discursos ao seu terreno de ação política frente à ausência de uma uniformidade étnica brasileira, como costumam crer existir na Alemanha ou na Itália, bem como em qualquer outro país europeu. A nação brasileira imaginada pelos fascistas brasileiros muitas vezes se restringe e se comprime.

Em outras circunstâncias, ela é desejada à explícita imagem e semelhança das projeções fascistas. Temos uma evidência disto na música “Sangue e raça”, lançada em 1991 pela banda paulista Locomotiva, uma das primeiras a gravar suas composições em material comercializável. A música canta: “Sangue e raça, querida São Paulo/Honro minha estirpe, a estirpe branca/Do sangue nobre, justo e glorioso/Glorioso, valioso como a Hakenkreuz”. Vamos por partes. Neste trecho, a banda conecta sangue e raça a uma ideia de estirpe, de herança vinculada de alguma forma a São Paulo, cujo “sangue” é “nobre, justo e glorioso”. Há, ao menos neste sentido, uma personificação de São Paulo ou podemos entender que a banda está a sugerir que o povo paulista é

dotado destas qualidades. Portanto, é um povo “glorioso, valioso como a Hakenkreuz”. O termo em alemão se refere à suástica.

Na sequência, a música diz: “Poder, autoridade e determinação/São os pilares de uma forte e grande nação/Submetidos ao desejo de uma nobre bandeira/A bandeira nacional, nacional-socialista”.⁸ Não bastasse a banda reduzir a escala da sua nação idealizada a São Paulo, cujo povo a música interpreta como dotado de um sangue distinto e de uma raça privilegiada, ela ainda define a orientação de sua idealização nacional: o nacionalismo que preconiza é amparado pelo nazismo. Isto se expressa na alusão ao nacional-socialismo, do qual nazismo é uma síntese⁹. Para a banda Locomotiva, a nação não apenas é paulista, mas necessita ser nazista. Assim como as bandas anteriormente analisadas, esta associa o ideário fascista a uma simbologia típica da cultura paulista.

Isto é importante para entendermos algumas especificidades do nacionalismo nazista brasileiro. Voltemos rapidamente à banda Brigada NS, desta vez dando atenção à música “Peste negra”, presente no mesmo álbum apresentado anteriormente: “Negro, negro, vê se te manca/Cai fora do meu país levando junto teu samba/Negro, negro, sai da minha nação/Que é para baixar o índice de ladrão”¹⁰. A violência dos nazistas contra a população negra é explicada por um dos vários fatores de mesma ordem utilizados pelos nazistas alemães para atacar os judeus: a numerosa presença destes indivíduos na sociedade. Em ambos os casos, os alvos são atacados como sub-raça.

Um detalhe merece atenção. Para a banda acima citada, os negros devem deixar a nação. Seja São Paulo ou o Brasil, parece uma pretensão pouco preocupada com qualquer lógica – para além da falta de ló-

⁸ LOCOMOTIVA. Sangue e raça. In: **São Paulo Pátria**. São Paulo: Independente, 1991, faixa 01.

⁹ O nome Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães é uma tradução do alemão *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*. Aos poucos, o termo *nazi* passou a ser utilizado para referenciá-lo de forma mais simples. Nazismo vem desta simplificação.

¹⁰ BRIGADA NS. Peste negra. In: **O Retorno da Velha Ordem**. São Paulo: D-14, 1997, faixa 04.

gica intrínseca ao racismo! É um clichê, mas a população negra brasileira compõe uma vastidão tão grande que, apesar do racismo histórico que sofre, possui papel protagonista no estabelecimento de uma cultura nacional. Isto é indiscutível. O nazismo brasileiro parece, por um lado, adaptar os discursos estrangeiros sem considerar seus contextos internos, numa romantização apaixonada e inviável; por outro, expressam categoricamente o que desejam em termos raciais para seu ideal de nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rock fascista é uma ponte que permitiu a travessia dos fascismos do passado para o presente; um dos alimentos que lhes permitiu sobreviver no pós-Segunda Guerra Mundial. O fim do maior conflito armado de todos os tempos não encerrou a existência dos fascismos, apesar do fim das ditaduras na Itália e na Alemanha. Como visão de mundo, sistema de ideias e comportamento político, o fascismo permaneceu vivo. Quando falamos do ressurgimento dos fascismos hoje, não estamos falando de um renascimento, como se tivessem morrido. Estamos falando de um retorno da sua relevância política, um indicativo claro da presença do passado em nosso tempo.

No Brasil, sua presença é bastante singular e foi alvo de nossa investigação. Como vimos, o nacionalismo do fascismo brasileiro nem sempre se interessa por uma escala de nação tradicional, buscando argumentos para a redução do que entende como nação a um espaço bastante limitado. Evidentemente, nem todos os fascistas brasileiros creem que São Paulo, o Sudeste ou o Sul resumem o que é o Brasil; porém, é oportuno pensarmos por quais motivos, em determinados casos, isto ocorre e como se conecta com raízes profundas de mitologia social e racismo. Evidentemente, ao redor do país existem fascistas que compreendem a nação como algo mais vasto do que o Sudeste e o Sul; porém, este é um assunto para outra ocasião.

O rock fascista é um lugar que nos permite chegar a algumas conclusões sobre isto. Por exemplo, ficou claro que a ideia de nação, para muitos fascistas, se resume ou a uma comunidade, ou mesmo a um modelo estrangeiro: o nazista. Este último caso é uma contradição,

mas que faz sentido no universo nazista uma vez que o pangermanismo permite isto. Porém, cabe questionarmos se as bandas que aludem ao nazismo como alicerce para o nacionalismo de fato possuem qualquer ancestralidade germânica. No fim das contas, isto pouco importa: a falta de conexões étnicas diretas com a Alemanha não os impede de praticarem atos de violência e proferirem discursos de ódio.

É possível identificarmos no rock fascista como extremistas e cidadãos comuns, situados à direita do espectro político, possuem inimigos em comum ou idealizam os espaços em que vivem de forma semelhante. Do nosso ponto de vista, este é o maior perigo representado pelo rock fascista: o de reduzir a distância entre sujeitos não radicais e a radicalização política. É fundamental estarmos atentos ao potencial aglutinador do rock fascista, instrumento perigoso para o crescimento do extremismo político.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: Editora Massagana, 1999.

ALMEIDA, Alexandre de. A locomotiva skinhead: A relação entre música e memória na construção de identidade de uma organização White Power Paulista. In: **I Seminário internacional História do Tempo Presente**. 1, 2012, Santa Catarina. Anais, Santa Catarina, 2011, p. 04-10.

AMPUDIA, Ricardo. **Odiados e orgulhosos**: Um mapa da ação organizada dos grupos skinheads no estado do Paraná. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2006.

ANDERSON, Perry. **Comunidades imaginadas**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Skinheads chauvinistas: integralistas, os “Carecas do Subúrbio” e o nacional-socialismo brasileiro. In:

PATSCHIKI, Lucas; SMANIOTTO, M.A.; BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Orgs.). **Tempos conservadores**: Estudos críticos sobre as direitas. Goiânia: Gárgula, 2016, p. 77-96

BERTONHA, João Fábio. **Integralismo**: Problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: EDUEM, 2014.

COSTA, Márcia Regina da. **Carecas do Subúrbio**: Caminhos de um nomadismo moderno. São Paulo: Musa Editora, 2000.

EDECCA, C. S.; CUNHA, J. M. P. Migração, trabalho e renda nos anos 90: O caso da região metropolitana de São Paulo. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasil, vol. 21, n. 1, 2004, p. 49-66.

FLORENTIM, M. **Guia da Europa Negra**: sessenta anos de extrema direita. Portugal: Publicações Europa América, 1994.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GONÇALVES, Leandro; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Trad Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Nations and nationalism since 1780**: Programme, myth, reality. United Kingdom: Cambridge University Press, 1992.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **O som do ódio**: uma história do rock neofascista e dos neofascismos no tempo presente. Curitiba: Editora CRV, 2018.

PAXTON, Robert O. **Anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz & Terra, 2007.

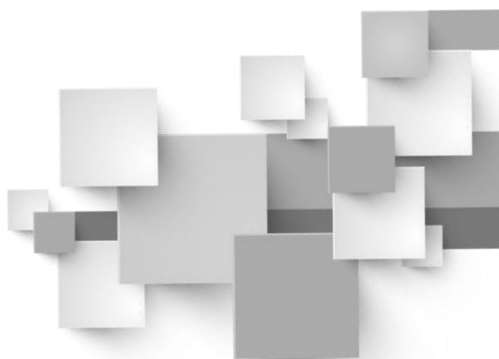
TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Sobre os tribunais no Terceiro Reich. Os fascismos e ditaduras: o que ainda há para estudar? In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C. et al (Orgs.). **Velhas e novas direitas**: a atualidade de uma polêmica. Pernambuco: UPE, 2014, p. 28-48.

WALKER, Martin. **The National Front**. London: Fontana, 1977.

Do colonialismo à colonialidade: as estruturas contínuas do genocídio no Brasil

Aline Nóbrega de Oliveira

Mestra em História pela Universidade de Brasília (2024).
Contato: alinenobrega.unb@gmail.com



A história dos povos indígenas¹ no Brasil está marcada por ações criminosas sustentadas pelo colonialismo e por uma política de morte que, ao longo dos séculos, promoveu perseguições sistemáticas e a violação da dignidade humana. O século XX registrou graves violações de direitos contra os povos indígenas, tornando o genocídio um traço presente na memória de diversas etnias.

Após séculos de negação de direitos, a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, marcou os primeiros passos de uma assistência institucionalizada aos povos indígenas. Embora distante do ideal, a instituição inaugura a política oficial de assistência. No entanto, o que seria a proteção, revelou-se, na prática, controverso e o SPI tornou-se cenário de tragédias e instrumento de massacres, contribuindo para uma política de subordinação que atende aos interesses político-econômicos.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), como instituições estatais, atuaram em um cenário político-econômico profundamente influenciado por forças externas, como políticos, empresários, militares, latifundiários, extrativistas e agentes da especulação fundiária. Esses grupos impulsionaram projetos de ocupação e desenvolvimento, sobretudo na região amazônica, por meio da abertura de estradas, instalação de rodovias, implantação de mineradoras e construção de hidrelétricas.

Na história contemporânea, os ataques aos povos originários não cessaram. Persistem práticas que repetem as lógicas coloniais sob novas roupagens. Nesse contexto, torna-se fundamental questionar: de que modo a disputa por terra e a expansão territorial alimentam o etnocídio e o genocídio? Como as políticas estatais impactaram, e continuam impactando, a vida indígena, fragilizando suas formas de organização, pertencimento e resistência? E de que forma a destruição física se articula com a aniquilação cultural, espiritual e epistêmica, em um processo de apagamento simbólico que perpetua o colonialismo?

¹ Este texto integra a dissertação intitulada “Entre o genocídio e a necropolítica: uma análise sobre a política de morte na história indígena no Brasil (1963-1967)”

Este texto busca refletir sobre a continuidade da violência contra os povos indígenas a partir dos registros do *Relatório Figueiredo*, compreendendo essa história como expressão de um poder colonial que se atualiza. Reconhece-se, ainda, a presença de outras forças (estatais e privadas) agindo sobre as terras indígenas.

O estudo tem como base o *Relatório Figueiredo* e o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (CNV), assim, busca uma análise crítica para compreender essas dinâmicas e romper o silêncio histórico. Embora não trate do presente, aponta para um debate sobre o cenário atual ainda hostil aos povos indígenas, em que persistem discursos colonialistas.

Frantz Fanon, Aimé Césaire, Aníbal Quijano e o indígena Ailton Krenak pensam criticamente a agressão sistemática do colonialismo propondo outro olhar sobre a construção dessa política brutal via instituições estatais, revelando o colonialismo, a colonialidade, o genocídio e sua relação com a política indigenista. Ainda, serão consideradas as perspectivas de indígenas como Felipe Tuxá, Debora Tupinikim e Juliana Tupinambá (Amanayara Tupinambá), que pensaram sobre o genocídio contínuo das comunidades originárias.

O propósito é compreender as consequências históricas e atuais da violência que reverberam nas comunidades indígenas, repensando as estruturas que perpetuam os horrores do passado. A proposta é contribuir para um diálogo crítico diante do silêncio histórico, negação de direitos e o genocídio, incentivando a ruptura com discursos colonialistas e a construção de uma sociedade que respeite a dignidade, a memória e a autonomia dos povos originários.

COLONIALISMO, COLONIALIDADE E A LÓGICA DO EXTERMÍNIO

Em *Discurso sobre o Colonialismo* (1950), Aimé Césaire² faz uma crítica contundente à exploração colonial europeia e à brutalidade do

² Aimé Césaire foi escritor, poeta e político nascido na Martinica, uma ilha do Caribe, em 1913, e falecido em 2008. Ele é mais conhecido por seu papel fundamental na literatura negra francófona e por sua influência na teoria literária

processo. O autor denuncia o colonialismo como um sistema de desumanização, exploração de recursos e perpetuação de injustiças raciais, afirmando ser “um regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem a sua origem na violência e só se sustenta pela violência, e o de uma forma moderna de pilhagem. Sendo o genocídio a lógica normal, o colonialismo é portador de racismo” (Andrade in Prefácio, 1978, p. 07).

A obra é fundamental para refletir sobre o colonialismo ao desconstruir o eurocentrismo, questionando a suposta superioridade da civilização europeia e expondo seus crimes contra a humanidade. Para compreender como o colonialismo se enraizou em nossos territórios, é necessário considerar os pontos destacados por Césaire como chave de compreensão do que foi o colonialismo, sua relação com os povos colonizados e suas consequências. Ao denunciar a farsa ideológica do colonialismo europeu, Césaire aponta a negação da humanidade e a crueldade como a escravidão, a violência, a exploração econômica e a imposição do domínio colonial por meio da força (Césaire, 1978, p.17).

Ao rememorar as atrocidades coloniais, Césaire afirma não o fazer por deleite sombrio, mas para demonstrar que a colonização desumaniza até o homem mais civilizado. Segundo ele, a ação colonial, baseada no desprezo pelo indígena, transforma o próprio colonizador em uma besta, ao habituar-se a tratar o outro como tal (Césaire, 1978, p. 23). Essa violência estrutural, para Césaire, não é acidental: é a própria lógica do colonialismo.

Aimé Césaire denuncia a exploração econômica como um dos principais motores da colonização, apontando que a acumulação de riquezas europeias ocorreu à custa da pobreza e do sofrimento dos povos colonizados. O racismo e a crença na superioridade europeia foram os alicerces ideológicos que justificaram a dominação e a pilhagem sistemática dos territórios colonizados (Césaire, 1978, p.19).

e política pós-colonial. Césaire é frequentemente associado ao movimento literário conhecido como o “Negritude”, que surgiu na década de 1930 como uma resposta à opressão colonial e racial sofrida pelos africanos e afrodescendentes.

No contexto brasileiro, essa crítica revela que o colonialismo foi mais do que a conquista de terras, mas um projeto de exploração incessante, sustentado pela lógica da superioridade racial e cultural. A invasão das terras indígenas, impulsionada pela busca por riquezas naturais como minérios e terras férteis, resultou na subjugação desses povos e na violação sistemática de seus direitos. Ao longo dos anos, ganhou novos contornos, com técnicas mais refinadas de controle e poder, manifestadas em empresas privadas e empresários que, em nome do progresso e do lucro, intensificaram a exploração econômica e a destruição ambiental. Áreas antes ocupadas por povos indígenas há gerações foram convertidas em zonas de extração, provocando danos profundos à natureza e aos modos de vida tradicionais. Assim, o colonialismo permanece operando sob novas formas, com impactos que ainda hoje atingem diretamente as comunidades indígenas.

Césaire denuncia falácia civilizatória das potências colonizadoras, que proclamavam valores de liberdade e igualdade enquanto promoviam a brutalidade da dominação colonial (Césaire, 1978, p.15). Para o autor, há uma contradição evidente entre o discurso moral europeu e suas práticas opressoras. Ele aponta também a destruição das culturas nativas como parte integrante do projeto colonial, assim, as culturas colonizadas foram sistematicamente reprimidas e apagadas em nome da assimilação cultural (Césaire, 1978, p. 24-25).

Diante dessas reflexões, o colonialismo aparece como um sistema político, econômico e social que estendeu seu domínio sobre diversas nações e povos, deixando um rastro de violência, morte e desapropriação. Como ocorreu no Brasil e em toda a América, os povos originários foram subjugados, explorados e deslocados de seus territórios. A colonização seguiu um padrão recorrente, não sendo a experiência americana exceção dentro da lógica imperialista que se repetiu em vários continentes.

O pensador peruano Aníbal Quijano, ao formular o conceito de “colonialidade do poder”, propõe que a dominação colonial se baseou na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial, sustentando um padrão de poder que inferioriza os conquistados e legitima a superioridade dos conquistadores (Quijano, 2005, p. 107).

Essa lógica racializada foi adotada como o principal elemento fundador das relações de dominação para hierarquizar grupos humanos, encobrendo as histórias dos povos originários e naturalizando uma suposta condição de superioridade. Para Quijano, a “raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (Quijano, 2005, p.108).

Essa estrutura eurocêntrica impôs sistemas econômicos que exploraram intensamente os recursos naturais, geralmente em terras indígenas. Além da exploração econômica, os povos originários foram submetidos a violências físicas e simbólicas. Suas línguas foram proibidas, suas crenças demonizadas e suas práticas culturais reprimidas.

O colonialismo impôs aos povos indígenas um projeto sistemático de destruição onde vidas foram exterminadas, territórios usurpados, línguas e culturas violentamente apagadas. Não se tratou apenas de um episódio do passado, mas de um processo contínuo de marginalização, que reduziu comunidades inteiras à pobreza forçada e ao esquecimento institucional.

A herança colonial é, na verdade, uma estrutura ainda viva, reproduzida pelas instituições do Estado, pela economia, pelo sistema educacional e pelas políticas sustentando desigualdades históricas. Nesse sentido, Quijano nos alerta que o colonialismo não acabou, a *colonialidade* persiste como um padrão de poder que organiza o mundo a partir de uma hierarquia racial e cultural. É essa lógica perversa que sustenta a desigualdade, legitima a dominação e continua moldando as relações sociais até hoje (Quijano, 2005, p. 108).

Para Fanon, “o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior” (Fanon, 1968, p.46). Em *Os Condenados da Terra*, obra publicada em 1961, Fanon escancara um colonialismo que retira a humanidade, a memória e os valores do colonizado³. Ele também traz reflexões centrais sobre a descolonização e

³ Embora Fanon tenha observado a colonização africana em contextos e períodos distintos é possível traçarmos os elementos presentes no processo brasileiro.

a luta por libertação, analisando as dimensões sociais, políticas e psicológicas do processo, e destacando a importância da autodeterminação e da reconstrução de identidades livres das amarras coloniais.

Fanon (1968, p.29) descreve o mundo colonial dividido em duas zonas opostas, onde a *cidade do colono* é iluminada, asfaltada, limpa, saciada — símbolo do privilégio branco — enquanto a *cidade do colonizado* — indígena, negra, periférica — é estigmatizada, associada à criminalidade e à desordem, as pessoas vivem em condições precárias e invisíveis. Trata-se de uma cidade carente de tudo: comida, vestuário, energia, dignidade. É uma cidade humilhada, rebaixada, constantemente pressionada pela opressão.

As palavras de Fanon, escritas há mais de meio século, ainda reverberam no presente ao apresentar as disparidades entre colonizadores e colonizados. A cidade do colonizado, seja indígena, negra ou de outro marginalizado, permanece como símbolo de opressão. Sua descrição mostra a segregação e a desigualdade estrutural resultantes do colonialismo. A prosperidade do colono contrasta com a marginalização do colonizado, cuja cidade faminta expressa não só a carência material, mas a sistemática negação de direitos básicos. Contudo, mesmo diante da opressão, Fanon destaca a resistência e a resiliência dessas comunidades, portadoras de tradições, costumes e cosmovisões que são fontes de força e etnicidade.

Fanon nos ajudam a compreender de forma mais profunda os impactos do colonialismo sobre os povos indígenas, demonstrando as marcas deixadas por esse processo. Sua crítica ao colonialismo oferece uma chave de compreensão sobre as dinâmicas coloniais e as consequências duradouras nas vidas desses povos. O autor denuncia a lógica totalitária e desumanizadora da colonialidade, que demoniza o colonizado, mantém sua figura como inimigo e inferior, mesmo após o fim do colonialismo formal.

Essa violência se sustenta na divisão racial que inferioriza determinados grupos, negando seus valores, destruindo tradições e mitos, estigmatizando-os como bárbaros e transformando-os em inimigos. Enquanto isso, exaltam a cultura, o pensamento e os valores brancos, cristãos e europeus, relegando indígenas e negros a um não-lugar, fragmentados, destituídos e violentados.

Ao longo do tempo, o colonizador assumiu novas formas: empresário, governo, Estado, elites e empresas privadas, que se aliaram para dominar e saquear territórios. Um poder que se manteve pela cumplicidade dessas forças, operando com violência para acumular riquezas, impor seu domínio e defender seus interesses. Na perspectiva do pensador indígena Ailton Krenak cada indivíduo dessa civilização que veio para saquear o mundo indígena é um agente ativo dessa predação. E estão crentes de que estão fazendo a coisa certa (Krenak, 2020, p.60)

O ESTADO COMO AGENTE DO GENOCÍDIO

As contribuições desses pensadores são fundamentais para compreendermos as dinâmicas da relação entre colonialismo e genocídio. O colonialismo, ao impor uma lógica baseada na exploração e no desprezo pelo outro, traz em sua essência a morte como parte do seu funcionamento. Nesse sentido, o genocídio — entendido não só como extermínio físico, mas também como apagamento cultural, simbólico e territorial — se impõe como aparato sistemático e racionalizado para exterminar, controlar ou silenciar populações.

O colonialismo transforma o colonizado em objeto descartável, um corpo sobre o qual se exerce a violência para manter a ordem imposta pelo colono. Essa desumanização ganha novos contornos e adaptações, perpetuando-se nas estruturas do Estado e de suas instituições como expressão da colonialidade, manifestando-se na política, economia e nas relações sociais.

No Brasil, essa lógica se manifesta na invasão sistemática de territórios, na destruição ambiental e na negligência estatal sustentados por uma visão de mundo que naturaliza a destruição como parte do avanço da civilização.

Ao percorrermos o denso cenário da história do Brasil, nos deparamos com um enredo sombrio, marcado pelo colonialismo histórico e pela colonialidade persistente, expressa na exploração de recursos e no extermínio sistemático, processos entrelaçados e profundamente enraizados na formação do país. O colonialismo, como manifestação de poder, moldou a história nacional e deixou consequências que re-

verberam até hoje. Seu impacto sobre os povos indígenas foi devastador, com um legado de desigualdade, desumanização, expropriação e violência. A lógica da colonialidade mostra que esse sistema não pertence apenas ao passado, mas se renova em práticas contínuas de exploração e extermínio, reafirmando o genocídio como parte estrutural da política indigenista brasileira.

O genocídio indígena pode ser compreendido como consequência direta do colonialismo, refletindo a crueldade histórica imposta a essas comunidades e tradições. Dessa forma, entendemos esse extermínio como a destruição deliberada e sistemática de um grupo étnico. O extermínio físico ocorreu por meio de massacres, doenças introduzidas, trabalhos forçados e remoções de terras, práticas motivadas pela crença na superioridade racial e cultural, com o objetivo de eliminar resistências e viabilizar a apropriação dos recursos naturais.

O termo “genocídio”, cunhado por Raphael Lemkin, um judeu que buscava nomear os crimes nazistas e outros casos semelhantes, foi reconhecido pela primeira vez pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946 (Palmquist, 2018, p. 43). A Resolução nº 96, de 11 de dezembro daquele ano, definiu o genocídio como crime, recomendando aos Estados-Membros que criassem legislações para sua prevenção e punição, além de incentivar a cooperação internacional.

Segundo a própria ONU, o genocídio é a negação do direito de existência de grupos humanos inteiros, assim como o homicídio é a negação do direito à vida individual. Essa negação choca a consciência da humanidade, causa perdas culturais irreparáveis e fere os princípios morais e os objetivos das Nações Unidas (ONU, Resolução nº 96, in Palmquist, 2018, p. 43). A organização reconheceu o genocídio como crime contra os povos e a Convenção de 1948, em vigor desde 1951, definiu-o como atos cometidos com intenção de destruir, total ou parcialmente, grupos nacionais, étnicos, raciais ou religiosos. Entre esses atos estão o assassinato, ataques à integridade física e mental, imposição de condições precárias de vida, impedimento de nascimentos e transferência forçada de crianças⁴.

⁴ ONU, resolução 260 a (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1948.

Embora centrada em aspectos físicos e mentais, essa definição permite identificar semelhanças com a história dos povos indígenas no Brasil. O genocídio indígena, nesse sentido, não foi um episódio, mas parte de um projeto contínuo de Estado, associado à lógica colonial e aprofundado por diferentes governos, inclusive durante a ditadura militar. As chamadas “guerras justas” e epidemias deliberadas foram estratégias coloniais para eliminar a resistência indígena (Oliveira, 2016). Assim, o genocídio e o colonialismo no Brasil estão profundamente entrelaçados.

Segundo o pesquisador indígena Felipe Tuxá, a violência contra os povos indígenas é parte estrutural do projeto societário brasileiro, revelando uma lógica persistente e articulada ao funcionamento dos poderes políticos centralizados (Tuxá, 2021, p.24). Para ele, “o debate sobre o genocídio indígena no Brasil precisa ter como ponto de partida a questão da terra” (Tuxá, 2021, p.31). Além disso, a conexão entre a violência e a questão da terra ressalta a importância do acesso à terra não apenas como uma questão de subsistência, mas também como um elemento fundante na preservação de suas identidades culturais e modos de vida.

Tuxá afirma que o genocídio indígena não resulta de eventos isolados, mas de um plano contínuo de extermínio, voltado não apenas à eliminação física, mas também à destruição cultural e ao apagamento das aspirações para o futuro (Tuxá, 2021, p.25). A menção à atuação desse plano nas culturas indígenas aponta a dimensão cultural do genocídio, enquanto a referência às aspirações futuras aponta que ele não é apenas um fato do passado, mas uma ameaça persistente ao desenvolvimento e à continuidade dessas comunidades.

A história mostra estratégias que levaram à drástica redução populacional indígena, como por exemplo, epidemias, saques territoriais, remoções forçadas, criminalização de lideranças e massacres. O desafio, segundo Tuxá, é traçar linhas de continuidades entre as violências do passado e as suas manifestações no presente, que nem sempre nos parecem evidentes (Tuxá, 2021, p.27). Para compreender a profundidade desse processo de apagamento brutal, é preciso também analisar

as retóricas que naturalizam a morte indígena e silenciam a indignação pública, perpetuando uma tragédia invisibilizada (Tuxá, 2021, p.28).

Dois documentos oficiais evidenciam essa política genocida: o *Relatório Figueiredo*, que revelou a violência praticada por fazendeiros e servidores do SPI, e o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que reconheceu a ação ou omissão do Estado na morte de ao menos 8.350 indígenas entre 1946 e 1988. Apesar disso, o Estado brasileiro ainda não apresentou pedidos formais de desculpas nem implementou medidas de reparação (Tuxá, 2021, p.28-29).

O plano de destruição dos mundos indígenas inclui massacres, torturas, assassinatos de lideranças, expulsões, proibições linguísticas, políticas assimilacionistas, teorias racistas e ações censitárias. Também se manifesta em discursos sobre miscigenação, cidadania individual, conversões religiosas e práticas estatais paternalistas, compondo uma violência nem sempre perceptível para os não indígenas (Tuxá, 2021, p.29).

Tuxá propõe uma abordagem culturalmente sensível do genocídio, ressaltando que ele não se refere apenas à morte, mas também à forma como cada povo atribui sentido à vida coletiva. Assim, compreender a aniquilação dos povos exige olhar para os modos como esses grupos concebem sua existência e os ataques que a ameaçam (Tuxá, 2021, p.31).

Em 2021, as pesquisadoras indígenas Débora Tupinikim e Juliana Tupinambá (Amanayara Tupinambá) analisaram a relação entre a exploração dos recursos naturais e o genocídio dos povos indígenas no Brasil. Segundo elas, desde a chegada dos europeus até os dias atuais, a busca por riquezas, como minérios e terras férteis, tem sido o principal motor da violência contra os povos originários, configurando o genocídio como uma política de Estado contínua, independentemente do regime — Império, República, ditadura ou democracia (Tupinikim & Tupinambá, 2021, p.123).

A exploração econômica, argumentam, ocorre à custa da violação de direitos e da dignidade indígena, causando perdas territoriais e impactos culturais profundos. Mesmo diante da imposição de uma nova ordem social, a adaptação dos povos indígenas é interpretada como

forma de resistência. No entanto, ao serem considerados extintos ou reduzidos à categoria de “caboclos”, suas identidades foram apagadas, facilitando a apropriação de suas terras ancestrais, especialmente em regiões como o Nordeste e o Sudeste (Tupinikim & Tupinambá, 2021, p.124).

PERSISTÊNCIA DO PODER COLONIAL

Krenak afirma que, desde os tempos coloniais, a sobrevivência de parte da população indígena aos trágicos encontros com os colonizadores levou a uma relação profundamente equivocada entre o Estado e essas comunidades (Krenak, 2019, p. 20). Assim, a negação dos direitos não ficou no passado, atravessou o tempo e ainda se mantém, com violência, opressão e discriminação constantes. Diante disso, Krenak tece a sua crítica ao dizer que, “a máquina estatal atua para desfazer as formas de organização das nossas sociedades, buscando uma integração entre essas populações e o conjunto da sociedade brasileira” (Krenak, 2019, p. 29).

Genocídio foi chamado de pacificação, epistemicídio⁵, de catequese, controle de tutela e ecocídio de extração. Para João Pacheco de Oliveira, isso “correspondia à fabricação de um permanente estado de guerra que justificasse, na prática, a completa negação de quaisquer direitos à população autóctone” (Oliveira, 2016, p.17).

Essa violência, entretanto, não se expressou apenas pela força física ou pelo esbulho territorial. As instituições estatais e não estatais promoveram sistematicamente o *etnocídio* — a destruição dos modos de vida indígenas — e o *epistemicídio*, ou seja, o apagamento dos sistemas próprios de conhecimento, memória e linguagem desses povos.

⁵ Entendendo esse conceito a partir da perspectiva da filósofa Sueli Carneiro que reflete o epistemicídio como “estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca” (Carneiro, p.11, 2005).

O epistemicídio é um dos pilares da colonialidade: impõe uma hierarquia de saberes, marginalizando cosmologias, tecnologias e narrativas não ocidentais (Carneiro, 2005).

No processo de dominação colonial, que ultrapassa o aspecto territorial, os povos indígenas enfrentaram a diluição de suas línguas, saberes, crenças e práticas ancestrais, resultando na supressão de formas próprias de conhecimento. Esse processo configura um etnocídio — a destruição deliberada de elementos culturais de um grupo, como línguas, costumes e identidades. Diferente do genocídio físico, o etnocídio promove a aniquilação cultural.

A colonização impôs uma cultura dominante, reprimindo expressões culturais, devastando locais sagrados e forçando a assimilação, numa negação da diversidade usada como ferramenta de morte simbólica. Pierre Clastres⁶ aponta a vocação etnocida do Ocidente, ligada à essência centralizadora das “sociedades com Estado”. Segundo ele, os Estados ocidentais possuem uma capacidade ilimitada de destruir culturas, impulsionados pela lógica capitalista e sua busca por desenvolvimento econômico (Langoni, 2022).

Para Clastres, o etnocídio é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de um povo, diferindo do genocídio, que visa a eliminação física de seus integrantes. Enquanto o genocídio é imediato, o etnocídio atua de forma prolongada, impondo uma opressão cultural que varia conforme a resistência dos povos atingidos. Ambos, no entanto, partem da mesma ideologia: a ideia de que certas culturas não são apenas diferentes, mas inferiores — uma “má diferença” a ser eliminada⁷.

O colonialismo, ao promover o etnocídio, impôs uma cultura dominante e alimentou a lógica de eliminação da diferença, negando a

⁶ Etnólogo francês Pierre Clastres (1934-1977), no verbete “De l’ethnocide”, publicado originalmente na *Encyclopaedia universalis* (1974) e republicado como capítulo de sua obra póstuma *Arqueologia da violência*, 1980.

⁷ O precursor do debate sobre a violência etnocida, segundo Clastres, foi Claude Lévi-Strauss (1908-2009) que, em “Raça e história” (1952), destaca a importância de uma discussão ética sobre as relações entre violência e cultura (LANGONI, 2022).

possibilidade de coexistência e transformação cultural. Clastres observa que o etnocídio exige mais do que a constatação de sua ocorrência: é preciso compreender o que torna o Ocidente especialmente propenso a praticá-lo. Nesse modelo, tudo e todos devem ser úteis e mandados produtivos ao máximo (Langoni, 2022).

O colonialismo também representou uma dominação epistemológica, ao suprimir os saberes dos povos colonizados e relegá-los à subalternidade. Nesse processo, impôs-se uma epistemologia ocidental, cristã, branca, capitalista e patriarcal, que se afirmou como universal, negando a legitimidade dos conhecimentos dos povos considerados “inferiores”.

Para Sueli Carneiro (2005, p. 97), o epistemicídio não é apenas a negação de outros saberes, mas um processo contínuo de produção da indigência cultural, que opera pela exclusão educacional, inferiorização intelectual e deslegitimação de sujeitos negros, indígenas e outros povos subalternizados como produtores de conhecimento. Afinal, não se desqualificam os saberes de um povo sem também desqualificá-lo como sujeito cognoscente, individual e coletivamente. Essa dinâmica apresenta o epistemicídio como ferramenta de dominação cultural e social, marcada pela eliminação de saberes locais. Durante a colonização, impuseram-se religiões, filosofias e culturas que homogeneizaram o pensamento e aniquilando formas “não ideais” de conhecer e existir.

Aníbal Quijano (2005) amplia essa crítica ao afirmar que o colonialismo persiste na forma de colonialidade do poder e do saber. Na América, a noção de raça legitimou relações de dominação, e a expansão do colonialismo europeu impôs a perspectiva eurocêntrica como referência única, naturalizando a racialização e o controle epistêmico dos povos colonizados. Essa dominação se expressa no cerceamento de práticas culturais e tradições ancestrais, elementos centrais das identidades indígenas. A negação desses saberes deslegitima sua riqueza cultural e ataca formas históricas de resistência.

O etnocídio e o epistemicídio não se encerraram com o fim formal do colonialismo, mas foram incorporados às engrenagens institucionais da República. A violência contra os povos originários é parte cons-

titutiva de um projeto de nação fundado na negação da alteridade indígena e de suas cosmologias originárias que subordinou seus modos de vida a interesses econômicos hegemônicos. Essa genealogia da violência se expressa de forma contundente nas denúncias reunidas no *Relatório Figueiredo* onde as evidências escancaram a cumplicidade entre o aparato estatal, elites econômicas e forças armadas na perpetuação de práticas coloniais de dominação, apagamento cultural e eliminação física dos povos indígenas.

RELATÓRIO FIGUEIREDO: GENOCÍDIO REGISTRADO

Nos primeiros anos da década de 1960, os debates sobre a questão indígena foram intensos, impulsionados pelos inúmeros casos de violência, brutalidade e miséria nas comunidades. As denúncias vieram de organizações de defesa e dos próprios indígenas, pressionando o Estado a se posicionar. Segundo a CNV, as CPIs de 1963 e 1968, com o *Relatório Figueiredo*, chamaram a atenção da opinião pública no Brasil e no exterior. Na Europa e nos EUA, grupos se mobilizaram diante das notícias alarmantes sobre a situação dos povos indígenas (CNV, 2014, p.248).

Em março de 1963, a Câmara dos Deputados instaurou uma CPI para investigar irregularidades no SPI, como arrendamento de terras e mortes por doenças. Durante o golpe civil-militar de 1964, vários Inquéritos Policiais Militares estavam em andamento quando incêndios inexplicáveis atingiram órgãos em Brasília, incluindo o Ministério da Agricultura⁸, sede do SPI, órgão ao qual estava subordinado⁹ destruindo cerca de 150 processos em Brasília, levantando suspeitas de

⁸ CORREIO DA MANHÃ: **Suspeitos os incêndios em Brasília**. Rio de Janeiro, 25 jun. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pag-fis=83356&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. 20 de jun. de 2024.

⁹ BRASIL. Decreto n.º 52.668, de 11 de outubro de 1963 - Publicação Original. Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52668-11-outubro-1963-392923-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

queima proposital de documentos sensíveis. Em 1967, com Costa e Silva na presidência, o SPI foi transferido para o Ministério do Interior, sob comando do general Afonso Albuquerque Lima, defensor do AI-5 e da presença militar na política indigenista (CPDOC, 2014). Sua nomeação simbolizou o endurecimento do regime. Segundo o procurador Álvaro Ricardo de Souza Cruz, os militares da “linha dura” buscavam a “limpeza ética na administração” (Cruz, 2018, p.6).

No cargo, Lima lançou uma campanha de ocupação da Amazônia, defendendo o povoamento e o aproveitamento das terras em nome da integridade nacional (Valente, 2017, p.36), vinculando a colonização da região a um ideal patriótico e à moralização da vida pública. Pouco depois, foi publicada a ata da CPI de 1963, extinta sem apresentar conclusões. A Casa Civil então encaminhou os dados ao Ministério do Interior, levando à abertura de uma nova comissão em novembro de 1967. Essa CPI, criada por Albuquerque Lima, resultaria no *Relatório Figueiredo*, que denunciou crimes do SPI e levou à sua extinção (Valente, 2017, p.36–37).

Em 1967, foi criada a Comissão de Inquérito nº 154/67, liderada por Jader Figueiredo¹⁰ para investigar irregularidades no SPI. A partir dos resultados da CPI de 1963, a nova comissão concentrou-se nos anos de 1962 e 1963, em Mato Grosso e Amazonas (Figueiredo, 1967, p.1).

O relatório¹¹, inicialmente voltado à denúncia de corrupção, revelou crimes brutais: assassinatos em massa, estupros, torturas, prostituição, trabalho escravo, violência física e psicológica contra indígenas, inclusive crianças, além de enriquecimento ilícito de servidores do SPI. Também há uma lista com os nomes e crimes cometidos por

¹⁰ A equipe era composta por: Jäder Figueiredo Correia, Udmar Vieira Lima, Max Luiz Almeida Nóbrega e Francisco de Paula Pessoa.

¹¹ Apesar do *Relatório Figueiredo* possuir mais de 7 mil páginas, esta pesquisa tem como fonte principal a síntese final do relatório que possui 68 páginas elaborado por Jader Figueiredo ao entregar o relatório no Ministério do Interior em 1968. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/docs-1/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>>. Acesso em: 2 de abril de 2024.

funcionários do órgão, além de diversos outros arquivos que integram o documento completo¹². Entre 1967 e 1968, a equipe percorreu mais de 16 mil km e visitou 130 postos indígenas. A investigação revelou violações que iam muito além das expectativas iniciais, envolvendo desde a moralidade administrativa até crimes graves contra comunidades indígenas (Cruz, 2018, p.9).

Figueiredo descreveu atrocidades como venda de crianças, tortura, espancamentos, castigos físicos e, segundo ele, “a fertilidade de sua cruenta história registra até crucificação” (Figueiredo, 1967, p.3), e os castigos físicos eram tratados como parte da rotina nos Postos Indígenas. Denunciou o uso de indígenas como força de trabalho, o encarceramento ilegal, o uso do “tronco” — castigo que triturava lentamente os tornozelos — e a imposição de punições entre parentes. Segundo ele, essas práticas eram parte da rotina e só causavam reação quando resultavam em morte (Figueiredo, 1967, p.3).

A violência era sustentada por funcionários do SPI que, em vez de proteger os indígenas, agiam com perversidade e impunidade. O relatório indica que os servidores os viam como “animais de carga” (Figueiredo, 1967, p.3), submetendo-os ao trabalho forçado e a castigos como forma de “humanização”. Muitos foram escravizados e encontrados presos, com o dorso riscado de cicatrizes longas, “resultado de chicotadas” (Figueiredo, 1967, p.8).

Figueiredo descreve o SPI como “fome, desolação, abandono e despersonalização do indígena” (Figueiredo, 1967, p.7). A contaminação deliberada por doenças, como a inoculação do vírus da varíola, foi usada como estratégia de extermínio para facilitar a distribuição de terras a aliados do governo. Para ele, a negligência era o método mais eficaz de eliminação: “a fome, a peste e os maus tratos estão dizimando povos valentes e fortes” (Figueiredo, 1967, p.7).

Os registros coletados oferecem provas contundentes de um cenário de genocídio e etnocídio praticado por agentes do Estado e aliados — latifundiários, mineradores, políticos, militares e madeireiros.

¹² Relatório completo disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/5-1-ministerio-do-interior-relatorio-figueiredo/>> Acesso em 18 abril 2024.

Trata-se de uma violência profundamente enraizada nas estruturas institucionais, operando como instrumento de um modelo econômico autoritário e concentrador. Repressão, censura, vigilância, eliminação de opositores e manipulação da máquina pública mostram como as instituições foram instrumentalizadas para impor políticas voltadas à manutenção de privilégios e silenciamento das resistências.

A atuação violenta de agentes estatais visava preservar interesses privados e reproduzir condições histórico-políticas de opressão. Desse modo, agiam contra o propósito da instituição: abusavam do poder, restringiam liberdades, impunham prisões ilegais, castigos, torturas e se enriqueciam com o arrendamento do trabalho indígena e a venda de madeira e terras. O *Relatório Figueiredo* expôs essas práticas, somadas à corrupção generalizada e à omissão do Judiciário (CNV, 2014, p.207).

Sob o discurso de integração, ocultava-se a convivência com crimes legitimados pelo Estado e articulados com interesses econômicos voltados à apropriação dos territórios indígenas. Essas práticas sustentaram a expansão do regime autoritário e viabilizaram políticas econômicas marcadas pela violência.

A destruição física e cultural dos povos originários não era vista como tragédia, mas como um passo “necessário” para erguer um projeto de sociedade fundado na acumulação de riquezas. Era justamente essa lógica que alimentava a representação dos indígenas como seres inferiores, legitimando as atrocidades em nome de um suposto “bem maior” para a nação.

Em março de 1968, o relatório das investigações foi oficialmente divulgado pelo Ministro do Interior, General Afonso Albuquerque Lima, gerando ampla repercussão na imprensa nacional e internacional. À época, a mídia classificou o episódio como o “escândalo do século”. As denúncias provocaram intenso debate em organismos internacionais, com acusações de massacres étnicos e cobranças ao Estado brasileiro por respostas diante do genocídio em curso (Guimarães, 2015, p. 51).

Segundo Gagliardi, o golpe de 1964 aprofundou as contradições do SPI, ao implementar mecanismos institucionais voltados à rápida acu-

mulação de capital. Para os povos indígenas, isso significou mais expropriações, doenças e massacres. A repercussão internacional gerou constrangimento ao regime militar (Gagliardi, 1989, p. 284). Internamente, políticos, indigenistas e defensores dos direitos indígenas cobravam apuração dos crimes e denunciavam que o SPI atuava de forma oposta à sua finalidade. Figueiredo afirmou que os crimes apurados configuravam “o maior escândalo administrativo da história do Brasil” (Figueiredo, 1967).

A investigação foi encerrada com a promulgação do Ato Institucional nº 5, em dezembro¹³ de 1968. O último depoimento data de 20 de novembro daquele ano, poucos dias antes do AI-5¹⁴. Diante da pressão internacional, o SPI foi extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1970. No entanto, com o recrudescimento da ditadura, o relatório desapareceu. Quatro décadas depois foi reencontrado no porão do Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

Reencontrar o *Relatório Figueiredo* representou um marco na historiografia e na luta pela justiça em relação à questão indígena no Brasil. Ao ser redescoberto, o documento trouxe à luz fortes evidências que o Estado brasileiro praticou genocídio contra diversas comunidades indígenas, sobretudo nas décadas de 1940 a 1960, mas com agravamento no contexto da ditadura civil-militar instaurada em 1964. Mais do que relatar crimes, o documento rompeu o silêncio institucional ao reconhecer oficialmente, por meio de um órgão estatal, que o próprio Estado torturou, perseguiu, assassinou e negligenciou sistematicamente populações indígenas.

Embora diversas denúncias tenham sido documentadas, relatos produzidos por lideranças indígenas, defensores de direitos humanos e organizações da sociedade civil, o peso político do relatório reside no fato de ter sido produzido dentro da própria estrutura do Estado. Nele

¹³ BRASIL. Ato Institucional de nº 5 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em 15 de jan. de 2024.

¹⁴ PENNA, Hermano. Índios, Memória de uma CPI. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qalayUPFEIBI>>. Acesso em: 23 de jan. de 2024.

estão reunidos documentos, provas, testemunhos e descrições minuciosas de crimes cometidos por servidores públicos que nunca foram responsabilizados. Sua existência demonstra que o genocídio indígena não foi um desvio ou excesso, mas parte constitutiva de uma política institucionalizada de extermínio.

A análise do histórico institucional da política indigenista após a extinção do SPI em 1967 mostra que a criação da FUNAI não rompeu com a lógica colonial anterior. Ao contrário, a nova fundação absorveu as falhas estruturais do antigo órgão, incorporando a moral militarista sob o manto da legalidade. A suposta modernização do aparato indigenista escondeu práticas de controle e violência simbólica e, até física, que persistiram e se adaptaram à nova conjuntura autoritária.

Observamos, portanto, a reafirmação do vínculo direto entre colonialismo e colonialidade. O genocídio atestado pelo *Relatório Figueiredo* não foi um episódio isolado do passado, mas expressão concreta de uma estrutura de dominação que se reinventa e permanece. A FUNAI, longe de representar uma ruptura, deu continuidade à subalternização dos saberes indígenas e à negação da autodeterminação dos povos originários. O que muda é a forma como a violência se expressa — agora mais institucionalizada, jurídica e burocraticamente revestida.

Essa constatação exige o enfrentamento do passado e do presente como partes de uma mesma engrenagem. A colonialidade do poder, do saber e do ser, como teorizada por Quijano, persiste nos modos de operar do Estado brasileiro, especialmente em relação aos povos indígenas. O genocídio denunciado pelo relatório não é apenas uma memória, mas uma denúncia viva da permanência de uma política de morte. Encerrar o debate sobre o colonialismo sem abordar suas reconfigurações contemporâneas é negar a urgência de uma revisão crítica do papel das instituições e da historiografia frente à violência estrutural que segue operando.

A presença contínua das estruturas coloniais nas sociedades de hoje nos mostra que o colonialismo não ficou no passado. Ele segue se reinventando. Como aponta Aníbal Quijano, vivemos sob a colonialidade — uma extensão do projeto colonial que impõe um padrão de po-

der marcado por desigualdades étnico-raciais, epistemológicas e territoriais. No Brasil, os povos indígenas continuam sendo vítimas desse processo, que se expressa tanto na violência física quanto na destruição cultural e epistêmica.

O genocídio, o etnocídio e o epistemicídio articulam a eliminação do corpo indígena, o apagamento de suas culturas e a supressão de seus conhecimentos ancestrais, fundamentais para a manutenção da força e os elos comunitários. A tentativa de deslegitimar saberes ancestrais, demonizar práticas espirituais, criminalizar símbolos e controlar territórios demonstra o poder do Estado, que atua sob a lógica de que o indivíduo pode ser eliminado em nome do progresso ou da ordem, ou seja, uma lógica histórica que transforma a violência em política de Estado.

O SPI, influenciado pelo pensamento positivista de Rondon, agia sob o discurso da tutela mascarando como proteção o que era instrumento de subjugação. As ações não foram casos isolados, mas fizeram parte de uma articulação para tomar terras e eliminar os que ali viviam.

Ao longo de diferentes governos, a política indigenista brasileira manteve os pilares do colonialismo. Por meio de leis, políticas que não alcançam as comunidades e omissões, subordina os povos originários ao capital, especialmente do agronegócio, da mineração e de grandes obras de infraestrutura. Hidrelétricas, ferrovias, monoculturas e projetos de exploração mineral são exemplos da continuidade desse projeto colonial.

A colonialidade se expressa nas estruturas do sistema político, jurídico e econômico que nega a diversidade contando uma narrativa única sobre sua existência. Como denunciam Césaire, Fanon e Quijano, a dominação colonial é sustentada também por uma produção ideológica que transforma a vítima em ameaça, o oprimido em inimigo.

Walter Benjamin (1940) nos ensina que a história oficial é a história dos vencedores, uma narrativa que, ao se tornar universal, silencia a diversidade, as múltiplas vozes daqueles que foram, de alguma forma, subjugados. Essa história única, denunciada também por Chiamanda Adichie (2009), opera pela repetição de estereótipos e pela

homogeneização dos povos. Desconstruí-la exige reconhecer a violência estrutural que a sustenta e reposiciona as vozes indígenas como donas de seus próprios conhecimentos.

Diante disso, os povos indígenas resistem em seus territórios e nos espaços urbanos, acadêmicos, artísticos e políticos. Reafirmam identidades, retomam tradições e desafiam discursos dominantes. Suas lutas configuram uma insurgência epistêmica e política, orientada pela retomada de terras, preservação das línguas e defesa de suas cosmologias.

Reconhecer essas resistências exige mais do que incluir novos sujeitos na história. Implica questionar o modelo de conhecimento que sustenta a colonialidade do saber. Superar o paradigma colonial requer reconstruir novas epistemologias, plurais, multiétnicas, baseadas no diálogo intercultural e na justiça social e histórica.

Por fim, práticas genocidas, etnocidas e epistemicidas seguem como expressões centrais da lógica colonial que estrutura o Estado brasileiro. Questionar essas continuidades, evidenciar mecanismos de dominação e visibilizar resistências são tarefas fundamentais para a História Contemporânea mirando a reparação histórica. Os povos indígenas não são peças de museu, mas sujeitos históricos que existem, resistem e reexistem em meio às ruínas do colonialismo.

REFERÊNCIAS

FONTES

BRASIL. **Ato Institucional de nº 5 de dezembro de 1968**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em 15 de jan. de 2024.

CNV - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. 5- **Relatório - Comissão Nacional da Verdade** – Volume II, Violações De Direitos Humanos Dos Povos Indígenas. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>>. Acesso em: 02 de mar. 2024.

CORREIO DA MANHÃ: **Suspeitos os incêndios em Brasília.**

Rio de Janeiro, 25 jun. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=83356&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. 20 de jun. de 2024.

FIGUEIREDO, Jader de. **Relatório Figueiredo. Síntese do Relatório Figueiredo, 1967.** Disponível em: <<https://mídia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>>.

Acesso em 18 abril 2024.

PENNA, Hermano. **Índios, Memória de uma CPI.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qlayUPFEIBI>>. Acesso em: 23 de jan. de 2024.

BIBLIOGRAFIA

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única.** TED. Out. de 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>> Acesso em: 15 de jan. de 2024.

AIMÉ, Césaire. **Discurso sobre o colonialismo.** Lisboa: Sá da Costa, 1978.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito da história,** 1940. Obras escolhidas, v. 1, São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1987.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. 339f. Tese. Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **Relatório Figueiredo: genocídio brasileiro.** Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2018.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias**. 2015. 203f. Dissertação. Mestrado em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

LANGONI, Giovana Pereira. "Etnocídio - Pierre Clastres". In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Departamento de Antropologia, 2022. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/etnocidio-pierre-clastres>.

OLIVEIRA F., João Pacheco. **O Nascimento do Brasil e outros ensaios**. "Pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PALMQUIST, Helena. **Questões sobre genocídio e etnocídio indígena: a persistência da destruição**. Belém: UFPA, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: _____. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

TUPINAMBÁ, J.; TUPINIKIM, D. A história se repete: genocídio indígena por doenças do Karaíba. In: ZELIC, Marcelo; ZEMA, Ana Catarina; MOREIRA, Elaine (Orgs.). **Genocídio indígena e políticas integracionistas**: demarcando a escrita da memória. Livro eletrônico. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais: Sela da Rua, p. 78-99, 2021.

TUXÁ, Felipe. Negacionismo histórico e genocídio indígena no Brasil. In: ZELIC, Marcelo; ZEMA, Ana Catarina; MOREIRA, Elaine (Orgs.). **Genocídio indígena e políticas integracionistas**: demarcando a escrita da memória. Livro eletrônico. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais; Sela da Rua, p. 23-33, 2021.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

Índice remissivo

A

abertura 15, 117, 174, 198, 207,
208, 221, 224, 229, 239,
252, 261, 266, 267, 273,
275, 319, 323, 338, 349,
434, 448
Adolfo Dias.....211
agência 61, 84, 94, 253, 366
agregações partidárias 281
agronegócio..... 340, 453
Álvaro Ventura..... 177, 202
Amílcar Gazaniga 290, 298,
302
anarcossindicalismo 223, 232,
236, 237, 238, 241
anistia15, 30, 112, 113, 133,
162, 164, 168, 208, 230, 391
anticomunismo 183, 299, 300,
301, 302
anticomunista 66, 72, 183,
198, 199, 202
Argentina115, 125, 133, 159,
161, 164, 165, 166, 167, 168,
169, 170, 171, 172, 213, 237,
330, 400
Armando Lambruschini 163
Armênio Guedes 215, 216
Assembleia Constituinte177
autocracia.....140

autogestão 225, 226, 227, 228,
230, 233, 237, 240, 317,
318, 319, 325, 328, 362,
363, 366
autonomia ... 91, 215, 218, 226,
235, 236, 237, 359, 361,
365, 366, 380, 385, 435
auto-organização227
autoritário ... 15, 56, 57, 58, 59,
61, 68, 97, 110, 160, 169,
267, 292, 294, 296, 302,
380, 418, 450
autoritarismo ... 15, 58, 60, 62,
63, 71, 85, 88, 115, 117, 155,
163, 172, 221, 247, 273, 414

B

Basilio Lami Dozo.....163
bipartidarismo . 266, 269, 271,
282
Blumenau 55, 173, 175, 176,
177, 178, 179, 181, 182, 183,
184, 185, 186, 187, 188, 189,
191, 192, 193, 194, 195, 196,
198, 199, 200, 201, 202,
227, 303, 395, 396, 397,
398, 399, 400, 401, 402,
403, 405, 406, 407, 408,
409, 410, 411

- C
- capitalismo.101, 102, 132, 140,
141, 142, 154, 215, 217, 220,
322, 333, 335, 336, 341,
344, 352, 355, 356, 357,
361, 366, 368, 381, 416, 417,
419
- cartas abertas.....376
- catalogação..... 48, 59
- Ch
- charges .55, 58, 59, 60, 62, 63,
64, 67, 72
- C
- cidade ... 20, 21, 22, 27, 30, 39,
62, 175, 176, 177, 179, 181,
183, 186, 188, 194, 198,
205, 206, 212, 219, 224,
234, 235, 259, 261, 267,
308, 309, 312, 313, 314,
316, 318, 320, 324, 326,
327, 374, 389, 394, 395,
403, 404, 405, 406, 407,
409, 422, 425, 439
- cidade do colonizado439
- classes..... 8, 14, 57, 62, 81, 91,
136, 137, 145, 151, 191, 194,
195, 217, 218, 227, 247, 254,
255, 258, 278, 324, 325,
356, 360, 363, 423
- classificação 34, 35, 38, 39, 42,
47, 49, 437
- cocorocas.....81, 91, 93, 98
- Colonialidade435, 456
- colonialismo 381, 433, 434,
435, 436, 437, 438, 439,
440, 441, 442, 445, 446,
452, 453, 454, 455
- colonização...110, 111, 112, 113,
177, 308, 399, 400, 402,
409, 411, 436, 437, 438,
445, 446, 448
- Comissão Especial sobre
Mortos e Desaparecidos
Políticos..... 107, 125
- Comunidade..... 394
- comunidades.....105, 121, 122,
426, 435, 437, 438, 439,
441, 442, 444, 447, 449,
451, 453
- comunismo 66, 67, 91, 92, 121,
158, 178, 183, 185, 192, 196,
234, 236, 297, 419
- comunista... 21, 30, 56, 64, 86,
158, 175, 177, 179, 181, 182,
183, 184, 185, 186, 187, 189,
190, 192, 193, 195, 198, 201,
202, 206, 213, 215, 220,
231, 299, 307, 309, 312,
328
- conciliação.....261, 276
- Cone Sul 14, 158, 160, 168, 171,
172
- Confederação Nacional da
Indústria331, 332, 333,
336, 347, 348
- contemporaneidade..... 38
- Correio da Manhã ...58, 59, 61,
62, 63, 64, 65, 72, 73, 95

crise18, 53, 62, 67, 90, 135,
 140, 165, 167, 175, 187, 195,
 210, 245, 246, 247, 248,
 249, 250, 252, 253, 256,
 257, 258, 263, 267, 271,
 272, 273, 291, 309, 319,
 320, 335, 336, 345, 349,
 356, 366, 416, 417, 418, 419
 crônica política 77
 cronista 78, 79, 80, 84, 88, 94,
 96, 292
 cultura 12, 13, 17, 51, 58, 66,
 72, 73, 94, 130, 151, 185,
 232, 260, 267, 288, 289,
 304, 327, 344, 389, 395,
 397, 401, 403, 407, 408,
 410, 411, 421, 422, 424,
 425, 426, 427, 428, 439,
 445
 cultura política.. 12, 17, 58, 66,
 72, 73, 94, 260, 267, 288,
 289, 304, 389

D

demandas sociais 8, 388
 democracia. 56, 57, 64, 67, 68,
 70, 71, 72, 75, 88, 91, 132,
 147, 149, 163, 192, 193, 195,
 198, 199, 215, 216, 217, 219,
 220, 221, 251, 260, 270,
 271, 272, 274, 275, 282,
 293, 311, 380, 391, 410, 443
 desaparecidos 25, 100, 107,
 108, 110, 113, 115, 118, 120,
 126, 159, 163, 171, 172, 379
 descolonização 438

desenvolvimentismo.106, 139,
 331, 333, 346, 347, 349
 desenvolvimentista...106, 109,
 117, 334, 346
 desigualdade 254, 380, 381,
 438, 439, 441
 digital.... 14, 34, 38, 40, 41, 43,
 51, 52, 53, 152, 342, 360
 Dirceu Carneiro 292, 295, 302
 direitos humanos 14, 100, 101,
 106, 110, 112, 114, 117, 118,
 122, 124, 130, 133, 159, 160,
 161, 162, 164, 166, 167, 168,
 380, 381, 386, 392, 451
 discurso .23, 57, 59, 61, 62, 64,
 71, 75, 81, 88, 92, 94, 106,
 107, 109, 115, 119, 126, 150,
 154, 175, 176, 183, 198, 253,
 256, 259, 261, 293, 296,
 338, 342, 343, 345, 360,
 380, 421, 437, 450, 453
 ditadura civil-militar56, 59,
 73, 77, 93, 98, 99, 100, 107,
 108, 110, 115, 121, 122, 126,
 130, 142, 147, 154, 171, 224,
 225, 229, 231, 232, 239, 451
 ditadura militar. 14, 20, 21, 25,
 27, 29, 32, 55, 56, 57, 59,
 64, 67, 68, 73, 74, 75, 77,
 78, 80, 84, 97, 105, 108, 111,
 113, 115, 116, 118, 119, 126,
 147, 159, 165, 206, 218, 221,
 240, 241, 246, 268, 283,
 286, 287, 289, 291, 292,
 293, 294, 299, 302, 304,

337, 339, 342, 349, 380,
381, 442
documentos.10, 14, 24, 26, 35,
36, 38, 39, 40, 42, 43, 44,
46, 47, 48, 49, 50, 51, 135,
136, 153, 162, 176, 178, 184,
185, 188, 199, 217, 228, 231,
246, 260, 333, 334, 342,
343, 375, 396, 443, 448,
452
Duncan Campbell Scott.....103

E

Edgar Schatzman.... 21, 22, 24,
25, 28, 29
eleições ..67, 131, 135, 177, 187,
191, 207, 208, 211, 232,
253, 260, 268, 269, 271,
277, 285, 286, 287, 289,
290, 291, 296, 300, 301,
302, 305, 403
Emilio Eduardo Massera... 163
Emílio Garrastazu Médici 314,
339
empregada doméstica364,
370
epistemicídio..... 444, 446, 453
epistemologia.....446
Ernesto Geisel.....22, 105, 108,
207, 229, 246, 267, 269,
342
Esperidião Amin..... 287, 290,
291, 297, 301, 302
esquerda.. 15, 65, 85, 122, 158,
168, 174, 212, 213, 214, 279,
287, 360, 417

Estado Novo 90, 147, 177, 232,
348, 349, 395, 397, 401,
403, 418
estudantes ..27, 45, 86, 88, 89,
92, 93, 96, 122, 137, 138,
143, 147, 148, 174, 190, 199,
224, 225, 229, 230, 231,
238, 239, 292
etnocídio...434, 444, 445, 446,
449, 453, 456
eurocentrismo 436, 456
eurocomunismo ..216, 217, 219
exilados.....133, 205, 206, 207,
211, 212, 214, 215, 216, 217,
219, 220
exploração econômica381,
436, 437, 438, 443
extermínio .102, 103, 104, 105,
107, 374, 377, 381, 400,
425, 435, 440, 441, 442,
449, 452
extrema direita.... 18, 168, 414,
416, 430
extremismo fascista414

F

fascismo..... 130, 414, 415, 419,
423, 425, 428, 430, 431
fascista ..53, 415, 417, 418, 419,
426, 427, 429
Folha Catarinense..... 178, 184,
189, 190, 191, 192, 193
Folha de S. Paulo58, 59, 61,
63, 64, 67, 68, 69, 72, 115,
339, 359, 370

fome..... 83, 84, 230, 245, 246,
 247, 249, 250, 252, 253,
 254, 255, 256, 257, 258,
 259, 260, 261, 262, 263,
 264, 273, 449
 fontes.....10, 14, 34, 35, 38, 44,
 49, 50, 51, 58, 59, 64, 134,
 176, 178, 179, 185, 202, 228,
 254, 267, 282, 311, 315, 317,
 321, 322, 323, 333, 334,
 376, 381, 396, 439
 Francisco José Pereira 179,
 184, 185, 187, 188
 Franco Montoro.....246

G

gênero...14, 30, 58, 60, 66, 68,
 72, 84, 114, 353, 363, 367,
 381, 386, 392, 415, 416, 419
 Genésio Leocádio da Cunha
 187
 genocídio15, 99, 100, 103, 107,
 114, 116, 117, 124, 126, 433,
 434, 435, 436, 440, 441,
 442, 443, 445, 447, 449,
 450, 451, 452, 453, 455,
 456, 457
 Gerônimo Machado... 213, 219
 Golbery do Couto e Silva ..109,
 207, 280
 golpe de Estado.....56, 90, 132,
 135, 136, 140, 158, 199
 grupos fascistas..... 414

H

Hipólito do Vale Pereira 177
 história do tempo presente .11,
 17, 52, 130, 368, 376, 380,
 387, 391
 história oral 19, 20, 23, 24, 29,
 30, 31, 176, 178
 história política . 18, 61, 74, 75,
 170, 268, 282, 305
 historiografia.. 9, 10, 11, 12, 14,
 16, 56, 175, 176, 202, 238,
 246, 303, 304, 382, 451,
 452
 humor gráfico.....59

I

identificações sociais 12
 Igreja53, 174, 176, 188, 193,
 196, 247, 256, 259, 260,
 406
 imagem .29, 39, 87, 88, 90, 91,
 97, 271, 272, 273, 394, 400,
 404, 407, 420, 424, 426
 imaginários políticos58
 imprensa 15, 38, 57, 58, 59, 61,
 63, 64, 67, 72, 73, 74, 75,
 83, 84, 95, 97, 135, 174, 178,
 179, 182, 183, 192, 196, 198,
 201, 202, 211, 214, 217, 218,
 224, 240, 246, 249, 251,
 254, 262, 263, 267, 271,
 291, 308, 310, 311, 312, 313,
 314, 316, 317, 322, 323, 324,
 327, 328, 338, 450

indígenas... 100, 101, 102, 103,
 104, 105, 106, 107, 108, 110,
 111, 112, 113, 114, 115, 116,
 117, 118, 119, 120, 121, 122,
 125, 230, 400, 406, 407,
 418, 434, 435, 437, 438,
 439, 442, 443, 444, 446,
 447, 448, 449, 450, 451,
 452, 454
 informalidade ...353, 354, 355,
 358, 362, 366, 368
 inimigos da ditadura 101
 integralismo 177, 398, 415,
 418, 430
 integralista183, 403
 Ismarth de Araújo Oliveira106
 IstoÉ 245, 247, 248, 249, 250,
 251, 252, 254, 255, 256,
 257, 258, 261, 262, 263

J

João Brugnn.....177
 João Goulart ... 64, 72, 73, 174,
 180
 Joinville 20, 21, 25, 27, 29, 30,
 31, 32, 33, 41, 53, 177, 287,
 303, 307, 308, 309, 310,
 311, 312, 313, 314, 315, 317,
 318, 319, 320, 323, 324,
 325, 326, 327, 328, 329,
 330, 394, 400, 403, 411
 Jorge Isaac Anaya 163
 Jorge Rafael Videla.... 163, 168
 justiça de transição 116, 125,
 132, 157, 164
 justiça social..... 167, 454

L

legislação 70, 142, 143, 165,
 207, 208, 273, 299, 301,
 302, 338, 340, 343, 354,
 355
 Leonel Brizola ..208, 252, 253,
 278, 279, 280, 290
 Leopoldo Fortunato Galtieri
 163
 liberdade sindical..... 226
 libertário....225, 234, 236, 238
 linguagem visual59
 Lúcia Schatzmann25, 27
 Lucio Jaimes Acosta22
 Luís Carlos Prestes ... 209, 211,
 214
 Lula... 135, 208, 278, 319, 320,
 321, 326, 330
 luta de classes ... 135, 136, 142,
 149, 154, 325

M

maternidade 325, 378
 memória coletiva23, 26, 31,
 32, 396, 398, 403, 409
 metodologia 20, 29, 48
 militância política206, 304
 militantes15, 21, 22, 30, 32,
 113, 122, 174, 178, 179, 185,
 194, 205, 206, 208, 211,
 212, 214, 220, 221, 228,
 233, 234, 235, 237, 238,
 239, 288, 300, 302, 308,
 311, 416, 417

- militares 15, 20, 21, 25, 27, 56,
 58, 59, 62, 63, 67, 70, 80,
 81, 85, 88, 90, 91, 92, 95,
 97, 109, 110, 111, 113, 116,
 117, 119, 120, 121, 122, 125,
 132, 137, 158, 159, 160, 162,
 163, 164, 165, 167, 168, 169,
 174, 190, 194, 195, 196, 206,
 228, 229, 231, 266, 268,
 271, 275, 292, 294, 297,
 298, 301, 302, 345, 387,
 434, 448, 449
 mineração 340, 453
 mobilização 56, 57, 72, 136,
 151, 177, 190, 228, 236, 247,
 256, 310, 313, 318, 319, 321,
 334, 338, 378, 385
 modernização conservadora
 137, 140, 142, 154
 morte 78, 96, 115, 231, 268,
 287, 303, 336, 339, 434,
 437, 440, 443, 445, 449,
 452
 motins 245, 246, 247, 254,
 255, 257, 260, 261
 movimento estudantil ... 15, 21,
 96, 138, 139, 147, 148, 190,
 206, 223, 229, 230, 231,
 240
 movimentos de mães 374, 379,
 385
 movimentos sociais .. 148, 149,
 151, 165, 167, 221, 224, 239,
 246, 287, 374, 376, 383,
 387, 390
 mulheres conservadoras..... 57,
 58, 60, 66, 72
 música 13, 16, 169, 414, 416,
 420, 421, 422, 423, 424,
 425, 426, 427, 429

 N
 nacionalismo 401, 413, 418,
 419, 421, 425, 426, 427,
 428, 429
 nazismo 103, 131, 398, 414,
 417, 419, 427, 428, 429
 Nelson Wedekin..... 292, 294,
 295, 302
 neoliberalismo 16, 251, 262,
 331, 334, 347
 Nildo Martins..... 209, 220
 Nova República 245, 246, 250,
 260, 261, 263, 266, 283,
 285, 289, 290, 292, 293,
 297, 301, 302, 332, 342,
 345, 349
 Nunca Más .157, 158, 159, 160,
 161, 162, 163, 167, 170, 171

 O
 O Estado de S. Paulo.... 58, 59,
 61, 62, 64, 65, 66, 71, 339
 Obediencia Devida 166, 172
 Omar Domingo Rubens
 Graffigna 163
 Operação Barriga Verde 20,
 32, 202, 203

- operário.....25, 189, 225, 255,
307, 309, 310, 312, 315,
318, 323, 324, 325, 330
- oposição 20, 21, 23, 62, 67, 79,
81, 83, 91, 97, 119, 132, 133,
158, 161, 163, 192, 206, 207,
214, 224, 231, 237, 248,
266, 272, 273, 275, 276,
277, 280, 287, 289, 291,
293, 294, 297, 301, 303,
304, 305
- opressão ...230, 374, 436, 439,
444, 445, 450
- organização ..14, 15, 16, 25, 26,
30, 34, 35, 37, 38, 39, 40,
43, 44, 45, 46, 48, 51, 92,
101, 102, 136, 138, 139, 142,
143, 144, 148, 168, 178, 179,
180, 183, 194, 207, 208,
209, 211, 214, 219, 225,
226, 227, 230, 235, 236,
237, 238, 239, 247, 270,
273, 274, 276, 281,308,
309, 316, 317, 318, 320,
325, 334, 374, 377, 395,
417, 429, 434, 441, 444
- Orlando Ramón Agosti..... 163
- P
- passado autoritário.....19, 101,
285, 287, 288, 289, 291,
302
- Pedro Ivo Campos290, 291,
293, 294, 296, 302
- perseguição política... 113, 116,
117, 122
- pesquisa histórica ...33, 35, 37,
44, 50, 51, 179, 396
- plataformização 365, 366
- Plínio Augusto Coelho227
- pluripartidarismo 232, 265,
269, 272, 273, 274, 275, 282
- pobreza.....256, 260, 335, 344,
357, 436, 438
- poder . 8, 13, 21, 25, 45, 81, 83,
85, 90, 91, 92, 97, 110, 130,
136, 138, 140, 142, 144, 145,
146, 148, 151, 165, 167, 193,
209, 210, 230, 252, 255,
256, 260, 266, 267, 272,
273, 275, 278, 289, 291,
292, 295, 296, 298, 302,
310, 312, 334, 337, 345,
360, 385, 394, 395, 397,
399, 401, 409, 435, 437,
438, 440, 444, 446, 450,
452, 453, 456
- polarização político-ideológica
..... 174
- política industrial..... 342
- política partidária 287, 288,
289, 291, 302
- Porfírio Gonçalves 177
- povos indígenas15, 99, 100,
101, 102, 106, 107, 108, 110,
111, 112, 113, 116, 117, 119,
121, 122, 124, 126, 434, 435,
437, 438, 439, 441, 442,
443, 445, 447, 451, 452,
453, 454
- povos originários 100, 101,
104, 110, 113, 121, 410, 434,

435, 437, 438, 443, 446,
450, 452, 453
precariado . 351, 355, 360, 366
punk rock415, 417

R

reconciliação nacional 132,
133, 136
Rede Nacional de Mães e
Famíliares de Vítimas do
Terrorismo de Estado...373,
374, 388, 390
redemocratização.101, 251,
261, 380
redes sociais 35, 365, 369, 402
reforma partidária ...208, 260,
269, 272, 273, 274, 277
reforma universitária 136, 137,
151, 155
regime autoritário... 21, 57, 59,
60, 61, 63, 68, 162, 207,
249, 253, 256, 275, 278,
286, 287, 288, 290, 293,
294, 296, 297, 300, 302,
303, 342, 349, 450
regime político 60, 67, 68, 267
relações de trabalho .352, 353,
355, 357, 358, 359, 361,
362, 366, 367
Relatório Figueiredo.. 114, 125,
435, 443, 447, 448, 450,
451, 452, 455, 456
representações sociais252,
253, 263
repressão 15, 21, 30, 58, 71, 79,
81, 88, 90, 91, 92, 94, 95,

97, 111, 112, 120, 125, 126,
134, 140, 142, 148, 158, 159,
161, 162, 164, 167, 168, 169,
197, 199, 202, 206, 217,
225, 228, 232, 239, 260,
298, 299, 339, 380

Roberto Eduardo Viola..... 163
rock fascista413, 414, 415, 416,
417, 419, 421, 422, 424,
428, 429

S

Santa Catarina7, 13, 19, 20, 21,
25, 28, 30, 32, 33, 38, 41,
45, 53, 129, 131, 134, 156,
157, 171, 173, 176, 179, 185,
186, 189, 191, 195, 200, 201,
202, 203, 205, 206, 211,
235, 245, 248, 265, 284,
285, 286, 287, 288, 289,
291, 293, 295, 296, 297,
298, 299, 300, 301, 304,
305, 308, 312, 313, 314,
318, 319, 327, 329, 330,
331, 349, 351, 373, 393,
394, 398, 399, 400, 402,
403, 405, 410, 429
saques 167, 246, 247, 249, 251,
252, 253, 254, 258, 259,
263, 442
Sérgio Grando 211, 300
Sérgio Porto 78, 87, 98
sindicalismo revolucionário
..... 233, 234, 236
sistematização .. 34, 35, 37, 38,
40, 43, 44, 337

skinheads 417, 429
sociabilidades 16, 363, 376,
378
sociedade civil..... 81, 160, 165,
175, 232, 383, 451
sociedade de consumo 176, 231
Stanislaw Ponte Preta .. 77, 78,
79, 85, 87, 91, 97, 98

T

técnica 36, 37, 40, 134, 415
tecnologia... 35, 50, 51, 53, 141,
176, 310, 342
tempo presente 9, 10, 12, 13,
14, 17, 21, 29, 33, 51, 52,
252, 352, 368, 388, 414, 431
temporalidade..... 10
terrorismo de Estado 159, 160,
162
testemunho 209, 213
tortura 22, 94, 95, 100, 168,
386, 449
trabalhadores subalternos
..... 360, 366
trabalho doméstico... 353, 354,
355, 364, 365, 367, 369,
370

U

Última Hora 61, 78, 79, 84, 95,
96
universidade..... 130, 131, 132,
136, 137, 138, 139, 140, 141,
142, 143, 144, 145, 146, 148,
150, 151, 153, 154, 155, 174,
209, 225
utopia.. 53, 140, 252, 341, 343,
347, 368

V

Veja 135, 152, 311
Wilson Rosalino da Silveira
206, 212, 214, 216, 219, 222
violência de Estado .. 378, 379,
384
violência estrutural .. 436, 452,
454
violência policial 377, 378,
379, 388, 389, 392

W

Waimiri Atroari 100, 106, 116,
120, 126

Página de DOI

Edição: 1, Ano: 2025, ISBN: 9788595832039

10.29327/5725047

1. A linha tênue entre o fazer história e o fazer sofrer: a história oral e as dores do passado autoritário

10.29327/5725047.1-1

2. Do papel ao pixel: estratégias para pesquisa histórica do/no tempo presente

10.29327/5725047.1-2

3. Representações da mulher em charges do Correio Da Manhã, Estado de S. Paulo e Folha De S. Paulo nos anos iniciais da ditadura militar (1964-1968)

10.29327/5725047.1-3

4. O festival de besteiras que assolou o país: imagens sobre a ditadura militar, a partir da crônica política de Stanislaw Ponte Preta, entre os anos de 1964 a 1968

10.29327/5725047.1-4

5. Do “problema indígena” à “solução final”: o genocídio dos povos indígenas e seu tratamento como inimigos do desenvolvimento na ditadura civil-militar

10.29327/5725047.1-5

6. Universidades brasileiras: a qual legado da ditadura queremos renunciar?

10.29327/5725047.1-6

7. “Fue sin perdoas ni olvido?": o informe Nunca Más argentino e a justiça de transição nos anos 1980 e 1990

10.29327/5725047.1-7

8. O Golpe de 1964 e o PCB em Blumenau

10.29327/5725047.1-8

9. Antigos militantes entram em cena: o retorno de comunistas exilados à cidade de Florianópolis em 1979

10.29327/5725047.1-9

10. Anarquismo, anarcossindicalismo e o movimento estudantil no Brasil (1977-1989)

10.29327/5725047.1-10

11. “Os deserdados da esperança”: fome, revolta popular e crise social no Brasil durante a transição para a Nova República (os motins de 1983 nas páginas da revista IstoÉ)

10.29327/5725047.1-11

12. Transição política no estado do Paraná: pluripartidarismo em cena (1979-1981)

10.29327/5725047.1-12

13. A ditadura em questão: o PMDB, o passado autoritário e a “Nova República” nas eleições de 1986 em Santa Catarina

10.29327/5725047.1-13

14. As Notícias do controle operário e comunista nas fábricas de Joinville/SC (2002-2007)

10.29327/5725047.1-14

15. A Confederação Nacional da Indústria entre o desenvolvimento e o neoliberalismo

10.29327/5725047.1-15

16. O mundo do trabalho sempre foi assim, mas agora é diferente: as experiências das trabalhadoras domésticas para além do precariado

10.29327/5725047.1-16

17. Leituras de passados e projeções de futuros na atuação política da Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado (2016-2024)

10.29327/5725047.1-17

18. Apagamento da história e ressignificações culturais no município de Hamônia/Ibirama – Santa Catarina (1930-1990)

10.29327/5725047.1-18

19. O rock fascista e a representação de um Brasil antidemocrático (1990-2020)

10.29327/5725047.1-19

20. Do colonialismo à colonialidade: as estruturas contínuas do genocídio no Brasil

10.29327/5725047.1-20





Formato: 14x21cm
Tipologia: Georgia
Número de Páginas: 471
Todos os direitos reservados.
2025
Suporte Html5



Com trabalhos de:

Aline Nóbrega de Oliveira
Amanda Caroline de Oliveira
Carlos Eduardo Bartel
Cleber Rudy
Edison Lucas Fabricio
Eliton Felipe de Souza
Francisco Lino de Aviz Neto
Gabriela Steffens Sperb
Geovanni Rocha Junior
Guilherme da Conceição de Lima
Hudson Campos Neves
Lara Lucena Zacchi
Lara Mingotti
Leonardo Brandão
Lucas Alves da Silva
Luísa Pereira Viana
Nathanael Martins Pereira
Pedro Carvalho Oliveira
Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira
Vinícius José Mira
Vitória Maria de Sousa
Wesley dos Santos Graper



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



LEC
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA
CONTEMPRANEIDADE



Scan me



Editora Todas as Musas